

Nicarágua entre a ditadura e a liberdade: do Sandinismo ao Orteguismo

**Comparação dos dois períodos governamentais
da FSLN (1979 – 1990 e 2007 – 2022)
numa perspetiva democrática**

Karl Matthias Schindler

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciência
Política, realizada sob a orientação científica de
Prof. Dr. Rui Miguel Carvalhinho Branco**

Janeiro de 2025

NOVAFCSH

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Nicarágua entre a ditadura e a liberdade: do Sandinismo ao Orteguismo

Comparação dos dois períodos governamentais
da FSLN (1979 – 1990 e 2007 – 2022)
numa perspetiva democrática

Matthias Schindler

matthias.schindler@campus.fcsh.unl.pt

FCSH-UNL

Doutoramento em Ciência Política

6º Semestre, 2023/24

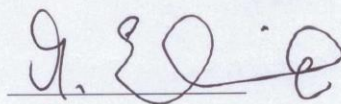
Professor: Dr. Rui Branco

Janeiro de 2025

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

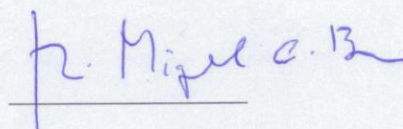
O candidato,



Lisboa, 20 de janeiro de 2025

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,



Lisboa, 20 de DEZEMBRO de 2024

Este trabalho é dedicado a:

Vilma Núñez de Escorcía, defensora incansável dos direitos humanos, lutadora por um mundo justo e democrático, mulher que nunca se vergou perante as ameaças e a repressão sofrida e ainda sofrendo sob as ditaduras somocista e orteguista.

Onofre Guevara López, intelectual obreiro e autor político nicaraguense, cofundador do movimento organizado da classe trabalhadora de Nicarágua, ativista e jornalista sandinista e marxista que até à atualidade é a voz mais coerente, consequente e contundente da luta pela construção de uma sociedade democrático-socialista.

PD, religioso que dedicou toda a sua vida aos pobres de Nicarágua e à educação dos miúdos do seu país, para terem uma hipótese de sair da sua miséria; exemplo de humildade, de otimismo, de esperança e do incessante empenho para acrescentar os melhores valores cristãos ao movimento revolucionário sandinista.

(Estas três pessoas ainda vivem na Nicarágua sob a ditadura feroz de Ortega-Murillo. As primeiras duas são as últimas vozes que têm a coragem de publicar as suas críticas ao regime orteguista a partir do interior do país. Por razões de segurança não é possível mencionar o nome completo da terceira pessoa, o padre D.)

Lisboa, 19 de janeiro de 2025

Agradecimentos:

Cada trabalho literário, político, filosófico ou científico tem muitas raízes e muitas fontes que fizeram possíveis o seu nascimento. Isto também é a verdade que vale para a elaboração desta investigação. Portanto quero agradecer com todo o meu coração o apoio imensurável que me foi dado e sem o qual não teria sido possível concluir este trabalho.

Romi Gomes: a minha companheira de vida, que reviu e corrigiu o texto incontáveis vezes, que teve uma compreensão ilimitada comigo na vida cotidiana com todos os papéis e livros em todas as partes da casa, que me encorajou nos momentos fracos e desanimados e que nunca deixou de me dar a sua ajuda, mesmo nas situações de saúde mais difíceis da sua vida.

Prof. Dr. Rui Branco: o meu orientador do doutoramento, que me deu um apoio decisivo na orientação científica e teórica, deu-me indicações para a literatura relevante, fez propostas metodológicas, leu sempre e corrigiu meticulosamente os meus textos, mostrou uma paciência absoluta com a minha maneira de trabalhar e sempre me encorajou nos momentos em que me senti inseguro ou tive dúvidas quanto ao continuar.

Dr. Vilma Núñez de Escorcia: ex-vice-presidente da Corte Suprema de Justiça de Nicarágua e atual presidente do Centro Nicaraguense de Direitos Humanos, que me deu muitas explicações quanto aos desenvolvimentos políticos no Estado de Nicarágua e na Frente Sandinista, desde os anos da luta de libertação até à luta em defesa dos direitos humanos na ditadura orteguista. Nunca hesitou em responder às minhas perguntas, mesmo em situações extremamente difíceis de perseguição e repressão pelo regime ditatorial Ortega-Murillo.

Dr. Moisés Hassan Morales: ex-membro da primeira junta de governo da Revolução Sandinista, ex-dirigente do Movimento Povo Unido e da luta insurrecional em Manágua. Através da sua extraordinária capacidade analítica e a sua disposição a reflexões autocríticas ajudou-me em grande medida a perceber as dinâmicas políticas e sociais dentro do Sandinismo e os seus derivados cada vez mais afastados das metas libertadoras originais deste movimento.

Onofre Guevara López: sapateiro, sindicalista e jornalista que nunca visitou uma universidade, mas que até à atualidade publica artigos de mais alta qualidade e coerência em defesa das suas convicções democráticas e socialistas. Nas muitas conversas que tivemos durante os últimos quinze anos conseguiu ampliar e diferenciar consideravelmente a minha perspetiva do movimento operário nicaraguense.

María López Vigil: escritora e jornalista que dedicou 40 anos da sua vida à publicação da revista *envío*, uma fonte inesgotável de informação, documentação, debates, análises e comentários sobre a situação política e o desenvolvimento político na Nicarágua entre 1981 e 2021. As suas análises mensais e as suas reflexões críticas e autocríticas expressas em incontáveis encontros durante os últimos vinte anos foram um estímulo importante para mim para nunca me esquecer de manter uma distância crítica em relação ao objeto dos meus estudos científicos.

Dr. Ernesto Medina: académico universitário e ativista político que durante quarenta anos nunca parou de explicar-me as situações mais complicadas e me abriu os olhos para desenvolvimentos difíceis de compreender sob um ponto de vista externo.

Sofía Montenegro: protagonista do movimento feminista nicaraguense que em certa altura era a força motriz do movimento democrático na Nicarágua. Nas tantas conversas que

tivemos sempre me impressionou muito pelo seu discurso poderoso – escrito e falado – explicando a importância de incluir em qualquer crítica à opressão capitalista a crítica à opressão machista e de incluir a defesa dos direitos das mulheres e de outros grupos sociais discriminados na luta pela democracia.

A minha colega no estudo doutoral, Irina Branco da Silva e o seu marido Pedro, deram-me um apoio valioso em muitas questões ao usar a internet na pesquisa de dados e textos de muita importância para a minha investigação e ao trabalhar com todos os meios eletrónicos que se deve usar nestes tempos. Sem a sua ajuda, o conteúdo e a apresentação do meu trabalho seria muito mais fraco.

Last, but not least, devo o meu agradecimento eterno ao meu irmão Wolfgang pelo seu interesse no meu estudo e pelo seu compromisso incansável de me motivar para continuar com o meu esforço e para chegar até ao fim deste empenho.

Também quero agradecer a todas pessoas mais, que me têm ajudado de uma ou outra maneira na elaboração desta tese. Quero agradecer a todas e todos que mostraram compreensão por eu não ter mais tempo para estar com eles. E também peço desculpa a todas e todos por situações quando mostrei comportamentos de impaciência ou mesmo falta de sensibilidade aos seus problemas.

Além da minha gratidão pela ajuda de todas as pessoas mencionadas com ou sem nome aqui, manifesto que assumo a plena responsabilidade por todo o texto deste trabalho em cada um dos seus detalhes e em todo o seu conjunto.

Lisboa, 19 de janeiro de 2025

Matthias Schindler

Este trabalho está escrito de acordo do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa como foi publicado pela FCSH da UNL conjuntamente com o Ministério da Educação em fevereiro de 2011 na página

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Acordo_Ortografico/documentos/o_novo_ao_0.pdf

Palavras Chave: Nicarágua, Sandinismo, Orteguismo, Democracia, Autoritarismo

Resumo:

Esta tese de doutoramento investiga o desenvolvimento político da Nicarágua entre 1979 e 2022, comparando os dois períodos de governo da FSLN e do presidente Ortega de 1979 a 1990 e de 2007 a 2022, numa perspetiva democrática. Analisa o primeiro período como um processo social-revolucionário – a Revolução Sandinista – com um elevado grau de participação democrática. O segundo período – a ditadura orteguista – é caracterizado por uma crescente tendência autoritária e termina numa ditadura declarada a partir de 2018. O propósito central desta tese é identificar explicações para a mudança da FSLN de um ator libertador, que dirigiu uma revolução amplamente apoiada pela população nos anos 1980, para uma força ditatorial que reprime o povo e lhe nega quaisquer liberdades democráticas. A hipótese central deste estudo é que os regimes políticos dos dois períodos de governo são fundamentalmente diferentes. Não obstante, este texto argumenta que já existiam características autoritárias nas estruturas da revolução sandinista, que favoreceram os desenvolvimentos ditatoriais posteriores da FSLN. O objetivo desta tese é, em primeiro lugar, descrever as dinâmicas sociais dos dois períodos e, desta maneira, contribuir para uma melhor compreensão destes desenvolvimentos políticos. Em segundo lugar, tentará encontrar explicações para os processos de democratização e posterior de-democratização dirigidos pela FSLN e Ortega. As abordagens da democracia eleitoral e igualitária são pontos de referência teóricos essenciais neste trabalho.

Keywords: Nicaragua, Sandinism, Orteguism, democracy, authoritarianism

Abstract:

This doctoral thesis investigates the political development of Nicaragua between 1979 and 2022, comparing from a democratic perspective the two periods of government of the FSLN and President Ortega from 1979 to 1990 and from 2007 to 2022. It analyses the first period as a social-revolutionary process – the Sandinista Revolution – with a high degree of democratic participation. The second period – the Orteguista dictatorship – is characterised by a growing authoritarian tendency and ends in a full-scale dictatorship as of 2018. The central purpose of this thesis is to identify explanations for the FSLN's change from a liberating actor, which led a revolution widely supported by the population in the 1980s, to a dictatorial force that represses the people and denies them any democratic freedoms. The central hypothesis of this study is that the political regimes of the two periods of government are fundamentally different. Nevertheless, this text argues that authoritarian characteristics already existed in the structures of the Sandinista revolution and favoured the FSLN's later dictatorial development. The aim of this thesis is, firstly, to describe the social dynamics of the two periods and thus contribute to a better understanding of these political developments. Secondly, it will try to find explanations for the processes of democratization and subsequent de-democratization led by the FSLN and Ortega. The approaches of electoral and egalitarian democracy are essential theoretical points of reference in this work.

Índice

Índice	1
Abreviaturas	5
1 Introdução	9
1.1 Objetivo da tese e pergunta de partida.....	9
1.1.1 Nicarágua – um caso singular.....	9
1.1.2 Pergunta de partida	16
1.2 Revisão da literatura	19
1.2.1 Nicarágua e a FSLN	19
1.2.2 Conceitos essenciais	25
1.2.3 Caracterização dos dois períodos do governo da FSLN	41
1.2.4 Explicações para a mudança.....	49
1.3 Metodologia e hipóteses	59
1.3.1 Metodologia da investigação	59
1.3.2 Hipóteses centrais.....	66
1.3.3 Estrutura do trabalho	68
2 Antecedentes da Revolução Sandinista.....	70
2.1 Da independência ao assassinato de Sandino	70
2.2 Contexto geopolítico.....	77
2.3 Ditadura dinástica dos Somoza.....	82
2.4 Luta de libertação	89
2.5 Insurreição e revolução.....	97
2.6 Resumo: Da independência à Revolução Sandinista.....	104
3 O Sandinismo e as estruturas estatais	110
3.1 No centro da política mundial	110
3.2 A FSLN na Revolução Sandinista	117
3.2.1 O desenvolvimento programático da FSLN	117

3.2.2	A estrutura organizacional da FSLN	126
3.2.3	A FSLN e o poder do Estado.....	131
3.3	Estado revolucionário	133
3.3.1	Os poderes executivo e legislativo	134
3.3.2	Sistema jurídico e Estado de direito	138
3.3.3	Direitos Humanos	144
4	A sociedade civil no período sandinista.....	148
4.1	Organizações de massas	148
4.1.1	Sindicatos	148
4.1.2	Estruturas territoriais	151
4.1.3	Mulheres	152
4.1.4	Camponeses	154
4.2	Outras estruturas e campanhas	157
4.2.1	Minorias étnicas.....	158
4.2.2	Educação.....	159
4.2.3	Mobilizações voluntárias.....	162
4.3	Cristãos na revolução.....	163
4.4	O sistema económico e o empresariado	166
5	Democracia na guerra	171
5.1	Guerra e processo da paz	171
5.2	Eleições no regime sandinista.....	178
5.2.1	Eleições em 1984.....	179
5.2.2	Eleições em 1990.....	187
5.3	Resumo: A Revolução Sandinista	194
5.3.1	Do triunfo revolucionário à derrota eleitoral.....	194
5.3.2	Interpretação da experiência sandinista.....	199
6	Interregnum conservador-liberal.....	204
6.1	Mudanças geopolíticas mundiais.....	204
6.2	Três governos conservadores-liberais	207

6.3	Reorganização da FSLN e ascensão de Ortega	217
6.4	Reformas constitucionais.....	225
6.5	Eleições.....	230
6.6	Resumo: Do fim da revolução ao começo da ditadura.....	239
7	O Orteguismo.....	245
7.1	Contexto geopolítico e interno	246
7.2	Eleições e reformas constitucionais.....	248
7.2.1	Eleições municipais de 2008	248
7.2.2	Eleições de 2011.....	252
7.2.3	Remodelação do Estado e eleições de 2016	257
7.3	Exército, Polícia, Paramilitares	261
7.4	Canal interoceânico	266
7.5	Cooperação venezuelana	270
7.6	Daniel Ortega, a sua família e a FSLN.....	274
8	Ditadura declarada	279
8.1	“ <i>Vamos con todo!</i> ”.....	279
8.2	Refinamento da repressão.....	288
8.3	Eleições de 2021.....	294
8.4	Acontecimentos subsequentes	296
8.5	Capitalismo de amigalhos	303
8.6	Resumo: Da democracia defeituosa à ditadura declarada	307
9	Discussão e Conclusões	316
9.1	Comparação Sandinismo vs. Orteguismo.....	316
9.1.1	Conceitos da democracia	317
9.1.2	Democracia eleitoral.....	323
9.1.3	Democracia igualitária.....	328
9.1.4	Resumo da comparação	331
9.2	Como foi possível?	332
10	Anexos.....	339
10.1	Resultados eleitorais 1984 – 2021	340

10.2	Fotos importantes.....	349
10.3	Dados biográficos	353
	Bibliografia.....	354

Abreviaturas

AC/ACJD	Alianza Cívica para la Justicia y Democracia
AFL-CIO	American Federation of Labour and Congress of Industrial Organizations
AI	Amnesty International
AL	Alianza Liberal
ALBA	Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América
ALBANISA	ALBA de Nicaragua S.A.
ALN	Alianza Liberal Nicaragüense
ALN-PC	Alianza Liberal Nicaragüense-Partido Conservador
AMCHAM	Cámara de Comercio Americana Nicaragüense
AMNLAE	Asociación de Mujeres Nicaragüenses Luisa Amanda Espinoza
AMPRONAC	Asociación de Mujeres ante la Problemática Nacional
ANC	Acción Nacional Conservadora
ANDEN	Asociación Nacional de Educadores de Nicaragua
APRE	Alianza por la República
ARDE	Alianza Revolucionaria Democrática
ATC	Asociación de Trabajadores del Campo
BCN	Banco Central de Nicaragua
BID	Banco Interamericano de Desarrollo
CAFTA	Tratado de Libre Comercio entre Estados Unidos, Centroamérica y República Dominicana
CAUS	Central de Acción y Unidad Sindical
CIA	Central Intelligence Agency
CDC	Comités de Defensa Civil
CDS	Comités de Defensa Sandinista
CENIDH	Centro Nicaragüense de Derechos Humanos
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CGTi	Confederación General del Trabajo Independiente
CIDH	Comisión Interamericana de Derechos Humanos
CIERA	Centro de Investigaciones y Estudios de la Reforma Agraria

CIJ	Corte Internacional de Justicia / Corte Internacional de Justiça
CINCO	Centro de Investigaciones de la Comunicación
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
COSEP	Consejo Superior de la Empresa Privada
CPC	Consejo del Poder Ciudadano
CSE	Consejo Supremo Electoral
CSJ	Corte Suprema de Justicia
CSN	Coordinadora Sindical de Nicaragua
CST	Central Sandinista de Trabajadores
CTN	Central de Trabajadores de Nicaragua
CUS	Confederación de Unificación Sindical
CxL	Ciudadanos por la Libertad
DICIM	Dirección de Inteligencia y Contrainteligencia Militar
DGSE	Dirección General de Seguridad del Estado
EDSN	Ejército Defensor de la Soberanía Nacional de Nicaragua
EPS	Ejército Popular Sandinista
ET	Ética y Transparencia
EUA	Estados Unidos de América
FIDH	Federación Internacional por los Derechos Humanos
FDN	Fuerza Democrática Nicaragüense
FEL	Frente Estudiantil Liberal
FMI	Fondo Monetario Internacional
FMLN	Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional
FO	Frente Obrero
FSLN	Frente Sandinista de Liberación Nacional
GPP	Guerra Popular Prolongada
GIEI	Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes
HKC	Hong Kong Nicaragua Development Investment Co. Ltd.
HKND	HKND Group Holdings Ltd.
IACHR	Inter-American Commission on Human Rights
ICJ	International Court of Justice

ID	Izquierda Democrática
INSS	Instituto Nicaragüense de Seguridad Social
IPADE	Instituto para el Desarrollo y la Democracia
IPSM	Instituto de Previsión Social Militar
ISSDHU	Instituto de Seguridad Social y Desarrollo Humano
JGRN	Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional
JS-19	Juventud Sandinista 19 de Julio
LASA	Latin American Studies Association
LCHR	Lawyers Committee for International Human Rights
MAP-ML	Movimiento de Acción Popular – Marxista-Leninista
MDN	Movimiento Democrático Nicaragüense
MED	Ministerio de Educación
MILPAS	Milicias Populares Antisandinistas
MISURASATA	Miskitu Sumu Rama Sandinista Asla Takanka (Miskitu Sumu Rama Sandinista Todos Juntos)
MPS	Milicias Populares Sandinistas
MPU	Movimiento Pueblo Unido
MRS	Movimiento Renovador Sandinista
MUR	Movimiento de Unidad Revolucionaria
NACLA	North American Congress on Latin America
NATO	North Atlantic Treaty Organization
OACNUDH	Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos
OEA (OAS)	Organización de los Estados Americanos (Organization of American States)
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPTA	Observatorio pro Transparencia y Anticorrupción
PALI	Partido Neo-Liberal
PAN	Partido Acción Nacional
PAPC	Partido Alianza Popular Conservadora
PCD	Partido Conservador de Nicaragua
PCDN	Partido Conservador Democrático de Nicaragua

PCdeN	Partido Comunista de Nicaragua
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDCN	Partido Democrático de Confianza Nacional
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
PETRONIC	Empresa Nicaragüense de Petróleo
PIB	Producto Interno Bruto
PICA	Partido Integracionista de Centro América
PLC	Partido Liberal Constitucionalista
PLI	Partido Liberal Independiente
PLN	Partido Liberal Nacionalista
PNC	Partido Nacional Conservador
PPSC	Partido Popular Social Cristiano
PRT	Partido Revolucionario de los Trabajadores
PSC	Partido Social Cristiano
PSD	Partido Social Demócrata
PSN	Partido Socialista Nicaragüense
PSOC	Partido Social Conservatismo
PUCA	Partido Unionista de Centro América
RAE	Real Academia Española
SJ	Societas Jesu
SMP	Servicio Militar Patriótico
UCA	Universidad Centroamericana
UNAG	Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos
UNAN	Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNO	Unión Nacional Opositora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
V-Dem	Varieties of Democracy (Institute)
YATAMA	Yapti Tasba Masraka Nanih Aslatakanka (Filhos da Mãe Terra)

Nicarágua entre a ditadura e a liberdade: do Sandinismo ao Orteguismo

Comparação dos dois períodos governamentais
da FSLN (1979 – 1990 e 2007 – 2022)
numa perspetiva democrática

1 Introdução

1.1 Objetivo da tese e pergunta de partida

1.1.1 Nicarágua – um caso singular

A Nicarágua destaca-se internacionalmente por dois episódios bem contraditórios. Por um lado, este país foi o cenário de uma revolução na década de 1980, que se tornou na esperança de toda uma geração política que lutava por um socialismo com rosto humano (Ramírez, 1999, p. 14). Por outro lado, desde 2018, existe na Nicarágua uma ditadura declarada, que é um dos regimes com as piores violações dos direitos humanos na América Latina e mesmo à escala global.

Há também outras características importantes da Nicarágua que destacam o papel extraordinário deste país em comparação com os demais países de toda a América Latina, ou mesmo mundiais. Foi o último país onde, em 1979, um movimento revolucionário marxista, a *Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN)*, conquistou o poder através da luta armada para dar início à Revolução Sandinista (Pardo, 2001). Esta revolução foi um caso extraordinário de uma dupla transição, que não só significou uma mudança democrática, mas simultaneamente também uma revolução social com profundas transformações socioeconómicas (Fernandes, 2015; Fishman, 2019; Williams, 1994). A Revolução Sandinista foi a primeira revolução com orientação socialista que teve uma participação significativa de crentes cristãos e que tentou reconciliar o marxismo com o cristianismo (E. Cardenal, 2004). Nicarágua é o único país do

mundo, no qual um partido marxista, que tinha conquistado o poder por via revolucionária, entregara o poder do governo pacificamente à oposição, depois de ter perdido eleições parlamentares (Close et al., 2011). A FSLN reconquistou o poder governamental outra vez em 2006¹ através de eleições democráticas e manteve-se no governo até 2022, e mais além, com eleições cada vez menos livres e mais manipuladas. Por conseguinte, começando com a Revolução em 1979, Nicarágua experimentou cinco mudanças do seu regime político até 2022 (Close, 2016). A partir de meados do século XIX até à atualidade o projeto da construção dum canal interoceânico tem sido um elemento essencial e polémico para Nicarágua, dado os interesses económicos e geoestratégicos de vários outros países do mundo. Nenhum outro país da América Latina foi vítima de intervenções tão duras e repetidas por parte dos EUA como a Nicarágua (Walker, 2003). E, finalmente, através do seu processo contra os EUA ante a Corte Internacional de Justiça de Haia, Nicarágua conseguiu obter um êxito contundente com o julgamento arrojado de 1986, que condenou os EUA por terem violado gravemente o Direito Internacional com a sua agressão militar e paramilitar contra Nicarágua (ICJ, 1986).

Nicarágua fica situada no istmo centro-americano. É o maior país da América Central, mas também o mais escassamente povoado e economicamente o menos desenvolvido. Nos anos 1980 tinha 3 milhões, em 2022 tem 6,5 milhões habitantes. É um país multiétnico, com uma vasta maioria de pessoas hispano-falantes que vive na região pacífica do país e várias etnias minoritárias, que falam inglês e outras línguas indígenas. Nicarágua exporta principalmente ouro, café, carne de vaca e produtos fabricados em *maquilas*² estrangeiras.

Nicarágua conseguiu a sua independência de Espanha como parte da federação das cinco províncias centro-americanas em 1821 e desvinculou-se desta federação em 1838, para aprovar a sua primeira Constituição. Depois viveu décadas de guerras civis quase ininterruptas. Foi invadida por tropas norte-americanas pela primeira vez em 1855. Experimentou alguns anos mais tranquilos com presidentes conservadores, seguidos por anos da revolução liberal que

¹ As eleições foram realizadas no ano 2006, enquanto que a tomada de posse aconteceu em 2007. Na Nicarágua, as eleições e a tomada de posse muitas vezes não foram realizadas no mesmo ano. Daí ser sempre importante diferenciar entre a data da eleição e a data da tomada de posse do novo governo.

² Neste trabalho, as expressões específicas em línguas estrangeiras são reproduzidas na língua original e marcadas *itálico*. Denominações de instituições estatais ou de organismos da sociedade civil também estão marcadas em *itálico* quando são mencionadas pela primeira vez, em seguida aparecem traduzidos para Português e integradas no texto normal. Citações de línguas estrangeiras são ou traduzidas para Português pelo autor e integradas no texto normal, ou citadas na sua língua original e marcadas em *itálico*.

chegaram ao seu fim por pressões políticas dos EUA em 1909. Seguiram-se conflitos e tentativas de entendimentos entre as duas principais forças políticas históricas, os conservadores de Granada e os liberais de León. Nestas contendas os EUA estiveram sempre presentes e enviaram várias vezes as suas tropas para Nicarágua. Augusto C. Sandino foi um lutador pela liberdade que conseguiu, com o seu *Ejército Defensor de la Soberanía Nacional (EDSN)*, de composição predominante camponesa, vencer e expulsar definitivamente os Marines da Nicarágua em 1933. Sandino foi assassinado em 1934 por ordens de Anastasio Somoza García, chefe da *Guardia Nacional*, fundada e equipada pelos EUA. Ele tornou-se a nova figura forte na Nicarágua e estabeleceu, seguido pelos seus dois filhos Luis e Anastasio, a ditadura somocista que somente foi derrubada através de uma insurreição em 1979.

A Revolução Sandinista começou em 1979 com a derrota da ditadura e a conquista do poder por parte da FSLN³. Parecia ser a antítese viva perante o petrificado “socialismo real existente” do campo soviético e pode ser caracterizada como processo revolucionário, que combinou a sua orientação socialista com as liberdades democráticas e um pluralismo partidário (Núñez Soto & Burbach, 1987). A diretiva da FSLN não consistia num secretário geral todo-poderoso, mas num grémio coletivo de nove comandantes com direitos iguais (Ramírez, 1999, p. 110). Apesar disto, o governo da FSLN, que novamente chegou ao poder em 2007, foi acusado de ter cometido, em 2018, crimes de lesa-humanidade contra o seu próprio povo (GIEI, 2018). Politicamente marcante, contudo, é que ambos os períodos do desenvolvimento da Nicarágua ocorreram sob o mesmo presidente, Daniel Ortega, e sob o mesmo partido, a FSLN, no poder.

Como pôde ter acontecido isto? Quais as condições e as dinâmicas políticas que permitiram que Ortega, que em tempos anteriores lutara contra a ditadura somocista, se tornasse num governante autocrático que até ultrapassou muitas medidas repressivas aplicadas pela ditadura de Somoza? Como pôde acontecer que a Frente Sandinista, que fora um organismo de libertação, se transformasse num instrumento de opressão violenta contra o povo?

Em 2018, trinta e nove anos após a queda de Somoza, o país voltou ao seu triste ponto de partida: uma ditadura autocrática. Embora tenha características socioeconómicas bem diferentes do Somocismo, está igualmente disposta a utilizar quaisquer meios de opressão para

³ Neste texto são usados os termos FSLN, Frente Sandinista e Frente como sinónimos. Os termos sandinista ou Sandinismo só são usados quando se referem a situações até à derrota eleitoral da FSLN no ano 1990. A partir do ano 2007 o regime político é denominado como Ortegismo.

defender a sua posição de poder. Porém, os novos opressores são aqueles que nos anos 1970 lutaram pela libertação do povo. Como se pode explicar tal reviravolta? Como pôde acontecer que um movimento de libertação que liderou e venceu uma longa luta guerrilheira à custa de duros sacrifícios contra uma ditadura se tivesse tornado num opressor? Porque é que antigos combatentes da guerrilha sandinista são atualmente voluntários ao serviço de Ortega e estão dispostos a oprimir e aterrorizar o seu próprio povo através de formações paramilitares irregulares?

Há um número considerável de artigos e também alguns livros que tentam caracterizar os regimes políticos que prevaleceram na Nicarágua durante os vários períodos, em particular a partir da queda da ditadura de Somoza. No entanto, estas classificações não são suficientes para poder dar uma resposta bem fundamentada às questões aqui postas. Isto requer uma descrição e análise detalhada, aprofundada e abrangente das condições e dinâmicas político-sociais durante a Revolução Sandinista na década de 1980 e durante a presidência renovada de Ortega a partir de 2007. Existe já uma vasta gama de trabalho académico sobre diversos aspetos da vida político-social, particularmente sobre o período da Revolução Sandinista, mas também sobre o período de governo a partir de 2007. No entanto, ainda há poucas investigações que tentam apresentar o conjunto da vida social em toda a sua amplitude e diversidade. Para além disto, há pouca literatura que forneça um resumo para o período da presidência de Ortega, entre 2007 e 2024⁴. Em particular, tem havido poucos trabalhos até à data que comparam sob uma perspetiva democrática os dois períodos de governo aqui investigados. O objetivo deste estudo é fazer uma primeira tentativa para colmatar esta lacuna.

A fim de determinar como pôde acontecer que um partido e uma revolução se tornassem exatamente o oposto político do que outrora defenderam, é essencial traçar um quadro muito preciso da sociedade em que tal processo teve lugar. Assim, para poder explicar este processo de degeneração política é preciso examinar os processos políticos, sociais, culturais e psicológicos importantes o mais de perto possível. Isto inclui tanto as grandes questões da política, como o contexto internacional, a guerra e a paz, as instituições públicas, a situação legal, até os problemas menores da vida quotidiana, como as condições de habitação ou mesmo as tradições religiosas e culturais.

⁴ Embora a parte principal deste trabalho se refira ao espaço de tempo entre 1979 e 2022, foram incluídos alguns acontecimentos que ocorreram até ao fim de 2024 porque tinham uma importância tão grande em relação ao conteúdo desta investigação que esta não teria sido completa sem os mencionar.

Para a explicação teórica das revoluções sociais, é preciso poder dispor-se de uma base de conhecimento abrangente de todos os contextos e dinâmicas destas revoluções (Skocpol, 2008, pp. 3–43). Para o seu estudo das revoluções em França, Rússia e China, a autora Theda Skocpol pôde recorrer a um vasto corpo de literatura. No caso da Nicarágua e dos dois períodos de governo da FSLN, tal conhecimento abrangente e profundo ainda não existe. Já há muita literatura sobre processos de democratização e de de-democratização em geral, mas muito pouca, investigando o caso de Nicarágua em especial.

Portanto, o *primeiro* objetivo deste trabalho é resumir os conhecimentos já existentes e acrescentar novos conhecimentos sobre essa revolução e o seu declínio para chegar a uma melhor compreensão das dinâmicas políticas que permitiram a degeneração do Sandinismo. Como *segundo* passo vai-se tentar, com base nos resultados desta investigação, dar explicações para esse desenvolvimento. Embora a descrição e análise do caso da Revolução Sandinista e da sua erosão não permita tirar generalizações teóricas, pode-se, em *terceiro* lugar, investigar explicações teóricas já existentes sobre esse assunto para confirmar ou falsificá-las e podem-se pronunciar novas hipóteses para futuras investigações académicas, por exemplo, de outros processos social-revolucionários e as suas degradações comparáveis ao caso da Nicarágua, como, por exemplo, de Granada, Burkina Faso, Angola, Camboja, Zimbábue ou outras.

Para este estudo, foi escolhido o desenho de um *estudo de caso comparativo*, porque este método oferece as melhores possibilidades para levar a cabo as investigações pretendidas por este trabalho. Os dois casos a analisar aqui de forma comparativa são, por um lado, o período da Revolução Sandinista desde o seu triunfo em 1979 até à sua derrota nas eleições do início de 1990, aqui denominado *Sandinismo*, e, por outro lado, o período da presidência renovada de Ortega desde 2007 até às eleições de 2021, aqui denominado *Orteguismo*. Escolheu-se um desenho de investigação *qualitativo*, porque os processos sociais a serem apresentados neste trabalho são demasiado numerosos e demasiado diversos para uma avaliação quantitativa. Em contraste, uma investigação qualitativa permite que os mais diversos níveis de processos sociais sejam apresentados de uma forma muito detalhada e aprofundada.

Evidentemente, existem diferenças profundas entre os contextos dos dois casos. Por exemplo, a FSLN chegou ao poder em 1979 através de uma insurreição armada e a Revolução Sandinista teve lugar em condições da Guerra Fria, a competição sistémica entre o capitalismo ocidental e o *socialismo real* ao estilo soviético. Em contraste, Ortega ganhou a sua presidência renovada em 2006 através de eleições relativamente democráticas, e o campo socialista

dominado pela antiga União Soviética já nem sequer existia naquela altura. Por outro lado, também existem semelhanças importantes: em ambos os casos é o mesmo país, dentro das mesmas fronteiras, com as mesmas línguas, com as mesmas expressões culturais e religiosas, com a mesma FSLN no governo, com o mesmo presidente no poder, com muitas instituições públicas iguais, e (em muitos casos) com os mesmos atores políticos e sociais. Por conseguinte, é possível e também útil comparar estes dois períodos históricos um com o outro para salientar as continuidades e as contradições entre os casos examinados neste trabalho.

A *perspetiva democrática* desta investigação não é apenas de importância, porque a presença ou ausência de liberdades e direitos democráticos é fundamental para qualquer atividade política, mas também porque a democracia é um ponto fulcral na discussão teórica na ciência política. Além disso, a questão da democracia está também no centro do debate político atual na e sobre a Nicarágua. Aqui, contudo, a democracia não deve ser entendida meramente como um conjunto de certos procedimentos políticos ou jurídicos formais para eleições parlamentares, mas como um princípio organizador que pode ser aplicado a todas as esferas sociais e que se esforça por se estender a todas as esferas da sociedade, desde o mais pequeno grupo de base até à economia nacional (Roberts, 1998, pp. 1–33).

Isto significa que a qualidade democrática nas duas fases do governo da FSLN será examinada e comparada na maior amplitude e profundidade possíveis. Todas as esferas da sociedade podem ser preenchidas com formas mais ou menos democráticas de prática social, individual e, particularmente, em conjunto também.

O caso de Nicarágua não é somente mais um exemplo de uma ditadura entre tantas outras que existem no mundo. Na Nicarágua pós-revolucionária, em 2007 chegou à presidência Daniel Ortega como dirigente do partido FSLN, que na Revolução Sandinista tinha tentado construir um modelo novo, livre e democrático do socialismo, mas que logo se tornou um dos governos mais repressivos do continente americano. A Revolução Sandinista foi uma tentativa de construir uma sociedade com características novas e em contraste declarado e significativo com os modelos políticos da União Soviética e mesmo de Cuba. O processo da sua degradação é, portanto, um *caso novo com características novas*, que justifica e merece uma investigação própria. Politólogos, sociólogos, economistas, filósofos, escritores e intelectuais do mais alto nível mundial – entre eles Gabriel García Márquez, Mario Benedetti, Eduardo Galeano, Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Graham Greene, Günther Grass – elogiaram a Revolução Sandinista durante os anos 1980 (Hassan Morales, 2016, pp. 307–308). Perante os fenómenos repressivos

e ditatoriais do atual regime orteguista é uma dívida científica e política rever criticamente essas análises e declarações. À luz dos acontecimentos atuais, é essencial reexaminar e analisar criticamente as condições e dinâmicas políticas da Revolução Sandinista.

Ainda que centenas de livros e artigos sobre a Nicarágua tivessem sido publicados na década dos anos 1980, o interesse público, político e acadêmico por este país diminuiu drasticamente após a derrota eleitoral da FSLN em 1990. Durante muitos anos, a Nicarágua não foi um tema no noticiário internacional. Com a repressão maciça de 2018 e as medidas cada vez mais ditatoriais do governo, o país apareceu novamente nas notícias. No entanto, isto apenas realça a *atualidade* e a *importância* de elaborar um estudo científico atualizado, para que se possa examinar a situação político-social, analisar os acontecimentos dramáticos dos últimos anos e tentar descobrir as suas raízes nos desenvolvimentos históricos contemporâneos da Nicarágua.

A *relevância* deste trabalho consiste no empenho em descrever e analisar a relação de tensão que existe entre o aspeto político – mais ou menos democrático – de uma sociedade e o aspeto material – mais ou menos social – da mesma. Tanto no debate científico como no debate dos atores políticos podem-se encontrar opiniões que enfatizam uma destas duas concepções em detrimento da outra. Há posições que defendem principalmente o elemento da democracia à custa da justiça social na fase dos governos neoliberais (1990-2007), enquanto que há outras que justificam as atuações autoritárias⁵ e ditatoriais do governo orteguista sob o pretexto de defender os interesses sociais das pessoas. É um propósito deste trabalho tentar tirar conclusões desta investigação que conseguem reconciliar os dois aspetos centrais para qualquer sociedade: as liberdades democráticas e a justiça social.

Finalmente, um trabalho de comparação dos dois períodos de governo da FSLN com o presidente Ortega não foi publicado até agora, o que confere a esta investigação um alto grau de *originalidade*. Uma análise profunda das dinâmicas políticas na Nicarágua orteguista, a partir de 2007, vai abrir novas perspetivas para interpretar os processos políticos dos anos 1980. E vice-versa, recorrer às experiências da Revolução Sandinista vai dar indicações importantes para interpretar as condições sociais do período orteguista. É um desafio deste trabalho chegar a uma melhor compreensão dos desenvolvimentos políticos na Nicarágua e na Frente

⁵ Neste trabalho usa-se a expressão *autoritário* somente no sentido comum da palavra e não para a classificação de um regime político específico como o fazem autores como Linz e Stepan (1996), Levitsky e Way (2010) ou Levitsky e Ziblatt (2018).

Sandinista, especialmente a partir do triunfo da revolução em 1979, através da comparação dos dois períodos aqui contemplados.

1.1.2 Pergunta de partida

A Revolução Sandinista, encabeçada pela FSLN, constituiu uma tentativa de construir uma sociedade democrático-socialista na Nicarágua (Núñez Soto & Burbach, 1987; Vanden & Prevost, 1993). Mas, estando no poder pela segunda vez, o governo da FSLN transformou-se a partir de 2018 numa ditadura declarada, acusada de ter cometido crimes de lesa-humanidade (GIEI, 2018). É de elevada importância averiguar as razões que levaram a este dramático desenvolvimento político. Para tal, é necessário descrever e analisar em pormenor as condições e desenvolvimentos políticos na Nicarágua e tentar explicá-los. Só com base neste conhecimento se podem desenvolver novas hipóteses sobre a questão, como será possível no futuro evitar tais trágicos desenvolvimentos políticos, como aconteceram na Nicarágua.

Daí a principal *pergunta de partida*: como se pode explicar que a FSLN, que tinha liderado uma revolução entusiasticamente apoiada pela população, tivesse chegado ao ponto de suprimir protestos pacíficos com força militar e estabelecer uma ditadura declarada?

Em particular, pretende-se analisar os mecanismos políticos e as influências mútuas entre as estruturas governamentais e os organismos partidários da FSLN que causaram ou provocaram que o Sandinismo tenha terminado num regime autocrático ditatorial. Quais as estruturas estatais e da sociedade civil que permitiram que o movimento sandinista, que anteriormente era um movimento de libertação, se tornasse numa estrutura autoritária e repressiva? Neste contexto também é preciso integrar uma análise das estruturas e dinâmicas informais, porque em todas as sociedades existem muitas regras, que não estão codificadas formalmente mas têm um alto nível de cumprimento (Helmke & Levitsky, 2006). Por exemplo, o regresso de Ortega à presidência de Nicarágua depois de 17 anos de oposição, dificilmente pode ser explicado sem recorrer às atividades e pactos secretos entre ele e todos os seus adversários políticos, durante todo o tempo a partir da derrota eleitoral da FSLN em 1990. Só com base na compreensão destes desenvolvimentos nos diferentes níveis da sociedade será possível identificar elementos políticos necessários, para poder evitar que se repita novamente essa experiência política extremamente negativa e humanitariamente catastrófica.

O *propósito principal* deste trabalho é contribuir para um melhor e diferenciado entendimento dos desenvolvimentos políticos nas duas fases do governo da FSLN e do presidente Ortega. Também se quer reforçar, através do exemplo da Nicarágua, a consciência da importância que têm estruturas e processos democráticos para a convivência pacífica e livre das pessoas, especialmente no contexto de processos emancipatórios.

Neste quadro geral são metas mais específicas deste estudo: a descrição das condições políticas na Nicarágua durante a Revolução Sandinista e no período orteguista a partir do 2007; o enquadramento teórico da experiência política de Nicarágua na ciência política; a comparação das situações dos dois períodos aqui em consideração numa perspetiva democrática; a investigação das continuidades e ruturas políticas entre estas duas fases políticas; a análise não só das estruturas formais do Estado, mas também dos desenvolvimentos na sociedade civil e das dinâmicas informais nos dois períodos; e o enquadramento teórico dos resultados empíricos desta investigação.

Para conseguir cumprir com este objetivo pretende-se analisar, de maneira mais detalhada possível, as estruturas e as dinâmicas político-sociais que podem dar explicações para os desenvolvimentos políticos observados. Embora haja sempre muitos fatores de mais diversa natureza – internacionais, económicos, ecológicos, entre outros – que influem nos assuntos políticos, quer-se pôr o foco desta investigação no aspeto da democracia, nos avanços democráticos e nos retrocessos da mesma. Desta maneira quer-se identificar quais as continuidades e quais as ruturas políticas que existem entre os dois períodos de governação aqui contemplados.

Isto também inclui fazer uma avaliação crítica tanto de explicações simplistas idealizando os governos da FSLN como também conceitos enviesados que reduzem o Sandinismo à sua componente autoritária. Mais explicitamente, é um propósito importante deste trabalho mostrar que existe uma rutura política profunda entre os dois períodos e que não existe uma continuidade emancipadora revolucionária, alegada por defensores da ditadura orteguista, nem uma continuidade de autoritarismo e opressão, atribuída por críticos do Sandinismo e do Orteguismo.

Desta maneira pretende-se identificar elementos político-sociais que permitiram ou mesmo reforçaram tendências autoritárias no movimento sandinista, bem como experiências que abriram processos para aprofundar a democracia (*democratic depth*) ou progredir a

qualidade da democracia (*democratic quality*) (Fishman, 2019, pp. 10–14), durante a Revolução Sandinista. Como todos os organismos políticos, a FSLN foi também marcada por contradições internas. Tomando em conta a importância deste partido para o desenvolvimento político na Nicarágua durante mais que quarenta anos, também será uma tarefa importante deste trabalho investigar estas contradições e analisar o seu significado para todo o desenvolvimento político aqui em consideração e, em especial, para o processo da degradação política da FSLN.

As mesmas perguntas têm que ser postas com referência ao segundo período de governação, para poder identificar as dinâmicas políticas que reforçaram ou debilitaram as estruturas democráticas nas diferentes esferas da sociedade.

Nas últimas décadas foram desenvolvidas diversas teorias democráticas ou teorias para a medição da democracia. Mas em vez de deduzir explicações destas teorias gerais, para compreender os acontecimentos concretos na Nicarágua, o autor pretende centrar-se neste trabalho na descrição e análise das condições e dinâmicas dos processos político-sociais naquele país.

A contradição entre a Revolução Sandinista, dirigida pela FSLN, vastamente apoiada pela população e com um carácter sumamente democrático e a repressão ditatorial na Nicarágua a partir de 2018 pelo mesmo partido é o contexto fundamental para a escolha da pergunta principal deste trabalho: como foi possível que a FSLN, um partido que antes tinha lutado contra a ditadura de Somoza e pela liberdade do povo, tenha chegado a converter-se num novo instrumento de opressão e o seu líder Daniel Ortega num novo ditador na Nicarágua?

Daí provêm as seguintes perguntas de pesquisa mais detalhadas: Quais são as características políticas principais nas duas fases de governação da FSLN numa perspectiva democrática? Quais são as diferenças e os pontos comuns na vida política e social na Nicarágua entre os dois períodos do governo da FSLN e do presidente Ortega? Quais as instituições importantes estatais, da sociedade civil e informais que marcaram o sistema político na Nicarágua? Quais as características da vida social e política da população em relação à liberdade e o exercício dos direitos democráticos nos dois períodos? Qual foi a concepção da democracia da Frente Sandinista e como se mudou?

Antes de expor a organização deste trabalho, apresenta-se uma breve revisão de alguns textos da literatura sobre a Nicarágua e o aspeto da democracia no desenvolvimento político deste país depois da queda da ditadura somocista e o triunfo da Revolução Sandinista.

1.2 Revisão da literatura

1.2.1 Nicarágua e a FSLN

Numa combinação entre uma insurreição popular e a luta de guerrilha da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), o ditador Anastasio Somoza foi derrubado em 1979. Isto abriu uma revolução social, que se caracterizou por um duplo processo de democratização. Por um lado, foram criadas instituições representativas da democracia liberal. Mas, por outro, também nasceram estruturas de democracia participativa através das quais amplos setores da população puderam participar nas decisões sobre os assuntos políticos, económicos e sociais do país (CIERA, 1984; Hoyt, 1997; Williams, 1994). Nicarágua tornou-se num dos primeiros países da terceira vaga de democratização na América Latina (Hagopian & Mainwaring, 2005).

Nas décadas de 1980 e de 1990, teve lugar uma profunda reorientação na esquerda latino-americana, o que em muitos países levou a um afastamento das concepções revolucionárias leninistas e da luta armada, dando uma viragem para formas democráticas de luta. Neste contexto, a democracia era vista como muito mais do que um conjunto de procedimentos formais, mas foi entendida como um espaço para o empoderamento dos setores populares que tipicamente estavam excluídos e, muitas vezes, reprimidos violentamente por regimes autoritários (Roberts, 1998, p. 2). Na esquerda latino-americana desenvolveu-se uma *intellectual sea change* (ibid. 1998, p. 17) e surgiu um *broad new consensus* que se expressou numa apreciação mais relevante da democracia (ibid. 1998, p. 6).

A derrota eleitoral do partido sandinista em 1990 e a transferência do poder para uma presidente conservadora-liberal levou a uma consolidação da democracia liberal, mas também causou um declínio significativo dos elementos da democracia participativa na Nicarágua (Williams, 1990).

Na primeira década do novo século, a América Latina tornou-se o cenário de uma viragem política geral para a esquerda, que resultou em governos de esquerda em muitos países e que levou também à reeleição de vários presidentes da esquerda (Levitsky & Roberts, 2011). Neste período também Daniel Ortega foi reeleito presidente da Nicarágua em 2006 e tomou posse em 2007, mas tornou-se claro, após pouco tempo, que o seu novo governo estava a avançar para uma direção autoritária (Close & Martí i Puig, 2009; Levitsky & Way, 2010).

Por um lado, o regime restringiu cada vez mais a margem de manobra política das correntes da oposição, mas por outro lado, deixou ainda algum espaço para a competição política nas eleições ou no que diz respeito à imprensa. A Nicarágua evoluiu assim para um sistema híbrido, semi-autoritário, durante os primeiros dez anos da nova presidência de Ortega (Close, 2016).

No entanto, houve uma mudança dramática na situação política em abril de 2018. Desenvolveram-se enormes protestos espontâneos que, em poucos dias, se transformaram numa revolta civil contra o regime de Ortega. Esta revolta foi derrubada brutalmente pelo governo através de meios policiais e paramilitares (GIEI, 2018). A Nicarágua não foi apenas o primeiro país de uma onda de protestos que varreu toda a América Latina, também foi o país onde estes protestos foram mais sangrentamente reprimidos (Buben & Kouba, 2020). Embora antes destes acontecimentos o regime da Nicarágua ainda pudesse ser caracterizado como autoritarismo competitivo, tornou-se, a partir de tal momento, numa ditadura declarada na qual a repressão tem prevalecido até à atualidade (Levitsky & Way, 2020).

No debate académico sobre a Nicarágua, não há de forma alguma unanimidade sobre a caracterização teórica e a avaliação da evolução social desde a queda da ditadura de Somoza em 1979. No que diz respeito ao governo da FSLN nos anos 1980, as interpretações divergem muito.

Passados mais que 45 anos da queda da ditadura somocista, existem muito poucos balanços políticos sobre a Revolução Sandinista de autores nicaraguenses. Dos nove *Comandantes de la Revolución* que formaram a quase todo poderosa *Dirección Nacional* da FSLN na década de 1980, apenas um deles deu um passo na direção de elaborar uma tal avaliação (Carrión Cruz, 2019). Até à data, praticamente nada se sabe sobre o funcionamento interno da *Dirección Nacional*. Assim, com exceção de alguns relatos pontuais, existe até agora apenas um livro em que um ex-oficial de alto escalão do exército sandinista relatou sobre os mecanismos internos na liderança da FSLN (Miranda & Ratliff, 1994).

Alguns altos funcionários civis daquele período escreveram livros autobiográficos ou limitados a temas particulares (Belli, 2002; E. Cardenal, 2004; F. Cardenal, 2009; Hassan Morales, 2016; Ramírez, 1999). Entre os poucos balanços gerais da revolução, alguns são bastante apologéticos desta revolução (Fonseca Terán, 2005; Núñez Soto, 2015), ao passo que outros mostram abordagens mais equilibradas, em parte afirmativas, mas também autocríticas

(Bendaña, 1991; Chamorro, 2014; Martínez Cuenca, 1990; Vargas, 1991). A maioria dos balanços autobiográficos dos opositores da revolução concentra-se na descrição das suas próprias atuações e no seu papel na oposição armada (Calero Portocarrero, 2010; César, 2015; Cruz, 2010; Matamoros Hüeck, 2006).

Internacionalmente, foram publicados vários artigos e dissertações com enfoques especiais da vida político-social (Bothmann, 2015; Hager jr. & Snyder, 2015; Hanemann, 2001; Hernández Ruigómez, 2011; Hoyt, 1997; Martí i Puig, 1995; Pozas, 1988; Soto Joya, 2011 entre outros). Algumas publicações científicas sobre a Nicarágua sandinista centram-se principalmente no aspeto eleitoral do âmbito democrático (L. Anderson & Dodd, 2005; McClintock, 2018; Seligson & Booth, 1995) enquanto outras se dedicam a um balanço crítico da Revolução Sandinista em geral, tomando em conta mais aspetos importantes das dinâmicas sociais (Close & Martí i Puig, 2009; La Botz, 2016; Martí i Puig, 1997; Schindler, 2019a; Serra, 1993; Vilas, 1990, 2005; Walker, 1991a).

No debate científico, as caracterizações vão desde a ênfase da natureza coerciva (Levitsky & Way, 2010) e autoritária (Hagopian & Mainwaring, 2005; Mainwaring & Pérez-Liñán, 2013a) ou de falta de democracia (La Botz, 2016) do período sandinista até a análises que enfatizam os elementos emancipatórios da democracia participativa, muito além dos limites da democracia liberal (Hoyt, 1997; Jonas & Stein, 1990; Williams, 1990, 1994). Outros destacam o caráter socialista (L. Anderson, 2010; L. Anderson & Dodd, 2005) ou democrático socialista (Muhr, 2012; Vanden & Prevost, 1993) do regime. O período de governo de 1979 a 1990 é referido neste texto como a *Revolução Sandinista* ou *Sandinismo*.

Em contraste com as interpretações amplamente divergentes do período sandinista, existe na ciência política um consenso generalizado na análise do sistema político a partir da renovação da presidência de Ortega desde 2007. Este regime tem sido um regime que, partindo de condições democráticas limitadas, se desenvolveu cada vez mais numa direção autoritária (Close, 2016; Martí i Puig, 2016) e, a partir de 2018, conduziu a uma ditadura declarada (Levitsky & Way, 2020; Martí i Puig & Serra, 2020). O período de governo de 2007 a 2024 será referido como *Orteguismo* no texto seguinte.

Com exceção de alguns artigos ou coleções de artigos (Aguilar Antunes et al., 2018; Bastien, 2018; Cortés Ramos et al., 2020; Jarquín et al., 2021; Martí i Puig et al., 2022; Santiago, 2018; Santos, 2018; Zibechi, 2018), até ao momento da elaboração deste texto não foi publicada

muita literatura sobre o período que começou com os eventos repressivos de 2018/2019 porque apenas ocorreram muito recentemente. Mas, como as condições na Nicarágua se agravaram ao longo de muitos anos, já surgiram vários trabalhos nos anos anteriores que – com exceção de Orlando Núñez Soto (2015) – são muito críticos relativamente às crescentes tendências de centralização do poder nas mãos de Ortega, à crescente corrupção associada e à repressão estatal cada vez mais violenta e generalizada na Nicarágua (Close, 2016; La Botz, 2016; Martí i Puig, 2010; Simpson, 2011).

No atual debate político na América Latina, forças próximas do Foro de São Paulo assumem a posição de que a democracia deve ser entendida como uma “igualização e distribuição das riquezas” (García Linera, 2019). Exigências de mais liberdades políticas têm que ser interpretadas como intervenções externas nos assuntos internos de outros países e como tentativas de golpes de Estado, organizadas pelo imperialismo, as quais têm que ser combatidas com todas as consequências necessárias (Ayerdis, 2018; Fonseca Terán, 2021; Midence, 2018). Porém estes conceitos são contestados fortemente por duas posições que, por um lado, repudiam em conjunto vigorosamente as atuações repressivas dos governos supostamente progressivos, mas que, por outro lado, têm perspectivas políticas diametralmente contrárias. Enquanto uns se orientam politicamente pelos EUA e esperam o apoio político e económico de Washington (Levitsky & Way, 2020), outros rejeitam a política de intervenção dos EUA e estão empenhados na perspectiva de que o povo tem que assumir a sua responsabilidade de tomar o seu destino nas suas próprias mãos (Guevara López, 2014; Santos, 2019; Zibechi, 2019).

Após a derrota eleitoral da FSLN, em 1990, a ciência política perdeu amplamente o interesse pela Nicarágua. No entanto, a experiência histórica da Revolução Sandinista é importante demais para ser simplesmente esquecida. Os eventos de 2018 são um verdadeiro desafio para a ciência entrar numa profunda reflexão sobre a Revolução Sandinista, determinar as causas da sua degradação e desenvolver alternativas melhores.

Em seguida, serão mencionados e discutidos alguns termos centrais para a análise política dos dois períodos de governação da FSLN. Depois descrever-se-ão brevemente algumas características importantes destes dois casos, a fim de explicar com mais clareza qual é o objetivo desta investigação. E por fim serão discutidas várias investigações que analisam e apresentam possíveis contextos explicativos para os desenvolvimentos políticos na Nicarágua investigados neste trabalho.

O caso da Nicarágua tem uma importância notável para a teoria, bem como para a prática política e, em particular, para o debate da esquerda latino-americana e internacional sobre o modelo da revolução e a relação entre a revolução e a democracia. A Revolução Sandinista tem sido amplamente descrita como um caminho especial que raramente ocorreu na história, uma vez que a Nicarágua experimentou uma mudança dum regime autocrático para uma sociedade democrática através de uma revolução social (Fishman, 2019; Martí i Puig, 1997; Williams, 1994). Mesmo assim, esta revolução não tem recebido muita atenção na literatura sobre a mudança de regimes e processos de democratização na América Latina. Leslie Anderson (2010; L. Anderson et al., 2017; L. Anderson & Dodd, 2005; L. E. Anderson et al., 2021; L. E. Anderson & Park, 2016), David Close (1999, 2016; Close et al., 2011; Close & Deonandan, 2004; Close & Martí i Puig, 2009) e Salvador Martí i Puig (Close & Martí i Puig, 2009; 1997, 2008, 2016; Martí i Puig & Serra, 2020) estão entre os poucos autores que trabalharam e publicaram de vasta maneira sobre a Nicarágua, durante um período prolongado de tempo até à atualidade. As diferenças profundas que existem na literatura com respeito à apreciação política da Revolução Sandinista são praticamente um apelo para continuar e aprofundar a investigação desta matéria. O objetivo deste estudo é contribuir para a síntese dos conhecimentos existentes sobre os desenvolvimentos políticos na Nicarágua, para acrescentar novos conhecimentos, para fornecer uma visão mais precisa dos processos sociais relacionados com os dois períodos do governo da FSLN através de um estudo comparativo e também para, na base desta investigação, introduzir novos elementos na interpretação dos acontecimentos históricos e políticos na Nicarágua entre 1979 e 2022.

A Revolução Sandinista, o primeiro período aqui investigado, não foi simplesmente uma cópia do modelo soviético, nem do modelo cubano. Havia diferenças profundas entre estes sistemas, particularmente em questões do pluralismo político e da democracia (F. Cardenal, 2009; Close & Martí i Puig, 2009; Coraggio et al., 1986; Fonseca Terán, 2005; Hodges, 1986; Martí i Puig, 1997; Ramírez, 1999; Walker, 1991a). A revolução levou a FSLN ao poder, partido que governou a Nicarágua durante dez anos sob Daniel Ortega, o coordenador da junta revolucionária e, a partir de 1984, presidente do país.

No primeiro dia após do triunfo revolucionário de 19 de julho de 1979, a *Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional (JGRN)* promulgou o novo *Estatuto Fundamental de la República*, aboliu as leis e instituições repressivas da ditadura de Somoza e instalou as novas instituições do *Consejo de Estado* como poder legislativo e a JGRN como poder executivo. Foi

proclamado o *Estatuto sobre Derechos y Garantías de los Nicaragüenses*, estatuto básico que garantia amplos direitos políticos e sociais, a começar pelo direito do povo a participar nos assuntos fundamentais do país. Além da FSLN, sete outros partidos, vários sindicatos, associações empresariais, o clero e outras organizações estiveram representados no Conselho de Estado. Houve um pluralismo partidário pronunciado e foram realizadas eleições democráticas em 1984 e 1990, apesar da guerra dos Estados Unidos contra a Nicarágua. Houve uma verdadeira explosão de organizações de massas, comités distritais, sindicatos, associações de trabalhadores agrícolas, pequenos e médios produtores do campo, organizações de mulheres, e milícias voluntárias. Além do jornal do partido da FSLN, havia dois outros jornais diários importantes, um independente e um da oposição, inclusive várias estações de rádio com uma grande variedade de orientações políticas e ideológicas. Não só a liberdade de prática religiosa era respeitada, como havia mesmo três cargos ministeriais ocupados por padres. A economia mista permitiu a existência contínua de um setor capitalista significativo da economia paralelamente ao setor estatal e ao setor cooperativo, em zonas rurais e também urbanas. Procurando uma posição neutra no mundo polarizado da Guerra Fria, a Nicarágua juntou-se ao Movimento dos Países Não-Alinhados. Finalmente, a FSLN não foi dominada por um todo-poderoso secretário-geral, mas foi dirigida coletivamente pelos nove membros da *Dirección Nacional*, os assim chamados *Comandantes de la Revolución* (Close & Martí i Puig, 2009; Levitsky & Roberts, 2011; Martí i Puig, 1995, 1997). A Revolução Sandinista terminou com a derrota da FSLN nas eleições de 1990 e a transferência do poder para a recém-eleita presidente Violeta Barrios de Chamorro (Pozas, 1988; Ramírez, 1999; Vanden & Prevost, 1993; Walker, 1991a).

O segundo período analisado neste trabalho, referido aqui como Orteguismo, cobre principalmente os anos da presidência renovada de Daniel Ortega de 2007 até às eleições de 2021. Este período é caracterizado por três desenvolvimentos em particular: primeiro, Ortega conseguiu concentrar cada vez mais poder no Estado através de diversas medidas, muitas vezes ilegítimas e sem base legal. Em segundo lugar, o regime conseguiu estabilizar o seu governo, complementando as políticas neoliberais dos três governos conservadores-liberais anteriores com medidas sociais que tinham levado a uma redução significativa da pobreza extrema. Terceiro, o regime orteguista mostrou uma tendência cada vez mais autoritária, recorrendo frequentemente a medidas violentas contra movimentos e organizações de oposição (Close, 2016; Martí i Puig, 2016). A partir de 2014, o presidente tem o último controlo sobre o poder executivo, legislativo, judicial, eleitoral e sobre quase todas as instituições supostamente

independentes do Estado (Close, 2016, p. 155). Em 2018, estas condições levaram a protestos pacíficos contra uma reforma social, inicialmente limitados a algumas centenas de pessoas que foram maciçamente reprimidas pela Polícia e por gangues leais ao presidente. Contra esta repressão desenvolveram-se novos protestos de rápida propagação que se voltaram, no espaço de poucos dias, diretamente contra Ortega e o seu governo. O governo respondeu com um banho de sangue sem precedentes na história recente da Nicarágua. Numa confluência de seguidores incondicionais de Ortega, funcionários públicos, a Polícia e paramilitares, frequentemente mascarados, mataram mais de 300 pessoas. Mais de 2.000 pessoas ficaram feridas, algumas seriamente, mais de 600 prisioneiros políticos encheram as prisões, e mais de 50.000 pessoas fugiram para o estrangeiro. O governo de Nicarágua foi acusado de ter cometido crimes de lesa-humanidade (AI, 2018b; GIEI, 2018; ONU, OACNUDH, 2018). Desde estes acontecimentos, a Nicarágua tem estado sob um estado de emergência de facto. Qualquer expressão crítica de opinião, privada ou pública, é reprimida e perseguida; estações de rádio que criticaram o governo foram encerradas; organizações de direitos humanos foram privadas das suas personalidades jurídicas; organizações não governamentais independentes são perseguidas; representantes das Nações Unidas ou da Organização dos Estados Americanos estão impedidos de entrar no país. A vida política e social é vastamente suprimida pelo governo através de uma grande variedade de medidas repressivas, incluindo o recurso à prisão e à violência extrajudicial e mortal (AI, 2021b).

Antes de caracterizar com mais pormenor a qualidade política dos dois regimes aqui descritos, alguns termos que desempenham um papel central nisto devem ser definidos com maior precisão: revolução social, democracia, esquerda e caudilhismo.

1.2.2 Conceitos essenciais

1.2.2.1 Revolução social

No seu trabalho *States and Social Revolutions*, Theda Skocpol (2008) define uma revolução social da seguinte forma:

“Social revolutions are rapid, basic transformations of a society’s state and class structures; and they are accompanied and in part carried through by class-based revolts from below. Social revolutions are set apart from other sorts of conflicts and transformative processes above all by the combination of two coincidences: the coincidence of societal structural change with class upheaval; and the coincidence of political with social transformations.” (ibid. 2008, p. 4)

Com esta definição Skocpol sublinha que uma revolução social não só significa que as massas intervêm diretamente na política e causam profundas convulsões políticas e sociais, mas também que a velha estrutura de classes do Estado é substituída por uma nova. Ilustra isto ao discutir as três grandes revoluções sociais: a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Chinesa de 1949. Nos três casos, as antigas classes dominantes foram substituídas por novas classes e as relações de produção foram profundamente alteradas.

Há poucas dúvidas de que a Revolução Sandinista tenha sido uma revolução social neste sentido. Mas as mudanças políticas e sociais mais específicas que ocorreram durante esta revolução, e em particular o desenvolvimento da relação entre as massas e a liderança revolucionária, exigem certamente uma investigação mais profunda, o que se pretende fazer neste trabalho. Selbin (1999, p. 11) aponta nesta direção com a sua definição de uma revolução social como o derrube bem-sucedido de uma elite por uma vanguarda revolucionária, que mobilizou um amplo apoio social e levou a cabo uma transformação das estruturas políticas, económicas e sociais da sociedade. Esta definição é partilhada por Martí i Puig (1997, p. 44).

Fishman (2011, p. 235) afirma que se trata de uma revolução social quando ações espontâneas, inícios dum poder alternativo revolucionário e novas experiências coletivas intensas, levam ao derrube das hierarquias de muitas instituições sociais e políticas e à redefinição das tradições culturais. Por esta definição, não só a revolução nicaraguense, mas também a revolução portuguesa de 1974, é classificada uma revolução social. Em ambos os países as massas intervieram diretamente nos destinos políticos dos seus países, os antigos regimes foram derrubados e também ocorreram profundas mudanças sociais.

Esta categoria é particularmente importante para este trabalho, porque estudos recentes mostram que os processos de democratização através de revoluções sociais – e explicitamente a revolução dos cravos em Portugal e a Revolução Sandinista – conduzem a um maior grau de participação democrática da população e a mais justiça social do que as democratizações através de negociações entre as elites sem mudanças profundas das sociedades (Bernhard et al., 2017, pp. 299–300; Fernandes, 2015, p. 1081; Fernandes & Branco, 2017; Fishman, 2011, pp. 255–257). Mas isto também leva à legítima questão de saber quanto tempo estes efeitos dos processos revolucionários sociais irão realmente perdurar (Fernandes, 2015, p. 1091). Embora a sociedade portuguesa esteja ainda hoje profundamente marcada pela revolução, quase não resta nada do legado democrático da revolução nicaraguense.

Uma revolução termina quando tiver sido derrotada ou quando se tiver consolidada a tal ponto que já não possa ser derrotada (Hobsbawm, 1986, pp. 23–24). Isto significa que pode decorrer certo tempo, na realidade podem ser muitos anos, do momento da insurreição revolucionária até ao fim da revolução. Portanto, Selbin (1993) dedica-se extensivamente ao problema da consolidação de uma revolução em geral e também da Revolução Sandinista em particular.

Para Selbin a consolidação de uma revolução tem que ver decisivamente com o desenvolvimento da consciência da maioria da população. O autor alega que no processo da consolidação os revolucionários tentam ganhar o povo para o seu projeto político e o povo tenta pôr em prática as esperanças para as quais tinha começado a lutar. Selbin acrescenta à ênfase estrutural da teoria de revolução de Skocpol – no Estado, nas relações entre as classes dominantes e à situação da economia política internacional – o aspeto dos sujeitos humanos, que ativamente e conscientemente atuam na revolução. A consolidação tem lugar quando uma maioria significativa da população internalizou os projetos centrais de uma revolução social e uma revolução social só pode ser classificada exitosa quando tiver alcançado um nível sustentável de institucionalização e de consolidação (ibid. 1993, pp. 4, 14).

No caso de Nicarágua, Selbin alega que o processo da consolidação da Revolução Sandinista terminou com êxito nas eleições de 1990. Embora a FSLN tenha perdido estas eleições, a transferência pacífica do poder para a nova presidente recém-eleita mostrou que as regras da democracia parlamentar já eram geralmente aceites (ibid. 1993, pp. 101–136). Esta interpretação da derrota eleitoral vai ser objeto de investigação deste trabalho, porque é contestada por outros autores que percebem esta perda como derrocada da revolução, indicando principalmente – uns politicamente contentes, outros desiludidos – que significou o fim definitivo do projeto político-social do Sandinismo (E. Cardenal, 2004; Fonseca Terán, 2005; La Botz, 2016; Lacayo Oyanguren, 2005; Levitsky & Way, 2010; Núñez Soto, 2015; Ramírez, 1999; Vanden & Prevost, 1993).

Portanto, o desenvolvimento da consciência das pessoas e a relação entre a população e os dirigentes políticos na fase sandinista pós-insurrecional e de consolidação – falhada – da revolução, como também a decomposição do Sandinismo na fase orteguista, vão ser elementos essenciais desta investigação.

1.2.2.2 Democracia

O termo democracia é de importância central nesta tese, pelo que é importante esclarecer como este termo deve ser entendido e utilizado aqui. Democracia de uma forma muito geral significa *governança pelo povo* (Coppedge et al., 2011). Para além desta formulação básica, porém, há pouco consenso sobre quais são as características essenciais importantes da democracia.

No seu artigo *Dilemmas of Democratization in Latin America*, Terry Lynn Karl (1990) ilustra com clareza as dificuldades de encontrar uma definição apropriada para o termo democracia. Se, segundo Schumpeter (2011), a realização regular de eleições livres entre várias alternativas políticas for considerada uma característica suficiente para a existência de uma democracia, então muitas ditaduras poderiam ser chamadas de democráticas porque cumprem este critério. Por outro lado, se as condições forem consideradas demasiado amplas e, por exemplo, a participação ativa das massas no exercício do governo e a existência de justiça social forem consideradas como pré-requisitos da democracia, então dificilmente qualquer país do mundo poderia ser chamado democrático. Por conseguinte, a autora escolhe uma especificação *middle-range* para a democracia como

“a set of institutions that permits the entire adult population to act as citizens by choosing their leading decision makers in competitive, fair, and regularly scheduled elections which are held in the context of the rule of law, guarantees for political freedom, and limited military prerogatives.” (Karl, 1990, p. 2)

No entanto, não é possível encontrar uma definição da democracia que possa ser compartilhada por todas e todos. O projeto *Varieties of Democracy (V-Dem)* escolheu, portanto, uma abordagem diferente que não tenta encontrar uma definição da democracia que pode ser compartilhada por todas e todos, mas que aceita a existência de diferentes tipos de modelos de democracia, cada um incidindo sobre diferentes aspetos da democracia: democracia eleitoral, liberal, maioritária, participativa, deliberativa e igualitária. A conceção *eleitoral* enfatiza a realização de eleições regulares e competitivas de um governo. A conceção *liberal* enfatiza as liberdades individuais, a necessidade dum Estado de direito e a limitação do poder do Estado face à sociedade. Na democracia *maioritária*, o princípio dominante é a vontade da maioria, a ser aplicada por um poder estatal forte e centralizado. O modelo *participativo* critica a delegação da administração pública a instituições representativas e considera central a participação direta do povo na administração da sociedade. A abordagem *deliberativa* da

democracia prossegue o objetivo de se aproximar do bem comum através de um debate intenso e público. E a concepção *igualitária* pressupõe que somente uma sociedade em que prevaleça a igualdade social pode também ser democrática (Coppedge et al., 2011).

No contexto deste trabalho, duas concepções democráticas têm uma elevada importância: a dimensão igualitária e a dimensão eleitoral da democracia. A dimensão igualitária pressupõe que a garantia formal de direitos políticos e liberdades cívicas é necessária, mas não é suficiente para garantir o ideal de igualdade política, porque desigualdades materiais prejudicam o pleno exercício das liberdades democráticas. A distribuição igualitária dos recursos materiais – como a proteção social, a saúde e a educação – a todos os grupos sociais é a precondição para uma verdadeira igualdade política entre os cidadãos (Branco, 2020). Só esta igualdade social permite que a grande maioria da população possa organizar-se independentemente e participar plenamente nos processos políticos, principalmente nas eleições mas também muito mais além destas (Dahl, 1971). A segunda dimensão, o conceito da democracia eleitoral, significa que os governos devem submeter-se a eleições regulares e justas nas quais o eleitorado tem a plena oportunidade e liberdade de confirmar o governo no poder ou de eleger outro (Schumpeter, 2011).

Estas duas dimensões têm uma elevada relevância para os dois períodos a investigar aqui. Durante a Revolução Sandinista o fortalecimento da justiça social foi um elemento essencial e integral da política governamental para a democratização do país e para o empoderamento da população para a sua participação na vida política pública. Porém, os benefícios sociais a favor dos setores pobres da população no período orteguista serviram principalmente para estabilizar a base eleitoral de Ortega, enquanto ele e o seu círculo familiar mais próximo continuaram a enriquecer-se impiedosamente e as liberdades democráticas do povo foram suprimidas maciçamente.

No período orteguista, o governo alegou que os princípios da igualdade social e da democracia liberal se contradizem um ao outro e instrumentalizou os avanços sociais dos pobres para justificar a restrição cada vez mais completa de todas as instituições da democracia eleitoral.

Contudo, o conceito de democracia deste tese tem uma perspetiva ampla, orientada ao conceito de *deepening democracy* que é, de acordo com Kenneth Roberts (1998), muito mais do que um conjunto de procedimentos formais para a eleição de governantes, nomeadamente

“a conception of democracy as a principle of social organization, one that is applicable to any social domain where power relations exist or collective decisions are made. It sees democratization, therefore, as a seamless web of popular empowerment that extends logically from political to social and economic relationships.” (ibid. 1998, p. 11)

Enquanto este conceito aceita a necessidade de eleições e instituições representativas em grandes e complexas sociedades modernas, coloca uma ênfase especial na maximização do controlo popular através da expansão das oportunidades de iniciativas diretas dos cidadãos e a supervisão e participação no processo de elaboração das políticas públicas através do aumento da prestação de contas dos representantes eleitos para os seus eleitores (ibid. 1998, p. 26).

Esta compreensão do aprofundamento da democracia como empoderamento das pessoas também vai muito além da governação e da administração pública: vai desde a alfabetização, a promoção da iniciativa pessoal, o exercício da liberdade de expressão, a auto-organização autónoma, a formação de sindicatos e outros grupos de interesse, manifestações públicas livres, a liberdade de imprensa, garantia de liberdade de culto, até ao respeito pelos direitos humanos. Nesta conceção da democracia como processo, que pode ser praticado em muitas formas diferentes e em muitas esferas da sociedade, a existência da democracia já não é uma questão dum sim-ou-não, mas dum mais-ou-menos (ibid. 1998, pp. 18–78).

Neste sentido há muitas dimensões da democracia que têm uma grande relevância para este trabalho. A dimensão cultural de uma sociedade democrática, entendida como a capacidade do discurso e do debate público para contribuir para o pleno desenvolvimento intelectual dos participantes na política, é crucial para a qualidade de um regime democrático (Fishman, 2019, p. 11). No mesmo contexto, as associações populares e organizações de massas desempenham um papel proeminente (Fernandes, 2015), instituições que eram um fator sumamente importante e omnipresente na vida política durante a Revolução Sandinista e, muito pelo contrário, um elemento vastamente suprimido e ausente como ator social durante o regime orteguista a partir de 2007.

Dito mais genericamente, o desenvolvimento da sociedade civil – no sentido de diversas formas de auto-organização social para além das instituições estatais, mas fora da vida privada das pessoas – é um fator essencial para a qualidade duma democracia. Isto pode ser medido, em particular, pela densidade destas formas de organização da sociedade civil e até que ponto têm uma influência real na definição e implementação das políticas públicas (Fernandes & Branco, 2017).

A esquerda latino-americana tinha tradicionalmente prestado pouca atenção teórica ao pluralismo político (Roberts, 1998, p. 34). Embora grandes partes da esquerda não estivessem de modo algum entusiasmadas com o modelo da sociedade soviética devido ao seu carácter burocrático e repressivo, nunca duvidaram seriamente das orientações ideológicas e estratégicas de Moscovo (Roberts, 1998, pp. 21, 51).

Na esquerda latino-americana existia uma rejeição feroz das instituições da democracia liberal. A participação nas eleições foi criticada não devido a uma posição antidemocrática da esquerda, mas porque as eleições foram vistas como fraudulentas, apenas criando ilusões e desencorajando a luta revolucionária (Roberts, 1998, p. 18). Isto é precisamente o que está expresso no *Programa Histórico del FSLN* (1984), o qual afirma que o sistema reacionário do Somocismo, baseado em “farsas eleitorais” e “golpes militares”, devia ser substituído por um poder revolucionário que permitisse a plena participação de todo o povo. No entanto, os termos “democracia” ou “eleições democráticas” não são mencionados nem uma única vez em todo o programa.

As experiências traumáticas da repressão autoritária das ditaduras militares da América Latina nos anos 1970 e 1980 do século passado conduziram a um *broad new consensus* da esquerda latino-americana de apreciação da democracia política. Surgiu um *new intellectual climate* que rejeita métodos autoritários em qualquer âmbito e apoia explicitamente a difusão de normas democráticas (Roberts, 1998, pp. 6, 19). Contudo, dada a evolução autoritária na Nicarágua, e também em noutros países, parece que este novo consenso democrático não ficou, afinal, enraizado muito profundamente na América Latina. Por outro lado, há desenvolvimentos políticos na esquerda latino-americana – por exemplo no Uruguai, Chile ou no Brasil – que parecem retomar o “consenso novo democrático” e rejeitar expressamente as interpretações autoritárias da esquerda. Se esta esquerda inclusiva e democrática também vai aparecer na Nicarágua – depois de tantos anos ditatoriais sob o regime auto-chamado esquerda do Orteguismo – é uma questão aberta. Um dos pontos-chave desta tese será a análise da relação da esquerda latino-americana com os princípios democráticos, utilizando a Nicarágua como exemplo de estudo.

Finalmente, contudo, existem também normas não escritas fora da constituição legal e das instituições estatais de um país que são de grande importância para assegurar o funcionamento democrático da sociedade. Levitsky e Ziblatt (2018) identificam como duas

normas não escritas, mas muito importantes: a tolerância mútua dos adversários políticos e a contenção no uso do poder institucional por parte dos detentores do poder.

Aplicado ao caso da Nicarágua, isto poderia significar compreender a dissidência e o protesto populares não como ação hostil de potências externas, mas como uma expressão legítima das preocupações e necessidades das pessoas. Também poderia significar que a liderança da FSLN teria utilizado o seu poder quase ilimitado de forma muito mais cautelosa e prudente. Estas duas leis não escritas foram largamente respeitadas pelos sandinistas nos anos 1980, mas ignoradas em grande medida durante o regime orteguista.

1.2.2.3 Socialismo

A Revolução Sandinista não só foi um projeto de democratização, mas também tinha, pelo menos nos seus primeiros anos, uma orientação socialista. Mesmo que a ênfase deste trabalho esteja no aspeto democrático, esta investigação também tem que ter em conta o carácter socialista desta revolução. O facto de que os sandinistas não propagaram abertamente a sua orientação socialista não significou que não tivessem perseguido uma estratégia anticapitalista. Daí a necessidade de uma reflexão sobre a relação que existe entre a democracia e o socialismo na parte teórica deste trabalho.

Um dos propósitos desta tese é averiguar, no exemplo de Nicarágua, a possibilidade ou mesmo a necessidade de juntar o princípio político da democracia com as exigências de uma sociedade socialista. Neste sentido encontram-se neste trabalho referências teóricas tanto de autores socialistas, bem como teóricos da democracia liberal.

Assim são importantes tanto as declarações de Marx (1974) do apoio incondicional dos comunistas à revolução democrático-burguesa no *Manifesto Comunista* como também as suas afirmações no seu artigo *A Guerra Civil na França* sobre a importância da democracia na Comuna de Paris, que de acordo com ele foi a primeira experiência histórica em que a classe trabalhadora tinha alcançado o poder (Marx, 1973).

Por outro lado, são igualmente relevantes as obras canónicas de vários autores de orientação democrático liberal. Entre eles se encontra Schumpeter (2011, pp. 284–302) que define como condição mínima para um regime democrático a realização de eleições livres, competitivas e regulares. O autor considera que este princípio é completamente compatível com uma sociedade socialista e declara:

“There is no incompatibility: [...] the socialist engine can be run on democratic principles.” (ibid. 2011, p. 284)

O estudo *Democracy in America* do de Tocqueville (1971) começa com as palavras:

“Among the novel objects that attracted my attention during my stay in the United States, nothing struck me more forcibly than the general equality of conditions.” (ibid. 1971, p. 1)

Na introdução deste livro defende a igualdade social como característica básica da democracia. Rawls (2000, p. 266) declara que todas as pessoas têm o mesmo direito de gozar as liberdades democráticas e que para isto é preciso que as desigualdades têm que ser organizadas duma maneira que beneficia as pessoas mais desfavorecidas. Mas também constata que o princípio de

“justice as fairness leaves open the question whether its principles are best realized by some form of property-owning democracy or by a liberal socialist system” (ibid. 2000, p. xv).

O princípio da *co-originalidade* da autonomia pública e da autonomia privada também é uma contribuição importante que pode ser entendida de maneira que a democracia política e a justiça social são dois conceitos igualmente importantes que são mutuamente dependentes um do outro (Habermas, 2005, pp. 293–308).

Tudo isto significa que a componente democrática é tanto uma parte integral da teoria socialista como a justiça social pertence ao ideário democrático liberal. Portanto, embora este estudo se concentre numa perspetiva democrática, baseia-se no entendimento de que socialismo e democracia não são conceitos que se contradizem, mas que se complementam mutuamente. Neste sentido, pode-se interpretar este trabalho como uma tentativa de contribuir para a reconciliação teórica das concepções do socialismo e da democracia.

No que diz respeito à relação entre a democracia e o socialismo na Nicarágua, um dos textos mais categóricos é o livro *Democracia y Revolución en las Américas* de Orlando Núñez Soto e Roger Burbach (1987, pp. 102–106) que destaca que a esquerda durante muitos anos tenha ignorado “olimpicamente” o assunto da democracia e que tem que manter hasteada a bandeira da democracia como nunca antes tinha feito. Ainda mais claro constata Núñez Soto (1989, pp. 7–11) que no século XX foi necessário defender a democracia contra a direita, bem como contra a esquerda, contra o fascismo, bem como contra o estalinismo e que uma revolução que não se democratiza começa a desaparecer imediatamente depois do seu nascimento. A

conexão entre a revolução e a democracia promete ser a melhor perspectiva no caminho pela construção dum mundo diferente.

De acordo com Núñez Soto e Burbach (1987, p. 109), “praticamente todos os clássicos do marxismo, incluindo Marx, Engels e Lénine, tinham uma visão profundamente democrática sobre a sociedade que surgiria depois duma revolução política”. Referem-se explicitamente ao texto de Marx *A Guerra Civil em França* sobre a Comuna de Paris de 1871, na qual enfatiza o carácter profundamente democrático desta revolução que levou a classe trabalhadora ao poder. Referem-se também a *O Estado e a Revolução* de Lénine, em que ele, com base em Engels, apresenta a sua conceção da revolução socialista, que conduz á desapareição do Estado e, em particular, está democraticamente estruturado no sentido de que a classe trabalhadora e os seus aliados – portanto, a maioria da sociedade – chegaram ao poder.

Na sua obra *El Poder, la Propiedad, Nosotros ... La Revolución Sandinista y el problema del poder en la transformación revolucionaria de la sociedad nicaraqüense* Fonseca Terán (2005) destaca as características democráticas e socialistas desta revolução. Chega mesmo a tomar a posição de que o carácter socialista da revolução deveria ter sido reforçado por órgãos de poder das massas independentes, para além das instituições parlamentares, e que a FSLN deveria também democratizar-se internamente.

Núñez Soto e Fonseca Terán são os dois intelectuais da Frente Sandinista que, depois da conquista do poder em 1979, publicaram os textos científicos mais profundos sobre o carácter político da Revolução Sandinista. Surpreendentemente, são precisamente estes dois autores que mais tarde se tornaram defensores dogmáticos do Orteguismo. Durante o segundo período governamental da FSLN rejeitaram categoricamente qualquer crítica à orientação capitalista neoliberal deste governo, ao enriquecimento ilícito milionário da família Ortega e às condições antidemocráticas e cada vez mais repressivas sob o seu governo (Fonseca Terán, 2021; Núñez Soto, 2015). Um dos desafios deste trabalho consistirá em descrever, analisar e possivelmente também explicar as posições destes dois autores destacados e os seus desenvolvimentos políticos tão contraditórios.

Embora os sandinistas no poder na década dos anos 1980 não tenham escondido completamente a sua orientação socialista, especialmente nos primeiros anos de governação, este regime era uma alternativa que parecia livre e democrática em comparação com os modelos *real-socialistas* burocratizados e repressivos. Esta imagem democrática foi uma das causas

mais importantes que permitiram aos sandinistas conquistar um amplo apoio em todo o mundo, desde os comités internacionais de solidariedade de esquerda até ao Congresso dos EUA. Na época da Revolução Sandinista, Nicarágua tornou-se numa Meca de pessoas que queriam ajudar na construção duma sociedade autodeterminada. Chegaram intelectuais, cientistas, economistas e outros especialistas de muitos países para apoiar o governo na concretização e organização da reforma agrária, do sistema educativo e outros projetos de profundas reformas estruturais.

A Nicarágua sandinista representava um novo sistema alternativo que não se enquadrava nos modelos ocidentais prevalecentes nem se conformava com os padrões orientais, mas procurava combinar os benefícios dos elementos socialistas da sociedade com as liberdades da democracia liberal. Este propósito é também o ponto de partida teórico deste trabalho em relação à tensão que existe entre a democracia e o socialismo.

1.2.2.4 Esquerda

A esquerda latino-americana é um ponto central de referência na análise dos desenvolvimentos políticos na Nicarágua e no debate sobre a interpretação destes. Contudo, na Nicarágua atual podem-se ver muitas características estruturais que historicamente estavam vistas como aspetos tipicamente associados com governos da direita. Formalmente continuavam a existir instituições democráticas, mas ao mesmo tempo podia-se observar o colapso generalizado do Estado de direito, o funcionamento de unidades paramilitares extralegais, o nepotismo, uma política cada vez mais acentuada neoliberal, um reforço da economia extrativista, a corrupção e o enriquecimento das elites proprietárias, o aprofundamento da desigualdade entre ricos e pobres, e os laços mais estreitos entre o executivo e os militares. Não é, portanto, fácil traçar uma linha clara entre a direita e a esquerda.

Levitsky e Roberts (2011, p. 5) definem a esquerda como atores políticos que perseguem o objetivo programático central de reduzir as desigualdades sociais e económicas. Utiliza instituições estatais para redistribuir a riqueza ou rendimentos elevados a favor de estratos de rendimentos mais baixos. A nível político, a esquerda procura reforçar a participação dos socialmente fracos e dismantelar as estruturas hierárquicas de dominação. A esquerda caracteriza-se, segundo os dois autores, pelo facto de não só querer ajudar os pobres, mas que a redistribuição para os mais desfavorecidos e a implementação da igualdade social tenha uma elevada prioridade no seu desempenho na prática de governação.

No entanto, esta forte ênfase na componente social na política da esquerda corre o risco de minimizar ou mesmo justificar graves deficiências na constituição democrática da sua política, usando como pretexto as medidas sociais dos governos de esquerda. Com certeza, os autores salientam que a esquerda latino-americana teve sempre uma relação bastante tensa com a democracia ao longo da sua história e que muitas vezes tem visto as instituições democráticas em termos puramente instrumentais como um meio para o fim dos seus objetivos socialistas. Também apontam para a importância das estruturas democráticas na garantia dos direitos humanos e do pluralismo político, tornando possível ligar a luta pela mudança social às exigências da democracia liberal (ibid. 2011, pp. 24–26). Mas, em última análise, não traçam uma linha nítida entre a esquerda e formas de governo antidemocráticas ou autoritárias. Isto também é evidente pelo facto de identificarem três principais orientações da esquerda latino-americana: governos democrático-liberais, democrático-radicais ou plebiscitários. A quarta opção, a tendência de que governos caem em estruturas autoritárias, não mencionam de nenhuma forma.

Em particular, os autores identificam a presidência renovada de Ortega na Nicarágua a partir de 2007 como parte da viragem para a esquerda na América Latina, embora Ortega já tivesse mostrado claramente a direção autoritária para a qual o seu governo estava a caminhar (ibid. 2011, pp. 1–2). Múltiplas medidas repressivas, que se tornaram visíveis na Nicarágua, o mais tardar a partir de 2008, e ainda mais claras depois da repressão sangrenta de movimentos pacíficos de protesto de 2018, não devem ser descritas como política de esquerda. Esta exatidão é necessária, acima de tudo, porque depararemos inevitavelmente com a tensão entre a política de esquerda e a democracia uma e outra vez, quando analisarmos a evolução política na Nicarágua. Isto não é uma disputa sobre palavras, mas sobre nomear diferentes fenómenos sociais de forma diferente. Restrições à democracia e às violações dos direitos humanos não são pormenores negligenciáveis apenas de importância secundária em comparação com as políticas socioeconómicas.

1.2.2.5 Caudilhismo e Populismo

O *caudilhismo* é um fenómeno histórico de domínio político que pode ser observado na América Latina desde o século XIX até à atualidade. O caudilhismo é descrito e avaliado de forma muito diferente e pode-se pôr em causa se todos os regimes chamados de caudilhescos realmente se enquadram numa categoria comum. Villa, Zapata, Morazán, Sandino, Perón, Trujillo e Stroessner, entre outros, são mencionados como caudilhos, o que já indica que

caudilhismo é um termo não muito preciso (Castro, 2007). Chávez foi e Ortega é referido como caudilho. Close (2004, p. 4) descreve o caudilhismo como um governo de um líder – geralmente carismático – que persegue ambições particulares e não tem nenhum interesse em criar instituições para além de se manter no poder e que recorre vastamente à coerção como instrumento de governação. Esta definição muito ampla, mas também bastante subjetivista pode ser aplicada a um grande número de governos no mundo e, por conseguinte, só pode contribuir de forma limitada para uma caracterização política clara da forma política de um regime. Martí i Puig (2016, p. 255) descreve o caudilhismo como um sistema em que o chefe controla a administração do Estado, o Exército, a Polícia, as agências supostamente independentes, a maquinaria eleitoral e os tribunais, bem como domina os negócios económicos.

Castro (2007, pp. 16–19) identifica uma série de características de regimes caudilhescos: os caudilhos têm personalidades carismáticas; o Estado de direito não tem grande importância para eles; apresentam-se como indispensáveis; vêm frequentemente dos militares e têm um estilo de liderança muito personalizado; dirigem-se diretamente ao povo e não precisam de recorrer à violência; tendem a permanecer no poder durante muito tempo; governam autocraticamente e organizam o Estado de maneira corporativista, enriquecem-se através de fundos públicos, mas também proporcionam certos benefícios paternalistas ao povo; e pretendem proteger o povo contra inimigos internos ou mesmo externos. Estas características são uma descrição muito mais precisa do que deve ser entendido atualmente por um caudilho. Mas tem a desvantagem de, do ponto de vista de Castro, ter tido a consequência de que na América Latina – pelo menos na altura da publicação do seu artigo em 2007 – Chávez ter sido o único que pôde ser classificado como um caudilho.

Levitsky e Roberts (2011, pp. 6–7) utilizam características semelhantes para descrever o termo também não muito preciso *populismo*. Assim, referem-se a mobilizações em massa de cima para baixo por líderes fortes que demagogicamente se dirigem ao povo, adotam medidas redistributivas sociais a favor dos pobres e contornam todas as estruturas partidárias, para apelar diretamente à sua base eleitoral. Os termos “esquerda” e “populista” não são sinónimos para estes autores, porque o primeiro exprime essencialmente uma orientação política, enquanto o segundo descreve principalmente a forma como o poder é exercido e a relação entre o líder e a sua base. Os regimes populistas podem ser de esquerda, mas não têm de ser, e da mesma forma, os regimes de esquerda podem assumir uma forma populista, mas não serem necessariamente assim.

Os dois termos “caudilhismo” e “populismo” são frequentemente utilizados na análise política da América Latina e nos debates sobre os desenvolvimentos na região. Mas as definições aqui mencionadas enfatizam aspectos muito diferentes da governação política e até se contradizem em alguns casos. Assim dizem uns que caudilhos não recorrem à violência enquanto outros julgam que usam métodos ditatoriais. Contudo, uma vez que é obviamente muito difícil definir com precisão estes dois termos e que também não é fácil distingui-los claramente entre eles, não vão ser utilizados neste texto, ou pelo menos vão ser descritos com mais precisão para serem melhor compreendidos.

1.2.2.6 Poderes carismáticos e sultânicos

Para a caracterização da sociedade da Nicarágua nos dois períodos de governação da Frente Sandinista e do presidente Daniel Ortega pode ajudar muito recorrer aos textos de Max Weber (n.d., 1999) sobre os diferentes tipos de legitimidade do poder (*Herrschaft*). Nestes textos Weber desenha três tipos ideais de legitimidades de dominação, que descrevem as principais dinâmicas sociais que determinam as relações de poder, particularmente entre o senhor ou o governante, os funcionários da burocracia estatal e as massas dominadas. O autor identifica três categorias básicas que explicam de que forma os diferentes modalidades de dominação adquirem a sua legitimação. Weber distingue entre os três tipos puros de poder legítimo: o poder *legal*, o poder *tradicional-sultânico* e o poder *carismático*, os quais mostram dinâmicas profundamente diferentes de legitimação do poder.

O poder carismático baseia-se na dedicação afetiva à “pessoa do senhor” e aos seus “dons da graça”, ao seu carisma e em especial às suas:

“capacidades mágicas, revelações ou heroísmo, poder do espírito e do discurso. O eternamente novo, o fora do quotidiano, o nunca acontecido e a sujeição emocional são aqui as fontes da rendição pessoal. Os tipos mais puros são a autoridade do profeta, do herói guerreiro, do grande demagogo. [...] O tipo daquele que ordena é o *chefe*. O tipo de quem obedece é o ‘*discípulo*’. [...] O corpo administrativo é escolhido segundo o carisma e a dedicação pessoal [...] falta toda orientação por regras, quer estatutárias quer tradicionais.” (Weber, n.d., p. 9)

“Sobre a validade do carisma decide o livre *reconhecimento* deste pelos dominados, consolidado em virtude de *provas* [...] e oriundo da entrega á revelação, da veneração de heróis ou da confiança no líder. [...] Se por muito tempo não há provas do carisma, se o agraciado carismático parece abandonado por seu deus ou sua força mágica ou heroica [...] e, sobretudo, se sua liderança não traz nenhum bem-estar aos dominados, então há possibilidade de desvanecer sua autoridade carismática.” (Weber, 1999, p. 159)

As dinâmicas de dominação na Revolução Sandinista, quer na sua primeira fase com o governo provisório, quer na segunda fase parlamentar-representativa, assemelharam-se muito a este conceito weberiano do poder carismático. Obviamente existe a situação específica de que a Revolução Sandinista não teve um único líder carismático, mas que o “senhor” venerado era a *Dirección Nacional* dos nove *Comandantes de la Revolución*.

Para a compreensão das dinâmicas na sociedade orteguista pode ajudar a categoria do poder sultânico desenhada por Max Weber como tipo de legitimação do poder da forma mais pura e mais despótica dum poder tradicional. No seu ensaio *Três Tipos Puros de Poder Legítimo*, Weber (n.d., pp. 4–8) introduz o sultanismo como subcategoria de um regime tradicional “em virtude da fé na santidade dos ordenamentos e dos poderes senhoriais”. No sultanismo a estrutura da administração e “puramente patriarcal”:

“Os servidores estão na total dependência pessoal do senhor, [...] no seu ofício, não há nenhum direito próprio dos que administram, mas também não qualquer selecção especializada e nenhuma honra do funcionário em virtude da sua condição social; os meios administrativos objectivos são inteiramente controlados para o senhor na sua própria gestão. Na dependência plena do corpo administrativo em relação ao senhor falta toda garantia contra o arbítrio senhorial, cuja extensão possível é, aqui, máxima. O tipo mais puro é o poder sultânico.” (ibid. n.d., pp. 5–6)

As dinâmicas sociais que se desenvolveram na Nicarágua desde a nova presidência de Ortega a partir de 2007 até à sublevação de 2018 corresponderam em grande medida a este modelo do “regime tradicional”. A última fase deste regime, a ditadura declarada erguida em 2018, correspondeu vastamente ao conceito do “sultanismo” weberiano.

1.2.2.7 Regimes políticos

Para a interpretação e a explicação dos acontecimentos encontrados nesta investigação é muito importante recorrer à categoria do regime político. No percurso de elaborar esta tese, o autor chegou cada vez mais à convicção de que existem muitas formas de caracterizar regimes e de delimitar uns dos outros que não ajudaram a ilustrar de uma maneira clara e nítida as condições e os desenvolvimentos políticos na Nicarágua durante todo o espaço de tempo contemplado aqui. A diferenciação entre regimes *autoritários*, *semidemocráticos* e *democráticos*, aplicada por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013b) pode ser muito útil para a comparação de muitos casos diferentes, mas para a situação de Nicarágua tem pouca força explicativa. Denominações como *híbrido*, *semi-autoritário* (Martí i Puig et al., 2022) ou

autoritário competitivo (Levitsky & Way, 2020) também não ajudam muito, para realmente perceber quais as estruturas básicas da sociedade nicaraguense e quais as diferenças entre elas nas distintas fases do seu desenvolvimento político.

O propósito deste trabalho é descrever, analisar e explicar as condições político-sociais na Nicarágua entre 1979 e 2022 e as suas mudanças de maneira mais nítida e diferenciada possível. Portanto escolheu-se recorrer à sistematização dos regimes de David Close (2016), um dos melhores conhecedores dos desenvolvimentos políticos na Nicarágua que publicou muitos livros e artigos sobre este país. O autor define um regime político desta forma:

“We can determine what sort of regime a state has by looking at the political institutions, formal and informal, governmental and extragovernmental; how governments use those institutions; the state-society relations, including who has influence over government; and what makes a government legitimate and how it keeps its legitimacy.” (ibid. 2016, p. 18)

As definições de regimes têm que ser suficientemente inclusivas para poder abranger uma classe de sistemas políticas porque sempre têm certas configurações específicas, mas também têm que ser suficientemente estreitas para poder distinguir um regime de outro.

Aplicado ao caso de Nicarágua, Close (2016, pp. 21–28) propõe distinguir entre cinco regimes diferentes, começando com a ditadura *autoritária personalista* do clã de Somoza que foi derrubada em 1979 por meio da revolução sandinista. O período seguinte está denominado como regime de *vanguarda revolucionária*, no qual um governo provisório, dirigido pela FSLN, estava no poder. Esta etapa política termina em 1984 quando foram celebradas eleições democráticas, ganhas pela FSLN. O novo regime foi caracterizado como *democrático eleitoral* e durou até ao ano de 2000, o que significa que este regime continuou no poder, não obstante ter havido eleições em 1990 e em 1996, as quais resultaram em mudanças do governo. Em 2001 começa o período do *duopólio do poder compartilhado*, caracterizado pelo pacto entre as duas figuras fortes daquela altura, o liberal Arnoldo Alemán e Daniel Ortega da FSLN. Esta aliança continuou a ter uma influência determinante na política nacional, mesmo depois das eleições de 2006. Porém, as eleições de 2011 marcaram outra mudança do regime porque foram realizadas de uma maneira tão fraudulenta que Nicarágua entrou no regime de *poder personalista dominante*, uma sociedade que ainda ofereceu uma vida com certas liberdades individuais, mas que já estava dominada em grande medida pela figura de Ortega. Com a repressão violenta e mortal dos protestos cívicos de 2018, Nicarágua converteu-se numa *ditadura declarada*. Talvez, Close tivesse escolhido – baseando-se na sua caracterização do regime somocista – a denominação ditadura declarada personalista, mas já tinha morrido antes

de estes eventos transcendentais terem acontecido. Esta sistematização dos regimes políticos vai ser usada no percurso de toda esta investigação.

1.2.3 Caraterização dos dois períodos do governo da FSLN

Nos últimos quarenta e cinco anos, a Nicarágua conheceu seis sistemas de governo muito diferentes e houve cinco mudanças de regime, das quais quatro foram iniciadas pelo partido no poder. Em 1979, a ditadura familiar de Somoza foi derrubada e a FSLN estabeleceu um regime de vanguarda revolucionária. Com as eleições de 1984, organizadas pelos sandinistas no poder, surgiu uma democracia eleitoral pluralista, que, após a derrota eleitoral da FSLN em 1990, continuou sob os governos conservadores e liberais sucessores. A partir de 2000, surgiu um sistema bipartidário baseado num pacto entre Alemán, o presidente liberal no poder, e Ortega que estava na oposição. Após a reeleição de Ortega como presidente em 2006, surgiu um Estado cada vez mais autoritário (Close, 2016, pp. 13–40), que – ainda sob o governo da FSLN – depois de uma onda violenta de repressão policial e paramilitar em 2018, transitou para uma ditadura autocrática declarada.

As mudanças de regime, na sua maioria, não ocorreram simultaneamente com as mudanças dos governos. No entanto, o interesse da investigação desta tese centra-se na Frente Sandinista e nos dois períodos em que esta estava no governo, de 1979 a 1990 e de 2007 até ao presente.

1.2.3.1 Revolução Sandinista

A Revolução Sandinista tem sido avaliada de forma muito diferente na ciência política. Mahoney (2001, pp. 258–261) não coloca o regime sandinista em torno de uma forma de governo civil ou democrático, mas alega que Nicarágua só se tornou democrática com a derrota eleitoral da Frente em 1990. Segundo Levitsky e Way (2010, pp. 137–145), a criação de fortes estruturas partidárias e coercivas são as principais caraterísticas políticas desta revolução que levou a FSLN ao poder. Estes autores alegam que na Nicarágua faltavam muitas das condições que os teóricos da democratização acreditam serem necessárias, para que ocorra a mudança democrática. Mas a forte pressão da política externa dos EUA, incluindo o apoio dos EUA às forças contrarrevolucionárias, a *contra*, e o embargo comercial imposto pelos EUA, levou a revolução a uma transição para condições democráticas em 1990. Os autores referem-se explicitamente aos anos desde 1990 até 2006 como períodos democráticos, o que

implicitamente significa que consideram todo o período do governo sandinista de 1979 a 1990 como não-democrático. Resumindo, constata-se que a democratização da Nicarágua foi *externally driven* (ibid. 2010, p. 145). No seu artigo *The New Competitive Authoritarianism* (Levitsky & Way, 2020, pp. 54–55), os mesmos autores retomam este tema e descrevem o regime orteguista como ainda mais autoritário do que o regime sandinista dos anos 1980.

Contudo, estas avaliações não explicam porquê e de que forma as medidas económicas e militares dos EUA contra a Nicarágua deveriam ter conduzido a uma abertura política e a mais liberdades democráticas no interior do país. Porém, Jonas e Stein (1990) destacam no seu artigo sobre a construção da democracia na Nicarágua:

“No matter how hard Nicaragua may try to democratize under wartime conditions, in the end, war leads to militarization of civil society and necessarily becomes a limiting factor on democracy.” Além disso declaram, “if the Nicaraguan experiment is not allowed to work, history may hold the U.S. government responsible for making revolution incompatible with pluralism in the Third World.” (ibid. 1990, p. 12)

Num julgamento arrojado em 1986, o Tribunal Internacional de Justiça na Haia resolveu declarar esta política de agressão contra a Nicarágua uma violação do Direito Internacional e condenar os EUA a pagar uma indemnização à Nicarágua, o que nunca fizeram (ICJ, 1986; Reichler, 2001). Portanto, parece estranho denominar esta agressão ilegal dos EUA contra a Nicarágua como *Western democratizing pressure*, *US democracy promotion in the Americas* (Levitsky & Way, 2020, pp. 54–55) ou *democratization via counterrevolutionary insurgency* (Mahoney, 2001, p. 260). Esta guerra levou a que uma parte cada vez maior das despesas governamentais da Nicarágua tivesse de ser gasta na defesa. Como resultado, ficaram cada vez menos recursos disponíveis para projetos sociais e investimentos para a reconstrução nacional. Isto também destruiu a base económica e social para o desenvolvimento da democracia. Além disso, esta intervenção dos EUA também não levou a uma democratização da FSLN, mas, muito pelo contrário, provocou um reforço das características autoritárias do Sandinismo e de toda a sociedade.

Neste contexto é preciso não esquecer que nenhum outro país da América Latina tem sido vítima de intervenções tão duras e repetidas por parte dos EUA como a Nicarágua (Walker, 2003, p. vii). No livro *Elections and Democracy in Central America*, o autor Dario Moreno (1995, pp. 240–241) chega à conclusão de que a política de *democracy promotion* do governo norte-americano serviu para justificar *a far more aggressive role for the United States in*

Central America e que a intervenção eleitoral na América Central *has served U.S. security and economic interests far more than the cause of democracy*.

É de salientar que o período sandinista foi também fortemente criticado do ponto de vista da esquerda. Dan La Botz (2016, p. 177), por exemplo, afirma que a democracia não era um assunto central para a FSLN e que a sua liderança nunca aspirou à construção de um Estado democrático. Teria tido a oportunidade, após o triunfo da revolução em 1979, de transformar a organização guerrilheira num partido político e de a democratizar através de um congresso, elegendo a sua liderança e adotando um programa partidário. Mas a FSLN nunca sequer tentou fazer isto nos seus quase onze anos no poder.

Outros autores (Close, 2016; Close & Martí i Puig, 2009; Hoyt, 1997; Martí i Puig, 1997; Pozas, 1988; Vanden & Prevost, 1993; Walker, 1991a) salientam o carácter social-revolucionário e, ao mesmo tempo, democrático da Revolução Sandinista, mas também identificam fraquezas desta revolução, especialmente as estruturas políticas verticais no partido e na sociedade e a falta duma linha divisória clara entre o Estado e o partido.

No que diz respeito à democracia, muitos destes autores sublinham que o modelo sandinista da sociedade tinha estruturas participativas e instituições de uma democracia representativa pluralista. Entre os vários estudos sobre a democracia na Revolução Sandinista, destaca-se a análise crítica e diferenciada e a ampla discussão desta questão no livro *The Many Faces of Sandinista Democracy* (Hoyt, 1997). De acordo com a autora, caracteriza-se esta revolução pela combinação de três elementos democráticos fundamentais: a democracia representativa, a democracia participativa e a democracia económica. Hoyt destaca:

“The Nicaraguan Sandinistas were able to retrieve democracy for the Third World socialist movement. They produced a unique and, in the end, possibly untenable combination of democratic and vanguard principles.” (ibid. 1997, p. 3)

Esta análise é apoiada por Wright (1990), que fala explicitamente do facto de que

“the concepts of pluralism and of the vanguard have been synthesized in Nicaraguan theory and practice in a manner that does violence to neither of them”. (ibid. 1990, p. 38)

Williams (1994, pp. 171–173) enfatiza o carácter democrático da Revolução Sandinista que se destaca em particular de outros processos de democratização na medida em que levou a uma expansão considerável da organização e mobilização social autónoma:

“Democracy meant social transformation, a fundamental restructuring of property and power relations, as well as increased popular participation in the country’s political, economic, social, and cultural affairs. Electoral democracy would have to await progress in the direction of social and economic democracy. [...] The democratization of civil society manifested itself in the incredible expansion of mass organizations and the creation of new forms of economic and political participation.” (ibid. 1994, p. 173)

Na sua análise da componente participativa na sociedade, o V-Dem chega a uma avaliação inteiramente diferente e atesta valores de índice da Nicarágua significativamente inferiores aos valores das ditaduras militares centro-americanas de Honduras, Guatemala e El Salvador durante quase todo o período da Revolução Sandinista (1979 a 1990). Contudo, isto pode ser explicado pelo facto de o V-Dem se concentrar essencialmente nas estruturas administrativas do Estado ao determinar o valor deste índice, mas desta forma descuida em grande medida as organizações e mobilizações de massas, tais como os sindicatos, os comités de base, as milícias, o controlo dos trabalhadores nas fábricas e as campanhas de alfabetização ou de vacinação. Isto significa, contudo, que precisamente aqueles movimentos sociais que caraterizaram essencialmente o Sandinismo naquela época são deixados de fora da análise.

Contudo, estes são aspetos centrais do desenvolvimento da sociedade sandinista que serão analisados neste trabalho em toda a sua diversidade e profundidade.

A Revolução Sandinista terminou com as eleições de 1990, nas quais a FSLN foi surpreendentemente derrotada pela candidata presidencial da oposição, Violeta Barrios de Chamorro. Anderson e Dodd (2005, pp. 280–290) afirmam que a eleição desta candidata foi o resultado de uma deliberação sóbria, bem refletida e perspicaz por parte do povo sobre a questão de qual o candidato que lhe ofereceria o melhor caminho a seguir no futuro. Argumentam que os sandinistas trouxeram educação, progresso social e maior igualdade ao povo e que estas conquistas deram ao povo as competências, para votar contra a continuação do governo da FSLN. Negam explicitamente que a pressão militar e económica dos EUA sobre a Nicarágua sandinista tenha desempenhado um papel importante na decisão do povo de votar pela candidata da oposição. A presença da guerra e da destruição não é mencionada por estes autores. Para eles, a eleição de Dona Violeta era uma expressão do processo de democratização na Nicarágua.

Estas declarações são contrariadas pela análise dos observadores eleitorais da *Latin American Studies Association (LASA)* (1990), que salienta que estas eleições foram menos uma expressão da vontade popular do que uma reação às políticas dos EUA de apoio à guerra da contrarrevolução e da destruição da economia nicaraguense. Cientistas, entre eles os melhores

conhecedores dos desenvolvimentos na Nicarágua, consideraram que, para além de alguns erros políticos cometidos pela FSLN no poder, as principais causas da sua derrota eleitoral foram a intervenção militar e económica dos EUA contra a Nicarágua sandinista, as destruições materiais, milhares de mortes, a desmoralização do povo e o seu anseio de paz e melhorias económicas (Close & Martí i Puig, 2009; Martí i Puig, 1997; Selbin, 1993; Vanden & Prevost, 1993; Vilas, 1990; Walker, 1991a).

Nesta tese argumenta-se que a Revolução Sandinista foi uma verdadeira revolução popular, efetuada com a participação ativa ou pelo menos com o apoio político da grande maioria da população (Martí i Puig, 1997; Walker, 1991a). A ditadura de Somoza foi derrubada através da interação de uma sublevação popular geral com a luta de libertação armada da FSLN (Baltodano, 2010c, pp. 421–431; Kinzer, 2007, p. 68; H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 411–438). Esta revolução caracterizou-se em particular pelo seu carácter democrático que se expressou tanto em estruturas de democracia representativa, como a diversos níveis e processos de participação (Hoyt, 1997; Jonas & Stein, 1990; Pozas, 1988; Schindler, 2019a; Serra, 1993; Walker, 1991a; Williams, 1994). A Revolução Sandinista teve inicialmente uma orientação socialista, mas esta foi desaparecendo cada vez mais ao longo dos anos, como consequência da guerra de intervenção dos EUA e dos problemas económicos ligadas a esta (Coraggio et al., 1986; Muhr, 2012; Núñez Soto, 1989; Vanden & Prevost, 1993).

1.2.3.2 O Orteguismo

Neste texto, o termo Orteguismo é utilizado de várias maneiras. Primeiro, refere-se ao sistema político que Daniel Ortega tem utilizado para exercer a sua dominação política sobre a FSLN desde 1990. Também é utilizado para designar o regime político da Nicarágua sob a presidência renovada de Ortega desde 2007 e que tem sido expresso na sua plena forma ditatorial a partir de 2018.

Existem alguns textos que simplesmente negam a onda de repressão estatal de 2018 (Ayerdis, 2018; Midence, 2018). Descrevem as manifestações pacíficas de massas de abril e maio de 2018 como uma tentativa de um golpe de Estado dirigido pelo imperialismo contra o governo de Ortega, mas sem apresentar quaisquer provas que podem sustentar esta alegação. Ao mesmo tempo, salientam a retórica anti-imperialista de Ortega, apontam para o progresso social sob o seu governo e, desta forma, tentam justificar indiretamente as medidas repressivas do regime contra o povo. Estas afirmações, entretanto, baseiam-se principalmente nas opiniões

particulares dos autores em vez de apresentar evidências comprováveis e confirmadas. Não só ignoram por completo os relatórios de organismos de defesa dos direitos humanos sobre os crimes cometidos pelo governo orteguista contra o povo nicaraguense, mas contradizem, sem quaisquer provas, estes relatórios de instituições reconhecidas pela sua independência política e qualidade de investigação (AI, 2018b; GIEI, 2018; ONU, OACNUDH, 2018).

Mas a qualidade democrática da Nicarágua já se tinha vindo a deteriorar constantemente desde a nova presidência de Ortega, a partir de 2007. Close (2016, pp. 13–36, 135–157) caracteriza o regime Ortega já a partir de 2011 como sistema personalista-familiar dominante, que, embora ainda não comparável às ditaduras militares latino-americanas dos anos 1970 e 1980, é caracterizado como um sistema híbrido, semi-autoritário, no qual eleições democráticas já não são garantidas. Para Martí i Puig (2016) foi uma versão atualizada do caudilhismo tradicional latino-americano, embora destacando duas características em que o regime Ortega em 2016 ainda diferia dos seus modelos históricos: por um lado, Ortega sempre teve o cuidado de dar à sua base eleitoral certas vantagens económicas e, por outro, só excecionalmente recorreu à violência.

Entretanto, isto mudou qualitativamente com a onda de repressão em 2018. Essa nova situação mostrou que o regime a partir de tal momento estava disposto a usar um alto nível de violência para se manter no poder. Desde 2018, o regime orteguista tem sido uma *full-scale dictatorship* ou ditadura declarada (Levitsky & Way, 2020, p. 55).

Contudo, o regime de Ortega, apesar dos seus profundos problemas políticos e sociais – mesmo depois da forte repressão de 2018 – possui uma certa estabilidade porque ainda conseguiu mobilizar os seus apoiantes com um discurso de esquerda “contra as regressões neoliberais”, porque não enfrentou grandes custos políticos internacionais pelas duras medidas repressivas e também porque a oposição estava plenamente fragmentada e não perseguiu um projeto alternativo comum ao Orteguismo (Buben & Kouba, 2020).

Estas caracterizações do sistema político da Nicarágua foram plenamente confirmadas pelos novos desenvolvimentos até à presidência renovada de Ortega em 2022 e mais além.

Quase todas as possibilidades de livre expressão estavam encerradas naquela altura, os direitos humanos espezinhados, as vozes críticas e oposicionistas ilegalizadas e reprimidas e não houve processos eleitorais minimamente democráticos. Houve prisioneiros políticos de todos os setores da sociedade. Daniel Ortega controlava todas as instituições principais do

Estado, bem como o aparelho da FSLN, numa forma completamente arbitrária. Cortou os últimos canais de comunicação com o grande capital e com a Igreja Católica. Prosseguiu práticas de nepotismo, de enriquecimento ilícito e de absoluta impunidade para os seus aliados. E, acima de tudo, utilizou as forças estatais de repressão e os paramilitares ilegais sem hesitação quando o considerasse necessário para defender o seu poder.

Ortega certamente não é um líder revolucionário popular como, por exemplo, Pancho Villa ou Emiliano Zapata no México, nem o seu regime tem muitas semelhanças com o peronismo da Argentina. Enquanto esses líderes revolucionários, levados por movimentos republicanos de massas, impuseram importantes medidas sociais e democráticas contra as classes dominantes nos seus países, Ortega entrega galinhas ou placas de zinco aos pobres, a fim de reter a base de eleitores que lhe resta. Ortega só raras vezes aparece em público, os seus poucos discursos são aborrecidos e a sua aparência pública não tem nenhum carisma (Aguirre, 2002, pp. 79–80; Medina Sánchez, 2018; Miranda & Ratliff, 1994). Os comícios públicos são exercícios obrigatórios e carecem de qualquer elemento entusiástico. O clima político na Nicarágua não é caracterizado por um espírito de otimismo, mas por medo e apatia. Daí, o Ortegaísmo carecer de várias características que Castro (2007) considera típicas de regimes caudilhescos. Castro vê também, pelo menos em 2007, Hugo Chávez como o único líder político latino-americano que adequadamente pode ser chamado um caudilho. Portanto, neste trabalho o regime orteguista não vai ser caracterizado como caudilhesco.

No seu livro *Problems of Democratic Transition and Consolidation*, Linz e Stepan (1996) apontam para o conceito do sultanismo de Max Weber, o que é uma forma extrema dum regime patrimonial, no qual a administração estatal e as forças militares são instrumentos que funcionam à discrição absoluta do chefe. As consequências são:

“No group or individual in civil society, political society, or state is free from sultan’s exercise of despotic power [and] extreme glorification of [the] ruler.” (ibid. 1996, p. 44)

Tal regime recorre a métodos coercivos e clientelistas e também mobiliza grupos paraestatais que usam violência contra pessoas perseguidas pelo sultão. A sua liderança é altamente personalizada e arbitrária, sem quaisquer limites e com fortes tendências dinásticas. Os seus seguidores são leais na base de muito medo e recompensas particulares (ibid. 1996, p. 45).

Seria muito difícil encontrar na literatura uma melhor caracterização das pautas do funcionamento do Orteguismo que esta. Conforme as caracterizações de Linz e Stepan (1996) a fase do governo de Ortega entre 2007 e 2018 pode ser denominada como autoritária ou, de acordo com outros autores, como híbrida ou autoritária competitiva (Levitsky & Way, 2010, 2020). Mas depois da repressão generalizada e a concentração absoluta do poder nas mãos de Ortega, o conceito do sultanismo pode descrever da maneira mais acertada as dinâmicas sociais internas do sistema de dominação orteguista a partir do ano 2018. Mesmo assim, neste trabalho vai ser usado o termo “ditadura declarada” para caracterizar o regime político deste período porque expressa mais claramente a natureza política antidemocrática e extraordinariamente violenta e repressiva deste regime.

1.2.3.3 Diferenças entre o Sandinismo e o Orteguismo

É difícil imaginar duas formas de sociedade mais antagônicas do que o Sandinismo dos anos 1980 e o Orteguismo a partir de 2018.

Existem semelhanças, sobretudo estruturais e institucionais, entre estas duas situações: estava no poder o mesmo presidente Daniel Ortega, havia o mesmo partido governante da FSLN, existiam as mesmas instituições estatais, eram as mesmas famílias ricas da classe alta, a mesma Igreja Católica, os mesmos camponeses e trabalhadores na cidade e no campo e o mesmo orgulho das pessoas na cultura nicaraguense.

Mas, enquanto sob o Sandinismo existia um espírito coletivo de ativismo e de otimismo, sob o Orteguismo prevaleceu a individualização e passivização da sociedade cada vez maior. Enquanto o governo sandinista se esforçava por construir uma democracia constitucional, a lei e o direito são declaradamente desrespeitados pelo Orteguismo. Enquanto no primeiro período os partidos da oposição foram encorajados a participar nas eleições, no segundo os partidos e possíveis candidatos da oposição foram cada vez mais excluídos dos processos eleitorais. Enquanto o Sandinismo usou organizações de bairro para o empoderamento das pessoas, para poder lutar pelos seus interesses, o Orteguismo instrumentalizou os seus núcleos do bairro para espiar os vizinhos e denunciar figuras da oposição. Enquanto, na altura da revolução, as mulheres eram encorajadas a lutar pela sua libertação, na Nicarágua orteguista as organizações de mulheres foram ilegalizadas e reprimidas e foi aprovada uma das mais restritas proibições do aborto do mundo. Durante o período sandinista, os líderes políticos tinham de prestar contas das suas atividades publicamente em centenas de assembleias, enquanto sob o Orteguismo está

estritamente proibido a todos os funcionários públicos fazer qualquer declaração pública até que a vice-presidente o autorize. A Polícia estava desarmada no início da revolução e, mais tarde, carregava pistolas, enquanto, particularmente a partir de 2018, está armada com armas de guerra, usando-as contra o povo. Na década de 1980, a liderança da FSLN consistia em nove comandantes com direitos iguais, desde 2007 existe apenas uma pessoa que dá ordens: Daniel Ortega.

Numa perspetiva de estruturas e instituições, de estruturas económicas e normas políticas os dois regimes aqui investigados podem mostrar certas coincidências (presidente, governo, parlamento, municípios, leis, produção, entre outros). Mas numa perspetiva que examina as motivações, as convicções, a consciência, as esperanças e também as frustrações das pessoas dificilmente se vão encontrar semelhanças entre os dois regimes (Selbin, 1993, p. 27).

O Sandinismo dos anos 1980 foi uma força política em ascensão que mobilizou e inspirou o mundo, enquanto o Orteguismo é o último resíduo de um desenvolvimento de muitos anos de degradação política.

1.2.4 Explicações para a mudança

Há várias tentativas para explicar como foi possível que o Sandinismo tenha evoluído para o Orteguismo. Não é raro que os regimes mudem na América Latina. O que é surpreendente, porém, é que um regime revolucionário e livre que se tinha tornado a esperança da esquerda de todo o mundo, terminou trinta anos mais tarde – sob o mesmo partido e sob o mesmo líder – num pesadelo político, caracterizado por uma atroz repressão e violência estatal. Há diferentes modelos explicativos para os regimes políticos recentes que são discutidos em seguida.

1.2.4.1 Path Dependence

Há situações-chaves históricas que determinam decisivamente futuros desenvolvimentos da sociedade durante um longo período. Mahoney (2001) julga que o período de reformas liberais na América Central foi, neste sentido, uma *critical juncture* que determinou o desenvolvimento das sociedades destes países para muitas décadas no século vinte. Identifica o *liberalismo abortado* pela intervenção dos EUA como causa principal para a sobrevivência de estruturas estatais e agrárias pré-liberais, que impediram progressos económico-sociais

significativos em Honduras e na Nicarágua. Esta situação levou ao estabelecimento de regimes *ditatoriais tradicionais* por muitas décadas, em Honduras desde 1932 até 1982 e na Nicarágua desde 1936 até 1979. Ainda na atualidade os dois países são os mais pobres de Centro América e também se encontram entre os mais pobres de toda América Latina, condições que parecem confirmar a análise de Mahoney.

Na Nicarágua, o presidente liberal José Santos Zelaya, que esteve no poder de 1893 até 1909, avançou com importantes reformas da construção e do fortalecimento do Estado. No entanto, quando assumiu uma posição cada vez mais claramente contra o domínio político dos EUA na região, foi derrubado por esta potência e forçado ao exílio. Mas isto também pôs um ponto final aos grandes projetos da reforma liberal. A partir de 1912, os EUA intervieram diretamente na Nicarágua com as suas próprias tropas para defender os seus interesses geoestratégicos e para manter o governo conservador no poder. A intervenção política e militar dos EUA asfixiou a reforma liberal na Nicarágua e conduziu à estagnação económica e social, condições cujas consequências a Nicarágua continua a sofrer até à atualidade.

Nos anos vinte do século XXI, o regime político de Honduras é formalmente democrático, mas o país está dominado pela oligarquia tradicional e uma casta militar, fortemente influenciado pelo comércio da droga. Na Nicarágua domina uma ditadura patrimonial, derivada duma revolução social, mas estando em condições profundamente degenerados. Os dois regimes mostram profundas diferenças políticas, mas o longo período de estagnação económica, após o aborto da revolução liberal foi certamente uma base essencial para o estabelecimento de regimes muito autoritários – mesmo com perfis específicos próprios – nestes dois países.

A teoria da *path dependence* não pretende explicar mecanicamente as características dos regimes políticos atualmente no poder na América Central. Mas o aborto violento da reforma liberal há mais de cem anos, a subsequente estagnação económica combinada com o longo período da ditadura somocista seguramente são fatores causais importantes do facto de a Nicarágua ser ainda o segundo país mais pobre da América Latina, uma condição que facilitou estabelecer o regime repressivo do Ortegismo.

1.2.4.2 O Somocismo tem prevalecido?

Quando se trata do problema da democratização, muitos autores destacam a falta de tradição democrática na América Latina, especificamente no caso da Nicarágua. Luis Carrión

(2019) é o único dos nove históricos comandantes da *Dirección Nacional* da FSLN que publicou um balanço autocrítico da Revolução Sandinista. No seu artigo diferenciado e revelador *40 Años de la revolución nicaragüense ¿Pudo haber sido de otra manera?* salienta:

“Daniel Ortega no ha sido el primer dictador de Nicaragua. Veníamos de una dictadura de cincuenta años, la de los Somoza. Y antes fue Zelaya, y el otro y el otro ... La matriz autoritaria está enraizada en nuestro país. Las tendencias autoritarias del Frente Sandinista no vienen sólo de factores ideológicos, vienen de nuestra historia.” (ibid. 2019)

De acordo com Martí i Puig e Serra (2020) o regime orteguista é uma reencarnação da tradição patrimonial-caudilhesca desenvolvida pela dinastia somocista. No seu artigo *Las similitudes de este gobierno con la dictadura somocista dan escalofríos* Hugo Torres (2010), um dos mais destacados *comandantes guerrilleros* históricos da FSLN, também comparte esta posição.

Mas estas interpretações implicam uma certa continuidade política entre o Somocismo e o Orteguismo, enquanto existem diferenças estruturais importantes entre estas duas formas de ditaduras, que deveriam ser classificadas com termos diferentes. Enquanto Somoza foi o governador de Washington na Nicarágua, os EUA nunca gostaram de nenhuma maneira de Ortega e Ortega usou sempre um discurso anti-imperialista e anti EUA. Nos seus últimos anos, Somoza não tinha qualquer base social exceto a Guarda Nacional e o grupo económico diretamente vinculado a ele, mas Ortega ainda em 2022 tem alguma base na população, especialmente entre a população mais pobre.

Além disso, não se deve descuidar que a guerrilha da FSLN tinha rompido absolutamente com o sistema somocista. Os combatentes tinham arriscado as suas vidas na luta armada contra um adversário muito superior e muitos dos lutadores perderam-nas. Não fizeram parte da oposição burguesa e conservadora que criticou Somoza, para ganhar assim certos benefícios materiais e posições sociais. Não são poucos os guerrilheiros descendentes da classe alta da Nicarágua que renunciaram a todos os seus privilégios para se juntarem à luta armada contra a ditadura de Somoza. E não foram estes lutadores que mais tarde geriram a orientação autoritária da FSLN. Para mais, após o triunfo, a revolução nacionalizou os bens do ditador e desmantelou a Guarda Nacional, destruindo assim os principais pilares económicos e institucionais do Somocismo. A Guarda Nacional foi construída diretamente pelos EUA para substituir as suas forças de ocupação na Nicarágua, enquanto o atual Exército, em especial a sua chefia, tem a sua origem no movimento guerrilheiro sandinista e na sua luta contra a Guarda

Nacional. Por isso, a Revolução Sandinista significou uma rutura profunda com o anterior sistema somocista.

Entre o Somocismo e o Orteguismo há certamente elementos autoritários e repressivos parecidos. Mas o Orteguismo não é uma continuação do Somocismo, nem a sua nova reinvenção, mas é sim um fenómeno político com características próprias e novas. O Orteguismo baseia-se numa rutura revolucionária com a ditadura de Somoza e na subsequente desnaturalização dos objetivos libertários originais dessa revolução.

No caso de Portugal, tinham emergido algumas estruturas da sociedade civil já sob a ditadura de Salazar, o que permitiu que a revolução de 1974 fosse capaz de desenvolver um carácter relativamente aberto e pluralista. Mas ditaduras extremamente repressivas levaram a oposição a assumir uma forma altamente centralizada e clandestina na sua luta de libertação (Fernandes & Branco, 2017, p. 411). Isto foi precisamente o caso da ditadura de Somoza na Nicarágua e foi uma das principais razões pelas quais a Frente Sandinista adotou uma estrutura militar estritamente vertical. Durante toda a revolução não conseguiu ultrapassar realmente esta estrutura hierárquica, que certamente foi uma das bases mais importantes para a posterior degeneração autoritária da FSLN. Neste sentido, o Orteguismo não é uma continuação ou reencarnação do Somocismo, mas o produto de uma luta contra a repressão extrema somocista que acabou por conduzir a formas de repressão muito semelhantes a ele.

1.2.4.3 Estalinismo e Castrismo

Para identificar as causas da degradação política da FSLN, da sua reviravolta de uma organização revolucionária anticapitalista a uma força corrupta, opressiva, neoliberal, Dan La Botz (2016, pp. 360–361) afirma que se deve voltar às suas origens. Ele postula que as importantes raízes políticas e ideológicas do Sandinismo se encontram no Estalinismo e no Castrismo. Alega que a FSLN

“never had any conception of democracy [... neither] any conception of genuine political pluralism in a socialist society [... nor a] conception of the relationship between representative democracy and participatory democracy.” (ibid. 2016, p. 361)

Este autor nota que o aparente pluralismo que existia no movimento operário não representava um compromisso com a democracia, mas era simplesmente o resultado do fracasso da liderança marxista-leninista da Frente em conseguir o monopólio partidário nas organizações de massas que procuravam (ibid. 2016, pp. 245–246). Consequentemente, alega que o

autoritarismo ditatorial e dinástico do Orteguismo é o resultado lógico da concepção estalinista do Sandinismo dos anos 1980.

La Botz analisa muito bem as condições político-sociais na Nicarágua, mas a sua interpretação dos acontecimentos difere em alguns aspetos consideravelmente da perspetiva do trabalho aqui apresentado. Neste trabalho não se concorda com a equiparação do Estalinismo com o Castrismo, uma apreciação baseada em fenómenos políticos superficiais e não suficientemente contextualizados nem diferenciados. Em primeiro lugar, a dimensão do terror estalinista na União Soviética não pode ser igualada ao autoritarismo político na Nicarágua ou em Cuba, nem nos anos 1980, nem nos anos vinte do século atual. Em segundo lugar, o Castrismo significa uma rutura importante com o conceito da coexistência pacífica, a doutrina oficial da política exterior da União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial. Esta doutrina obrigava os partidos comunistas mundiais a orientar-se pelos regimes democrático-burgueses e abster-se da luta pelo poder através de revoluções socialistas.

Neste contexto é relevante reconhecer que a fundação da FSLN foi a consequência duma rutura política estratégica com o partido comunista da Nicarágua e a sua linha de colaboração com as forças democrático-burguesas. Motivada essencialmente pela revolução cubana, a FSLN optou por iniciar a luta revolucionária armada para o derrube da ditadura de Somoza e para a construção de uma sociedade nova. Daí, a orientação ideológica e também a atuação prática da FSLN não poder ser caracterizada como estalinista ou como o produto da influência da União Soviética (ibid. 2016, pp. 149, 175, 360), mas tem que ser reconhecida como uma diferenciação político-estratégica do Sandinismo contra a orientação tradicional comunista-estalinista. Contudo, é importante salientar que a FSLN não formulou uma crítica igualmente clara à falta de democracia no modelo soviético do socialismo.

Finalmente, também é problemático alegar que o Sandinismo teria aspirado a uma simples cópia do modelo cubano (ibid. 2016, pp. 175, 246). A FSLN nunca negou que a revolução cubana tivesse tido uma grande influência no desenvolvimento da luta de libertação na Nicarágua. Mas sempre enfatizou claramente a sua independência política, que também é expressa no seu nome “Sandinista”, referindo-se ao histórico lutador pela liberdade nicaraguense Augusto C. Sandino. Ademais refere-se aos ideais dos grandes revolucionários históricos Carlos Marx, o sacerdote e guerrilheiro Camilo Torres e Ernesto Che Guevara como outros pontos essenciais de referência política (Fonseca Amador, 2006, p. 131).

A análise de La Botz indica muitas referências a desenvolvimentos sociais na Nicarágua que não são mencionadas em outras obras. No entanto, parece um pouco míope atribuir toda a problemática da Revolução Sandinista e do posterior exercício de poder de Daniel Ortega à alegada orientação estalinista-castrista da FSLN.

1.2.4.4 Terceira vaga da democratização

Com a Revolução Sandinista de 1979, Nicarágua foi um dos primeiros países da terceira vaga de democratização na América Latina, que começou em 1978 com a democratização do Equador e acabou por englobar toda a América Latina. Neste processo tornou-se evidente que não havia uma ligação direta entre o desenvolvimento socioeconómico destes países e a sua democratização (Hagopian & Mainwaring, 2005). A democratização teve lugar tanto em países pobres como em países mais desenvolvidos, em países que tinham uma estrutura de classe bem marcada, bem como em países que não apresentaram esta característica, e também independentemente das suas respetivas dinâmicas do crescimento económico. Embora estes fatores objetivos sejam uma base importante para a evolução social, os fatores decisivos para os processos de democratização situam-se a nível político. Em particular, são importantes o quadro político internacional e as orientações dos principais atores políticos no que diz respeito à democracia (ibid. 2005, pp. 7–8).

Embora os autores não mencionem explicitamente Nicarágua no seu livro *The Third Wave of Democratisation in Latin America: Advances and Setbacks* (ibid. 2005), estes dois fatores das dinâmicas políticas também estavam presentes na Nicarágua. Dado o panorama político internacional naquela altura, teria sido muito difícil que os sandinistas tivessem chegado ao poder sem a dinâmica favorável na OEA e nos EUA, que, durante a administração Carter, deram maior ênfase à questão dos direitos humanos na sua política externa após a derrota na guerra do Vietname (Kagan, 1996, pp. xii–xv). E, a nível dos atores, os sandinistas demonstraram em muitos níveis – no que refere a democracia, o pluralismo político, a sua relação com os cristãos, o seu pragmatismo político, a sua política de alianças, a forma como conquistaram e como perderam o poder, entre outros – a originalidade da Revolução Sandinista, que foi muito mais que uma simples cópia do modelo cubano ou de qualquer outro modelo político-social (Hodges, 1986, p. 185; Prevost, 1990, pp. 124–133).

Assim, os desenvolvimentos políticos na Nicarágua confirmaram as declarações de Hagopian e Mainwaring (2005, pp. 7–8) que, nos anos 1980, a democratização foi dinamizada

pela situação internacional e pelas intenções dos principais atores políticos. Pode-se acrescentar que este mecanismo também podia ser observado no processo da de-democratização, especialmente a partir da presidência renovada de Ortega no ano 2007.

Ao considerar a mudança de regime, há essencialmente duas questões centrais: Primeiro, qual é o ponto de partida e o resultado desta mudança? E, em segundo lugar, de que forma se dá esta mudança? Estas duas questões são abordadas no estudo *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies* de O'Donnell e Schmitter (1986). Em termos de conteúdo político-social, examinam processos de democratização em que, em princípio, tanto a democracia política como o socialismo estão simultaneamente na agenda (ibid. 1986, p. 13). Além disso, os dois autores investigam em detalhes as formas diferentes de transformações de regimes, em especial, as diferenças entre as formas revolucionárias ou graduais das mudanças. Neste contexto mencionam várias vezes explicitamente o caso da Nicarágua como exemplo importante, mas em parte também excecional, destes processos políticos. O seu texto é, portanto, de particular relevância para o estudo aqui apresentado.

Para eles, a democratização é um processo desejável, mas também extraordinariamente incerto. É quase impossível especificar de antemão que papel representam as classes, setores, instituições e outros grupos, qual o assunto a escolher ou qual alternativa a apoiar. A única coisa que se pode dizer com alguma certeza, é que quase todos os atores clássicos envolvidos nestes processos de mudança estão divididos, atuam de maneira hesitante e são incapazes de agir coerentemente em correspondência com os seus interesses coletivos (ibid. 1986, pp. 3–4).

“It is both possible and desirable that political democracy be attained without mobilized violence and dramatic discontinuity [... because] where the via revolucionaria [sic.] is taken, or when violence becomes widespread and recurrent, the prospects for political democracy are drastically reduced [...] a ‘transfer of power,’ in which incumbents hand over control of the state to some faction of their supporters, or a ‘surrender of power,’ where they negotiate the transition [...] seems more propitious for the installation and consolidation for democracy than an ‘overthrow of power’ by implacable antagonists.” (ibid. 1986, p. 11)

Mesmo assim, Nicarágua foi uma exceção desta regra, porque o regime do ditador Somoza não permitiu de nenhuma maneira um caminho alternativo à insurreição revolucionária (ibid. 1986). A administração do presidente Carter quis estabilizar o regime até ao último momento. Quando isto já não foi uma opção viável, tentou convencer Somoza a abandonar o poder, sair do país e entregar o poder a um governo provisório moderado para impedir que a

FSLN tomasse por completo o poder. Foi uma tentativa para salvar a Guarda Nacional como instituição de poder essencial e para permitir a sobrevivência do setor económico privado da sociedade nicaraguense (Booth et al., 2006, p. 76; Kagan, 1996, pp. 102–111; LeoGrande, 1998, p. 22; Muro Rodriguez et al., 1986, pp. 188–196). Por esta razão, os EUA conduziram, em 1979, intensas negociações com representantes da oposição burguesa e da FSLN na vizinha Costa Rica e chegaram, finalmente, a um acordo comum. Somoza teve de deixar o país e um novo governo teve que ser formado, com a participação da FSLN, da classe empresarial e das partes honestas das forças armadas. O então vice-presidente Francisco Urcuyo deveria servir como presidente interino, porque Somoza tinha recusado entregar a presidência diretamente ao novo governo provisório. No entanto, uma vez em funções, Urcuyo também se recusou a transferir o poder do governo, como tinha sido acordado, e declarou a sua intenção de exercer a presidência por mais dois anos até às seguintes eleições ordinárias, previstas para 1981. Dada a situação de insurreição geral, esta foi a gota de água que fez transbordar o barril e provocou o colapso completo da Guarda Nacional, levou os importantes líderes políticos e militares do regime a fugirem a sete pés para os países vizinhos e resultou que a FSLN assumiu todo o poder no Estado (Kinzer, 2007, pp. 72–73; Pezzullo & Pezzullo, 1993, pp. 190–192; Ramírez, 1999, p. 106). A transição acordada não funcionou porque as elites políticas e militares do país não estavam dispostas a cumprir os compromissos alcançados entre todas as partes deste conflito.

No decurso histórico nicaraguense, as negociações entre os vários competidores políticos desempenharam repetidamente um papel central. Nas eleições de 1984 e também em 1990, na entrega do poder governamental à recém-eleita presidente Chamorro em 1990, nas várias emendas constitucionais nas décadas seguintes, ou mesmo na nomeação dos funcionários públicos nos diferentes órgãos dos poderes do Estado, as negociações e pactos, muitas vezes secretos, desempenharam frequentemente um papel mais importante do que os processos oficiais nas instituições constitucionais do país.

Um exemplo é a situação após a derrota eleitoral dos sandinistas em 1990. Foi alcançado um acordo formal de transferência entre os sandinistas e a nova presidente que protegia “os interesses vitais das elites de ambos os lados” (Williams, 1990, p. 30, 1994, p. 180). Neste contexto, Roberts (1998, p. 37) argumenta que tais pactos podem ajudar a estabilizar as transições democráticas, mas ao mesmo tempo contradizem o objetivo de aprofundar a democracia. Isto é certamente o que aconteceu na Nicarágua. Este pacto, negociado em segredo, foi o primeiro passo para muitos outros acordos e pactos secretos posteriores através dos quais

Ortega – primeiro na oposição, depois outra vez no governo – expandiu gradualmente a sua base de poder. Em 1990 Ortega foi derrotado nas eleições e teve de entregar o cargo. A salvaguarda de “interesses vitais” significa que, na realidade, certos privilégios deveriam ser assegurados mutuamente, longe das instituições oficiais do Estado. Neste pacto foi acordado que o chefe do Exército, o sandinista e irmão de Daniel Ortega, Humberto Ortega continuasse nesta posição. Foi precisamente durante este processo de entrega do governo, que alguns destacados líderes da FSLN se apropriaram propriedade estatal em grande escala.

O'Donnell e Schmitter (1986) definem um pacto como um

“explicit, but not always publicly explicated or justified, agreement among a select set of actors which seeks to define (or better, to redefine) rules governing the exercise of power on the basis of mutual guarantees for the ‘vital interests’ of those entering into it.” (ibid. 1986, p. 37)

É de salientar que esta definição se aplica não só aos processos de democratização, mas também aos que levam à de-democratização. O acordo entre o presidente liberal Arnoldo Alemán e o líder da FSLN Daniel Ortega, negociado em segredo em 1999 e geralmente conhecido como *el pacto*, tinha como objetivo imediato de se protegerem mutuamente da perseguição jurídica, Alemán por desviar mais de 100 milhões de dólares do tesouro do Estado e Ortega por abusar sexualmente da sua enteada durante anos. No entanto, a longo prazo, este pacto também levou a várias alterações constitucionais, o que finalmente tornou possível que Ortega assumisse novamente a presidência em 2007.

Por conseguinte, a investigação da tensão que existe entre o institucionalismo e a procura de compromissos, ou mesmo pactos políticos entre os diferentes setores das elites fará parte importante desta tese. Estreitamente relacionado com isto está o problema da mistura de interesses privados e cargos públicos, o que frequentemente está vinculado a uma corrupção a grande escala e que é, tão histórica como também atualmente, um problema de alta importância na Nicarágua.

1.2.4.5 Abolição democrática da democracia

No seu bestseller *How democracies die*, os autores Levitsky e Ziblatt (2018) descrevem vividamente como as sociedades podem abolir a sua democracia através das suas próprias estruturas democráticas. Embora o livro esteja principalmente preocupado com a ameaça à democracia nos EUA no contexto da primeira presidência de Donald Trump, os autores apresentam também vários outros exemplos históricos e atuais de tais desenvolvimentos

políticos. Nestes processos, atores políticos e partidos autoritários adquirem democraticamente as posições de poder do Estado para depois abolirem legalmente estas instituições democráticas.

Este mecanismo foi também utilizado na Nicarágua por Daniel Ortega de maneira muito parecida à descrição destes autores. Em eleições geralmente democráticas, Ortega foi reeleito presidente em 2006. Mas, após as eleições, avançou para expandir a sua posição de poder e para restringir passo a passo os espaços democráticos de outros partidos e de toda a população. Nas eleições de novembro de 2021, já nenhum partido político da oposição pôde participar e somente participaram alguns partidos fantoches plenamente dependentes de Ortega. Em 2006, não conseguiu sequer alcançar uma maioria parlamentar com somente 38 por cento dos votos eleitorais. Mas através de fraudes eleitorais cada vez mais graves e de uma série de emendas constitucionais, o Orteguismo finalmente conseguiu ganhar maiorias absolutas em quase todos os níveis locais e nacionais e eliminar completamente todos os partidos e movimentos da oposição. Uma vez que o presidente Ortega controlava todas as instituições importantes do Estado, ganhou mais uma vez a presidência em 2021 num processo eleitoral totalmente manipulado e com a consequência de que *de facto* já não existia nenhuma forma legal de o retirar do poder.

O trágico paradoxo da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradualmente, subtilmente, e mesmo legalmente – para a matar (ibid. 2018, p. 8). Nada mais do que isto aconteceu na Nicarágua entre 2007 e 2022. Porém, com a agravante de que tudo ocorreu com o consentimento do segundo partido mais forte do país, o *Partido Liberal Constitucionalista* (PLC), em troca da liberdade do seu líder apesar deste ser corrupto e de ter desviado fundos milionários públicos de forma ilícita.

Todos estes aspetos têm desempenhado de um modo menor ou maior no desenvolvimento da FSLN e de Daniel Ortega a partir de 2007. Um objetivo central deste trabalho é precisamente examinar, apresentar e sistematizar nitidamente a dinâmica destes fenómenos, a fim de examinar possíveis ligações causais entre os regimes tão extremamente diferentes dos dois períodos governamentais da FSLN.

1.3 Metodologia e hipóteses

1.3.1 Metodologia da investigação

A metodologia deste trabalho vai-se recorrer de uma investigação *qualitativa*. As perguntas de investigação referem-se a um amplo conjunto dos mais diversos fenómenos, processos, condições e instituições da vida política e social da Nicarágua que dificilmente podem ser avaliados com métodos quantitativos. Assim sendo uma pesquisa qualitativa, permite averiguar muitos detalhes dum sistema complexo e multifacetado.

Neste trabalho a democracia não é vista como uma variável discreta que pode ser adequadamente descrita por um certo número de características, mas como uma variável contínua que pode ter uma multidão, mesmo um número ilimitado de manifestações específicas. Neste sentido, a análise está mais preocupada em determinar um *more-or-less*, do que um *either-or* de democracia (Roberts, 1998, p. 27).

Escolheu-se um desenho dum *case study* (estudo de caso), o que significa que nesta investigação pretende-se fazer “um estudo intenso sobre um caso especial para poder perceber casos parecidos” (Gerring, 2004, p. 342). O caso é Nicarágua e o desenvolvimento político deste país durante dois períodos de governação da FSLN. Certamente poder-se-ia comparar o caso de Nicarágua com outros países, que também tentaram libertar-se de ditaduras e da dependência política e económica do mercado capitalista internacional. Mas isto só seria possível em relação a poucas variáveis relativamente gerais e não permitiria analisar o caso de Nicarágua de forma detalhada e profunda. Nicarágua é um caso muito complicado com muitas facetas particulares e é o propósito deste trabalho investigar o que se passou naquele país e explicar por que razões as dinâmicas políticas se desenvolveram da maneira como aconteceram.

Para este fim, este estudo de caso vai ser feito da forma *comparativa*, analisando dois períodos de governo da FSLN. Existindo diferenças graves entre estes dois períodos, a abordagem comparativa é um método bem adequado para esclarecer as características políticas dos dois períodos que tinham o mesmo presidente Ortega e o mesmo partido governante, a FSLN. Apesar de muitas diferenças qualitativas entre as duas fases do governo da FSLN – por exemplo as constelações políticas internacionais, as situações económicas ou o número de habitantes – podem ser comparadas uma à outra, dada a identidade das estruturas básicas dos dois períodos, nomeadamente o país, o seu território, os recursos naturais, as classes sociais, as

diferentes etnias do país, os partidos políticos, os atores principais, as religiões e as expressões culturais.

Neste sentido, esta investigação vai ser uma combinação entre uma estratégia orientada a um estudo de caso e uma análise qualitativa comparativa. Será justificada

“by its capacity to go beyond descriptive statistical measures, towards an in-depth understanding of historical processes and individual motivations. [...] It points] at similarities and differences through dense narratives, with a large number of characteristics being taken into account [...] together with their interaction within long-lasting processes.” (Della Porta, 2008, pp. 202, 204)

Esta abordagem corresponde à estratégia da *paired comparison* e terá elementos dum desenho *most-different* para mostrar as diferenças profundas entre os dois períodos de governação, mas também elementos de forma *most-similar* para identificar certas continuidades estruturais entre aqueles. Entretanto, para demonstrar que certas características do segundo período de governação da FSLN são o resultado de fenómenos do primeiro, não se vão apresentar muitas variáveis independentes, mas uma argumentação detalhada tirada de um conhecimento íntimo do objeto da investigação. Analisando o primeiro período pela ótica do segundo facilita ao autor, que já é um conhecedor especializado em relação à Nicarágua, elaborar novas perspetivas críticas a situações que antes não tinha percebido (Tarrow, 2010). Desta maneira podem-se, por exemplo, identificar estruturas autoritárias na Revolução Sandinista que não foram identificadas devidamente naquela altura. Mas também, olhando para o segundo período pela perspetiva do primeiro, pode ajudar a perceber melhor as situações observadas, dando-se conta, por exemplo, da ausência completa de otimismo ou de interesse político na juventude.

Durante todo o tempo dos dois períodos contemplados aqui, Daniel Ortega, sendo o representante da FSLN, estava à frente do governo. Daí a pergunta principal deste trabalho: como foi possível que uma pessoa e um partido, que antes tinham lutado pela liberdade do seu povo, se tenham podido converter num novo ditador e num novo instrumento de opressão? Ou posto mais concretamente: como se pode explicar que o Sandinismo terminasse na ditadura autocrática do Orteguismo?

Para *operacionalizar* esta pergunta pretende-se comparar os dois períodos de governo da FSLN investigando de forma profunda, detalhada e diferenciada as condições da vida

política e social das pessoas e dos diversos setores sociais do povo sob uma perspectiva democrática.

Para este propósito, este estudo centrar-se-á essencialmente em três níveis diferentes de vida da sociedade: nas instituições estatais; na vida da sociedade civil; e nas estruturas informais que, embora não estejam formalmente estabelecidas em parte alguma, sim têm um efeito importante na vida social.

Primeiro, é óbvio que o estudo de um sistema político e da sua manifestação mais ou menos democrática deve olhar para as importantes *instituições do Estado*. Estas incluem, entre outras, a forma de governo, os poderes do Estado, as instituições coercivas, a constituição e outras leis importantes, os partidos políticos e as eleições, o sistema social, as liberdades políticas, os direitos democráticos e as formas de proteção de minorias ou setores desfavorecidas da sociedade. Neste contexto é importante examinar em que medida as condições *de jure* (oficialmente postuladas) correspondem ou não às condições *de facto* (efetivamente encontradas).

Em segundo lugar, trata-se da *sociedade civil*, que se situa dentro do espaço público fora do Estado e conecta interesses particulares com a esfera estatal (Bernhard et al., 2017, p. 297). A sociedade civil é constituída por um leque diversificado de atores – movimentos sociais, grupos de interesse, organizações profissionais, e outras associações de base dos cidadãos – que dão voz aos interesses e tomam medidas para os realizar, quer diretamente, quer influenciando as políticas do Estado. A sociedade civil foi um ator essencial na abertura de regimes autoritários e na sua transição para a democracia, as suas mobilizações têm um efeito positivo para os processos democráticos e para obter um mais alto nível de igualdade política e social (ibid. 2017, pp. 297–300; Fernandes & Branco, 2017). Para esta investigação a sociedade civil tem, portanto, uma importância essencial, para poder analisar os desenvolvimentos políticos na Nicarágua. Instituições típicas da sociedade civil são, por exemplo, associações de vizinhos, sindicatos, comunidades religiosas, organizações de mulheres, a imprensa entre outras.

O terceiro nível do presente estudo trata das *instituições informais* da sociedade. Estas são as práticas sociais que ocorrem na realidade, que são geralmente aceites e seguidas, pelo menos em certas situações ou por certos grupos, mas sem serem formalmente decididas ou estabelecidas de qualquer forma. A fim de compreender como funcionam realmente as instituições políticas, é preciso ir além do estudo das instituições formais de um Estado e

também examinar de perto as regras informais do jogo numa sociedade. Instituições informais podem reforçar, subverter ou mesmo suspender as regras formais e têm um “efeito poderoso, às vezes mesmo sistemático, nos resultados institucionais” (Helmke & Levitsky, 2006). Na Nicarágua, por exemplo, é uma regra informal que todos aqueles a quem a FSLN concedeu o título honorário de comandante durante os anos revolucionários ainda hoje são tratados como “comandante”, o que é especialmente verdade para o presidente Daniel Ortega e é aceite mesmo pelos seus críticos mais duros. Outro exemplo é a resolução de litígios jurídicos através de uma mistura de subornos aos juízes competentes, uma indemnização negociada a título privado para a vítima e uma comissão considerável para o advogado que organiza tal empreendimento. A contradição extremamente profunda entre as condições políticas dos dois períodos de governo aqui considerados não pode ser explicada sem a elevada eficácia de tais, e outras, instituições informais em detrimento das instituições oficiais.

De acordo com estes três níveis de investigação, este trabalho responderá então também a perguntas como as seguintes: como funcionaram os sistemas de educação, da saúde, da administração pública, da justiça, da polícia, do exército, das prisões? De que forma se organizaram os diferentes setores sociais e políticos da população nestes períodos? Como se desenvolveram as relações entre a base da sociedade e a liderança política? Quais foram as políticas de informação, formação de opinião, tomada de decisões e prestação de contas por parte da administração pública? Qual foi o papel dos meios públicos e da imprensa? Como foram resolvidas as divergências? Como funcionaram os sistemas eleitorais e os partidos políticos? Quais as formas representativas, participativas e diretas da democracia? Como era a situação dos direitos humanos, das liberdades democráticas e do Estado de direito? Como funcionou a FSLN durante os dois períodos em consideração? Especialmente: como se desenvolveram as dinâmicas políticas no interior da direção nacional da Frente?

Uma vez que a democracia não é apenas entendida como a existência de estruturas formais do Estado, este texto examinará uma vasta gama de atividades políticas, sociais e culturais de diferentes esferas da vida social, como expressão de uma maior ou menor inclusão das pessoas nas contemplações e decisões políticas da Nicarágua (Fishman, 2011, p. 236, 2011, p. 16).

No debate político sobre Nicarágua deu-se muita importância à situação económica da população ou às liberdades democráticas e na ciência política deu-se uma ênfase predominante aos processos eleitorais. No entanto, neste trabalho pretende-se analisar as situações na

sociedade nicaraguense duma maneira muito mais ampla e mais pormenorizada, para chegar a um entendimento melhor dos desenvolvimentos políticos tão contraditórios na Nicarágua.

Os autores Slater e Simmons (2010) definem as conjunturas críticas como

“periods in history when the presence or absence of a specified causal force [...] pushes a [society] onto a new political trajectory that diverges significantly from the old. [Critical antecedents are conditions] preceding a critical juncture that combine with causal forces during a critical juncture to produce long-term divergence in outcomes.” (ibid. 2010, pp. 888–889)

Os autores tentam traçar as causas mais essenciais de crises sociais profundas na história anterior que levaram à possibilidade – não uma consequência inevitável – de uma mudança política fundamental. Durante estas situações de convulsão, ocorrem então uma variedade de novos desenvolvimentos que não podem ser diretamente deduzidos da pré-história, mas que são fortemente determinados pelas atuações dos protagonistas em tais momentos. Estas novas dinâmicas combinam-se com as condições iniciais historicamente encontradas e são decisivas para que uma mudança qualitativa e duradoura na sociedade possa ou não possa ser efetivamente alcançada. É um propósito deste trabalho recorrer a esta abordagem da pré-história da revolução e da própria Revolução Sandinista, para chegar a um melhor entendimento político dos acontecimentos históricos. O mesmo método vai ser aplicado para ilustrar quais as pré-condições que permitiram o regresso ao poder de Ortega e os seguintes processos dramáticos da degradação política do Sandinismo.

As fontes mais importantes para este trabalho foram: a literatura científica sobre a Nicarágua contemporânea (livros, teses de doutoramento ou de mestrado, artigos em jornais científicos); os três diários publicados na Nicarágua (*La Prensa*, *El Nuevo Diario*, *Barricada*); a revista *Envío* (publicada a partir de 1981 até 2021)⁶; a revista eletrónica *Confidencial*; a experiência própria do autor, através de mais que 30 viagens à Nicarágua e a sua presença no país num total de mais de dois anos entre 1983 e 2021, participando, em várias missões políticas,

⁶ A revista *Envío* desempenha um papel muito especial como fonte de dados históricos e de comentários críticos, porque sempre teve uma equipa editorial independente de todas as instituições e partidos políticos da Nicarágua, informou continuamente sobre os desenvolvimentos políticos no país entre 1981 e 2021 e continua a ser de acesso livre na sua totalidade na Internet. Não há praticamente nenhuma publicação académica sobre a Nicarágua que não se baseie amplamente nesta revista. O mesmo é válido para o presente trabalho. No entanto, a edição eletrónica de *Envío* não fornece números de página, razão pela qual estes não são mencionados em muitas citações.

bem como projetos públicos e privados de desenvolvimento económico e social; e também comunicações diretas do autor com atores históricos e atuais. Uma importância especial para obter informações históricas e atuais tiveram diversas plataformas eletrónicas de instituições estatais como a Assembleia Nacional; o diário oficial *La Gaceta*; plataformas ligadas à FSLN como *el19digital.com* ou *lavozdelsandinismo.com*; organismos nicaraguenses relevantes como o Centro Nicaragüense de Derechos Humanos (CENIDH); canais de informação eletrónica independentes como p. ex. *100 % Noticias*, *Artículo 66*, *Café con Voz*, *La Mesa Redonda*, *Nicaragua Investiga*, entre outros; organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Económica para a América e o Caribe (CEPAL), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Corte Internacional de Justiça (CIJ), entre outros; plataformas de debate político internacional como *rebellion.org*, *ResearchGate*, entre outras; editoras ou plataformas de investigação crítica como o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), o North American Congress on Latin America (NACLA), a Latin American Studies Association (LASA).

No entanto, também é importante indicar as fontes potenciais a que o autor não pôde recorrer, ou apenas o pôde fazer de forma muito limitada. Não é de conhecimento público onde se encontram os arquivos governamentais do período sandinista. O que se sabe é que o governo orteguista não permite qualquer acesso aos arquivos do governo e que, desta maneira, impede qualquer tentativa de investigar seriamente e cientificamente os processos políticos na Nicarágua durante os últimos pelo menos 45 anos. O secretismo do Orteguismo é uma das características essenciais deste regime. Em particular, o *Centro de Historia Militar del Ejército de Nicaragua* não está acessível ao público, mas que tem, muito provavelmente, o maior arquivo de documentos e materiais sobre a Revolução Sandinista e dos anos seguintes. O segundo arquivo mais importante de Nicarágua, o *Instituto de Historia de Nicaragua y Centroamérica (IHNCA)* que se encontra na *Universidad Centroamericana* em Manágua, também está fechado desde o momento em que esta prestigiosa universidade, dirigida pela congregação dos jesuítas, foi expropriada e invadida pela Polícia em agosto de 2023. Outro grande obstáculo foi a situação de repressão generalizada na Nicarágua que teve várias consequências: impossibilitou o autor, depois de 2021, de fazer visitas à Nicarágua para fazer entrevistas e outras investigações *in situ*. Além disso, as comunicações com contactos na Nicarágua ainda existentes através da internet são muito limitadas, porque o regime dispõe de tecnologias sofisticadas de vigilância e as pessoas têm medo de pôr em risco a sua própria segurança ou a segurança dos seus familiares.

Na ciência existe sempre uma tensão entre as opiniões ou mesmo as paixões dum autor e a sua capacidade de analisar o objeto da sua investigação de maneira imparcial. Sem dúvida alguma o autor deste trabalho tem muitas ligações com Nicarágua e com muitas pessoas nicaraguenses. Também não há dúvida de que o autor está afetado quando vê que muitas pessoas são oprimidas ou forçadas a exilar-se por causa da repressão política no país. Mas o facto de estar convencido da importância dos direitos humanos e das liberdades democráticas, não deve ser razão para prescindir de analisar as violações destes direitos. A qualidade dum trabalho científico não se mede nas opiniões particulares do autor, mas no rigor em que o autor cumpre com os standards estabelecidos para investigações científicas. Concretamente, os métodos da investigação têm que ser públicos, as conclusões têm que ser incertas e os métodos e as regras aplicadas têm que ser o principal conteúdo da investigação (King et al., 1994, pp. 7–9). O autor do presente estudo esforçou-se por cumprir estes critérios, tanto quanto é do seu conhecimento e da sua convicção, e está disposto a que a validade dos resultados e conclusões do presente estudo seja verificada à luz destas normas.

Um estudo de caso deve servir para a produção dum conhecimento transferível deste caso específico investigado a outros casos comparáveis (Gerring, 2004), mas isto não significa que os resultados desta investigação sobre Nicarágua automaticamente possam ser aplicados a outros casos, porque “estudos de caso não são feitos para generalizações e, por isto, não devem ser usados para este propósito” (Hancké, 2009, p. 61). Neste sentido o caso da Nicarágua não pode ser transferido mecanicamente para outros processos de libertação em outros países e em alturas históricas diferentes, mas a forma de investigar a experiência nicaraguense neste trabalho pode ser o ponto de saída para outras investigações parecidas noutros casos. O caso da Nicarágua poderia servir, desta maneira para ampliar a perspectiva de uma teoria ou um debate mais abrangente (ibid. 2009, p. 62). Poder-se-iam analisar outros casos comparáveis perguntando, por exemplo, quais os elementos de processos políticos que causaram desenvolvimentos autoritários depois de partidos ou organizações, que pretenderam lutar pela liberdade dos seus povos, terem tomado o poder (como na Cuba, Vietname, Camboja, Angola, Zimbábue, Granada ou Burkina Faso entre outros)? Mas isto já seria um assunto de outras investigações por fazer, dedicadas a outros casos.

A Revolução Sandinista, alguma vez vista por toda uma geração da esquerda mundial como modelo para futuros processos de libertação, terminou numa ditadura autocrática, acusada de ter cometido crimes de lesa-humanidade. O dramático desenvolvimento político da FSLN e

da Nicarágua entre 1979 e 2022 merece uma investigação profunda, uma descrição nítida, um entendimento de toda a sua complexidade, uma explicação diferenciada e uma interpretação crítica. Contribuir para este empenho é o propósito principal desta investigação.

1.3.2 Hipóteses centrais

A *primeira hipótese* deste trabalho comparativo é que existem diferenças profundas e qualitativas entre os regimes políticos dos dois períodos de governação da FSLN nos anos 1980 e a partir de 2007. Isto significa que existe uma profunda clivagem política entre estes dois regimes. No entanto, não existe nem uma continuidade repressiva e autoritária, sugerida por exemplo por autores como Levitsky e Way (2020), nem uma continuidade social-revolucionária e emancipatória, sugerida por autores como Fonseca Terán (2021, 2023) ou Ayerdis (2018). Para além de algumas semelhanças apenas superficialmente existentes (a presidência de Ortega, a FSLN como partido do governo, a existência de vários poderes do Estado), trata-se de dois modelos políticos fundamentalmente diferentes.

A questão da continuidade entre os períodos sandinista e orteguista ou da rutura profunda entre estas duas fases políticas da Nicarágua é importante principalmente por duas razões: primeiro, no debate público e na ciência política existem diferenças profundas entre as análises e as interpretações elaboradas no período revolucionário e na atualidade. Enquanto a Revolução Sandinista geralmente foi vista, naquela altura, como processo progressista e emancipatório (E. Cardenal, 2004; F. Cardenal, 2009; Coraggio et al., 1986; Girardi, 1987; Kinzer, 2007; Pozas, 1988; Vanden & Prevost, 1993; Vilas, 1990, 2005; Walker, 1991a, 2003), atualmente é considerada por muitos autores como repressivo-ditatorial (Hagopian & Mainwaring, 2005; La Botz, 2016; Levitsky & Way, 2010; Mainwaring & Pérez-Liñán, 2013b). Segundo, embora a tese da continuidade revolucionária, sandinista, socialista não desempenhe um papel importante na ciência política (Ayerdis, 2018; Fonseca Terán, 2021, 2023; Núñez Soto, 2015), tem uma credibilidade até à atualidade num setor minoritário, mas importante, da sociedade nicaraguense, fenómeno que se expressa, por exemplo, no apoio político de pelo menos 10 % da população para Ortega e o seu governo (Confidencial, 2021a; Vargas, 2024b). Daí a importância de investigar esta tese criticamente, particularmente para o discurso político na Nicarágua, bem como para a esquerda política da América Latina em geral.

Para poder verificar ou falsificar essa primeira hipótese é necessário analisar, de maneira profunda e diferenciada, os regimes que existiam nos dois períodos de presidência de Daniel Ortega. Daí vêm as duas seguintes hipóteses:

A *segunda hipótese* diz que o período sandinista, os quase onze anos de governança da FSLN entre 1979 e 1990, estava caracterizado por condições político-sociais altamente democráticas. Obviamente existiam limitações democráticas a muitos níveis da sociedade que tinham que ver com o baixo desenvolvimento económico e social do país, a falta de experiência política da liderança sandinista, a intervenção política e militar estrangeira, a guerra e as tradições culturais dominantes na Nicarágua. Mas a marca mais significativa deste período estava nos processos democráticos em muitas formas diferentes, nas eleições democráticas, na participação do povo, no entusiasmo da população, na convicção de construir um país soberano e autodeterminado e na determinação do governo ao empoderamento do povo para poder autogovernar-se a si mesmo.

De acordo com a *terceira hipótese*, a sociedade de Nicarágua estava marcada por um processo crescente de de-democratização e de repressão política a partir do começo da segunda presidência de Daniel Ortega em 2007, um processo que terminou no estabelecimento duma ditadura feroz que desmantelou todas as liberdades democráticas e instituições do Estado de direito.

A *quarta hipótese* propõe dar uma resposta á pergunta de partida deste trabalho: como se pode explicar que a FSLN, tendo a história revolucionária e libertadora, tivesse chegado ao ponto de estabelecer uma ditadura declarada? Sintetizando as hipóteses dois e três realmente contraditórias – democracia e liberdade na Revolução Sandinista vs. ditadura e repressão sob o Orteguismo – a quarta hipótese afirma que a causa principal da degeneração política e da derrogação da democracia está no nível insuficiente da construção e estabilização de instituições democráticas na sociedade.

Esta declaração parece contradizer a segunda hipótese do carácter principalmente democrático da Revolução Sandinista, mas na realidade não é assim. A quarta hipótese significa que – mesmo reconhecendo o alto nível democrático alcançado na Nicarágua sandinista – não era suficiente para manter e defender as liberdades pelas quais os Sandinistas tinham liderado a luta de libertação contra Somoza. Mais especificamente, as estruturas estatais e também muitas instituições da sociedade civil tinham características em grande medida comparáveis com

as condições sociopolíticas de outros países democráticos, mas no interior da FSLN não existia democracia. Dentro do partido sandinista existia um sistema autoritário, um sistema de comando de cima para baixo, um hábito de veneração dos dirigentes que quase nunca foi posto em causa e que para todos os quadros da Frente foi visto como o mais normal e o mais correto na vida política. Foi esta dinâmica autoritária, pouco visível nos anos da revolução, que se espalhou cada vez mais dentro do partido sandinista nos anos seguintes e se tornou no modelo do Estado e de toda a sociedade a partir de 2007.

A guerra política, económica e militar dos EUA contra a Nicarágua sandinista também foi, sem dúvida alguma, uma causa importante para o processo da degradação da democracia na Nicarágua, mas este aspeto já foi descrito e analisado em muitos outros trabalhos e, por esta razão, não está no centro desta investigação. Também não é um assunto de primeira importância neste trabalho, porque aqui se trata principalmente dos processos e decisões políticas dentro do país e dentro do partido que estava no poder nos momentos aqui contemplados. Neste contexto também é importante destacar que a quarta hipótese não diz que a degradação democrática da Frente e de toda a sociedade de Nicarágua foi um processo automático ou quase inevitável, mas que foi um desenvolvimento político como produto de muitas decisões tomadas conscientemente e que sempre tinha existido a opção para tomar outro caminho, ou mais concretamente, um caminho a favor da democracia e a liberdade.

1.3.3 Estrutura do trabalho

Nos capítulos seguintes é abordada a parte investigativa desta tese. O capítulo 2 descreve os principais desenvolvimentos políticos desde a fundação do Estado da Nicarágua nos princípios do século XIX até à queda da ditadura de Somoza. Resume os mais importantes antecedentes políticos e sociais que tornaram possível a vitória da Revolução Sandinista em 1979. Os capítulos 3, 4 e 5 examinam o primeiro período de governação da FSLN, desde 1979 até à sua destituição através de eleições em 1990, capítulos que se referem á hipótese dois deste trabalho. Investigam principalmente as estruturas e dinâmicas estatais, da sociedade civil e também das instituições informais que caracterizaram a sociedade no contexto da intervenção militar contra Nicarágua naquela altura. O capítulo 6 trata dos três períodos conservadores-liberais do governo de 1990 até a 2007 e tenta explicar como a FSLN, dirigida principalmente por Daniel Ortega, conseguiu voltar ao governo após 17 anos de oposição. Um elemento essencial da investigação deste período são as diversas formas de colaboração e de pactos

políticos entre Ortega e as forças políticas governantes da direita. Os capítulos 7 e 8 descrevem e analisam o desenvolvimento do regime orteguista entre 2007 e 2022, capítulos que se referem à hipótese três desta investigação. Nestes capítulos dá-se especial atenção às mudanças do regime que tomou uma direção cada vez mais autoritária. Aplica-se a mesma perspetiva analítica usada na investigação do período da revolução nos anos 1980, nomeadamente dos desenvolvimentos políticos a níveis do Estado, da sociedade civil e também das instituições informais. No capítulo 9 resumem-se os resultados deste estudo empírico, comparando os dois períodos de governação da FSLN e do presidente Ortega. Este capítulo dedica-se, portanto, à primeira hipótese que põe em causa a continuidade entre estas duas fases políticas na Nicarágua. Finalmente, tentam-se identificar elementos que podem explicar o desenvolvimento político da Frente Sandinista e da sociedade nicaraguense entre as duas fases governamentais em consideração aqui e apresentar conclusões do autor dirigidas a futuras situações políticas comparáveis, temática tratada na hipótese quatro deste trabalho.

2 Antecedentes da Revolução Sandinista

Neste capítulo 2 serão apresentados os processos sociais mais importantes que culminaram na queda do ditador Somoza e que abriram toda uma década de uma revolução social na Nicarágua, um dos países menos desenvolvidos e mais pobres de toda América Latina. Averigua-se a importância da luta pela independência e soberania do país desde o começo da sua existência até ao derrocamento da ditadura somocista. Para explicar esta importância é imprescindível contextualizar os desenvolvimentos na Nicarágua na sua colocação geopolítica no istmo centro-americano. A ditadura de Somoza será analisada neste contexto geopolítico e como prólogo direto da insurreição popular e tomada revolucionária do poder por parte dos lutadores da Frente Sandinista em 1979. Finalmente examinam-se quais as condições que permitiram que a organização guerrilheira FSLN, que era militarmente muito inferior à Guarda Nacional, tenha finalmente conseguido ganhar o poder de Estado.

2.1 Da independência ao assassinato de Sandino

Nesta parte descrever-se-ão, em grandes passos, os principais desenvolvimentos políticos na Nicarágua a partir da sua independência no século XIX até ao fim da luta de libertação de Sandino e à instauração da Guarda Nacional, como a força predominante e principal instituição, que assegurou o poder da ditadura somocista a partir de 1936.

Nicarágua nasceu como Estado próprio no contexto do processo de independência dos países latino-americanos em todo o continente da coroa espanhola. Em 1821, as cinco províncias da América Central – quase idênticas aos atuais cinco países centro-americanos – declararam a sua independência de Espanha e associaram-se ao recém-independente Império Mexicano. Só dois anos depois declararam a sua independência definitiva do México, para prosseguir o projeto da construção de uma federação centro-americana. Mas esta tentativa fracassou e Nicarágua declarou-se como país soberano e independente e adotou a sua primeira Constituição em 1838 (Kinloch Tijerino, 2012, pp. 118–137).

Antes da sua independência, nos séculos XVI até XVIII, Nicarágua foi conquistada e dominada pelos impérios espanhol e britânico. O primeiro dominou a parte do pacífico, o segundo a parte caribenha. Essas duas regiões estavam separadas uma da outra por uma barreira natural de selvas quase impenetráveis e só existindo alguns rios como vias de comunicação naturais. Esta separação física explica a profunda diferença política e sociocultural que existia,

e ainda existe, entre as duas partes da Nicarágua. A língua principal na costa caribenha é o inglês e a crença religiosa dominante é a protestante, enquanto que no pacífico são a língua espanhola e a religião católica. Só recentemente foi possível construir duas estradas asfaltadas que ligam as partes ocidental e oriental do país, transitáveis durante todo o ano. No século XVI, os colonizadores espanhóis introduziram na região do pacífico um regime de dominação cruel, com trabalho forçado e escravização, e deportação dos indígenas para Panamá e Perú. Trataram as pessoas de tal forma que não só desarticularam as diversas sociedades étnicas que viviam ali, mas também aniquilaram quase por completo a população aborígine deste território (ibid. 2012, pp. 52–54). Daí a população da região do pacífico, até à atualidade, ser composta predominantemente por mestiços hispanizados de crença católica, enquanto que na costa das caraíbas vivem diversos grupos étnicos, dos quais alguns conseguiram manter as suas línguas, formas de produção e de convivência cultural (Walker, 2003, pp. 10–11; Wunderich, 2009, p. 279). Ainda há muito por descobrir sobre as culturas pré-coloniais. Mas todos os povos centro-americanos e mexicanos têm raízes comuns. Os *Nicaraos* e os *Chorotegas* são os povos mais conhecidos da Nicarágua de tal época. Mas os conquistadores espanhóis destruíram à força essas culturas e impuseram a sua língua e a sua cultura. Nessa altura também chegaram à América africanos capturados para serem escravizados nas colónias espanholas. Estes escravos misturaram-se com os indígenas, bem como com os descendentes dos espanhóis. O espanhol falado na Nicarágua ainda tem muitas palavras de origem indígena do nahuatl, de África e do inglês. Daí a Nicarágua ser um país multiétnico, com muitas culturas, línguas, cores e religiões (López Vigil & López Vigil, 2013).

As primeiras quatro décadas da independência da Nicarágua foram marcadas por uma sucessão quase contínua de guerras civis entre os partidos da elite liberal, enraizada em León, e a conservadora em Granada. Os conservadores, principalmente a elite tradicional de comerciantes privilegiados e grandes fazendeiros, disfrutaram de privilégios obtidos pela coroa espanhola, defenderam as instituições coloniais com formas de governação quase-monárquicas. Em contraste com isto, os liberais eram nobres e produtores que defenderam princípios republicanos e advogaram a promoção da propriedade privada, do mercado livre e da abolição da influência da igreja nos assuntos do Estado. Mas, em geral, o liberalismo na América Central trouxe simplesmente uma modernização capitalista que acelerou a concentração da riqueza e dos rendimentos nas mãos da elite ali existente e que aumentou a dependência da economia local em relação ao sistema económico global. Os partidos liberal e conservador degeneraram, ao longo do tempo, tornando-se em dois clãs oligárquicos rivais, ideologicamente já não

distinguíveis (Booth et al., 2006, p. 46). Qual dos dois partidos exercia o poder político foi decidido por combates militares (Seligson & Booth, 1995, p. 84). O ciclo de violência terminou apenas em 1858, depois de uma ditadura imposta pelo corsário dos EUA, William Walker, chamado pelos liberais para ajudar a sua causa e que foi derrotado pela força comum de vários exércitos centro-americanos. Em seguida, quando os liberais estavam vastamente desacreditados pela sua aliança com o *gringo* Walker, veio a era de trinta anos de governação conservadora que trouxe certa estabilidade através de um pacto entre as elites regionais, mas que também trouxe consigo uma certa estagnação política e económica ao país (ibid. 2006, p. 70).

No entanto, emergiu uma nova elite, os produtores de café, que queria uma quota do poder político proporcional à sua importância económica que tinha aumentado até ali. Embora o cultivo do café tenha começado tarde na Nicarágua, em comparação com os outros países centro-americanos, o crescimento rápido da produção e da comercialização deste produto na segunda metade do século XIX empurrou de maneira determinante o desenvolvimento de uma produção capitalista na Nicarágua e da integração no mercado capitalista mundial. Mas esta estava limitada principalmente ao campo e não prosseguiu significativamente de forma a haver uma industrialização do país. Desta maneira, Nicarágua continuava a ser um país agrário e ficando numa posição de dependência económica que estava altamente exposta às vacilações dramáticas dos preços do café no mercado internacional. A ampliação da produção do café aconteceu frequentemente mediante o desalojamento de pequenos produtores para o autoconsumo e levando muitos deles a formar um novo proletariado agrícola (Wheelock, 1985, p. 119).

Nestas condições, uma revolução levou o general liberal José Santos Zelaya ao poder, o qual exerceu como homem forte até à sua destituição em 1909. Conseguiu um fortalecimento do Estado central, incluindo a formação dum exército nacional e a integração da região caraíba no Estado nicaraguense, a introdução dum sistema de tributação, a ampliação dos sistemas de correio e de telefone, assim como a construção de novas estradas e ligações ferroviárias. Foi introduzido um sistema escolar público e um registo civil, tarefas anteriormente assumidas pela Igreja Católica. As suas reformas económicas consistiram, por exemplo, numa reforma agrária a favor dos produtores de café ou a introdução do trabalho obrigatório para fornecer a mão de obra necessária às grandes plantações de café, o produto principal de exportação naquela altura. O sistema tradicional de produção rural na base de propriedade comunitária da terra foi

simplesmente abolido. Isto mostra que politicamente o liberalismo já tinha convergido em grande medida com o conservadorismo. Estes dois partidos tornaram-se muito mais a expressão dos interesses económicos e de poder de dois grupos opostos da elite nacional, do que de dois modelos diferentes socioeconómicos para o país. O liberalismo desistiu do ideal liberal da defesa de direitos iguais para todos os cidadãos e governou de maneira ditatorial autoritária. Zelaya também prosseguiu a agenda de se tornar a figura predominante para toda a América Central, o que despertou a desconfiança de Washington em relação à sua pessoa. Quando Zelaya, tendo falhado em ganhar a construção do canal interoceânico para a Nicarágua, ofereceu o direito de desenvolver um projeto concorrente do Panamá aos alemães e japoneses, os EUA impuseram a sua renúncia e apoiaram uma revolução que levou os conservadores ao poder (Close et al., 2011, p. 2; Mahoney, 2001, pp. 53–54, 165–189).

Este episódio também pôs um ponto final aos grandes projetos da reforma liberal. As exportações de café estagnaram, a produção interna diminuiu, o orçamento nacional entrou em colapso e não se construíram novas linhas de comunicação durante muito tempo. Desta maneira, o aborto violento da reforma liberal no princípio do século XX através da intervenção direta dos EUA foi uma situação chave, para explicar o estabelecimento da ditadura somocista que posteriormente esteve 43 anos no poder e só pôde ser derrubada pela revolução dos sandinistas em 1979 (Mahoney, 2001).

Para além destes factos, este fraco progresso socioeconómico da Nicarágua tornou-se também uma herança pesada para todos os desenvolvimentos sociais futuros do país, especialmente para a Revolução Sandinista e para os regimes políticos que se lhe seguiram.

A queda de Zelaya, forçada pela intervenção dos EUA, abriu um novo ciclo de guerras civis, nas quais, entre 1912 e 1933, as tropas norte-americanas participaram várias vezes diretamente ao lado dos conservadores, porque os ideais dos seus representantes coincidiram mais com os interesses económicos e políticos dos EUA do que os dos liberais. Nas duas décadas seguintes, a Nicarágua funcionou quase como uma *neo-colony of the United States* (Mahoney, 2001, p. 189), dando a representantes do departamento de Estado o controlo direto sobre as finanças do país e proporcionando a grupos capitalistas norte-americanos uma posição dominante na economia da Nicarágua. Em 1912, chamados pelo presidente Adolfo Díaz, marines norte-americanos entraram no país, para estabilizar o governo conservador. Em 1914, Washington obrigou este governo a assinar o contrato Bryan-Chamorro, que entregou aos EUA o direito exclusivo e perpétuo da construção de um canal interoceânico na Nicarágua. Ainda

mais importante foi o facto de que o governo entregou a administração e o controlo do sistema tributário ao departamento de Estado, para assegurar o reembolso das dívidas acumuladas que Nicarágua devia aos EUA. Os caminhos-de-ferro nacionais e o banco nacional foram entregues a investidores norte-americanos, que também controlaram o financiamento e a comercialização do café. O Estado nicaraguense

“became little more than an instrument through which U.S. investors, exercised financial control over Nicaragua and U.S. political advisors ensured that friendly governments were in power.” (ibid. 2001, p. 191)

Depois de várias tentativas frustradas de conseguir a paz e de um golpe de Estado de forças conservadoras, os liberais começaram com outra revolta em 1926. Nesta campanha também participou Augusto C. Sandino, com um contingente independente de voluntários para apoiar as tropas liberais na sua luta contra a ditadura conservadora. Sandino era um nicaraguense de uma descendência humilde que tinha trabalhado em vários países na América Central e particularmente, durante três anos, na indústria petroléira em México. Aí entrou em contacto com o movimento obreiro e sindical, fortemente influenciado pelo anarquismo espanhol, o que foi uma experiência importante para o seu posterior desenvolvimento político. Em janeiro de 1927 foi reconhecido formalmente como chefe militar das tropas liberais na Nueva Segovia, no norte de Nicarágua. Nas lutas desta guerra mostrou as suas altas capacidades militares e também habilidades como dirigente político da sua tropa, que cresceu rapidamente, motivada pelos seus êxitos militares e o carisma da sua pessoa (Wünderich, 2009, pp. 68–77).

Mas quando os liberais, liderados pelo general Moncada, estavam á beira duma vitória militar, esse assinou, em maio de 1927, um acordo de paz com os conservadores que foi negociado através dum enviado especial dos EUA. Foi acordada uma amnistia geral para todos os participantes desta guerra e, enquanto os soldados foram mandados para as suas casas, Moncada tornou-se o novo caudilho do país e os seus generais receberam indemnizações em forma de dinheiro e de postos políticos. Tais ofertas também foram feitas a Sandino, mas ele rejeitou-as, enquanto que quase todos os demais generais das tropas liberais as aceitaram. Sandino criticava em primeiro lugar o papel humilhante e intervencionista dos Estados Unidos neste acordo e a presença contínua das tropas norte-americanas na Nicarágua. Sandino deixou à discrição dos seus companheiros de luta de decidir se queriam voltar às suas casas ou continuar a luta juntamente com ele. A grande maioria quis reintegrar-se na vida civil e só ficou um grupo muito reduzido de duas dúzias de combatentes que quiseram continuar a luta, o que

tornou a guerra civil numa guerra de libertação contra um invasor estrangeiro (ibid. 2009, pp. 77–84).

Nas suas primeiras declarações para justificar a sua decisão de continuar a luta, Sandino (1984) afirma o seu orgulho de ser um nicaraguense com sangue índio e explica que somente continua a luta para levar até ao fim a revolução liberal:

“Soy artesano, pero mi idealismo campa en amplio horizonte de internacionalismo, lo cual representa de derecho de ser libre y hacer justicia, aunque para alcanzarla sea necesario constituir la base de sangre.” (ibid. 1984, p. 117)

“Para mí no quiero nada [... no] ambiciono nada, sólo deseo la rendición de la clase obrera.” (ibid. 1984, p. 125)

O carácter social-revolucionário da sua luta também se expressa nas reivindicações do dia laboral de oito horas, indemnizações para acidentes laborais, o direito a organização sindical e o pagamento igual para homens e mulheres, entre outros.

Sandino começou uma guerra guerrilheira com o seu Exército Defensor da Soberania Nacional de Nicarágua, principalmente contra os marines dos EUA, luta essa que conseguiu receber uma atenção mundial. A Internacional Comunista apoiou a sua luta, em especial através do Partido Comunista de México, mas, no contexto da viragem ultraesquerdista da Internacional no seu VI congresso mundial, declarou a luta de libertação nacional de Sandino como traição, exigiu dele uma orientação clara classista e terminou a colaboração com Sandino no final de 1928.

O EDSN não foi um partido político, foi um exército com metas políticas limitadas, mas claramente definidas e explicadas em múltiplas declarações e cartas públicas. Sandino compartiu como igual a dura vida quotidiana da guerra com os seus camaradas de luta, na sua grande maioria camponeses das zonas remotas do norte do país. Mas ele foi o dirigente principal e inquestionável, facto que também se expressou no estatuto fundador do EDSN que diz no seu primeiro parágrafo que os seus participantes só reconhecem o patriota general Augusto César Sandino como o seu chefe supremo (Sandino, 1984, pp. 141–143).

Através as suas táticas de guerrilha, o EDSN conseguiu infligir pesadas derrotas e perdas aos *marines* apesar destes terem uma vasta prevalência militar, o que levou os EUA a decidir retirar as suas próprias tropas da Nicarágua. Em vez disso, os EUA reforçaram maciçamente a Guarda Nacional nicaraguense, fundada em 1928, e designaram Anastasio Somoza García o

seu comandante-chefe. Esta Guarda Nacional tornar-se-á o principal instrumento para fazer valer os interesses dos EUA na Nicarágua e assim permaneceu até à queda da dinastia Somoza, em 1979 (Kinloch Tijerino, 2012, pp. 251–255; Wunderich, 1995, p. 248, 2009, pp. 323–326). Com a retirada das tropas norte-americanas em 1933, o pré-requisito decisivo para Sandino depor as armas foi cumprido e começou a dedicar-se plenamente à construção de um projeto de cooperativas nas ribeiras do Rio Coco, no norte do país. Após a conclusão das negociações de paz, o então presidente Sacasa convida todos os envolvidos no processo de paz para um jantar festivo a 21 de fevereiro de 1934. Contudo, quando Sandino deixa a celebração, ele e os seus dois companheiros são raptados e assassinados pela Guarda Nacional. Nos dias seguintes, a Guarda Nacional destrói todas as cooperativas sandinistas e expulsa e assassina os seus membros. Este assassinato não só foi um atentado brutal e criminoso, mas também violou a lei não escrita que permitia a todos os políticos e dirigentes militares derrotados exilar-se porque as suas vidas tinham sido respeitadas pelos vencedores de tantas contendidas violentas e militares desde o princípio da independência. Desta forma, Somoza, o principal responsável pelo assassinato de Sandino, já antecipara a ditadura que viria a estabelecer pouco depois. O poder real na Nicarágua já estava nas mãos do chefe da Guarda Nacional. Dois anos depois, Somoza derrubou o presidente Sacasa e instaurou a sua ditadura familiar, que viria a durar 43 anos (Wunderich, 2009, pp. 331–378). Décadas mais tarde, o combatente pela liberdade Augusto C. Sandino tornar-se-á a figura simbólica da FSLN que assumiu o seu nome.

A ideologia de Sandino é moldada por várias influências. Sandino seguramente consciente da sua própria origem mestiça, refere-se frequentemente às ideias do indo-hispanismo. É um veemente defensor da igualdade de todas as “raças”, uma expressão muitas vezes utilizada por ele, e defende a mistura de todas as culturas para o enriquecimento da cultura mundial. Neste contexto, tem uma orientação forte latino-americana e anti-imperialista, o que coincide com a causa liberal de defesa da soberania nacional (ibid. 2009, pp. 52–56). Sandino rejeita reiteradamente a instalação de uma base militar dos EUA no Golfo de Fonseca e recusa veemente a construção de um canal interoceânico controlado por capital estrangeiro. Este é um projeto de tal magnitude que não deve ser levado a cabo pelos EUA ou qualquer outra potência, mas só num empenho conjunto de todos os países da América Latina (Sandino, 1984, pp. 341–355). A participação de Sandino na luta sindical na indústria petrolífera em México, ainda sacudido pela revolução, assegura que as exigências do movimento laboral estão profundamente enraizadas na sua consciência política. Outro aspeto importante de Sandino foi a sua espiritualidade que se complementou com a sua modéstia e, em forte contraste com todos

os dirigentes político-militares tradicionais, a sua abstenção absoluta de abusar da sua posição como chefe militar, para enriquecer-se ou para obter quaisquer vantagens materiais. No ideário do “comunismo racionalista”, que foi inspirado pelas escolas racionalistas e pelos anarquistas mexicanos, Sandino junta as ideias anticapitalistas, socialistas e espirituais (Bendaña, 2007, pp. 73, 145). Na sua pessoa unificaram-se as ideias que defendeu com o comportamento individual. Isto foi um dos segredos do seu êxito em ganhar a confiança dos seus seguidores, mesmo em situações sumamente difíceis da luta política e militar. A luta abnegada de Sandino e a sua disposição para fazer sacrifícios geraram uma mística em ligação à sua pessoa que se reflete em muitas situações da luta de libertação e que é ainda na atualidade um elemento presente na consciência coletiva dos nicaraguenses como a *mística sandinista*.

Existe uma disputa ampla sobre a caracterização de Sandino mais específico como liberal, libertário, comunista, nacionalista, anarquista, anti-imperialista, caudilhesco, pequeno burguês ou simplesmente como bandoleiro social, entre outros, que não pode ser aprofundado neste trabalho (Bendaña, 2007, 2016; Gilbert, 1988; Hodges, 1986, 2014; Nolan, 1985; Palmer, 1988; Selser, 2004; Somoza & Cox, 1980; Wunderlich, 2009).

2.2 Contexto geopolítico

Nicarágua tem características muito especiais em relação aos interesses geoestratégicas dos EUA e os acontecimentos políticos e sociais na Nicarágua não podem ser percebidas e muito menos explicadas sem os contextualizar em relação à política norte-americana (Gärtner, 2020, p. 28; LeoGrande, 1998, pp. 3–9). Nesta parte quer-se descrever o panorama geoestratégico que rodeia a Nicarágua e influencia todos desenvolvimentos neste país.

No dia 2 de dezembro de 1823, o presidente dos EUA James Monroe (1823) declarou:

“The American continents [...] are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European powers [...] and] we should consider any attempt [of the European powers] to extend their system to any portion of this hemisphere as dangerous to our peace and safety [...] and] as the manifestation of an unfriendly disposition toward the United States.”

Esta declaração não só significava uma garantia de segurança para todos os países do continente americano que já tinham alcançado a independência das suas potências coloniais europeias ou que, naquele momento, lutavam por ela, como também expressava a pretensão dos EUA de serem a potência suprema indiscutível neste hemisfério, o que foi justificado como *manifest destiny* da potência emergente (Pearce, 1982, p. 8). A Doutrina Monroe que deveria

tornar-se o princípio orientador da política externa norte-americana para a América Latina, foi adaptada várias vezes às diferentes conjunturas políticas, mas mesmo em 1980 foi fundamentalmente reafirmada uma vez mais quando se tratou da situação na Nicarágua (Bouchev et al., 1980, pp. 45, 52; Coleman & Herring, 1985, pp. 163–164; LeoGrande, 1998, pp. 54–56; Pearce, 1982, pp. 172–174).

Quando Theodore Roosevelt começou com a expansão da supremacia dos EUA, particularmente na América Central e nas Caraíbas, acrescentou à doutrina em 1904 que os EUA tinham o direito de usar a força militar noutros países, o que ficou conhecido como a política do *big stick*. Mais tarde o presidente Taft substituiu as armas por fortes investimentos privados na América Latina com a sua *dollar diplomacy*. Mas, nos anos 1920, o presidente Coolidge justificou a intervenção nos assuntos internos dos países latino-americanos, para proteger os investimentos estrangeiros de nacionais dos Estados Unidos. Em resposta à revolução cubana, a administração Kennedy lançou, em 1961, a *Alliance for Progress*, que visava impedir uma revolução a partir de baixo através de uma reforma a partir de cima, investindo um financiamento público substancial para alcançar um progresso económico, uma maior justiça social e uma democratização das sociedades na América Latina. Uma vez que esta campanha não conseguiu resolver de forma sustentável as tensões sociais na região, a *Doutrina Nixon* orientou-se em aumentar consideravelmente o armamento das ditaduras que estavam a emergir de todos os lados, para que pudessem combater as insurreições nos seus países com as suas próprias forças (Pearce, 1982).

Desde a proclamação da Doutrina Monroe, os EUA têm intervindo económica, política e também militarmente em quase todos os países do continente americano, especialmente na América Central e nas Caraíbas. No seu conjunto, os EUA estiveram, entre 1856 e 1933, durante um total de mais de 20 anos diretamente presentes com as suas tropas militares na Nicarágua, como potência ocupante ou mesmo como parte beligerante (Edelman, 1988, p. 45). Tomando em conta que a Guarda Nacional, foi estabelecida, equipada e treinada pelos EUA e funcionou como exército procurador dos interesses norte-americanos na Nicarágua, todos os 51 anos da sua existência, desde 1928 até à queda da ditadura somocista em 1979, parecem um período não soberano da Nicarágua sob a intervenção e dominação constante dos EUA (Fonseca Amador, 2006, p. 81; Wunderich, 2009, pp. 324–325).

Na segunda metade dos anos 1970, o presidente Jimmy Carter tentou estabilizar as condições políticas na América Latina através da sua política orientada para a democracia e os

direitos humanos. Proibiu, por exemplo, a entrega de armas às ditaduras de El Salvador e Guatemala e apoiou, em 1979, os esforços da OEA para persuadir o ditador nicaraguense Anastasio Somoza Debayle a demitir-se. Isto foi para preservar a Guarda Nacional e instalar um novo governo que incluía o Partido Liberal somocista, mas não os sandinistas insurgentes. Carter tentou tudo para evitar uma revolta revolucionária na Nicarágua, mas não o conseguiu (Booth et al., 2006, p. 76; Kagan, 1996, pp. 102–111).

A América Central tem duas características especiais que destacam a importância geoestratégica desta região. Encontra-se nas proximidades imediatas dos Estados Unidos e a sua estreita ponte terrestre forma a ligação mais curta entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Considerações e planos para a construção de uma rota de transporte interoceânico por terra ou mar foram documentados pelo menos desde 1529, apenas alguns anos após o desembarque de Cristóvão Colombo na América (Wallace Simpson, 2014, p. 172). Nestes projetos foram envolvidos grupos de capital e governos norte-americanos, britânicos, alemães, franceses, italianos, dinamarqueses, holandeses, japoneses e outros mais. A América Central era o eixo através do qual corriam tanto o transporte de mercadorias e pessoas entre a costa oriental e ocidental dos EUA, como o transporte de prata e ouro saqueados do Peru para Espanha (Gärtner, 2020, pp. 33–62).

Com a corrida do ouro na Califórnia, uma enorme onda de viagens para a costa ocidental da América do Norte começou a partir de 1849, dando um novo impulso aos planos para um canal interoceânico. Cornelius Vanderbilt, um dos mais ricos e influentes empresários dos EUA, aproveitou esta oportunidade e desenvolveu um projeto correspondente para a Nicarágua, porque a viagem de barco para dar a volta ao Cabo Horn demorava muito e o caminho por Panamá era muito incômodo. No mesmo ano, faz um contrato que lhe dá o direito exclusivo de construir um canal interoceânico e de transportar pessoas pelo território nicaraguense. Contudo, como este plano despertou a suspeita da Grã-Bretanha, nessa altura ainda a principal metrópole capitalista e potência marítima dominante no mundo, que também tinha uma influência decisiva na costa das Caraíbas da Nicarágua. Isto levou os EUA a concluir o tratado de Clayton-Bulwer em 1850, no qual as duas potências concordaram em não dominar unilateralmente o canal e garantir os direitos de passagem uma da outra. Vanderbilt estabeleceu, como primeiro passo, uma rota que permitia chegar a San Francisco em 25 dias – primeiro de navio de Nova Iorque ao Lago Nicarágua, depois 20 quilómetros por terra e finalmente, partindo de San Juan del Sur, outra vez de barco. Mas com a conquista da Nicarágua pelo corsário norte-americano William

Walker e mais tarde com as novas linhas ferroviárias que ligam as duas costas dos EUA, os planos de Vanderbilt para construir um canal na Nicarágua não puderam ser realizados (La Botz, 2016, pp. 15–18).

A elevada importância geoestratégica de um canal interoceânico para os EUA foi também manifestada na declaração do presidente Hayes (2016) em 1880 quando declarou,

“The true policy of the United States as to a canal across any part of the Isthmus is either a canal under American control, or no canal. [...] Our merely commercial interest in [the canal] is greater than that of all other countries, while its relations to our power and prosperity as a nation, to our means of defense, our unity, peace, and safety, are matters of paramount concern to the people of the United States.”

Em 1901, os EUA e a Grã-Bretanha assinaram um novo tratado no qual a Grã-Bretanha concedeu aos EUA o direito exclusivo de construir, operar, proteger e fortificar um canal interoceânico através da América Central. Em troca, os EUA garantiram que tal canal concederia a todas as nações direitos de passagem iguais para os navios civis e militares. Neste contexto, Washington ofereceu e pagou 6 milhões de dólares ao governo de Nicarágua para obter, em arrendamento perpétuo, o direito de construir, possuir e explorar um canal interoceânico na Nicarágua (Wallace Simpson, 2014, pp. 67–69).

Após um aceso debate sobre a rota final via Panamá ou via Nicarágua, o Congresso dos EUA decidiu em 1902, sob a impressão duma tremenda erupção do vulcão Momotombo na Nicarágua e uma pressão enorme do grupo dos investidores deste projeto, construir o canal no Panamá porque é a rota mais prática e factível para um canal ístmico sob o controlo, a direção e a propriedade dos EUA (Wallace Simpson, 2014, p. 71). Depois, os EUA asseguraram que a província do Panamá se separasse da Colômbia e proclamasse, em 1903, o seu próprio Estado, para poder realizar o projeto sem qualquer interferência por parte do governo colombiano. Em 1904, os EUA retomaram os trabalhos já realizados no Panamá por um consórcio francês, que tinha falido e foi obrigado a terminar as obras de construção em 1895. Os EUA construíram então – numa zona especial, administrada e controlada por eles – o canal interoceânico e conseguiram inaugurá-lo no ano 1914 (Gärtner, 2020, pp. 36–37, 57). No entanto, a fim de evitar qualquer perigo de um projeto rival ao canal do Panamá ser construído na Nicarágua, os EUA, potência militar ocupante na altura, obrigaram a Nicarágua em 1914 a assinar o tratado Bryan-Chamorro, que garantiu para sempre aos EUA todos os direitos de construir e operar um canal interoceânico através da Nicarágua. Os EUA pagaram à Nicarágua 3 milhões de dólares

como compensação por esta renúncia permanente a uma parte dos seus direitos soberanos. Na realidade, este foi um tratado para impedir a construção de um canal na Nicarágua e significou, portanto, o fim definitivo dos sonhos de Vanderbilt de construir tal canal nicaraguense (La Botz, 2016, pp. 48–49; Walker, 2003, pp. 20–21; Wallace Simpson, 2014, pp. 51–52, 67–72). É de notar que demorariam quase cem anos até que o Panamá conseguisse alcançar a plena soberania do Estado sobre todo o seu território em 2000.

A partir de meados do século XIX, o desenvolvimento económico da América Central foi dominado vastamente pela produção do café e de bananas e a exportação destes produtos para a Europa e principalmente à América do Norte. Desde o início do século XX, a Nicarágua também acrescentou algodão, açúcar, carne de vaca e ouro nas suas exportações.

Desde a Segunda Guerra Mundial, a situação política internacional caracterizou-se pela chamada Guerra Fria que só foi resolvida no início dos anos 1990 com o colapso da União Soviética e dos seus Estados associados.

Nas Américas, os levantamentos sociais e movimentos revolucionários foram muitas vezes vistos por Washington não como a expressão de problemas sociais, mas como o resultado de intervenções externas perpetradas pela União Soviética (Middlebrook & Rico, 1986, pp. 33–40). Isto está expresso muito claramente no *Documento de Santa Fe* que, em 1980, estabeleceu a nova orientação da política externa para América Latina da administração Reagan (Lowenthal, 1991, p. 132). O Comité de Santa Fe (Bouchey et al., 1980), auto-chamado assim pelos próprios autores do seu documento *A New Inter-American Policy for the Eighties*, propagou uma reviravolta completa da política de direitos humanos da administração Carter. Posteriormente, três dos autores, Roger Fontaine, o general Gordon Sumner e Lewis Tambs, desempenharam posições importantes na administração Reagan, um como conselheiro no *National Security Council*, outro no ministério dos assuntos externos e o último como embaixador na Costa Rica. Desta maneira, os autores tornaram-se executores das suas próprias propostas. O documento manifesta:

“The Americas are under attack [...] Latin America [...] is being penetrated by Soviet power. [...] War, not peace, is the norm in international affairs. America must seize the initiative or perish [...] Human rights [policy ...] must be abandoned [...] because it] contributed to the destabilisation and loss or perspective loss of countries like Nicaragua, El Salvador, Guatemala and Costa Rica. [...] The] United States will reaffirm the core principals of the Monroe Doctrine [...] United States is engaged in World War III. [...] Detente is dead. [...] America must take the lead. [...] The] very survival of this republic is at stake.” (ibid. 1980, pp. 3–52)

As recomendações do documento tornaram-se a principal orientação da política para a América Latina quando Reagan assumiu a presidência (LeoGrande, 1998, p. 56).

O presidente Reagan chama à União Soviética *evil empire* e descreve a União Soviética em conjunto com Cuba como os mestres dos movimentos de insurreição na América Central. O facto de a FSLN não ter tido qualquer contacto com o Estado ou a liderança do partido comunista soviético antes da vitória da revolução não impede de forma alguma o governo de Washington de afirmar que os sandinistas são marionetas de Moscovo. O síndrome do Vietname, que significa a contenção militar na política externa dos EUA, deve ser ultrapassado. Na Guatemala, El Salvador e especialmente na Nicarágua, os interesses dos EUA de novo devem ser aplicados através de um aumento substantivo dos meios militares (Kagan, 1996, pp. xi–xvii; Kissinger, 1984, pp. 89, 97, 121; LeoGrande, 1998, pp. 5–9; Scott, 1997; Smith, 1994, p. 298). LeoGrande (1998, p. 590) resume a política de Washington em relação à América Central afirmando que os EUA entraram na guerra na América Central para exorcizar os fantasmas do Vietname e para renovar a disposição nacional de usar a força no estrangeiro.

2.3 Ditadura dinástica dos Somoza

Quando o recém-eleito presidente da Nicarágua, Juan Bautista Sacasa, nomeou, pouco depois da sua eleição em 1932, Anastasio Somoza García como novo chefe da Guarda Nacional, foi com o consentimento explícito, se não por iniciativa direta, do embaixador norte-americano Mathew Hanna e do comandante-chefe das forças de ocupação norte-americanas, o general Matthews (Booth, 1985a, pp. 46–48; Kinloch Tijerino, 2012, pp. 251–255). Uma vez que Somoza García não tinha formação militar, a sua nomeação teve certamente algo a ver com o facto de ter aprendido inglês americano fluente enquanto estudava administração de empresas nos EUA e de ter casado com Salvadora Debayle de uma das famílias mais ricas e influentes da Nicarágua (La Botz, 2016, pp. 74–75). Com a criação da Guarda Nacional, Washington perseguiu principalmente o objetivo de pôr fim à ocupação militar da Nicarágua, que foi extremamente controversa nos EUA por causa das elevadas despesas militares e perdas de soldados causadas pela luta contra a guerrilha camponesa sandinista. Até à retirada final dos Marines dos EUA em 1933, a Guarda Nacional assumiu uma parte cada vez maior da luta militar contra Sandino, luta essa que frequentemente se tornou em puro terrorismo contra pessoas suspeitas de apoiarem Sandino. Os oficiais superiores norte-americanos da Guarda Nacional também foram substituídos por nicaraguenses, sendo, desde o início, que as ligações

e simpatias pessoais por parte de Somoza desempenharam um papel muito mais importante do que as suas qualificações militares (Booth, 1985a, pp. 43–48).

Somoza não foi de modo algum incontestado como chefe da Guarda Nacional, especialmente devido à sua adesão política liberal e falta de formação militar. Por conseguinte, o seu papel como máximo responsável pelo assassinato de Sandino foi um passo importante para reforçar a sua posição na Guarda Nacional. A fim de assegurar a lealdade do alto mando da Guarda Nacional, obrigou que fosse assinado por todos os participantes nesta conspiração um documento conjunto que documentava a sua aprovação deste assassinato criminoso que, ainda por cima, violava gravemente a paz acordada entre Sandino e o presidente Sacasa (Booth, 1985a, p. 53; Ferrero Blanco, 2010, pp. 34–35; Wunderlich, 2009, p. 367). Sacasa ordenou uma investigação do assunto, mas o embaixador dos EUA e muitos políticos, liberais bem como conservadores, consideraram que Somoza não deveria ser deposto porque isso poria em perigo a estabilidade do país (Kinloch Tijerino, 2012, p. 255).

Em 1936, Somoza García utilizou a Guarda Nacional para forçar o presidente Sacasa a demitir-se e a fugir para o exílio. Assim, Somoza García ganhou definitivamente o poder político na Nicarágua e estabeleceu, apoiado pelo seu controlo absoluto sobre a Guarda Nacional, uma dinastia familiar ditatorial que não abdicaria do seu poder até ao seu derrube em 1979 (La Botz, 2016, pp. 74–76). O novo ditador teve um

“considerable political talent [...] which permitted him to wield all sorts of means – legal and illegal, positive and negative, humane and cruel – to make the National Guard the extension of his personal will. Under [...] Somoza the Guard became efficient yet corrupt, modernized yet paternalistic.” (Booth, 1985a, pp. 54–56)

Uma vez assegurado o seu poder no país, Somoza García assumiu também a liderança do *Partido Liberal Nacionalista (PLN)* e fez deste partido um importante instrumento do seu sistema de controlo das instituições estatais e para enriquecer o seu clã familiar (ibid. 1985a, pp. 62–63).

Conduziu a Guarda Nacional e tornou-a numa instituição que o serviu como instrumento de dominação sobre a Nicarágua que não estava sujeita a qualquer outro controlo da sociedade. O principal dirigente da FSLN, Carlos Fonseca Amador (2006, pp. 81–82), caracterizou a Guarda Nacional como “exército de ocupação” que atuava com o consentimento das camarilhas traidoras dos partidos reacionários tradicionais.

A Guarda Nacional exerceu funções militares e policiais ao mesmo tempo, mas foi essencialmente concebida como um órgão de ordem doméstica. Não só foi uma força militar – equipada com o apoio considerável dos EUA – como também se tornou num fator económico importante na sociedade. Controlava a rádio nacional, as telecomunicações e o serviço postal. Tinha nas suas mãos o serviço de saúde, a cobrança de impostos e os caminhos-de-ferro nacionais. No entanto, foi também responsável pelo Gabinete de Segurança Nacional, que perseguiu a oposição interna do regime. Para manter o controlo sob esta instituição Somoza atribuiu cargos-chave da Guarda Nacional a membros da sua própria família (Booth, 1985a, p. 55).

Somoza García, que teve de ganhar o seu sustento durante muitos anos através de vários trabalhos subalternos, utilizou habilmente a sua posição de liderança na Guarda Nacional para se tornar um dos homens mais ricos do país. Assim, deu concessões para a exportação de ouro, prata ou madeira preciosa, pelas quais recebeu comissões especiais – para além dos seus rendimentos como presidente ou como chefe da Guarda Nacional. Também recebeu dinheiro de corrupção por permitir apostas ilegais, prostituição ou negócios ilegais com álcool. Finalmente, também ganhou com o contrabando ilegal de gado e outros produtos (ibid. 1985a, p. 55).

Embora houvesse situações em que os interesses particulares de Somoza García não coincidissem plenamente com as orientações estratégicas de Washington, o ditador pôde sempre contar com o apoio político-militar dos EUA, da mesma maneira que sempre apoiara a política da potência norte-americana. Quando se tornou cada vez mais óbvio que Somoza García, a partir de 1934, tinha posto em causa a autoridade do presidente legítimo Sacasa, os EUA rejeitaram várias vezes apoiar tentativas de restringir o poder de Somoza García. Depois do golpe de Estado contra Sacasa em 1936, os EUA reconheceram imediatamente o novo regime de Somoza García. Por sua vez, Somoza García declarou a sua lealdade ao eixo antifascista das potências ocidentais em 1939, apesar das suas próprias tendências fascistoides.

Em dezembro de 1941, os EUA declararam guerra à Alemanha nacional-socialista em resposta à declaração de guerra alemã contra eles. Nicarágua seguiu o exemplo norte-americano, com a sua própria declaração de guerra contra a Alemanha, no prazo de somente dois dias. Além disto, Somoza García aproveitou desta situação para expropriar as terras de fazendeiros com origem alemã na Nicarágua e “comprar” as suas largas plantações de café a preços muito abaixo do seu valor real. Desta maneira também adquiriu outras propriedades

agropecuárias, tornando-se o maior proprietário de terras na Nicarágua. Quando, nos princípios dos anos 1950, os EUA aumentaram fortemente a ajuda militar à Nicarágua para conter a oposição política ou possíveis revoltas, o ditador deu, em contrapartida, o seu apoio político à intervenção estado-unidense para a queda do governo Arbenz de Guatemala em 1954. Durante este período, Somoza García estabeleceu um regime de repressão extrema, sob o qual camponeses eram assassinados, prisioneiros eram fuzilados ou torturados até à morte, e manifestantes eram abatidos a tiro pela Guarda Nacional (ibid. 1985a, pp. 58–59, 67).

A 21 de setembro de 1956, o jovem poeta Rigoberto López Pérez disparou várias vezes contra Somoza García, mas foi imediatamente morto pelas forças de segurança. Devido às suas relações muito estreitas com os EUA, Somoza García – gravemente ferido – foi levado de avião para um hospital do Exército dos EUA na Zona do Canal do Panamá, mas morreu alguns dias mais tarde devido aos seus ferimentos (ibid. 1985a, p. 70). López Pérez atuou como indivíduo e por iniciativa própria sem estar filiado em nenhuma organização política e muito menos militar. A sua atuação, que resultaria muito provavelmente na sua morte, é outro exemplo da mística da luta contra a ditadura somocista.

Após a morte de Somoza García, os seus dois filhos, Luis e Anastasio Somoza Debayle, continuaram a sua ditadura de uma forma ainda mais dura. Ambos tinham recebido formação militar e civil nos EUA e refletiam os dois lados da personalidade e dos métodos políticos do seu pai. Enquanto Luis assumiu o papel do comunicador que procurava apaziguar os conflitos políticos-sociais, Anastasio era o opressor e guerreiro brutal. Luis assumiu a presidência em 1956, enquanto Anastasio liderou a Guarda Nacional. Devido a várias tensões sociais e crises políticas, ambos tiveram de recorrer a várias alianças táticas, eleições, fraudes eleitorais e golpes de Estado para assegurar o seu poder. Várias vezes aceitaram representantes independentes ou mesmo da oposição em posições governamentais, como por exemplo René Schick (1963 – 1967) ou Fernando Agüero (1971 – 1972). Mas durante todo este período até ao seu derrube em 1979, Anastasio foi o chefe supremo da Guarda Nacional e teve o controlo absoluto sobre este órgão principal do poder na Nicarágua. Após a morte natural de Luís em 1967, Anastasio assumiu a presidência e governou, no início em parte em cooperação com a oposição conservadora, mas especialmente a partir de meados dos anos 1970, com uma repressão cada vez maior. Os direitos humanos deixaram de ter qualquer valor na Nicarágua (ibid. 1985a, pp. 73–95).

O terramoto de 1972, que destruiu quase por completo o centro da capital Manágua, acelerou dramaticamente a crise social na Nicarágua. Resultou em mais que 100.000 mortos, muitos mais feridos, mais de 50.000 casas destruídas e um número incalculável de pessoas sem abrigo. A destruição de muitos negócios atirou milhares para as ruas e para a marginalização deixando-os numa vida como vendedores ambulantes ou até na prostituição. Nos anos anteriores já tinham sido despojados dos seus empregos milhares de trabalhadores do campo e dos centros urbanos, como consequência de processos da concentração de capital. Grandes programas de reconstrução permitiram uma certa recuperação económica nos anos seguintes. Mas estes investimentos foram financiados através de créditos estrangeiros e dirigidos principalmente às grandes companhias controladas pela família ditatorial. No final, o clã dos Somozas enriqueceu uma vez mais, o país ficou muito mais endividado e a miséria dos pobres incrementou também (Fürst et al., 1985, pp. 14–22).

O modelo económico de Somoza foi estritamente orientado para a exportação de produtos agrícolas, especialmente café e algodão, mas também açúcar, carne de vaca, bananas e outros. A economia estava dividida em dois setores: por um lado o setor de exportação altamente mecanizado e de capital intensivo e, por outro lado, o setor das pequenas propriedades camponesas, que praticavam uma pura agricultura de subsistência ou que também produziam alimentos para o mercado interno. A pequena agricultura familiar teve lugar, em grande medida, em parcelas de terra não legalizadas. Uma das consequências disto foi que muitos destes pequenos produtores foram deslocados legalmente ou à força da sua terra pela expansão das grandes plantações de café ou de algodão. Ou se deslocaram então para a abundante área de terra que ainda não tinha sido recuperada, a fim de aí construírem um novo meio de subsistência ou passaram a fazer parte do setor em constante crescimento dos marginalizados ou trabalhadores agrícolas sem terra, que foram então temporariamente contratados pelos grandes fazendeiros a salários extremamente baixos durante a época da colheita (Jung, 1980, pp. 55–57).

A partir de 1975, os preços do mercado mundial para os principais produtos agrícolas de exportação da Nicarágua começam a cair, os termos de troca deterioram-se significativamente, os investimentos privados diminuem, há uma fuga considerável de capitais e a economia começa a estagnar. Além disso, no contexto da reconstrução, há um aumento da especulação de terras e da corrupção, o que, em combinação com o aumento da inflação, leva a perdas salariais reais significativas para a classe trabalhadora (Fürst et al., 1985, pp. 11–22;

Jung, 1980, pp. 59–60). As lutas dos trabalhadores para a defesa das suas condições de vida desenvolvem-se cada vez mais em mobilizações contra a ditadura e, especialmente a partir de 1977, as atividades militares da guerrilha sandinista motivam as pessoas a expressar o seu descontento na rua. A repressão do regime e os protestos e lutas populares agravam a situação económica e financeira de tal maneira que, em 1978, Nicarágua experimentou um crescimento económico negativo e o Banco Central já não conseguiu pagar os juros para os empréstimos internacionais (Fürst et al., 1985, pp. 17–18).

Embora a ditadura somocista tenha sempre mantido a oligarquia tradicional afastada do exercício direto do poder estatal, e embora os Somozas se tenham tornado um grupo económico concorrente significativo através da corrupção e das suas estruturas mafiosas, essa mesma oligarquia geralmente orientou-se no sentido da cooperação com o poder estatal até aos anos 1970. O Partido Conservador também procurou repetidamente uma cooperação parcial com o regime, com o fim de obter concessões políticas e também materiais. Mas estas tentativas não só conduziram a vários conflitos internos e cisões no conservadorismo, mas também resultaram em desilusões políticas entre muitos jovens e estudantes e na sua viragem para a luta de libertação armada (Booth, 1985a, pp. 97–103).

No entanto, como a corrupção estatal e as violações cada vez mais graves dos direitos humanos representaram um peso crescente nas condições de produção, também vários dos empresários mais ricos se manifestaram abertamente contra a ditadura e apelaram a um maior primado dum Estado de direito e a reformas sociais para pacificar o país. O jornal *La Prensa*, propriedade do editor conservador Pedro Joaquín Chamorro, foi uma importante voz de oposição à repressão sob a ditadura somocista e em apoio a esta iniciativa política. Portanto, o assassinato deste editor em janeiro de 1978 foi o início de uma grande vaga de greves, outras formas de protesto e de luta contra a ditadura que se desenvolveu até uma insurreição popular que finalmente derrubou a ditadura dos Somoza em julho de 1979 (ibid. 1985a, pp. 103–104, 157–183).

No último ano da sua existência o sistema somocista mostrou toda a sua monstruosidade. Houve protestos contra a ditadura e revoltas em cada vez mais cidades, algumas das quais pacíficas e espontâneas, e outras ligadas à luta armada de libertação da FSLN. O regime respondeu a esta situação com uma constante escalada de repressão violenta do povo. Até utilizou a força aérea para bombardear bairros inteiros que se erguiam contra a ditadura. Quando, no decurso de 1979, a guerrilha sandinista obteve cada vez maiores êxitos contra a

Guarda Nacional, realizaram-se, mediadas pelos EUA, negociações entre o regime e a FSLN na Costa Rica a fim de se chegar a uma solução pacífica. Quando a OEA e, finalmente, também a administração Carter chegaram à conclusão de que o regime de Somoza era insustentável, foi acordado que Somoza se demitiria e deixaria o país, que o poder seria pacificamente transferido para a provisória Junta Revolucionária JGRN e que seria construído um novo exército, composto tanto por anteriores soldados da Guarda Nacional, mas também por combatentes da FSLN (Booth, 1985a, pp. 177–182).

A 17 de julho de 1979, a família Somoza, juntamente com dirigentes do partido somocista PLN e outras pessoas ligadas estreitamente à ditadura fugiram da Nicarágua num avião que os levou a Miami nos EUA. Em relação à transferência de poder, foi acordado que Somoza entregaria a presidência, de forma transitória, a Francisco Urcuyo para que ele passasse a faixa presidencial ao arcebispo Obando y Bravo, que depois devia transferir o poder governamental para o novo governo provisório, a JGRN. Mas quando a presidência provisória tinha sido atribuída a Urcuyo, este recusou-se a entregá-la à JGRN e quis permanecer no cargo por mais dois anos. Ele nomeou um novo comandante-chefe da Guarda Nacional, apelou à sua tropa para resistir aos insurgentes e exortou a FSLN a depor as suas armas. Uma traição terminal do regime dos Somozas. Como resultado, a FSLN retomou imediatamente a luta armada e ultrapassou, num espaço de dois dias, a Guarda Nacional, que, após este episódio, já estava no processo de desintegração total (Booth, 1985a, pp. 181–182; Ferrero Blanco, 2010, pp. 268–274, 421–450; Kagan, 1996, pp. 110–111; La Botz, 2016, pp. 166–167; Ramírez, 1999, pp. 99–100, 106, 259–263).

Na literatura aqui citada, este episódio é frequentemente mencionado como um acontecimento menor e atribuído a uma decisão individualista e incompreensível de Urcuyo. Na realidade, porém, a última ordem de Somoza a Urcuyo foi não entregar o poder governamental à junta revolucionária, como tinha sido acordado. Antes de embarcar no helicóptero para o exílio, Somoza exortou-o a continuar a luta contra os sandinistas insurretos com toda a sua energia e a negociar com o embaixador norte-americano Lawrence Pezzullo até que os EUA retirassem o seu apoio à junta revolucionária. De acordo com as declarações autobiográficas de Urcuyo, Somoza insistiu em que ele nunca se esquecesse de que esta junta representava uma ameaça comunista para a Nicarágua e que tinha de convencer Pezzullo deste facto (Kinzer, 2007, p. 70; Pezzullo & Pezzullo, 1993, p. 200; Urcuyo Maliaño, 1979, pp. 110–117).

Assim, todo o processo de transferência pacífica do poder foi interrompido. Urcuyo proibiu o novo comandante supremo da Guarda Nacional de se deslocar à Costa Rica para negociar as modalidades de um cessar-fogo com a FSLN e não autorizou a aterragem do avião em que a junta revolucionária deveria ser transportada da Costa Rica. Somoza – que já se encontrava em segurança na sua quinta em Miami Beach, na Florida – continuava a telefonar a Urcuyo para o exortar a resistir, na esperança de que a ajuda militar dos EUA chegasse em breve. Nesta situação confusa, a junta revolucionária decidiu voar da Costa Rica para a Nicarágua em dois pequenos aviões na noite de 18 de julho, a fim de se constituir como governo provisório da Nicarágua nesse dia em León, que já estava sob o controlo da FSLN. Enquanto em muitas capitais de departamento já se festejava a libertação da Guarda Nacional, Urcuyo reuniu o seu novo gabinete em Manágua, negando que tivesse alguma vez concordado em entregar o poder à junta. No entanto, quando a administração Carter se apercebeu do perigo de perder completamente qualquer influência sobre os acontecimentos na Nicarágua, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Warren Christopher telefonou pessoalmente a Somoza e ameaçou-o revogar a sua autorização de residência nos EUA se não conseguisse que Urcuyo entregara o poder pacificamente. Urcuyo continuou a recusar a sua colaboração, mas as notícias crescentes das derrotas militares e da desintegração massiva da Guarda Nacional levaram-no a fugir para a Guatemala nesse mesmo dia. Temendo uma possível ação dos EUA contra ele, Somoza deixou Miami no dia seguinte num iate de luxo com destino às Bahamas (Kinzer, 2007, pp. 69–72; Pezzullo & Pezzullo, 1993, pp. 190–232; Urcuyo Maliaño, 1979, pp. 132–133).

O povo nicaraguense teve de pagar um preço humano muito alto pela luta de libertação contra a ditadura da Somoza. Morreram 30.865 pessoas e 31.019 pessoas sofreram graves ferimentos ou mutilações (Kinloch Tijerino, 2012, p. 305).

2.4 Luta de libertação

A FSLN foi inicialmente um organismo importante, entre outros, na luta contra a ditadura, mas particularmente nos últimos dois anos do domínio do regime somocista tornou-se óbvio que foi o motor mais dinâmico e decisivo, para o derrube da ditadura. Portanto, na secção seguinte, serão mencionados alguns dados importantes sobre o surgimento da FSLN, a sua programática, a sua forma de organização e o desenvolvimento da sua luta até ao triunfo da revolução em 1979. Neste ponto, contudo, não é possível descrever brevemente vinte anos de

luta de libertação armada, razão pela qual são aqui apresentados apenas alguns marcos essenciais do desenvolvimento político da FSLN.

A Frente Sandinista não é fundada num dia específico, mas sim formada num processo político-organizativo mais longo que – politicamente inspirada pela revolução cubana – se estende ao longo de vários anos. Não há nenhum congresso ou documento fundador, mas sim debates políticos na clandestinidade, documentos, proclamações e reuniões de pequenos grupos revolucionários dentro e fora da Nicarágua, nos quais se desenvolvem as posições políticas deste movimento (Baltodano, 2010a, pp. 182–191; Blandón, 2013, pp. 67–76; H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 142–147). Neste processo, Carlos Fonseca Amador assume uma posição de liderança cada vez mais importante. Em 1959, quando estava em Cuba – recuperando de um grave ferimento de bala, sofrido numa tentativa falhada de revolta armada – entrou pela primeira vez em contacto com as ideias de Sandino, que, naquela altura, era entusiasticamente venerado na Cuba revolucionária. Estava convencido de que a luta e as ideias de Sandino eram de importância fundamental para a futura luta de libertação, porque lhe davam uma autêntica orientação nicaraguense. Foi por isso que insistiu pessoalmente para que a organização, originalmente fundada como FLN, se chamasse a si própria “*sandinista*” e desta forma surgiu a FSLN em 1964 (Baltodano, 2010a, pp. 187–189; Blandón, 2013, pp. 116–117; H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 143–144).

Muitos combatentes da geração fundadora deste movimento vieram do *Partido Socialista Nicaragüense (PSN)* que tinha uma orientação política pro-Moscovo. Mas afastaram-se deste partido porque lhes parecia demasiado oportunista e alinhado com o sistema no poder. Enquanto os comunistas se concentraram na luta legal democrática e sindical, os jovens sandinistas estavam convencidos de que a ditadura da Somoza tinha de ser substituída pela construção de uma nova sociedade ao serviço do povo e que isto só poderia ser conseguido através da luta armada. Os sandinistas queriam construir uma alternativa não dogmática e não sectária aos comunistas, unindo as diferentes forças da oposição para lutar em conjunto contra a ditadura (Blandón, 2013, pp. 119–122). Através da sua declaração *Desde la cárcel yo acuso a la dictadura* de 1964, Carlos Fonseca Amador, constituiu-se como o indiscutível líder político e orientador ideológico da FSLN (H. Ortega Saavedra, 2004, p. 144). Neste texto sublinha que para a FSLN a implementação da justiça social é tão importante como a realização dos direitos e liberdades individuais e explica: “No meu pensamento acolho a medula popular das distintas ideologias, do marxismo, do liberalismo e do social cristianismo” (Fonseca Amador, 2006, p.

259). No entanto, é uma característica política importante do Sandinismo que a sua rutura com o comunismo de modelo soviético não se baseie numa crítica contundente aos métodos antidemocráticos e opressivos do estalinismo, mas se centre na sua convicção da necessidade da luta armada. Esta orientação está expressa claramente nas palavras de Fonseca Amador (2006, p. 117) quem declara que somos *la generación de la Revolución cubana* e defende um programa revolucionário que proclame *los ideales de los grandes revolucionarios de la historia: Carlos Marx y Augusto César Sandino, Camilo Torres y Ernesto Che Guevara* (ibid. 2006, p. 131).

Humberto Ortega (1989, pp. 145–147), que mais tarde iria desempenhar um papel predominante durante e mesmo depois da Revolução Sandinista, nomeia como pontos centrais conceptuais do emergente movimento sandinista a luta armada guerrilheira de acordo com a *teoría do foco* (Guevara, 1960), a luta das classe trabalhadoras urbana e rural, a luta dos camponeses e a resistência dos estudantes universitários contra a ditadura. Ao fazê-lo, identifica quatro pontos de um programa mínimo, nomeadamente a libertação da Nicarágua do domínio norte-americano, o derrube da tirania somocista, uma reforma agrária e a formação de um governo de unidade nacional.

Em 1969, Carlos Fonseca Amador redige o *Programa Histórico del FSLN* (1984) que começa com os dois seguintes parágrafos básicos:

“El Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) ha surgido de las necesidades del pueblo nicaragüense de tener una ‘Organización Vanguardia’ capaz de lograr mediante la lucha frontal contra sus enemigos, la toma del PODER POLITICO y el establecimiento de un sistema social que liquide la explotación y la miseria que ha padecido nuestro pueblo en el pasado histórico.

*El FSLN es una organización POLITICO-MILITAR cuyo objetivo estratégico es la toma del PODER POLITICO mediante la destrucción del aparato militar y burocrático de la dictadura y el establecimiento de un gobierno revolucionario basado en la alianza OBRERO-CAMPESINA y el concurso de todas las fuerzas patrióticas ANTI-IMPERIALISTAS Y ANTIOligarquicas del País.”*⁷ (ibid. 1984, pp. 13–14)

Este governo deveria assegurar, entre outras coisas, as liberdades da plena participação popular, o pleno exercício das liberdades individuais, o respeito pelos direitos humanos, a

⁷ Naquela época, o proletariado industrial era um setor muito reduzido, pelo que o termo “*obrero*” foi entendido no seu sentido mais amplo como todos os assalariados e, correspondentemente, o termo “*campesino*” como tanto os trabalhadores do campo como o pequeno campesinato também.

liberdade de expressão, direito de formar sindicatos e outras organizações da sociedade civil (ibid. 1984, pp. 16–17). Na esfera económica, exige-se a expropriação dos Somoza e dos seus cúmplices, bem como a nacionalização de empresas estrangeiras, dos bancos e do comércio exterior, e a criação de uma economia planificada (ibid. 1984, pp. 18–20).

Uma profunda reforma agrária deveria expropriar os latifúndios, distribuir a terra pela população rural e promover a formação de cooperativas. É exigido um sistema escolar público e gratuito para todos. Além disso, os pobres devem também ter acesso às universidades (ibid. 1984, pp. 21–26).

Devem ser introduzidas normas mínimas na legislação laboral e social, tais como o dia de oito horas, cuidados de saúde gratuitos ou um teto digno para todos. Na administração pública, é declarada a luta contra a corrupção (ibid. 1984, pp. 26–30). O programa opõe-se à discriminação contra a população da costa atlântica e contra as mulheres, e garante a livre prática da religião (ibid. 1984, pp. 31–33).

Trata-se de um programa social-revolucionário que reivindica uma ampla série de direitos democráticos e sociais básicos, mas não contém quaisquer declarações concretas sobre a forma como deve ser organizada a nova sociedade a ser construída. Depois de décadas de ditadura somocista – com as suas eleições fraudulentas, as destituições ilegais de presidentes, a corrupção onipresente, o enriquecimento ilícito em grande escala, os golpes de Estado e a violência contra o povo – as palavras “democracia” ou “eleições” não aparecem neste programa porque são vastamente identificadas pelos sandinistas com as estruturas ditatoriais do regime somocista. Por isto, a única afirmação sobre a nova sociedade desejada é que o governo revolucionário *liquidará la estructura reaccionaria originada por farsas electorales y golpes militares* a qual deve ser substituída pela *plena participación de todo el pueblo, tanto a nivel nacional como a nivel local* (ibid. 1984, p. 16). Para os sandinistas, eleições e golpes de Estado eram só duas caras da mesma medalha, do mesmo regime somocista. Esta abordagem, expressa no Programa Histórico, correspondeu, em grande medida, às posições da esquerda latino-americana em geral, para a qual a democracia eleitoral não era um aspeto central do seu programa socialista e revolucionário. Isto não foi assim por essa esquerda ser particularmente antidemocrática, mas porque, de acordo com a sua própria experiência, a democracia liberal não só alimenta ilusões no sistema opressivo existente, mas frequentemente engana a sua base eleitoral (Roberts, 1998, p. 18).

Após muitos anos de resistência civil e armada sem progressos significativos, surgiram duros debates no seio da FSLN sobre qual estratégia a adotar, para finalmente poder derrubar a ditadura com sucesso. Os protestos públicos foram violentamente reprimidos, várias tentativas de insurreição falharam, muitos quadros da geração fundadora da FSLN tinham caído na luta guerrilheira, os sobreviventes tiveram de fugir muitas vezes para os países vizinhos ou mesmo para Cuba, a comunicação entre a frente interna e os vários coletivos sandinistas no estrangeiro era extremamente difícil, a repressão do regime não conhecia quaisquer limites, e a FSLN esteve, portanto, várias vezes à beira de desaparecer. Em novembro de 1976 caíram três dos mais emblemáticos dirigentes da FSLN, Eduardo Contreras, Roberto Huembes e Carlos Fonseca Amador. Foi óbvio que era necessário uma reavaliação e reorientação da luta libertadora. Nestas condições apareceram três tendências políticas dentro da FSLN, a *Guerra Popular Prolongada (GPP)*, *Tendencia Proletaria (Proletarios)* e a *Tendencia Insurreccional (Terceristas)*, assim chamada pela única razão de que foi o terceiro grupo que se constituiu como tendência interna (Baltodano, 2010c, pp. 397–431; H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 284–293).

Apesar das perdas graves que a FSLN sofrera, a *GPP* defendeu o conceito original da luta guerrilheira rural. Os *Proletarios* propagaram pôr mais ênfase na luta reivindicativa da classe trabalhadora e tentar construir um partido revolucionário nos centros urbanos, uma estratégia muito parecida à conceção política do partido comunista PSN. Faltou pouco para que estes dois grupos entrassem num conflito armado entre eles. Nesta situação os *Terceristas* deram a conhecer a sua proposta de uma estratégia dupla – a combinação de insurreições urbanas com a formação de amplas alianças políticas no interior do país, mas também a nível internacional (H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 293–296). As três tendências continuaram a sua luta contra o regime, conforme as suas respetivas orientações estratégicas, operando como organizações separadas, mas aparecendo sempre com o nome idêntico da FSLN.

A partir de 1977, a intensificação da repressão do regime somocista levou a uma resistência crescente da população e a uma iniciativa político-militar reforçada pela guerrilha sandinista. Isto resultou numa nova dinâmica de unidade, acrescida pela oferta de Fidel Castro de apoiar a FSLN também com fornecimento de armas, sempre e quando se reunificasse outra vez. Esta iniciativa de Fidel leva à reunificação da FSLN em março de 1979, o que foi uma das condições imprescindíveis para o posterior derrube de Somoza (Close & Martí i Puig, 2009, p. 69; Hassan Morales, 2016, pp. 138–142; Kinzer, 2007, p. 67). A FSLN unificada formou uma

Dirección Nacional (DN) conjunta na qual cada uma das três tendências estava representada, com direitos iguais, por três dos seus principais dirigentes. A *GPP* foi representada por Tomás Borge, Henry Ruiz e Bayardo Arce, os Proletarios por Jaime Wheelock, Luis Carrión e Carlos Núñez e os Terceristas por Víctor Tirado López e os irmãos Humberto e Daniel Ortega. Esta diretiva vai manter-se como direção inquestionável da FSLN até muito mais tarde e como a estrutura mais poderosa no Estado a partir do triunfo da revolução em 1979, até à perda do poder governamental em 1990. Mas esta reunificação também resultou em que os Terceristas – e particularmente os seus principais dirigentes Humberto e Daniel Ortega – se tornassem a força política dominante dentro da FSLN em detrimento da histórica tendência *GPP* (Hassan Morales, 2016, pp. 140–142; La Botz, 2016, p. 157).

De acordo com a estratégia dos Terceristas, houve três campos de luta: primeiro, protestos e revoltas organizadas e também espontâneas; segundo, lutas armadas no campo e também nas cidades; e terceiro, amplas alianças políticas a nível nacional e internacional. O *Grupo de los Doce (Los Doce)* iniciado pela FSLN, um conjunto de personalidades altamente respeitadas da sociedade, incluindo empresários, banqueiros, padres, advogados e escritores, apresentou-se publicamente em 1977 como um governo revolucionário alternativo para substituir o regime ditatorial de Somoza e teve uma orientação “*nacionalista, pluralista, democrático y popular*” (H. Ortega Saavedra, 2004, p. 330). As suas principais exigências eram

“*Un régimen democrático de libertades públicas; abolición de la Guardia de Somoza [...]; expropiación de todos los bienes de la familia Somoza [...]; la transformación del régimen de propiedad, [una] reforma agraria, bajo un sistema de economía mixta; y relaciones de no alineamiento con todos los países del mundo, poniendo fin a la dependencia con Estados Unidos.*” (Ramírez, 1999, p. 98)

Esta perspectiva de orientação democrática é claramente diferente da perspectiva revolucionária socialista expressa no Programa Histórico da FSLN. Estas novas pedras angulares programáticas e as personalidades pertencentes a Los Doce serão também essencialmente as mesmas com que o novo governo da JGRN será formado em 1979.

A partir de 1977, a combinação de ofensivas guerrilheiras simultâneas em várias cidades com iniciativas políticas – de acordo com a tese dos Terceristas – levou, por um lado, a perdas significativas da Frente, mas por outro lado também a um enorme aumento da visibilidade e da reputação da FSLN na própria Nicarágua, e também a nível internacional. Neste contexto, as ações militares tiveram sempre, em primeiro lugar, um objetivo político, nomeadamente o de

encorajar e reforçar a resistência popular contra a ditadura, e isto foi conseguido (Baltodano, 2010c, p. 429; FSLN, 1977).

A luta e a organização da FSLN destacam-se por várias particularidades muito específicas. A FSLN foi, conforme a sua autodefinição, uma organização *político-militar*, o que significa que, em princípio, funciona através da norma do comando e da obediência (FSLN, 1984, p. 13). Daí os nove integrantes da *Dirección Nacional* não serem “dirigentes” ou “membros da direção”, mas terem-se autoproclamado *Comandantes*. Até à atualidade, Daniel Ortega é tratado como “*comandante*”, não só pelos seus apoiantes, mas também pelos seus críticos mais duros. Enquanto que o mais lógico é a luta armada ser organizada de forma vertical, no âmbito político o autoritarismo é um problema muito grave que vai ser abordado em várias partes dos capítulos seguintes.

Durante longos períodos, a luta dos sandinistas teve de ser conduzida em pequenos grupos isolados uns dos outros. A comunicação entre eles foi extremamente difícil e descontínua, tanto dentro da Nicarágua como com aqueles que estavam fora do país. Durante todos os anos da sua luta nunca foi possível à direção da FSLN reunir-se em presença com todos os seus membros. Na realidade nem é completamente claro quem e quando fazia parte integrante desta direção. Isto conduziu quase inevitavelmente a discussões e conflitos. Por conseguinte, após a reunificação das três tendências, era muito importante que a *Dirección Nacional*, a recém-formada liderança conjunta, se mantivesse unida, a fim de manter a sua autoridade sobre os seus seguidores. Isto foi ainda mais importante porque, especialmente no último ano da luta de libertação, em muitos lugares, mês após mês, centenas de jovens se juntaram espontaneamente à FSLN, sem que a liderança nacional fosse capaz de dirigir e controlar este processo (Ramírez, 1999, p. 105). Esta dinâmica levaria mais tarde a que a DN aparecesse quase sempre como um bloco monolítico para o exterior, mesmo durante os anos da Revolução Sandinista. Enquanto a *Dirección Nacional* internamente conduzia certamente um debate intensivo, cuidadoso e também controverso sobre as questões importantes da política atual, tal estilo de debate a fundo nunca se estendeu ao resto das estruturas da FSLN (Ramírez, 1999, p. 66).

A FSLN, devido às condições da sua luta clandestina e armada, nunca pôde fazer um congresso para debater e decidir sobre o seu programa, sobre os seus estatutos e sobre as orientações táticas e estratégicas. Isto conduziu à prática da autoeleição da liderança sandinista, um procedimento que em dez anos da Revolução Sandinista não foi corrigida.

Por outro lado, depois da morte de Carlos Fonseca a FSLN não teve nenhum comandante-chefe e já durante muitos anos antes fora uma prática comum que nas operações clandestinas e militares todos os combatentes ficassem no anonimato e operassem – de acordo com a hierarquia no comando – só como números, com o comandante zero em comando supremo e os seguintes depois chamados comandante um, dois ... e assim por diante. Ninguém devia mostrar-se publicamente porque ninguém devia aparecer mais importante do que os outros participantes (ibid. 1999, p. 65).

Uma diferença importante em relação a outros partidos e movimentos de libertação foi que, depois da sua reunificação, a FSLN recusou explicitamente ter um secretário-geral todo poderoso, mas viu a *Dirección Nacional* como o seu órgão de liderança coletiva, na qual – pelo menos em termos de aspiração – cada membro tinha os mesmos direitos e deveres.

Outra peculiaridade da FSLN foi que quase sempre recrutou os novos quadros a partir de cima, o que foi relatado por Mónica Baltodano (2010a, 2010b, 2010c) nas muitas biografias de lutadores sandinistas, contadas na sua obra *Memorias de la lucha sandinista*. Os novos combatentes não procuraram contacto com a FSLN para se integrarem nesta organização, mas participaram na primeira linha nos vários protestos e outras atividades contra a ditadura e esperavam que a FSLN se aproximasse deles para lhes oferecer a admissão no combate de guerrilha. Isto, por sua vez, foi visto como uma grande honra e distinção.

A luta de libertação da FSLN também se destaca pela alta participação de mulheres, incluindo em posições de liderança militar (Baltodano, 2010c, pp. 12–106). A participação massiva dos cristãos é também uma característica especial desta luta. O Concílio Vaticano II (1962-1965) e, logo a seguir, a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968), em particular, aprovaram uma nova orientação da igreja com uma viragem que contemplava os pobres. Como resultado, centenas de freiras e padres na Nicarágua, e também em toda a América Latina, começaram a fundar comunidades de base em bairros pobres e no campo e a encorajar o povo a não suportar mais pacientemente a pobreza e a opressão. Sem o apoio ativo de milhares de crentes cristãos, dificilmente teria sido possível ganhar maiorias para a revolução mais tarde (Baltodano, 2010a, pp. 343–366; F. Cardenal, 2009; Randall, 1983). Finalmente, é também uma característica especial da luta de libertação nicaraguense que foi empreendida com uma disposição muito elevada de sacrifício por parte das homens e mulheres, muitos deles muito jovens, envolvidos na mesma (Baltodano, 2010c, pp. 12–106).

Todas as características políticas e organizativas da FSLN anteriormente referidas serão aprofundadas nos capítulos seguintes desta tese, porque desempenharão um papel importante nos anos da Revolução Sandinista e especialmente também nos períodos que se lhes seguem.

2.5 Insurreição e revolução

A pergunta principal que vai ser investigada nesta parte é: como foi possível que uma insurreição popular junto a uma guerrilha de poucas centenas de lutadores em armas pôde derrubar um regime que tinha uma Guarda Nacional altamente equipada e treinada, que lançou bombas pesadas a bairros populares e que não teve quaisquer escrúpulos de reprimir os seus cidadãos com os piores métodos imagináveis? Ou, mais sinteticamente, quais foram os processos político-sociais mais importantes que permitiram que a revolução triunfasse em 1979?

Em janeiro de 1978, o jornalista Pedro Joaquín Chamorro foi morto a tiro na rua por assassinos próximos de Somoza. Foi o editor do jornal tradicional *La Prensa* e, partindo da sua posição conservadora e humanista, um crítico altamente respeitado, mas também muito perspicaz do regime de Somoza. O seu assassinato foi também um sinal claro para a classe alta económica e social, que apesar de todos os problemas políticos sempre procurou cooperação com o regime, de que já não podia ter a certeza da sua vida se se expusesse politicamente contra a ditadura. Em resposta a este assassinato, o *Consejo Superior de la Iniciativa Privada (COSEP)* declarou uma greve geral empresarial para todo o país e demandou a renúncia de Somoza. Através do seu comité de greve os sandinistas apoiaram a greve, que paralisou o país durante duas semanas. Poucos dias depois, o arcebispo de Manágua considera legítima a resistência armada contra a injustiça do regime somocista. Esta situação foi o ponto de partida para uma enorme onda de novos protestos e revoltas que já não podiam ser travados pela ditadura e que finalmente acabaram por conduzir à sua queda em julho de 1979 (Baltodano, 2010c, p. 427; Hassan Morales, 2016, pp. 100–108; H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 336–337; Ramírez, 1999, pp. 163–179; Walker, 2003, pp. 34–35).

Em fevereiro sublevaram-se espontaneamente os moradores do bairro indígena de Monimbó da cidade de Masaya, levantaram barricadas, queimaram pneus de carros nos cruzamentos e lutaram, somente com bombas de contato e outras armas artesanais, e sem direção durante uma semana contra a Guarda Nacional. A FSLN conseguiu mandar 3 (somente três!) dos seus combatentes, equipados com armas de guerra, para ajudar aos insurgentes. Ao

lado de possivelmente 50 vítimas mortais dos indígenas, os três sandinistas caíram na luta e foram capturados feridos e assassinados pela Guarda Nacional (H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 338–340). Episódios emblemáticos como este, expressão de uma disposição incrivelmente alta dos lutadores de se autossacrificarem pela liberdade do seu povo, marcam o movimento de libertação desde os tempos de Sandino e durante toda a sua história e são conhecidos popularmente como a mística sandinista.

Em 1978, os bispos de Nicarágua publicaram uma carta aberta, criticando manifestamente o enriquecimento ilícito de funcionários de Estado enquanto os trabalhadores estavam proibidos de se organizarem e lutarem pelos seus legítimos direitos. Esta retirada de apoio a Somoza por parte da Igreja Católica foi possivelmente, até essa altura, o revés doméstico mais grave para pôr em causa a legitimidade do seu regime (La Botz, 2016, p. 160). Na ausência de um partido que representasse autenticamente os interesses da oligarquia tradicional, houve uma aproximação – no início cautelosa, depois cada vez mais explícita – entre os representantes das grandes empresas e a FSLN, algo também estimulado pelo facto de muitos dos combatentes sandinistas serem provenientes desta mesma classe alta (La Botz, 2016, p. 161; Ramírez, 1999, p. 86). Isto deve-se em parte ao facto de as crianças da classe alta terem frequentado na sua maioria escolas católicas privadas. Nestes institutos, porém, muitas das freiras e padres que ali ensinavam já se orientavam para a *Iglesia Popular*, que estava principalmente vocacionada para os pobres e desfavorecidos.

Em agosto, um comando da FSLN ocupou o palácio nacional e tomou como reféns altos funcionários do regime e conseguiu a libertação de 59 prisioneiros políticos que tinham participado em atividades contra a ditadura. Quando o comando guerrilheiro, juntamente com os libertados, assim como o arcebispo Obando y Bravo e outros confidentes proeminentes, se dirigiram ao aeroporto para partir para o Panamá, houve manifestações massivas de simpatia da população, que transformaram o comboio de carros num verdadeiro desfile de triunfo da FSLN. Mais uma vez, a audácia dos guerrilheiros sandinistas tinha infligido uma humilhante derrota política ao regime e novamente motivado a resistência popular à ditadura (Hassan Morales, 2016, pp. 104–105).

Desta forma, desenvolveu-se uma dialética em que as ações armadas da FSLN e a crescente resistência da população contra a ditadura se reforçaram mutuamente. Por vezes distritos ou cidades inteiras levantaram-se espontaneamente contra a Guarda Nacional, mas a maioria destas insurreições foram preparadas pela FSLN. Ao fazê-lo, os insurgentes tomaram

estas iniciativas em grande inferioridade numérica e de armas. Mas a sua determinação e o apoio espontâneo da população levaram por vezes a que a Guarda Nacional necessitasse de vários dias para abater os insurgentes. Após tais revoltas locais, a Guarda Nacional perseguiu e assassinou em particular muitos jovens masculinos, porque eram geralmente suspeitos de apoiar a FSLN. Isto, por sua vez, resultou na adesão às centenas dos jovens aos guerrilheiros sandinistas quando estes se retiraram (Baltodano, 2010c, pp. 412–413).

Ao longo deste período, houve também repetidas conversações – algumas diretas, outras indiretas – entre o regime e a oposição, nas quais a OEA desempenhou um papel de mediação e os EUA desempenharam um papel central, inicialmente mais em segundo plano, posteriormente bem diretamente através do seu embaixador especial William Bowdler. A administração Carter prosseguiu o objetivo de estabilizar o regime através da demissão de Somoza, preservando a Guarda Nacional e minimizando a influência da FSLN sobre um novo governo a ser formado. A FSLN estava preparada para fazer compromissos de longo alcance, mas manter a Guarda Nacional equivalia, na sua perspetiva, a um *Somocismo sin Somoza* e, portanto, foi inaceitável para eles. Mas enquanto Somoza se recusava continuamente a renunciar, os sandinistas ganhavam cada vez mais apoio popular para a luta de libertação. Ao mesmo tempo, o seu peso político também cresceu consideravelmente, porque todas as tentativas de negociação com o regime falharam uma e outra vez e, portanto, não deixaram outro caminho a não ser a derrubada revolucionária da ditadura (La Botz, 2016, pp. 162–163; LeoGrande, 1998, pp. 22–23).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o mais tardar, surgiu um grande número de pequenos partidos, sindicatos e outros grupos que se opunham ao regime da Somoza e tinham um carácter liberal, conservador, social-cristão, estalinista ou mesmo maoísta. Mas só nos anos 1970 é que as organizações de estudantes do ensino secundário e particularmente universitário desempenharam um papel crescente nos protestos contra a repressão do Estado. A *Asociación Nacional de Educadores de Nicaragua (ANDEN)* também desempenhou um papel cada vez mais ativo nestas mobilizações (Booth, 1985a, pp. 111–114). A partir de 1977, o processo de organização intensificou-se e esteve também cada vez mais ligado à luta de libertação da FSLN. Por exemplo, foi formada a *Asociación de Mujeres ante la Problemática Nacional (AMPRONAC)*, que apoiou às mães dos prisioneiros políticos e os desaparecidos e formou uma importante estrutura pública de apoio para a luta contra a ditadura (Chuchryk, 1991, pp. 144–146). Em setembro de 1978, foram formados *Comités de Defensa Civil (CDC)* em muitos

bairros, cujas atividades variavam desde a assistência solidária de vizinhança até ao cuidado dos feridos e à proteção dos combatentes dos insurgentes (CIERA, 1984, p. 31). Nesta fase do conflito, emergem muitas novas estruturas de base, as quais após o triunfo, vão desempenhar um papel protagonista na construção da nova sociedade (Serra, 1991, p. 61).

O apoio internacional político, financeiro e militar foi um elemento decisivo na luta de libertação dos sandinistas. A OEA exigiu expressamente a demissão de Somoza, vários governos latino-americanos expressaram a sua simpatia pela FSLN. Esta recebeu dinheiro e também armas de Panamá, Venezuela, Costa Rica e de Cuba, para apoiar a sua luta de libertação, e internacionalistas voluntários de vários países se juntaram à guerrilha para participar na luta armada. Um fator decisivo no apoio à FSLN foi certamente também a política de direitos humanos inconsistente da administração Carter que mantinha a cooperação com o Somoza para tentar marginalizar a FSLN durante muito tempo. Ainda em maio de 1979, Washington promoveu no Fundo Monetário Internacional um empréstimo de 64 milhões de dólares para Somoza e ofereceu uma garantia de 200 milhões de dólares para os bancos privados, para novamente aceitarem dar créditos ao ditador. Desta maneira, Carter perdeu cada vez mais credibilidade como negociador para alcançar um fim da ditadura. Somente depois de a Guarda Nacional ter assassinado o jornalista norte-americano Bill Steward diante das câmaras de ABC News a 20 de junho de 1979, a administração Carter se empenhou decididamente a favor de que Somoza renunciasse à presidência. Mas já era muito tarde para poder controlar a crise terminal da ditadura, até que no final não teve outra alternativa senão aceitar a transferência do poder diretamente à FSLN (Kinzer, 2007, p. 47; Kornbluh, 1991, pp. 324–325; LeoGrande, 1998, p. 24; Muro Rodriguez et al., 1986, pp. 194–195; Ramírez, 1999, p. 90; Sklar, 1988, pp. 25–34).

Durante a fase final da luta de libertação a partir de junho de 1979, a Guarda Nacional combateu cada vez mais brutalmente contra o povo insurreto. Mas, apesar da sua dramática inferioridade militar, a população resistiu com barricadas improvisadas e bombas de contacto caseiras. Somoza até ordenou a sua força aérea que bombardeasse os bairros rebeldes com bombas pesadas. Ao mesmo tempo, decorriam negociações na vizinha Costa Rica entre a FSLN, representantes do regime de Somoza, várias outras forças políticas nicaraguenses, a OEA e os EUA para chegar a um acordo sobre o fim do conflito armado. Finalmente, a transferência de poder de Somoza para o novo governo provisório foi negociada diretamente entre Sergio Ramírez, o representante da FSLN, e William Bowdler, o Enviado Especial dos

EUA (Ramírez, 1999, p. 100). No fundo, o acordo finalmente alcançado era, primeiro, que Somoza se demitisse e deixasse o país; segundo, que o poder fosse – através do presidente interino Urcuyo – transferido para a JGRN, formada pelas forças da oposição; terceiro, que este governo garantisse liberdades democráticas abrangentes e uma economia mista; e quarto, que a Guarda Nacional fosse dissolvida e substituída por um novo exército composto por militares da Guarda Nacional e anteriores combatentes da FSLN.

A JGRN era constituída por Violeta Barrios de Chamorro, a viúva de Pedro Joaquín Chamorro, editor assassinado do jornal opositor *La Prensa*, Alfonso Robelo, o representante do empresariado antissomocista, Sergio Ramírez, um conhecido escritor e representante do grupo *Los Doce*, Moisés Hassan do *Movimiento Pueblo Unido (MPU)* e Daniel Ortega como o representante da FSLN. Naquele momento o facto de que Sergio Ramírez e Moisés Hassan também foram militantes da FSLN não era de conhecimento público.

Como tinha sido acordado, Somoza deixou o país para os EUA a 17 de julho. Na noite do mesmo dia, os membros da JGRN voaram secretamente para León, a segunda maior cidade da Nicarágua, que já se encontrava sob controlo da FSLN. No dia seguinte, fizeram o juramento de posse como novo governo provisório no auditório máximo da *Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua (UNAN)* de León.

No entanto, em vez de entregar pacificamente o poder, conforme o acordo, o presidente interino Urcuyo fez uma última tentativa para salvar o regime e assim permitir o eventual regresso de Somoza. Declarou a sua intenção de ficar no poder dois anos mais, até as seguintes eleições regulares, enquanto o chefe da Guarda Nacional chamou à continuação da luta contra os insurgentes. Nas suas memórias autobiográficas, Urcuyo (1979) explica:

“El Presidente Somoza me [...] insistió, [...] que bajo ningún punto de vista aceptara ninguna propuesta [...] que implicara la entrega de la Presidencia a la llamada Junta de Reconstrucción” e relata que as últimas palavras de Somoza, dirigidas a ele na sua despedida, foram: “Chico, no te olvides de que debes negociar, negociar y negociar con Pezzullo, hasta que consigas hacer desaparecer de su mente a la Junta; no te olvides de que esa Junta es una amenaza comunista para Nicaragua, y debes hacerle comprender a Pezzullo eso.” (ibid. 1979, pp. 110, 117)

Daí parece que Somoza fez um jogo duplo – tanto com os insurgentes, bem como com os representantes estado-unidenses, e também com o mesmo Urcuyo – quando negociou a sua

saída de Nicarágua e acordou a entrega do poder à JGRN enquanto, ao mesmo tempo, instruiu o seu sucessor Urcuyo para não entregar a presidência à oposição.

Depois destes acontecimentos virulentos, Urcuyo (1979) explicou que nem Pezzullo nem Somoza lhe tinham dito em momento algum que ele seria apenas um presidente interino que deveria entregar imediatamente o poder governamental à Junta Revolucionária e declarou:

“No dijeron ni una sola palabra sobre posibles relaciones con la llamada Junta de Reconstrucción, ni sobre ninguna clase de convenios entre el General Somoza y el señor Pezzullo. Si yo hubiera sabido, o siquiera sospechado que existía un pacto escrito, en alguna de cuyas cláusulas se incluyera que yo debería entregar el gobierno a la llamada Junta de Reconstrucción, jamás hubiera aceptado la Presidencia.” (ibid. 1979, pp. 108–110)

Esta versão parece plausível, dado que Urcuyo era uma figura inteiramente fiel a Somoza (Pezzullo & Pezzullo, 1993, pp. 191, 206) e também porque os principais participantes nestas conversas, Somoza (1980) e Pezzullo (1993), nas suas exposições sumamente detalhadas sobre estes acontecimentos não mencionam em qualquer lugar que tinham informado Urcuyo sobre os detalhes acordados sobre a transferência do poder. Só quando Urcuyo já tinha assumido a presidência é que Pezzullo começou a explicar-lhe os pormenores da acordada transferência de poder (Pezzullo & Pezzullo, 1993, p. 205). Portanto, esta dramática viragem política não foi o resultado da prepotência de Urcuyo (ibid. 1993, pp. 201–203) que o levou a decidir manter-se no poder para mais dois anos, mas da última traição do tirano Somoza, quando prometeu entregar a presidência à JGRN e simultaneamente instruiu Urcuyo não permitir que isto acontecesse. Esta interpretação da presidência de 43 horas de Urcuyo corresponde em grande parte à análise apresentada por Campos Hernández (2023, pp. 211–230) na sua investigação sobre o papel das negociações no processo da tomada de poder dos Sandinistas em 1979.

Quando Somoza deixou de ver qualquer hipótese de poder ficar na Nicarágua, tornou-se o seu maior interesse – acima de qualquer outra consideração – fugir em segurança para o estrangeiro. Tal como a dinastia Somoza, ao longo da sua existência, utilizara sempre o seu poder no interesse do seu próprio clã, também o fim desta ditadura deveria beneficiar sobretudo Somoza.

A recusa de Urcuyo de entregar o poder tornou obsoleto a última hipótese dum compromisso entre o regime e a FSLN que podia ter salvado, pelo menos parcialmente, algumas instituições do Estado somocista e, em especial, da Guarda Nacional. Como resposta a esta

situação a Frente chamou à mobilização geral de todas as suas forças e de todo o povo. Perante este cenário, Humberto Ortega, o chefe militar da FSLN, teve várias telefonemas diretas com o comando supremo da Guarda e conseguiu a 19 de julho, com a mediação do arcebispo de Manágua, a rendição incondicional da mesma. A desmoralizada Guarda Nacional desmoronou-se inteiramente, muitos dos altos oficiais fugiram do país, assim como Urcuyo, o presidente de 43 horas. O povo saiu para as ruas para celebrar a queda da ditadura e, levada por uma sublevação popular imparável, a FSLN avançou de todos os lados do país sobre a capital Manágua sem qualquer resistência significativa, tornando-se assim a nova força política dominante indiscutível na Nicarágua (Calero Portocarrero, 2010, p. 71; Kinzer, 2007, pp. 68, 72–73; Marengo, 2008; H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 428–437; Pezzullo & Pezzullo, 1993, pp. 190–210).

Desta maneira, o projeto da construção de um novo exército conjunto, constituído por antigos soldados da Guarda Nacional e combatentes da FSLN, tinha-se tornado obsoleto definitivamente. Todo o poder armado caiu nas mãos da FSLN. A Frente Sandinista tinha-se tornado assim a força política e militar dominante e geralmente reconhecida na Nicarágua. A 20 de julho, o novo governo revolucionário dirigiu-se à capital e foi entusiasticamente recebido pela eufórica multidão do povo na praça central de Manágua.

Tal como Jeff Goodwin e Theda Skocpol (1994) no seu artigo *Explaining revolutions in the contemporary Third World* tinham analisado as transformações revolucionárias no mundo moderno, assim aconteceram as coisas na Nicarágua no final dos anos 1970. Sendo Nicarágua um país caracterizado predominantemente pela sua estrutura de produção e exportação agrícola e tendo uma população camponesa que maioritariamente vivia em condições de miséria, o movimento revolucionário não só disfrutou do apoio dos produtores do campo, mas também incluiu grupos urbanos, trabalhadores, estudantes, religiosos, pobres dos bairros de lata, juntamente com executivos, empreendedores ou fazendeiros. Os revolucionários diminuíram a retórica de luta de classe e enfatizaram a meta da liberdade e da libertação nacional. Os autores explicam: quanto mais estreito e quanto mais repressivo for o regime, mais ampla será a coligação potencialmente disponível para ser mobilizada pelos revolucionários (ibid. 1994, pp. 262–264). A sua conclusão é que revolucionários no contemporâneo Terceiro Mundo têm a maior probabilidade de ter êxito se conseguirem mobilizar grande parte da sociedade civil para lutar contra um regime neopatrimonial (ibid. 1994, p. 273). Isto é o que ocorreu na Nicarágua em 1979.

2.6 Resumo: Da independência à Revolução Sandinista

No capítulo 2 desta tese foram identificados os principais desenvolvimentos políticos que acabariam por conduzir à queda da ditadura de Somoza e ao início de uma experiência histórica inédita: a Revolução Sandinista.

Neste capítulo expôs-se a independência da Nicarágua da coroa espanhola, o fracasso da Federação Centro-Americana nos princípios do século XIX e os conflitos quase permanentes entre as elites conservadoras e liberais, muitas vezes resolvidos através de guerras civis. Mencionou-se o papel dominante da contínua intervenção política, económica e militar dos EUA na Nicarágua. E finalmente foram introduzidos o lutador de liberdade Augusto C. Sandino e o seu assassino, Anastasio Somoza García, o chefe da Guarda Nacional, que depois erigiu a ditadura somocista. Durante todo este período o projeto da construção de um canal interoceânico desempenhou um papel particularmente importante para a Nicarágua. Finalmente, foi feita referência à situação da Guerra Fria na segunda metade do século XX que teve uma influência decisiva em todos os desenvolvimentos políticos no istmo centro-americano.

Na sua obra *The Third Wave of Democratization in Latin America*, Frances Hagopian e Scott Mainwaring (2005, pp. 6–7) argumentam que avaliações empíricas mostram que a probabilidade para o surgimento e a estabilização de processos democráticos na América Latina não depende principalmente do nível alcançado de modernização, como foi postulado por Lipset (1959) ou Przeworski (2000), nem de um desenvolvimento acentuado das classes burguesas ou trabalhadoras, como foi afirmado por Moore (1966) ou Rueschemeyer (1992). Hagopian e Mainwaring (2005, p. 7) também põem em causa que a democratização é mais provável num contexto de alto crescimento económico e constata que o impacto económico para mudanças do regime é determinado principalmente por fatores políticos. Para estes autores os dois elementos determinantes para o êxito ou fracasso de processos democráticos são o compromisso dos atores políticos com a democracia e o ambiente internacional favorável a uma mudança democrática: “A democracia pode sobreviver se os atores principais estiverem comprometidos com a democracia e o ambiente político internacional a isso for favorável.”

Parece que o caso de Nicarágua pode confirmar esta afirmação de uma maneira contundente. No final dos anos 1970, a Nicarágua mostrou o desenvolvimento económico mais fraco de toda América Central: as classes sociais estavam num estado nascente, as instituições

estatais ainda tinham, pelo menos em parte, características feudais e a economia estava numa crise existencial. Mas existia uma organização decidida de lutar pela liberdade e o contexto internacional, em especial na América Latina e nos EUA, estava a favor de uma mudança do regime somocista.

Antes de 1979, a sociedade nicaraguense praticamente não tinha adquirido qualquer experiência democrática. Embora o liberalismo do século XIX, dirigido pelo presidente José Santos Zelaya, tivesse uma orientação anticolonial e anticlerical, dirigida à construção e centralização de um Estado moderno, estava apenas muito rudimentarmente ligado às ideais democráticas. Promoveu principalmente o desenvolvimento capitalista do país através da fomentação da produção e exportação do café, o que foi associado ao trabalho forçado em massa e ligado a sistemas autoritários de governação. Mas quando Zelaya começou a seguir um projeto político verdadeiramente independente dos EUA e fortalecendo a união centro-americana foi derrubado pelos EUA e a revolução liberal abortada, desta maneira.

Ao longo do período aqui considerado, os interesses geoestratégicos de Washington têm desempenhado um papel decisivo nos desenvolvimentos na Nicarágua. Isto levou a uma longa série de intervenções económicas, políticas e também militares diretas e indiretas por parte dos EUA na Nicarágua, nas primeiras décadas do século XX. A instauração da ditadura familiar dos Somozas, tendo como seu instrumento político o Partido Liberal Nacionalista, foi o resultado direto da política norte-americana, e retomou de uma forma particularmente acentuada as características ditatoriais do liberalismo de Zelaya. A Guarda Nacional foi instalada pelos EUA para assegurar os seus interesses políticos e económicos na Nicarágua, o país geoestrategicamente mais importante na América Central.

A luta de libertação de Sandino nos anos 1920 e 1930 foi principalmente dirigida contra as forças de ocupação dos EUA e destinava-se a defender a soberania nacional da Nicarágua. Mas o seu movimento também prosseguiu objetivos sociais e políticos, em particular a formação de cooperativas agrícolas e de melhorar as condições de trabalho nos centros urbanos bem como no campo.

Os 43 anos da dinastia familiar somocista de 1936 a 1979 deixaram o país em ruínas. Apesar de várias fachadas e coligações governamentais, o instrumento decisivo de dominação dos Somozas foi a Guarda Nacional, da qual em todos os momentos tinham o controlo absoluto.

Para além da repressão de opositores, a Guarda serviu também para um imenso enriquecimento privado ilícito da família Somoza e dos seus amigos mais próximos.

Sob o regime somocista, a oligarquia tradicional não tinha acesso direto ao poder do governo, mas esforçou-se por viver numa espécie de coexistência pacífica com a ditadura, desde que pelo menos os seus interesses económicos fossem salvaguardados. Contudo, a repressão implacável e o enriquecimento privado imensurável do clã Somoza não só levou a fortes protestos dos estudantes, mas também ameaçou cada vez mais os interesses económicos da oligarquia e levou a uma clivagem cada vez mais profunda entre ela e o regime. Esta situação teve como consequência que, a partir de meados dos anos 1970, começou a haver uma certa aproximação constante entre a burguesia de orientação conservadora e a FSLN.

A FSLN surgiu nos anos 1960 como uma organização *político-militar* que queria derrubar a ditadura através de uma guerrilha rural. Muitos dos seus quadros vieram da PSN de orientação pró-soviética, da qual se separaram, em primeiro lugar, porque a PSN rejeitou a luta armada criticando-a como aventureirismo pequeno-burguês. As condições opressivas na União Soviética estalinista não eram objeto de críticas por parte dos sandinistas. Ideologicamente, a FSLN referiu-se explicitamente a Marx, Sandino e à revolução cubana e lutou por um socialismo de estilo nicaraguense. A reorientação política da FSLN, nos anos 1970, para a combinação de ações armadas e amplas alianças políticas com uma perspetiva explicitamente democrática foram condições prévias decisivas para o triunfo posterior da revolução a 19 de julho de 1979 (H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 293–296). Devido às condições clandestinas da luta armada, houve pouca experiência de discussões políticas democráticas no seio da FSLN. Foi apenas com a formação de uma liderança conjunta das três fações que foi oficialmente reconhecida a existência de diferentes posições e a necessidade de um debate interno solidário. No entanto, o estilo de liderança da FSLN era predominantemente vertical, de cima para baixo.

A partir de meados da década de 1930, o problema básico da sociedade nicaraguense, foi que o regime de Somoza nunca conseguiu tornar-se a expressão política geralmente aceite por toda a classe dominante da Nicarágua. Embora a oligarquia tradicional do país tenha, em certa medida, chegado a acordos com o regime para obter vantagens económicas e também políticas, nunca alinhou seriamente com a ditadura no poder. O Somocismo nunca conseguiu estabelecer uma ligação estável com a oligarquia, nem através da cooperação, nem através da repressão. Como explica Baumeister (1991), o sistema de Somoza

“simply failed to incorporate into the political system [...] the social forces that emerged [...] prior to the Sandinista victory [...] as the bourgeoisie, small and medium farmers [...] and the salaried workers. [...] the Somoza system relied on co-optation and coercion rather than legitimizing incorporation. Anastasio Somoza Garcia himself described it as the ‘principle of the three Ps’: plata (money) for friends, the palos (clubs) for vacillators, and plomo (lead bullets) for enemies.” (ibid. 1991, pp. 231–232)

Afinal todas as medidas políticas, económicas e sociais do governo somocista foram sempre, pelo menos parcialmente, moldadas pelo facto de que o clã familiar somocista procurava aumentar o seu poder e a sua riqueza. Os Somozas não eram apenas os governantes de todo o país, mas eram também sempre concorrentes políticos e especialmente económicos da oligarquia. Uma explicação importante para isto reside na importância geoestratégica da Nicarágua para os EUA e no elevado grau de dependência do regime em relação a Washington, o que resultou no apoio quase incondicional do regime por parte de Washington.

A Guarda Nacional, devido à sua ligação orgânica com a família Somoza, foi muito menos um instrumento do Estado nicaraguense do que um exército privado para defender o domínio dos ditadores. Ao mesmo tempo, houve uma longa história de insurreições, representada em particular no combate pela liberdade de Augusto César Sandino, cujo assassinato lhe deu um significado quase espiritual para o povo nicaraguense. A Igreja Católica também deu um contributo considerável à resistência antissomocista, porque, por um lado, tinha tradicionalmente uma ligação muito estreita com as famílias oligárquicas, mas, pelo outro, especialmente a partir de 1968, começou a estender a mão aos pobres, para que os estratos mais baixos da população não mais aceitassem sem resistência a sua miséria e opressão. Finalmente, o sucesso da Revolução Cubana de 1959 foi também um fator que animou o povo da Nicarágua a revoltar-se contra a ditadura e lutar pela sua libertação.

O assassinato do editor conservador do jornal La Prensa, Pedro Joaquín Chamorro, em janeiro de 1978, é geralmente considerado como um dos acontecimentos decisivos que desencadeou as sublevações populares nos meses seguintes, em particular a famosa insurreição espontânea do bairro indígena de Monimbó. Chamorro pertencia a uma das famílias mais respeitadas da oligarquia tradicional nicaraguense. Os ataques de Somoza não só às massas empobrecidas, mas também à oligarquia, permitiram cada vez mais que a FSLN formasse alianças com a historicamente estabelecida classe alta do país. Assim, muitas greves políticas foram levadas a cabo, envolvendo tanto os sindicatos como os empregadores, a fim de se manifestarem contra a ditadura através de greves nacionais que paralisaram qualquer atividade

produtiva durante vários dias ou até semanas. As medidas repressivas cada vez mais atrozes do regime do Somoza também significaram que as ações de guerrilha da FSLN ganharam cada vez mais popularidade entre a população. A segunda grande faísca política para encorajar as insurreições foi a ocupação do Palácio Nacional por um comando da FSLN em outubro de 1978. Este comando tomou como reféns uma grande parte dos membros do congresso somocista e conseguiu desta maneira libertar da prisão 59 prisioneiros políticos da FSLN, um sucesso massivamente celebrado pelo povo nas ruas da capital. Encorajados por esta operação emblemática, a FSLN organizou insurreições em várias cidades, muitas vezes em combinação com ataques aos quartéis da Guarda Nacional, que foram espontaneamente apoiados pela população. Quando os guerrilheiros se tiveram de retirar, houve frequentemente centenas de jovens que os seguiram para as montanhas para se juntarem à luta armada. Desta forma, a FSLN conseguiu combinar cada vez mais as suas iniciativas políticas e militares, aumentar a sua popularidade e reforçar as suas colunas guerrilheiras. Outro elemento-chave da força crescente da FSLN foi a unificação das suas três tendências em março de 1979. Entretanto, a FSLN ganhou também um apoio internacional cada vez mais forte, especialmente da América Latina, o que chegou à aprovação por parte da OEA de uma resolução que pedia a saída de Somoza da Nicarágua e a substituição do seu regime ditatorial. Nesta altura, os sandinistas conseguiram receber armas do Panamá, Costa Rica, Venezuela, Cuba e outros países. Quanto mais o ditador Somoza se recusava a deixar o país e a negociar um cessar-fogo com a FSLN, mais a FSLN conseguia isolá-lo tanto a nível interno como externo. Finalmente, em junho, a Frente Sandinista iniciou uma insurreição coordenada das massas que já não podia ser travada. Até ao último momento Somoza esperava que os EUA o salvassem, mas isto estava a tornar-se cada vez menos compatível com a política de direitos humanos proclamada pelo presidente Carter.

Somoza já não tinha outra alternativa a não ser abandonar o poder e entregá-lo ao presidente interino Francisco Urcuyo, para que este entregasse o poder ao novo governo provisório, a JGRN. A 17 de julho Somoza abandona a Nicarágua e sai, juntamente com a sua família e os seus confidentes mais íntimos, para se refugiar em Miami. Mas, no dia seguinte, por ordens de Somoza, Urcuyo recusa-se a transferir o poder de maneira pacífica para a JGRN, tal como tinha sido acordado. Ante esta situação, a Frente Sandinista responde com uma mobilização geral de todas as forças populares e, enquanto a desmoralizada Guarda Nacional desmorona-se completamente, a FSLN, levada por uma sublevação popular imparável, avança sobre a capital Manágua sem qualquer resistência significativa, tornando-se assim o novo líder político indiscutível na Nicarágua.

As corajosas ações armadas e a política inteligente de alianças da Frente Sandinista foram elementos sumamente importantes para o derrube do regime somocista. Mas foi, acima de tudo, a participação massiva da população na insurreição que finalmente conseguiu chegar à libertação do país e ao triunfo da revolução a 19 de julho de 1979. Nesta data começa um processo revolucionário com muitas características singulares, chamado de Revolução Sandinista. De acordo com a sistematização dos regimes políticos em Nicarágua de David Close (2016), esta data marca o fim da ditadura familiar somocista e abre o novo regime de *vanguardia revolucionária*, que prevalece até às eleições democráticas de 1984.

A ditadura somocista nasceu com a traição do assassinato de Sandino, e morreu com outra traição, a tentativa inútil de salvar o regime somocista através da continuação de Urcuyo no poder.

Todas as características aqui mencionadas são o ponto de partida para a Revolução Sandinista e terão um impacto profundo no desenvolvimento dos acontecimentos ao longo dos onze anos seguintes. Estes processos políticos na sociedade da Nicarágua entre 1979 e 1990, os avanços e os retrocessos da revolução, a construção e as limitações das novas estruturas estatais, a criação de novas organizações de massas, a participação popular nos assuntos públicos, as alianças e os conflitos entre as diferentes forças sociais, a subida e a queda da FSLN, assim como as relações de poder entre as bases populares e os dirigentes políticos, são precisamente o objeto de investigação dos próximos três capítulos.

3 O Sandinismo e as estruturas estatais

Este capítulo 3 examina as importantes estruturas e processos políticos que foram os traços característicos mais salientes da Revolução Sandinista. Nesta revolução organizou-se um amplo processo de democratização da sociedade e introduziram-se profundas mudanças sociais. O capítulo analisa as formas nas quais estes processos se consolidaram inicialmente e investiga os fatores que, mais tarde, levaram a uma crise profunda político-social que acabou por resultar na derrota da FSLN em eleições democráticas, organizadas por ela própria. Este capítulo centra-se principalmente na análise das estruturas estatais, que promoveram ou também limitaram o exercício do poder político do povo.

3.1 No centro da política mundial

A 19 de julho de 1979, uma insurreição popular derrubou a ditadura familiar dos Somozas, que tinha governado a Nicarágua durante 43 anos. No dia seguinte, o novo governo revolucionário – a Junta de Governo da Reconstrução Nacional (JGRN) – marchou triunfalmente para a praça central de Manágua em frente ao Palácio Nacional, que a partir desse dia passou a ser denominada de *Plaza de la Revolución*. Com isto, a Nicarágua apareceu de repente nas primeiras páginas dos meios de comunicação internacional e continuaria a ser um foco central da política mundial durante os dez anos seguintes (Lehoucq, 2012, p. 152). Um movimento popular revolucionário – encabeçado pela Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) – tinha tomado o poder. Isto foi o ponto de partida para toda uma década de mobilizações populares, de profundas mudanças político-sociais e de conflitos graves que fizeram estremecer toda a sociedade nicaraguense.

Quando a JGRN tomou o poder, tinha um pesado legado a assumir. O regime de Somoza deixou uma dívida nacional de 1,6 mil milhões de dólares. Em termos *per capita* era o endividamento mais alto de toda América Latina. Os danos da guerra foram estimados em 500 milhões de dólares e o sistema bancário fora completamente saqueado. Na Nicarágua, o boicote económico total por parte dos EUA a partir de 1985, e o bloqueio de empréstimos por organizações financeiras internacionais levaram a uma desestabilização económica adicional (Walker, 2003, p. 92). A isto se juntaram os problemas estruturais da *década perdida*, como os anos oitenta foram chamados na América Latina, porque nesta década a queda dos preços das

mercadorias juntamente com o sobre-endividamento destes países levou a quedas económicas dramáticas (Pastor jr., 1989).

Após o triunfo sobre Somoza, houve um clima geral de euforia, esperando o início de uma nova era na Nicarágua, que foi apoiado pela grande maioria da população (L. Anderson & Dodd, 2005, pp. 5, 284; Kinzer, 2007, p. 68; Seligson & Booth, 1995, p. 86). As esperanças do povo eram sobretudo dirigidas à FSLN, especialmente porque os seus combatentes tinham lutado por esta libertação com grande sacrifício. Os sandinistas eram os heróis do dia (La Botz, 2016, p. 171).

Todo o poder estatal caiu nas mãos da FSLN, que estava mal preparada para esta nova situação. Era uma organização guerrilheira político-militar, nem sequer um partido, nunca tinha realizado um congresso, a sua liderança não tinha sido capaz de se reunir plenamente nem uma única vez, e nunca tinha conseguido efetuar um debate programático aprofundado sobre a sua orientação estratégica para o período após a queda da ditadura da Somoza (Marenco, 2008; Ramírez, 1999, pp. 105–108). Nas negociações de 1979 na Costa Rica tinham participado várias forças políticas nacionais e internacionais, para preparar um governo de coligação abrangente no qual participariam todos os setores que quisessem derrotar o regime de Somoza e trabalhar em conjunto para a reconstrução da Nicarágua (Kinzer, 2007, pp. 72–73). No entanto, a recusa do presidente interino Urcuyo de entregar o poder ao novo governo revolucionário, tal como tinha sido acordado, significou o colapso definitivo desta aliança, e, desta maneira, também o fim do projeto de formar um novo exército conjunto de antigos membros da Guarda Nacional e combatentes da FSLN. De repente, a FSLN ficou como a única potência armada do país e tornou-se a força política dominante na Nicarágua.

Nestas condições extremamente difíceis, a JGRN iniciou o seu trabalho governamental a 20 de julho de 1979, orientando-se pelos três pilares políticos da revolução estabelecidos nas negociações anteriores: a economia mista, o pluralismo político e o não-alinhamento internacional (JGRN, 1979a). Mas esta revolução, que só podia prevalecer porque era levada pelas massas oprimidas e empobrecidas, também tinha objetivos sociais para melhorar a situação de vida destas pessoas. Os esforços da liderança sandinista para manter a aliança político-económica com os grandes produtores, por um lado, e para melhorar a situação social da população pobre, por outro, tornar-se-ão um ponto constante de conflito nos anos seguintes, que, a partir de 1982, também será disputado militarmente entre o Exército sandinista e a contrarrevolução, chamada *contra*.

A partir de meados da década de 1980, várias crises económicas na Nicarágua combinaram-se e reforçaram-se mutuamente: o pesado legado da ditadura de Somoza, a drástica deterioração dos *terms of trade* para os países exportadores de mercadorias, a crise da dívida latino-americana, a grave destruição material causada pela contrarrevolução e o aumento drástico dos custos da defesa (Booth, 1986; Pastor jr., 1989). Apesar de todas estas adversidades, o governo sandinista empenhou-se em assegurar tanto negócios lucrativos para as grandes empresas privadas, bem como melhorar a situação social das massas pobres. No entanto, isto levou a um aumento constante das despesas governamentais e eventualmente a uma hiperinflação em 1988 e 1989, o que levou a Nicarágua à beira do colapso financeiro e económico e obrigou o governo a executar drásticos ajustes económicos e financeiros (Equipo Envío, 1988; Ricciardi, 1991, pp. 263–267; Spalding, 1994, pp. 110–111). As dinâmicas cruciais económicas nicaraguenses não estão no centro deste trabalho, mas devem sempre ser consideradas ao analisar e explicar os desenvolvimentos político-sociais durante essa época.

Por conseguinte, a década sandinista foi também marcada por profundas crises e convulsões internacionais. A América Latina, o *home territory for Washington* (P. Anderson, 2015) ainda estava marcada por ditaduras militares em quase todos os países. Após o triunfo da revolução cubana, em 1959, a América Latina passou a ser um dos principais focos da política externa dos Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria da época, com o objetivo de fazer recuar a influência da Rússia e de Cuba na região. Os programas de reforma da *Alliance for Progress* ou as campanhas de *counterinsurgency* acabaram com todas as esperanças de novos desenvolvimentos progressistas na América Latina e nas Caraíbas, porque estas iniciativas terminaram em novas ditaduras militares. O golpe mais emblemático é o golpe de Estado de Pinochet, em 1973, contra o governo de Salvador Allende no Chile (ibid. 2015, cap. 5). Mesmo assim, o modelo político-económico do capitalismo ocidental começou a mostrar fissuras. A subida dramática dos preços do petróleo no mercado internacional em 1973 foi seguido pela primeira recessão económica sincronizada no mundo capitalista em 1975, e os acordos de paz em Vietnam de 1973 obrigaram os EUA de retirar as suas tropas de Vietnam e a abandonar as suas campanhas militares na Indochina (P. Anderson, 2015, cap. 6).

Por outro lado, vários processos de libertação nacional tinham terminado em desastres políticos e humanitários, desastres que entraram na história mundial como os *boat people* de Vietname, a *ditadura islâmica dos aiatolas* no Irão, a *purga* em Angola ou os *killing fields* na Camboja. Mesmo a revolução na idílica ilha de Granada foi abortada, em 1983, pela fração

estalinista do *New Jewel Movement* que assassinou o popular presidente Maurice Bishop. Este evento foi aproveitado pela administração Reagan como pretexto para invadir e ocupar militarmente o pequeno país. Dada a promessa dos sandinistas de construir um regime livre, democrático e pluralista, os movimentos progressistas de todo o mundo, olharam para a Nicarágua com muita curiosidade e esperança. Milhares de ativistas de esquerda, principalmente latino-americana, mas também da Europa e de outros países, mobilizaram-se indo à Nicarágua para estudar e ajudar no processo revolucionário (Ramírez, 1999, pp. 14–15). Cientistas políticos, económicos e sociais migraram para lá, para se integrarem nas estruturas novas do Estado e ajudarem a desenhar e organizar as estruturas da nova sociedade. Também na ciência política, histórica e social se viu uma verdadeira explosão de artigos e livros, investigando e interpretando o significado da Revolução Sandinista.

No mesmo período, as reformas políticas e económicas de Gorbachev, a partir de 1985 o novo secretário geral do Partido Comunista soviética, não conseguiram travar o declínio das sociedades autodenominadas *socialistas reais*. No seu sensacional ensaio *The End of History?* Francis Fukuyama (1989) proclamou a vitória irreversível do capitalismo liberal sobre o socialismo e profetizou um futuro pacífico para o mundo porque já não existiam alternativas sociais ao modelo ocidental da sociedade. Em 1989, o muro de Berlim caiu, e um ano mais tarde a União Soviética começou a desintegrar-se, o que resultou na dissolução das alianças económicas e militares dos países do Leste. Enquanto as sociedades estalinistas tipo soviético estavam num declínio inexorável, os sandinistas tentaram construir um novo modelo de sociedade em que a justiça social e a liberdade política não se opunham uma à outra, mas que se reforçavam mutuamente.

A administração do presidente Ronald Reagan, que tomou posse em 1981, assumiu uma política externa cada vez mais agressiva no sentido de abater o governo da FSLN e pôr fim à revolução nicaraguense, através de uma tripla estratégia de agressão financeira, económica e militar (Ricciardi, 1991, p. 253). O seu objetivo era expulsar os sandinistas do poder na Nicarágua e derrubar os outros movimentos de libertação da América Central (Bouchey et al., 1980, pp. 17–21; Lowenthal, 1991, p. 132).

Por muito importante que esta guerra de intervenção tenha sido para todo o desenvolvimento da revolução na Nicarágua, não é o tema central deste estudo e, por conseguinte, não pode ser tratado aqui com mais profundidade.

Cuba deu algum apoio aos sandinistas já antes da fundação da FSLN em 1961. A presença dos sandinistas em Cuba foi aceite, tendo recebido tratamento médico e treino militar, tendo-lhes sido também proporcionados estudos de literatura revolucionária. Mas, naquela altura, eram uma força pequena e os seus dirigentes nunca foram recebidos por Fidel Castro ou por outros altos funcionários cubanos (Blandón, 2013, pp. 64–65, 276–281). A influência cubana foi essencialmente política aconselhando os sandinistas a perseguir uma política moderada para não provocar reações negativas por parte de Washington. A contribuição mais importante de Castro para o sucesso dos sandinistas foi o seu papel na reunificação das três tendências da FSLN no princípio de 1979. Os cubanos também apoiaram a insurreição nicaraguense com o fornecimento de armas, mas só depois da Costa Rica, do Panamá, da Venezuela e de outros países mais já terem mandado consideráveis quantidades de armamento para os insurgentes. Castro não quis prejudicar politicamente a luta dos sandinistas nem provocar a administração estado-unidense com atividades cubanas exageradas. Por conseguinte, foi realmente uma surpresa positiva, tanto para Cuba como para a União Soviética, que as revoluções em Granada e na Nicarágua tivessem derrubado os regimes ditatoriais nestes países em 1979 (Erisman, 1985, pp. 89–90, 139–140; Kagan, 1996, p. 108; Prevost, 1990, pp. 123–125).

Uma vez estando no poder, os sandinistas receberam não só um apoio político definitivo de Cuba, que também mostrou a sua solidariedade, mandando mais de 2.000 professores, 1.500 médicos e trabalhadores de construção, bem como oferecendo a educação superior para 2.000 estudantes em Cuba (Prevost, 1990, pp. 126–127). Inicialmente Nicarágua teve o propósito de estabelecer o comércio económico em proporções iguais com os EUA, Europa, o mundo socialista e os países do Sul. Mas esta esperança foi desiludida rapidamente pela posição cada vez mais hostil dos EUA e a pressão política sobre os seus aliados e as instituições financeiras internacionais para bloquear qualquer ajuda económica à Nicarágua (ibid. 1990, p. 125). Os sandinistas tinham contactado o embaixador norte-americano para pedir ajuda militar, mas Washington ofereceu nada mais que 3.000 dólares para a compra de binóculos e bússolas. Desta forma, os EUA mostraram claramente que não tinham nenhuma intenção de começar uma colaboração militar com o novo governo nicaraguense. Em março de 1981, os EUA já estavam envolvidos em atividades contrarrevolucionárias contra a Nicarágua e, portanto, o governo teve que se orientar para os países socialistas, para poder construir e equipar o novo Exército. Por conseguinte o armamento chegou principalmente da União Soviética, enquanto Cuba mandou algumas centenas de assessores militares que, contudo, não ocuparam posições de comando,

nem participaram nos combates. Neste contexto é importante mencionar que os cubanos deixaram claro que Cuba, no caso de uma invasão direta de tropas estado-unidenses, excluiria uma intervenção direta do Exército cubano na defesa da Nicarágua (Prevost, 1990, pp. 129–130; Yordanov, 2020, p. 881). A política cubana na Nicarágua estava, em grande medida, motivada pelo desejo de evitar, de impedir ou pelo menos de abrandar a agressão de Washington contra Nicarágua.

“Contrary to many opinions, Cuba has often served as a moderating influence on the Nicaraguan revolution. From the beginning, Fidel Castro and the Cuban Communist Party counseled the Sandinistas to adopt a mixed economy and to maintain, if at all possible, good relations with Western Europe and particularly the United States.” (Prevost, 1990, p. 132)

Embora a FSLN tivesse desenvolvido boas conexões com Cuba, especialmente durante os últimos meses da sublevação, não tinha estabelecido quaisquer contactos ou ligações com a liderança soviética até ao triunfo da revolução. O único partido que tinha relações políticas diretas com o Partido Comunista da União Soviética era o partido comunista PSN. O segundo partido comunista na Nicarágua, o PCdeN, também tinha uma orientação pró-soviética, mas as suas ligações com Moscovo eram muito fracas. Só em março de 1980 tiveram lugar os primeiros contactos oficiais entre uma delegação do governo sandinista da Nicarágua e a liderança soviética em Moscovo. A partir daquele momento o PCUS teve relações partidárias com a FSLN bem como o PSN, enquanto o Partido Comunista de Cuba somente tinha relações diretas com os sandinistas (ibid. 1990, p. 131).

Cuba desempenhou um papel largamente independente da União Soviética em relação à Nicarágua, mas a liderança cubana serviu também como órgão intermediário entre os sandinistas e o Partido Comunista da URSS, e desempenhou um papel importante para que Nicarágua conseguisse a ajuda económica e militar da União Soviética de que tanto precisava (Hassan Morales, 2016, p. 238; Prevost, 1990, p. 131). Moscovo tinha uma posição cética referente a orientação política dos sandinistas – tanto à sua conceção insurrecional como também às suas posições ideológicas – e teve que ponderar com muito cuidado as suas atividades na esfera de influência dos EUA (Prevost, 1990, p. 131; Yordanov, 2020, p. 880). Daí, a União Soviética ter mandado a sua ajuda económica e militar somente em resposta às atividades económicas e paramilitares cada vez mais agressivas dos EUA contra Nicarágua. Além disto, Moscovo recusou-se constantemente a entregar os aviões caça MiG-21, que o comando supremo do Exército nicaraguense tanto desejava, e também deixou claro que não ajudaria a Nicarágua com as suas tropas, caso os EUA invadissem a Nicarágua (Edelman, 1988,

p. 59; Erisman, 1985, p. 139; Yordanov, 2020, p. 881). Com o declínio económico da URSS e a desintegração do bloco soviético no fim dos anos 1980 também se extinguíram as fontes de ajuda económica e militar à Nicarágua sandinista. Em 1991 a União Soviética desapareceu do mapa mundial. A época da Guerra Fria terminou. Mas isto não foi motivo para retirar as tropas norte-americanas da Europa, mas sim para a expansão da NATO até as fronteiras da Rússia alguns anos depois (P. Anderson, 2015, cap. 7).

No fim dos anos setenta a Revolução Sandinista aconteceu no contexto de sublevações populares em muitos países da região Caraíbas-América Central. Vários meses antes do triunfo sandinista, o movimento popular *New Jewel Movement* já tinha derrubado o regime ditatorial de Eric Gairy e tomado o poder na pequena ilha caribenha de Granada. Na Guatemala e particularmente em El Salvador, fortes movimentos guerrilheiros de libertação em aliança com sindicatos e partidos políticos lutaram para derrubar as ditaduras militares ali existentes. O povo insurreto de Nicarágua sentiu uma ampla simpatia por estes movimentos, em especial com a luta de libertação do seu povo vizinho salvadorenho. Esta solidariedade expressou-se, entre outros, de tal maneira que, depois do triunfo, muitos jovens nicaraguenses integraram-se na luta armada da *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN)* de El Salvador. Ainda mais importante foi que Daniel Ortega, sendo o representante mais alto de Nicarágua, desrespeitou todas as regras diplomáticas e apresentou, em 1981, em nome da organização guerrilheira FMLN, uma proposta de paz para El Salvador perante a Assembleia Geral das Nações Unidas (Equipo Envío, 1984). Mas este movimento guerrilheiro não conseguiu derrubar a ditadura militar salvadorenha. Por conseguinte, foi finalmente um processo de paz centro-americano que, no final dos anos 1980, pôs fim aos conflitos armados nestes países. Tais conflitos não foram expressões das contradições entre os dois poderes principais daquela altura, os EUA y a União Soviética, mas tinham causas profundas nas crises das sociedades centro americanas. Os sandinistas nunca foram apenas uma agência da liderança moscovita nem de Cuba (Edelman, 1988; Hodges, 1986, pp. 185, 255; Prevost, 1990, pp. 132–133; Yordanov, 2020). Mas sem o apoio dos países do Leste teria sido muito mais difícil sobreviver tanto tempo, e a redução considerável desta ajuda no final da década de 1980 seguramente foi um elemento importante da eventual queda do governo sandinista.

No início do período governamental sandinista, o panorama geral foi caracterizado, por um lado, por uma euforia geral do povo e pela sua vontade de construir uma sociedade livre e justa na Nicarágua. Por outro lado, as condições económicas e geopolíticas iniciais para este

projeto já eram difíceis e complicadas, mas agravar-se-iam drasticamente ao longo dos anos seguintes. Durante os anos 1980, as esperanças de uma grande parte da população estavam depositadas na FSLN, que, no entanto, particularmente no princípio da sua governação, não estava preparada para assumir a gigantesca tarefa de governar o país. Mas depois de dez anos de guerra, de crise económica e de sofrimento social, o povo estava exausto e deu, em 1990, o seu voto maioritariamente à oposição antissandinista, liderada por Violeta Barrios de Chamorro.

Devido ao papel decisivo desempenhado pela FSLN na Nicarágua durante a década dos anos 1980, o desenvolvimento político e organizacional da Frente Sandinista será examinado mais detalhadamente na secção seguinte.

3.2 A FSLN na Revolução Sandinista

A FSLN foi o eixo central do desenvolvimento político-social da Nicarágua na década da Revolução Sandinista (Booth, 1985a, p. 187, 1985b, p. 29; Ferrero Blanco, 2015, pp. 812–813; Gilbert, 1988, pp. 41, 47, 59; Greinacher, 1985, p. 246; Kinzer, 2007, p. 172). Na secção seguinte resumir-se-á o desenvolvimento programático desta organização, a sua estrutura interna e a sua relação com o Estado. A FSLN começou como um grupo guerrilheiro que perseguia a luta armada, para derrubar a ditadura de Somoza e para construir uma nova sociedade livre e com justiça social. A integração de elementos democráticos eleitorais no seu programa e a perspectiva de uma economia mista foram passos importantes para conseguir tomar o poder numa combinação de lutas políticas e armadas. Por mais democraticamente que os sandinistas tivessem organizado as condições políticas do país, internamente nunca superaram o seu funcionamento vertical e autoritário. Estes mecanismos transferiram-se para as estruturas estatais porque em muitos níveis da administração pública não existia uma separação clara entre o partido e o Estado.

3.2.1 O desenvolvimento programático da FSLN

O desenvolvimento programático da FSLN foi decisivamente moldado por Carlos Fonseca Amador, o autor do seu Programa Histórico, mas também por Germán Pomares ou Ricardo Morales Avilés, cujos textos foram arquivados e publicados, pelo menos em parte, por Mónica Baltodano (n.d.). O Programa Histórico nomeia como objetivo central da luta de libertação o estabelecimento de um sistema social que liquide a exploração e que permita a

plena participação de todo o povo no exercício do poder revolucionário metas que devem ser alcançadas principalmente através da luta guerrilheira rural (FSLN, 1984, pp. 13–16).

O Programa Histórico (1984, p. 13) começa com a autodefinição da FSLN como organização de vanguarda. Esta autoproclamação encontra-se em todos os documentos importantes da Frente Sandinista e nunca foi revogada (1977, 1979a, 1979b, 1979c). Apesar de a FSLN, durante a sua luta de libertação, estar várias vezes à beira de desaparecer, nos momentos decisivos para derrubar a ditadura somocista, a Frente realmente desempenhou o papel de vanguarda e conseguiu prevalecer sobre todas as outras forças políticas do país.

Em contraste com outras interpretações marxistas, em especial com o modelo soviético, a FSLN sintetizou os conceitos da vanguarda e do pluralismo na sua teoria e na sua prática também. Os sandinistas não se viam como a vanguarda de uma certa classe, mas como a vanguarda de toda uma ampla maioria popular com muitas diferentes facetas políticas e sociais. Ao contrário dos partidos comunistas e outros grupos da esquerda da Nicarágua nunca proclamaram a luta pela ditadura do proletariado, mas buscaram uma frente comum multi-classista contra a ditadura somocista e defenderam, neste quadro, o pluralismo político, bem como uma economia mista (Wright, 1990).

A luta armada dos sandinistas levou a perdas elevadas de combatentes, que em meados dos anos 1970 quase levaram à destruição completa da FSLN (H. Ortega Saavedra, 2004, pp. 269–283). Para responder a esta grave crise da luta de libertação, procedeu-se, a partir de 1977, a uma reorientação política e estratégica da FSLN. Humberto Ortega (FSLN, 1977) desenvolveu uma plataforma político-militar atualizada, orientada para ampliar a luta armada também aos centros urbanos e para ligar mais estreitamente as mobilizações de massas com as atividades militares através de ofensivas simultâneas. Um segundo elemento estratégico novo foi a orientação para uma política de amplas alianças dentro da Nicarágua e também internacionalmente. Esta plataforma designa a libertação nacional, a democracia e o socialismo como os três objetivos principais da Revolução Sandinista (ibid. 1977, p. 31). O caminho para lá, está orientado para um governo profundamente popular e democrático que não só represente exclusivamente o proletariado, mas todos os setores do povo e da nação que lutam contra a tirania e a dominação imperialista ianque (ibid. 1977, p. 35). Finalmente, a plataforma procura também um apoio o mais amplo possível a nível internacional, que deve incluir não só os socialistas, mas todas as forças progressistas do mundo que apoiam a luta de libertação sandinista (ibid. 1977, p. 50). Em contraste com o Programa Histórico, a democracia tinha-se

tornado assim parte integrante do programa sandinista. Eleições, contudo, não são mencionadas na plataforma, e são mesmo indiretamente vistas com certo ceticismo. Isto expressa-se sobretudo em formulações que sublinham que a FSLN está a lutar por uma verdadeira democracia popular, não burguesa, que seja um elemento integrante da luta pelo socialismo (ibid. 1977, p. 32). Mesmo assim, não é de todo claro nestas formulações, se o socialismo significa um aprofundamento da democracia ou antes a sua superação.

O autor principal da plataforma, Humberto Ortega (2004, pp. 292–304), formulou este documento inicialmente para a tendência dos Terceiristas, mas a crescente resistência popular contra a ditadura levou a uma dinâmica de unidade no seio da FSLN, na qual também as duas outras tendências adotaram tal orientação (ibid. 2004, p. 385). Depois de um ano de muitas mobilizações populares, manifestações e greves, acompanhadas por atividades guerrilheiras cada vez mais fortes, as três tendências publicaram, a 1 de janeiro de 1979, uma proclamação comum que definiu as bases programáticas da FSLN para a democracia e a reconstrução do país com as cinco exigências essenciais: um governo provisório de unidade nacional, a reconstrução nacional, o estabelecimento de um exército novo verdadeiramente democrático, uma política exterior de não alinhamento e a expropriação dos Somoza (FSLN, 1979b). Neste documento já não apareceram quaisquer menções de uma perspectiva anticapitalista. Naquela conjuntura crítica, a liderança sandinista estava disposta a prescindir de toda a perspectiva de transformação socialista, para poder formar uma ampla unidade multi-classista nacional com o único eixo central de derrubar a ditadura somocista.

No dia 8 de março de 1979 as três tendências GPP, Proletarios e Terceiristas proclamaram a sua unificação definitiva e a formação da *Dirección Nacional Conjunta* (Baltodano, 2010c, pp. 412–421; FSLN, 1979c; H. Ortega Saavedra, 2004, p. 385). Na sua declaração conjunta destacam como meta principal da sua luta a construção de um regime democrático que garanta avanços sociais, a paz e a autodeterminação. O texto reitera a crítica do Programa Histórico às eleições fraudulentas que produziram uma ficção da democracia sob o Somocismo. Em vez disso, o documento exige a derrocada da ditadura militar e a construção de uma revolução nacional, democrática e popular como primeiro passo no caminho da realização da libertação nacional e da construção do socialismo (FSLN, 1979c).

O seguinte passo importante no desenvolvimento programático da FSLN cristalizou-se no *Programa de la Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional* (1979a), publicado a 18 de junho de 1979. Esta proclamação foi o resultado de negociações políticas entre a FSLN, a

oposição burguesa e a comunidade empresarial, nas quais também participaram representantes dos EUA e de alguns países da América Latina. É notável, mas pouco mencionado na literatura, que não só os grupos de oposição nicaraguenses e os governos dos países vizinhos, que apoiavam os sandinistas, tenham participado nestas negociações, mas que mesmo representantes dos EUA tenham influenciado diretamente a redação dos textos do governo provisório e que isto também tenha sido aceite pela FSLN, a fim de garantir o apoio de Washington para a transferência do poder à JGRN (Kagan, 1996, p. 107; H. Ortega Saavedra, 2004, p. 421; Pezzullo & Pezzullo, 1993, p. 193).

Os objetivos sociais e políticos deste programa eram marcadamente mais moderados do que os do Programa Histórico. O documento de 1979 procurou apenas uma profunda reforma do Estado ditatorial, com a participação da FSLN e setores da Guarda Nacional, em vez do desmantelamento do Estado somocista e da construção de uma nova sociedade revolucionária. Isto permitiu que todas as forças contrárias ao Somocismo se unissem sob este programa comum (Ramírez, 1999, pp. 251–261). Numa entrevista ao jornal *Pensamiento Propio* Tomás Borge (1985) comentou sobre a influência dos EUA na delineação do projeto da revolução:

“La Revolución Sandinista nace en un espacio geopolítico continental, en el ‘patio trasero’ norteamericano. [...] e este factor [...] nos ha obligado, independientemente de nuestra voluntad, al desarrollo del pluralismo político y de la economía mixta. El desarrollo de esta táctica se ha ido convirtiendo en estrategia.” (ibid. 1985, p. 8)

Em junho e julho de 1979 a luta de libertação estava no seu auge e expressava-se principalmente a três níveis: primeiro, na luta armada da FSLN que já tinha chamado para entrar na ofensiva final em todos os níveis da luta cívica e militar; segundo, nas insurreições espontâneas e massivas do povo; e terceiro, na frente internacional, nas negociações político-diplomáticas tanto com as outras forças da oposição bem como com os governos dos EUA e da América Latina que apoiavam a luta da FSLN. Sob a pressão destas três frentes combinadas, o regime de Somoza entrou em colapso e a JGRN, liderada pela Frente Sandinista, tomou o poder a 19 de julho de 1979 (Schindler, 2019a, pp. 122–123).

O programa da JGRN (1979a) declara no seu primeiro artigo:

“Se promulgará [...] un Régimen de Democracia Efectiva, de Justicia y Progreso Social, que garantice plenamente el derecho de todos los nicaragüenses a la participación política y el sufragio universal, así como la organización y funcionamiento de los partidos políticos, sin discriminaciones ideológicas, con excepción de los partidos y organizaciones que pretendan el retorno del somocismo.” (ibid. 1979a, Art. 1)

O programa define que o novo Estado deve ter três poderes, dos quais a JGRN forma o poder executivo, o Conselho de Estado, no qual estão representadas todas as forças sociais e políticas do país, é o poder legislativo, e a *Corte Suprema de Justicia (CSJ)* representa o órgão máximo do poder judicial (ibid. 1979a, Art. 1.2). Como novo elemento político, o programa estabelece que Nicarágua será parte do movimento dos países não-alinhados (ibid. 1979a, Art. 1.14). Os direitos humanos (ibid. 1979a, Art. 1.3), os direitos fundamentais da livre informação e expressão, a liberdade de culto e liberdade de formar organizações de base (ibid. 1979a, Art. 1.4), mas também a garantia à propriedade e às atividades do setor privado (ibid. 1979a, Art. 2.1, 2.13) são parte integral do programa da JGRN.

Em comparação com o Programa Histórico, o programa de governo da JGRN destaca-se, em particular, pelo facto de promover explicitamente um modelo de sociedade democrática com sufrágio universal e prever a separação dos poderes do Estado. Além disso, já menciona o pluralismo político, o não-alinhamento internacional e a economia mista que serão os três pilares cruciais do governo sandinista nos anos seguintes (JGRN, 1979a, Art. 1.1, 1.14, 2.1).

No dia seguinte à tomada revolucionária do poder, a 20 de julho de 1979, a JGRN (1979c) decretou, como um dos primeiros atos de governação, o Estatuto Fundamental da República, que revogou a Constituição somocista (ibid. 1979c, Art. 3), e dissolveu as câmaras dos deputados e dos senadores, o tribunal superior de justiça e ainda outros órgãos somocistas (ibid. 1979c, Art. 4). A JGRN definiu as novas instituições estatais de acordo com o programa do governo (ibid. 1979c, Art. 9) e garantiu a plena vigência dos direitos humanos, como estavam consagrados na declaração universal dos direitos humanos e outros documentos essenciais da ONU e da OEA (ibid. 1979c, Art. 6). Na sua qualidade de poder legislativo, o Conselho de Estado foi explicitamente incumbido da tarefa especial de elaborar um projeto de lei eleitoral e um anteprojeto de uma nova constituição política (ibid. 1979c, p. 18).

Mas a revogação da Constituição existente e a criação de uma nova foram elementos políticos claramente mais radicais do que somente a derrogação das leis repressivas, contemplada no programa de governo. A dissolução das duas câmaras do parlamento e das instituições jurídicas superiores também ultrapassou por muito a abolição das instituições repressivas estabelecido no programa do governo. E a dissolução da Guarda Nacional, uma exigência que não aparece no programa de governo, foi um ato consideravelmente mais consequente do que a formação de um novo exército composto por ex-combatentes da FSLN e anteriores soldados da Guarda Nacional, como estava previsto no programa de governo.

Enquanto no Estatuto Fundamental ainda se encontrava a formulação de que anteriores membros da Guarda Nacional, que tivessem mostrado um comportamento honesto e patriótico frente à ditadura, se podiam integrar nas novas forças armadas, verificou-se mais tarde, que o novo Exército *de facto* seria composto apenas por ex-combatentes da Frente Sandinista (JGRN, 1979c; Walker, 1985, p. 100).

Esta reviravolta programática e radicalização das medidas revolucionárias dentro de um espaço de poucos dias só pode ser compreendida tendo em conta o facto de que o presidente interino Francisco Urcuyo não acatou o acordo de entregar o poder pacificamente ao novo governo, a JGRN. Ninguém sabe qual teria sido o rumo dos acontecimentos no país se o regime somocista tivesse cumprido com o acordo de transição, mas é evidente que essas 43 horas da presidência de Urcuyo mudaram bruscamente a direção do desenvolvimento da revolução na Nicarágua (Sáenz, 2023). A postura de Urcuyo, apoiada pelo comandante supremo da Guarda Nacional, endureceu a desconfiança dos sandinistas em relação às elites somocistas e particularmente aos anteriores membros das forças de repressão. Mas também reforçou, desde o primeiro dia do governo revolucionário, a desconfiança dos sandinistas em relação ao empresariado em geral, e provocou uma tensão constante na aliança entre essas duas forças sociais (FSLN, 1979a, p. 17; Spalding, 1994, p. 69).

O *Estatuto sobre derechos y garantías de los nicaragüenses* (JGRN, 1979d), decretado em agosto de 1979, é particularmente importante porque manifesta amplamente e detalhadamente os direitos políticos e sociais, assim como as liberdades democráticas dos nicaraguenses. Este documento começa com a declaração:

“El pueblo nicaragüense tiene el derecho de libre y plena determinación para establecer su condición política y proveer a sí mismo a su desarrollo económico, social y cultural. El Estado garantizará la participación directa del pueblo en los asuntos fundamentales del país, tanto al nivel nacional como local.” (ibid. 1979d, Art. 1)

O estatuto continua com a igualdade de todos perante a lei, a revogação da pena de morte, o direito ao trabalho e à educação, à liberdade de expressão, à formação de sindicatos e partidos políticos, bem como à greve e define em 52 artigos em detalhe os direitos garantidos à população pelo novo regime.

Para poder compreender e interpretar de maneira adequada a Revolução Sandinista, o *Documento de las 72 horas* (título oficial: *Análisis de la coyuntura y tareas de la revolución popular sandinista*) (FSLN, 1979a) é de importância central. Tal texto também é um dos textos

mais polêmicos desta revolução. Foi redigido pela *Dirección Nacional* e apresentado, em setembro de 1979, numa reunião de cerca de 400 quadros para a sua orientação e discussão. Esta primeira grande reunião de quadros da FSLN durou três dias e, portanto, também é chamada a *Asamblea de las 72 horas* (Ramírez, 1999, pp. 111–113).

Este texto apresenta uma avaliação do estado da revolução, define os objetivos a prosseguir e determina o papel da FSLN neste processo. O Documento das 72 horas define o novo regime como um poder revolucionário que exprime os interesses dos trabalhadores, dos camponeses e mais outros setores oprimidos do povo e salienta a necessidade de mais transformações profundas sociais-revolucionárias (FSLN, 1979a, p. 6). Aqui, a orientação socialista da FSLN expressa-se em termos ligados estreitamente às formulações do Programa Histórico.

O texto sublinha, por um lado, a necessidade de continuar a aliança tática com os setores patrióticos da classe empresarial e, por outro, o esforço de integrar todas as forças políticas progressistas na FSLN (ibid. 1979a, p. 12). São identificados como adversários políticos a combater: a burguesia não patriótica, os setores restantes da ditadura somocista e as forças políticas ultraesquerdistas (ibid. 1979a, p. 17). Além disso, o texto destaca a importância dos sindicatos e outras organizações de massas, que devem ser desenvolvidas em organismos unificados sob a liderança da vanguarda FSLN (ibid. 1979a, pp. 20, 25). Finalmente, salienta que a FSLN, até então uma organização guerrilheira político-militar, deveria ser reestruturada no sentido de um partido da Revolução Sandinista (ibid. 1979a, pp. 29–30).

Em relação ao funcionamento interno da FSLN e ao tratamento das diferenças de opinião, o documento vacila entre os extremos a enfatizar, por um lado, a importância de um partido “monolítico” e, pelo outro, cultivar um espírito crítico que permita a livre discussão coletiva (ibid. 1979a, pp. 30–34). Da mesma maneira, a posição da Frente em relação aos outros grupos de esquerda oscila entre as tentativas de os integrar e de os “esmagar” (ibid. 1979a, p. 20).

O Documento das 72 horas expressa a auto-proclamação da FSLN como a vanguarda da revolução, alega que já não há outra força política a não ser o Sandinismo (ibid. 1979a, p. 7) e que, portanto, a FSLN é a organização legítima que conduz o processo revolucionário (ibid. 1979a, p. 33). Mas obviamente existiam, para além da Frente, muitos outros partidos, dos quais os sete partidos mais importantes estavam representados no Conselho de Estado. Além disto, o

reconhecimento e apoio popular de um partido não é um atributo eterno, mas deve ser adquirido vezes sem conta. Portanto, o documento também insiste na necessidade de um processo livre, de participação popular no processo revolucionário através de organizações de massas e nas estruturas decisivas estatais. Desta maneira a Frente Sandinista poderia conseguir o apoio das massas de que necessitava para fortalecer o projeto revolucionário. Neste sentido, o documento explica com palavras bem drásticas e em certa maneira mesmo proféticas:

“una organización que no estimula la discusión colectiva, la educación de sus militantes, la participación de sus miembros en los problemas candentes del movimiento, es una organización que se envejece rápidamente, pierde vigor, pierde fuerza y se liquida políticamente.” (ibid. 1979a, p. 31)

Os sandinistas nunca deixaram realmente clara, de forma profunda e categórica, a sua posição perante a interrelação entre a capacidade da FSLN de agir em conjunto para fora e de ter um debate aberto, pluralista e democrático por dentro.

Finalmente, o documento constata que o novo Exército está subordinado à Frente Sandinista e que é um “exército partidário” (ibid. 1979a, p. 7). O texto destaca:

“El Ejército Popular Sandinista es la organización armada por excelencia de las masas revolucionarias [... que fue] reconocido como el Ejército Constitucional de la República. Por ello mismo es misión del FSLN, asegurar la lealtad de sus miembros a la revolución y a la conducción de la vanguardia histórica: EL FSLN.” (ibid. 1979a, p. 28)

Neste documento, a liderança sandinista mostra que identifica amplamente a FSLN e a Revolução Sandinista. A FSLN foi efetivamente o elemento político e organizacional central através do qual a ditadura Somoza poderia ser derrubada. Mas, a FSLN foi apenas um ponto de cristalização relativamente pequeno, que precisava do apoio de amplos setores da população que não necessariamente tinham que ser sandinistas. Na sua concepção vanguardista, a unidade da FSLN e a unidade do povo na revolução andam de mãos dadas. Portanto, as suas reivindicações à hegemonia, segundo as quais todas as forças progressistas devem subordinar-se à liderança da *Dirección Nacional*, estendem-se à exigência de que o novo Exército esteja também sob a liderança da FSLN. Ao mesmo tempo, o texto refere-se repetidamente à participação ativa e decisiva da população revolucionária nos processos políticos do país (ibid. 1979a, pp. 6, 25–33). Portanto, o Documento das 72 horas é uma expressão acentuada da tensão existente entre a participação democrática do povo e a exigência da liderança absoluta da

Dirección Nacional, um conflito que tem acompanhado a FSLN durante todo o tempo contemplado neste trabalho.

Desde o princípio da sua existência, a Frente Sandinista foi uma organização bastante pragmática. Muitos dos seus quadros da geração fundadora têm raízes políticas no PSN, o partido comunista tradicional na Nicarágua. Mas, motivados pela revolução cubana, separaram-se da orientação do PSN, que estava limitada a um trabalho reformista e gremial, porque achavam que desta maneira não seria possível derrubar o Somocismo. Por exemplo, o comandante Henry Ruiz abandonou o seu estudo na universidade Patrice Lumumba, em Moscovo, para integrar-se na luta armada pela libertação de Nicarágua (Edelman, 1988, pp. 48–49; Hodges, 1986, p. 226).

A FSLN começou a sua luta armada com ataques contra a guarda somocista com grupos de guerrilheiros formados em Honduras, que a partir dali entraram na Nicarágua para combater. Mas depois de terem fracassado estas tentativas, os sandinistas mudaram a sua orientação para começar de construir bases organizativas dentro das zonas rurais de Nicarágua e operar desde o interior do país. Depois de perdas consideráveis de combates e de combatentes, tentaram construir a Frente com uma orientação menos voluntarista e mais sólida pela acumulação de quadros e pela consolidação da própria organização. Quando se deram conta que a orientação prioritária para a luta armada guerrilheira em focos rurais não era uma estratégia prometedora, começaram a fortalecer as suas estruturas nos centros urbanos. Apesar de os sandinistas criticarem a colaboração da oligarquia conservadora com o regime somocista, procuraram uma aliança política com ela para poder derrubar a ditadura. E quando precisaram de um apoio político para além da solidariedade cubana, não hesitaram em procurar ajuda por governos progressistas burgueses da região, ou participar como organização convidada em estruturas da Internacional Socialista. Quando se deram conta de que não basta liderar uma guerra guerrilheira, por mais heroica que seja, para vencer a ditadura, introduziram a conceção democrática na sua orientação política. Quando o apoio da luta de libertação se viu cada vez mais fortalecida pelos setores cristãos da população, empenharam-se em colaborar estreitamente com padres e comunidades católicas. Quando Fidel Castro lhes deu a entender que só podiam contar com ajuda cubana para a sua luta se superassem a sua divisão, as três tendências deixaram de parte as suas disputas ideológicas e formaram juntamente a Dirección Nacional Unificada da Frente Sandinista. Portanto, a FSLN nunca foi uma organização dogmática, mas destacou-se em muitas situações cruciais por uma enorme flexibilidade política,

característica que lhe permitiu superar muitas conjunturas extraordinariamente difíceis e avançar de maneira fortificada a sua luta de libertação e de governação a partir do triunfo em 1979 (Booth, 1985b, p. 30).

3.2.2 A estrutura organizacional da FSLN

No plano organizativo, a FSLN tinha três níveis hierárquicos, o mais alto era a *Dirección Nacional*, abaixo desta estavam as lideranças regionais, e o nível mais baixo consistia nas estruturas de base do partido.

A *Dirección Nacional* era constituída pelos três representantes de cada uma das anteriores três tendências – GPP, Proletarios, Terceristas – que já estavam unificadas. Esses dirigentes tinham-se atribuído a si próprios o título honorário de *Comandante de la Revolución* através duma lei que definiu as patentes militares e também os títulos de honra (JGRN, 1980). Formaram a liderança política inquestionável da FSLN durante todo o período de governação sandinista (Close, 2009, p. 35; Ferrero Blanco, 2015, pp. 808–815; Gilbert, 1988, pp. 59–62). Reuniam-se normalmente uma vez por semana e discutiam todas as questões importantes da sua organização bem como da política nacional e internacional para decidir que medidas concretas deveriam ser tomadas. Ao fazê-lo, esforçaram-se – com grande sucesso – por chegar a decisões consensuais. Contudo, se tal não foi possível – mesmo após um longo e intenso debate – as decisões foram tomadas por maioria de votos (Ramírez, 1999, p. 66; Wheelock, 1983, p. 17). A nível externo, a *Dirección Nacional* agiu sempre como um bloco unido, para mostrar a sua capacidade de liderança e para poder implementar as suas decisões na prática, o que foi seguramente necessário em tempos de crises sociais e conflitos armados (Gilbert, 1988, p. 45; Walker, 2003, p. 144).

O segundo nível eram as estruturas regionais e por zonas que funcionaram principalmente como órgãos intermediários responsáveis para implementar as decisões nacionais a níveis locais, mas também para informar a liderança nacional sobre questões e problemas das bases populares. Os comités de base da FSLN, o terceiro nível da sua organização, eram as estruturas partidárias nos bairros, nos centros de trabalho, nas organizações de massas, nas estruturas estatais e no Exército. Elas tinham a função de propagar e participar ativamente nas campanhas políticas da Frente, de informar e de consciencializar o povo sobre todas as questões da vida política e social da revolução e de recrutar novos militantes partidários. A FSLN conhecia duas categorias de membros, os aspirantes e os militantes. Todos

podiam participar nas reuniões dos comités de base, mas era preciso que pelo menos um de eles fosse um militante do partido (Close & Martí i Puig, 2009, p. 37).

É notável que nenhum dos órgãos destes três níveis da organização da FSLN tivesse uma legitimação formal democrática. Mas eram geralmente reconhecidos como as instituições dirigentes da revolução e gozavam de uma grande confiança por parte dos militantes da Frente e por parte da população em geral (Ferrero Blanco, 2015, p. 182). Mesmo a Conferência Episcopal reconheceu, na sua carta pastoral de 17 de novembro de 1979, que a Frente Sandinista estava “sem dúvida alguma” na frente desta revolução (Greinacher, 1985, p. 246). Em particular, a *Dirección Nacional* era virtualmente venerada, muito para além das fronteiras do partido, por vastos setores da população nicaraguense e mesmo a nível internacional (Hassan Morales, 2016, pp. 307–311). Sergio Ramírez (1999, p. 66) constata que a *Dirección Nacional* se erigiu como um instrumento mítico do novo poder ou como uma divindade paternal, o que se expressou através do slogan gritado por milhares em centenas de manifestações *¡Dirección Nacional, ordene!* A *Dirección Nacional* foi autoproclamada pelos líderes das três anteriores tendências já antes do triunfo da revolução e, durante os quase onze anos da governação sandinista, nunca foi confirmada através de um processo de votação ou de eleição. No entanto, não há nenhuma dúvida de que teriam sido eleitos com uma maioria esmagadora se tivesse havido tais eleições. Mas um congresso – para debater e decidir sobre o programa, bem como eleger a direção do partido – nunca foi realizado naquela altura. Os dirigentes médios também nunca foram eleitos pelas suas bases, mas sempre impostos – e também destituídos – pelas correspondentes estruturas superiores. Só nos comités de base ocorreu, às vezes, que o secretário ou a secretária foram eleitos pelo próprio grupo (Prevost, 1991, pp. 112–113).

Um ano após o triunfo, alguns militantes, que se tinham destacado na luta de libertação, foram premiados com o título honorário de *Comandante Guerrillero*. Em contraste com isto, a entrega do título *Comandante de la Revolución* foi o produto de uma negociação política entre os representantes das três tendências, que formaram a *Dirección Nacional* e que reservaram este título exclusivamente para eles próprios (JGRN, 1980). Esta nomeação teve pouco que ver com o seu papel na luta armada, na qual só Tomás Borge, Henry Ruiz, e Víctor Tirado desempenharam um papel realmente importante (Baltodano, 2010a, pp. 164–211, 567–609), enquanto que outros – como por exemplo Daniel Ortega – não participaram duma maneira marcante nas operações guerrilheiras (Medina Sánchez, 2018).

O título de Comandante Guerrilheiro não lhes conferia quaisquer direitos especiais no seio da FSLN nem nas estruturas estatais, mas muitos deles assumiram funções no Exército e na Polícia e alguns foram nomeados para ocupar posições na administração pública. Este título não só foi um reconhecimento da liderança desta gente na luta de libertação, mas também foi um ato para informar publicamente quem realmente foram os dirigentes da luta armada da Frente Sandinista. Todos eles tinham vindo da guerra de guerrilha, tinham combatido na clandestinidade e no mais absoluto anonimato e apenas naquela situação se publicaram os seus nomes legais ante o povo nicaraguense e ante a comunidade internacional. O título foi entregue mais ou menos em proporcionalidade quanto à importância das três anteriores tendências políticas na luta armada. Desta maneira foram distinguidos 37 quadros, entre eles 3 mulheres, 17 provenientes da tendência Tercerista, 15 da tendência GPP e 5 da tendência Proletaria, combatentes que antes foram comandantes nas diferentes frentes das forças insurretas da FSLN ou quadros que tinham ocupados outras funções importantes na luta de libertação (Baltodano, 2010b, pp. 143–144; Miranda Aburto, 2019).

Os militantes da FSLN de todos os níveis da organização desempenharam as suas atividades partidárias, aceitando muitos sacrifícios pessoais e sociais. Além do seu trabalho profissional participaram noutros trabalhos voluntários de produção (como, por exemplo, a colheita de algodão ou de café), integraram-se nas campanhas sociais e políticas da revolução (como, por exemplo, da alfabetização ou de saúde), e tinham que participar em várias reuniões partidárias ou das organizações de massas. Neste contexto existiu sempre a tentação de se aproveitar individualmente destas atividades, para obter um posto pago nas estruturas partidárias ou estatais ou de aspirar a outros privilégios materiais. Daí todas as reuniões da FSLN, desde a *Dirección Nacional* até o último comité de base, começarem sempre com o ponto de agenda crítica e autocrítica. Os irmãos Ortega, por exemplo, foram criticados muitas vezes por chegar tarde às reuniões, Arce foi criticado por comportamentos pessoais escandalosos ou Borge por procurar um protagonismo indevido. Mas também houve críticas em casos em que um deles não cumpriu com as decisões do grémio ou ultrapassou a sua área de responsabilidade, o que era frequentemente o caso de Humberto. Porém, os castigos mais graves foram advertências verbais (Gilbert, 1988, p. 50; Miranda & Ratliff, 1994, pp. 23, 39–41). Geralmente existia uma grande liberdade de expressar as suas opiniões ou mesmo manifestar críticas. Mas não houve nenhum processo institucionalizado que assegurasse que tais críticas realmente chegassem à liderança do partido. A *Dirección Nacional* era o único organismo no qual se realizou realmente um debate crítico e sério para tomar decisões sobre todas as problemáticas

importantes do país. Manter a unidade da Frente era uma necessidade de primeira importância para poder avançar com o projeto revolucionário, mas para conseguir isto, a igualdade entre as anteriores tendências no seio da sua organização foi um princípio essencial. Os sandinistas foram muito cuidadosos em assegurar que o princípio da liderança coletiva fosse sempre respeitado. Por esta razão nunca introduziram um secretário geral todo-poderoso e dominante (Ramírez, 1999, p. 66). Mas as discussões que fizeram os nove comandantes nunca chegaram a público. O que realmente aconteceu nas reuniões desta *Dirección Nacional* é ainda, em larga medida, uma grande incógnita, mesmo mais que trinta anos depois destes acontecimentos (Gilbert, 1988, p. 45).

Para além dos três níveis hierárquicos essenciais, existia também a *Asamblea Sandinista*, um organismo que tinha uma função consultiva para a *Dirección Nacional*, mas que carecia de poderes de decisão. A sua composição era determinada pela *Dirección Nacional*; o número dos seus integrantes oscilava entre 77 e 110 membros; muitos dos mais conhecidos representantes do Sandinismo estavam representados na assembleia; muitos deles também ocupavam cargos importantes no governo ou na administração pública; mas também figuras conhecidas da vida cultural ou da ciência estavam presentes neste grémio. Foi convocada em intervalos irregulares, mas pelo menos uma vez por ano, pela *Dirección Nacional* para explicar as suas decisões importantes e também para ouvir os comentários da Assembleia (Close & Martí i Puig, 2009, p. 36; Ferrero Blanco, 2015, pp. 812–816; Gilbert, 1988, p. 62; Prevost, 1991, p. 110).

Outro pilar central do Sandinismo foram as organizações de massas, em particular os *Comités de Defensa Sandinista (CDS)*, a *Asociación de Trabajadores del Campo (ATC)*, a *Central Sandinista de Trabajadores (CST)*, a *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG)*, a *Asociación de Mujeres Nicaragüenses Luisa Amanda Espinoza (AMNLAE)*, a *Asociación Nacional de Educadores de Nicaragua (ANDEN)* e a *Juventud Sandinista 19 de Julio (JS-19)*. Formalmente, estes organismos eram todos independentes da FSLN, mas as e os seus dirigentes eram membros da Assembleia Sandinista, e as suas posições e atividades eram largamente – mas não completamente – determinadas pela FSLN, particularmente através dos comités de base da Frente nas mesmas organizações de massas.

As informações sobre o desenvolvimento numérico da Frente não são muito exatas, mas Humberto Ortega (2004, p. 399), o supremo chefe militar da insurreição sandinista, relata que, em julho de 1979, a FSLN contava com 5.000 combatentes organizados. No momento do

triunfo, quase todos eles se consideraram sandinistas, porque tinham participado na luta armada. Mas naquela altura, a FSLN não deve ter tido mais que 500 quadros formalmente inscritos como militantes da organização. Nos primeiros anos da revolução, a Frente somente quis incorporar os ativistas mais dedicados à revolução, o que resultou num crescimento relativamente lento. Em 1981 chegou a uma militância de 2.000 membros, que cresceu a 12.000 membros em 1984, 20.000 em 1987 e até 50.000 antes das eleições de 1990 (Close & Martí i Puig, 2009, pp. 37–38; Prevost, 1991, pp. 107–111).

Isto mostra que no princípio da revolução, bem como nos anos seguintes, a Frente Sandinista foi um grupo relativamente pequeno em relação ao desafio de governar e reconstruir uma nação inteira, que é o maior país da América Central em termos de superfície e então tinha 3 milhões de habitantes. Além disso, nenhum dos dirigentes sandinistas tinha experiência no trabalho da administração pública. Ainda por cima, a guerra económica e militar do governo estado-unidense contra a Revolução Sandinista dificultou, de uma maneira dificilmente imaginável, a execução dos projetos da recuperação do país e das reformas político-sociais desenhadas no programa de governo da JGRN.

Depois da desintegração da Guarda Nacional, a *Dirección Nacional* decidiu submeter o novo Exército e a nova Polícia ao seu comando direto, e designou Humberto Ortega, ex-Tercerista e principal estratega político e dirigente da insurreição armada da FSLN, como comandante-chefe do novo Exército. Tomás Borge, ex-GPP, membro fundador e combatente histórico da FSLN, foi nomeado ministro do Interior e, desta forma, chefe superior da Polícia. Jaime Wheelock, ex-Proletario e principal teórico marxista-leninista da FSLN, assumiu o ministério de agricultura, o setor economicamente mais forte e politicamente mais importante do país, porque a reforma agrária foi o projeto socioeconómico central da revolução. Os três ministérios mais importantes e mais poderosos estavam repartidos entre os três comandantes mais fortes das três ex-tendências, expressão de uma tentativa de assegurar o equilíbrio entre estes três grupos, mas também resultado de uma certa desconfiança que ainda existia entre eles. Esse modelo foi seguido durante muitos anos mais, e só paulatinamente perdeu a sua importância. Os dirigentes sandinistas puseram sempre muita ênfase em apresentar a *Dirección Nacional* como órgão sumamente unido e de direitos iguais entre os seus integrantes. Sergio Ramírez (1999, p. 110) salienta que entre os nove *Comandantes de la Revolución* não havia sequer um *primus inter pares* e que escolhiam os oradores nas grandes manifestações de massas através do princípio da rotatividade. Mas isto parece exagerado, perante, por exemplo, o facto

de que o principal orador nas celebrações do triunfo da revolução no dia 19 de julho, entre 1980 e 1989, foi Daniel Ortega que falou em nome da *Dirección Nacional* e cujos discursos foram documentados nas respectivas edições de *Barricada*, órgão oficial da FSLN (Schindler, 2019a, pp. 182–183).

A Frente Sandinista foi um organismo em desenvolvimento de uma força guerrilheira político-militar a um partido político civil de massas. Certamente deixou de ser o primeiro, mas nunca chegou a ser o segundo. Embora não houvesse eleições internas na FSLN, os seus líderes gozavam de um elevado nível de legitimidade, muito para além das fronteiras do seu próprio partido, baseado nomeadamente nos seus méritos durante os quase vinte anos da sua abnegada luta pela libertação (Booth, 1985b, p. 29).

A grande deficiência política e prática da Frente Sandinista foi que nunca aplicou os seus princípios pluralistas e democráticos à sua própria organização. Durante todo o período da sua governação entre 1979 e 1990 nunca realizou um congresso para debater e decidir sobre as suas linhas políticas, nunca elegeu a sua liderança, e nunca organizou um processo de alterar a natureza político-militar da FSLN e substituí-la por um partido organizado de maneira democrática. Daí, ao longo do tempo, também terem desaparecido a igualdade dos comandantes dentro da *Dirección Nacional*. Os irmãos Daniel e Humberto Ortega destacaram-se cada vez mais como as pessoas com mais peso político e entraram numa concorrência que, mais tarde, chegou a uma verdadeira luta pelo poder, na qual Daniel finalmente prevaleceu e Humberto morreu.

3.2.3 A FSLN e o poder do Estado

Daniel Ortega, o representante da FSLN na JGRN, estava acima de todos. A atuação de Ortega na junta foi discutida e decidida na *Dirección Nacional* (Booth, 1985a, pp. 187–188; Gilbert, 1988, p. 47; Hassan Morales, 2016, p. 179). Os outros dois membros da FSLN na JGRN, Sergio Ramírez e Moisés Hassan, apenas muitos meses depois de terem iniciado as suas funções neste grémio, admitiram publicamente que eram membros da FSLN. Isto significou que eles também tinham que atuar sob a disciplina da *Dirección Nacional*. Enquanto a JGRN trabalhava geralmente de maneira consensual e sem votação formal, foi óbvio que os outros dois membros da junta, Violeta Barrios de Chamorro e Alfonso Robelo estavam estruturalmente numa posição de minoria frente aos três membros da Frente. O papel da liderança da FSLN foi admitido por Daniel Ortega, quando explicou que a JGRN seguia a linha política definida pela

Dirección Nacional, e tal funcionamento foi reconhecido por Alfonso Robelo quando afirmou que a FSLN era a vanguarda que liderava a revolução (Booth, 1985a, p. 187). Anos mais tarde, Sergio Ramírez (1999, pp. 107–110) admitiu que nos primeiros meses no poder, quando a sua militância na FSLN ainda não era de conhecimento público, muitas vezes introduzira propostas na JGRN, que tinha que apresentar como as suas próprias iniciativas, mas que, na realidade, tinham sido preparadas e decididas pela *Dirección Nacional*. Moisés Hassan (2016) deveria aclarar a respeito:

“La insurrección popular era un hecho fulgurante, y una de las escasas páginas verdaderamente gloriosas de la Historia de Nicaragua [...] Tumbado Somoza, entre los vítores exaltados y el júbilo desbordado de una muchedumbre delirante, el 20 de julio de 1979 tomó posesión oficial la flamante Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional. O, para ser exactos, se inició en Nicaragua el mandato de la Dirección Nacional del Frente Sandinista; o dicho con aún mayor precisión, el de los hermanos Ortega Saavedra y su socio menor, Jaime Wheelock.” (ibid. 2016, p. 142)

Nos primeiros meses e anos da revolução, a sociedade de Nicarágua vivia uma dinâmica político-social que parcialmente tinha características de uma euforia generalizada. Isto levou à situação que amplos setores da população se sentirem como revolucionários sandinistas (Kinzer, 2007, p. 68). A denominação *sandinista* foi tão popular que mais e mais organizações e partidos começaram a chamar-se sandinista, facto que complicou cada vez mais poder diferenciar entre a FSLN e outros grupos políticos e que resultou no decreto número 57 da JGRN (1979b) que reservou o direito exclusivo da FSLN de usar esta denominação.

A posição central de Daniel Ortega foi sublinhada pelo facto de que, a partir de 1981, ocupou a função do coordenador da *Dirección Nacional* e simultaneamente a função do coordenador da JGRN e, depois das eleições de 1984, do presidente do país. No princípio, os membros da *Dirección Nacional* entregaram-lhe estas funções centrais, porque ele se esquivava de aparições públicas e parecia ser a pessoa que menos queria fazer-se notar como protagonista. Mas ao longo de vários anos desempenhou um papel cada vez mais forte no centro político-organizativo da FSLN como também do governo (Marengo, 2008; Medina Sánchez, 2018, pp. 110–111; Ramírez, 1999, p. 64). Porém, enquanto a nível estatal os governos foram eleitos em 1984 e 1990 através de processos democráticos, a nível do partido, a liderança da FSLN nunca foi confirmada por eleições internas durante todo este período.

Os demais membros da *Dirección Nacional* também ocuparam posições importantes na política e na administração pública. Henry Ruiz foi o ministro de Planificação. Carlos Núñez

foi o presidente do Conselho de Estado e, mais tarde, da Assembleia Constituinte. Bayardo Arce ocupou a posição de chefe do secretariado da FSLN. Víctor Tirado foi o responsável para o atendimento das organizações de massas. E Luis Carrión foi o vice-ministro do Interior. Além disso, a JGRN nomeou ministros do governo três padres que gozaram de uma elevada estima na população e que também eram membros da Assembleia Sandinista. O sacerdote Ernesto Cardenal foi nomeado ministro de Cultura e funcionou internacionalmente como um dos mais visíveis representantes da Revolução Sandinista. O seu irmão, Fernando Cardenal SJ, foi designado ministro da Educação e Miguel d'Escoto foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros (Booth, 1985a, p. 189; Gilbert, 1988, pp. 46, 60).

O desenvolvimento político da FSLN nos anos seguintes e a sua adaptação pragmática às várias mudanças das condições nacionais e globais vão ser expostas no contexto das temáticas dos capítulos subsequentes.

3.3 Estado revolucionário

O período de governo sandinista, de 1979 a 1990, divide-se em duas fases distintas no que diz respeito à configuração institucional. Estas duas fases são separadas em termos de tempo e da estrutura do Estado pelas eleições de 1984. Para os primeiros 5 anos a estrutura do Estado estava definida pelo *Estatuto Fundamental* (1979c) o que serviu como constituição provisória até à elaboração e aprovação de uma nova constituição da Nicarágua. Este estatuto foi decretado pelo governo revolucionário que dispunha de uma legitimação revolucionária, porque foi levado ao poder por uma verdadeira insurreição popular. Mesmo sem eleições, este governo desfrutou durante todo o tempo dum amplo apoio popular, um facto que se expressou claramente pelo contundente êxito eleitoral da FSLN em 1984. A JGRN era o poder executivo; o poder legislativo foi exercido conjuntamente pelo Conselho de Estado e a JGRN; enquanto que a Corte Suprema de Justiça era o órgão mais alto do poder judicial (1979c, Article 9). Depois das eleições de 1984 foi elaborada uma nova Constituição que estabeleceu a existência de quatro poderes do Estado, nomeadamente o presidente como executivo, a *Asamblea Nacional* como legislatura, a CSJ como a judicativa e o *Consejo Supremo Electoral (CSE)* como o poder eleitoral (Asamblea Nacional, 1987a). Nesta segunda fase de governação sandinista até ao ano de 1990, o governo recebeu a sua legitimação representativa porque o seu poder baseava-se em eleições democráticas. Sob a perspetiva liberal-democrática as duas fases de governação representavam dois regimes fundamentalmente diferentes. Mas as dinâmicas entre o governo e

as massas populares dos dois períodos não mostravam diferenças principais e podem ser caracterizadas nestas duas fases como regimes carismáticos. Mesmo assim, essa dinâmica entusiasta e revolucionária foi-se enfraquecendo, particularmente na segunda fase de governação, devido principalmente ao impacto da agressão militar dos EUA e a erros políticos da liderança sandinista. Essa exaustão da população finalmente levou à derrota eleitoral da Frente Sandinista nas eleições de 1990.

3.3.1 Os poderes executivo e legislativo

Imediatamente após a tomada do poder, a JGRN começou a reconstruir ou a substituir as instituições do Estado que tinham desaparecido devido à sua desintegração na fase insurrecional ou às decisões do novo poder. Era necessário criar novas estruturas estatais e dotá-las de um quadro jurídico-institucional. O poder executivo era dirigido pela JGRN, composto pelos cinco membros Violeta Barrios de Chamorro, viúva do periodista assassinado Pedro Joaquín Chamorro, o empresário Alfonso Robelo, o escritor Sergio Ramírez, o ativista Moisés Hassan e Daniel Ortega, os últimos três todos da FSLN. As decisões foram tomadas por maioria, mas geralmente por consenso. Até às eleições de 1984, era o centro do poder no seio das estruturas do Estado revolucionário (Booth, 1985b, pp. 31–35). Em abril de 1980, Violeta Barrios de Chamorro renunciou à sua posição na JGRN por razões pessoais. Alguns dias depois, Alfonso Robelo também renunciou porque não estava de acordo com a ampliação do Conselho de Estado, uma medida decidida pela maioria sandinista na JGRN, que resultou num reforço considerável das organizações sandinistas no Conselho de Estado. Esta decisão era problemática porque naquela reunião da JGRN não estava presente Daniel Ortega, mas para o substituir estava presente Jaime Wheelock, como representante da *Dirección Nacional*, quem – apesar de não existir qualquer mecanismo formal para poder proceder assim – votou a favor da ampliação e, desta maneira, deu o terceiro voto necessário para aprovar esta medida polémica (Hassan Morales, 2016, pp. 179–183).

O Conselho de Estado era inicialmente composto por 33 membros que representavam as forças políticas e sociais mais importantes do país. Ao lado da FSLN estavam representados 7 outros partidos políticos, 5 sindicatos de diferentes orientações, 5 organizações empresariais, uma universidade, um religioso e outros mais (JGRN, 1979c, Art. 16).⁸ Mas antes de o Conselho

⁸ Inicialmente estavam representados no Conselho de Estado as seguintes organizações: FSLN, *Movimiento Pueblo Unido (MPU)*, *Partido Liberal Independiente (PLI)*, *Grupo de los Doce*, *Partido Popular Social Cristiano (PPSC)*, *Central de Trabajadores de Nicaragua (CTN)*, o sindicato *Frente*

de Estado se reunir pela primeira vez, em maio de 1980, a JGRN decidiu, aumentar o número das organizações representados, primeiro a 47, mais tarde a 51 membros.⁹

A *Dirección Nacional* e a JGRN tomaram esta decisão porque na dinâmica dos primeiros meses da revolução, muitas organizações novas tinham nascido e outras desaparecido. Assim, por exemplo, foram constituídas a Central Sandinista de Trabajadores, a Associação de Trabalhadores do Campo, os Comités de Defensa Sandinista e outras mais, que em poucos meses organizaram centenas de milhares de novos membros e influenciaram de forma decisiva a vida política e social do país. Isto significou aumentar consideravelmente o peso numérico dos sandinistas naquela instituição, o que provocou severos protestos por parte das forças não sandinistas. Mas a integração destas novas organizações no Conselho de Estado foi uma expressão do crescimento rápido das forças sandinistas na sociedade nicaraguense em pleno processo revolucionário (Booth, 1985b, p. 36).

O Conselho de Estado tinha um carácter predominantemente corporativo, porque o sistema dos partidos políticos não estava desenvolvido de nenhuma forma, devido principalmente à repressão maciça sob a ditadura de Somoza que não permitia uma participação partidária nos assuntos públicos. Os partidos que existiam eram grupos muito pequenos que muitas vezes sofreram de lutas internas, divisões, sectarismo, oportunismo e corrupção. As associações profissionais e os sindicatos podiam desenvolver-se em condições não tão difíceis e conflituosos, porque podiam focar as suas atividades em assuntos específicos dos seus organismos. Estas organizações desempenharam, portanto, um papel muito mais importante na

Obrero (FO), Sindicato de Radioperiodistas, Partido Conservador Democrático (PCD), Partido Social Cristiano (PSC), Movimiento Democrático de Nicaragüense (MDN), Movimiento Liberal Constitucionalista (MLC), Partido Socialista Nicaragüense (PSN), Confederación General del Trabajo Independiente (CGTi), Confederación de Unificación Sindical (CUS), Instituto Nicaragüense de Desarrollo (INDE), Cámara de Industrias de Nicaragua (CADIN), Confederación de Cámaras de Comercio de Nicaragua (CCCN), Cámara Nicaragüense de la Construcción, Unión de Productores Agropecuarios de Nicaragua (UPANIC), Confederación de Asociaciones Profesionales de Nicaragua (CONAPRO), Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua (UNAN) e a Asociación Nacional del Clero.

⁹ Organizações que receberam representação no Conselho de Estado mais tarde: *Comités de Defensa Sandinista (CDS), Juventud Sandinista 19 de Julio (JS 19), Movimiento de Mujeres Nicaragüenses Luisa Amanda Espinoza (AMNLAE), Central Sandinista de Trabajadores (CST), Asociación de Trabajadores del Campo (ATC), Central de Acción y Unidad Sindical (CAUS), Central de Trabajadores de la Salud (FETSALUD), Fuerzas Armadas, Consejo Nacional de Educación Superior (CNES), Asociación Nacional de Educadores de Nicaragua (ANDEN), Unión de Periodistas de Nicaragua (UPN), Miskitu Sumu Rama Sandinista Asla Takanka (MISURASATA), Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG), Eje Ecuménico MEC-CELADEC, Cámara Nicaragüense de la Construcción (CNC).*

vida social e política que os partidos políticos e, finalmente, dominarem a composição do Conselho de Estado. Outro fator importante para esta forma de organização dos novos poderes de Estado foi que os sandinistas, naquela altura, ainda não dispunham de uma concepção clara do modelo político que queriam construir na Nicarágua. A reivindicação da democracia foi um elemento relativamente novo no seu programa, porque a FSLN estava principalmente dedicada à luta armada contra a ditadura e não tinha refletido muito sobre as diferentes formas políticas e organizativas democráticas. Isto foi um processo que se desenvolveu só nos anos seguintes, tanto no seio da Frente, bem como na sociedade em geral, e aconteceu em boa parte no mesmo Conselho de Estado.

Entre 1981 e 1984, a JGRN era composta por três pessoas, Daniel Ortega e Sergio Ramírez da FSLN e Rafael Córdova Rivas do *Partido Conservador Demócrata de Nicaragua*.

O poder legislativo era exercido conjuntamente pela JGRN e pelo Conselho de Estado. Ambos os órgãos tinham o direito de iniciativa de propor novas leis. Os projetos legislativos do governo tinham de ser apresentados ao Conselho de Estado para a sua aprovação, e este tinha o direito de os alterar ou rejeitar por maioria de dois terços dos seus membros. Os projetos legislativos do Conselho de Estado tinham de ser apresentados à JGRN e, se esta os alterasse, tinham de ser novamente discutidos no Conselho de Estado (JGRN, 1979c, Art. 10, 14, 17). Mas, devido à situação totalmente caótica após a guerra de libertação, às enormes destruições materiais e à ausência de instituições administrativas em muitas esferas, a JGRN legislou através de decretos de julho 1979 até maio 1980, momento em que o Conselho de Estado começou a funcionar. Nos seus primeiros dez meses a JGRN emitiu mais do que 700 decretos que estabeleceram as estruturas básicas do Estado e da sociedade, nomearam os funcionários públicos e definiram as leis e os procedimentos do regime revolucionário. Este volume extraordinário de legislação mostra tanto a dimensão da destruição institucional do país como a determinação do governo em organizar uma reconstrução e transformação da sociedade (Booth, 1985b, p. 32).

A partir de maio de 1980 a JGRN compartiu a autoridade legislativa com o Conselho de Estado, a JGRN apresentou as suas iniciativas legislativas ao Conselho de Estado, que formulou os seus comentários sobre as mesmas, os quais, em muitos casos, foram aceites pela JGRN. No primeiro período do Conselho de Estado 1980/81, a JGRN introduziu mais leis (56) do que o Conselho de Estado (39), mas no período 1981/82 já foram quase iguais (40 vs. 37), e em 1982/83 prevaleceram as iniciativas do Conselho de Estado (44) em comparação com o governo

(16). Os sandinistas tinham maiorias nestes dois órgãos do Estado, o que correspondia à sua popularidade nas massas nicaraguenses naqueles tempos. Mas, apesar disto, existia um amplo debate público e institucional sobre todos os aspetos da legislação e da governação. Desta maneira, até 1983 mais de 100 iniciativas do Conselho de Estado tornaram-se leis da Nicarágua (ibid. 1985b, pp. 32, 35, 39).

De acordo com o Estatuto Fundamental foram derogadas a constituição e as leis constitucionais somocistas (ibid. 1979c, Art. 3) e dissolvidas as câmaras de deputados e de senadores, a Corte Suprema, as Cortes de Apelação e outras altas estruturas do sistema jurídico somocista (ibid. 1979c, Art. 4), assim como a Guarda Nacional, a *Oficina de Seguridad Nacional* e o *Servicio de Inteligencia Militar* (ibid. 1979c, Art. 23). O governo revolucionário convidou todos os funcionários públicos, que não tinham participado diretamente na repressão da ditadura, a continuar no seu trabalho na administração estatal (Booth, 1985b, p. 34). Da mesma maneira deveriam continuar na sua função os tribunais e os juízes regionais e locais que não foram excluídos explicitamente por leis ou decisões do novo regime (JGRN, 1979c, Art. 22).

Até às eleições em 1984, as instituições executiva (a JGRN) e legislativa (o Conselho de Estado) tinham um carácter provisório e transitório. Não foram eleitas, mas a sua composição foi determinada por negociações entre diferentes partidos políticos e grupos sociais nicaraguenses e também estrangeiros. Chegaram ao poder pela via revolucionária numa combinação de uma sublevação das massas oprimidas e a luta armada da FSLN. A Frente Sandinista conseguiu assumir a liderança do processo revolucionário por causa da política hesitante do setor privado e de outras forças opositoras a Somoza (Spalding, 1994, p. 33). Desta maneira, a FSLN prevaleceu na JGRN, bem como no Conselho de Estado, e tornou-se a diretiva legítima da revolução. A junta funcionou como órgão formal de governação sob as orientações da *Dirección Nacional*, enquanto o Conselho de Estado era uma instituição híbrida com um carácter predominantemente corporativo, que representava diferentes forças políticas e sociais do país. Serviu principalmente para aconselhar e controlar a JGRN e funcionou em primeiro lugar como órgão de comunicação entre o governo e a sociedade. A sua função principal era integrar todos os setores da sociedade, o mais amplamente possível, nas instituições revolucionárias através de processos de deliberação pública sobre todos os assuntos importantes da vida política e social.

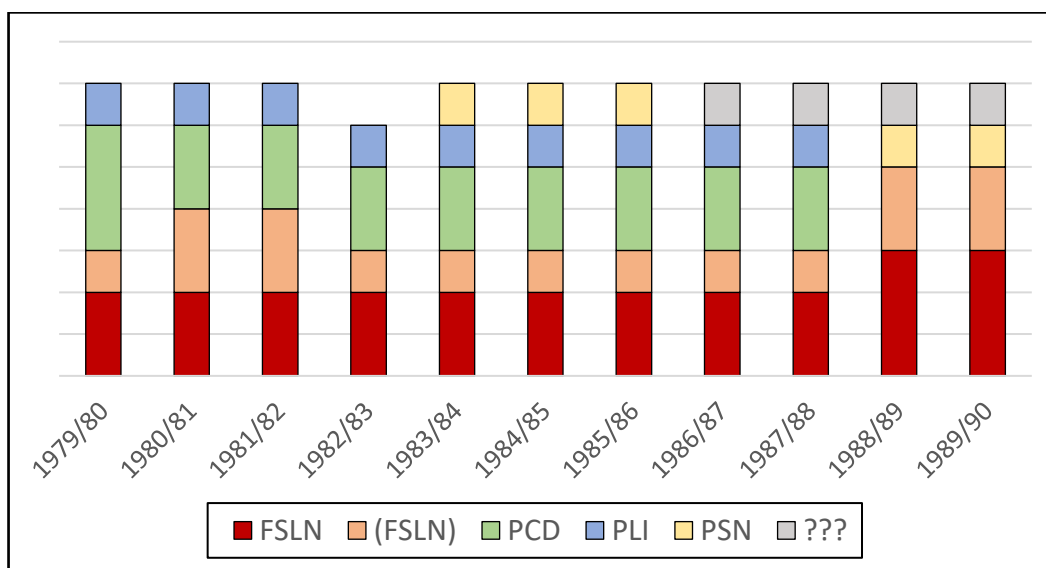
Nas eleições em 1984 foram eleitos o presidente e o vice-presidente, que substituíam a JGRN, e a Assembleia Nacional, que substituiu o Conselho de Estado. A Assembleia Nacional assumiu o papel de uma Assembleia Constituinte durante os dois primeiros anos da sua função. Em 1987 aprovou a nova constituição, que estipulava que a Nicarágua deveria ser uma república presidencialista com os quatro poderes de Estado: o executivo, o legislativo, o judicativo e o poder eleitoral (Asamblea Nacional, 1987a). No mesmo período foi elaborado e aprovado o *Estatuto de Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica* (Asamblea Nacional, 1987b). As seguintes eleições tiveram lugar em 1990 e terminaram numa derrota eleitoral da Frente Sandinista e na entrega pacífica do poder à oposição triunfante, a aliança eleitoral *Unión Nacional Opositora (UNO)*, liderada pela nova presidente Violeta Barrios de Chamorro.

3.3.2 Sistema jurídico e Estado de direito

O derrubamento da ditadura somocista em 1979 também resultou na desintegração total do poder jurídico. Além disso, o Estatuto Fundamental, decretado pelo novo governo revolucionário, determinou a derrogação da Corte Suprema de Justiça do velho regime. Por conseguinte, a JGRN nomeou os novos magistrados da CSJ e estes nomearam os outros juízes nos diferentes níveis judiciais e regiões do país. Mas o pessoal administrativo geralmente continuou a trabalhar nas suas posições de tal maneira que mesmo o secretário da CSJ, que desempenhara um papel essencial em todo o funcionamento desta instituição, pôde continuar na sua função. A CSJ é o órgão superior do poder judicial e tinha que atuar no quadro das leis em vigor, exceto se estas tivessem sido alteradas ou abolidas. O conservador Roberto Argüello, que colaborou com a FSLN, foi nomeado presidente, a sandinista Vilma Núñez de Escorcia vice-presidente, enquanto dos restantes cinco membros, três pertenciam ao Partido Conservador, um ao Partido Liberal Independente e o último à FSLN. Esta composição era uma expressão do pluralismo da revolução, e a característica que unia esta gente era o seu prestígio profissional e a sua honorabilidade ética amplamente reconhecidos (Núñez de Escorcia, 2014a). Apesar de várias alterações da sua composição, este órgão nunca teve mais de dois membros da FSLN durante todo o período de governação sandinista (Schindler, 2019a, p. 135). O gráfico 1 mostra que, mesmo juntando os membros da FSLN e os seus colaboradores, os sandinistas estavam numa minoria na CSJ durante muitos anos da revolução, mas que a partir do ano 1988 se perdeu a composição pluralista desta instituição, que, desta maneira, se tornou um instrumento alinhado da direção sandinista.

Gráfico 1:

Composição da Corte Suprema de Justiça por partidos (1979 – 1990)



Fonte: (Bolaños Geyer, n.d.; Núñez de Escorcía, 2023)

Naqueles tempos, o sistema jurídico sandinista foi criticado fortemente, em particular pelo governo dos EUA e por forças opositoras internas da Nicarágua, por estar completamente subordinado ao governo sandinista. Para enfrentar estas imputações, a JGRN convidou repetidamente para virem à Nicarágua vários organismos de direitos humanos reconhecidos, como Amnistia Internacional ou Human Rights Watch, entre outros, para se poderem inteirar da situação no local por si próprios (Gorman & Walker, 1985, p. 113).

O *Lawyers Committee for International Human Rights (LCHR)* (1985) foi uma destas organizações, convidado pelo governo de Nicarágua para ali fazer a sua investigação sobre a situação dos direitos humanos e o sistema jurídico. O comité visitou o país quatro vezes e teve a oportunidade de comunicar-se com vários representantes do Estado, mas também com representantes da sociedade civil (ibid. 1985, pp. i–ii). Este comité afirma na sua documentação sobre o sistema jurídico nicaraguense que, apesar de várias fontes de pressão política, o sistema judicial regular na Nicarágua sandinista funcionava geralmente de forma independente, mas com algumas exceções marcantes, como, por exemplo, a criação de tribunais especiais fora do sistema jurídico oficial. O programa de governo da JGRN salienta que o organismo máximo do poder judicial será a CSJ que tem exclusividade de jurisdição, que funciona com a idoneidade requerida e que respeita a independência do critério dos seus membros (JGRN, 1979a, Art. 1.2

c). O LCHR (1985, p. 18) considera que a CSJ mostra geralmente um forte compromisso com o Estado de direito, mas critica fortemente a criação dos *Tribunales Especiales* em novembro de 1979, para processar cerca de 6.000 casos de anteriores membros da Guarda Nacional e dos *Tribunales Populares Anti-Somocistas*, formados em abril de 1983 para lidar com os combatentes da contrarrevolução. A crítica principal do comité foi que estes tribunais operavam completamente fora do sistema jurídico constitucional (ibid. 1985, pp. 6–8).

De acordo com a *Inter-American Commission on Human Rights (IACHR)* (1981, cap. III), 6.310 ex-militares e outras pessoas foram detidos no início da revolução sob a acusação de terem cometido atos de repressão contra o povo. Destes acusados, 1.979 foram libertados por falta de evidência ou por indulto, e 4.331 foram condenados pelas *Tribunales Especiales* a longas penas de prisão. Em muitos casos não tinham qualquer possibilidade legal de recurso contra estas decisões. Os defensores desta prática, como por exemplo Tomás Borge, argumentaram que outras revoluções tinham recorrido a execuções sumários dos representantes dos velhos regimes, enquanto na Nicarágua foram processados em tribunais e que tinham direito a um advogado (Hodges, 1986, p. 185). Além disso, indicam que a JGRN decretou várias amnistias, a primeira em outubro de 1980 para 72 mulheres, a segunda em dezembro do mesmo ano para 503 pessoas, que foram postas em liberdade, bem como várias amnistias individuais por diferentes razões. No início de 1985, cerca de 2.100 dessas pessoas ainda se encontravam detidas (LCHR, 1985, p. 40).

A então vice-presidente da CSJ Vilma Núñez (2014b) relata mais tarde que a CSJ protestou contra estes tribunais especiais e que corrigiu vários julgamentos arbitrários cometidos por eles: destituíram juízes, trataram de anular alguns julgamentos, revogaram sentenças e esforçaram-se por fazer justiça, para resistir da melhor maneira possível às medidas que lhes pareciam incorretas. Um caso emblemático foi a condenação de Bernardino Larios por parte destes tribunais, um coronel que tinha desertado da Guarda Nacional, colaborara com a oposição insurreta e foi nomeado primeiro ministro de Defesa da revolução. A CSJ assumiu este caso, resolveu que fora condenado injustamente e ordenou a sua libertação. Isto foi “uma bomba que atiraram à liderança revolucionária”, mas as autoridades reconheceram esta sentença e puseram-no em liberdade (Núñez de Escorcia, 2014a). A CSJ também rejeitou leis que considerava inconstitucionais ou opôs-se aos poderes judiciais da Polícia relativamente a detenções até dois anos. No entanto, o adversário direto da CSJ, o ministro do Interior, Tomás Borge, opondo-se aos esforços da CSJ para defender o Estado de direito, argumentou que cada

lei deve ser interpretada de acordo com as orientações da revolução (LCHR, 1985, p. 22) e que só existe um poder, que é o poder da revolução. Para ele a separação dos poderes do Estado está “tão fora de moda como o cinto de castidade” (ibid. 1985, p. 55). No entendimento da CSJ, esta posição foi uma postura completamente arbitrária e contrária ao Estatuto Fundamental (Ferrero Blanco, 2015, p. 839).

Também houve muitas queixas sobre tratamentos cruéis e degradantes contra pessoas por parte da Polícia, em especial do departamento de segurança do Estado (LCHR, 1985, pp. 103–105). E nas zonas de guerra houve várias ocorrências de abusos de poder e de violações dos direitos humanos que incluíram vítimas mortais por parte das Forças Armadas (ibid. 1985, pp. 133–141).

“Durante el período revolucionario, y durante los años de aquella guerra, dos actores violaron los derechos humanos y el derecho humanitario [...] Uno de esos actores fueron las dos instituciones armadas de la Revolución, el Ejército Popular Sandinista y el Ministerio del Interior, que cometieron excesos combatiendo los excesos que los ‘contras’ financiados por Estados Unidos cometían. El otro actor que violaba los derechos humanos y el derecho humanitario fue lo que en ese tiempo llamábamos la Contra.” (Núñez de Escorcía, 2014b)

Estes conflitos perpassam todo o período da Revolução Sandinista. Não obstante tenha sido atestado um alto grau de independência à CSJ, de empenho em reforçar os direitos humanos e de processar e condenar judicialmente aos perpetradores militares ou policiais de violações daqueles direitos (LCHR, 1985, pp. 5, 10–11, 25, 135–137).

Além disso, a LCHR sublinha que muitos dos problemas mencionados no seu relatório se devem ao estado de emergência declarado em março de 1982 pelo governo, em resposta às ações militares da *contra*. Mas também salienta que estas forças contrarrevolucionárias cometeram as mais graves violações dos direitos humanos e que Washington e a CIA eram diretamente responsáveis por isso, uma vez que instruíram os *contras*, entre outras coisas, através do seu manual *Psychological Operations in Guerrilla Warfare* (ibid. 1985, pp. 11–12). Mesmo assim manifesta:

“The government of Nicaragua remains accountable for actions it has taken in response to this situation that violate basic principles of international human rights. Nevertheless, the government of the United States, which supported the contra war and actively promoted the abusive manner in which it has been conducted, shares substantial responsibility for the human rights violations that are occurring in Nicaragua today.” (ibid. 1985, p. 7)

Embora a figura do Estado de direito só tenha entrado na constituição da Nicarágua em 1995, a igualdade das pessoas perante a lei já estava consagrada no Estatuto sobre os Direitos e Garantias (JGRN, 1979d, Art. 3) e na Constituição de 1986 (Asamblea Nacional, 1987a, Art. 27). Embora a Nicarágua sandinista tivesse tido um elevado grau de segurança jurídica – especialmente em comparação com o regime autocrático de Somoza e as ditaduras militares da América Latina naquela época – a norma jurídica do Estado de direito foi violada de várias maneiras pelos sandinistas no poder, o que será ilustrado pelos seguintes exemplos.

Confusão entre o Estado e o partido: durante os dez anos e meio da Revolução Sandinista, o poder supremo do Estado esteve *de jure* nas mãos do governo, mas *de facto* nas mãos da *Dirección Nacional* da FSLN. Um exemplo disso é o anúncio das eleições presidenciais e legislativas por Humberto Ortega (1981), que em 1980, na cerimónia de encerramento da campanha de alfabetização, declarou:

“La Dirección Nacional del Frente Sandinista ha decidido que la JUNTA DE GOBIERNO organizada deberá seguir al frente de la gestión gubernamental hasta 1985 [...] y deberá dar inicio en enero de 1984, al Proceso Electoral.” (ibid. 1981, p. 184)

Está expressamente dito que foi a *Dirección Nacional* que decidiu que a JGRN deveria permanecer no poder durante mais cinco anos e, em seguida, organizar eleições para o ano de 1985.

A influência dominante dos sandinistas na política governamental pode ser explicada pelo seu reconhecimento por amplos setores da população, mas o financiamento estatal de cerca de 600 funcionários do partido, que não estava coberto por qualquer lei, foi outra expressão das ténues fronteiras entre o Estado e a FSLN (Close & Martí i Puig, 2009, p. 35; Fonseca Terán, 2005, pp. 287–288; Gilbert, 1988, pp. 41–42; Prevost, 1991, p. 110).

Na Nicarágua sandinista, desenvolveu-se uma vasta rede de favoritismo e corrupção.

“Al triunfar la revolución, ser un buen militante significó estar dispuesto a acatar el código de conducta establecido por los muertos [...] pero [...] los valores que existieron en todo su esplendor cuando se luchaba por ellos [...], se dispersaban en el tumulto de la vida, en la búsqueda individual de felicidad [...], y, sobre todo, en las luchas de poder. [...] Todo lo que estaba en manos de los dirigentes era del Estado. Residencias, casas de recreo, vehículos, muebles; y los gastos de servicios, las fiestas domésticas [...] eran por cuenta del Estado.” (Ramírez, 1999, pp. 51–53)

Em setembro de 1979, as moradias de luxo da antiga classe alta somocista foram nacionalizadas para serem colocadas à disposição de jardins-de-infância, inválidos de guerra, escolas, ministérios, bibliotecas e similares. O respectivo decreto estipulava explicitamente que estas propriedades não deveriam de modo algum servir como residências de funcionários do governo (JGRN, 1979e). Moisés Hassan (2016, pp. 173–178), naquela altura membro da JGRN, relata nas suas memórias que, mal este decreto foi impresso, com a *Dirección Nacional* à frente, inúmeros supostos dirigentes revolucionários espalharam-se pela cidade à procura destas casas apoderando-se delas para si próprios.

“Las casas de los dirigentes debían ser amplias [...] no pocas tenían piscinas, saunas, salas de billar, gimnasios, canchas deportivas [...] el tamaño de la escolta militar [...] era parte del prestigio, y los propios vehículos de los dirigentes debían ser nuevos y de una buena marca.” (Ramírez, 1999, p. 53)

Outro exemplo do nepotismo foi que o chefe supremo do Exército, Humberto Ortega, comprava frigoríficos, Toyotas, relógios Rolex ou outros produtos nobres a expensas do Estado e oferecia-os aos oficiais de alta patente como presentes pessoais para garantir a sua lealdade (Miranda & Ratliff, 1994, p. 39).

Conforme O'Donnell (2004, p. 32) o Estado de direito é um dos elementos mais essenciais de qualquer democracia de alta qualidade. Recorrendo a sua sistematização das dimensões dum Estado de direito democrático (2004, pp. 43–44), pode-se resumir que na Nicarágua sandinista existia um sistema jurídico que abrangia todo o país, mas não sempre foi empregue de maneira igual para todos; houve tribunais que em grande medida trabalharam independentemente de influências políticas ou privadas, respeitaram as convenções internacionais de proteção de todas as pessoas, mas em certas ocasiões os julgamentos dos tribunais foram ignorados ou anulados por outras instituições estatais (Ferrero Blanco, 2015; LCHR, 1985); tratar todas as pessoas com equidade e consideração, foi um esforço consciente por parte de muitas instituições estatais, mas não sempre alcançado; a participação do povo nos assuntos públicos (Hoyt, 1997; Williams, 1990, 1994) e o respeito pelos direitos civis e humanos (CIDH, 1984; Equipo Envío, 1987a; LCHR, 1985) também foram aspetos sumamente importantes da governação sandinista. Neste sentido, a qualidade da democracia (O'Donnell, 2004, p. 43) na Nicarágua seguramente ainda não tinha chegado a um nível perfeitamente desenvolvido, mas estava consideravelmente melhor do que sob a ditadura somocista.

Estas características jurídicas da Revolução Sandinista são elementos importantes para a comparação com os desenvolvimentos políticos a partir de 2007 (nos capítulos 7 e 8 desta tese). No entanto, é de salientar que, na década de 1980, a sociedade da Nicarágua estava num processo de transição de uma ditadura familiar para um Estado democrático em circunstâncias extremamente difíceis, e que em muitos aspetos ainda exhibia dinâmicas e estruturas que tinham a sua origem na antiga sociedade somocista.

3.3.3 Direitos Humanos

Para a avaliação da situação dos direitos humanos em qualquer país, é preciso distinguir entre os direitos humanos fundamentais, como o direito à vida, a um tratamento humano, à não escravatura, etc., e direitos humanos secundários, como a liberdade de expressão, de culto, de manifestação ou de deslocação. De acordo com muitos acordos internacionais sobre direitos humanos, é categoricamente proibido violar os primeiros. Quanto aos segundos, podem ser restringidos, por exemplo, em condições de guerra, catástrofes naturais ou outras emergências, como, de facto, foram e são restringidos por todos os Estados do mundo. Uma vez que no caso da Nicarágua é indiscutível que a década revolucionária foi enquadrada numa situação de guerra, o balanço da situação dos direitos humanos na Nicarágua sob o regime sandinista geralmente tem estado em conformidade com as normas impostas pelos tratados internacionais de direitos humanos (Linfield, 1991, pp. 275–278).

Certamente, a Revolução Sandinista restringiu certos direitos humanos, como, por exemplo, o direito à liberdade de imprensa ou o direito à greve. Mas, comparando as liberdades civis e os direitos democráticos na Nicarágua sandinista com outros Estados em processos de democratização naquela altura – como por exemplo Espanha, Portugal ou Grécia – é preciso tomar em conta que Nicarágua tinha que construir a sua democracia em condições de um país vastamente destruído pela ditadura derrubada, bancarota, mal desenvolvido, boicoteado economicamente, novas destruições por causa de uma guerra civil e uma agressão militar por parte da maior força militar do mundo (ibid. 1991).

Também seria importante refletir sobre a questão: será suficiente que uma revolução, que pretende tornar real a liberdade e os direitos humanos, seja apenas ligeiramente melhor do que os governos que há décadas demonstraram que têm apenas uma relação instrumental com os direitos humanos? Ou deverá ter características qualitativamente mais livres e democráticas do que as sociedades existentes? A este respeito, a Revolução Sandinista acrescentou novos

elementos aos processos políticos, especialmente no que diz respeito aos processos de mudança de orientação socialista, que ainda hoje são exemplares: após o derrube da ditadura somocista, o governo revolucionário revogou a pena de morte e impediu que os antigos opressores fossem linchados pelo povo revoltado (ibid. 1991, p. 286); permitiu a publicação do jornal da oposição *La Prensa* até que o seu diretor, Jaime Chamorro, pediu abertamente aos EUA que apoiassem a luta armada da *contra* com 100 milhões de dólares, tornando-se assim manifestamente o braço de propaganda da força de intervenção militar estado-unidense (ibid. 1991, p. 280); instaurou o pluralismo partidário; organizou eleições democráticas em 1984 e 1990; garantiu a liberdade de religião; a liberdade de opinião era muito ampla; e não introduziu qualquer recolher obrigatório ou restrições de viagem (ibid. 1991, p. 284).

Linfield (1991, p. 290) conclui que, tendo em conta a destruição causada pela guerra da *contra* apoiada pelos EUA e apesar de muitas restrições desnecessárias e contraproducentes dos direitos humanos, os sandinistas mostraram uma considerável transparência, tolerância e respeito pelos direitos humanos e liberdades civis durante os seus quase onze anos no poder.

Não obstante, à luz de investigações e publicações recentes, esta avaliação merece alguma relativização. Já em 21 de julho de 1979, apenas dois dias após o triunfo da revolução, o governo prendeu Melvin Wallace e encerrou o jornal *El Pueblo*, por ele editado, sem qualquer justificação aceitável. Wallace era (e continuou a ser) um intelectual independente, que já no tempo de Somoza editava esse jornal, que tinha uma conceção pluralista e estava aberto a todas as correntes da esquerda, incluindo a FSLN. Muito menos se justificam as medidas repressivas extralegais do ministério do Interior (US Department of State, 1986), os assassinatos de 24 prisioneiros na prisão La Pólvara poucos dias depois do triunfo da revolução (Núñez de Escorcia, 2014b) ou a execução arbitrária de um prisioneiro incómodo, ordenada pelo ministro do Interior Tomás Borge (Rocha, 2013). A 30 de maio de 1984, uma bomba explodiu na quinta La Penca, perto da fronteira com a Costa Rica, durante uma conferência de imprensa de Edén Pastora, que na altura lutava com um grupo armado contra os sandinistas. Entre os mortos encontravam-se três jornalistas e ficaram gravemente feridas mais pessoas (Garvin, 1992, p. 137). Este ataque, muitas vezes atribuído à CIA, foi *de facto* organizado pelos serviços secretos sandinistas, o que, anos mais tarde, foi publicamente confirmado pelo então vice-ministro do Interior, Luis Carrión (2011). Este crime contrastava com todas as convenções sobre os direitos humanos e não tinha qualquer justificação, mesmo em condições de guerra.

A justiça transicional é um conceito que ocupa um lugar cada vez mais importante na discussão atual no âmbito dos direitos humanos que se aplica depois de mudanças de regimes políticos. A justiça transicional consiste em mecanismos jurídicos para tratar violações de direitos humanos cometidos por governos repressivos, destituídos e substituídos por um novo regime. Elementos essenciais desta conceção são conhecer a verdade, restabelecer a justiça e indemnizar as vítimas (Bothmann, 2015, pp. 27, 33; Núñez de Escorcia, 2014b). O propósito desta forma de justiça é responsabilizar os perpetradores de atos ilegais e desumanos e reparar, da melhor maneira possível, a injustiça sofrida pelas vítimas.

É de notar que a justiça transicional não foi aplicada depois do triunfo da Revolução Sandinista em 1979 (Núñez de Escorcia, 2014b), nem depois da derrota eleitoral da FSLN em 1990 (Bothmann, 2015). Certamente houve violações graves dos direitos humanos cometidos pela ditadura somocista e também, durante o regime sandinista, por parte da *contra*, bem como por parte de forças governamentais. Mas em comparação com os outros doze Estados latino-americanos da terceira vaga de democratização, Nicarágua é o único Estado que nunca terá usado esse instrumento da justiça transicional para fazer justiça às vítimas de repressão. Em 1990, só duas semanas depois tomar posse a nova presidente Violeta Barrios de Chamorro, a Assembleia Nacional aprovou uma amnistia geral para todos os prisioneiros políticos e comuns, o que significou que o Parlamento impediu definitivamente a perseguição de todas as violações de direitos humanos cometidos anteriormente (Bothmann, 2015, p. 98). Foi uma amnistia *a posteriori* para todos os integrantes da Guarda Nacional de Somoza (Núñez de Escorcia, 2014b). Desta maneira, múltiplas violações de direitos humanos sob os vários regimes nunca foram investigadas e os seus perpetradores ficaram em completa impunidade.

Durante os primeiros anos da revolução os sandinistas estabeleceram – contrariamente às disposições constitucionais – os *Tribunales Especiales* e os *Tribunales Populares Anti-Somocistas* para julgar os anteriores membros da guarda nacional e outros mais. Estes tribunais não eram capazes nem de averiguar a verdade, nem de fazer justiça, nem de indemnizar as vítimas da repressão do regime somocista. Além disso criaram novas injustiças violando os direitos humanos dos julgados nestes tribunais (Bothmann, 2015, p. 139). Em vez de aplicar uma forma da justiça transicional, estes tribunais somente castigaram, muitas vezes de uma forma arbitrária, e foram acompanhados por indultos ou amnistias, frequentemente também arbitrários (Núñez de Escorcia, 2014b).

Vilma Núñez (2014b), então vice-presidente da Corte Suprema de Justiça, lamenta que ainda não se conheça toda a verdade sobre as violações dos direitos humanos cometidas pela Revolução Sandinista e reconhece de maneira autocrítica que naquela altura o sistema jurídico – ela incluída – não cumpriu com a sua responsabilidade de proteger os direitos humanos da população. A sua conclusão é:

“Es mucha la gente que en Nicaragua tiene derecho a conocer la verdad y a recibir justicia y reparación. Tenemos la obligación de seguir haciendo esfuerzos para que llegue ese día, para saldar la deuda que tenemos con tantas víctimas.” (ibid. 2014b)

4 A sociedade civil no período sandinista

Embora a revolução nicaraguense não seja de modo algum uma cópia mecânica da revolução cubana, a liderança nicaraguense optou por vários programas e enquadramentos específicos que foram considerados bem-sucedidos em Cuba. As duas áreas mais importantes foram a campanha de alfabetização e o papel das organizações de massas (Prevost, 1990, p. 133). Mas também se pôde observar uma participação massiva da população nicaraguense em todos os processos políticos e particularmente nas várias mobilizações voluntárias de amplos setores da sociedade, nomeadamente dos estudantes, dos camponeses, de cristãos de várias denominações, de mulheres e outros mais, o que será a temática do capítulo seguinte.

4.1 Organizações de massas

O derrube do regime de Somoza em 1979 deu início a uma verdadeira explosão de mobilizações e organizações em todos os setores da população. Muitas destas organizações já tinham nascido durante a luta antiditatorial. Até 1989, os sandinistas conseguiram integrar cerca de meio milhão de mulheres e homens nas suas organizações de massas, uma proporção enorme em comparação com uma população total de três milhões de pessoas naqueles tempos. Entre eles encontravam-se cerca de 125.000 pequenos camponeses na *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG)*, 120.000 trabalhadores na *Central Sandinista de Trabajadores (CST)*, 50.000 membros da *Associação de Trabalhadores do Campo (ATC)*, 50.000 jovens na *Juventud Sandinista* e 150.000 moradores dos bairros organizados nos *Comités de Defensa Sandinista (CDS)* (Serra, 1991, p. 49). Além destas maiores organizações que tinham uma orientação sandinista existiu uma vasta gama outros organismos, como, por exemplo, o sindicato dos professores ANDEN ou a representação dos povos indígenas *Miskitu Sumu Rama Sandinista Asla Takanka (MISURASATA)* com as mais diversas orientações políticas, culturais e religiosas, que participaram na vida político-social revolucionária para defender os interesses dos setores populares que representaram.

4.1.1 Sindicatos

Em 1981, 42 % dos assalariados trabalhavam na produção agrícola, 37 % no comércio e serviços e apenas 16 % na indústria e na construção. Esta estrutura económica e a repressão de Somoza levaram a que – antes do triunfo da revolução – os sindicatos apenas existiam em algumas grandes empresas (Infobüro Nicaragua, 1985, p. 9). Havia dois níveis diferentes de

organização sindical na Nicarágua: por um lado, as representações sindicais a nível das empresas, nas quais participavam todos os trabalhadores destas empresas, independentemente da sua orientação política ou filiação sindical, e, por outro lado, as federações sindicais, organizadas a nível nacional e dirigidas por diferentes partidos políticos (CIERA, 1984, p. 45).

A maior federação era a *Confederación General del Trabajo Independiente (CGTi)*, ligada ao PSN. Mas este partido dividiu-se em 1976 porque uma corrente era a favor da participação na luta armada ao lado da FSLN, enquanto a outra se opunha a isto. Cada grupo ficou responsável por uma parte dos sindicatos da CGTi. No final de 1979, a corrente que tinha participado na luta armada juntou-se à FSLN e desapareceu como PSN. Depois, os seus sindicatos foram a parte fundamental na criação da CST e desapareceram como CGTi. Antes do derrube da ditadura, a FSLN não tinha fortes raízes no seio da classe trabalhadora porque tinha concentrado as suas atividades na luta armada, apoiada principalmente pelos estudantes universitários. É por isso que as estruturas da anterior CGTi foram a principal base organizativa para a construção da CST, mas a FSLN não reconheceu os históricos dirigentes sindicais socialistas e impôs os seus próprios dirigentes que não tinham experiência sindical mas pertenciam ao partido sandinista (Guevara López, 2014, p. 300, 2024).

A outra corrente continuou como PSN e o seu sindicato como CGTi, juntando-se mais tarde à oposição antissandinista de direita. Mas também houve outras correntes políticas que tiveram, pelo menos ocasionalmente, influência no movimento sindical, como, por exemplo, a *Central de Acción y Unidad Sindical (CAUS)*, politicamente ligada ao PCdeN, a *Frente Obrero (FO)*, ligada ao MAP-ML, a *Central de Trabajadores de Nicaragua (CTN)*, ligada ao PSC, e a *Confederación de Unificación Sindical (CUS)*, politicamente orientada na federação sindical norte-americana AFL-CIO (CIERA, 1984, pp. 44–49; Infobüro Nicaragua, 1985, pp. 51–54).

Do auge geral da organização sindical após a queda de Somoza, nasceram – sob a direção da FSLN – a CST e a ATC que cresceram rapidamente e associaram – dentro de poucos meses – muitas vezes mais membros do que as outras federações sindicais. No início desse período, em 1979, existiram 133 sindicatos com 27.020 membros a nível das empresas. Até 1983, estes números aumentaram para 1.103 sindicatos com um total de 207.391 membros. A CST desenvolveu-se como a maior federação sindical, com 111.498 membros, seguida da ATC, com cerca de 40.000, e da CGTi, com 17.177 membros (CIERA, 1984, p. 45).

Em muitas empresas foram introduzidas diferentes formas de participação dos trabalhadores na gestão das companhias. Inicialmente formaram-se assembleias para a reativação económica que tratavam dos planos de produção e também das queixas dos trabalhadores. Em seguida foram institucionalizados conselhos de produção, com a participação dos sindicatos e dos empresários. Os acordos coletivos não só regulamentaram os salários e as condições de trabalho, mas – em muitos casos – também incluíram os direitos dos empregados a ter acesso à contabilidade e de aprovar os planos de produção (Serra, 1991, p. 50).

Num documento comum da CST e a CGTi (1980, p. 9) definiram como as tarefas principais dos sindicatos, primeiro, trabalhar arduamente para a consolidação da revolução e segundo, lutar pelas reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores, e empenhar-se por que se materializassem essas exigências como partes integrais da revolução. Mas, no calor do momento, não se concretizaram as iniciativas para unificar os diferentes sindicatos que estavam fortemente influenciados pelos partidos políticos aos quais estavam ligados.

Os sindicatos de orientação sandinista empenharam-se em introduzir uma nova conceção sindicalista, adaptada à nova situação político-social, mas também tendo em conta as devastadoras destruições da guerra de libertação. Não só queriam satisfazer as necessidades imediatas, como crescimentos dos ordenados ou reduções das horas laborais, mas também se esforçaram para contribuir para a recuperação económica através dum aumento da produtividade, para melhorar as condições do trabalho e para elevar o bem-estar da sociedade em geral. Por conseguinte, em vez de organizar greves e paralisar a produção orientaram-se no sentido de fazer negociações aspirando tanto melhoramentos imediatos das condições atuais, como também criar as bases para progressos económicos qualitativos e sustentáveis. Mas os sindicatos maoistas, ligadas ao MAP-ML, não reconheceram o carácter revolucionário do governo sandinista e, portanto, não viram nenhuma razão para limitar a luta reivindicativa, enquanto os sindicatos comunistas com ligações ao PSN ou ao PCdeN não apoiaram a perspectiva de construir uma nova sociedade socialista e limitaram-se à luta reformista com exigências mínimas (Serra, 1991, p. 50).

Tais contradições agravaram-se pela declaração da emergência económica em setembro de 1981, que proibiu as greves. Nesta situação, ativistas do sindicato CAUS foram detidos várias vezes e dirigentes do PCdeN foram condenados a penas de prisão (GEW Berlin & FDCL, 1982, pp. 56–65). Os esforços para unificar as diferentes centrais sindicais sob o teto comum da *Coordinadora Sindical de Nicaragua (CSN)* falharam, principalmente devido ao

comportamento sectário dos sandinistas, mas também como consequência da crescente ligação dos sindicatos minoritários à oposição política (Guevara López, 2008a, pp. 140–146, 2014, p. 301). Este conflito fundamental entre as perspectivas estratégicas da revolução e as reivindicações imediatas das pessoas também apareceu em outras esferas da sociedade, como, por exemplo, na luta das mulheres, dos jovens ou das minorias étnicas. Este conflito entre as duas orientações opostas – a defesa da Revolução Sandinista vs. a defesa dos interesses particulares e imediatos dos diferentes setores da população – agravou-se nos anos seguintes por causa dos sofrimentos do povo nicaraguense sob os efeitos da crise económica e da guerra. A FSLN nunca conseguiu definir nem pôr em prática uma política contundente e equilibrada frente a esta problemática e vacilou – dependendo das respetivas conjunturas concretas – constantemente entre as duas opções: tentar convencer os seus opositores ou reprimi-los.

4.1.2 Estruturas territoriais

No seio do movimento crescente das insurreições antissomocistas em 1978, nasceram os *Comités de Defensa Civil (CDC)* para proteger a população da repressão e apoiar os guerrilheiros sandinistas (CIERA, 1984, p. 31). Após o desaparecimento de uma grande parte das instituições do Estado depois do triunfo da revolução, estes comités foram as primeiras estruturas que, em muitos bairros e municípios, assumiram a responsabilidade de reorganizar a vida quotidiana, distribuir alimentos, reativar as vias de comunicação, restabelecer o abastecimento de água e eletricidade, dar trabalho às pessoas e prender os responsáveis pelos crimes cometidos durante a repressão somocista. Nos primeiros meses da revolução, os sandinistas apelaram com êxito à adesão da população a estes comités, independentemente da sua orientação política ou religiosa (Mora Castillo, 1991, pp. 48–53).

No entanto, estas estruturas de base de todo o povo foram-se ligando cada vez mais à FSLN, o que se expressou, entre outras coisas, na mudança do seu nome para *Comités de Defensa Sandinista (CDS)*. Enquanto os CDS elegeram os seus coordenadores a nível das bases, os quadros a níveis intermédios (zonais e regionais) foram nomeados pela FSLN. As tarefas prioritárias eram definidas como a defesa da revolução, apoio das tarefas do Estado, cumprimento das orientações políticas da Frente e – só depois disso – organizar-se para lutar pelos seus próprios interesses (ibid. 1991, p. 53). Com o agravamento da guerra contrarrevolucionária e da crise económica, os CDS assumiram também a responsabilidade de organizar a vigilância noturna para proteger os moradores dos bairros contra os ataques dos

contrarrevolucionários e para distribuir alimentos básicos. Mas estas atividades eram vistas por alguns dos moradores como um meio de controlo sobre eles e até como represálias contra quem pensava de modo diferente. Esta situação foi agravada pelas suspeitas de que a distribuição de feijão e de açúcar não era efetuada com base nas necessidades, mas sim de acordo com as simpatias partidárias das pessoas. É possível que tenha havido tais casos, mas naquela altura existia um controlo social muito direto nas comunidades e bairros nicaraguenses que não permitiu que estes abusos acontecessem em grande escala.

Quando a liderança sandinista se apercebeu de que os CDS tinham perdido grande parte da confiança da população, confiou ao muito popular comandante guerrilheiro Omar Cabezas a tarefa de reanimar e reativar os CDS (Hoyt, 1997, pp. 57–58). Para atingir estes objetivos, Cabezas definiu como prioridades: primeiro, reabrir os CDS a todas as pessoas, independentemente das suas orientações políticas; segundo, democratizar os CDS de modo a que todos os cargos fossem eleitos, desde a base até à liderança nacional e com o direito de destituir os eleitos; e terceiro, definir os principais problemas dos seus bairros e trabalhar para a sua solução. Cabezas (1988, pp. 45–48) explicou que não era possível que o governo resolvesse os problemas com o apoio da comunidade, mas que era preciso que a comunidade resolvesse os seus problemas com o apoio do governo. Esta iniciativa conseguiu reavivar as estruturas de bairro dos CDS, mas este efeito foi geralmente limitado aos apoiantes sandinistas.

4.1.3 Mulheres

Na luta de libertação, 25 % dos combatentes eram mulheres, algumas delas em altos cargos de comando da guerrilha. Após a vitória, um terço dos sindicalistas da CST e da ATC eram mulheres. Nos CDS havia uma maioria feminina (Baltodano, 2010c, pp. 12–54; Chuchryk, 1991; Mora Castillo, 1991, p. 50).

Já no Programa Histórico de 1969 havia um capítulo dedicado à emancipação da mulher (FSLN, 1984, pp. 32–33). A nova Constituição de 1987 estabeleceu a igualdade absoluta entre o homem e a mulher, incluindo a igualdade de responsabilidades na manutenção das casas e no cuidado das crianças (Asamblea Nacional, 1987a, Art.s 48, 72, 73). A FSLN contribuiu para a construção da organização de mulheres AMNLAE, que leva o nome de Luisa Amanda Espinoza, a primeira mulher a cair na luta de libertação contra Somoza, em 1970, quando tinha apenas 22 anos (Baltodano, 2010c, p. 12). Nos primeiros anos da revolução, esta organização – tal como as outras organizações de massas sandinistas – estava empenhada em defender a

revolução e em melhorar as condições de vida das pessoas. No entanto, no seio da AMNLAE as mulheres começaram a discutir se era necessário dar a si próprias um perfil mais feminista, defendendo também as reivindicações do movimento de mulheres, como, por exemplo, a legalização do aborto. Embora na altura o aborto só estivesse legal como aborto terapêutico, não era de facto perseguido pela Polícia ou pelas autoridades judiciais. Neste contexto, surgiram também críticas à situação de que a AMNLAE era uma estrutura subordinada à FSLN e não funcionava como uma organização autónoma (Chuchryk, 1991, p. 147).

O trabalho de sensibilização da AMNLAE no seio das outras organizações de massas e na sociedade permitiu aumentar a consciência de vastos setores da população relativamente à opressão específica das mulheres e melhorar consideravelmente a sua situação social e jurídica (ibid. 1991, pp. 159–160).

No entanto, a FSLN manteve durante todo o seu governo uma posição clara contra a legalização geral do aborto, por um lado devido a uma conceção tradicional da família e, por outro, para não provocar conflitos adicionais com as hierarquias das várias igrejas cristãs. A AMNLAE também não conseguiu introduzir uma lei que proibisse a violência doméstica e sexual (ibid. 1991, p. 153). A difícil situação em que as feministas tiveram de trabalhar nessa altura ficou impressionantemente expressa na forma como a nova coordenadora nacional da AMNLAE, a guerrilheira histórica Gladys Báez, nomeada pela *Dirección Nacional*, tratou as mulheres mais exigentes em relação às reivindicações específicas do feminismo. Sofía Montenegro, uma das feministas da época e ainda ativa, conta:

“Ella nos dijo todo lo que se podía decir: lesbianas, prostitutas, feministas, agentes de la CIA, contrarrevolucionarias, lo que se ocurra. Hasta que revivió la vieja acusación de que estábamos tratando de dividir al FSLN. Nos dimos cuenta que no había forma de que pudiéramos seguir luchando a lo interno de AMNLAE [...] Rompimos con la organización.” (Randall, 1999, p. 402)

Por parte dos nove comandantes da *Dirección Nacional*, pode também ter havido razões particulares para temerem o movimento das mulheres: muitos deles ficaram conhecidos por terem usado a sua posição extraordinária na revolução para assediar e abusar de mulheres. Um caso extremo – entre muitos mais – foi, por exemplo, Tomás Borge, o ministro do Interior, sobre quem José Luis Rocha (2013) relata:

“Las víctimas de la lujuria de Tomás Borge son incontables. No menciono sus nombres por respeto a ellas: internacionalistas, compas, subordinadas, escritoras, hijas de escritoras, nietas de escritoras. Seducidas, engañadas, extorsionadas, violadas. El sicalíptico comandante quiso

aparearse con tres generaciones a vista, paciencia y regodeo de sus escoltas, amigos y colegas. Muchos lo supieron. Muchas lo temieron. Yo también lo supe.” (ibid. 2013)

O segundo caso, substancialmente grave porque teve o consentimento silencioso de todo o alto escalão da elite sandinista, é o caso de Daniel Ortega, o chefe do governo, que durante todo o período abrangido por este capítulo abusou e violou a sua enteada Zoilamérica Narváez (Narváez, 1998; Randall, 1999, pp. 38–41).

4.1.4 Camponeses

Nas décadas de 1970 e 1980, a agricultura nicaraguense caracterizava-se por um lado pela produção camponesa de pequena e média escala e por outro pela produção capitalista de café e outros produtos para a exportação. Esta última recorreu em grande medida à contratação temporal de mão de obra de camponeses sem terra ou com parcelas de terra tão pequenas que não chegavam para manter uma família (Jung, 1980, pp. 55–57). Daí ter-se realizado – com o apoio ativo dos sandinistas – a construção do organismo da Associação de Trabalhadores do Campo (ATC), fundada em 1978 já antes da revolução, como representação dos interesses da população camponesa (Baumeister, 1991, p. 232). Mas a luta sindical da ATC para melhorar as condições de trabalho e aumentar os salários no campo não conseguiu defender de maneira suficientemente forte os interesses dos camponeses que possuíam pequenas ou inclusivamente médias propriedades. Por isto nasceu um movimento, iniciado pelas bases dos produtores individuais, de separar-se da ATC e formar, em 1981, a União Nacional de Agricultores e Pecuários como uma organização própria. Foi um dos grandes êxitos da Revolução Sandinista ter conseguido, organizar 125.000 pequenos e médios camponeses na UNAG e 50.000 na ATC, porque os camponeses nunca tinham tido organizações que expressassem os seus interesses. A UNAG serviu como organismo de comunicação entre o campo e o governo e promoveu tanto a formação de cooperativas agrícolas como também a distribuição de terras individuais, a instalação de centros de ajuda técnica, de mercados rurais e de redes de comercialização dos produtos agropecuários (Baumeister, 1991, p. 233; Serra, 1991, pp. 49–51).

Sendo a reforma agrária o projeto económico e social proeminente da Revolução Sandinista, eram os camponeses – os pequenos e medianos produtores, bem como os trabalhadores rurais e nas empresas agroindustriais – a base estrategicamente essencial da mesma. A reforma agrária orientou-se em grande medida na construção dum setor forte de produção industrial para gerir rendimentos no mercado internacional através da

comercialização dos principais produtos agropecuários do país. O segundo ponto principal desta reforma foi o levantamento da produção de alimentos básicos no setor cooperativo e de produtores particulares. Durante todo o período sandinista houve um debate sobre a questão qual destes dois elementos da produção no campo devia ter prioridade, e o ministério da reforma agrária mudou várias vezes a sua orientação (Baumeister, 1991, pp. 232–240). A grande vantagem para os dois projetos foi, que o governo dispôs de terra em abundância como resultado das nacionalizações das enormes quantidades de terra (e também de empresas dos mais diversos tipos) do clã de Somoza, dos altos dirigentes da Guarda Nacional e dos altos funcionários do governo somocista que tinham abandonado o país (Spalding, 1987, p. 45, 1994, p. 66). Isto permitiu criar, até 1988, um setor estatal que ocupou 11,7 % e um setor de cooperativas (de distintas formas) que trabalharam 20,1 % da terra cultivada, sem a necessidade de fazer mais quaisquer confiscações (Spalding, 1994, p. 78). Portanto, no princípio, a reforma agrária não foi muito criticada, porque os camponeses pobres receberam a sua própria terra, sem que as grandes empresas tivessem que sofrer desvantagens e puderam continuar com a sua produção. Só quando o governo começou a expropriar produtores privados por terem abandonado as suas propriedades, ou por outras razões, surgiram conflitos políticos no âmbito da política governamental referente à agricultura. Além disso, o governo era pressionado por dois lados: os proprietários de grandes quintas queixaram-se de que não lhes tinha sido dado acesso suficiente a créditos, mas ao mesmo tempo milhares de camponeses ocupavam terras, porque a entrega de terras lhes parecia demasiado lenta e porque consideravam insuficiente o apoio técnico e financeiro fornecido pelo Estado (ibid. 1994, pp. 81–84).

No entanto, os dirigentes sandinistas não compreenderam suficientemente bem a consciência dos diferentes setores camponeses. Subestimaram o individualismo e a alta autoconfiança dos camponeses, especialmente na *frontera agrícola*, o que se refere aos camponeses que tinham cultivado novas terras selvagens no interior do país. Além disso, houve muitos casos, nas quais jovens revolucionários, mandados para o campo para ajudar e orientar os camponeses, tinham comportamentos arrogantes e foram vistos como novos opressores que queriam impor medidas novas que não correspondiam aos costumes tradicionais. Por conseguinte, a *contra* ganhou a sua principal base social neste segmento da sociedade nicaraguense (Baumeister, 1991, pp. 223–234; Bendaña, 1991; Soto Joya, 2011, pp. 110–115).

Os camponeses temiam perdas económicas devido ao controlo estatal do comércio interno e, em especial, dos preços de venda. Ainda mais importante foi o medo de perder as

suas terras por causa duma coletivização forçada, uma medida amplamente alegada na propaganda das forças opostas à revolução, mas, na realidade, nunca contemplada nem executada pelo governo sandinista. Porém, a muitos camponeses parecia óbvio apoiar os *contras* para defender a sua propriedade e a sua existência (Ferrero Blanco, 2018). Por outro lado, isto levou a múltiplas campanhas militares para combater a *contra*, nas quais camponeses inocentes – entre eles muitos que tinham apoiado a FSLN na luta de libertação contra Somoza – também foram vítimas do Exército sandinista (Bendaña, 1991).

Na atribuição de créditos, o governo sandinista favoreceu as cooperativas em detrimento dos produtores particulares. Mas o que aos olhos dos governantes parecia ser um apoio a uma forma avançada de produção era visto pelos pequenos camponeses como um desprezo pelos seus esforços individuais. Foi só a partir de meados da década de 1980, com a guerra contrarrevolucionária em pleno andamento, que o governo alterou a sua política, abrindo o mercado interno e incluindo os produtores privados nos seus programas de produção agrícola (Baumeister, 1991, pp. 233–235).

A experiência do desenvolvimento das organizações de massas no meio de uma guerra civil é uma característica marcante da política sandinista. Ao contrário de experiências históricas comparáveis, o governo revolucionário não recorreu ao endurecimento do autoritarismo e da repressão, mas organizou eleições democráticas em 1984 e iniciou em seguida um amplo processo de discussão pública sobre a nova constituição do país (Baumeister, 1991, p. 235; Equipo Envío, 1986).

As organizações de massas da classe trabalhadora, dos bairros, das mulheres e dos camponeses, aqui mencionadas como exemplos, revelaram dinâmicas sociais que também se podem encontrar noutros setores da sociedade. Nos setores da juventude, dos trabalhadores rurais, da ciência e da cultura, dos professores, dos deficientes e das minorias étnicas, observou-se um verdadeiro florescimento da auto-organização, muitas vezes iniciada e apoiada pela Frente Sandinista. Estas organizações participaram a vários níveis na vida política e social. Apoiaram largamente a revolução, mas também mantiveram a sua capacidade de se manifestarem em mobilizações e manifestações independentes, para defenderem os seus próprios interesses sociais contra certas medidas governamentais (Lobel, 1991, p. 272; Serra, 1991, pp. 69–70).

Os secretários e coordenadores das organizações de massas eram geralmente eleitos ao nível das estruturas de base. Mas a nível regional ou nacional, os dirigentes eram impostos pela FSLN (Serra, 1991, p. 56). A *Dirección Nacional* da Frente e o secretariado das organizações de massas definiam as orientações políticas e as atividades concretas destas organizações e obrigavam as estruturas intermédias a transmiti-las às bases, que tinham de cumprir essas ordens (Carrión Cruz, 2019; FSLN, 1979a, p. 27). Mas, quando se tornou cada vez mais óbvio que este modelo autoritário e de cima para baixo já não funcionava, foram feitas tentativas em várias organizações de massas para as democratizar e reforçar a sua autonomia referente à FSLN. Mas estas iniciativas não produziram geralmente mudanças significativas, com exceção da UNAG, a organização dos camponeses individuais que desenvolveu uma considerável autodeterminação política (Serra, 1991, pp. 64–66).

4.2 Outras estruturas e campanhas

Uma das características mais destacadas da Revolução Sandinista foi a participação de amplos setores do povo a todos os níveis da vida político-social. Além de partidos e organizações formais nasceram e cresceram movimentos que não sempre apoiavam politicamente o Sandinismo, ou que mesmo defenderam posições opostas, mas que participaram nas estruturas da revolução. A revolução atingiu todas as esferas da sociedade e particularmente a vida cultural, com as suas expressões mais conhecidas dos cantantes e irmãos Carlos e Luis Enrique Mejía Godoy e dos escritores Ernesto Cardenal, Gioconda Belli e Sergio Ramírez. Mas a nível da base houve atividades culturais em todo o país como seminários e concursos de poesia e de pintura, uma nova forma de música popular ou feiras de livros. Neste âmbito também nasceram novas formas de penitenciárias com trabalho no campo, novas relações de solidariedade internacionais, atendimentos respeitosos de pessoas deficientes, um espírito de sacrifício pela revolução, especialmente entre os jovens, novas formas de liturgias religiosas, novas relações mais emancipadas intrafamiliares, mais consideração pelo outro, seja nas relações privadas ou na vida pública ... e muitos mais outros aspetos criativos e libertadores que não podem ser expostos neste trabalho.

Uma das formas novas de comunicação entre o povo e o governo foram as assembleias chamadas *De Cara al Pueblo*, nas quais o presidente, o vice-presidente, os ministros e outros altos funcionários do Estado tinham que responder às perguntas e críticas dos cidadãos de todos os setores da sociedade. Estes encontros foram organizados em intervalos irregulares, mas mais

ou menos de dois em dois meses. Existia plena liberdade de expressão e os representantes do governo deviam responder imediatamente às críticas e sugestões. Posteriormente, estas assembleias foram transmitidas pela televisão (Sandoval et al., 1995). O padre e ministro da Educação Fernando Cardenal SJ (2009, p. 369) descreveu-as como um elemento enormemente positivo porque permitiu às pessoas dirigirem as suas perguntas, críticas ou mesmo exigências aos ministros ou a quem quisessem. Criaram uma consciência de participação das pessoas e obrigaram os funcionários públicos a fazer bem porque o seu trabalho era escrutinado em público.

4.2.1 Minorias étnicas

Um dos maiores êxitos políticos da Revolução Sandinista relativamente a uma relação emancipada entre as bases populares e a direção política talvez tenha sido alcançado na Costa Atlântica. Mas infelizmente isto só foi possível depois de uma confrontação violenta e foi pago um alto preço de vidas humanas e de uma perda considerável de prestígio político dos sandinistas no âmbito internacional. Inspirados pela dinâmica popular da revolução e promovidos pela FSLN, jovens indígenas fundaram a organização indígena MISURASATA como representação das etnias minoritárias dos miskitu, sumu e rama. Todos juntos representavam 70.000 pessoas, o que corresponde a 2,3 % de uma população total de 3 milhões de habitantes de Nicarágua. Além destes grupos étnicos viviam também 200.000 crioulos e mestiços, nesse território que ocupava 56 % do território nacional. No princípio definiram-se como parte da revolução, mas, atizados por comportamentos autoritários de funcionários do novo poder e de intervenções políticas do governo dos EUA, assumiram posições cada vez mais antissandinistas e pró-separatistas. Os primeiros conflitos nesta região já tinham surgido no início de 1981 e transformaram-se no final desse ano em confrontos militares entre o Exército sandinista e grupos armados dos *miskitu*. Estes confrontos provocaram a morte de pelo menos 17, mas provavelmente mais, indígenas desarmados (CIDH, 1984; Linfield, 1991, pp. 276–278). No entanto, após estes acontecimentos, que suscitaram fortes críticas internacionais aos sandinistas, o governo iniciou um processo de comunicação e reconciliação, que acabou por conduzir ao reconhecimento de amplos direitos de autonomia para os *miskitu* e outros grupos étnicos da região, garantias exemplares para os grupos étnicos indígenas e minoritários de todo o continente americano (Reding, 1991a, p. 93; Reyes & Wilson, 1992). O Estatuto de Autonomia, aprovado em 1987, estabelece em pormenor os direitos dos habitantes desta região referente às suas culturas, línguas, estruturas políticas, autogestão, formas de propriedade e

recursos naturais (Asamblea Nacional, 1987b). Contudo, no momento em que este Estatuto entrou em vigor no ano 1990, a anterior oposição antissandinista ganhara as eleições e tomara posse com a nova presidente Violeta Barrios de Chamorro. No entanto o novo governo não deu nenhuma importância a tal Estatuto de Autonomia e não pôs em prática nenhuma das medidas previstas nesta lei de categoria constitucional. Durante todo esse processo de conflitos políticos e armados, houve várias disputas políticas e divisões no seio das organizações das etnias da Costa Atlântica, mas todos os organismos que surgiram neste percurso têm as suas raízes organizativas e políticas no seu núcleo original, a organização MISURASATA.

De acordo com o discurso oficial da *Dirección Nacional*, a defesa nacional, identificada com a defesa da revolução, tinha prioridade absoluta nas lutas populares, e todas as outras frentes de luta estavam subordinadas a esta orientação (Serra, 1991, p. 58). Mas este esquema foi conscientemente quebrado na gestão do conflito com os miskitu: os sandinistas entenderam que a unidade nacional da Nicarágua só poderia ser assegurada pacificamente se o governo central reconhecesse os interesses específicos dos diferentes grupos étnicos da Costa Atlântica (González & Figueroa, 2009, pp. 326–334). Teria sido possível aplicar esta dinâmica dialética – que existe entre o reconhecimento de certa autonomia setorial e a unidade nacional – também às mulheres, aos camponeses, aos trabalhadores e outros setores da população. Se a FSLN tivesse compreendido melhor os problemas e as reivindicações específicas dos diferentes setores da sociedade, talvez tivesse conseguido manter o apoio da maioria popular apesar da guerra e das suas consequências destrutivas. Mas, ao longo dos anos, o apoio do povo diminuiu não só pelos danos e perdas humanas causadas pela guerra, mas também devido às medidas autoritárias e repressivas cometidas pelo governo sandinista. A Frente Sandinista nunca conseguiu assumir, de forma coerente e perante todos os setores da sociedade, uma orientação que juntasse o reforço da autonomia das organizações e movimentos populares à unidade nacional para a defesa da autodeterminação do país.

4.2.2 Educação

No seu programa de governo, a JGRN (1979a, p. 42) promovia uma reforma profunda dos objetivos e dos conteúdos da educação nacional, para a converter num fator chave no processo da transformação humanista da sociedade nicaraguense, orientando-a num sentido crítico e libertador. Para os sandinistas a expansão massiva e qualitativa da educação para todos

os grupos e regiões da população significou um elemento essencial para a democratização da Nicarágua.

A *Cruzada Nacional de Alfabetización* foi a primeira grande mobilização de massas do governo sandinista, para impulsionar o desenvolvimento cultural e social da Nicarágua. O ano de 1980 foi declarado o *Año de Alfabetización* e, em poucas semanas, foi desenvolvido um conceito baseado na experiência de Cuba em 1961, na sua campanha de alfabetização. Porém, a campanha dos sandinistas orientava-se, em relação à sua pedagogia e metodologia, mais pela concepção de Paulo Freire, que coloca as experiências da vida quotidiana das pessoas no centro da alfabetização (Hanemann, 2001, pp. 287–292). De 23 de março a 23 de agosto de 1980, quase 60.000 brigadistas deslocaram-se voluntariamente a cantos mais remotos do país, habitaram, trabalharam e conviveram com a população camponesa nas suas casas e cabanas, e ensinaram-lhes a ler e a escrever. Ao mesmo tempo, foram também organizados cursos de alfabetização nos bairros de lata das cidades, nos quais participaram como instrutores mais de 26.000 jovens e idosos. Durante estes cinco meses, 406.056 homens e mulheres participaram com sucesso nestes cursos, reduzindo a taxa de analfabetismo entre os maiores de 10 anos de 50,35 % para 12,96 % (F. Cardenal, 2009, p. 312). Além disso, 12.664 habitantes da região atlântica concluíram com êxito cursos de alfabetização no âmbito de uma campanha nas suas línguas indígenas, miskitu, sumo e inglês crioulo (Arnove, 1994, p. 17).

Esta cruzada de alfabetização entrou na história da revolução como a campanha mais popular da FSLN durante toda a década de governação sandinista (ibid. 1994, p. 26). É considerada a ação mais significativa e clara na política educativa nicaraguense (Arríen, 1983, p. 77). Ao nível internacional, foi a campanha de alfabetização mais bem-sucedida da história (Albert, 1983, p. 88). Em setembro de 1980, a UNESCO atribuiu à Nicarágua o Prémio Nadezhda K. Krupskaya por esta mobilização exemplar.

No início de 1981, a *Consulta Popular* foi a segunda maior mobilização nacional no domínio da educação. Nesta campanha sem precedentes, participaram voluntariamente 50.000 pessoas, durante um período de dois meses e foram guiadas por 55 perguntas para averiguar como deve ser concebido o novo sistema educativo. Os debates tiveram lugar no seio de 30 organizações de massas, partidos, associações e organizações cristãs, muitas, mas não todas, de orientação sandinista, e iniciaram-se a nível de base para ser resumidas, primeiro a nível departamental e depois a nível nacional (Arnove, 1994, pp. 29–30).

Os resultados do inquérito foram sintetizados num documento que define os objetivos e as tarefas essenciais da nova educação (MED, 1981), com as seguintes prioridades educativas: com base no reconhecimento de que a educação nunca é neutra e de que a Revolução Sandinista é um processo profundo de transformação social, a missão última da educação é fortalecer o desenvolvimento de uma nova sociedade e de um novo ser humano dentro dela. Sob Somoza, a educação estava limitada a uma elite urbana, transmitindo valores como o egoísmo, o individualismo, a competição e o lucro, e assimilando as formas culturais dos centros imperialistas de uma forma acrítica. Em contrapartida, o objetivo da política educativa sandinista era, em primeiro lugar, melhorar a qualidade da educação para que o país se libertasse da sua dependência socioeconómica, para que os jovens desenvolvessem um elevado nível de consciência revolucionária e pudessem assim participar no desenvolvimento político geral. Em segundo lugar, a educação devia ser acessível a todos os nicaraguenses, permitindo assim uma profunda democratização da sociedade. Por último, deviam ser transmitidos valores como a justiça, a igualdade, a solidariedade e a humanidade, tendo em vista uma sociedade democrática, popular, anti-imperialista e internacional (Tünnermann, 1983, pp. 56–75).

A inovação mais importante do sistema educativo sandinista consistia na decisão do então ministro de Educação, o padre Fernando Cardenal SJ, de introduzir o conceito da educação popular como a base da transformação educativa. O seu objetivo era reforçar as possibilidades de participação, auto-organização e autonomia dos alunos. Não só o sistema educativo, mas toda a sociedade devia ser democratizada tendo em conta os seguintes elementos: a criação de uma consciência política através da integração de todas as esferas da vida na educação; a aceitação e o tratamento das diferenças; a contextualização das diferentes experiências de vida; o desmantelamento das estruturas hierárquicas e o reforço do poder popular. Esta experiência pedagógica não se destinava apenas a reforçar a participação das pessoas na Revolução Sandinista, mas também a apoiar o desenvolvimento da autoconfiança e da capacidade crítica das pessoas. Portanto, esta abordagem albergava deliberadamente a possibilidade de entrar em conflito com as decisões tomadas pelas instituições do governo (Hanemann, 2001, pp. 583, 618–619).

Comparando a situação educativa sob Somoza em 1978 e sob o governo sandinista em 1983, ou seja, antes de a guerra da *contra* ter podido exercer plenamente o seu efeito destrutivo no sistema educativo, destacam-se aumentos significativos no número de participantes no sistema educativo: crianças em idade pré-escolar de 9.000 para 50.163 (457 %), alunos do

ensino primário de 396.640 para 564.996 (42 %), frequência do ensino primário rural de 127.609 para 257.644 alunos (102 %), escolas secundárias superiores de 80, 254 para 126.738 (58 %), a formação de professores de 2.053 para 6.172 (201 %), a formação em engenharia agrícola de 118 para 2.513 (2.030 %) e a educação de adultos de 10.436 para 166.208 (1.493 %) (ibid. 2001, p. 316). Após o fim da campanha de alfabetização, a *Educación Popular Básica* de adultos foi implementada como um projeto subsequente, principalmente nos anos de 1982 a 1984, com mais de 20.000 animadores voluntários, sobretudo nas organizações de massas, tendo atingido o auge em 1983, com cerca de 187.000 participantes (Arnove, 1994, pp. 17–18).

4.2.3 Mobilizações voluntárias

A Revolução Sandinista produziu múltiplas campanhas e mobilizações para melhorar as condições de vida e, mais tarde – quando as sanções económicas e a guerra civil tiveram um impacto negativo cada vez mais evidente na sociedade – para defender as conquistas alcançadas pela revolução. Assim, surgiu, por exemplo, um *movimiento de innovadores* que se empenhou em inventar técnicas de produção próprias para compensar a falta de peças escassas e de novas máquinas de produção, que tinham de ser importadas do estrangeiro. Ou foram organizadas horas de trabalho voluntário extraordinário – sobretudo no setor estatal – para aumentar a produção e ajudar na reconstrução do país, contrariando a destruição causada pela sabotagem e pela guerra contrarrevolucionária. Para a colheita dos principais produtos de exportação da Nicarágua, naquela altura sobretudo o café e o algodão, formaram-se brigadas voluntárias de produção – compostas principalmente por jovens das escolas e das universidades, mas também por sindicalistas e outros setores da população – para gerar as divisas tão necessárias para o país. Outras brigadas dedicaram-se à saúde e mobilizaram milhares de voluntários que se espalharam a todo o país, e em especial às regiões rurais mais isoladas, para fazer um trabalho de promoção de higiene, de prevenção de doenças como a diarreia, de tratamento da malária e de vacinação massiva de tétano e pólio. Nos bairros das cidades fizeram-se campanhas voluntárias para arranjar as ruas e canos de água rotos ou para secar poças de água para impedir a proliferação de mosquitos que transmitiram a malária ou o dengue. Outra atividade foi a formação de grupos para construir centros comunitários, reabilitando casas abandonadas, ou para criar parques públicos e parques infantis (Serra, 1991, pp. 50–52).

Pessoas que visitaram Nicarágua naqueles anos para se informarem sobre a revolução, viram um país numa atividade contínua e em constantes mobilizações multitudinárias em todas

as esferas da sociedade. Os visitantes, na sua esmagadora maioria, estavam profundamente impressionados por esse empenho popular. Como resultado destas visitas nasceram muitos projetos de solidariedade internacional que contribuíram para a autoajuda no âmbito da saúde, da educação, de centros infantis, cooperativas ou outras áreas socioeconómicas mais. Milhares de internacionalistas integraram-se nestes projetos para trabalhar neles por algumas semanas ou até durante vários anos (Calero & Albin, 2023; Paul, 1984; Perla, 2009a). Estes projetos geralmente nasceram a partir das bases populares e muitas vezes a administração pública nem sabia deles. Estas iniciativas levaram em muitos lugares a cooperações internacionais mais fortes, tornando-se em geminações de cidades que ajudaram os projetos de desenvolvimento dos seus parceiros nicaraguenses com consideráveis montantes de doações financeiras ou técnicas. Desta maneira nasceram nos anos 1980 cerca de 100 geminações entre cidades alemães e nicaraguenses, 400 em toda Europa e 150 nos EUA (Lucas et al., 1989, p. 72).

O elevado grau de apoio e lealdade das bases sandinistas à Frente Sandinista, apesar da situação muito difícil da época, também se reflete de forma impressionante no exemplo da reforma monetária efetuada a 15 de fevereiro de 1988 para limitar a inflação e a especulação. Foram trocados 1.000 córdobas velhos por 1 córdoba novo, e a troca foi limitada a um máximo de 10 milhões de córdobas velhos por família. Para garantir o sucesso desta operação, era necessário prepará-la em absoluto sigilo. Os primeiros passos foram dados logo em 1984, imprimindo as notas no estrangeiro, transportando-as para a Nicarágua, armazenando-as, distribuindo-as por todo o país e organizando as 1.111 casas de câmbio para o dia da reforma. Embora no final mais de 60.000 pessoas tenham participado nesta operação, esta foi mantida em segredo até ao último dia, o que permitiu a execução bem-sucedida da reforma monetária e resultou numa certa estabilização económica da Nicarágua (Equipo Envío, 1988).

4.3 Cristãos na revolução

A Revolução Sandinista não pode ser explicada sem tomar em conta a participação ativa e massiva dos cristãos, principalmente católicos, mas também protestantes, e de outras religiões. A *viragem para os pobres* da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II e a sua orientação para a teologia da libertação levaram ao surgimento de *Comunidades Eclesiales de Base* na Nicarágua já a partir do ano 1966. Durante os primeiros meses da revolução, a Conferência Episcopal nicaraguense apoiou a participação destas comunidades na Revolução Sandinista (Greinacher, 1985, pp. 241–255; Jiménez, 2016, pp. 253–262). As comunidades de base

consideravam que não eram obrigadas a aceitar uma vida na miséria e opressão, mas que era preciso trabalhar pela justiça e a liberdade ainda enquanto vivos, o que significou – em termos religiosos – começar a construir o reino de deus na terra. Para elas não existia uma contradição entre o cristianismo e a revolução (Berryman, 1984, pp. 26–32; Lancaster, 1988, pp. 55–70). Assim, à medida que a hierarquia católica se voltava cada vez mais contra a revolução, estas comunidades de base espalharam-se por todo o país e apoiaram ativamente a Revolução Sandinista.

Apesar de a cruzada de alfabetização de 1980 ter sido coordenada pelo padre Fernando Cardenal SJ e de nela terem participado mais de 300 religiosos, a Conferência Episcopal criticou-a severamente. Os bispos alegaram, por um lado, que o material didático promovia uma ideologia materialista e, por outro, que a participação de professores cubanos implicava o perigo de doutrinação marxista (Greinacher, 1985, p. 108).

A reforma educativa e os novos objetivos pedagógicos, que se centravam na criação de um *hombre nuevo*, cuja visão do mundo era moldada por Sandino e pela revolução, provocariam ainda mais resistência por parte do clero, que temia que isso pusesse em causa a influência tradicionalmente forte da Igreja Católica na Nicarágua. Mas em vez de raciocinar com as políticas sandinistas reais e muito abertas em relação a todas as comunidades religiosas, a hierarquia da Igreja assumiu posições cada vez mais de acordo com as suas crenças e receios tradicionais, que representam o catolicismo pré-Vaticano II (ibid. 1985, p. 110).

Numa impressionante carta aberta aos bispos, padres, religiosos e leigos da Nicarágua, 268 destas comunidades de base explicaram em pormenor em 1981 as suas razões por que participaram nesta revolução devido à sua profunda fé cristã (Remmert-Fontes et al., 1982, pp. 113–125). Por conseguinte, o arcebispo Obando y Bravo, o prelado da Igreja Católica de Nicarágua, encontrava-se num conflito em duas frentes: por um lado, defender a influência da igreja oficial na sociedade nicaraguense em geral e, por outro lado, assegurar a sua autoridade sobre as comunidades cristãs de base, que apoiavam largamente a Revolução Sandinista.

Outra disputa permanente foi a participação de padres e outros religiosos em posições de destaque no governo sandinista. Miguel d’Escoto, da congregação de Maryknoll, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. O poeta Ernesto Cardenal, da congregação trapista, não só era ministro de Cultura, mas também conquistou milhares de apoiantes internacionais para a nova Nicarágua sandinista através de muitas viagens pelo mundo. O seu

irmão, Fernando Cardenal SJ, foi nomeado coordenar a Juventude Sandinista e assumiu depois o cargo de ministro de Educação. O pastor protestante Edgar Parrales foi inicialmente nomeado ministro dos Assuntos Sociais e ocupou mais tarde a função de embaixador da Nicarágua ante a OEA. A hierarquia católica, a começar pelo papa João Paulo II, passando pelo chefe dos jesuítas até ao arcebispo Obando y Bravo, exerceu uma pressão crescente sobre estes padres para que abandonassem os seus cargos públicos. No caso de Fernando Cardenal SJ, esta coerção resultou inclusive na sua exclusão da congregação dos jesuítas. Mas nenhum deles cedeu à pressão. Permaneceram nos seus cargos, tanto religiosos como políticos, para aí cumprirem os seus deveres (Greinacher, 1985, pp. 119–126).

Numa tentativa de atenuar a relação entre a Igreja e os sandinistas, a FSLN publicou a 7 de outubro de 1980 o seu comunicado oficial sobre a religião, no qual respondia às principais críticas da Igreja sobre a sua orientação em matéria da religião. Neste texto a Frente Sandinista declara:

“La libertad de profesar una fe religiosa [es] un derecho inalienable [y] todos aquellos que están de acuerdo con nuestros objetivos [...] tienen todo el derecho de participar militantemente en nuestras filas, independientemente de sus creencias religiosas. [El] profundo respeto por todas las celebraciones y tradiciones religiosas [...] se expresa también en la no utilización de las mismas con fines politiqueros o comerciales. Si algún militante sandinista en el futuro se aparta de este principio desde ya advertimos que no representa [...] la posición del FSLN. [...] Ningún militante sandinista en su calidad de tal debe opinar sobre la interpretación de las cuestiones religiosas que solo competen a las distintas Iglesias. [Pero] la participación de sacerdotes y religiosos en el Gobierno [es su] derecho [como] ciudadanos nicaragüenses.” (Girardi, 1987, pp. 290–294)

Certamente, no nível da base, alguns quadros sandinistas – jovens e inexperientes – assediaram cristãos da igreja conservadora nas comunidades ou em escolas católicas privadas. Houve também casos em que o governo expulsou sacerdotes estrangeiros do país por se terem intrometido demasiado nos assuntos políticos internos. Estes incidentes agravaram-se com a intensificação da guerra da *contra*. Mas, em geral, não houve perseguição estrutural de Igrejas ou cristãos durante o governo sandinista, embora tenha havido provocações particularmente pela parte do arcebispo Obando y Bravo, mas também de alguns dos seus seguidores no episcopado.

Durante a sua visita à Nicarágua, a 4 de março de 1983, o papa João Paulo II humilhou o padre Ernesto Cardenal, quando este se ajoelhou perante ele, e o exortou a demitir-se do cargo de ministro. Durante a missa perante mais de meio milhão de fiéis em Manágua, o papa recusou-

se a dizer uma única palavra contra a guerra e sobre as atrocidades cometidas pela *contra*, o que provocou milhares dos participantes a exclamar *¡Queremos la paz, queremos la paz!*, obrigando assim o líder máximo da Igreja Católica a interromper várias vezes a sua homilia e gritar *¡Silencio!* para acalmar a multidão (ibid. 1987, pp. 146–155).

A Igreja Católica não só se recusou sistematicamente a condenar os crimes da *contra*, mas exprimiou frequentemente o seu apoio às forças contrarrevolucionárias. Quando, em outubro de 1984, uma mãe e os seus seis filhos foram mortos pelos *contras* na comunidade de San Gregorio, o então presidente da conferência episcopal, Pablo Antonio Vega, comentou sobre este acontecimento – aludindo à alegada repressão sandinista – que a submissão do homem significa matar a alma, e matar a alma é pior do que matar o corpo (Selser, 2017, pp. 119–123). Quando, em 1985, o arcebispo Obando y Bravo foi nomeado cardeal por João Paulo II, celebrou a 13 de junho a primeira missa no seu novo cargo em Miami perante membros proeminentes da *contra*, que lideravam uma guerra sangrenta contra a Nicarágua sandinista (Kirk, 1992, p. 166).

Só com o processo de paz, iniciado em 1986, é que a Igreja Católica começou a mudar a sua oposição intransigente. Adotou um rumo mais pragmático e chegou – mesmo na pessoa do cardeal Obando y Bravo – a desempenhar um papel de mediação entre a *contra* e o governo.

A política da FSLN em relação aos cristãos na Nicarágua foi um dos elementos mais consistentes e convincentes da Revolução Sandinista. Se os sandinistas tivessem respondido às críticas e aos ataques políticos de outros setores da sociedade de uma forma tão clara, objetiva e diferenciada como o fizeram no caso dos cristãos, teriam provavelmente podido evitar muitos dos erros pelos quais, mais tarde, teriam de pagar um elevado preço político.

4.4 O sistema económico e o empresariado

A Revolução Sandinista iniciou-se com uma vantagem importante: através do derrube da ditadura somocista e da expropriação da família Somoza e dos altos funcionários militares e civis do regime recebeu recursos económicos consideráveis – terra, empreendimentos, ações, bancos – que pôde administrar completamente de acordo com as orientações do governo revolucionário. Com a nacionalização das suas propriedades desapareceu o grupo dominante do capital na Nicarágua e o novo governo teve enormes recursos à sua disposição para a reconstrução do país. O setor privado não somocista ficou feliz porque se viu livre da opressão

da ditadura e porque estava liberado de uma concorrência económica. Portanto, o grande capital viu a revolução com certa simpatia, mas também houve um setor que estava altamente cético sobre a orientação socialista do novo governo (Coraggio & Irvin, 1985, p. 31). O novo governo tinha muito capital à sua disposição e, por conseguinte, nem teve a necessidade, nem a capacidade para expropriar mais empresas privadas e levou a cabo uma economia mista com um setor forte estatal, um setor privado e um setor de produção coletiva (Spalding, 1994, pp. 64, 66).

Nos primeiros anos da revolução foram confiscadas 1,6 milhões *manzanas* (1 mz $\approx$ 7.000 m²) de terras agrícolas, o que corresponde aproximadamente a 20 por cento de toda a terra cultivável da Nicarágua, sendo 78 por cento desta terra maior que 500 mz. Além destas mais ou menos 1.200 fazendas, foram nacionalizados quase todos os matadouros, a completa indústria tabaqueira, leitarias, moinhos de arroz, descaroçadores de algodão, empresas de processamento do café e outras companhias industriais, possuídas por Somoza ou pelos seus aliados. Minas estrangeiras foram nacionalizadas também. Com estas confiscações aumentou-se a produção do setor estatal de 15 por cento do PIB em 1978 a 36 por cento em 1980 (ibid. 1994, p. 66). O modelo da economia mista da Revolução Sandinista aceitava, por um lado, a existência dum forte setor económico capitalista que podia operar com alta autonomia sob as regras do mercado. Por outro lado também estava previsto criar um forte setor estatal de produção industrial, capaz de gerar lucros que podiam ser investidos para o desenvolvimento económico-social da Nicarágua (Coraggio & Irvin, 1985, pp. 30–31).

A nacionalização dos grandes bancos privados causou enormes problemas, porque estavam completamente pilhados e altamente endividados, os gerentes tinham fugido e os devedores não estavam dispostos a pagar as suas dívidas. O estabelecimento do monopólio estatal para todo o comércio exterior foi uma medida controversa, porque alguns setores privados do comércio já não podiam conseguir os seus lucros neste negócio, embora outros produtores estivessem contentes com a estabilização dos preços da exportação (ibid. 1994, pp. 66–67).

Para pôr em prática o conceito da unidade nacional e para acalmar a classe alta tradicional, os sandinistas aceitaram que muitos funcionários do regime somocista pudessem continuar nas suas posições, enquanto reservaram as posições de liderança para eles mesmos. Ainda assim, não só existia uma desconfiança mútua entre a classe capitalista e os sandinistas pelas suas perspetivas ideológicas opostas, mas as tensões entre eles cresceram

consideravelmente por conflitos de interesses reais. Os sandinistas fundaram a organização de produtores rurais pequenos e mediais UNAG e enfraqueceram assim a predominância dos empresários tradicionais nas organizações das empresas privadas. Em 1981, o governo começou com novas nacionalizações, justificadas pela real ou alegada descapitalização destas unidades produtivas. No contexto de um aumento significativo dos assaltos da *contra*, isto levou a choques verbais bem duros entre a câmara dos empresários COSEP e os sandinistas, até que resultou em várias detenções de representantes daquela organização (ibid. 1994, pp. 68–71).

O projeto económico crucial da revolução foi a reforma agrária com duas componendas centrais: primeiro, um forte setor estatal de produção agroindustrial orientado para a exportação, a fim de gerar divisas para a reconstrução e o desenvolvimento do país. Segundo, um setor de produção comunitária orientado principalmente para o consumo interno. As empresas privadas, grandes ou pequenas, podiam e deveriam continuar as suas atividades. Mas a ênfase da política económica do Estado, particularmente os créditos públicos, foi colocada na promoção dos dois primeiros setores (ibid. 1994, pp. 73–81).

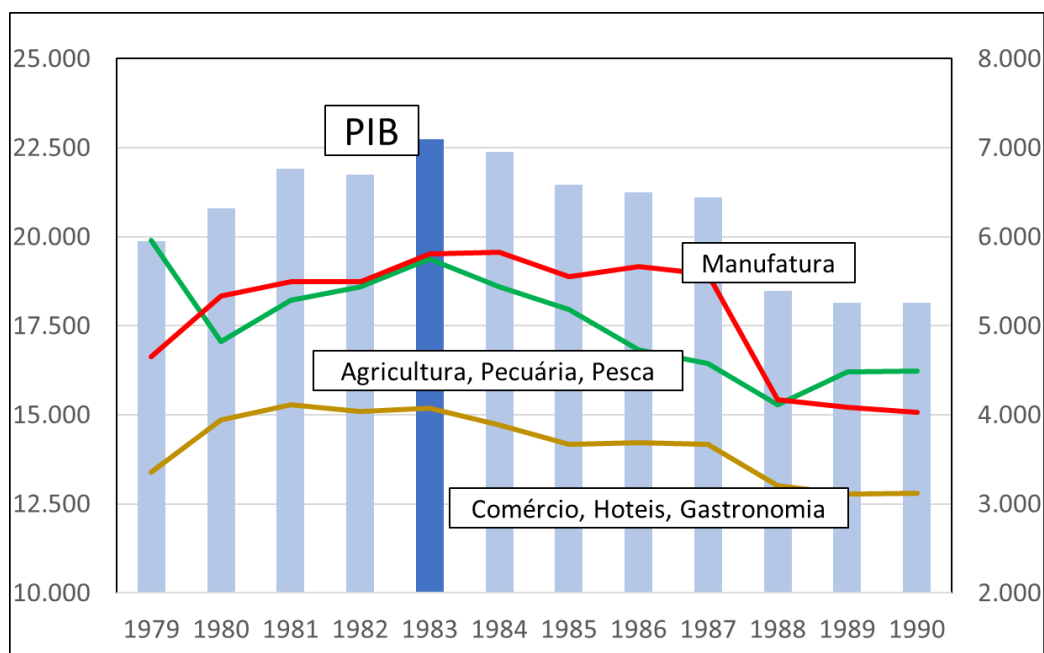
Este modelo funcionou mais ou menos bem nos primeiros cinco anos da revolução. Mas, o mais tardar a partir de 1984, entrou numa crise continuamente mais dramática. A deterioração dos *terms of trade* na *década perdida* piorou consideravelmente a posição dos exportadores de matérias primas no mercado internacional. Mas particularmente as destruições materiais e interrupções da produção por causa da guerra da *contra* foram cada vez mais visíveis a partir de 1984.

O gráfico 2 mostra que a produção nacional de Nicarágua cresceu consideravelmente a partir do triunfo revolucionário em 1979. O PIB em geral, juntamente com as três áreas mais importantes da produção, cresceu até ao ano de 1983, apesar das destruições herdadas pelo Somocismo e das condições pioradas no comércio internacional. Mas a partir de 1984, os efeitos destrutivos da guerra dos EUA e da *contra* afetaram cada vez maior a economia do país e resultaram numa descida geral e prolongada, da produção nacional. Isto golpeou especialmente a área agrária que somente com os produtos do café e do algodão representava mais que cinquenta por cento das exportações e, portanto, a fonte mais importante para receber divisas. Somente depois da derrota militar da *contra* e através de drásticas medidas económicas em 1988 e 1989, foi possível parar este declínio da produção e voltar a uma dinâmica ascendente, particularmente no setor agropecuário em 1989 e 1990.

Gráfico 2:

Produção na Nicarágua (1979 – 1990)

PIB e os três setores mais importantes (milhões de dólares)



Fonte: (BCN, 2009, p. 16)

Mas também houve erros graves na política econômica do governo, como a sobre dimensão de projetos agroindustriais ou a subestimação da importância da produção privada, erros que mostraram o seu impacto negativo na economia e, portanto, também no nível de vida da população. O setor privado encontrou-se sob pressão por dois lados: pelo setor industrial-estatal e pelos camponeses na sua demanda por terra e apoio técnico-financeiro. De 1980 até 1983 o crescimento do PIB foi positivo com uma taxa média de 3,45 por cento, enquanto o PIB foi negativo durante todos os anos seguintes até 1990 com um declínio médio de 3,2 por cento por ano. O PIB per capita cresceu ligeiramente em 0,2 por cento até 1983, mas desceu em cada um dos anos seguintes num valor médio de 5,8 por cento. Enquanto Nicarágua exportava de 1980 até 1983 produtos num valor médio de 447 milhões US\$, caiu este valor constantemente entre 1984 e 1988, tendo um valor médio de 292 US\$ por ano. Obviamente eram necessárias correções consideráveis na política governamental para poder melhorar a situação econômica. Mas, em condições de cada vez menos recursos econômicos, o governo tinha que resolver uma tarefa quase insolúvel: satisfazer tanto as demandas dos camponeses pobres como também melhorar as condições da produção do médio e grande capital (ibid. 1994, pp. 224–225).

Isto provocou um debate intenso e prolongado dentro da FSLN, mas finalmente chegou-se a uma mudança significativa da política económica e de colaboração com a burguesia local. A medida mais importante foi a reforma monetária de 1988 que criou o córdoba novo com uma desvalorização de 1 : 1.000 relativamente à moeda antiga. Seguiu-se, em 1989, uma reestruturação da administração pública com o despedimento de 8.000 funcionários (Equipo Envío, 1988; Ricciardi, 1991, pp. 263–267). Já a partir de 1987, a FSLN tinha feito esforços para baixar a tensão com os empresários privados e para entrar numa comunicação construtiva com eles, através de comissões nacionais de agricultura. Em abril de 1989 reuniram-se mais que 600 empresários com todos os ministros importantes nos assuntos económicos e com a presença de Daniel Ortega para definir, em conjunto, as orientações económicas do governo. As expropriações terminaram e, em certos casos, empresas ou terras foram mesmo devolvidas aos seus anteriores donos, caso tivessem sido confiscadas de maneira ilegal. Enquanto as empresas estatais e os pequenos produtores, individuais ou coletivos, receberam durante todos os anos entre 1983 e 1987 mais ou menos 75 por cento dos créditos agrícolas a longo prazo, o governo reduzia, em 1988, essa taxa drasticamente a 30 por cento e destinou 70 por cento destes créditos aos médios e grandes produtores. Desta maneira foi possível parar a retração das exportações e voltar a aumentá-las nos anos 1989 e 1990 (Spalding, 1994, pp. 106–112, 224–225). A política de cooperar com o governo sandinista nas questões da orientação económica provocou fortes disputas entre os diferentes grupos da classe capitalista e mesmo no seio do seu organismo mais notável, o Conselho Superior da Empresa Privada COSEP. Enquanto uma fração não prescindiu da sua luta política intransigente contra o governo, surgiu outro setor que aceitou o poder sandinista como um facto e queria dedicar-se principalmente à sua atividade económica. Esta postura política foi reforçada pelas negociações de paz na Nicarágua e na América Central que ocorreram na mesma altura. Além disto, não se deve negligenciar que sempre existiram ligações familiares ou amizades de um passado comum no seio escolar, que moderaram as lutas políticas e, em muitas ocasiões, abriram canais de comunicação entre os dirigentes do governo e dos empresários privados (Spalding, 1994, pp. 116–117).

O COSEP não só foi o organismo corporativo principal da empresa privada, mas também foi uma das três vozes mais importantes adversas à Revolução. Para além da cúpula da Igreja Católica, foi especialmente o histórico jornal conservador *La Prensa* que, durante todo esse período, expressou uma crítica fortemente oposta ao regime sandinista.

5 Democracia na guerra

Neste capítulo cinco são investigados os dois elementos que mais se destacaram nos desenvolvimentos políticos na Nicarágua entre 1979 e 1990: o caráter profundamente democrático da Revolução Sandinista e a guerra incessante da administração norte-americana contra esta revolução. Não é possível explicar qualquer situação ou acontecimento na Nicarágua dos anos 1980 sem tomar em conta a agressão política, económica e militar dos Estados Unidos (Coraggio, n.d., p. 257; Serra, 1993). Também é analisada a atuação da FSLN, a força política principal naquele período altamente conflituoso, numa tentativa de explorar como as orientações político-programáticas da Frente Sandinista e as condições geopolíticas e intervenções estrangeiras influenciaram a evolução da sociedade da Nicarágua.

5.1 Guerra e processo da paz

Quando a administração do presidente Ronald Reagan tomou posse em 1981, assumiu uma política externa de pôr fim à Revolução Sandinista e abater o governo da FSLN através duma guerra paramilitar, executada por tropas contrarrevolucionárias nicaraguenses, e derrubar os outros movimentos de libertação da América Central (Bouchey et al., 1980, pp. 17–21; Lowenthal, 1991, p. 132; Scott, 1997, pp. 240, 244, 258).

Para conseguir essa meta, deu, no final de 1981, a aprovação presidencial para apoiar a construção das forças insurgentes contrarrevolucionárias, chamadas *contras*, que lutaram contra o regime sandinista na Nicarágua. Mas as primeiras operações secretas contra o governo revolucionário já tinham começado em 1980, durante os últimos meses da presidência de Carter. Esta política, conhecida como a doutrina Reagan, foi generalizada posteriormente para sustentar *freedom fighters* em todo o mundo onde estavam lutando contra regimes comunistas (P. Anderson, 2015, cap. 6; Dickey, 1985, p. 78; Kagan, 1996, pp. 208–220; LeoGrande, 1998, pp. 5, 285–291; Smith, 1994, p. 297). Em 1981, a embaixadora estado-unidense nas Nações Unidas, Jeane Kirkpatrick, declarou que naqueles dias a América Central fora o lugar mais importante para lutar contra o comunismo mundial (Lafeber, 1984, p. 1). Reagan perseguiu incansavelmente este objetivo durante os seus dois mandatos com todos os meios à sua disposição – inclusivamente ilegais – fazendo assim da Nicarágua um foco central da política internacional dos EUA e do interesse político mundial que, nos anos 1980, custou mais que

30.000 vidas nicaraguenses (P. Anderson, 2015, cap. 6; Burbach, 1986, p. 371; Edelman, 1988, pp. 54–61; LeoGrande, 1998, p. 578; Walker, 1991a, p. 1, 2003, p. 56).

A agressão política, económica e militar dos EUA contra a Nicarágua tornar-se-á um fator contínuo e dominante na evolução política e social da Revolução Sandinista (Goodfellow & Morrell, 1991, pp. 369–370; Ramírez, 1999, p. 15). Os Estados Unidos lutaram tanto diretamente contra Nicarágua, como também indiretamente através da *contra*. Em 1983 e 1984, forças especiais da CIA minaram os principais portos nicaraguenses para impedir o negócio internacional. Vários navios civis de diferentes países do mundo sofreram danos materiais pelas minas, e quinze marinheiros nicaraguenses foram feridos e dois morreram, quando os seus barcos de pesca foram afundados pelas explosões das minas. Aquelas forças também atacaram os três depósitos de petróleo mais importantes do país e incendiaram os tanques de petróleo no Corinto (LeoGrande, 1996, pp. 340–342, 1998, p. 331; Scott, 1997, p. 248). A nível económico, os EUA, o parceiro comercial mais importante da Nicarágua, boicotaram o comércio com a Nicarágua e abusaram da sua posição dominante nas instituições financeiras internacionais para impedir a aprovação de qualquer crédito para este país (LeoGrande, 1996).

Mais importante que essas intervenções diretas eram as incursões militares através da *contra*, financiada, organizada e equipada por Washington, organização essa que tinha mais que 15.000 combatentes. Em 1981 Washington destinou 19 milhões de dólares para atividades paramilitares contra o governo sandinista. Até meados de 1984, a CIA transferiu mais 54 milhões de dólares para a *contra* e, em 1986, outros 100 milhões de dólares foram aprovados pelo Congresso depois de o presidente Reagan ter declarado que a Nicarágua era uma maior ameaça para a segurança nacional dos EUA (Edelman, 1988, pp. 55–60).

Quando se tornou público, em 1984, que a CIA tinha minado os portos da Nicarágua e agredido as instalações petrolíferas daquele país, o Congresso condenou de imediato essas atuações militares e proibiu quaisquer atividades militares ou paramilitares contra a Nicarágua (Scott, 1997, p. 248). Mas isto não foi motivo para que Reagan deixasse de apoiar a *contra*. O presidente dos EUA em pessoa tomou a iniciativa para continuar o apoio político-financeiro-militar aos contrarrevolucionários e tendo em conta este objetivo encontrou-se várias vezes com os dirigentes da *contra*. O coronel Oliver North, apoiado por um comité secreto do *National Security Council*, foi a figura central para manter a vinculação entre Washington e os *contras* e para assegurar a continuação do seu financiamento – agora de maneira secreta e violando a decisão do Congresso. Angariaram doações de companhias privadas e de pessoas do

establishment conservador, mas também de aliados políticos estrangeiros como, por exemplo Arábia Saudita que deu 32 milhões de dólares para esta causa. Em 1987 ficou conhecido que, nesta situação, os EUA secretamente tinham vendido armas ao regime dos aiatolas no Irão para financiar os custos da guerra da *contra*. Estes acontecimentos, conhecidos como o escândalo Irão-contra, foram investigados pelo *Iran-contra Committee*, instalado imediatamente depois da sua publicação pelas duas câmaras do congresso norte-americano, que determinou que a Casa Branca, o NSC e as pessoas envolvidas atuaram ilegalmente, mas que a última responsabilidade para este escândalo teve o presidente Reagan pelo seu secretismo e o seu desdém pela lei (Calero Portocarrero, 2010, pp. 117–222; Garvin, 1992, pp. 160–174; Kornbluh & National Security Archive, 1993; LeoGrande, 1998, pp. 476–504; Scott, 1997, pp. 253, 258).

A 27 de junho de 1986, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) da Haia julgou que os Estados Unidos tinham violado a Lei Internacional através das suas atividades militares e paramilitares contra Nicarágua, e condenou os EUA a abster-se de continuar essas agressões assim como a indemnizar Nicarágua pelos danos sofridos. Washington tinha tentado escapar a este julgamento, declarando, em 1985, a sua saída do sistema da jurisdição do Direito Internacional, mas, mesmo assim, a Corte assumiu este caso e declarou-se competente para investigar e julgá-lo (ICJ, 1986). Os EUA ignoraram este julgamento por completo e nunca pagaram nada pelos desastres materiais e humanas causados à Nicarágua. O governo nicaraguense reclamou antes da CIJ uma reparação e indemnização dum total de 10,218 bilhões de dólares, dos quais somente os danos humanos e materiais correspondem a um montante de 2,8 bilhões de dólares (Government of Nicaragua, 1988, pp. 349–350). Mas, depois de ter sido eleita a nova presidente de Nicarágua, Violeta Barrios de Chamorro, desistiu – como demonstração da amizade com os Estados Unidos – de essa exigência em 1991 e fechou, desta maneira, o processo na CIJ.

Além disso, esta guerra causou novamente milhares de mortes nos dois lados do conflito. Durante o auge desta guerra, em meados da década de 1980, o Estado teve de gastar até a metade de todo o orçamento nacional para a defesa militar do país. Faltavam portanto recursos financeiros para projetos sociais e de reconstrução económica (Booth, 1986, pp. 406–433; Gorman & Walker, 1985, p. 84; Miranda & Ratliff, 1994, p. 235).

As forças principais para a defesa da Nicarágua sandinista eram o *Ejército Popular Sandinista (EPS)* e as *Milicias Populares Sandinistas (MPS)*. O EPS foi fundado imediatamente depois do triunfo da revolução e era composto por jovens que tinham participado na luta armada

contra a ditadura de Somoza e que queriam participar na defesa desta revolução. A partir de 1983 o EPS foi reforçado pela introdução do *Servicio Militar Patriótico (SMP)*. No ritmo da escalada da guerra, o EPS cresceu consideravelmente de uma força de cerca de 5.000 voluntários em 1979 a aproximadamente 15.000 soldados em 1980 e até 70.000 ou mais entre 1985 e 1990. As milícias foram constituídas em fevereiro de 1980 e estavam organizadas a nível dos bairros ou das fábricas como organismo voluntário de homens e mulheres, para a defesa da revolução. Estavam sob o comando de militares do EPS e frequentemente atuaram em coordenação com as estruturas dos CDS, especialmente nos lugares onde havia ou existia o perigo de atividades contrarrevolucionárias. Não está claro quantas pessoas participaram nestas estruturas, mas as estimativas vão desde 100.000 até 300.000 ativos (Barbosa Miranda, 2007, pp. 54–57; Edelman, 1988; Gorman & Walker, 1985, pp. 91–117; Walker, 1991b, pp. 77–100).

Nicarágua recebeu as armas para a sua defesa principalmente da URSS, mas também de outros países do bloco soviético, enquanto Cuba mandou assessores militares. No debate público, os EUA criticaram o fortalecimento militar de Nicarágua, mas na realidade foi uma reação às ameaças crescentes desde o exterior, circunstância confirmada em relatórios classificados dos EUA que constataram que o armamento nicaraguense era principalmente orientado para a defesa (Edelman, 1988, pp. 56–58). Isto também foi confirmado indiretamente, porque Washington fez com que os líderes da URSS soubessem que a entrega de caças MiG-21 à Nicarágua significaria cruzar uma linha vermelha não aceitável, que provocaria uma resposta imediata por parte dos EUA, o que, por outras palavras, manifestava que um armamento abaixo deste nível seria aceitável para eles (Edelman, 1988, p. 59; LeoGrande, 1998, pp. 376–380; Sklar, 1988, pp. 209–212). Nicarágua nunca recebeu essas caças.

A *contra* surgiu inicialmente a partir de três agrupamentos: de anteriores oficiais da Guarda Nacional; de camponeses que temiam ser expropriados ou coletivizados pela revolução; e de grupos que antes tinham participado na luta armada contra Somoza, mas não estavam de acordo com a institucionalização da revolução sob a liderança da FSLN, como as *Milicias Populares Antisandinistas (MILPAS)* que foram os primeiros dissidentes do Sandinismo. Durante um processo de incursões militares na Nicarágua, recrutamentos consideráveis e disputas internas, formou-se a *Fuerza Democrática Nicaragüense (FDN)* que se tornou a principal força da *contra*. Contava – de acordo com as suas próprias informações – com um máximo de 21.000 combatentes e operava principalmente desde os seus acampamentos no território hondurenho. A segunda força mais importante da *contra* era a *Alianza Revolucionaria*

Democrática (ARDE) que se formara em finais de 1982 por iniciativa do dissidente sandinista Edén Pastora, do empresário Alfonso Robelo e de Brooklyn Rivera da minoria étnica dos miskitu e operava desde os seus acampamentos na Costa Rica. Este grupo era muito mais fraco do que a FDN em termos de combatentes e força militar, mas dispunha de uma credibilidade política muito mais alta que a FDN porque era composto por pessoas que tinham lutado contra a ditadura somocista e não tinha ex-membros da Guarda Nacional nas suas filas. Por esta razão, a ARDE nunca quis unir-se à FDN, mas ambos grupos aceitaram o seu financiamento principal por parte dos EUA (Barbosa Miranda, 2007, pp. 58–60; Bendaña, 1991, pp. 226–228; Calero Portocarrero, 2010, pp. 7–10, 75–116; Dickey, 1985; Equipo Envío, 1987b; Garvin, 1992; Kornbluh, 1991, pp. 329–335).

Os miskitu tinham a sua própria organização de resistência militar que oficialmente pertenceu à ARDE, mas Steadman Fagoth Müller, o dirigente principal dos miskitu nunca colaborou bem com os miskitu que viviam no interior da Costa Atlântica. Neste contexto, os comandantes do campo em conjunto com os anciãos do seu povo acordaram, em 1985 um cessar fogo com o EPS e entraram em negociações de paz com o governo sandinista, o que resultou em conversações sobre o Estatuto de Autonomia que, por fim, foi aprovado em 1987 (Reyes & Wilson, 1992).

Durante muitos anos, o governo sandinista tratou a *contra* e os seus combatentes exclusivamente como forças mercenárias ou como marionetas da política intervencionista dos EUA. Embora seja certo que a FDN foi organizada e dirigida diretamente por Washington e que muitos dos seus comandantes de campo eram ex-guardas somocistas, a grande maioria dos seus combatentes era composta por camponeses do interior do país que se integraram voluntariamente na *contra*. Somente no fim dos anos 1980, os sandinistas começaram a reconhecer que tinham cometido graves erros políticos que permitiram que a propaganda contrarrevolucionária pudesse atingir a população camponesa. Pequenos e médios produtores temeram ser expropriados ou coletivizados à força, medidas que nunca tinham sido contempladas pelo governo. Este já dispunha de terra em abundância como consequência das nacionalizações das propriedades somocistas, e por outro lado houve dezenas de camponeses que voluntariamente queriam formar cooperativas nas terras recebidas pela revolução. Mas, o governo investiu grandes quantidades financeiras nos projetos grandes agroindustriais e privilegiou as cooperativas novas a nível dos créditos e da ajuda técnica, o que provocou, não sem razão, um sentimento de abandono e desvantagem entre os camponeses tradicionais que

trabalharam as suas propriedades particulares. Também houve jovens revolucionários que mostraram certa prepotência frente à população camponesa e recorreram a medidas repressivas contra as pessoas. Tudo isto contribuiu para o afastamento da revolução de um setor importante da população rural (Bendaña, 1991; Enríquez, 1997, pp. 31–57; Equipo Envío, 1987c; Ferrero Blanco, 2018; Molero, 1988, pp. 110–114).

Apesar da enorme ajuda financeira e militar, e apesar do alto número de combatentes, a *contra* nunca foi capaz de alcançar um único êxito militar estratégico. Causou uma enorme destruição na infraestrutura do país, nos projetos sociais, na economia e também na vida humana nicaraguense, mas nunca conseguiu ocupar uma cidade ou criar uma zona sob o seu controlo, interromper a comunicação nas estradas principais ou perturbar a vida quotidiana em Manágua. A partir de 1987, a guerra da *contra* estava perdida. Não obstante continuou a receber montantes milionários provenientes dos EUA e permaneceu uma ameaça permanente para Nicarágua. Portanto, os esforços para conseguir a paz através de negociações também foi uma tarefa importante durante todos os anos da revolução. As poucas conversações diretas entre o governo sandinista e Washington fracassaram repetidamente porque os EUA sempre insistiram numa subordinação política e estratégica completa da Nicarágua como condição para prescindir do financiamento da *contra* e para levantar o boicote económico e financeiro (Equipo Envío, 1987c; Goodfellow & Morrell, 1991, pp. 370–371, 382).

Não obstante, a Revolução Sandinista conseguiu defender-se na base, primeiro, duma enorme mobilização popular no país e, segundo, duma ajuda externa por parte de governos amigos e por parte dum amplo movimento mundial de solidariedade. Este movimento não só foi motivado pelo empenho de defender o direito de autodeterminação de Nicarágua, mas nomeadamente também pelo desejo de apoiar o modelo sandinista como novo elemento na política internacional, que sintetizava a meta de uma revolução social com os direitos democráticos e os valores humanos. Neste âmbito a solidariedade com a Nicarágua expressou-se particularmente na sociedade civil dos EUA através de milhares de comités de solidariedade e de dezenas de milhares de pessoas – entre eles muitos cristãos – que viajavam à Nicarágua para apoiar projetos nos sistemas do ensino da saúde, entre outros (Perla, 2009b).

Neste contexto começou o processo Contadora, nomeado a partir da pequena ilha panamenha Contadora, onde se reuniram, em 1983, os ministros dos Negócios Estrangeiros de México, Colômbia, Panamá e Venezuela para conseguir a paz na América Central. A iniciativa destes governos nasceu como manifestação da sua solidariedade com a Revolução Sandinista,

mas também como expressão da crescente autoconfiança da América Latina, que foi reforçada consideravelmente por causa do apoio dos EUA à Grã-Bretanha na guerra das Malvinas em 1982. A proposição principal dos quatro países foi organizar um processo de paz para toda a América Central, perpetrado pelos próprios governos dos cinco países e sem intervenção norte-americana. Em 1985 formou-se o grupo de apoio para esta iniciativa no qual participaram a Argentina, Brasil, Perú e Uruguai. Juntamente com os quatro países que iniciaram este processo representavam noventa por cento da população e do poder económico da América Latina. Em 1986, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos quatro países que iniciaram este processo viajaram a Washington para pedir um alto do financiamento da *contra*, mas a administração Reagan recusou-se de satisfazer esta exigência (Equipo Envío, 1987c; Goodfellow & Morrell, 1991, pp. 171–174; Zamora, 1987).

Estando a iniciativa de Contadora numa situação com poucas perspectivas de um avanço político, o presidente guatemalteco Cerezo convidou, em maio de 1986, os seus quatro homólogos centro-americanos a dar um novo impulso ao processo de paz. Esta nova iniciativa foi denominada Esquipulas I, em referência ao local da sua reunião. Mas os interesses muito afastados dos cinco governos – Nicarágua, agredida pela *contra*, por um lado, os quatro Estados amigos dos EUA pelo outro – fizeram com que não chegassem a nenhum resultado. Somente em agosto de 1987, os presidentes centro-americanos conseguiram assinar o acordo, chamado Esquipulas II, que determinou que os cinco países – Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua – tinham que pôr em prática: uma amnistia para as forças irregulares; empenhar-se para haver um cessar-fogo em todos os países; promover uma democracia plural e participativa com todas as liberdades políticas; chamar todos os governos estrangeiros a prescindir de qualquer ajuda a todas as forças irregulares da região; e impedir o uso do seu território por parte de forças irregulares. Nicarágua foi o país que mais rapidamente iniciou todos os passos necessários para cumprir com estes requerimentos. Em março de 1988, o governo sandinista assinou o acordo cessar-fogo com a *contra*. Em agosto de 1989 e depois de uma negociação pública de 22 horas os sandinistas acordaram com 20 partidos da oposição realizar eleições pluralistas e democráticas a 25 de fevereiro de 1990. Essa votação deveria terminar na derrota eleitoral da Frente Sandinista e inaugurar a presidência da candidata da oposição Violeta Barrios de Chamorro (Equipo Envío, 1987c; Goodfellow & Morrell, 1991, pp. 374–388; H. Ortega Saavedra, 2010; Zamora, 1987). A nova presidente selou o processo de paz que tinha sido desenhado e iniciado pelos sandinistas. Os *contras* desmobilizados receberam terras para reintegrar-se novamente na vida civil e voltar à sua origem como

produtores do campo. A 27 de junho, o comandante “Franklin”, Eduardo Galeano, foi o último *contra* a entregar a sua arma pessoalmente à presidente Dona Violeta (Lacayo Oyanguren, 2005, p. 189). Os sandinistas mostraram como se pode fazer concessões num país que está acostumado a viver em conflitos e como se pode praticar a moderação quando o absolutismo parece ser o normal (Goodfellow & Morrell, 1991, p. 392). Nas palavras um pouco mais acentuadas de Humberto Ortega: “Perdendo as eleições, ganhamos a paz” (Lacayo Oyanguren, 2005, p. 111).

5.2 Eleições no regime sandinista

Eleições são a característica eminente que define a política democrática (Farrell & Scully, 2003, p. 15) e são a forma mais importante de participação institucionalizada na vida pública (Nohlen, 2014, p. 41). Na Nicarágua sandinista existiam múltiplas formas e níveis políticos, sociais e culturais para influenciar os assuntos públicos, mas o propósito central deste trabalho é uma investigação sob uma perspectiva democrática, particularmente na sua forma representativa. Daí as análises das eleições serem cruciais para especificar as características dos regimes políticos durante o primeiro período de governação aqui em consideração.

Neste período de governação sandinista, realizaram-se eleições gerais em 1984 e 1990. O Parlamento, a Assembleia Nacional, e o presidente e o vice-presidente foram eleitos ao mesmo tempo, mas em escrutínios separados. Neste parágrafo são analisados alguns dos aspetos mais essenciais que caracterizaram os desenvolvimentos e as mudanças dos regimes políticos naquele período, nomeadamente: o derrube revolucionário da ditadura somocista e o período revolucionário sandinista (1979 – 1984); eleições pluralistas e democráticas que foram desenhadas e preparadas pelo poder revolucionário (1984); dois anos durante os quais o Parlamento eleito funcionou como Assembleia Constituinte e aprovou a nova constituição (1984 – 1987); o período sandinista democrático representativo e a realização de eleições (1987 – 1990); e a derrota eleitoral dos sandinistas, o reconhecimento desta perda por parte da Frente Sandinista e a entrega pacífica do poder à força opositora triunfante (1990).

Os sistemas eleitorais transformam a vontade popular, expressada nos votos eleitorais, em assentos parlamentares e devem cumprir várias funções como, por exemplo: a representação proporcional nas suas dimensões políticas, partidárias, ideológicas e programáticas do eleitorado; a capacidade de formar governos estáveis; a participação das pessoas nos assuntos políticos através do ato de votação; dar legitimidade às instituições de governação (Nohlen,

2007, pp. 97–98); também são mencionados as funções de *fairness* no que diz respeito a partidos minoritários, da proporcionalidade entre o voto popular e a composição partidária do parlamento e representação apropriada dos diferentes grupos sociais em termos de classe, etnicidade e gênero (Norris, 1997, pp. 305–307).

O cumprimento dessas exigências depende, entre outras: das previsões do sistema eleitoral em geral, e da igualdade do peso do voto de todas as pessoas em especial; da igualdade das circunscrições eleitorais; das oportunidades da participação dos partidos; da inscrição livre sem quaisquer discriminações; da idade do direito de voto; da organização livre do processo de votação; da transparência e o rigor da contagem do voto; da participação eleitoral; e das vantagens ou desvantagens dos partidos pequenos na atribuição dos assentos parlamentários.

5.2.1 Eleições em 1984

Durante os preparativos para as eleições de 1984 os sandinistas viram-se confrontados com vários desafios que tinham de superar para torná-las um êxito político tanto no interior do país, como também internacionalmente. Eles estavam expostos constantemente à crítica de que o governo da JGRN não fora eleito e que, portanto, carecia de qualquer legitimidade democrática. Naquele momento, ainda desfrutava da sua legitimidade revolucionária e, entre os observadores que ali estavam, existia o consenso de que a FSLN ganharia quaisquer eleições, independentemente das suas formas organizativas e condições contextuais (Weeks, 1985, p. 102). Mas o propósito dos sandinistas era transformar o seu apoio popular numa legitimação democrática para governar o país. Para isto era necessário organizar o processo eleitoral de maneira mais transparente e mais democrática possível e convencer amplos setores políticos e sociais da população da importância de participar nele. Além da democratização profunda da revolução e da institucionalização das estruturas democráticas estatais, os sandinistas esperavam também que essas eleições ajudassem a pacificar os conflitos internos e que a realização livre e democrática destas eleições diminuísse a agressividade económica e militar da administração Reagan contra Nicarágua. Para poder alcançar estes objetivos, os sandinistas tomaram várias medidas em diferentes níveis políticos, legais e sociais.

Na fase preparatória das eleições surgiu uma forte controvérsia sobre a lei dos partidos políticos e a lei eleitoral. Uma das questões cruciais do debate foi o papel dos partidos políticos, que a FSLN pretendia inicialmente limitar à participação na administração pública. No entanto, quando todos os outros partidos insistiram em que também queriam lutar diretamente pelo

poder governamental, a FSLN retirou a sua posição original e aprovou a exigência dos partidos da oposição (Lobel, 1991, p. 282). A fim de conseguir a participação o mais plural possível nestas eleições e, por conseguinte, um elevado nível de legitimidade para o resultado, os sandinistas também aceitaram muitas outras críticas e exigências dos partidos opositores. Por exemplo, aceitaram que os candidatos presidenciais derrotados tivessem direito a um assento parlamentar adicional e que os partidos minoritários fossem assim proporcionalmente favorecidos no parlamento; que a data final para a inscrição dos partidos fosse adiado várias vezes; que o espaço de tempo da publicidade eleitoral na rádio e televisão públicas fosse alargado significativamente e que todos os partidos concorrentes mantivessem a sua personalidade jurídica após as eleições, independentemente dos seus resultados eleitorais (LASA, 1984, p. 11; Weeks, 1985, p. 98).

Outro problema era a emigração, particularmente das pessoas que tinham abandonado o país por razões políticas ou porque tinham participado em atividades armadas contra o governo de Nicarágua no seio da *contra*. No empenho para permitir a participação do maior número possível de nicaraguenses no processo eleitoral foi promulgada uma lei de amnistia que dizia:

“Los nacionales que hubieren abandonado el país en cualquier fecha posterior al diecinueve de Julio de mil novecientos setenta y nueve [o dia do triunfo da revolução, M.S.], y que incluso se hubiesen involucrado en actividades ilegales en contra el orden público, aún aquellas de naturaleza armada, tendrán todas las garantías [...] para regresar al país e incorporarse a la vida ciudadana y al proceso electoral, con pleno derecho para elegir y ser electos. [...] Los nacionales que se hubieren involucrado en las actividades de las bandas contrarrevolucionarias organizadas desde el exterior, al deponer sus armas tendrán además del salvoconducto respectivo, la opción para incorporarse a los programas de entregas de tierra de la reforma agraria.” (JGRN, 1983, Art.s 1, 3)

Esta lei não só permitiu a todas as pessoas mencionadas a sua reintegração na vida pacífica de Nicarágua, com todos direitos e garantias, mas além disto oferecia a sua participação em programas da reforma agrária para aproveitar dos benefícios correspondentes e poder voltar à sua vida produtiva com base de terra própria.

A liberdade de imprensa também era um assunto polémico, porque a guerra tinha provocado, em 1982, a declaração do estado de emergência e, como consequência, a introdução da censura da imprensa. Mas, para permitir livres campanhas eleitorais para todos os partidos políticos, a censura foi levantada nos últimos três meses antes das eleições, com a única exceção de assuntos militares. Além disso houve vários debates nos dois canais de televisão estatais com

representantes de todos os partidos que queriam participar nas eleições. De qualquer modo 21 das 39 radioemissoras do país eram propriedade privada e fora do controlo do Estado. Por fim, o tradicional jornal *La Prensa* de orientação conservadora e veementemente antissandinista tinha uma circulação maior do que os outros dois jornais *Barricada* (da FSLN) e *El Nuevo Diario* (independente, pró-sandinista) em conjunto (Weeks, 1985, p. 99).

Em 1984 foi estabelecido o Conselho Supremo Eleitoral como o quarto poder do Estado e, portanto, como instituição independente dos outros três poderes (JGRN, 1984). Inicialmente a Corte Suprema de Justiça nomeou Dr. Mariano Fiallos presidente do CSE, um professor universitário altamente reconhecido e reitor da Universidade Autónoma de Nicaragua de León que apoiava a FSLN, mas não pertencia a este partido. Também nomeou Leonel Argüello, anterior presidente do Conselho Superior da Empresa Privada, e Amada Pineda, uma ativista feminista de origem camponesa, membros do CSE. Depois de uma forte campanha dos partidos opositores para ampliar o CSE, a CSJ nomeou mais duas pessoas como membros do CSE, que pertenciam aos dois partidos da oposição PPSC e PCD (LASA, 1984, pp. 12–13).

Os partidos de direita da Nicarágua estavam muito divididos quanto à decisão de boicotar ou participar nestas eleições. No final, os partidos da *Coordinadora Democrática Nicaragüense* Dr. Ramiro Sacasa e o seu candidato à presidência Arturo Cruz, que recebia naquele momento de Washington mensalmente 6.000 USD, decidiram boicotar o processo eleitoral (Garvin, 1992, p. 229; Tyroler, 1990, p. 1). Existe evidência considerável de que esta aliança na realidade nunca pretendeu participar nestas eleições e que tinha sido instruído o seu boicote pela administração Reagan (LASA, 1984, pp. 18–20, 1990, p. 8; Weeks, 1985, p. 102). Mesmo assim participaram nas eleições, para além da FSLN, os três partidos à sua direita, o PCD, o PLI e o PPSC, juntamente com os partidos à sua esquerda, o PSN, o PCdeN e o MAP-ML. A FSLN obteve 67 % dos votos válidos, seguida pelo PCDN (14 %), o PLI (9,6 %), o PPSC (5,6 %) e cerca de 1 % para cada um dos restantes partidos (Nohlen, 2005, p. 495). Daniel Ortega foi eleito presidente da república com 67 por cento dos votos (ibid. 2005, p. 502).

Há poucas eleições na América Latina que tenham recebido tanta atenção pública internacional como estas eleições de 4 de novembro de 1984. Convidadas pelo governo chegaram à Nicarágua 240 delegações estrangeiras com mais que 2.000 observadores para se darem conta de todo o processo eleitoral, desde a sua preparação até ao seu escrutínio (Weeks, 1985, p. 85). As eleições tiveram os seguintes resultados:

Tabela 1:

Eleições parlamentares de 1984

	Votos	%	Assentos	%
FSLN	729.159	66,78	61	63,54
PCDN	152.883	14,00	14	14,58
PLI	105.497	9,66	9	9,38
PPSC	61.525	5,63	6	6,25
PC de N	16.165	1,48	2	2,08
PSN	15.306	1,40	2	2,08
MAP-ML	11.343	1,04	2	2,08
total	1.091.878	100,00	96	100

Fonte: (Nohlen, 2005, p. 495)

Dos 1.551.597 votantes inscritos participaram 1.170.102 pessoas, o que significa uma participação de 75,4 por cento dos eleitores dos quais 93,3 por cento deram um voto válido. A representatividade dum parlamento pode ser expresso pelo índice Gallagher (1991, p. 40) que mede a proporcionalidade (ou a desproporcionalidade) que existe entre o voto popular para os partidos e a distribuição dos seus mandatos no parlamento. O valor deste índice é zero numa situação de uma proporcionalidade total e cresce na medida em que a composição partidária do parlamento difere das proporções da votação popular. Nas eleições de 1984 Nicarágua alcançou um valor de 2,57 (cálculo do autor), o que significava que a composição do parlamento eleito representava em alta medida a vontade popular. Há poucos países com regimes liberais no mundo que conseguem chegar a este nível de representação democrática como por exemplo Dinamarca (1,13) ou Suécia (0,64). Os valores deste índice geralmente são muito mais altos, como mostram os seguintes exemplos atuais: Alemanha (3,48), Espanha (6,36), Portugal (7,85), Reino Unido (11,80), Itália (12,37), França (12,81), Canada (13,39) ou Índia (16,06) (Gallagher, 2023).

Outro aspeto, que poucas vezes está investigado nas análises das eleições na Nicarágua é a questão de quais os partidos que ganham e quais os que perdem devido à desproporcionalidade da representação parlamentar. É óbvio que uma alta discrepância entre as proporções partidárias na votação e na composição parlamentar significa que há partidos sobre

representados no parlamento à custa de outros que estão subrepresentados. Geralmente os sistemas eleitorais que produzem – independentemente das suas formas proporcionais ou maioritárias – composições parlamentares desproporcionais favorecem os partidos grandes em detrimento dos partidos mais pequenos. Para isto existem múltiplos instrumentos do *electoral engineering* – como, por exemplo, fasquias eleitorais, *gerrymandering*, tamanhos diferentes das circunscrições eleitorais, entre outros – introduzidos nos sistemas eleitorais pretensamente para facilitar a formação de governos estáveis. Ao contrário, os resultados das eleições da Nicarágua mostram que o seu sistema eleitoral favoreceu a representação parlamentar dos partidos minoritários, cuja quota de assentos é maior do que a sua quota eleitoral, em detrimento do partido predominante, a Frente Sandinista. Enquanto a FSLN ganhou 66,78 % dos votos, somente obteve 63,54 % dos assentos parlamentares, os partidos da oposição, porém, ficaram com 33,22 % dos votos, tendo no entanto 36,46 % dos assentos da Assembleia.

Nas eleições participaram 75 por cento da população com direito a voto e Ortega recebeu 62 por cento de todos os votos (os votos inválidos incluídos). Nas eleições presidenciais nos EUA, efetuadas na mesma altura, somente participaram 60 por cento e o candidato republicano Reagan obteve 59 por cento. A comparação direta destes resultados saiu muito desvantajosa para os Estados Unidos e silenciou, portanto, consideravelmente as críticas de Washington às eleições na Nicarágua (Booth, 1985a, p. 282).

A delegação de observação eleitoral da *Latin American Studies Association (LASA)* (1984), resumiu as suas observações da seguinte maneira:

“The Nicaraguan electoral law of 1984 provided a broad array of protections to assure fair access, procedural honesty, and an accurate vote count. The actual voting process was meticulously designed to minimize the potential for abuses. The vote was truly a secret ballot, and was generally perceived as such by voters. We observed no evidence of irregularities in the voting or vote-counting process. [...] No major political tendency in Nicaragua was denied access to the electoral process in 1984 [...] the FSLN did little more to take advantage of its incumbency than incumbent parties everywhere (including the United States) routinely do, and considerably less than ruling parties in other Latin American countries traditionally have done. [...] Despite U.S. interference, the elections of November 4, 1984, were an impressive beginning.” (ibid. 1984, Summary)

Através das eleições de 1984, o Estado de Nicarágua ultrapassa o regime de vanguarda revolucionária para entrar no regime da *democracia eleitoral* (Close, 2016) que vai caracterizar o sistema político de Nicarágua até ao ano de 1999. Isto não significa que se tratava dum regime homogéneo nem de um sistema eleitoral perfeito, mas as funções políticas fundamentais do

país, a presidência e o parlamento, eram escolhidos através de eleições largamente pluralistas, competitivas e democráticas.

Durante os primeiros dois anos, o parlamento recém-eleito tinha uma dupla função: por um lado como órgão legislativo, pelo outro como Assembleia Constituinte (JGRN, 1984). A nova constituição foi elaborada através de um amplo processo de discussão público e institucional e entrou em vigor em janeiro de 1987.

A FSLN poderia ter elaborado e adotado a constituição apenas com a sua maioria parlamentar, ou ter adiado o processo constitucional para uma altura em que a guerra tivesse terminado. Mas optou por não travar nenhum dos passos previstos e iniciou na Assembleia Constituinte a formação de uma comissão para desenhar um projeto de constituição na qual estavam representados todos os partidos parlamentares. Enquanto a Frente obteve 66,8 % nas eleições, somente teve 54,5 % dos deputados nesta Comissão Constitucional. Enquanto os partidos opositores somente obtiveram 33,2 % dos votos, estavam representados por 45,5 % dos membros desta comissão especial. Através desta sobre-representação deveria ser assegurada uma boa integração dos partidos minoritários no processo da elaboração da nova constituição (Reding, 1991b, pp. 28–29). Esta comissão deslocou-se a vários países do então bloco socialista, da Europa Ocidental e da América Latina para estudar os seus sistemas constitucionais. Os documentos produzidos neste processo de trabalho foram disponibilizados ao público. Partidos e organizações que não estavam representados no parlamento, também foram consultados. Neste decurso, os 73 *cabildos abiertos*, realizados para discutir o anteprojeto em todo o país e com os mais diversos grupos sociais, desempenharam um papel sumamente importante na elaboração da constituição. Neles participaram mais de 100.000 cidadãos, houve 2.500 contributos orais e foram apresentados 1.800 comentários escritos pela população. Essas assembleias também foram transmitidas na televisão. Algumas das temáticas mais discutidas foram a veneração dos lutadores caídos na luta de libertação, a forma da democracia e do pluralismo político, o funcionamento da economia mista, o anti-imperialismo e o não-alinhamento, a relação entre a igreja e o Estado, bem como os direitos das mulheres. Diferentes opiniões não só apareceram entre os partidos, mas também mesmo entre os seguidores dos mesmos partidos, particularmente referente ao papel da religião e às exigências feministas. A FSLN mudou muitas das suas posições durante este processo, o que levou um dirigente sindical e deputado sandinista a resumir que os *cabildos* eram uma escola prática para os deputados aprenderem como devem legislar de acordo com os interesses do povo. No

entanto, continuaram a ser controversos o papel particularmente forte do presidente, também em comparação com outros sistemas presidenciais da América Latina, o caráter demasiado político do Exército e a intervenção excessiva do Estado na economia. (Equipo Envío, 1986; Lobel, 1991, pp. 273–276; Reding, 1991a, pp. 28–35). Não obstante, o texto final da constituição foi aprovado por 86 dos 96 deputados (89,6 %), o que significa que 25 dos 35 deputados opositoras tinham dado o seu voto a favor desta constituição (Asamblea Nacional, 1987a; Reding, 1991b, p. 29).

Enquanto Norris (1997, pp. 305–306) salienta a importância de uma representação oportuna dos diferentes grupos sociais, Nohlen (2007, pp. 97–98) destaca que não defende o conceito de representação sociológica, segundo o qual todos os estratos e grupos sociais devem estar representados no parlamento, mas a vontade do povo, expressada nos critérios ideológicos e políticos dos eleitores. Mas, o processo constitucional integrativo e participativo através das comissões pluripartidárias e os *cabildos abiertos* com os mais diversos setores da sociedade deu à nova constituição uma grande confiança – e, portanto, também legitimidade – entre a população. Desta maneira foi cumprida a exigência de Nohlen da representação política, mas também foi satisfeita a intenção de Norris, que a assembleia não só expresse os interesses dos grupos majoritários e dominantes, mas também dos setores minoritários e tradicionalmente desfavorecidos.

A Constituição refere-se no seu preâmbulo às figuras históricas da luta pela independência e a libertação da Nicarágua, menciona, entre outros, os cristãos que participavam nesta luta e identifica como os seus objetivos principais:

“La institucionalización de las conquistas de la Revolución y la construcción de una nueva sociedad que elimine toda clase de explotación y logre la igualdad económica, política y social de los nicaragüenses y el respeto absoluto de los derechos humanos.” (Asamblea Nacional, 1987a)

Além disso, a Constituição define o Estado nicaraguense como república democrática, participativa e representativa que não tem religião oficial. Salienta os três pilares fundamentais da Revolução Sandinista, do pluralismo político, da economia mista e do não-alinhamento internacional. A Constituição contém os princípios liberais clássicos, como a garantia das liberdades individuais, dos direitos políticos e os direitos humanos, mas também consagra os direitos sociais básicos, como o direito ao trabalho, à educação, à saúde, a uma casa digna e à segurança social. Igualmente são garantidos os direitos culturais e administrativos das

comunidades indígenas, incluindo as suas formas de propriedade comum da terra. As pessoas têm o direito de voto a partir dos 16 anos. Não existe a pena de morte. O Estado deve dirigir a economia do país para conseguir progressos no âmbito da economia e da justiça social. O banco central, as finanças públicas, os seguros e o comércio exterior são definidos como responsabilidades do Estado. Existe serviço militar obrigatório. O Estado tem quatro poderes independentes que são o legislativo (Assembleia Nacional), o executivo (presidente), o judicativo (CSJ) e o poder eleitoral (CSE). Nestas estruturas estatais de poder, o presidente tem um papel particularmente forte, porque concentra na sua pessoa as funções do chefe de Estado, do primeiro-ministro e do comandante-chefe das forças armadas e da Polícia. Além disso tem os direitos de iniciar e vetar iniciativas de lei, de decretar impostos e outras medidas administrativas, definir o orçamento do Estado, nomear e destituir ministros, dirigir a política estrangeira, decretar o estado de emergência, dirigir a economia do país e pode propor à assembleia candidatos para a CSJ e o CSE (Álvarez & Vintró, 2009, pp. 169–174; Asamblea Nacional, 1987a; Close & Martí i Puig, 2009, pp. 169–174; Lobel, 1991, pp. 281–287).

Esta Constituição exprime tanto as mudanças sociais fundamentais pretendidas pelos sandinistas como também os princípios da tradição democrática representativa (Álvarez & Vintró, 2009, p. 173). A Nicarágua sandinista tentou combinar mudanças sociais e económicas radicais a favor da maioria pobre da população com o pluralismo político e tratou de combinar mecanismos participativos com mecanismos representativos democráticos (Lobel, 1991, pp. 254–255). A mesma elaboração e discussão da Constituição não só se baseava numa assembleia democraticamente eleita e representativa, mas também mostrou um forte carácter deliberativo na forma de integrar todos os partidos parlamentares ou não-parlamentares neste processo, e um ânimo visível participativo através dos *cabildos abiertos*.

Paralelamente ao processo constitucional, foi também elaborado o Estatuto de Autonomia dos povos minoritários da Costa Atlântica da Nicarágua, no âmbito de negociações diretas entre o governo e os representantes das comunidades locais (Asamblea Nacional, 1987b). Tal Estatuto outorgou às comunidades um regime de autonomia dentro do Estado de Nicarágua, que lhes garantia o exercício efetivo dos seus direitos históricos e que estabelecia que, para além do espanhol, as suas próprias línguas seriam as línguas oficiais da região autónoma.

5.2.2 Eleições em 1990

O segundo processo eleitoral no período sandinista foi realizado em 1990 para eleger o presidente e vice-presidente, a assembleia nacional, 131 concelhos municipais e dois concelhos regionais nas regiões autónomas da Costa Atlântica. Estas eleições estavam fortemente marcadas pelos esforços para pôr fim à guerra civil e instaurar a paz na Nicarágua. O muro de Berlim tinha caído, a Guerra Fria estava a chegar ao fim e a Nicarágua estava no centro do processo de paz na América Central. Após um apelo ao diálogo nacional sobre as eleições a realizar, o presidente Daniel Ortega reuniu todos os partidos políticos do país em agosto de 1989. Perante as câmaras da imprensa e na presença de observadores internacionais, os partidos envolvidos acordaram, numa maratona de 36 horas, que o governo se absteria de proceder a novos recrutamentos para o serviço militar até às eleições de 1990, que todos os partidos teriam o mesmo tempo à disposição para os seus anúncios eleitorais nos meios de comunicação públicos e que seriam levantadas as restrições às liberdades democráticas devido ao estado de guerra. Em contrapartida, todos os partidos se comprometeram a participar nas eleições e apelaram aos *contras* para que depusessem definitivamente as armas (LASA, 1990, p. 11; Moreno, 1995, p. 236; Vanden & Prevost, 1993, pp. 131–132).

As eleições de 25 de fevereiro de 1990 – tal como as de 1984 – foram intensamente acompanhadas por observadores internacionais. Na espera duma vitória eleitoral contundente, a FSLN esforçou-se para organizar todo o processo eleitoral da maneira mais democrática, correta e transparente possível, para obter uma legitimação definitiva para o futuro governo sandinista na Nicarágua. A LASA (1990) relata neste contexto:

“No other sovereign nation has ever invited so many representatives from such a broad array of international organizations, such as the United Nations, the Organization of American States, multiple European parliamentary delegations, representatives of virtually every national elections office in Latin America and many more, to monitor domestic elections. The OAS and the UN monitored not only the actual voting but also the registration process and the full range of campaign activities [...]. By election day the UN had approximately 240 observers in Nicaragua and the OAS approximately 450, completely covering all nine administrative regions. On election day well over 1,000 observers from other countries were present at polling stations.” (ibid. 1990, pp. 31–33)

Mas, contrariamente às expectativas dos sandinistas e da maioria dos observadores, a FSLN perdeu estas eleições com 40,9 % dos votos, enquanto o seu candidato presidencial obteve 40,8 %. A aliança União Nacional Opositora venceu com 53,9 %, enquanto a sua

candidata presidencial Violeta Barrios de Chamorro conseguiu conquistar 54,7 % dos votos (LASA, 1990, p. 36). A UNO reuniu 14 partidos e organizações, desde posições conservadoras de direita a posições liberais e comunistas, com uma única coisa em comum: a sua oposição à FSLN. Os resultados exatos destas eleições foram:

Tabela 2:

Eleições parlamentares de 1990

	Votos	%	Assentos*	%
UNO	764.748	53,90	51	55,43
FSLN	579.673	40,85	39	42,39
PSC/PPSC	22.218	1,57	1	1,09
MUR	13.995	0,99	1	1,09
PRT	10.586	0,75	0	0,00
MAP-ML	7.643	0,54	0	0,00
PSOC	6.308	0,44	0	0,00
PUCA	5.565	0,39	0	0,00
PCDN	4.683	0,33	0	0,00
PLI	3.515	0,25	0	0,00
total	1.418.934	100,00	92	100,00

* Incluído 2 candidatos presidenciais derrotados (PSC/PPSC e MUR)

Fontes: (LASA, 1990, p. 37; Nohlen, 2005, p. 496)

Dos 1.752.088 votantes inscritos participaram 1.512.107 pessoas nas eleições, o que significa uma participação de 86,3 por cento dos eleitores dos quais 93,87 por cento deram um voto válido. A composição do parlamento em relação ao voto popular alcançou nestas eleições um valor de 1,78 do índice Gallagher (cálculo do autor), o que expressou um alto grau de representatividade da assembleia eleita.

Na sua avaliação geral, a delegação de observadores da LASA (1990, pp. 1–2) reconheceu que o Conselho Supremo Eleitoral conduziu as eleições de forma muito competente e justa e caracterizou o processo eleitoral como basicamente democrático. O Carter Center (1990) atesta no seu relatório sobre essas eleições que os procedimentos foram *excelentes*, que o voto foi *secreto* e que a contagem foi *honesta*. As eleições de 1990 são caracterizadas como limpas, livres, pluralistas, competitivas ou – dito numa só palavra – democráticas por parte de

quase todos os autores que se pronunciaram sobre esta temática (Close, 2016, p. 95). No entanto, contrária à interpretação da derrota dos sandinistas como uma vitória da democracia, a LASA (1990) constata:

“This interpretation [...] obscures the context of war in which these elections took place and the role of the U.S. in shaping their outcome. Any assessment of the Nicaraguan elections must weigh their general internal openness and procedural correctness against the distorting impact of external influences. [...] the role of the United States in sustaining the contra war and in crippling the Nicaraguan economy, together with its strong [...] support for the Unión Nacional Opositora [...] made the process less purely a measure of Nicaraguan preferences, and more a reaction to U.S. policies.” (ibid. 1990, pp. 1–2)

O êxito da UNO só pode ser compreendido no contexto de nove anos de guerra civil, destruição e morte, uma economia devastada, e a continuação da ameaça de guerra por parte da *contra*. O povo nicaraguense percebeu na sua maioria que tinha uma escolha clara: votar a favor dos sandinistas e, assim, prolongar a guerra e o estrangulamento económico, ou votar pela candidata patrocinada pelos EUA e, desta maneira, terminar a guerra e a agressão económica (Moreno, 1995, p. 240; Vanden & Prevost, 1993, pp. 130–131). Ademais, a invasão do Panamá pelos EUA e do derrube violento do seu presidente Noriega em dezembro de 1989, poucas semanas antes das eleições na Nicarágua, foi uma mensagem clara para os nicaraguenses, mostrando as medidas a que Washington pode recorrer contra governos que não lhes agrada (Close, 2016, pp. 94–95; LASA, 1990, pp. 40–41). No entanto, se a FSLN não conseguiu conquistar nem um único dos seus antigos parceiros de aliança PLI, PPSC, PCD, nem nenhum dos partidos de esquerda PSN, PCdeN, MAP-ML, MUR ou PRT para uma aliança eleitoral conjunta, deve-se certamente também à sua própria arrogância e ao sectarismo que lhe estava associado.

Mesmo assim, deve ser destacado como uma das maiores – e mais difíceis – atuações políticas da FSLN o facto de ter reconhecido a sua derrota eleitoral na mesma noite das eleições e ter entregue o poder à nova presidente Violeta Barrios de Chamorro e à sua coligação eleitoral UNO a 25 de abril de 1990. Esta transferência pacífica do poder foi o último grande ato da Revolução Sandinista.

Numa avaliação da situação completamente errada, a liderança sandinista – com exceção de Tomás Borge – estava firmemente convencida de que ganharia claramente as eleições de 25 de fevereiro de 1990 (Hernández Ruigómez, 2011, pp. 607, 613). Não reconhecia o cansaço da população após dez anos de guerra e privações e efetuou uma campanha eleitoral

triumfalista centrada no seu candidato presidencial Daniel Ortega que foi apresentado como o *galo de briga* (F. Cardenal, 2009, pp. 421–422; FSLN, 2020). Com ele, o homem forte que sabe fazer bem as coisas, *tudo será melhor*, como dizia o título da campanha da FSLN.

A sua adversária era Violeta Barrios de Chamorro. Sem uma certa pressão política de Washington, a sua candidatura dificilmente poderia ter sido aprovada pela oposição (Hassan Morales, 2016, p. 410). Enquanto representante da classe alta conservadora, era a alternativa mais credível, mesmo para muitos seguidores do Sandinismo. Era a viúva de Pedro Joaquín Chamorro, o líder da oposição conservadora contra Somoza que fora assassinado em 1978, tinha participado na primeira junta revolucionária da Revolução Sandinista, era a dona do jornal opositor *La Prensa*, que era a voz antissandinista mais importante nos anos 1980, mas também tinha filhos em posições destacadas na FSLN, na oposição legal e na *contra*. Através da sua campanha pela reconciliação e reunificação da família nicaraguense conseguia atrair a si a esperança pela paz e a recuperação económica (Spalding, 1994, p. 119). Esta esperança era reforçada, em particular, pela sua proximidade política com a administração norte-americana e a expectativa por um apoio económico considerável por parte dos EUA. Afinal, contrariamente às eleições de 1984, esta vez, as forças da oposição estavam na sua grande maioria a favor da participação nas eleições e apresentaram-se amplamente unidas neste esforço.

Nesta situação, uma grande parte da população esperava que a FSLN abolisse o Serviço Militar Obrigatório e enviasse assim uma forte mensagem de paz. Esta expectativa era também partilhada pela maioria dos sandinistas. Mas tanto uns como os outros esperaram em vão por este sinal de paz. A FSLN apenas selou assim a sua posterior derrota eleitoral. Este foi o último grande erro político dos sandinistas no poder. Mostra até que ponto a sua liderança se tinha afastado da sua própria base e até que ponto ainda era dominada pelo pensamento militar, em vez de confiar nos métodos políticos e de conscientização do povo para alcançar os seus objetivos políticos (Ferrero Blanco, 2015, pp. 22–23; Ramírez, 1999, pp. 277–278).

A Introdução do SMP foi um assunto muito polémico na literatura, bem como na discussão política, e também foi criticado como um grande erro de governo sandinista (F. Cardenal, 2009, p. 434; Ferrero Blanco, 2018, pp. 22–25; Ramírez, 1999, pp. 277–278). Em primeiro lugar, a introdução do SMP é rejeitada por uma questão de princípio; em segundo lugar, são criticados os métodos de recrutamento, por vezes bastante brutais; e, em terceiro lugar, é considerado um grave erro político dos sandinistas não ter abolido o serviço militar obrigatório antes das eleições de 1990. O recrutamento militar foi fortemente criticado não só

pela oposição antissandinista, mas também por Fidel Castro, que pessoalmente tentou dissuadir os sandinistas deste projeto. Temia graves desvantagens políticas para o governo sandinista e aconselhou-o a confiar na mobilização voluntária dos jovens, que na sua grande maioria apoiavam a revolução (Hassan Morales, 2016, pp. 145–148).

Deve-se notar, no entanto, que a introdução do SMP em setembro de 1983 não foi uma medida de emergência mal pensada pelos sandinistas, porque a conscrição já estava consagrada no Programa Histórico da FSLN (1984, pp. 38–39). Também foi acordada no programa de governo da JGRN negociado com a oposição burguesa (1979a, p. 35); está consagrada no artigo 24º do Estatuto Fundamental de 20 de julho de 1979 (JGRN 1979b) e também está incluída na constituição do país (1987a, Art. 96).

Os jovens que mais se identificaram com a revolução, que mostraram maior empenho na construção de uma sociedade nova e livre, foram também os primeiros a oferecer-se para o serviço militar e, em muitos casos, deram também as suas vidas por esses ideais.

Entre 1983 e 1989, um total de 149.590 jovens desde os 16 até aos 25 anos cumpriram o serviço militar de dois anos e outros 175.695 homens e mulheres entre os 25 e os 40 anos foram mobilizados durante dois meses como reservistas. Segundo Humberto Ortega (2017), comandante-chefe do Exército nicaraguense naquela época, o SMP foi vital para a defesa militar do país. Se o governo não tivesse recorrido ao serviço militar, a revolução teria desmoronado e não teria sido possível alcançar a paz, nem a democracia. Por outro lado, morreram nessa guerra cerca de 4.000 soldados do Exército sandinista e ao mesmo tempo cerca de 13.000 combatentes da *contra*. Há reflexões retrospectivas em ambos os campos que consideram este preço demasiado elevado e cuja mensagem comum é: isto nunca mais deve acontecer (Duarte Curbelo, 2013, p. 284; Ferrero Blanco, 2018; López Salinas, 2011, p. 9).

As críticas aos métodos grosseiros do recrutamento para o SMP são certamente justificadas. Jovens, mesmo crianças de apenas 14 anos, foram interceptados em bloqueios de estradas, capturados em festas populares ou discotecas, custando aos sandinistas muita simpatia e levando politicamente centenas de famílias inteiras, especialmente nas áreas rurais do norte, para os braços da *contra* (Ferrero Blanco, 2018). Estes ataques contra os jovens, por vezes violentos e mesmo ilegais, eram também considerados particularmente maus pela população, porque uma grande parte dos filhos dos dirigentes sandinistas não era recrutada para o SMP ou,

pelo menos, não era enviada para a frente de combate, enquanto o cidadão comum não tinha qualquer hipótese de proteger os seus próprios filhos desta situação.

A terceira forma de crítica é retomada por Vidaluz Meneses (2016) no seu relato do comício final da campanha eleitoral da FSLN de 1990, nos seguintes termos:

“Un silencio que se cortaba con tijera se hizo cuando [...] las madres y miles de familias esperaban el anuncio anhelado como la primordial y única oferta de campaña capaz de ratificar el voto cautivo: el fin del Servicio Militar Patriótico. Pero éste no se dio. Llegó la última palabra del discurso y la sentencia liberadora de tan terrible flagelo no se escuchó. Siempre hubo aplausos y gritos de la multitud, pero el sordo rumor de los corazones asimilando la dolorosa realidad no se oyó.” (ibid. 2016, pp. 259–260)

Não há praticamente nenhum artigo sobre a derrota eleitoral dos sandinistas em 1990 – nem mesmo nenhum texto de avaliação política da Revolução Sandinista – que não aborde esta questão. A grande maioria dos autores avalia o facto de a abolição do SMP não ter sido anunciada como um grave erro político, talvez inclusivamente tenha sido decisivo para os sandinistas terem perdido as eleições (F. Cardenal, 2009, p. 434; Ferrero Blanco, 2018, pp. 22–23; Hernández Ruigómez, 2011, pp. 604–617, 637; López Salinas, 2011, p. 277; Ramírez, 1999, pp. 277–278). Mas alguns autores consideram a continuação do SMP como militar e politicamente necessária nas condições da época, e não a vêem como uma razão decisiva para a derrota eleitoral da FSLN em 1990 (Oquist, 1992; H. Ortega Saavedra, 2017; Vanden & Prevost, 1993, pp. 145–146).

Os sandinistas teriam tido a opção e a capacidade de não reconhecer o resultado eleitoral. Com cerca de 50.000 membros, eram de longe o maior e mais bem organizado partido do país (Close & Martí i Puig, 2009, p. 38). Formavam o maior grupo parlamentar, enquanto os representantes dos partidos unidos na UNO estavam em conflito entre si desde o início (Martí i Puig, 1997, pp. 149–152; Spalding, 1994, pp. 118–119). A FSLN tinha o controlo absoluto sobre a Polícia, o Exército e todas as instituições governamentais e administrativas do país. E particularmente podia alegar – com razão – que não se tratavam de eleições livres e justas, porque estavam sob a ameaça de que a *contra*, que ainda estava plenamente armada, retomasse a sua luta ou que os EUA intervissem diretamente na Nicarágua.

Mas os sandinistas aceitaram a sua derrota na mesma noite das eleições. Numa conferência de imprensa na manhã seguinte, o candidato presidencial derrotado, Daniel Ortega, declarou no discurso mais memorável da sua vida que foi a FSLN que trouxe a democracia e

eleições livres à Nicarágua através da Revolução Sandinista, e salientou que os sandinistas nasceram pobres e voltarão às ruas pobres. Todos os presentes choraram no final deste discurso, até mesmo os operadores de câmara das estações de televisão norte-americanas (Ramírez, 1999, p. 55).

A 27 de março, os sandinistas assinaram, juntamente com os vencedores das eleições da UNO, o protocolo de transferência de poder, no qual os resultados eleitorais, a Constituição e as leis em vigor, bem como a subordinação do Exército e da Polícia às instituições governamentais civis eram mutuamente reconhecidos (Lacayo Oyanguren, 2005, pp. 131–132; Martí i Puig, 1997, pp. 145–146). No entanto, apenas alguns dias mais tarde – mas antes da transferência formal do poder governamental – a maioria parlamentar sandinista ainda existente aprovou várias leis que transferiam um grande número de terras, empresas, bens imobiliários e ações detidas pelo Estado para altos funcionários sandinistas ou confidentes privados da FSLN (E. Cardenal, 2004, pp. 594–595; F. Cardenal, 2009, pp. 422–424; Guevara López, 2014, p. 326; Ramírez, 1999, pp. 55–56).

Este processo entrou na história como a *piñata*, o que originalmente é um jogo infantil na luta por rebuçados. Desde então, até deixou vestígios linguísticos na língua espanhola, entrando no *Diccionario de la lengua española* da *Real Academia Española* como um neologismo que significa *Apropiación de bienes públicos o privados* (RAE, s.d.).

No debate político e também na academia, a *piñata* é frequentemente referida como o primeiro grande pecado dos sandinistas (Baltodano, 2023; Close & Martí i Puig, 2009, pp. 144–145, 434–435; Ramírez, 1999, pp. 16, 57; Tirado López, 2009). No entanto, esta avaliação contém, intencionalmente ou não, uma certa idealização das condições políticas da década de 1980. Porém, com frequência é esquecido o facto de que, mesmo antes disso, houve acontecimentos significativos que não correspondiam aos objetivos programáticos da FSLN e para os quais não havia qualquer justificação política aceitável. Estas ocorrências incluíam formas brutais de recrutamento forçado para o serviço militar, expropriações injustificadas, tribunais especiais para antigos membros da Guarda Nacional ou da *contra*, a apropriação de grandes moradias pelos comandantes da FSLN, medidas militares repressivas contra minorias étnicas, entre outros. Estes incidentes não foram certamente as principais características dessa época, mas não devem ser negligenciados e tiveram lugar muitos anos antes da *piñata* (F. Cardenal, 2009, pp. 431–433). De facto, a Revolução Sandinista teve o seu primeiro prisioneiro político a 21 de julho de 1979, somente dois dias após o seu triunfo. O advogado Melvin

Wallace (2013), uma pessoa de esquerda não dogmática, que publicava o jornal El Pueblo, foi detido pelos sandinistas e mantido prisioneiro durante várias semanas com paradeiro desconhecido. Seis meses mais tarde, o jornal foi proibido, a tipografia onde imprimiram esta publicação foi confiscada e o Wallace, junto a vários outros participantes neste projeto foram detidos e condenados a dois anos de trabalho público. A única razão para estas medidas repressivas foi o facto de que o livre pensamento de Wallace – alguns chamavam-lhe maoísta, outros trotskista, mas sem dúvida que era um antiestalinista e assim se manteve até à atualidade – ter despertado a suspeita dos comandantes sandinistas (OEA, CIDH, 1981, cap. VI).

Embora a *piñata* não seja o início das deteriorações políticas da FSLN, que tinham já começado muito antes, pode, no entanto, ser vista como um acontecimento marcante que abriu caminho a outras degradações – posteriores – que finalmente vieram a lume com toda a sua violência e crueldade em abril de 2018.

5.3 Resumo: A Revolução Sandinista

Os capítulos três, quatro e cinco analisaram a evolução da sociedade durante os quase onze anos de governo sandinista na Nicarágua, desde 1979 até 1990.

O capítulo três examinou as principais estruturas do Estado durante este período e o papel da FSLN neste contexto. O capítulo quatro analisou as principais dinâmicas da sociedade civil, que era a base crucial do poder da FSLN. E o quinto capítulo dedicou-se à investigação da tensão que existe entre a guerra e a democracia, um conflito que marcou significativamente a evolução política ao longo de todo o período da Revolução Sandinista.

5.3.1 Do triunfo revolucionário à derrota eleitoral

Durante a década de 1980, a Revolução Sandinista tornou-se um tema central da discussão política internacional e também da análise académica. Esta revolução encontrou apoiantes entusiastas em todo o mundo, mas também foi o objeto de uma oposição violenta por parte da administração dos EUA. À esquerda, foi aplaudida como um novo modelo de libertação, conciliando o cristianismo e o marxismo, aceitando as formas de produção capitalista e comunitária lado a lado e unindo os ideais do socialismo e da democracia. À direita, pelo contrário, foi condenada como uma cópia dos modelos políticos da União Soviética e de Cuba e combatido por todos os meios.

A FSLN foi fundada nos anos 60, sob a influência da revolução cubana, para derrubar a ditadura de Somoza. Muitos dos seus quadros provinham politicamente do partido comunista, o PSN, do qual se separaram porque estavam a favor da luta armada e da construção de uma nova ordem social. Também houve muitos jovens, oriundos de famílias prósperas, que aderiram à FSLN motivados pela teologia de libertação com a qual entraram em contato em escolas católicas privadas. Foi só no final da década de 1970, e especialmente durante a sublevação revolucionária de 1979, que perspectivas democráticas foram integradas no programa revolucionário da FSLN.

Os sandinistas chegaram ao poder a 19 de julho de 1979, através de uma verdadeira sublevação popular, porque conseguiram combinar as suas ações de guerrilha com uma política de amplas alianças e de hábeis táticas de negociação. Em contraste, a ditadura tinha-se recusado até ao último momento aceitar uma abertura política que envolvesse a FSLN como parte de um novo governo de transição democrática. Sob a pressão do movimento de massas e da luta armada de libertação da Frente, esta intransigência de Somoza levou a que as estruturas centrais do Estado e a sua principal base de poder, a Guarda Nacional, acabassem por se desintegrar por dentro do país e a elite do poder político e militar fugisse da Nicarágua. De repente, todo o poder político e militar da Nicarágua caiu nas mãos dos sandinistas, o que nunca tinham esperado e para o qual não estavam preparados de modo algum. Formou-se a Junta Revolucionária JGRN, dirigida politicamente de forma indiscutível pela FSLN.

Nessa altura, a FSLN não tinha mais de 500 membros formais e, nos anos seguintes, o seu número de membros aumentou apenas lentamente. Durante todo o período do seu governo, a organização funcionou de maneira estritamente hierárquica, liderada pelos nove *Comandantes de la Revolución* que formavam a *Dirección Nacional*. Não houve um único congresso do partido durante todo este período, nem qualquer eleição do órgão supremo de direção. Mas a FSLN e a sua liderança tinham uma alta reputação entre a população que se estendia muito para além dos seus seguidores políticos diretos. Foi a liderança política absolutamente dominante na Nicarágua durante este período.

Os quase onze anos da Revolução Sandinista foram marcados por um nível extremamente elevado de mobilizações, campanhas, atividades voluntárias e auto-organizações. Surgiram organizações sindicais de massas e outros organismos de interesse, que lutavam pelos seus objetivos específicos, mas que constituíam também uma base de apoio ativo

à revolução. Estes organismos constituíam um forte elemento de participação social e política, mas as suas estruturas internas democráticas da FSLN não estavam muito bem desenvolvidas.

Sob o regime sandinista, muitas liberdades foram restauradas, a educação, a saúde e os serviços sociais foram massivamente expandidos, as condições de trabalho foram melhoradas, os salários aumentados, e houve muitas melhorias nas condições de vida das pessoas. No entanto, o projeto central da revolução social foi uma reforma agrária que consistiu em três elementos essenciais: as enormes propriedades do clã dos Somoza foram expropriadas e, com base nelas, foi criado um grande setor estatal de produção agrícola industrial; foram fundadas milhares de cooperativas agrícolas com base na propriedade comunal ou individual da terra; e, por último, os pequenos agricultores individuais receberam também as suas próprias terras para trabalharem por conta própria.

Os antigos integrantes da ditadura somocista e os anteriores altos oficiais da Guarda Nacional opuseram-se desde o princípio da revolução a estas mudanças revolucionárias e também ao próprio governo sandinista. A partir de 1981, as suas atividades antigovernamentais foram reforçadas consideravelmente por parte dos EUA, quando a nova administração Reagan iniciou uma guerra cada vez menos secreta contra a Nicarágua sandinista, através de ataques militares diretos, mas sobretudo por meio da ajuda à *contra*. Esta força contrarrevolucionária foi financiada, organizada e equipada pelos EUA e recrutada principalmente entre camponeses desiludidos com o governo sandinista. A agressão militar foi acompanhada por um boicote económico e financeiro maciço por parte de Washington, que causou ainda mais danos à Nicarágua. Estas atividades militares e económicas dos Estados Unidos contra a Nicarágua foram condenadas em 1986 pela Corte Internacional de Justiça como violações do Direito Internacional.

A defesa contra esta agressão consumiu consideráveis recursos materiais, que faltaram aos projetos de reforma social, e exigiu a mobilização de toda uma geração de jovens. Esta guerra não só destruiu uma grande parte das infraestruturas materiais do país, mas também destruiu em grande medida a perspetiva de que as reformas sociais dos governos sandinistas realmente podiam resultar numa vida melhor da população. Os avanços iniciais dos grandes projetos da democracia igualitária – como, por exemplo, a reforma agrária, a alfabetização, o ensino geral ou o sistema de saúde pública gratuita – foram vastamente destruídos pela intervenção económica e militar dos Estados Unidos. Além disso, após a luta de libertação

contra Somoza, esta guerra voltou a custar milhares de vidas humanas a ambas partes do conflito.

Embora o governo dos EUA tenha acusado os sandinistas de serem antidemocráticos e de construírem um sistema totalitário, foi precisamente esta guerra que impediu a consolidação e o aprofundamento das estruturas democráticas na Nicarágua. Os sandinistas tentaram democratizar o país de muitas formas e mostrá-lo à opinião pública internacional. Mas todas as medidas políticas tinham de ser contempladas em relação às exigências da guerra. Seria mais importante comprar armas para a defesa ou promover o desenvolvimento de cooperativas no campo? Seria prioritário reforçar a defesa nacional através da introdução do serviço militar obrigatório ou prescindir desta medida para salvar a popularidade do governo? Deveriam realizar-se eleições em que a FSLN demonstrasse o seu carácter democrático, mas pondo em risco o seu poder no governo, ou deveriam as eleições ser adiadas até ao fim da guerra, o que prejudicaria a imagem nacional e internacional da FSLN?

Os primeiros seis anos de poder do governo sandinista basearam-se na legitimidade revolucionária que a FSLN tinha conquistado entre a população através da sua longa e abnegada luta de libertação. A JGRN era constituída por uma maioria de sandinistas e era o poder executivo. O Conselho de Estado, estava composto por vários partidos e grupos sociais maioritariamente de orientação sandinista e, juntamente com a JGRN, representava o poder legislativo. A Corte Suprema de Justiça encarnava o poder judicial. E no âmbito dos preparativos para as eleições de 1984, foi introduzido o Conselho Supremo Eleitoral como o quarto poder do Estado.

Nas eleições de 1984, o presidente foi eleito por sufrágio direto e a Assembleia Nacional por representação proporcional. Realizaram-se numa altura em que a contrarrevolução armada estava a cometer muitas incursões militares. Para além disso, alguns partidos da oposição boicotaram estas eleições com o objetivo de minar a sua legitimidade democrática. No entanto, a FSLN e o seu candidato Daniel Ortega conseguiram uma grande vitória eleitoral com 67 % dos votos. Durante os primeiros dois anos, o parlamento não só funcionou como o poder legislativo, mas também como Assembleia Constituinte. Sob a sua liderança e com grande participação popular, incluindo os partidos políticos opositores, foi elaborada uma nova Constituição e adotada em 1987 por uma maioria de 90,6 % dos deputados que também incluiu a maioria dos deputados da oposição. Paralelamente, e em cooperação com os representantes das várias minorias étnicas da Costa Atlântica, foi adotado um Estatuto de Autonomia ,

concedendo-lhes amplos direitos de autonomia política e económica. As eleições de 1984 significaram uma mudança de regime que transformou a Nicarágua numa democracia presidencial cuja legitimidade se baseava em eleições democráticas.

As eleições de 1990 foram também marcadas por grandes conflitos políticos. Apesar de vários acordos, a oposição ainda não tinha deposto as armas. Nicarágua estava economicamente devastada por anos de guerra. Enquanto a população ansiava pela paz, a FSLN, convencida da sua vitória, fez uma campanha eleitoral triunfalista, centrada em Ortega como o “galo de briga”. Nesta situação, 14 partidos da oposição das mais diversas orientações ideológicas uniram-se na aliança União Nacional Opositora para participar nas eleições com a sua candidata presidencial Violeta Barrios de Chamorro. Para que a legitimidade destas eleições não voltasse a ser posta em causa em circunstância alguma, os sandinistas insistiram em que nenhum dos partidos da oposição retirasse a sua candidatura e exigiram que estes partidos se expressassem publicamente a que a *contra* depusesse as armas e que os seus membros se reintegrassem na vida civil.

“Perhaps the single most remarkable aspect of the institutionalization process [of the Sandinista Revolution] – the 1984 election, the constitutional process, and the 1990 election – was that each phase occurred while Nicaragua was under a large-scale direct and indirect attack from the United States.” (Selbin, 1993, p. 115)

Nestas condições e contrariamente a muitas expectativas, porém, a FSLN perdeu as eleições de 1990 por uma margem clara, obtendo somente 41 % dos votos, enquanto a UNO ganhou 54 %. A fim de estabilizar as condições políticas nesta situação inesperada e crítica, os dois principais adversários acordaram um protocolo de transição em que a FSLN reconhecia a sua derrota eleitoral, aprovava a subordinação do Exército ao governo civil recém-eleito e prometia a transferência pacífica do poder governamental, enquanto a oposição vitoriosa garantia o reconhecimento da Constituição e aceitava que o sandinista Humberto Ortega continuasse a ser o comandante-chefe do Exército.

Mas antes da transferência do poder, os deputados da FSLN, que naquele momento ainda tinham a maioria no parlamento, aprovaram uma série de leis que transferiam, em grande escala, terras, empresas, bens imobiliários e outras propriedades do Estado a membros de alto nível e figuras de confiança da FSLN. Este processo ficou registado na história da Nicarágua como a *piñata*.

Assim, a transferência pacífica do poder requeria aparentemente um pacto político negociado – fora das instituições estatais – que exigia de ambas as partes a disposição de fazer concessões importantes, para chegar a um compromisso comum. Ao mesmo tempo, a *piñata* representou uma rutura profunda com os nobres ideais originais do Sandinismo e um passo qualitativo em direção ao enriquecimento privado e à corrupção da liderança da FSLN.

Nos capítulos três, quatro e cinco foram investigados uma vasta gama de aspetos democráticos na sociedade nicaraguense da década de 1980. As estruturas do Estado, as organizações e mobilizações populares, as forças opositoras civis e armadas, as forças de defesa do país, as eleições, movimentos de mulheres e de minorias étnicas, as forças políticas em geral e a Frente Sandinista em especial, a situação dos direitos humanos, o entusiasmo revolucionário, mas também a desilusão e a resistência popular, e vários aspetos mais. Foram encontrados fortes elementos democráticos participativos e eleitorais, assim como estruturas estatais e partidárias verticais e autoritárias; foram realçados elementos importantes do Estado de direito, mas também atuações das autoridades estatais arbitrárias e repressivas; foram analisadas estruturas corporativas, bem como eleitorais; e foi mostrada a via revolucionária para chegar ao poder e a entrega pacífica do poder através de eleições democráticas. Recorrendo ao conceito de *deepening democracy* de Kenneth Roberts (1998), todos estes elementos são múltiplas facetas da democracia que contribuem para a constituição de uma sociedade *mais ou menos* democrática.

5.3.2 Interpretação da experiência sandinista

Mesmo aplicando aqui a caracterização suave da democracia de Roberts, parece necessário e também possível identificar uma caracterização mais concisa dum balanço geral relativamente à democracia na Nicarágua sob os dois governos sandinistas nos anos 1980. Isto é preciso tanto para poder caracterizar a qualidade democrática desta sociedade, como também para poder compará-la com outros casos em geral e, em especial, com o segundo período de governação de Ortega a partir de 2007. Neste trabalho mostrou-se que, naquele período, os avanços democráticos prevaleceram em muitas situações e em grande medida. Por tanto, esta investigação aprova a valoração de uma grande parte da literatura científica e política sobre a Nicarágua de que a Revolução Sandinista foi um processo predominante democrático (L. Anderson, 2010; L. Anderson & Dodd, 2005; Booth, 1985a; Close, 2016; Close & Martí i Puig,

2009; Gilbert, 1988; Kinzer, 2007; Núñez Soto & Burbach, 1987; Ramírez, 1999; Vanden & Prevost, 1993; Walker, 1985, 1991a).

Nas condições da herança das destruições da ditadura somocista, da situação global económica da *década perdida*, da agressão económica e militar dos EUA e também de erros políticos dos Sandinistas no desenho da sua política económica, o progresso relativamente à democracia igualitária foi bem limitado no fim dos quase onze anos da revolução. Mesmo assim foram aqui mencionadas muitas iniciativas do governo e da Frente Sandinista, para melhorar as condições de vida da maioria da população pobre da Nicarágua e para melhorar, desta maneira, também a base material para a sua participação nos processos democráticos.

Não obstante, a democracia eleitoral deu um salto para a frente apesar de todos os obstáculos que teve que enfrentar a Revolução Sandinista. Os processos eleitorais de 1984 e de 1990 obtiveram um reconhecimento nacional e internacional e não tiveram de reear comparações com as eleições noutros países latino-americanos e no mundo. A prova mais contundente do carácter democrático das eleições de 1990 é seguramente, o facto de que permitiu à oposição ganhar uma maioria dos votos e, por conseguinte, que a Frente Sandinista tivesse entregado pacificamente o poder à nova presidente eleita Violeta Barrios de Chamorro.

Mas, neste trabalho também estão realçadas muitas situações com características autoritárias em quase todas as esferas da sociedade, que nesse momento frequentemente não foram investigadas e analisadas de maneira devidamente crítica. Seguramente existem muitos elementos da política, particularmente no seio das estruturas estatais e da FSLN, que naquela altura não eram de conhecimento público, mas não se pode negar que em muitos casos foi a simpatia com a revolução e a rejeição da intervenção estado-unidense que levou muitos autores – o autor desta tese expressamente incluído – a minimizar o problema do autoritarismo da Revolução Sandinista.

A construção duma sociedade democrática na Nicarágua, particularmente nas condições de guerra, foi uma conquista política destacada e sumamente importante. Mas desafortunadamente a Revolução Sandinista não conseguiu superar o núcleo duro não-democrático e autoritário, que estava concentrado principalmente nas mãos dos nove *Comandantes de la Revolución* da *Dirección Nacional* da FSLN. O autoritarismo do Sandinismo, que aparentemente não foi um assunto de muita importância durante a revolução, estender-se-ia mais tarde paulatinamente a todas as esferas da sociedade e terminaria, a partir

de 2018, na fase mais repressiva da ditadura orteguista. Os capítulos seguintes mostrarão como esta mudança fundamental poderia ter sido efetuada.

A sociedade da Nicarágua no período da Revolução Sandinista, quer na sua primeira fase do governo provisório, quer na segunda fase parlamentar-representativa pode ser caracterizada como poder carismático (Weber, n.d., 1999). A legitimação carismática do poder baseava-se na dedicação afetiva à “pessoa do senhor” e aos seus “dons da graça”, ao seu carisma e em especial às suas “capacidades mágicas, revelações ou heroísmo, poder do espírito e do discurso” (Weber, n.d., p. 9). Obviamente existe a situação específica de que a Revolução Sandinista não teve um único líder carismático, mas o “senhor” venerado era a *Dirección Nacional* dos nove *Comandantes de la Revolución*. Ainda assim é preciso destacar, que esta revolução teve um caráter altamente democrático e, portanto, também possuiu elementos importantes da legitimidade legal (Weber, n.d., pp. 2–4). Mas em última instância, o poder decisivo não estava baseado na Constituição, nas leis ou nas regras escritas – às quais todas as instituições e grupos sociais, o governo incluído, tinham que obedecer – mas nas mãos dos nove *Comandantes de la Revolución*. Nem sequer o apoio popular entusiasta para o governo sandinista durante muitos anos pode pôr em causa que no fundo se tratou dum regime carismático.

Neste contexto, as instituições informais têm uma grande importância no período aqui considerado. No interior da Frente Sandinista existia a lei não escrita, mas acatada por todas as partes, de não pôr em causa a unidade das três tendências e a repartição proporcional de todas as altas posições estatais ou partidárias. Na *Dirección Nacional* estavam representadas as três tendências cada uma com três pessoas. As três posições mais poderosas do governo foram repartidas entre Humberto Ortega (Tercerista) como chefe do Exército, Tomás Borge (GPP) como ministro da Administração Interna e Jaime Wheelock (Proletario) como ministro de Reforma Agrária. Os ex-combatentes da guerrilha sandinista desfrutaram de uma veneração quase religiosa e receberam privilégios e postos na administração pública. Debates internos quase nunca foram comunicados para fora do partido. As considerações e disputas internas da *Dirección Nacional* durante todo este período ainda são vastamente desconhecidas. Dionisio Marengo (2008), um quadro histórico da luta sandinista, resumiu estes mecanismos desta maneira:

“Durante todos estos años se fue dando [...] una concentración de poder alrededor de Daniel Ortega. En el Frente valía y vale mucho la antigüedad. Tenía un peso muy grande si eras

antiguo, si eras clandestino, si habías combatido ... Eso sumaba muchísimo. No contaba si eras ingeniero, si eras doctor o si habías ido a La Sorbona, eso no contaba para nada. Te miraban bien si habías tenido trayectoria. Daniel tenía una trayectoria larga, había estado preso siete años [...]. Tal vez era la persona con menos carisma, con menos conocimientos, más aburrido para hablar. Pero hay que reconocerle su tenacidad.” (ibid. 2008)

Essas dinâmicas, características para regimes carismáticos, não se limitavam apenas à Nicarágua, mas manifestaram-se a nível internacional também. O ex-membro da primeira junta revolucionária Moisés Hassan (2016) chamou a atenção para muitas situações nas quais personagens de prestígio mundial

“poniendo a un lado sus brillantes intelectos y capacidad crítica, se dejaron arrastrar por sus pasiones y se convirtieron, tristemente, en acalorados apologistas de la dirigencia del Frente Sandinista y su gobierno. [Entre ellos:] Gabriel García Márquez, Mario Benedetti, Eduardo Galeano, Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Graham Greene, Günther Grass ...” (ibid. 2016, pp. 307–308)

Ortega precisava do prestígio da *Dirección Nacional* para desenvolver-se como figura principal da FSLN porque como indivíduo não dispôs de qualidades visíveis e reconhecidas pela população, nem tinha participado de forma significativa na luta armada. Quando a Frente chegou ao poder, quase todos os seus dirigentes eram pessoas desconhecidas, talvez com a exceção de Tomás Borge. Daí, o reconhecimento e o prestígio que a FSLN tinha ganho através da sua luta incansável contra a ditadura de Somoza orientou-se para a *Dirección Nacional*, e esta fez tudo para preservar este reconhecimento como direção unida e monolítica. Tomás Borge, membro histórico da direção sandinista, disse que, naquele momento, eles acreditavam ser *semideuses* e *vacas sagradas* (López Campos, 2007). Não havia nenhuma manifestação que não terminasse com a palavra de ordem, gritada por milhares de vozes *¡Dirección Nacional: ordene!*

Em aberto está a questão se o modelo sandinista na Nicarágua poderia ter sobrevivido se a administração dos Estados Unidos não tivesse atacado a revolução tão maciçamente. Também é uma incógnita se os sandinistas teriam conseguido manter o apoio maioritário da população se tivessem construído uma sociedade menos vertical e mais democrática (Vilas, 2004, pp. 57–58). Mas há poucas dúvidas de que a guerra dos Estados Unidos contra a Nicarágua e o sofrimento das pessoas causado por essa agressão, foi a principal razão da derrota eleitoral da FSLN em 1990, que ao mesmo momento marcou o fim da revolução. No entanto, nos últimos três capítulos, foi mostrado que a falta de democracia em muitos níveis da sociedade

– em particular dentro da FSLN – também contribuiu de maneira significativa para que a maioria da população votasse contra a FSLN nessas eleições.

Os próximos capítulos dedicam-se essencialmente à investigação do desenvolvimento das estruturas democráticas no Estado e na sociedade a partir de 1990 e como se relacionaram com as novas estruturas informais de poder, que surgiram dissimuladamente por detrás da vida política pública em paralelo com as instituições oficiais.

6 Interregnum conservador-liberal

Neste capítulo será abordado o espaço temporal de 1990 até 2007, chamado aqui de *interregnum* conservador-liberal. Em termos políticos, trata-se do período de três governos conservadores e liberais, cada um de características muito particulares, que estiveram no poder entre a derrota eleitoral da FSLN em 1990 e a nova subida ao poder de Daniel Ortega em 2007. Devido ao facto de esta investigação se dedicar principalmente à comparação dos dois períodos de governação da Frente Sandinista de 1979 até 1990 e a partir de 2007, o espaço para descrever e analisar as dinâmicas políticas do *interregnum* é bem limitado. Mesmo assim, é importante mencionar alguns dos processos mais importantes daquele período, para poder perceber como e porque é que a FSLN conseguiu voltar ao poder e quais as repercussões das dinâmicas do *interregnum* para os desenvolvimentos seguintes, em especial a nova subida de Ortega que lhe permitiu tornar-se o imperador absoluto de Nicarágua em 2018.

6.1 Mudanças geopolíticas mundiais

A queda do muro em Berlim em 1989 é o símbolo emblemático para o colapso da União Soviética e a desintegração do bloco soviético nos dois anos seguintes. Isto significou o fim dum modelo socialista na base de uma economia estatal altamente burocratizada e dum sistema político monopolizado pelo Partido Comunista da URSS. A nível internacional, o fim da Guerra Fria foi a consequência da queda político-social do sistema soviético que também teve repercussões diretas para Nicarágua. Enquanto a Rússia não quis nem pôde continuar a sua ajuda económica e militar à Nicarágua, os EUA quiseram um desenvolvimento económico pacífico na *sua traseira* centro-americana, o que também implicou terminar com a ajuda financeira e militar à *contra*.

Em 1989 Francis Fukuyama (1989) publicou o seu ensaio *The End of History?* que traz a mensagem principal de que a humanidade já terá chegado ao fim da sua história e que já terá encontrado a sua forma definitiva de governação. O liberalismo ocidental prevaleceu de maneira universal, já não existe nenhuma ideologia capaz de desafiar o modelo democrático-liberal dos países do Oeste. Os conflitos diminuirão, as contradições entre as classes desaparecerão, a paz mundial avança, tempos de tédio chegarão, já não haverá discussões porque os problemas principais da humanidade estarão resolvidos. Os desafios intelectuais e

filosóficos terão desaparecido. Resumindo, o autor caracteriza a nova situação mundial de esta maneira:

“We might summarize the content of the universal homogenous state as liberal democracy in the political sphere combined with easy access to VCRs and stereos in the economic.” (ibid. 1989, p. 8)

O fim da Guerra Fria provocou uma crise profunda aos regimes autoritários em todo o mundo, condição que fez com que muitas ditaduras militares ou partidos únicos não só no bloco soviético, mas também em muitos países da Ásia, África e América Latina tivessem sido derrubados. Essas transições nem sempre terminaram em sociedades plenamente democráticas, mas eleições multipartidárias espalharam-se internacionalmente de maneira considerável. Mesmo assim, estes novos regimes combinaram a competição pluralista eleitoral com vários níveis de autoritarismo, caracterizados como sistemas de *competitive authoritarianism* (Levitsky & Way, 2010).

A estas mudanças profundas da situação política internacional seguiu-se o fenómeno da viragem política geral à esquerda na América Latina. Esta dinâmica expressou-se na eleição de governos de esquerda em muitos países e também na reeleição de vários presidentes de partidos de esquerda. Este processo começou em 1998 com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela e espalhou-se até ao ano de 2010 a dez países latino-americanos, entre eles Nicarágua, onde Daniel Ortega voltou ao poder em 2007 (Levitsky & Roberts, 2011).

A situação política na região centro-americana caracterizava-se pela situação de que os movimentos revolucionários bem fortes de El Salvador e de Guatemala não tinham conseguido derrubar as ditaduras militares naqueles países. Sob a forte pressão de Washington, os governos dos dois países finalmente aceitaram entrar em processos de negociações com as forças insurgentes, que incluíram investigações de violações dos direitos humanos e reduções consideráveis dos dois exércitos. Durante um longo processo de conversações, mediações internacionais, interrupções, debates internos entre os dois lados do conflito e acordos finais foi possível chegar a um fim dos confrontos militares e à construção de regimes democráticos pactuados através acordos de paz em 1992 em El Salvador e em 1996 na Guatemala (Gärtner, 2020, pp. 520–552; Martí i Puig & Figueroa Ibarra, 2006, pp. 104–121, 145–151; Torres-Rivas, 2011, pp. 412–422, 458–465).

Outro elemento político, que determinou em grande parte as políticas económicas e sociais especialmente na América Latina, foi o chamado *Washington Consensus*, um conjunto de medidas económicas desenhadas principalmente pelo FMI, o Banco Mundial e o departamento de finanças dos EUA, dirigidas particularmente para a América Latina e geralmente designadas como *neoliberal*. Estas medidas consistiram principalmente numa redução das despesas estatais e num fortalecimento do mercado livre, como resposta à crise de endividamento e de situações de alta inflação nos anos oitenta. O uso do termo *Washington Consensus* começou em 1989 e significou que o FMI e o Banco Mundial condicionaram os seus empréstimos ao cumprimento de determinadas medidas de ajustamento estrutural por parte dos países beneficiários. Para poder urgentemente obter os empréstimos necessitados tinham que reduzir as despesas do Estado, levantar as restrições às importações e exportações, terminar subsídios, reduzir controlos públicos da economia e promover um programa de privatizações (P. Anderson, 2015, cap. 7; Hurt, n.d.; La Botz, 2016, p. 250).

Com este novo modelo económico cresceram, especialmente na América Central, novas áreas de atividades económicas, como a produção em *maquilas*, o turismo, produção de novos produtos agrários para a exportação, assim como a especulação financeira e imobiliária. Isto resultou numa emigração massiva para encontrar trabalho em outros países e poder transferir remessas para as suas famílias, remessas essas que passaram a ser uma das principais fontes de divisas nos seus países. Mas a orientação dominante do capital ao mercado financeiro, o carácter oligárquico das elites, a continuação das intervenções por parte dos EUA e a dependência do mercado mundial resultaram no crescimento da polarização social, pobreza, violência e a criminalidade organizada. Essas mudanças estavam acompanhadas com processos de democratização, mas as sociedades da América Latina continuaram a ser caracterizadas por estruturas oligárquicas de dominação informal, corrupção, impunidade e repressão (Gärtner, 2020, pp. 553–554).

Uma apresentação do panorama internacional naquela altura ficaria incompleta sem mencionar os ataques terroristas às Torres Gémeas em Nova Iorque, a 11 de setembro de 2001. Com este evento terminou o período de certo relaxamento nas relações internacionais depois do fim da Guerra Fria. Como resposta a estes atentados, os EUA lançaram uma campanha mundial de luta contra o terrorismo e mostraram – particularmente com a sua guerra contra o Iraque do ano 2003 – a sua disposição de reforçar a sua posição político-militar pré-dominante e de impor a sua vontade por meio das armas em qualquer lugar do mundo (P. Anderson, 2015,

cap. 7). Isto teve repercussões diretas nas condições políticas na Nicarágua, porque – contra toda racionalidade e evidência – forças da direita política tanto dentro como fora de Nicarágua acusaram a Frente Sandinista de apoiar os grupos terroristas islâmicos, uma alegação que aumentou gravemente as tensões políticas no país (Carter Center, 2002, p. 17).

6.2 Três governos conservadores-liberais

Os três governos do *interregnum* conservador-liberal, Violeta Barrios de Chamorro (1990 – 1996), Arnaldo Alemán (1996 – 2001) e Enrique Bolaños (2001 – 2007) tinham características próprias muito diferentes. Não obstante, também apresentaram alguns elementos comuns como por exemplo: viram a FSLN como o seu principal adversário político, mas também procuraram o apoio da Frente porque precisavam da sua colaboração. Privatizaram muitas empresas estatais, fortaleceram o mercado livre e puseram em prática muitas mais medidas neoliberais. Queriam reverter muitas das reformas sociais – em particular a reforma agrária – do período sandinista, mas em vez de expropriar os pequenos produtores individuais ou coletivos centraram-se sobretudo em compensações generosas às muitas vítimas de expropriações da revolução, em parte injustas. As relações entre a ou o presidente e a Assembleia Nacional assumiam formas muito diferentes e estiveram altamente tensas durante longos espaços de tempo. A corrupção e o nepotismo eram fenómenos muito comuns naquele período, em conjunto com o enriquecimento ilícito e o abuso de funções públicas a favor de benefícios privados. A FSLN, o maior e mais bem organizado partido do país, estava sempre em segundo plano, exercendo a sua influência em campanhas públicas, mas também em negociações secretas nos bastidores. Embora a Frente tenha estado na oposição durante todo o tempo da governação conservador-liberal, tinha um enorme peso político e negociava com as várias outras forças políticas sobre todos os assuntos importantes da política nacional.

Mas numa perspetiva democrática – o eixo central deste trabalho – os três governos deste período mostraram perfis vastamente diferentes e experimentaram dinâmicas políticas muito particulares. Nestes processos, as negociações e pactos secretos bem como públicos desempenharam um papel sumamente importante que, em várias ocasiões, determinou as decisões dos poderes de Estado. Nesta fase “democrática” não sempre foi bem claro quem governava *de jure* e quem *de facto*. Para além disso é difícil definir os diferentes regimes políticos na Nicarágua, porque as mudanças do regime e as mudanças do governo não necessariamente ocorreram no mesmo momento. Enquanto Close (2016) define os regimes

principais como revolucionário (1979 – 1984), democrático eleitoral (1984 – 2000), duopólio de poder Ortega-Alemán (2000 – 2011) e poder dominante (a partir de 2011), há outras posições que determinam os regimes como sandinista revolucionário (1979 – 1990), transição democrática (1990 – 1999), era do pacto Ortega-Alemán (2000 – 2007) e el pacto de Ortega com o grande capital (a partir de 2009) (Orozco, 2024). Estas mudanças do regime não coincidem com as datas das eleições em 1984, 1990, 1996, 2001, 2006, 2012 e 2016. Por esta razão, a análise dos 16 anos do *interregnum* não vai dar uma atenção profunda às políticas específicas dos três presidentes em questão, mas vai pôr a ênfase nos principais desenvolvimentos e mudanças do sistema político que finalmente permitiram à FSLN voltar ao governo em 2007.

O governo de Violeta Barrios de Chamorro chegou ao poder por causa de várias razões, das quais as quatro mais importantes são: primeiro, a população estava exausta após quase dez anos de sofrimentos humanos e materiais causados pela guerra dos EUA contra Nicarágua; segundo, a liderança sandinista tinha-se apartado de uma parte considerável da população causado principalmente pelo sectarismo, verticalismo e a falta de democracia dentro do seu próprio movimento; terceiro, com a intervenção substancial de Washington, os partidos opositores conseguiram unificar-se quase por completo na aliança opositora UNO; e quarto, a candidata à presidência da UNO, Violeta Barrios de Chamorro, tinha uma alta credibilidade com a sua promessa de paz e progresso social, porque reunia na sua pessoa características verdadeiramente únicas na Nicarágua.

Dona Violeta, era assim que todos lhe chamavam, foi a viúva de Pedro Joaquín Chamorro, a grande figura da oposição conservadora contra a ditadura Somoza e o editor do diário La Prensa, que foi assassinado pelo regime em 1978. Fora membro da primeira junta revolucionária da Revolução Sandinista, mas, depois de somente nove meses, desistiu desta posição por causa de diferenças políticas. Criticava o regime sandinista por ser demasiado autoritário e radical. Nunca se integrara num partido político nem apoiara a luta armada da *contra*, mas sempre se expressou a favor da reconciliação entre os nicaraguenses. Três dos seus quatro filhos eram ativos na política: Pedro Joaquín, um dirigente do partido social-democrata que se tornou membro do diretório da *contra*, Christiana que se tinha distanciado do Sandinismo e trabalhava no diário opositor La Prensa e Carlos Fernando que era o diretor do jornal Barricada, o órgão oficial da FSLN. Deste modo, a reconciliação não só foi um projeto político para a Nicarágua, mas também um projeto da reunificação da sua própria família.

A primeira prioridade política do governo Chamorro foi alcançar a paz. Quando ela tomou o poder, a *contra* cumpriu com os acordos de cessar-fogo, mas ainda estava de posse das armas. O Exército sandinista também estava plenamente operacional. Portanto foi uma tarefa bem complicada organizar o processo de paz, que terminou a 27 de junho de 1990 quando 21.683 ex-contras entregaram as suas armas numa cerimónia presidida pela nova presidente e o cardeal Obando y Bravo (Lacayo Oyanguren, 2005, pp. 167–189). O governo repartiu 240.000 hectares de terra e 30 milhões de dólares, obtidos pelos EUA, aos anteriores combatentes da contrarrevolução. Isto equivale a 11 hectares de terra e 1.300 dólares para cada um deles o que foi essencial para a reintegração dos desmobilizados na vida cívica e produtiva do país (ibid. 2005, p. 331).

Para que as forças armadas e as forças de segurança – o Exército como também a Polícia – aceitassem a subordinação ao novo poder civil, era essencial que o novo governo conseguisse a cooperação da FSLN. Humberto Ortega ofereceu esse apoio, explicando que reconhecia a derrota eleitoral da Frente e que podia contribuir para a tranquilidade de todos os sandinistas com a condição de continuar a ser o comandante-chefe do Exército. Antonio Lacayo, o designado ministro de Governação da presidente Chamorro, aceitou tal oferta porque lhe parecia honesta e porque interpretava este gesto como tentativa de sobreviver politicamente e de formar parte do novo capítulo na história do país. A Presidente não gostou de nenhuma maneira deste arranjo, mas achava necessário fazê-lo para o bem do país. Mesmo assim pôs duas condições: primeiro, insistiu em que isto só fosse uma medida temporária e que Humberto teria que aceitar a sua demissão no momento que ela tomasse tal decisão e segundo, que ele abandonaria a sua posição na direção da FSLN, procedimentos que ele aceitou (ibid. 2005, pp. 110–113, 139–143, 149–159).

Além disto, o novo governo tinha que reorganizar o país em muitas outras áreas como, por exemplo, controlar a inflação, incentivar a economia, solucionar conflitos de propriedade, despolitizar os sistemas jurídicos e eleitorais, entre outras. Mas a UNO não estava preparada de nenhuma maneira para enfrentar estes enormes desafios. À primeira vista, os 51 deputados da UNO representavam uma clara maioria na Assembleia Nacional em relação aos 39 deputados da FSLN e aos dois deputados independentes do PSC/PPSC e do partido MUR. Mas numa leitura mais atenta torna-se óbvio que a UNO não tinha nenhuma perspectiva política comum, exceto a sua rejeição da Frente Sandinista. A repartição dos mandatos da aliança UNO na Assembleia foi a seguinte: PLI (5), PLC (4), PALI (3), PNC (5), PAPC (5), ANC (2), PSD (6),

MDN (3), PPSC (2), PDCN (4), PAN (3), PSN (3), PCdeN (3), PICA (3) (Carter Center, 1990, p. 16; LASA, 1990).¹⁰ Isto foi um conjunto de partidos das mais diversas orientações conservadoras, liberais, cristãs, social-democratas e comunistas que mesmo no momento da constituição do novo governo já tinham começado uma luta interna por postos governamentais e os respectivos ordenados (Lacayo Oyanguren, 2005, pp. 113–118).

A nova presidente rejeitou essas demandas e decidiu nomear personagens da sua confiança para serem ministros no seu gabinete. Mas, para apaziguar a situação, atribuiu altos cargos na administração pública a todos os presidentes dos partidos da UNO no sistema de justiça, em bancos ou no seio diplomático (ibid. 2005, p. 135). Não obstante, existia um conflito político grave que dividiu os partidos da UNO já antes da tomada de posse como presidente eleita, dado que muitos deles não aceitaram a colaboração da Presidente com a FSLN e estavam veementemente contra a continuação de Humberto Ortega como chefe do Exército. Como consequência, Dona Violeta não pôde ter a certeza do apoio da UNO e teve de negociar e acordar repetidamente os seus projetos de governo com as várias partes da UNO, mas também com a FSLN (ibid. 2005, pp. 140, 154–157).

Os sandinistas aproveitaram esta situação para mostrar que eram uma oposição construtiva, mas também uma força importante na Nicarágua. Apoiaram a Presidente e mantiveram boas relações com o ministro de Governação enquanto atuavam de maneira moderada, mas apoiando também as lutas e manifestações populares em defesa das suas reivindicações sociais para pressionar o governo (Close, 2009, p. 78). As medidas neoliberais mais importantes do novo governo foram: a reprivatização de muitas empresas confiscadas realmente ou alegadamente sem justificação legal, redução dramática do número dos empregados públicos, reabrir o sistema dos bancos privados, redução dos gastos para as universidades, uma reforma monetária na qual a taxa de câmbio foi 5 milhões de córdobas antigos para um novo córdoba dourado, desmantelar por completo o sistema ferroviário, entre outras. Muitas destas medidas causaram grandes movimentos de protesto, incluindo barricadas nas ruas, porque os sindicatos e as organizações estudantis sandinistas ainda tinham uma força substancial. Para poder pôr em prática todas essas medidas foi necessário a colaboração dos

¹⁰ Aqui não é possível explicar as origens e as características políticas de todos estes partidos, dos quais alguns eram completamente desconhecidos e outros desapareceram rapidamente. Os seus nomes completos estão alistados no anexo das Abreviaturas.

sandinistas, conseguida em múltiplos encontros – em muitas ocasiões efetuadas às escondidas – entre os dirigentes do governo e da FSLN (Lacayo Oyanguren, 2005; Vilas, 1991).

Durante todo o tempo de governação de Dona Violeta, o equilíbrio de forças na sociedade em geral, e na Assembleia em particular, obrigou o governo a negociar todos os seus grandes projetos políticos, económicos e sociais a dois níveis diferentes. Por um lado, tinha de chegar a acordos com os principais setores sociais do país, como os sindicatos, as forças armadas, as organizações da empresa privada, os dirigentes da *contra* e os estudantes para colaborarem nos projetos do governo ou, pelo menos, para não impedirem a sua posta em prática. Por outro lado, o governo tinha que procurar uma maioria na Assembleia para todos estes projetos através de negociações com os vários grupos políticos da UNO e a FSLN. Além disso, o governo estava sob enorme pressão política e económica de Washington durante todo o seu mandato. O governo dos EUA tinha pouca compreensão por um processo de reconciliação na Nicarágua, que tinha de incluir todas as forças políticas para ser bem-sucedido. Insistiu repetidamente em que os sandinistas fossem afastados de todos os cargos do Estado, especialmente das forças armadas. Washington sublinhou repetidamente esta exigência, condicionando a sua ajuda financeira à Nicarágua ao cumprimento das suas exigências políticas, o que o governo nicaraguense nunca aceitou (ibid. 2005). Já em 1991, o governo tinha decidido não dar seguimento ao processo contra os EUA no Tribunal Internacional de Justiça de Haia, renunciando assim ao pagamento de indemnizações no valor de milhares de milhões de dólares pela destruição causada pela guerra da *contra*. Mesmo assim, só em 1994 – quatro anos depois de tomada de posse da Dona Violeta – é que o Subsecretário do Estado para Assuntos Interamericanos, Alexander Watson, declarou “que são os nicaraguenses e só eles que podem dar uma solução aos problemas do seu país”. Isto agilizou substancialmente a aquisição da ajuda financeira dos Estados Unidos e, em seguida, das instituições internacionais como o BID e o FMI (ibid. 2005, pp. 318, 607–615, 623–624).

Neste contexto, a questão das forças armadas e da segurança – o Exército e a Polícia – foi um assunto tão crucial como complicado. No protocolo de transição, os sandinistas e o governo recém-elegido concordaram que o Exército deveria funcionar subordinado ao governo civil, que o número dos seus soldados deveria ser reduzido dramaticamente e que deveria abandonar o seu carácter político, mas que podia manter a sua autonomia institucional. O controlo efetivo do Exército estava nas mãos do comandante-chefe general Humberto Ortega e o Conselho Militar, mas Humberto tinha que se demitir do seu cargo de membro da *Dirección*

Nacional da FSLN e todos os oficiais tinham que renunciar aos seus cargos políticos da FSLN. Entre 1990 e 1993, o Exército foi reduzido de 86.810 a 15.250 efetivos e, no mesmo espaço de tempo, o orçamento para a defesa caiu de 177 milhões a 36 milhões dólares. Foi geralmente reconhecido que Humberto Ortega cumprira os compromissos acordados com a nova administração. O papel relativamente independente e apolítico do Exército, que incluiu operações militares tanto contra grupos rearmados ex-sandinistas, bem como ex-*contras*, foi um fator decisivo para estabilizar e apaziguar a situação no país (Ruhl, 2019, pp. 165–168). Mas só depois de quase cinco anos de conflitos e negociações entre o governo, o Exército e as diferentes forças políticas parlamentares foi possível aprovar em 1994, com os votos da FSLN e uma parte da UNO, uma lei militar – o Código Militar. Este código determinava, que as forças armadas estavam subordinadas às autoridades civis e que o comandante-chefe do Exército – proposto pelo Conselho Militar – era nomeado pelo presidente que tinha o direito de vetar tal proposta. Enquanto o Exército era definido como nacional, não partidário, não político e profissional, e o seu nome mudara de *Ejército Popular Sandinista* para *Ejército de Nicaragua* (Lacayo Oyanguren, 2005, pp. 601–606). É um segredo aberto na Nicarágua que Humberto se tornou um homem multimilionário ao vender as armas das quais, devido ao desarmamento substancial, o Exército já não necessitava. O ex-comandante-chefe comentou que depois de deixar o cargo “não sairia de bicicleta do Exército” e que tinha direito a uma “reforma digna”, mas nunca fez uma declaração de propriedade porque “não tinha nada que declarar” (Nicaragua Investiga, 2023a, 2023c).

Outra matéria, tão essencial quanto difícil, foi a questão da propriedade. A nova administração reconheceu as expropriações do clã dos Somoza e outros altos funcionários da ditadura somocista, efetuadas pelo regime revolucionário depois do triunfo em 1979. Da mesma maneira confirmou a propriedade de terras individuais ou coletivas adquiridas pelos camponeses através da reforma agrária ou mesmo através de ocupações de terra. E também aceitou que os trabalhadores tivessem o direito de receber e de possuir uma parte das empresas estatais, dedicadas principalmente à produção, ao processamento e à comercialização de café, de carne e de algodão, que deveriam ser privatizados. Estas propriedades foram repartidas entre quatro grupos, nomeadamente os anteriores donos, os trabalhadores representados pelos seus sindicatos, os desmobilizados da *contra* e os oficiais desmobilizados do Exército. Mas mesmo assim, ficaram milhares de casos abertos que tinham que ser resolvidos mediante negociações, acordos ou mesmo processos legais, procedimentos que demoraram muitos mais anos e que, em alguns casos, ainda estão pendentes até à atualidade. Além disso, havia todos os conflitos

relativamente a empresas industriais, sociedades comerciais, minas, pacotes de ações e, em especial, casas e terrenos, que tinham de ser resolvidos no âmbito da tensão existente entre o direito e a política (Lacayo Oyanguren, 2005, pp. 297–307).

Os seis anos de governação da presidente Violeta Barrios de Chamorro foram caracterizados por um processo de contínuos debates e negociações, de mobilizações na rua e de encontros privados dos dirigentes, de chantagens e alianças, de pressões e de compromissos nos quais quase sempre se misturaram posições políticas com cargos públicos, propriedades particulares, funções de poder, relações familiares, acesso a fundos públicos e vaidades individuais. Devido ao facto de que esta administração Chamorro não dispunha de um partido próprio e, muito menos, de uma maioria estável na Assembleia, o ministro de Presidência Antonio Lacayo tinha que fazer incontáveis encontros com representantes dos vários partidos da UNO, da FSLN, do Exército, da Igreja, de sindicatos e empreendedores, bem como dos poderes jurídico e eleitoral do Estado, para poder pôr em prática, pelo menos em parte, o programa para o qual a Presidente fora eleita. Não obstante, destacaram-se duas constantes nas metas políticas deste governo: primeiro, a pacificação da sociedade, no sentido de abolir a forma violenta e armada de resolver os conflitos e substituí-la por processos pacíficos de negociações, e, segundo, implementar, ao máximo possível, as reformas neoliberais, consideradas necessárias para a revitalização da economia. Ter conseguido o desarmamento da *contra* e a redução substancial dos efetivos das forças armadas e, desta maneira, ter alcançado um clima político-social relativamente tranquilo, foi um avanço extraordinariamente importante para toda a sociedade da Nicarágua. Mas as reformas neoliberais significaram em grande parte retrocessos do conteúdo social da revolução e da democracia igualitária, iniciadas na década sandinista.

No contexto das constantes disputas sobre as competências do governo e do parlamento surgiram várias iniciativas para mudar a relação de forças entre os poderes executivo e legislativo através de reformas parciais da Constituição ou mesmo através duma Assembleia Constituinte. Formou-se uma aliança entre os grupos parlamentares da FSLN e de uma maioria de deputados dissidentes da UNO que aprovaram, em fevereiro de 1995, uma emenda constitucional que não tinha sido acordada com o governo. Isto provocou uma dura crise institucional porque a Presidente se recusou a assinar a lei de reforma e de publicá-lo no jornal oficial do Estado *La Gaceta*, com a justificação de que tanto o procedimento da sua aprovação, como também o seu conteúdo serem inconstitucional. Mas, na realidade era obvio que, não

aceitou todas as medidas que reforçaram o poder da Assembleia á custa do governo. O governo não reconheceu a nova Constituição enquanto a Assembleia começou a trabalhar de acordo com as regras daquela. A intransigência dos dois lados tornou necessário iniciar uma nova volta de conversas de mediação, que resultaram, em junho de 1995, no compromisso de que a emenda constitucional ficava aprovada e seria assinada e publicada pela Presidente, mas que uma Lei Quadro estabelecia que só começava a ser vigente depois da tomada de posse do seguinte governo em janeiro de 1997 (Álvarez & Vintró, 2009, pp. 176–192; Lacayo Oyanguren, 2005, pp. 665–692).

Em 1996, Arnoldo Alemán foi eleito como o segundo presidente pós-sandinista. Ganhou as eleições com 51,03 % enquanto o candidato da FSLN Daniel Ortega ficou em segundo lugar com 37,75 % dos votos (Pérez Baltodano, 2009, p. 289). Nos anos 1970, Alemán era membro da *Frente Estudiantil Liberal (FEL)*, uma organização que defendera com veemência o regime somocista. Nas eleições de 1990, que também eram eleições municipais, Alemán era candidato ao cargo de vereador para Manágua. Sendo uma pessoa que até tal momento não tinha qualquer importância política, era o número três na lista da UNO, encabeçada pelo social-cristão Agustín Jarquín, que deveria ser o presidente da câmara da capital, se a UNO ganhasse as eleições. Mas, ganhas as eleições, Alemán convidou os vereadores da UNO de Manágua a fazer uma breve viagem a Miami, com alojamento num hotel de luxo e incluídas visitas de bares extravagantes, tudo pago por grupos reacionários de cubanos no exílio. A participação nesta aventura convenceu a maioria dos vereadores recentemente eleitos a eleger Alemán como novo presidente da câmara da capital, contrariando todos os acordos anteriormente celebrados (Hassan Morales, 2016, pp. 395–418). Isto foi o início do enorme crescimento do até então relativamente pequeno *Partido Liberal Constitucionalista (PLC)* e da extraordinária subida política e económica de Alemán. Não só roubou grandes quantidades de dinheiro público das contas do município de Manágua para renovar a sua casa no campo, mas também abusou destes recursos para financiar viagens por toda a Nicarágua e construir o PLC em todas as cidades, concelhos e aldeias. Perguntou aos presentes, quem era do Partido Liberal dos tempos de Somoza e começou a nomear essas pessoas, para ocuparem todas as posições nas estruturas partidárias do PLC. Era de conhecimento geral que Alemán era uma figura altamente corrupta. Mas mesmo assim, era muito popular entre grande parte da população, especialmente entre os pobres, cujas esperanças de uma melhoria das suas condições de vida durante o mandato da presidente Barrios de Chamorro foram duramente frustradas. Daí não ser nenhuma surpresa ter ganhado as eleições presidenciais em 1996 (Hassan Morales, 2016, pp. 419–424; Núñez, 2005).

A partir desta nova posição, continuou a fazer em grande escala o que tinha começado a níveis muito mais moderados em Manágua: roubar dinheiro das cofres públicas para se enriquecer a si próprio e aos seus amigos mais próximos de uma maneria imensurável. Mas, ao contrário do que se esperava, procurava uma trégua política com Ortega, que acabou por durar todo o seu mandato. Alemán sabia que o seu adversário político mais perigoso não estava adverso a aceitar vantagens económicas particulares em troca da sua moderação política. Empresas e negócios, bem como montantes milionários roubadas de vários bancos ou de doações financeiras estrangeiras, foram repartidos entre a FSLN e o PLC através da fórmula *toma e dá-me*, um processo que já tinha começado nos tempos da Dona Violeta. Desta maneira, o presidente Alemán podia estar tranquilo, porque tinha a certeza de que Ortega não o criticaria pelas suas atividades corruptas e ilegais, das quais o próprio Ortega beneficiava. Este entendimento deveria chegar, mais tarde ao pacto político entre Ortega e Alemán. Alemán era a figura absolutamente dominante do PLC, decidia autocraticamente sobre todos os cargos dentro do seu partido, sobre os candidatos nas eleições, postos no governo e outras posições da administração estatal. Assegurou-se do apoio político e pessoal dos altos funcionários públicos através dum pagamento adicional *por baixo da mesa* dos seus ordenados normais das suas funções, fosse como ministro, magistrado ou outro. Foi criado o *Estado botín*, o Estado de pilhagem (Núñez, 2005).

Na base desta colaboração a longo prazo em benefício mútuo dos líderes dos dois partidos políticos principais foi acordado, em 1999, um pacto que deveria ter um impacto duradouro na sorte da Nicarágua. Este pacto tinha como primeira meta principal mudar a Constituição e as leis eleitorais de tal forma que se estabeleceria um sistema bipartidário com os dois únicos partidos o PLC e a FSLN. A segunda meta importante era o acordo mútuo entre Ortega e Alemán de não levantar a imunidade parlamentar um ao outro porque os dois se viam confrontados com acusações graves, no caso de Ortega, a violação sexual da sua enteada Zoilamérica Narváez durante anos, e, no caso de Alemán, a apropriação indevida milionária de fundos públicos. Um elemento adicional foi a criação de vários postos novos muito bem remunerados na alta burocracia do Estado e entregá-los aos seus mais fieis seguidores, para assegurar a sua lealdade incondicional (Baltodano, 2006; Núñez, 2005). Mediante os acordos do pacto os dois partidos repartiram entre eles o poder estatal e as instituições públicas, nomeadamente a Corte Suprema de Justiça, o Conselho Supremo Eleitoral, o Conselho Superior da Controladoria, a Procuradoria da República e a Superintendência dos Bancos (Pérez Baltodano, 2009, p. 149).

De acordo com as caracterizações de regimes políticos aplicados neste trabalho conforme a sistematização de David Close (2016) o pacto entre Alemán e Ortega termina o regime de democracia eleitoral para entrar no novo regime do duopólio de poder compartilhado, o que significa que todas as decisões mais importantes da política do Estado são determinados em conjunto por estes dois homens fortes. Esta mudança do regime não acontece através de eleições, mas durante o período de governação de Alemán mediante o seu pacto com Ortega, e duraria até às eleições altamente fraudulentas e inconstitucionais de 2011 que representariam o começo de um regime de poder dominante.

O empresário conservador Enrique Bolaños Geyer ganhou as eleições presidenciais de 2001 com 56,3 % enquanto Ortega somente obteve 42,3 % dos votos (Close, 2016, p. 122). Bolaños foi o vice-presidente durante a administração de Alemán e foi uma pessoa fortemente antissandinista, reacionária, teimosa, arrogante, mas honrada e incapaz de roubar um peso dos cofres públicos. Bolaños obteve um elevado nível de reconhecimento no estrangeiro porque foi eleito democraticamente, respeitou as regras democráticas e legais e não houve repressão política durante a sua governação. Mas, Alemán, agora na posição de deputado e eleito presidente da Assembleia Nacional, queria continuar como o número um do país e governar através da sua maioria absoluta parlamentar, uma intenção de nenhuma forma aceitável para Bolaños. Isto foi o ponto de partida para uma vigorosa *campanha contra a corrupção*, na qual o novo presidente, com o apoio tático da FSLN, começou a investigar todas as atividades ilegais e de enriquecimento ilícito cometidos por Alemán durante o seu mandato. Em 2003 foi condenado a 20 anos de prisão por lavagem de dinheiro, podendo cumprir a maior parte da sua pena na sua casa particular (Álvarez & Vintró, 2009, pp. 201–202; Núñez, 2005).

Mesmo assim, Alemán continuou a dirigir o seu partido e os seus deputados desde a prisão ou desde a sua casa. Nestas condições, o PLC e a FSLN aprovaram, em 2005, uma nova reforma constitucional que, entre outros propósitos, debilitou mais uma vez significativamente as atribuições político-administrativas do presidente para passá-las para a Assembleia. Como era de esperar, Bolaños opôs-se veementemente a este projeto o que resultou novamente numa crise profunda constitucional. Mas, outra vez, foi acordada uma solução *a la nica*. Ortega e Bolaños encontraram-se em privado e – numa conversa de sete horas – chegaram à conclusão de aprovar novamente uma Lei Quadro que congelava as reformas constitucionais por dois anos, até depois das próximas eleições em 2006. Em troca desse procedimento, Ortega apoiava várias leis estruturais pendentes, para cumprir com as exigências do FMI como condição de

obter ajuda financeira internacional, e garantiu que não haveria manifestações nas ruas contra essas leis (Equipo Envío, 2005; Núñez, 2005).

Este arranjo trouxe benefícios para os três principais intervenientes. Com a Lei Marco, Bolaños podia terminar tranquilamente o seu mandato presidencial, o Tratado de Livre Comércio com os EUA estava aprovado, o acordo com o FMI estava renovado e tudo podia ser conseguido sem fortes confrontos na sociedade. Para Ortega esta lei foi uma ocasião para se apresentar ante o povo nicaraguense e a comunidade internacional como pessoa pragmática e responsável que colocara os interesses nacionais acima da sua ideologia. E Alemán aproveitou esta situação para substituir a sua rígida oposição contra o governo por uma política da aproximação entre ele e o Presidente. Alemán não só apoiou a Lei Marco, desenhada entre a FSLN e o Presidente, mas também deu o seu apoio incondicional a todos os projetos do governo – com a clara intenção de conseguir que o Presidente o amniasse o mais rapidamente possível (Equipo Envío, 2005). Naquele momento, a configuração política para as eleições em 2006 ainda se mantinha em aberto e tudo deveria ser decidido no último ano do mandato presidencial de Bolaños. Neste contexto, a questão decisiva era saber se a fracionada Direita conseguiria apresentar uma candidatura conjunta às eleições, tendo assim boas hipóteses dum sucesso eleitoral, ou se concorreriam separadamente, o que tornaria muito provável uma vitória da FSLN. Todo o complexo das eleições de 2006 vai ser abordado nos capítulos 6.4 e 6.5 deste trabalho.

6.3 Reorganização da FSLN e ascensão de Ortega

A Revolução Sandinista destacou-se, entre outras coisas, pelo facto de que a FSLN entregara pacificamente o poder governamental depois de ter perdido as eleições de 1990, poder que tinha conquistado em 1979 através da luta armada revolucionária. Para muitos observadores e politólogos foi ainda mais surpreendente que, depois de 16 anos de oposição, Daniel Ortega tivesse conseguido conquistar a presidência novamente em 2006, desta vez através de eleições democráticas. Neste parágrafo identificam-se alguns dos elementos mais importantes do desenvolvimento da FSLN que contribuíram para esta evolução.

A derrota eleitoral da FSLN em 1990 foi uma surpresa para a grande maioria da base e da diretiva do movimento sandinista (Close, 2016, p. 94; Martí i Puig, 2009, pp. 39–40; McConnell, 2009, pp. 284–286; Ramírez, 1999, pp. 275–280; Vanden & Prevost, 1993, p. 145). Daí é natural que imediatamente a seguir a este episódio dececionante tivessem surgido

perguntas e terem começado debates no que diz respeito às causas deste fracasso político. Os membros da Frente perguntaram também porque é que a FSLN se tinha distanciado da sociedade em geral e da sua base em particular. Foram criticados erros políticos, abusos de poder e também estilos de vida de alguns dos dirigentes sandinistas. O slogan milhares de vezes gritado *¡Dirección Nacional: ordene!* foi transformado na palavra de ordem *¡Dirección Nacional: Escuche!* Ante a passividade da liderança, ativistas locais e regionais organizaram em poucas semanas um encontro nacional, para debater de forma coletiva sobre as experiências do passado e as conclusões a serem tiradas para a orientação futura da FSLN (Martí i Puig, 2009, pp. 39–40).

Em junho reuniram-se cerca de 300 membros e dirigentes sandinistas em El Crucero e elaboraram um documento extenso e autocrítico que deveria servir como documento base para o debate no primeiro congresso da FSLN, previsto para 1991. Este documento mencionou vários mecanismos que tinham afastado setores populares do governo sandinista: por exemplo, a tentativa de construção de um setor público agroindustrial afetara grandes, médios e mesmo pequenos produtores e provocou um grande desconforto neles. A compra forçosa a preços fixos de alimentos básicos, feito para assegurar o abastecimento da população das cidades a preços acessíveis, teve repercussões bastante negativas nos camponeses. Outras medidas que prejudicaram o apoio aos sandinistas foram confrontos com a hierarquia católica, maus tratos de grupos étnicos minoritários ou mesmo ataques violentos por parte das forças armadas ou de dirigentes sandinistas que não foram sancionados. Além disso, o documento exigia uma democratização da FSLN e determinava que a luta para reconquistar o governo tinha que ser por meios pacíficos e dentro das regras democráticas contempladas na Constituição (Equipo Envío, 1990).

A conferência de El Crucero abriu oficialmente o debate no seio da FSLN e, pela primeira vez na história da FSLN, teve lugar um amplo processo de discussão a todos os níveis da organização e sobre todas as questões políticas importantes. O primeiro congresso da FSLN em julho de 1991 e o congresso extraordinário de maio de 1994 foram os eventos mais importantes a nível nacional no contexto deste amplo debate sobre o balanço da revolução, a futura orientação estratégica, a tática e a forma de luta como força de oposição, o modelo de organização partidária e a ética da organização. Neste processo misturaram-se discussões sobre a orientação política da FSLN com lutas pelo poder no seio do partido, bem como a nível de instituições estatais. Depois da entrega do poder governamental à nova administração, muitos

sandinistas tinham perdido os seus empregos na administração pública ou como funcionários do partido e a população pobre sentiu que as suas condições de vida se deterioraram significativamente sob o governo Barrios de Chamorro (Martí i Puig, 2009, pp. 40–42). Nestas condições, as disputas políticas eram também sempre uma luta por empregos ou benefícios sociais, como, por exemplo, a defesa dos salários dos trabalhadores ou das propriedades que os camponeses tinham recebido através da reforma agrária sandinista.

No transcurso desta controvérsia surgiram vários agrupamentos e posições políticas no seio da FSLN. No centro da disputa estava a questão como a Frente devia posicionar-se frente à política neoliberal do novo governo. Devia colaborar com o governo e orientar-se principalmente à estabilização do país ou devia empenhar-se em primeiro lugar na defesa das condições sociais dos pobres? Num largo processo de discussões, reuniões e manifestos dentro e fora das estruturas do partido e da bancada parlamentar surgiram duas correntes políticas.

A primeira, chamada *renovadores*, encabeçada pelo ex-vice-presidente Sergio Ramírez e os emblemáticos comandantes Henry Ruíz e Dora María Téllez, tinha uma orientação socialdemocrata, optava por criar um partido pluriclassista, buscava um consenso social e empenhava-se em fortalecer a transparência partidária. Esta tendência consistia principalmente em membros da Frente que ocuparam posições nas instituições públicas e tinha a maioria na bancada parlamentar. Este grupo distanciou-se das metas revolucionárias sandinistas e defendia uma orientação pragmática, de diálogo e compromissos com o novo governo e com as demais forças políticas do país.

A segunda posição, da qual emergirá mais tarde a tendência *Izquierda Democrática (ID)*, advogava uma oposição beligerante contra as medidas neoliberais das novas autoridades e a defesa das conquistas da revolução, não só nos debates parlamentares, mas também através de greves e barricadas na rua. Propunha uma maior combatividade da FSLN na defesa dos pobres, a sua vocação revolucionária e a sua natureza vanguardista. Esta corrente foi dirigida, entre outros, por Orlando Núñez, la comandante Mónica Baltodano e Carlos Fonseca Terán e representava em grande medida as bases rurais e sindicais da FSLN, mas também desfrutava do apoio de muitos funcionários do aparelho partidário (Martí i Puig, 1997, pp. 187–196, 2009, pp. 40–42).

No congresso extraordinário da FSLN em 1994 realizou-se um intenso debate público entre as duas correntes políticas. Ortega, que nunca pertencera organicamente à ID, foi eleito,

apoiado pela ID, como secretário geral com uma maioria de 66 %. Mas a minoria dos renovadores também estava representada na Direção Nacional (Baltodano, 2006). Dado que o congresso não conseguiu resolver a crise política interna, as disputas agudizaram-se e assumiram por vezes formas muito desagradáveis, às vezes também associadas a extremos ataques pessoais por parte da facção de Ortega. Por conseguinte, a Frente Sandinista dividiu-se em janeiro de 1995, quando Sergio Ramírez e outros dirigentes do partido renunciaram a sua filiação na FSLN, o que resultou na formação formal do partido *Movimiento Renovador Sandinista (MRS)* a 21 de maio de 1995 (Martí i Puig, 1997, pp. 193–194). O aparelho da FSLN ficou completamente nas mãos de Ortega que a partir deste momento tornou-se o líder político incontestável da FSLN. Quando o MRS se candidatou nas eleições de 1996 somente conseguiu obter 0,44 % dos votos presidenciais e 1,36 % para a Assembleia, enquanto a Frente obteve um voto respeitável de 36,49 % para a Assembleia e 37,75 % para o seu candidato presidencial Daniel Ortega. Embora houvesse muitas críticas populares à FSLN, isto não se traduziu em votos significativos para o MRS (Martí i Puig, 2009, pp. 42–43). Não está muito bem investigado por que razão o MRS não conseguiu obter um melhor resultado eleitoral. Mas seguramente foi um fator explicativo que as bases principais da Frente – os pobres do campo e da cidade – não tinham experimentado nenhum progresso nas suas condições da vida sob a administração Chamorro e que daí recorreram à FSLN, ao partido que conheciam e que para eles ainda representava a liderança da Revolução Sandinista que tinham apoiado com muito entusiasmo e enormes sofrimentos. Além disso, a grande maioria dos sandinistas não tinha nenhuma experiência em debates políticos e estratégicos, principalmente confiava nos seus dirigentes, obedecia às suas ordens, provavelmente não entendia muito bem todas as implicações destas controvérsias e ainda dava mais importância à crítica do imperialismo norte-americano do que à abertura de uma reflexão autocrítica do Sandinismo.

Estes resultados eleitorais foram a expressão de uma certa consolidação da FSLN, que tinha conseguido estabilizar o seu aparelho partidário e a sua base eleitoral. Apesar de Ortega ter perdido cerca de 3 % como candidato presidencial em comparação com as eleições de 1990, conseguiu ainda assim obter 85.000 novos votos e melhorar o resultado eleitoral absoluto da FSLN com 664.909 votos. A FSLN confirmou assim a sua posição como a segunda maior força política do país, depois da Aliança Liberal que obteve 896.207 votos com o seu candidato Alemán (Nohlen, 2005, pp. 502–503).

Como os liberais não tinham uma maioria de deputados no parlamento e certamente não tinham a maioria de 60 por cento necessária para alterar a Constituição, estavam dependentes de acordos com a FSLN em questões importantes. Nestas condições, a FSLN – sob a liderança de Ortega e em contradição aberta às posições defendidas pela ID – não optou por assumir o papel duma oposição fundamental, mas aceitou compromissos com o governo, negociando benefícios sociais para a sua base eleitoral e, em particular, benefícios materiais para a recém-emergente “burguesia sandinista”. Esta política pragmática foi acompanhada por um processo de concentração de poder no seio da FSLN nas mãos de Ortega, apoiado pelo seu *anillo de hierro*, um conjunto de personagens da sua absoluta confiança que, ao mesmo tempo, iam recebendo benefícios materiais significativos como recompensa para a sua lealdade política. A FSLN criticou fortemente na sua propaganda as medidas económicas neoliberais dos governos conservadores-liberais e declarou o seu apoio às lutas sindicais e estudantis, mas no parlamento deixou passar as leis relevantes. Publicamente lutou pela democracia, mas o regime interno da Frente ficou cada vez mais autoritário. A *Dirección Nacional* deixou de reunir-se periodicamente e quando as reuniões se realizavam, apenas três dos seus nove membros históricos participavam nelas: Tomás Borge, Bayardo Arce e Daniel Ortega. Este órgão, tão importante e poderoso durante a Revolução Sandinista, perdeu cada vez mais a sua relevância e seria eliminado definitivamente em 2002. Não obstante a FSLN orteguista conseguiu – através duma retórica sandinista-revolucionária – manter a sua credibilidade por parte de grandes setores dos pobres e socialmente desfavorecidos perante a corrupção e o enriquecimento ilícito das elites tradicionais e novas da Nicarágua (Martí i Puig, 2009, pp. 43–44, 2010, p. 89).

A comandante guerrilheira e dirigente política da FSLN Mónica Baltodano (2006) caracterizou a mudança da FSLN da maneira que

“El Frente Sandinista de los valores, de la mística, que nos convenció, que nos animó al combate y al desafío incluso de la muerte; el Frente Sandinista de la esperanza, luce ahora convertido en un partido más, bajo el usufructo de un grupo económica y políticamente dominante en las estructuras del partido y cuyo propósito fundamental es la disputa de espacios de poder.” (ibid. 2006)

Entretanto constatou autocriticamente que a ID era a força principal que tinha apoiado Ortega no congresso de 1994, para ser eleito o secretário geral do partido. Isto permitiu que a sua liderança – naquele momento muito debilitada – recuperara novamente força para estabelecer-se como o chefe autocrático da FSLN. Apesar de tudo, continuaram os debates internos e chegaram, em 1995, a tal ponto que a ID conseguiu convencer a direção nacional de

que a repetição duma candidatura presidencial de Daniel Ortega não era conveniente para as eleições seguintes de 1996. Mas o candidato proposto, Mariano Fiallos, uma figura que gozava de alta estima por grande parte da população, não aceitou esta oferta porque não quis prestar-se a ser o candidato presidencial em circunstâncias nas quais o Sandinismo estava dividido e a situação interna da Frente estava marcada por ferozes batalhas políticas. Ortega aproveitou esta situação para se impor como candidato presidencial através de algumas manobras nos bastidores. O resultado já é conhecido: Ortega perdeu contra Alemán (ibid. 2006).

No congresso da FSLN de 1998 destacaram-se duas importantes viragens políticas. A primeira foi a propagação da colaboração estratégica com uma nova corrente sandinista, o Bloco dos Empresários Sandinistas, cooperação que deveria servir para aumentar o peso político de Ortega na Frente Sandinista. A segunda foi o anúncio de que Ortega dava uma nova orientação da FSLN que apontava para compromissos e pactos como a nova estratégia para reconquistar o poder no Estado. Esta nova orientação nunca tinha sido contemplada ou aprovada em nenhum grémio do partido, somente fora proclamada no seu discurso de encerramento do congresso. Durante as preparações do congresso, o grupo de Ortega já tinha dissolvido uma comissão interna que deveria elaborar um conceito para a democratização do partido. Este congresso foi também marcado pela denúncia pública de Zoilamérica Narváez, que acusou o seu padrasto Daniel Ortega de ter abusado dela e de a ter violado durante muitos anos. No dia da abertura do congresso, Zoilamérica deu uma conferência de imprensa em que tornou pública a sua história de sofrimento, porque não via outra forma de se proteger dos abusos do padrasto. No seio da FSLN, esta denúncia foi qualificada como uma manobra política destinada a enfraquecer a posição de Ortega, acusando sobretudo os representantes da ID de serem os responsáveis por este escândalo. Depois de todas essas experiências a ID já não viu espaço nenhum para continuar de participar nas estruturas partidárias no nível nacional e desapareceu como corrente interna da FSLN (ibid. 2006). Na realidade, a ID não tinha nada que ver com as declarações da Zoilamérica, mas as suas acusações viriam mais tarde a tornar-se um fator importante que levou à formação de um pacto político entre Ortega e Alemán em 1999.

Depois de ter afastado da Frente a corrente social-democrata do MRS e ter marginalizado o grupo democrático-socialista da ID, Ortega conseguiu fortificar o seu papel como dirigente absoluto da FSLN. Entre 1998 e 2006 realizaram-se seis congressos da Frente que aconteceram em condições relativamente tranquilas, mas que estavam caracterizadas por um processo contínuo de desinstitucionalização do partido e serviram principalmente para legitimar

as decisões políticas tomadas por Ortega. Somente no congresso de 2005 houve uma certa irritação quando o histórico sandinista Herty Lewites, que antes era o presidente da câmara de Manágua, quis ser candidato presidencial da FSLN. Mas o aparelho partidário já funcionava muito bem alinhado com os interesses do secretário geral, e Lewites foi expulso da Frente Sandinista (Martí i Puig, 2010, pp. 89–90).

Através do pacto com Alemán, Ortega já ganhara uma influência substancial na administração pública e nas instituições dos poderes legislativo, judicial e eleitoral. Ainda assim, a maioria dos magistrados do Conselho Supremo Eleitoral, o presidente desta instituição Roberto Rivas incluído, não era sandinista. Rivas era o filho da empregada doméstica do cardeal Miguel Obando y Bravo e gozou da sua proteção especial. Mas, em 2002, foi investigado pela Controladoria Geral por ter importado 2.500 carrinhas sem pagar os impostos devidos. Em 2004, o Serviço Secreto, controlado por gente de Ortega, obteve provas irrefutáveis de que Rivas se tinha apropriado destes veículos, oriundos de fundos norte-americanos e destinados ao organismo da Igreja Católica COPROSA, e vendido a pessoas particulares. Chantageado por Ortega e perante a alternativa de ser o objeto de um escândalo público e ir para o cativeiro ou de seguir as ordens de Ortega, o cardeal e o seu protegido escolheram a segunda opção. A partir deste momento o CSE serviu como organismo completamente obediente ao Orteguismo e o cardeal Obando y Bravo converteu-se num dos aliados mais importantes de Daniel Ortega (Gómez Rivera, 2023, p. 276; Medina Sánchez, 2018, pp. 220–221; Samcam, 2023, pp. 36–39).

Mas ainda faltava a reconquista do poder executivo. Para alcançar este objetivo, Ortega e a sua mulher Rosario Murillo, chefe da campanha eleitoral da FSLN em 2006, fizeram vários outros esforços. Mudaram as cores tradicionais vermelho-preto do partido para deixar para trás as memórias da luta revolucionária e substituíram-nas pela cor *rosa-chicha*, que Rosário tinha escolhido, por alguma razão esotérica, como a nova cor simbólica da FSLN. Ortega prometeu na sua campanha acabar com a ditadura da pobreza, perdoar as dívidas dos produtores e conceder empréstimos generosos. Mas a sua mensagem principal foi o amor, a reconciliação e a sua afirmação de que era um homem novo em quem se podia confiar. Não só pediu desculpa por algumas maldades cometidas pelos sandinistas durante a revolução contra sacerdotes católicos, mas também se converteu ao catolicismo e casou-se novamente com a sua mulher Rosario Murillo, esta vez com a bênção da Igreja Católica dada pelo mesmo cardeal Obando y Bravo (Equipo Envío, 2006a; Samcam, 2023, pp. 38–39).

Neste contexto arranjaram um negócio de benefício mútuo com Jaime Morales Carazo, um banqueiro e ex-membro da direção da *contra*, que aceitou ser o candidato da FSLN à vice-presidência. Desta maneira, Morales conseguiu recuperar todas as suas propriedades confiscadas pela revolução e Ortega pôde mostrar que estava praticando a reconciliação com os seus anteriores adversários. Outro elemento da campanha eleitoral foi a combinação de atuações espetaculares e esotéricas com a encenação de Ortega como o poderoso líder do país. Por exemplo, subiu ao palco num grande evento para celebrar a Revolução Sandinista, montado num cavalo branco de raça com a bandeira da Nicarágua aos ombros, como uma capa de acordo com o estilo de um imperador romano (Equipo Envío, 2006a; Samcam, 2023, p. 41).

No entanto, nesta campanha da FSLN também houve atuações políticas sérias e de alta transcendência. A direção da Frente sabia que não podia ganhar as eleições em confrontação com a Igreja Católica. Mas durante a campanha eleitoral, surgiram várias mobilizações das Igrejas Católica e Evangélicas contra o aborto. Como resultado, a FSLN, juntamente com os liberais, apresentou uma moção no parlamento que proibia completamente o aborto, que na forma do aborto terapêutico estava legalizado desde 1893, e sujeitava-se a penas severas quem o praticasse. Esta moção foi aprovada no parlamento apenas 10 dias antes das eleições, sem qualquer debate de fundo. Desta forma, a FSLN tentou ganhar votos entre o eleitorado cristão, mas tratou-se também de uma campanha contra o seu principal rival, o MRS, que se tinha pronunciado a favor da continuidade da legislação em vigor (Schindler, 2006, 2019a, pp. 91–92).

O conjunto de todas estas medidas, completadas pela redução da fasquia eleitoral a 35 % para a eleição do presidente e as candidaturas separadas das forças de Direita, resultou no êxito de Ortega nas eleições presidenciais em 2006. O Equipo Natlápan-Envío (2006b) caracteriza a relação entre Ortega e o poder governamental nos anos de 1990 a 2007 da seguinte forma:

“Aunque en 1990 perdió el gobierno, Ortega nunca perdió el poder. Más bien, fue acumulando cada vez más hasta llegar a estos comicios [de 2006] convertido en el hombre más poderoso de Nicaragua.

Ortega llegó a las elecciones con total control del Poder Electoral, con amplio control en el Poder Judicial y en el Poder Legislativo, con un importante poder económico y tras ocho años de un nefasto pacto con Arnoldo Alemán y el PLC que [él] domina. Los resultados electorales le permitirían a Ortega [...] mantener las bases de este pacto e iniciar una tercera etapa del mismo.” (ibid. 2006b)

6.4 Reformas constitucionais

Durante o período da governação conservadora-liberal (1990 – 2007) foram aprovadas várias reformas da Constituição da Nicarágua e também da Lei Eleitoral, lei que tinha um valor constitucional. Na sua essência, todas estas mudanças tinham que ver com dois elementos constitutivos de uma sociedade democrática. Por um lado, tratava-se da construção e da interrelação dos poderes do Estado, nomeadamente a repartição das atribuições administrativas entre o presidente, que ao mesmo tempo era o chefe do governo, e a Assembleia Nacional. Pelo outro lado tratava-se das regras da democracia liberal, nomeadamente do papel dos partidos políticos e das regras eleitorais. O ponto de partida para estas emendas foi a Constituição Política presidencialista aprovada em 1987 e a Lei Eleitoral democrática e pluralista vigente nas eleições de 1990. No período de governação examinado neste capítulo houve três grandes reformas constitucionais, nos anos 1995, 2000 e 2005.

A reforma constitucional de 1995 (Asamblea Nacional, 1995a) contemplou a modificação de 65 artículos dos 202 artículos originais e consistia principalmente na transferência de muitas funções importantes do presidente para o Parlamento e na democratização do país. Esta reforma, demandada por amplos setores da sociedade e iniciada conjuntamente pelo *Movimiento de Renovación Sandinista (MRS)*, um grupo dissidente da FSLN e pela maioria dos deputados da UNO, eliminou todas as referências da Constituição de 1987 em relação à revolução e ao Sandinismo e definiu a Nicarágua como um Estado social e de direito. Reforçou o caráter democrático do Estado com a introdução dos instrumentos da democracia direta do referendo e do plebiscito. Ampliou os direitos e as garantias dos cidadãos, como a competência exclusiva do poder judicial, para autorizar a entrada numa casa particular, suprimiu a admissibilidade de jurisdições excepcionais e introduziu a função dum Procurador dos Direitos Humanos. Exigia de todos os funcionários públicos que fizessem uma declaração de probidade antes de assumir um cargo e depois de entregar o mesmo. Para limitar o nepotismo político que estava, e ainda está, profundamente enraizado na sociedade nicaraguense foi proibido que pudessem ser eleitos presidente, vice-presidente, ministros, vice-ministros, diretores de entidades públicas ou embaixadores parentes do presidente dentro do quarto grau de consanguinidade ou do segundo grau de afinidade. Além disso, o mandato presidencial foi reduzido a 5 anos, foi proibido a reeleição do presidente e determinou-se que um candidato para a presidência deveria conseguir pelo menos 45 % dos votos válidos para ser eleito na primeira

volta e caso contrário, haveria uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados (Álvarez & Vintró, 2009, pp. 176–184).

Eventualmente foram debilitadas as funções do presidente para potenciar o poder da Assembleia: as possibilidades do veto presidencial contra leis foram restringidas, a competência do presidente para regulamentar as leis foi limitado e os deputados obtiveram o direito de propor candidatos para a eleição dos magistrados da Corte Suprema de Justiça, os quais tinham que ser eleitos por uma maioria de pelo menos 60 % dos deputados. Por último, foi fortalecida a autonomia municipal e a autonomia regional na Costa Caribenha, uma medida importante para a descentralização e democratização da sociedade (ibid. 2009, pp. 185–192).

Mas, estas estipulações também eram expressões de interesses particulares de alguns dos líderes políticos envolvidos nesta reforma. Aproximavam-se cada vez mais as eleições seguintes, previstas para 1996 e várias personalidades dos diversos partidos pertencentes à UNO, bem como da FSLN começavam a procurar uma boa posição de partida para se candidatarem à presidência ou a outros postos da administração pública. O ministro de Presidência Antonio Lacayo era uma das figuras que tinha interesse em candidatar-se para a presidência. Mas a proibição da candidatura de parentes do atual presidente significou, portanto, uma inibição direta da candidatura de Lacayo e a eliminação dum concorrente com boas hipóteses de ser eleito, porque era o genro da então atual presidente, Dona Violeta (Álvarez & Vintró, 2009, pp. 183–184; Lacayo Oyanguren, 2005, pp. 593, 597, 638–639, 656–657, 663–664).

Assim, enquanto essas emendas podiam ser caracterizadas como aprofundamentos democráticos da sociedade, foi acordada entre a FSLN e o PLC uma reforma da Lei Eleitoral em 1995 (Asamblea Nacional, 1995b) que mudou todos os processos eleitorais dos anos seguintes e que resultou num enfraquecimento da democracia eleitoral. A nova lei retirou ao presidente do Conselho Supremo Eleitoral (CSE) o poder de nomear diretamente, de acordo com os seus critérios profissionais, técnicos e administrativos, os chefes do CSE nas regiões e departamentos. A nova lei estabelecia que os cargos seriam nomeados pelo CSE a partir de listas apresentadas pelos partidos, ou seja, a partir de listas elaboradas segundo critérios políticos partidários e não profissionais. De tal forma, todas as mesas de voto e todos os conselhos eleitorais municipais e departamentais foram compostos por pessoas propostas pelos partidos políticos. A consequência desta determinação foi que os dois partidos dominantes começaram em todos os níveis das instituições eleitorais uma luta para obter os melhores

resultados possíveis para os seus candidatos respetivos, o que significou um passo importante de afastamento dum sistema democrático constitucional (Close, 2016, p. 99). Para além disso, foi importante o facto de que o poder eleitoral tinha a soberania absoluta sobre todos os processos eleitorais e que as suas decisões finais não podiam ser alteradas ou revogadas por nenhuma outra instância legal.

Isto foi o primeiro duro golpe contra os esforços desenvolvidos a partir das eleições de 1984 para despolitizar e profissionalizar a autoridade eleitoral. O presidente do CSE Mariano Fiallos Oyanguren, de orientação sandinista, que foi louvado por todos os lados por ter organizado as eleições de 1990 de maneira exemplar, renunciou à sua posição em protesto contra aquelas medidas (Close, 2016, p. 99; Equipo Envío, 1996b; Pérez Baltodano, 2009, p. 287). Neste contexto é importante mencionar que nem as leis eleitorais, nem as leis dos partidos continham qualquer regra ou exigência relativamente ao funcionamento interno ou, mais concretamente, à organização democrática interna dos partidos políticos. As autoridades dos partidos – na grande maioria dos casos dirigidos por autocratas caudilhescos – disfrutaram da mais absoluta liberdade para confeccionar, ao seu gosto e conveniência, todos os seus candidatos para todas instituições do Estado. Deste modo, as bases dos partidos tinham pouca ou nenhuma influência na eleição dos candidatos eleitorais e as instituições do Estado estavam fortemente influenciadas pelos interesses dos líderes dos partidos, um processo que ia aprofundar-se cada vez mais nos anos seguintes (Hassan Morales, 2016, pp. 403–405).

Em 1996, Arnoldo Alemán foi eleito presidente com uma maioria absoluta dos votos, mas para a Assembleia Nacional os liberais somente receberam 46 % dos votos e 42 assentos, enquanto a FSLN recebeu 36,5 % dos votos e 37 assentos e os demais 9 partidos representados obtiveram 17,4 % dos votos e 14 assentos. A governação complicou-se ainda mais para Alemán porque foi o candidato de uma aliança de seis partidos que se tinham juntado à Aliança Liberal, na qual o seu partido, o PLC, só era uma componente entre os outros cinco partidos PLN, PLIUN, PALI, Convergência Liberal e PUCA. Nem a Aliança Liberal, nem a FSLN tinha suficientes votos na Assembleia para poder aprovar leis normais com uma maioria simples e muito menos para mudar leis de natureza constitucional ou mesmo a Constituição, porque para isto precisavam de sessenta por cento dos deputados. Daí desenvolveu-se, depois de um começo relativamente confrontativo entre as duas forças principais, uma relação mais pragmática, porque, de outra maneira, não teria sido possível promover os projetos governamentais – e também não prosseguir nas suas atividades ilícitas para ganhar mais riqueza e mais poder. Os

entendimentos pontuais tornaram-se conversações e as conversações tornaram-se negociações. Em cerca de trinta reuniões secretas entre as cúpulas mais estreitas do PLC e da FSLN negociaram sobre todos os assuntos políticos importantes, negociações que finalmente, em 1990, se transformaram nos acordos popularmente chamados *el pacto* (Medina Sánchez, 2018, p. 228). Nestas circunstâncias nasceu a reforma constitucional aprovada no ano 2000 (Álvarez & Vintró, 2009, pp. 192–199; Asamblea Nacional, 2000a; Close, 2016, pp. 100–101; Equipo Envío, 1996a). Esta reforma não trouxe importantes mudanças qualitativas, mas as suas alterações quantitativas transformaram dramaticamente as dinâmicas institucionais, consolidaram o caráter bipartidário do país, dominado pelo PLC e a FSLN, fortaleceram gravemente a influência política destes dois partidos em todas as instituições estatais – particularmente no Conselho Supremo Eleitoral e na Coorte Suprema de Justiça – e criaram fortes mecanismos de autoproteção de Ortega e Alemán contra ações judiciais ou penais.

A reforma reduziu o voto mínimo para ser eleito presidente na primeira volta de 45 % a 40 % dos votos válidos e estipulou que este cargo poderia ser alcançado com somente 35 %, se a distância em relação ao candidato com o resultado de votação mais elevado seguinte fosse de pelo menos 5 %. Este regulamento foi de maior importância para a FSLN porque a sua votação previsível não superava muito os 35 % e teria sido muito improvável que Ortega tivesse sido eleito numa segunda volta. Além disso, a maioria necessária para privar o presidente da sua imunidade foi aumentada duma maioria simples dos deputados a dois terços deles. Depois de terminar o seu mandato, os então ex-presidentes receberam automaticamente um assento na Assembleia no período legislativo seguinte. E o candidato à presidência não eleito com o segundo maior número dos votos também recebeu um assento parlamentar. Isto significou, que os ex-presidentes e os candidatos presidenciais dos dois partidos mais votados disfrutaram de uma extraordinariamente alta proteção jurídica (Álvarez & Vintró, 2009, p. 195; Asamblea Nacional, 1995b).

Um segundo complexo desta reforma constitucional consistiu num incremento notável do número dos altos funcionários nas instituições do Estado. Aumentou-se o número dos magistrados da Corte Suprema de Justiça de 12 a 16, do Conselho Supremo Eleitoral de 5 a 7, e a direção do Tribunal de Contas foi ampliada de 2 a 5 membros. A lógica deste aumento consistia em eleger sandinistas para os novos postos e alcançar, desta maneira, a paridade política entre sandinistas e liberais nestas instituições sem a necessidade de despedir alguém dos titulares incumbentes, o que poderia ter provocado resistência e problemas. Todos estes

cargos foram eleitos pelo parlamento, onde as candidaturas podiam ser propostas pelo presidente ou pelos deputados. Para serem eleitos, os candidatos deveriam obter pelo menos 60 % dos votos. O CSE foi dotado do direito de cancelar a personalidade jurídica de partidos que obtiveram menos que 4 % dos votos. A partir deste momento, somente foram eleitos membros da FSLN ou do PLC para todas aquelas posições pela maioria absoluta parlamentar destes dois partidos, com a consequência de que a CSJ e o CSE funcionaram com verdadeiras bancadas partidárias da mesma maneira como na Assembleia Nacional. Todas estas medidas fortaleceram a influência partidária – nomeadamente da FSLN e do PLC – nas instituições estatais, protegeram particularmente Arnoldo Alemán e Daniel Ortega de perseguição jurídica e criaram postos altamente remunerados para os seus mais fiéis seguidores. Esta reforma constitucional foi, portanto, um passo importante para estabelecer um sistema bipartidário e para debilitar a democracia na Nicarágua (Álvarez & Vintró, 2009, pp. 196–199).

Paralelamente a esta reforma foi aprovada uma nova Lei Eleitoral (Asamblea Nacional, 2000b) extremadamente excludente. Esta lei exigia que um partido político tinha que cumprir com várias condições para poder participar nas eleições. Tinha que apresentar ante as autoridades eleitorais conselhos diretivos em cada uma das 151 municipalidades do país e tinha que apresentar assinaturas apoiantes de eleitores registados que equivaliam a 3 % do registo eleitoral. Para manter o seu estatuto legal precisavam de ganhar pelo menos 4 % dos votos presidenciais. E as candidaturas independentes dos partidos por assinaturas populares, uma opção que ainda existia nas eleições de 1996, foram eliminadas por completo (Pérez Baltodano, 2009, pp. 292–293).

A reforma do ano 2005 foi a última grande reforma constitucional no período conservador-liberal (Asamblea Nacional, 2005). Destacou-se por retirar atribuições essenciais do presidente e fortalecer fundamentalmente o papel do parlamento. Determinou que todos os altos funcionários das instituições da administração pública, como, por exemplo, o ministério Público, o Tribunal de Contas, a Procuradoria dos Direitos Humanos, o Instituto da Propriedade Reformada e outras mais, tinham que ser eleitos com o voto favorável de pelo menos 60 % dos deputados. Uma vez que os candidatos a estes cargos podiam ser propostos tanto pelo presidente como pelos deputados, era possível ignorar por completo as propostas do presidente. Além disso, os ministros e chefes de missões diplomáticas também requeriam da aprovação por parte do parlamento, sob as mesmas regras. Esta reforma foi ainda mais longe: conferiu ao parlamento o direito de destituir ministros e outros altos funcionários públicos, também com

uma maioria de pelo menos 60 % dos deputados. Isto significa que atribuições que em sistemas presidenciais tipicamente eram competências exclusivas do presidente foram alargadas para o parlamento. Deste modo, o presidencialismo altamente forte e centralizado da Constituição de 1987 tornou-se um regime presidencial parlamentarizado em 2005, que arrancou muitas competências essenciais do presidente para entregá-las à Assembleia Nacional. O presidente Enrique Bolaños combateu com unhas e dentes para que esta reforma não entrasse em vigor, o que acabou, depois de vários meses de conflitos intensos, por levar ao compromisso de que só entraria em vigor após o final do seu mandato (Álvarez & Vintró, 2009, pp. 201–212).

O valor democrático da Constituição de 1987 mantém-se ao longo de todas essas reformas constitucionais, e as emendas que limitaram as atribuições presidenciais e fortaleceram as competências do parlamento significaram *de jure* uma democratização ainda mais ampla (Álvarez & Vintró, 2009, p. 220). Mas, tendo em conta todos os anteriores conflitos políticos e particulares, as atuações ilegais e criminais dos dois principais protagonistas partidários, as chantagens, promessas, negociações, pactos, corrupções, o roubo de dinheiro dos cofres públicos e as drásticas restrições legais no âmbito eleitoral, estas reformas constitucionais fortaleceram *de facto* uma tendência cada vez mais acentuada de concentrar todo o poder político nos dois partidos mais fortes, o PLC e a FSLN, e os seus líderes absolutos Arnoldo Alemán e Daniel Ortega.

6.5 Eleições

Depois de ter sintetizado as disposições e as mudanças legais mais importantes da Constituição e das Leis Eleitorais para as eleições na Nicarágua, serão investigadas, neste capítulo, as eleições efetuadas sob o domínio destes regulamentos e das suas alterações. No período contemplado neste capítulo, ocorreram três eleições presidenciais e parlamentares, em 1996, em 2001 e em 2006. Também houve eleições municipais e regionais, mas estas não estão no centro da atenção desta investigação, porque as dinâmicas políticas importantes são muito mais claramente visíveis a nível nacional. As três eleições nacionais – presidenciais e parlamentares – foram realizadas em situações políticas e legais muito diferentes.

O mandato da presidente Violeta Barrios de Chamorro terminou com as eleições do ano 1996. A Presidente considerou os êxitos mais importantes conseguidos durante o seu mandato: a implementação da paz, a subordinação do Exército sob o governo civil, a superação da hiperinflação, a autorização da abertura de bancos privados, um incremento considerável da

produção agropecuária, a privatização das empresas estatais e outros progressos económicos e sociais, mas em especial achava importante que pôde entregar ao seu sucessor uma Corte Suprema de Justiça e um Conselho Supremo Eleitoral com “clara maioria não sandinista” (Lacayo Oyanguren, 2005, pp. 713–722). Mas para grandes partes da população pobre esta administração foi uma desilusão, porque não cumpriu com as suas promessas de melhorar a situação das suas vidas. Ainda assim, o governo de Dona Violeta não dependia de qualquer partido político em particular e tentou governar procurando o diálogo com o fim de conseguir acordos com todos os diferentes grupos políticos e sociais. Por conseguinte, a sua legislatura era caracterizada por um conflito permanente entre o poder executivo e o legislativo. Mas também houve contínuas disputas entre os partidos, compromissos, divisões e novos blocos, processos que terminaram na dissolução completa da UNO e também na divisão da FSLN. Estas condições não eram as mais propícias para conduzir a eleições democráticas.

Nas eleições do 20 do outubro de 1996, participaram 23 partidos com os seus próprios candidatos presidenciais. Para observar estas eleições estavam presentes na Nicarágua vários organismos internacionais, como a OEA, a UE ou o Carter Center, bem como a organização independente nicaraguense *Ética y Transparencia (ET)*. Arnoldo Alemán da Aliança Liberal (AL) ganhou a presidência na primeira volta com 51,14 % dos votos, enquanto Daniel Ortega da FSLN ficou no segundo lugar com 37,94 % (Carter Center, 1997, p. 59). Esta impressionante vitória eleitoral contrastava com muitas sondagens feitas anteriormente, mas pode ser explicada com atuações como o apelo do Conselho Supremo da Empresa Privada, da Conferência Episcopal e da mesma Presidente para não se votar na FSLN. Onze partidos ganharam assentos na Assembleia Nacional, a Aliança Liberal 42, a FSLN 36, os restantes partidos juntos 15 (tabela 3). Todos os partidos que ficaram fora do parlamento, perderam automaticamente o seu estatuto legal como partido político. A concentração de 82 por cento dos votos parlamentares nos dois maiores partidos do país já mostrou uma clara tendência do desenvolvimento na direção dum sistema bipartidário. Mas, mesmo assim, os resultados dos partidos revelaram uma alta proporcionalidade entre os resultados alcançados nas urnas e os números de assentos obtidos no parlamento, expresso num índice Gallagher relativamente alto de 1,91 (cálculo do autor). Nas eleições municipais, paralelamente efetuadas, a AL ganhou 92 municipalidades, a FSLN 51 e o MRS uma. No dia das eleições não foram documentadas irregularidades significantes. Mas o processo da contagem dos votos terminou num grande desastre. Por um lado, existia um sistema bem complicado de contagem, herdado das eleições de 1984, que tentou garantir uma representação parlamentar proporcional também para os partidos mais

pequenos. Por outro lado, não houve suficientes recursos e tempo para uma preparação adequada. Em especial, existia o problema de que todos os órgãos eleitorais estavam – de acordo com a reforma eleitoral de 1995 – ocupados por representantes das duas forças políticas dominantes, os liberais e a FSLN, que tentaram de influenciar os resultados a favor dos seus próprios partidos em todos os níveis da administração eleitoral (Carter Center, 1997, pp. 12–13; Equipo Envío, 1996a; Pérez Baltodano, 2009, pp. 287–292).

Tabela 3:

Eleições parlamentares de 1996¹¹

	Votos*	%	Assentos**	%
AL	781.068	45,25	42	45,16
FSLN	629.939	36,49	36	38,71
CCN	63.986	3,71	4	4,30
PRONAL	36.417	2,11	3	3,23
PCN	39.153	2,27	2	2,15
PRN	27.970	1,62	1	1,08
MRS	23.554	1,36	1	1,08
AU	13.848	0,80	1	1,08
PLI	13.697	0,79	1	1,08
ANC	13.011	0,75	1	1,08
UNO-96	12.720	0,74	1	1,08
outros	70.780	4,10	0	0,00
total	1.726.143	100,00	93	100,00

* Departamentais e regionais

* Incluído 3 candidatos presidenciais derrotados (FSLN, CCN e PCN)

Fonte: (Equipo Envío, 1996a; Nohlen, 2005, pp. 497–498)

Demorou mais que um mês para publicar o resultado final destas eleições. Mas esta publicação ainda teve muitas falhas e contradições. Por exemplo, não foram publicados os

¹¹ Na tabela 3 somente estão mostrados os votos para os 70 deputados departamentais e regionais que são os mais importantes para a alocação dos assentos parlamentares; podem divergir em algumas décimas de um por cento dos resultados dos 20 deputados eleitos a nível nacional, mas não alteram o enunciado geral desta tabela nem a distribuição dos mandatos no parlamento. Portanto, a partir daqui todos os números dos votos nas eleições parlamentares documentados neste trabalho referem-se exclusivamente às listas departamentais e regionais.

números dos votantes inscritos nem dos votos inválidos; tinha sido necessário fazer nova contagem dos votos em vários lugares e municípios; em Manágua ficaram 233 mesas de voto sem um único voto embora estivessem registados 67.185 votantes; e, por muitas outras inconsistências, o CSE viu-se obrigado a declarar inválidos entre 11 e 12 por cento dos votos. Daí, o Carter Center (1997) concluir no seu resumo sobre a observação das eleições de 1996:

“The severe administrative challenges and high number of irregularities actually reduced the confidence in the electoral institutions” e o resultado oficial destas eleições apenas pode ser aceite porque “despite the serious short-comings of these elections, they by and large reflected the preferences of the voters.” (ibid. 1997, pp. 12–13, 37–39)

No dia 4 de novembro de 2001 foram celebradas as eleições nacionais seguintes, que se realizaram em condições completamente diferentes daquelas de 1996. O presidente Alemán e o chefe da FSLN Ortega já tinham acordado o seu pacto com todas as disposições associadas: os novos postos na administração pública repartidos entre os seus seguidores mais fiéis, o seu controlo sobre a CSJ e o CSE e as extremas restrições para a participação de outros partidos nas eleições. Ortega e Alemán estavam acusados e a ser investigados juridicamente. O primeiro por ter abusado sexualmente durante anos da sua enteada, o segundo por lavagem de dinheiro numa quantidade de mais de 100 milhões de dólares. Mas os dois estavam bem preparados para esta situação, porque gozavam de sua imunidade jurídica, obtida através do assento parlamentar dado automaticamente ao ex-presidente e ao candidato presidente não eleito.

Enrique Bolaños Geyer, o ex-vice-presidente da anterior administração Alemán, que era um conservador sem adesão partidária, candidatou-se pela lista eleitoral do PLC (Close, 2016, p. 122). Ganhou a presidência com 56,3 % dos votos, deixando Ortega em segundo lugar com 42,3 % (Carter Center, 2002, p. 64). As sondagens tinham novamente prognosticado resultados relativamente bons para Ortega, mas os ataques terroristas às torres gémeas a 11 de setembro de 2001 mudaram completamente a paisagem política. O PLC aproveitou esta situação para apresentar Ortega como amigo de Saddam Hussein e do terrorismo mundial, uma propaganda que foi reforçada pela interferência direta dos EUA através do seu embaixador, que se pronunciou contra a eleição de Ortega. Nas eleições parlamentares só participaram 5 partidos dos quais o PLC ganhou 53 e a FSLN 38 mandatos. O Partido Conservador também conquistou um mandato, mas perdeu a sua personalidade jurídica pouco tempo depois, porque não recebeu votos suficientes exigidos pela nova Lei Eleitoral. O facto de os dois maiores partidos terem obtido mais que 98 % dos votos mostra claramente que o sistema eleitoral já evoluíra para um sistema bipartidário (Dye & McConnell, 2002; Nohlen, 2005, pp. 497–498; Pérez Baltodano,

2009, pp. 294–298). A proporcionalidade entre o voto popular e a composição partidária do parlamento resultou num índice Gallagher de 4,48 o que é um valor relativamente normal em comparação com outros países, mas significativamente pior do que os valores alcançados nas três eleições anteriores de 1984, 1990 e 1996.

Tabela 4:

Eleições parlamentares de 2001

	Votos*	%	Assentos	%
PLC	1.132.876	52,60	53	57,61
FSLN	901.254	41,84	38	41,30
PCN	105.130	4,88	1	1,09
YATAMA	11.139	0,52	0	0,00
PAMUC	3.520	0,16	0	0,00
total	2.153.919	100,00	92	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 1 ex-presidente (PLC) e 1 candidato presidencial derrotado (FSLN)

Fonte: (Nohlen, 2005, pp. 497–498)

O Carter Center (2002) constata no seu resumo da observação das eleições nicaraguenses do ano 2001:

“Una nueva Ley Electoral, nuevas autoridades, un sistema renovado para la transmisión del voto y nuevos procedimientos para la tabulación de resultados, complicaron los comicios. La nueva Ley operó para excluir la participación de muchos partidos políticos al tiempo que una administración partidista del Poder Electoral condujo a procesos deficientes de planificación y comunicación internas [... pero] a pesar de serias deficiencias administrativas, las elecciones cumplieron con los estándares internacionales mínimos y el resultado político reflejó de manera inequívoca la voluntad del pueblo nicaragüense.” (ibid. 2002, pp. 7–8)

O presidente Bolaños compartiu o antissandinismo com o PLC, mas estava determinado a combater a corrupção, personificada na pessoa de Arnoldo Alemán. Por isto, Bolaños tinha acordado com os sandinistas promover uma iniciativa conjunta para levantar a imunidade parlamentar de Alemán e abrir-lhe um processo jurídico por lavagem de dinheiro. Em 2003 Alemán foi condenado a 20 anos de prisão, pena que pôde cumprir em grande parte em regime de prisão domiciliária (Schindler, 2019a, p. 94). Mesmo assim, nunca deixou de ser o líder

absoluto do PLC. Durante a governação de Bolaños existiam amplas liberdades democráticas e a sociedade civil viveu uma época livre de repressão com muitas iniciativas e movimentos de base, muitos destes em formas de organizações não governamentais. Não obstante, no âmbito económico defendeu as regras do neoliberalismo, expresso, em especial, no seu empenho de Nicarágua aderir ao *Tratado de Libre Comercio (CAFTA)* com os EUA. No fim da sua presidência, em 2007, conseguiu alcançar esta meta, mas muitos pobres não experimentaram nenhum avanço nas suas condições da vida (Equipo Envío, 2008a; La Botz, 2016, pp. 304, 353).

As eleições de 2006 foram fundamentalmente diferentes das eleições anteriores. Enquanto as eleições de 1990, 1996 e 2001 foram marcadas por uma forte tendência do bipartidismo e pela polarização entre sandinistas e antissandinistas, em 2006 participaram quatro partidos porque nos dois campos tinham aparecido contradições profundas, as quais resultaram no surgimento de novas formações partidárias. O setor conservador-liberal apresentou-se separado em duas variantes. Por um lado, estava a variante nepotista e corrupta que tinha a sua base principal nas zonas rurais e estava representada pelo PLC e o seu dirigente Arnoldo Alemán. Pelo outro lado estavam as expressões dos grandes negócios e do setor financeiro nos centros urbanos, que precisavam de condições fiáveis para as suas atividades económicas nacionais e internacionais. Este grupo estava representado pelo banqueiro Eduardo Montealegre e o partido Alianza Liberal Nicaraguense (ALN) que tinha formado uma aliança com o histórico Partido Conservador. No campo sandinista também houve diferenciações políticas que resultaram numa divisão que nunca mais foi ultrapassada. O setor tradicional ainda se identificou com a Revolução Sandinista e ligou essa convicção à pessoa de Daniel Ortega, que, entretanto, se tinha erigido como o chefe autoritário e corrupto da FSLN. O outro grupo consistia em quadros históricos da Frente e participantes na revolução, frustrados ante a perda da ética sandinista. Neste grupo integravam-se também jovens de orientação centro-esquerda que se juntaram no Movimento da Renovação Sandinista com o seu candidato Herty Lewites (Equipo Envío, 2006c).

Nesta situação parecia óbvio que as forças da Direita tinham que juntar-se para poder vencer Daniel Ortega. Outra opção era que o voto conjunto do PLC e da ALN poderia derrotar Ortega numa segunda volta das eleições. Também existia a possibilidade de que Herty Lewites do MRS, um homem proveniente do círculo de absoluta confiança de Ortega, ex-presidente da câmara de Manágua e muito popular em toda a população, independentemente da sua orientação

política, ganhasse mais votos que Ortega. Infelizmente morreu poucos meses antes das eleições em circunstâncias nunca esclarecidas, e o novo candidato do MRS Edmundo Jarquín não tinha o mesmo carisma que Herty e consequentemente não atraiu tantos votos.

Daniel Ortega (FSLN) ganhou a presidência com 38,1 % dos votos. Seguiu-se Eduardo Montealegre (ALN-PC) com 29,0 %, José Rizo (PLC) com 26,2 % e Edmundo Jarquín (MRS) com 6,4 % (CSE, 2006). Ortega pôde ganhar na primeira volta apesar do seu resultado relativamente baixo, porque a emenda constitucional de 2000, perpetrada por ele mesmo no quadro do seu pacto com Alemán, tinha reduzido o voto mínimo para ser eleito presidente na primeira volta de 45 % a 40 % e que a presidência mesmo poderia ser alcançada com somente 35 %, se a distância em relação ao candidato com o resultado mais elevado seguinte fosse de, pelo menos, 5 %. A aritmética mostra que os partidos da Direita facilmente teriam ganhado essas eleições se tivessem unido as suas forças. Parece que certos interesses particulares para obter postos nas instituições públicas eram mais importantes que os objetivos políticos que pronunciaram na campanha eleitoral. O pacto ainda funcionou de maneira que Alemán impediu uma candidatura comum da Direita e permitiu assim que Ortega conseguisse a presidência, sempre na esperança de que este utilizasse a sua influência no sistema judicial para anular a sua pena de prisão. Por conseguinte, Ortega só conseguiu assumir a presidência porque previamente tinha assegurado – através do seu pacto com Alemán – a alteração da Constituição e que os partidos de Direita participassem nas eleições com candidaturas separadas.

Tabela 5:

Eleições parlamentares de 2006

	Votos*	%	Assentos**	%
FSLN	847.565	37,90	38	41,30
ALN-PC	596.281	26,66	24	26,09
PLC	591.805	26,46	25	27,17
MRS	188.335	8,42	5	5,43
AC	12.354	0,55	0	0,00
total	2.236.340	100,00	92	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 1 ex-presidente (PLC) e 1 candidato presidencial derrotado (ALN-PC)

Fontes: (Close, 2016, p. 126; CSE, 2006; Georgetown University, 2007)

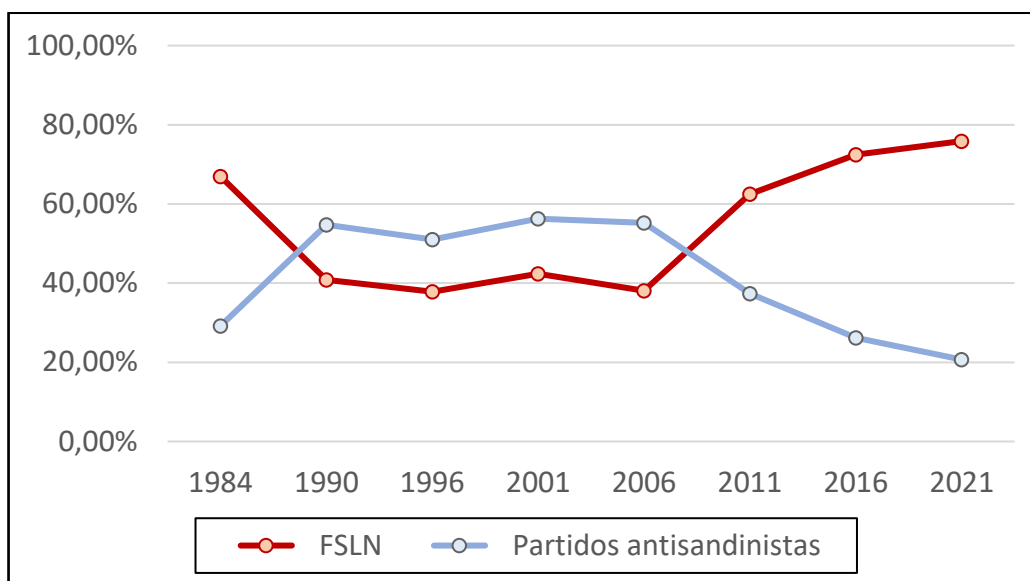
Na Assembleia a FSLN somente contava com 38 deputados, o que significa que, para poder governar, ainda era imprescindível estabelecer alguma forma de diálogo e de cooperação com os outros partidos. A composição partidária do parlamento reflete ainda relativamente bem o resultado da votação com um índice Gallagher de 3,29 (cálculo do autor). Mas é importante salientar que a contagem dos votos terminou quando somente 91,5 % das mesas de votação tinham sido apuradas e que nunca foi publicado um resultado final completo (Carter Center, 2007, p. 34). Mesmo assim, o Carter Center (2007, p. 12) constatou no seu resumo da observação que não encontrou evidências para irregularidades sistemáticas e que aquelas eleições cumpriram em geral com os padrões internacionais.

As três eleições de 1996, 2001 e 2006, efetuadas em condições políticas e legais marcadamente diferentes, expressaram, por um lado, desenvolvimentos e diferenciações políticas importantes na população e, por outro, várias tentativas das cúpulas políticas, em especial de Daniel Ortega e Arnoldo Alemán, de ganhar cada vez mais poder e bens materiais. Tendo em conta os resultados eleitorais relativamente estáveis da FSLN durante todo esse período (1990: 41 %; 1996: 37 %; 2001: 42 % e 2006: 38 %), a vitória eleitoral de Ortega em 2006 não foi o resultado de um novo aumento do apoio popular à Frente Sandinista, mas uma consequência, primeiro, de novos regulamentos administrativos e, segundo, da candidatura separada das forças da Direita, ambas produto do pacto entre Ortega e Alemán. Se não tivessem baixado a fasquia eleitoral a 35 %, Ortega, muito provavelmente, não teria sido eleito na primeira volta e na segunda nunca teria ganhado contra o voto unido do antissandinismo. Se os partidos liberal e conservador tivessem participado numa aliança comum, teriam ganhado na primeira volta sem dúvida alguma.

Gráfico 3:

Eleições presidenciais na Nicarágua (1984 – 2021)

Resultados da FSLN em comparação com o voto antissandinista (%)



Fontes: Ver anexo 10.1 Resultados eleitorais 1984 - 2021

O gráfico 3 mostra que, depois da fase entusiasta revolucionária em 1984, a FSLN obteve resultados estáveis de mais ou menos 40 % nas quatro eleições presidenciais entre 1990 e 2006, claramente inferior do voto decididamente antissandinista (UNO, AL, PLC, PLI, PCDN) de cerca de 55 %. Em 1990, 1996 e 2001, os partidos da Direita participaram em alianças comuns e ganharam à FSLN. Em 2006 não se candidataram em conjunto e Ortega ganhou. A subida dos resultados eleitorais da Frente e o declínio dos resultados dos outros partidos nas eleições que se seguiram são – em boa parte, mas não exclusivamente – expressão da crescente manipulação destas eleições e da repressão geral da sociedade sob o regime orteguista, assunto que será abordado detalhadamente no capítulo 7 deste trabalho.

As formas das mudanças constitucionais e as experiências concretas das três eleições neste período mostraram que todas as importantes decisões políticas não só foram o resultado de um debate público sobre as metas políticas que deveriam ser realizadas, mas também de negociações e pactos secretos, nas quais constantemente estavam envolvidos fortes interesses particulares também. No seu artigo *Política y ética en Nicaragua*, publicado a 23 de setembro de 2005 no *El Nuevo Diario*, Ricardo Coronel Kautz (2005; Pérez Baltodano, 2009), um dos

principais empresários sandinistas, explicou estas práticas da FSLN em palavras bem claras e nunca criticadas ou rejeitadas por algum dirigente sandinista:

“La política en el mundo real [...] no es nada más que el juego de la demagogia, la manipulación, el manoseo, el engaño, la venta de ilusiones, la trampa, el jueguito, la compra y venta de voluntades, el chantaje, el cinismo, las coimas, los pactos prebendarios, el nepotismo, la llamada corrupción, el abuso de la palabra y tráfico de influencias, la media mentira y media verdad [...] es que así es, es el juego del sistema. [...] El FSLN [...] ha tenido que aprender ese juego [...] y parece que lo ha aprendido mejor que los maestros [...] el fin justifica los medios.” (Pérez Baltodano, 2009, p. 165)

6.6 Resumo: Do fim da revolução ao começo da ditadura

A tese central do livro *The Third Wave of Democratization in Latin America* de Hagopian e Mainwaring (2005, pp. 7–8) é que o êxito ou o fracasso dum processo de democratização depende em grande medida do contexto internacional e do compromisso dos principais atores com a democracia. Mesmo que este livro não tenha um capítulo próprio sobre Nicarágua, a lógica da sua tese está confirmada de maneira impressionante pelo desenvolvimento político nicaraguense no período de 1990 até à atualidade. O fim da Guerra Fria em 1991, o fim do financiamento da *contra* pelos EUA em 1988 (Kornbluh, 1991, pp. 342–343), a redução drástica do abastecimento de petróleo à Nicarágua pela União Soviética em 1987 e a suspensão completa da ajuda militar de Moscovo em 1989 (Vanden, 1991, pp. 312–313), a nova orientação da economia mundial no sentido do Consenso de Washington a partir de 1989, a constante pressão de Washington sobre os diversos governos nicaraguenses, a eleição de governos da Esquerda em muitos países de América Latina a partir de 1998 (Levitsky & Roberts, 2011), a integração da Nicarágua no Tratado de Comércio Livre com os Estados Unidos em 2007 e mesmo o assalto às torres gémeas em New York em 2001 foram fatores de maior importância para os processos internos de Nicarágua. Por outro lado, a confusão entre funções públicas e interesses particulares, a corrupção, a falta de uma cultura de debate pública e solidária, a falta de estruturas democráticas no interior dos partidos políticos, a arrogância de muitos líderes de quase todas as correntes políticas e a sua relação instrumental com as leis e com as regras do Estado de direito também influíram determinadamente nas dinâmicas políticas do país. As várias reformas constitucionais tinham, por um lado, um efeito de democratização de um sistema presidencialista extremamente centralizado, mas, por outro, também elementos de criar vantagens para a subida política de uns e para a exclusão dos processos eleitorais de outros.

Os três governos da Dona Violeta, de Alemán e de Bolaños foram caracterizados por fortes confrontos: primeiro, entre os poderes executivo e legislativo, segundo, entre os diversos partidos políticos dentro do parlamento e, terceiro, entre o governo e diversos setores da sociedade que se manifestaram fora do parlamento em defesa dos seus reivindicações particulares. Mas a relação de forças dentro e fora do parlamento tornou necessário repetidamente chegar a compromissos e soluções pragmáticos. A famosa forma *tipicamente nica* de resolver problemas desta natureza consistia em centenas de conversas privadas entre todas e todos os principais atores nestes processos. O pacto entre Ortega e Alemán destacou-se como pedra angular para todos estes procedimentos. A orientação social destes governos era claramente neoliberal, mas, às vezes, compensada por limitados benefícios assistencialistas para os mais necessitados. Esta orientação foi criticada muitas vezes pelos dirigentes sandinistas, mas nunca foi principalmente posta em causa. Depois dos primeiros anos de governação de Dona Violeta, com todos os problemas do desarmamento da *contra*, o clima político na sociedade acalmou-se substancialmente. Apesar de que em várias situações houve manifestações e barricadas na rua, os governos não recorreram à violência policial, e muito menos militar, contra os manifestantes.

As três eleições de 1996, 2001 e 2006 foram caracterizadas por uma tranquilidade nos centros de votação e por um civismo das pessoas que estava expresso em todos os relatórios de observadores internacionais. Mas na contagem dos votos e na transferência dos resultados para as estruturas superiores sempre apareceram grandes problemas, houve sérias manipulações nas mesas e nos centros municipais e regionais de votação, perpetrados na maior parte dos casos pelos dois partidos dominantes, o PLC e a FSLN. O Carter Center (1997, 2002, 2007) criticou as três eleições porque encontrou sérios problemas e altos números de irregularidades, mas, em última instância, aceitou os resultados apresentados pelo CSE porque expressaram de modo geral a vontade do povo. Um problema essencial foi a politização partidária das instituições da administração eleitoral o que significava que desde a preparação das eleições, pela execução do ato mesmo da votação até ao escrutínio dos votos e a transferência dos resultados ao CSE, os membros dos Conselhos Eleitorais não lutavam pela correta realização das eleições, mas sim, pela obtenção do melhor resultado possível para o seu próprio partido.

Os 17 anos do *interregnum* podem ser caracterizados como anos de luta entre dinâmicas pro e contra a democratização da sociedade. Houve avanços e retrocessos. Era uma situação de

transição e não estava claro, se o processo de democratização, iniciado pela Revolução Sandinista, se iria aprofundar ou se haveria uma recaída para condições ditatoriais.

A essência mais básica do desenvolvimento político estrutural do *interregnum*, consistiu nos procedimentos aqui resumidos passo a passo: Ortega (FSLN) perde as eleições em 1990 e torna-se chefe da oposição na Assembleia Nacional. Violeta Barrios de Chamorro (UNO) ganha a presidência e nomeia o seu genro Antonio Lacayo ministro de Presidência. Antes de entregar o poder, a FSLN apropria-se de grandes quantidades de terra, empresas, casas e ações para entregá-las à cúpula e a pessoas de confiança da FSLN, processo popularmente chamado *piñata*. O ex-somocista Arnoldo Alemán (UNO) é eleito vereador municipal em Manágua e ganha a posição de presidente da câmara da capital através dum ato de corrupção. Alemán aproveita-se deste posto para roubar montantes consideráveis dos cofres públicos da cidade, dinheiro que usa para si próprio e para construir o partido PLC. Dado a UNO ser um conglomerado das mais diversas forças políticas, Lacayo não tem uma maioria estável no parlamento. A Frente persegue uma estratégia dupla usando a pressão de protestos de rua das bases sandinistas para conseguir compromissos com o governo e para ganhar novamente importância política. Uma maioria dos grupos parlamentares impede a candidatura presidencial de Antonio Lacayo para eliminar um dos possíveis concorrentes. Daniel Ortega apoia a destituição de Humberto Ortega como chefe do Exército e elimina assim o seu concorrente mais forte à candidatura presidencial.

Em 1996, Alemán é eleito presidente. Nesta nova posição continua com as suas práticas de corrupção, mas agora em grande escala. Não tendo uma maioria parlamentar, Alemán precisa de uma colaboração pragmática com Ortega que aceita isto. Ortega fica calado ante a corrupção manifesta de Alemán e recebe, como recompensa, uma boa quota dos recursos roubados. Com base no bom funcionamento desta colaboração, os dois acordam o *pacto*, que na sua essência significa a criação dum sistema bipartidário. Este sistema traz – através da reforma constitucional de 2000 – várias vantagens para os seus protagonistas: concordam em proteger-se mutuamente de eventuais processos judiciais; a repartição de todas as altas posições nas estruturas do Estado entre a FSLN e o PLC cria um grupo de personagens absolutamente leais aos seus líderes; a redução do voto mínimo a 35 % para conseguir a presidência na primeira volta torna mais fácil alcançar esta posição para Ortega; e os dois asseguram-se a imunidade no seguinte período de governação, Alemán, como ex-presidente, através dum mandato extra na Assembleia e Ortega ou como novo presidente ou, como candidato não eleito, também através de um mandato parlamentar adicional (Asamblea Nacional, 2000a).

Enrique Bolaños, eleito presidente em 2001, está determinado a levar Alemán a tribunal por desvio de fundos públicos e por corrupção. Ortega aproveita esta oportunidade e apoia o Presidente para meter na prisão o seu mais importante adversário político. Alemán é destituído da sua imunidade e condenado a 20 anos de prisão em 2003 por um sistema judicial já largamente dominado por Ortega. Este processo é a pedra angular para a inimizade irreconciliável entre os dois grupos políticos da Direita, representados por Bolaños e Alemán. Tal hostilidade tem a consequência que os partidos antissandinistas não conseguem formar uma candidatura conjunta nas eleições de 2006. Tendo em conta a fasquia de 35 % dos votos para conseguir a presidência, esta divisão é a causa principal para o êxito eleitoral de Daniel Ortega e o seu regresso à posição de presidente.

Nos capítulos 3, 4 e 5 analisou-se o desenvolvimento político da Revolução Sandinista (1979 – 1990) e chegou-se à conclusão de que se tratava de um processo com características democráticas importantes, mas que não se tinha conseguido consolidar e superar os seus défices democráticos, em especial relativamente ao Estado de direito. A deficiência fundamental da democracia da sociedade sandinista consistia numa construção política na qual a última palavra para todas as importantes decisões políticas estava nas mãos dos nove comandantes da *Dirección Nacional* da Frente Sandinista. Neste capítulo 6 analisou-se, de forma muito sucinta, o desenvolvimento político do *interregnum* (1990 – 2007). Identificaram-se progressos importantes relativamente à democratização do país, em especial no nível da democracia eleitoral, e que os processos políticos estavam marcados pela corrupção e os pactos secretos entre as cúpulas mais altas da administração do Estado. Durante o *interregnum*, o mais tardar a partir de 1996, a última palavra de todas as importantes decisões estava nas mãos de Arnaldo Alemán e Daniel Ortega, que tinham engendrado o seu *pacto* para benefício de ambos. Isto foi uma deficiência da democracia não menos importante que as deficiências democráticas do período sandinista. No entanto, ao fazer esta observação, não se deve perder de vista o facto de que, durante o período sandinista, existiram condições de guerra, ao contrário do *interregnum*, que foi um período largamente pacífico (Levitsky & Way, 2010, pp. 22, 144–145).

Neste trabalho não se refere exclusivamente a uma teoria democrática específica, mas sim, ao conceito de V-Dem (Coppedge et al., 2011) que reconhece que várias teorias democráticas têm a sua justificação. Levitsky e Way (2010, pp. 22, 144–145), por exemplo, não desconhecem que existem certas deficiências políticas na Nicarágua, mas caracterizam o regime do *interregnum* de modo geral como “democrático”. Álvarez e VINTRÓ (2009, p. 220) constataam

que “o valor da democracia invariavelmente permaneceu” enquanto Lehoucq (2012, p. 156) simplesmente diz que houve uma “transição para a democracia”. Dye (2000, pp. 35, 40) usa a expressão da “democracia patchwork” para uma sociedade que “mantem formas democráticas, mas fragiliza o conteúdo democrático em instituições chaves”.

Embora o Carter Center (2002, pp. 2, 7–8) tenha criticado fortemente o decurso das eleições de 2001, estas foram celebradas pelo International Republican Institute (2002, p. 2), uma organização com relações estreitas com o Partido Republicano dos EUA, como o “mais livre e mais equitativo processo eleitoral alguma vez realizado” na Nicarágua. Recorrendo às categorias de Linz e Stepan (1996, pp. 44–45) – pluralismo, ideologia, mobilização e liderança – é certo que o período do *interregnum* cumpriu com muitos dos seus critérios para identificá-lo como democracia. Mesmo assim, não se tratou de uma “transição democrática completa” porque elementos importantes, como por exemplo a “autoridade *de facto*” de determinar uma nova política, não estavam realmente garantidos (ibid. 1996, p. 3).

Para este trabalho parecem mais adequadas as características dos regimes políticos definidos por David Close (2016, pp. 16, 95–107, 111–125), que qualifica as reformas constitucionais de 1995 como “ponto culminante da democracia na Nicarágua” enquanto que ao mesmo tempo constata que as reformas da Lei Eleitoral de 1995 já significavam “um passo significativo de afastamento dum sistema eleitoral democrático” (ibid. 2016, p. 99). O pacto de 1999 entre Ortega e Alemán significou o começo do regime do duopólio de poder compartilhado. Estas variações múltiplas de caracterizações ilustram porque é que este trabalho se refere principalmente à abordagem de Roberts (1998) que não fala da existência ou não-existência da democracia, mas propõe o conceito de democracia mais-ou-menos.

Não há consenso na ciência política em relação à determinação se o período do *interregnum* significou um avanço, uma situação estável ou mesmo um retrocesso da democracia em comparação com o período sandinista. É quase impossível comparar uma situação de guerra, no período sandinista, com uma situação de paz, no período do *interregnum*. Além disso, as condições políticas na Nicarágua pareciam relativamente livres, se se olhar para a sociedade civil, e democráticas, se se considerar exclusivamente o ato da votação. Mas neste capítulo foram analisados vários aspetos de dinâmicas políticas, como a corrupção, o roubo dos cofres públicos, pactos políticos nos bastidores, mudanças constitucionais e do sistema eleitoral realmente adversos a condições democráticas. Os mesmos processos eleitorais de 1996, 2001 e 2006 evidenciaram graves falhas e tentativas relevantes de manipulações dos resultados,

acontecimentos que estavam em forte contraste com as eleições de 1990, organizadas pelos sandinistas.

Em relação às mudanças das Constituições e das Leis Eleitorais também não está claro se realmente significaram um avanço ou retrocesso democrático. Em qualquer caso é óbvio que na perspectiva atual muitas das medidas autoritárias e repressivas do regime Ortega, a partir da sua nova presidência em 2007, já estavam preparadas através do pacto – primeiro secreto, depois público – entre Ortega e Alemán.

7 O Orteguismo

Os capítulos 7 e 8 investigam o desenvolvimento da sociedade nicaraguense no período orteguista, entendido como as condições político-sociais que prevaleciam na Nicarágua sob a governação do presidente Daniel Ortega a partir de 2007 até às eleições de 2021. A partir deste capítulo já não se usa a expressão “sandinista”, porque o governo e a FSLN neste período se tinham afastado fundamentalmente das metas principais do movimento sandinista. As orientações e dinâmicas políticas já não tinham como ponto de referência a programática sandinista, mas estavam cada vez mais determinadas por Daniel Ortega e a sua esposa Rosario Murillo. Por consequência, a partir de aqui, o sistema político da Nicarágua será denominado Orteguismo. Além disto é importante que nesta parte da investigação as passagens que se referem à política de “Ortega” ou “Ortega-Murillo” geralmente não significam, em primeiro lugar, afirmar que Ortega ou Murillo, enquanto indivíduos, são os principais atores que definem as decisões políticas importantes, mas sim, que as condições políticas encontradas neste período político mostram uma certa dinâmica, um padrão muito específico do comportamento político de Ortega e Murillo, que, embora estivesse sujeito a várias flutuações, apresenta, na sua dimensão a longo prazo, um elevado grau de continuidade no seu processo da estrangulação da democracia e do fortalecimento das estruturas autoritárias.

Para poder fazer a comparação com o período de governação sandinista entre 1979 e 1990 – que é o principal propósito deste trabalho – é preciso usar os mesmos instrumentos e critérios aplicados nos capítulos 3, 4 e 5, para analisar as principais dinâmicas político-sociais do período orteguista. Daí, a perspectiva da democracia eleitoral e da democracia igualitária também estar no centro dos dois capítulos seguintes desta investigação.

O período de governação orteguista divide-se principalmente em duas fases. A primeira estava caracterizada por uma combinação híbrida de instituições democráticas com traços repressivos e a crescente concentração do poder nas mãos do binómio Daniel Ortega e a sua esposa e vice-presidente Rosario Murillo. A segunda fase significou a instalação de uma ditadura declarada que prescindiu completamente de qualquer legitimação democrática e atuou com extrema violência contra o povo. O ponto de inflexão da transição da primeira fase para a segunda foram os protestos que começaram no dia 18 de abril de 2018 e resposta repressiva do governo contra os manifestantes nas semanas seguintes.

O espaço de tempo contemplado nos dois capítulos seguintes abrange catorze anos, três eleições presidenciais e parlamentares, várias alterações constitucionais e duas mudanças de regimes políticos. Por conseguinte, estes capítulos não podem ser uma descrição e muito menos uma análise completa dos desenvolvimentos políticos naquela altura, mas têm que concentrar-se nos processos essenciais no decurso das mudanças da sociedade sob a presidência de Ortega. O capítulo 7 dedica-se principalmente à primeira fase de governação orteguista desde 2007 até 2018, enquanto que o capítulo 8 analisa os processos político-sociais do levantamento popular de abril 2018, da repressão violenta estatal e da formação e a consolidação de uma ditadura declarada a partir de tal momento.

O capítulo 8 aproxima-se, em parte, muito ao presente e, por conseguinte, também está em grande parte escrito no presente do indicativo. Por isso, é preciso sempre ter em conta que este texto foi concluído nas suas principais partes em outubro de 2024.

7.1 Contexto geopolítico e interno

Quando Daniel Ortega, o candidato da FSLN, foi reeleito e retomou o poder como presidente de Nicarágua em 2007, a Guerra Fria já não existia e o confronto dos blocos Oeste vs. Este já pertencia a um passado supostamente superado. A relação diplomática entre a Nicarágua e os EUA estava relativamente normalizada, o que se expressou, entre outros, numa cooperação militar entre os dois países e uma colaboração na luta contra o narcotráfico. Não só tinham desaparecido os fatores que nos anos oitenta do século XX tanto impediram um progresso do país, como a intervenção económica e militar dos EUA contra a Nicarágua ou a guerra da *contra* para derrubar o governo sandinista. Mas, acima de tudo, o presidente Hugo Chávez de Venezuela estava disposto a prestar um apoio económico significativo a Nicarágua através da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA)* fundada em 2004 (Martí i Puig, 2013, pp. 270–271; Sáenz, 2021, pp. 364–368; Toussaint, 2018, pp. 3–4). As condições eram propícias para um desenvolvimento económico, político e social para o benefício de todos os nicaraguenses.

O recém-eleito novo presidente Ortega continuou a orientação económica dos governos anteriores conservadores-liberais e renovou os acordos já existentes com o Banco Mundial e o FMI (Ayerdis, 2018, p. 57). Continuou a receber créditos destas instituições financeiras, e de outras também, enquanto prosseguiu as reformas neoliberais começadas pelos governos precedentes. Isto permitiu gerir um crescimento económico médio do PIB de mais ou menos

4 % por ano e executar vários programas de reformas sociais, que causaram uma certa tranquilidade e passividade da população, durante os primeiros dez anos da nova governação de Ortega (Toussaint, 2018, p. 4).

Houve muitas vozes que deram a Ortega o benefício da dúvida porque tinha conseguido ganhar o apoio de vários setores da sociedade para o seu projeto de governo, setores que tinham estado fortemente em oposição à Revolução Sandinista. O cardeal Obando y Bravo, representante mais alto da Igreja Católica na Nicarágua, foi a voz mais importante neste empenho. Mas também houve grupos evangélicos que lhe deram o seu apoio político. Jaime Morales Carazo, anterior dirigente das forças contrarrevolucionárias da FDN foi nomeado candidato à vice-presidência do país. Os dirigentes principais da oposição armada dos miskitus Steadman Fagoth Müller e Brooklyn Rivera, mais tarde também Edén Pastora, emblemático dirigente do grupo contrarrevolucionário ARDE, bem como intelectuais como Orlando Núñez ou William Grigsby entraram num acordo com Ortega. A colaboração destas personagens com Ortega sempre incluiu um elemento de vantagens económicas para eles (licença para pescar lagostas ou explorar terrenos, postos na administração pública, isenção de impostos, entrega de terras rurais, participações em empresas ...) como já era normal naquela altura.

A Rússia estava enredada nas suas próprias crises político-sociais e, durante muitos anos, não desempenhou qualquer papel importante, enquanto o papel de Cuba foi principalmente o do apoio político ao governo Ortega no seio da ALBA e do grupo central do projeto do socialismo do século 21 Venezuela, Cuba e Nicarágua. Mas em 2021 deu-se uma viragem importante da política externa quando o governo de Nicarágua rompeu as relações diplomáticas com Taiwan e abriu as relações diplomáticas com a República Popular da China.

No interior do país existia ainda uma maioria da população que estava politicamente contra o Sandinismo, havendo também uma ampla deceção sobre os resultados dos três governos neoliberais que governaram entre 1990 e 2007, e que não tinham conseguido melhorar as condições de vida da grande maioria do povo pobre. A FSLN consolidada era de longe o partido maior e melhor organizado no país e Daniel Ortega tinha conseguido avançar consideravelmente ao estabilizar a sua posição como figura dominante da FSLN. Mesmo assim, estava muito longe do poder absoluto que deveria conquistar durante o percurso dos anos seguintes. No começo da sua segunda presidência ainda tinha que negociar as suas atuações políticas com diferentes setores no interior do seu partido, como também com outras forças

políticas e sociais, particularmente com Arnoldo Alemán, que continuou a ter uma alta presença de membros do seu partido PLC nas instituições mais altas da administração do Estado.

Um passo importante do novo governo para a definição do funcionamento interno do poder executivo foi a constituição do *Consejo de Comunicación y Ciudadanía* (Asamblea Nacional, 2007c), uma entidade governamental com altas competências na delineação da política e da comunicação pública do governo. Rosario Murillo foi nomeada a coordenadora deste organismo e ficou, desta maneira, numa posição central no governo. Uma medida ainda mais importante para a organização da sociedade e para consolidar o poder governamental foi a criação do *Consejo Nacional del Poder Ciudadano* (Asamblea Nacional, 2007a) e o estabelecimento dos *Consejos del Poder Ciudadano (CPC)* (ibid. 2007b) através de decretos presidenciais, porque naquele momento a FSLN ainda não dispunha de uma maioria parlamentar. A tarefa do primeiro organismo deveria ser a promoção e preservação da cultura nicaraguense. Mas o primeiro artigo já determinava que Rosario Murillo, que já era a coordenadora do Conselho de Comunicação e Cidadania, deveria presidir a este conselho também. Os CPC deveriam ser construídos em todo o país e a todos os níveis da sociedade e deveriam funcionar pretensamente como organismos da democracia participativa e direta. A partir de 2012, os CPC foram substituídos pelos *Gabinetes de Familia, Comunidad y Vida*, mas tinham as mesmas tarefas como os CPC, nomeadamente apoiar em questões da saúde, da educação, do meio ambiente, segurança e outros problemas nos bairros populares. Na realidade não eram organismos de auto-organização, mas grupos de aderentes da FSLN que levaram as campanhas políticas do governo aos bairros e que misturaram a sua participação nas atividades sociais com o controlo político da vizinhança (Close, 2016, pp. 142–146; Martí i Puig, 2013, p. 271; Murillo Zamora, 2023, pp. 3–4).

7.2 Eleições e reformas constitucionais

7.2.1 Eleições municipais de 2008

Neste trabalho não se pode dar muita importância às eleições municipais por causa do espaço limitado deste texto. Mas as eleições municipais de 9 de novembro de 2008 tiveram uma importância especial para o seguinte desenvolvimento político. O *comeback* de Ortega realmente já começara nas municipais em 2004, quando a FSLN conseguira ganhar 87 dos 151 municípios do país, perante 52 que tinha ganhado quatro anos antes. O PLC perdeu 37

municípios dos 94 que tinha conquistado anteriormente, o que foi uma resposta bastante clara dos votantes à corrupção e ao enriquecimento ilícito de muitas administrações municipais liberais (Close, 2016, p. 125). Mas o resultado de 38 por cento para Ortega nas eleições presidenciais de 2006, ainda estava longe de ganhar novamente uma maioria na população. As eleições municipais de 2008 deveriam, portanto, mostrar duas coisas: primeiro, iria Ortega cumprir com a sua promessa de ser um homem novo que tinha aprendido do passado e que, em seguida, iria trabalhar para o bem de todos e para a reconciliação? E, segundo, iria a FSLN ser capaz de ganhar novamente o apoio popular para além do voto incondicional da base sandinista?

É muito difícil analisar as eleições na Nicarágua, porque a partir da renúncia, em 1996, do presidente do Conselho Supremo Eleitoral Mariano Fiallos – uma personalidade de identidade política sandinista e de integridade pessoal inquestionável – as autoridades eleitorais esconderam uma grande parte das informações sobre os resultados do escrutínio dos votos e as informações que publicaram não eram confiáveis (Guevara López, 2008b). As eleições municipais de 2008 ficaram marcadas por graves irregularidades, as quais se expressaram a vários níveis. Geralmente existia um clima de violência e intimidação contra todos os partidos não-sandinistas, que foi tolerada e reforçada pelo Conselho Supremo Eleitoral que, entre outras medidas em detrimento das forças políticas não-sandinistas, tinha despojado dois partidos importantes da oposição da sua personalidade jurídica. Desta maneira o pacto entre Ortega e Alemán continuou a ser vigente favorecendo ao PLC perante todos os demais partidos opositores. Mas, ao mesmo tempo, a relação de forças dentro do CSE e em todo o aparelho eleitoral mudou-se significativamente em benefício da FSLN e em detrimento do PLC (Peraza, 2021, pp. 310–311).

O maior fraude foi observado no município da capital Manágua, onde habitava um terço da população nicaraguense. O CSE e o partido no poder seguiram a estratégia de ocultar e alterar os resultados nas mesas de voto onde os partidos não sandinistas tinham ganhado continuamente em todas as eleições desde 1990. O CSE declarou Alexis Argüello, candidato da FSLN para a presidência da câmara municipal, vencedor das eleições. Mas a oposição, unida na Aliança PLC, impugnou esta decisão da autoridade eleitoral, reclamando a vitória para o seu candidato Eduardo Montealegre e exigindo uma recontagem pública de todos os votos. A Aliança conseguiu recuperar 2.039 atas do escrutínio do total das 2.117 mesas de votação e essas atas mostraram que o seu candidato para a presidência da câmara tinha ganhado amplamente sobre o candidato da FSLN. Todas essas atas foram publicadas na internet e no

diário La Prensa. Ainda assim, e admitindo que só estava na posse de 2.085 atas, o CSE recusou uma nova contagem e confirmou a sua decisão de dar a vitória eleitoral à FSLN e ao seu candidato principal. O CSE publicou na sua página web somente os resultados de 1.441 mesas de votação, ocultando assim os resultados dum total de 674 mesas de votação, que equivale a 31,8 por cento de todas as mesas de votação. Nunca publicou um resultado oficial completo e detalhado destas eleições (Close, 2016, pp. 146–148; Equipo Envío, 2008b; Peraza, 2021, pp. 313–315).

Os acontecimentos e resultados do município de León, segunda cidade maior de Nicarágua e fortaleza histórica da FSLN, confirmam as observações feitas em Manágua. Por uma casualidade da vida, o autor desta tese esteve em León poucos dias depois das eleições municipais, pôde fazer entrevistas com vários dirigentes políticas locais e, neste percurso, entrou em posse de cópias de 94 % das atas de todas as mesas de votação deste município. Embora estas atas sejam *de jure* públicas, as autoridades eleitorais locais recusaram-se a disponibilizar estes documentos. Mesmo assim, foi possível analisar os resultados eleitorais de León em grande pormenor, com base nos documentos acessíveis. O caso de León é muito provavelmente representativo para tudo o que aconteceu em muitas outras cidades também, por ser uma capital departamental com alta tradição de apoio para a Frente Sandinista. O autor chegou às seguintes conclusões:

As atas oficiais de León mostram uma modesta vantagem de 1.719 votos a favor da FSLN (30.548) perante a Alianza PLC (28.829). Mas houve um número extraordinariamente elevado de votos que foram declarados “inválidos”, um facto que só por si, levanta a forte suspeita de que estas eleições foram manipuladas. Se somente uma parte destes votos nulos tivesse sido somado ao resultado da Alianza PLC, significaria que esta tinha ganhado as eleições. Para além disso, destacam outras irregularidades mais: em conjunto foram declarados “inválidos” 4.964 votos, o que representa mais que 8 % do total de votos, enquanto nas eleições anteriores quase não houve nenhuns. Os votos “inválidos” não apareceram uniformemente distribuídos, mas concentraram-se em poucas mesas de votação; em somente 30 mesas de votação (7 % de todas) apareceram 3.067 votos “inválidos” (60 % do total). Houve uma mesa de votação com 100 % de votos declarados “inválidos”. Houve outras mesas de votação com 30 %, 40 % ou 50 % de votos “inválidos”. Votos “inválidos” surgiram principalmente em mesas de votação que tradicionalmente tinham um voto maioritário liberal. Há muita evidência de que nos centros de votação municipais e departamentais tenha havido manipulação dos votos

sendo que foi mais em detrimento da Alianza PLC e em benefício da FSLN. O CSE nunca publicou um detalhado resultado final, mas limitou-se a declarar o candidato da FSLN presidente eleito da câmara municipal. No entanto, é muito provável que o verdadeiro vencedor das eleições em León tenha sido o candidato da Alianza PLC (Martí i Puig & Serra, 2020, pp. 120–121; Schindler, 2019a, pp. 98–104).

Outras irregularidades eram: pela primeira vez não foram acreditados observadores nacionais ou internacionais para monitorizar as eleições; dois partidos opositores importantes, o Partido Conservador e o Movimento de Renovação Sandinista, foram despojados da sua personalidade jurídica; durante a campanha eleitoral e no mesmo dia das eleições existia um clima de intimidação e de medo; manifestações oficialmente autorizadas foram suprimidas violentamente por parte de aderentes da FSLN que, em alguns casos, incluíam dirigentes e candidatos locais do partido; meios de comunicação e radioemissoras independentes foram agredidas e vandalizadas; e personagens proeminentes que criticaram a FSLN, como por exemplo o ex-presidente da câmara de León Luis Felipe Caldera ou a defensora de direitos humanos Vilma Núñez, foram ameaçados de morte (Close, 2016, pp. 147–148; Equipo Envío, 2008b; Schindler, 2019a, pp. 101–103). Em resposta às críticas sobre as ações repressivas, algumas das quais levadas a cabo por apoiantes de Ortega e outras por forças policiais, Hernán Estrada (Equipo Envío, 2008b), o Procurador Geral da República, declarou o seguinte:

“Si el jefe del Estado y líder político del Frente Sandinista, Daniel Ortega, dispusiera llamar a sus partidarios a las calles no quedaría piedra sobre piedra en este país, sobre ninguna emisora, sobre ningún canal de televisión o medio de comunicación que lo adverse. Hay que agradecerle que no lo ha hecho, por la sabiduría y la serenidad del gobernante que tenemos.” (ibid. 2008b)

Esta afirmação é, de acordo com Vilma Núñez, não só uma ameaça, mas também e uma aceitação implícita de que a violência desempenhada naquele momento foi impulsada por Daniel Ortega. Esta declaração foi feita dez anos antes da repressão violenta dos protestos pacíficos do povo, em abril de 2018, mas mostra o pensamento dos dirigentes da FSLN já em 2008. Desta maneira a FSLN ganhou 105 das 146 câmaras municipais enquanto 37 ficaram nas mãos do PLC e em 4 ganharam outros partidos. A nova ascensão de Ortega somente pôde continuar na base de um enorme fraude eleitoral e de atuações repressivas e violentas contra o povo. Obviamente, “o custo político de manipular os resultados eleitorais era menor do que o custo político de perder as eleições em Manágua e nas outras cidades importantes” (Equipo Envío, 2008b).

O conjunto de todos os acontecimentos antes, durante e depois das eleições municipais de 2008 mostraram que a “nova imagem” de Ortega como presidente reconciliador que trabalha para o bem de todos somente foi um elemento folclórico da campanha eleitoral e que as atuações da Frente Sandinista e do Conselho Supremo Eleitoral controlado por ele tinham o principal objetivo de ganhar o número máximo possível das câmaras através de qualquer meio acessível, fossem estes meios ilegais ou violentos. Obviamente, um êxito eleitoral nas municipais foi visto como elemento chave para a continuação da presidência e para ganhar uma maioria na Assembleia nas eleições gerais previstas para o ano 2011.

7.2.2 Eleições de 2011

A aspiração da FSLN pelo poder no Estado foi acompanhada pela aspiração cada vez mais óbvia de Ortega pelo poder absoluto dentro do seu partido. Daí viu-se como o candidato natural para a presidência nas seguintes eleições nacionais. Mas as reformas constitucionais de 1995 proibiram explicitamente a reeleição presidencial, o que foi um obstáculo forte para uma nova candidatura de Daniel Ortega. Para resolver este problema, seis magistrados da Corte Suprema de Justiça (2009) proclamaram, a 19 de outubro de 2009, a sua sentença de que Ortega podia candidatar-se para às eleições presidenciais em 2011 (Brown, 2023, p. 196; Thaler, 2022, p. 2). Declararam anticonstitucional a proibição da reeleição presidencial conforme o artigo 147 da Constituição porque significava uma violação dos direitos democráticos do presidente no poder e julgaram, desta maneira, que este artigo estava fora de vigência e não devia ser aplicado.

Esta decisão tem várias implicações jurídicas e políticas importantes, que devem ser analisadas no contexto desta investigação. Primeiro, é expressão de muitas irregularidades jurídicas, das quais a mais importante foi que a Sala do Constitucional da CSJ não tem a competência para alterar a Constituição, nem declarar não aplicável certos artigos da mesma, porque tem que assegurar que a Constituição seja respeitada em todas as suas partes e por todas instituições do país. Os únicos órgãos que podem mudar a Constituição são uma Assembleia Constituinte ou uma maioria qualificada de pelo menos 60 por cento dos deputados da Assembleia.

Segundo, a forma pela qual foi levado a cabo este julgamento por parte da CSJ mostra como os procedimentos jurídicos formais foram manipulados para publicamente criar a imagem de que tudo foi feito de acordo com os princípios de um Estado de direito. A 15 de outubro, o presidente Ortega solicita ao Conselho Supremo Eleitoral a autorização para se candidatar ao

seguinte mandato de presidência, apesar da proibição constitucional explícita da reeleição. A partir daí, os acontecimentos aceleraram-se subitamente: na sexta-feira, 16 de outubro às 11:45, o CSE declara que não tem competência para decidir sobre a suspensão do artigo constitucional que proíbe a reeleição. Às 13:00, o advogado Eduardo Mejía Bermúdez, representante legal de Ortega, apela contra esta decisão do CSE perante o Tribunal de Apelações de Manágua. Às 16:10 do mesmo dia, o Tribunal de Apelações declara-se incompetente e remete o processo para a Câmara Constitucional do Conselho Supremo Eleitoral. Na segunda-feira, 19 de outubro às 8:30, o advogado de Ortega e os membros do CSE comparecem perante a Câmara Constitucional para apresentar as suas respectivas posições. Às 12:00 do mesmo dia, a Câmara Constitucional aceita o processo e inicia a sua apreciação jurídica. Somente quatro horas e meia mais tarde, a Câmara Constitucional apresenta às 16:30 a sua sentença à imprensa que, entretanto, tinha sido convidada a deslocar-se à sede da CSJ. O texto da sentença é um documento de 24 páginas que, na sua essência, revoga o artigo 147 da Constituição na parte que proíbe a reeleição presidencial e obriga ao CSE a confirmar que Ortega se pode candidatar nas eleições seguintes. Além disso, o tribunal pronuncia-se da mesma maneira com respeito à reeleição dos presidentes de câmara, que até então também era proibida pelo artigo 178 da Constituição. Obviamente estava tudo meticulosamente preparado de antemão (La Prensa, 2021; Schindler, 2019a, pp. 105–110).

Dos seis juízes que assinaram este julgamento – todos eles apoiantes leais de Ortega – apenas três eram membros de pleno direito da Câmara Constitucional. Os três membros suplentes foram convidados pelo facto de os juízes ordinários (liberais) não se encontravam nos seus gabinetes nessa segunda-feira à tarde e não comparecerem à sessão da Sala Constitucional. Supostamente, tinha havido um acordo entre os magistrados da CSJ de que só tinham de estar presentes até às 13:00, embora o horário de trabalho seja até às 16:00. No entanto, como alguns juízes liberais ainda não tinham saído dos seus gabinetes ao meio-dia foram motivados a sair aplicando um remédio que já tinha sido utilizado várias vezes no Parlamento em situações críticas: a eletricidade foi simplesmente desligada. Como este apagão demorou mais tempo do que o habitual, um dos liberais disse mais tarde que abandonou o local e não voltou. Este processo foi um teatro meticulosamente planeado e encenado para dar publicamente uma imagem de legalidade à questão da reeleição presidencial – uma questão central e altamente controversa desde os tempos do ditador Somoza (ibid. 2021; ibid. 2019a). Os protestos dos liberais e de muitos outros setores da sociedade civil contra esta flagrante violação dos procedimentos do Estado de direito não tiveram nenhum efeito positivo (CINCO, 2011, pp. 4–

5). Em 2011, o magistrado e coordenador da Sala Constitucional Francisco Rosales afirmou outra vez explicitamente que era impossível reverter a sentença da CSJ e que Ortega e os presidentes de câmara podiam candidatar-se para a sua reeleição (Poder Judicial, 2011).

A 3 de outubro de 2021 o jornal La Prensa (2021) publicou um artigo que explica as dinâmicas internas da Frente naquele momento. Esse episódio aconteceu numa situação em que no seio da liderança da FSLN houve considerações no sentido de uma sucessão familiar e da nomeação de Rosario Murillo como próxima candidata presidencial. Mas, dada a sua personalidade bem conflituosa, a velha guarda – particularmente o grupo dos combatentes históricos da Frente – opôs-se veementemente a estas contemplanções. No entanto, para facilitar uma nova candidatura de Ortega teria sido preciso a abolição do artigo 178 da Constituição através de uma emenda constitucional, aprovada na Assembleia com uma maioria qualificada, da qual a FSLN não dispunha e que os outros partidos não estavam dispostos de apoiar. De acordo com o pacto entre Ortega e Alemán, a Sala Constitucional da CSJ era composta por três magistrados da FSLN e três dos liberais, o que também impediu obter uma maioria através dum procedimento legal correto. Dadas essas condições e sempre tendo na vista a meta principal de manter-se no poder, o círculo restrito da liderança da FSLN escolheu finalmente tomar as medidas aqui descritas que achavam as menos desvantajosas no que diz respeito aos custos políticos.

Com este golpe político-jurídico no ano 2009, Ortega deixou claro, pela terceira vez num curto espaço de tempo, que ou aplica ou ignora a lei apenas em função dos seus interesses de poder. Já tinha revogado o aborto terapêutico poucos dias antes das eleições de 2006, a fim de neutralizar a inimizade política das Igrejas contra ele e de melhorar as suas hipóteses eleitorais. Com a fraude nas eleições municipais de 2008, mostrou que prosseguia o caminho para a consolidação do seu poder em violação aberta das leis existentes e com o uso da força. No caso da reeleição presidencial recorreu à vista de todos à manipulação dos procedimentos e instituições públicas, para continuar o seu esforço para conseguir o poder absoluto no Estado nicaraguense.

As eleições nacionais de 2011 estavam marcadas por duas características principais. Por um lado, todas as sondagens e também todos os prognósticos, independentemente das opiniões políticas, esperavam uma vitória eleitoral de Daniel Ortega e da FSLN. Por outro lado, houve muitos questionamentos no que diz respeito à preparação, ao processo mesmo da votação e ao

escrutínio dos votos e muitos organismos de observação expressaram dúvidas em relação à magnitude deste êxito eleitoral (CINCO, 2011; Close, 2016, pp. 149–150; Equipo Envío, 2011).

Segundo as informações do CSE, o candidato presidencial da FSLN Daniel Ortega obteve 62,46 % dos votos, o que significa um salto de 24,4 % em comparação com o resultado de 38,07 % nas eleições anteriores em 2006 (CSE, 2011). Na votação para o parlamento, a FSLN obteve 60,85 % dos votos o que resultou em 63 assentos na Assembleia Nacional que corresponderam a 68,48 % dos assentos parlamentares, tendo assim uma maioria absoluta que permitia aprovar reformas constitucionais, sem necessidade de recorrer ao apoio de outros partidos. A comparação da proporção dos votos obtidos com a representação parlamentar dos partidos mostra, que o partido vencedor, a FSLN, estava sobrerrepresentado e que todos os demais partidos estavam relativamente subrepresentados no que diz respeito aos assentos parlamentares. Essa desproporção expressa-se também no valor relativamente alto para Nicarágua de 6,41 do índice Gallagher.

Tabela 6:

Eleições parlamentares de 2011

	Votos*	(%)	Assentos**	(%)
FSLN	1.583.199	60,85	63	68,48
PLI	822.023	31,59	27	29,35
PLC	167.639	6,44	2	2,17
ALN	19.658	0,76	0	0,00
APRE	9.317	0,36	0	0,00
total	2.601.836	100,00	92	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 1 ex-presidente (FSLN) e 1 candidato presidencial derrotado (PLI)

Fontes: <https://www.electionguide.org/elections/id/1610/>

<https://web.archive.org/web/20111118233105/http://www.cse.gob.ni/md5/res1dipparl.php>

<https://www.electionguide.org/elections/id/2212/>

Nas eleições de 2011, o CSE aceitou a presença de algumas poucas organizações internacionais de observação, uma decisão que muito provavelmente tinha que ver com as boas expectativas referente aos resultados da votação para Ortega e a FSLN. Mas nas últimas

semanas da campanha eleitoral as sondagens mostraram um aumento da intenção de voto para a Alianza PLI e o seu candidato presidencial Fabio Gadea. Uma vitória eleitoral para Ortega como presidente e para uma maioria parlamentar da Frente era muito provável. Especialmente algumas campanhas de benefícios sociais, financiadas pela ajuda económica venezuelana, convenceram grande parte da população pobre a votar pela Frente. Mas, parece que a FSLN já estava inclinada para ganhar uma maioria parlamentar acima de 60 por cento – para poder aprovar reformas constitucionais sem necessidade de negociações com outros partidos – e que, por essa razão, recorreu a métodos manipulatórios e fraudulentos a muitos níveis do processo eleitoral (Equipo Envío, 2011). A Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2011) resume os resultados do seu trabalho da maneira seguinte:

“Las elecciones del seis de noviembre han supuesto un retroceso en la calidad democrática de los procesos electorales nicaragüenses por la escasa transparencia y neutralidad con que han sido administradas por el Consejo Supremo Electoral (CSE). A lo largo del proceso, un CSE prácticamente monocolor en todos sus niveles ha dado muestras de escasa independencia respecto al oficialismo y generado condiciones de competición desfavorables [...] para la oposición, que se ha visto desplazada de cualquier representación efectiva en la administración electoral. Algunas organizaciones de observación nacional de larga trayectoria no fueron acreditadas y la fiscalización efectiva del proceso por parte de la oposición ha sido entorpecida por el Consejo Supremo Electoral.” (ibid. 2011, p. 3)

Daniel Ortega (Equipo Envío, 2011) aceitou a eleição para a presidência de uma forma extraordinariamente modesta e mostrou que percebeu muito bem que entre grande parte da população havia grandes receios e preocupações em termos do que o futuro lhes traria. Dirigiu-se ao empresariado assegurando-lhes que podiam continuar com as suas atividades económicas como antes, sempre que respeitassem que as decisões políticas seriam tomadas pelo governo e o Presidente. Ofereceu às forças de oposição uma política de colaboração, e declarou para todo o povo:

“Algunos andan diciendo ya: Ahora van a hacer barbaridades desde la Asamblea, porque tienen mayoría. No, no es que ahora vamos a tener una amplia mayoría de diputados en la Asamblea Nacional vamos a hacer lo que nos dé la gana. No, no vamos a hacer lo que nos dé la gana. ¡Vamos a hacer lo que le dé la gana a los nicaragüenses! ¿Y qué le da la gana a los nicaragüenses? Estabilidad, tranquilidad. Los nicaragüenses a estas alturas ya no quieren guerras, no quieren pleitos, no quieren violencia.” (ibid. 2011)

Ortega não falou da liberdade, não se referiu à democracia, mas apresentou a sua interpretação da vontade do povo, nomeadamente a estabilidade e a tranquilidade, e não mencionando a sua orientação essencial, nomeadamente a construção dum sistema dinástico

dirigido e controlado por ele e pela sua família. As eleições de 2011 marcaram uma pedra angular para o posterior desenvolvimento político da Nicarágua. A organização independente da sociedade civil *Centro de Investigaciones de la Comunicación (CINCO)* (2011) relata como incidentes os seguintes elementos mais preocupantes destas eleições, em detrimento de uma evolução democrática da sociedade: uma composição do CSE que não correspondeu à Constituição; um processo de inscrição dos eleitores favorecendo a FSLN e o PLC; a mudança da Lei Eleitoral por parte do CSE sem que este órgão tivesse a faculdade legal para fazer isto; a privação da sua personalidade jurídica do Partido Conservador e do MRS; e, além de tudo, a aceitação anticonstitucional da candidatura de Daniel Ortega. Observadores eleitorais só foram acreditados poucos dias antes das eleições e de maneira muito restritiva. Representantes da União Europeia e da OEA foram aceites, mas não o Centro Carter ou as organizações nacionais IPADE ou Ética e Transparência, que tinham participado como observadores nas eleições anteriores. Nos centros de votação também houve muitas anomalias durante os processos de votação e especialmente do escrutínio dos votos, os quais frequentemente estavam combinados com atuações violentas perpetradas por pessoas vinculadas à FSLN, contra votantes ou funcionários de outros partidos. A fraude de 2011 marcou o colapso definitivo do sistema eleitoral (Peraza, 2021, p. 308). A quantidade e a gravidade destas irregularidades indicam que o regime político da Nicarágua não mais pôde ser caracterizado como duopólio de poder, partilhado entre Alemán e Ortega, mas que já tinha entrado num regime de poder dominante controlado por Ortega e também pela sua mulher Rosario Murillo. Antes de 2016, ela nunca fora eleita para qualquer cargo oficial partidário ou estatal, mas – o mais tardar a partir da nova presidência de Ortega desde 2007 – mostrou a sua intensão de ganhar cada vez mais poder na administração do Estado, para poder determinar cada vez mais as políticas governamentais (Close, 2016, pp. 14, 151–157; Confidencial, 2017; López Campos, 2024).

7.2.3 Remodelação do Estado e eleições de 2016

Tendo conquistado a maioria qualificada na Assembleia, a FSLN tinha na mão todos os meios necessários para aprovar todo o tipo de leis, emendas constitucionais incluídas. Por conseguinte, a Assembleia aprovou alterações legislativas importantes nos domínios da Constituição e relativamente à inserção das forças armadas e da polícia nas estruturas estatais. Em 2014 foi aprovada uma reforma constitucional (Asamblea Nacional, 2014b) que mudou 43 artigos do total dos seus 202 artigos de modo que “a Constituição foi adaptada aos requerimentos do governo, em vez de o governo se adaptar à lei da Constituição” (Close, 2016,

p. 153). Crucial foi a mudança das regras para a eleição presidencial, que derogaram qualquer fasquia para a eleição do presidente e que eliminaram por completo uma segunda volta, determinando que será eleito presidente quem obtenha a maioria relativa dos votos (Asamblea Nacional, 2014, Art. 146). A lógica por detrás desta determinação baseava-se na experiência de que a FSLN, em quatro eleições consecutivas e geralmente democráticas (1990, 1996, 2001 e 2006) nunca conseguiu superar significativamente a marca dos 40 por cento dos votos, o que significou que os votos opostos à FSLN muito provavelmente ganhariam sempre numa segunda volta se a oposição se unisse. Pelo outro lado, a FSLN quase sempre era o partido mais forte e melhor organizado e os outros partidos e os seus dirigentes quase sempre estavam envolvidos em querelas políticas e pessoais uns com os outros, o que deu à FSLN a alta probabilidade de sempre ganhar a maioria relativa na primeira volta das eleições. Outro aspeto importante desta reforma constitucional foi a derrogação de qualquer limite referente à reeleição presidencial. Deste modo, esta reforma estabeleceu retroativamente a base legal para a candidatura e a reeleição presidencial de Daniel Ortega cinco anos depois do julgamento ilegal da CSJ de 2009, que tinha declarado inconstitucional a proibição da reeleição, e três anos depois das mesmas eleições de 2011 (Close, 2016, p. 153; Equipo Envío, 2013). Obviamente, Daniel Ortega ainda não tinha o controlo absoluto da FSLN nessa altura e ainda tinha que ter em consideração alguns setores do círculo íntimo do poder, quando tomava decisões importantes. Parece que a velha guarda da FSLN, principalmente os combatentes históricos da luta guerrilheira contra Somoza, se empenhou na abertura da reeleição presidencial perpétua para impedir a candidatura presidencial de Rosario Murillo, que tinha provocado muitos conflitos com eles e expulsado muitos deles das suas posições bem remuneradas na administração pública. Isto ficou particularmente evidente pelo facto de que as inibições à candidatura presidencial para os parentes mais próximos do presidente – nomeadamente para Rosario Murillo, a esposa de Ortega – continuaram a ser vigentes (Núñez Morales, 2013).

As eleições de 2016 foram precedidas pela decapitação da principal aliança da oposição, representada pelo PLI. A sua direção foi destituída e substituída por outra, afim a Ortega, como resultado de um julgamento da CSJ. Além disto, aplicando uma norma sobre a trânsfuga aprovada nas reformas constitucionais de 2014, a nova direção do PLI, obediente a Ortega, solicitou a expulsão da Assembleia dos 28 deputados, que não a reconheceram como a nova liderança do partido. Por conseguinte, estes foram impedidos de aceder ao parlamento e obrigados a abandonar os seus assentos parlamentares. Este sequestro político da PLI significou a exclusão *de facto* das eleições de 2016 da aliança opositora que se tinha unido sob a égide da

PLI. Como resultado, o CSE pôde anunciar mais uma vez a vitória eleitoral de Daniel Ortega como candidato da FSLN, esta vez com 72,5 % dos votos (Icaza Gallard, 2021, p. 164).

Tabela 7:

Eleições parlamentares de 2016

	Votos*	(%)	Assentos**	(%)
FSLN	1.593.316	65,07	71	77,17
PLC	369.342	15,08	14	15,22
PLI	162.027	6,62	2	2,17
ALN	137.541	5,62	2	2,17
PCN	106.027	4,33	1	1,09
APRE	49.329	2,01	1	1,09
YATAMA	30.901	1,26	1	1,09
total	2.448.483	100,00	92	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 1 ex-presidente (FSLN) e 1 candidato pres. derrotado (PLC)

Fontes:

Votação: <https://www.electionguide.org/elections/id/2666/> (08.04.2024)

Votos para YATAMA:

https://es.wikipedia.org/wiki/Elecciones_generales_de_Nicaragua_de_2016
(08.04.2024)

Assentos:

https://data.ipu.org/node/123/elections?chamber_id=13475&election_id=27918
(08.04.2024)

<https://web.archive.org/web/20161114025014/http://www.cse.gob.ni/fri3/respres1.php>
(08.04.2024)

<https://www.electionguide.org/elections/id/2665/> (08.04.2024)

Estas eleições mostraram características muito diferentes em comparação com as eleições anteriores. Enquanto as eleições de 2008 e de 2011 ocorreram em condições muito tensas e conflituosas, marcadas pela luta por votos e maiorias nas câmaras e no parlamento, as eleições de 2016 foram celebradas com toda a tranquilidade. Não houve concorrência porque não houve oposição, não houve fiscais que reclamaram nada, não houve alterações visíveis no dia da votação, não houve incidentes nas mesas de votação, ou, como analisou o perito em estadística eleitoral José Antonio Peraza (2016) os acontecimentos:

“Todo fue perfecto. [...] Nadie estaba eligiendo nada y el fraude se hizo antes: impidiendo la observación, inhabilitando la segunda fuerza política para que no participara y dándole participación a partidos satélites que carecen de legalidad y de legitimidad, que representan poco o nada y que solo buscaban que les asignaran votos para sacar algún diputado y les reembolsaran después el dinero de la campaña que no hicieron ... Fue el fraude perfecto porque todo el mundo, candidatos y votantes, sabían desde hace seis meses cuál iba a ser el resultado.” (ibid. 2016)

O único problema que as autoridades não podiam resolver de antemão, foi a participação popular. Depois das graves manipulações eleitorais de 2008 e 2011, a disposição tradicionalmente alta das pessoas de participar nas eleições diminuiu significativamente. Apesar de que oficialmente não tenham sido admitidos observadores independentes, houve uma observação silenciosa, organizada por organismos como *Hagamos Democracia* ou *Ciudadanos por la Libertad*. Estes organismos calcularam, em base das suas observações e contagens nos centros de votação, que só um pouco mais que 1 milhão de pessoas participaram nestas eleições, um número muito longe dos quase 2,5 milhões reportados oficialmente. Além disso, o CSE tinha publicado vários números do padrão eleitoral, uma vez 4,3 milhões, outra vez 3,8 milhões, e nunca explicaram qual era a cifra correta e nunca foi publicado uma informação oficial sobre a participação. Nestas circunstâncias, as estimações independentes concluíram que a abstenção chegou a mais ou menos a um valor entre 65 % e 70 %. A única explicação para o resultado oficial com uma participação de 2,5 milhões votantes é que as urnas foram enchidas em grande escala depois do encerramento dos centros de votação (Peraza, 2016, 2021, pp. 320–322).

O resultado oficial, mostrado na tabela 7, deu à FSLN um resultado eleitoral de 65 %, mas mesmo assim foram atribuídos 77 % dos assentos a este partido, enquanto a todos os pequenos partidos foram atribuídas quotas de assentos no parlamento muito inferiores àqueles que correspondiam aos votos recebidos. O índice Gallagher de 9,73 destas eleições é a expressão desta desproporção. O valor dos números efetivos de partidos de 1,61 é o segundo mais baixo de todo o tempo abrangido neste trabalho (somente ainda mais baixo em 2021) e é expressão da tendência clara na direção dum sistema de partido único. Mas tudo isto já não tem importância nenhuma, porque o resultado eleitoral publicado pelo CSE fora completamente falsificado e já não tinha nada que ver com a realidade das opiniões políticas do povo nicaraguense.

7.3 Exército, Polícia, Paramilitares

A adoção de um novo Código Militar (Asamblea Nacional, 2014c) e de uma nova Lei de Polícia (Asamblea Nacional, 2014a) em 2014 foram – para além da importante reforma constitucional – duas pedras angulares da reorganização das estruturas básicas do Estado, em detrimento de processos democráticos e reforçando a tendência autoritária do regime orteguista (Cuadra Lira, 2021, p. 90).

O novo Código Militar modifica fundamentalmente a relação entre o presidente e o Exército. Embora a chefia do organismo castrense anteriormente tivesse que reportar ao ministro de defesa e receber ordens dele, o novo Código derogou esta determinação e estabeleceu a regra de que a liderança do Exército tinha que reportar diretamente ao presidente e que este, como o supremo chefe do exército, podia dar ordens diretas aos militares. De tal forma eliminou o mecanismo de intermediação entre o Exército e o presidente que foi criado para equilibrar e controlar, através do ministério de defesa, o poder do governante sobre as forças armadas. Além disso, as novas regras eliminaram a disposição que estabelecia a reforma obrigatória do comandante-chefe, uma vez que tinha cumprido o período de cinco anos neste cargo, e introduziram a faculdade do presidente de decidir sobre a sua permanência à frente da instituição militar e sobre a reintegração de oficiais retirados. Também prolongou o prazo máximo de serviço no exército antes de entrar na reforma de trinta para quarenta anos. Todas essas medidas são expressão da desconfiança sentida por Ortega pelos oficiais mais novos que não tinham participado na luta armada guerrilheira da FSLN e somente tinham recebido a sua formação na academia militar (Close, 2016, p. 152; Cuadra Lira, 2021, pp. 86–90). Entre as tantas modificações do Código Militar destacam-se duas tarefas novas do Exército: primeiro, é responsável para dirigir e controlar todo o sistema de telecomunicações e, segundo, pode ordenar *la intervención de las fuerzas del Ejército en asonadas o motines que excedan la capacidad de las fuerzas de la Policía Nacional para sofocarlos* (Asamblea Nacional, 2014c, Art. 6, 17; Equipo Envío, 2013).

O Exército de Nicarágua passou por várias fases no seu desenvolvimento organizacional e político. Nos dias da insurreição em julho de 1979 fracassou o projeto de um novo exército comum, composto por ex-guardas e ex-combatentes sandinistas, porque Somoza e o seu sucessor Urcuyo não cumpriram o respetivo acordo. No período da revolução, o Exército foi subordinado diretamente à FSLN. Depois da derrota eleitoral da Frente começou, sob a liderança do comandante-chefe Humberto Ortega, um processo de despolitização e

profissionalização das forças armadas e a sua doutrina mudou da defesa da revolução à defesa da democracia (Ruhl, 2019, p. 169). Esta mudança resultou num crescente reconhecimento desta instituição durante muitos anos no interior do país, bem como no nível internacional. O novo Código Militar de 2014 significou um retrocesso substancial deste processo e teve como consequência que o Exército voltou a estar cada vez mais sob o controlo político e comando direto de Ortega e da FSLN.

No entanto, a repolitização das Forças Armadas não se limitou às estruturas do comando, mas também tinha várias outras facetas como, por exemplo, a cooptação através de vantagens económicas ou a progressão na carreira militar. Essencial para o desenvolvimento do papel político e social do Exército no Estado de Nicarágua é o *Instituto de Previsión Social Militar (IPSM)*, fundado em 1994 através da Lei 181, o *Código de Organización, Jurisdicción y Previsión Social Militar* (Asamblea Nacional, 1994). Esta instituição foi concebida principalmente para fortalecer a independência económica das Forças Armadas ante qualquer pressão política inconstitucional por parte de qualquer poder civil por meio de chantagens económicos (Samcam, 2023, p. 69). O IPSM foi criado como entidade sem fins de lucro para assegurar o pagamento das pensões dos oficiais através de atividades económicas do próprio Exército. Mas operou como um consórcio empresarial e funcionou sem qualquer controlo do poder civil, sem prestar contas ao ministério de Finanças e aproveitando-se, particularmente a partir da volta de Ortega à presidência em 2007, dos canais informais com a administração pública, para fazer concorrência desigual com outras empresas e para ganhar licitações viciadas para executar obras públicas. Os negócios da IPSM abarcam muitos setores da economia, como, por exemplo, investimentos na banca nacional e nas zonas francas; imobiliárias como condomínios; centros comerciais e hotéis; propriedades de terra no campo e nas cidades; empresas industriais; construção; comércio; serviços; uma universidade privada e outros mais. Os investimentos na bolsa de valores nos EUA foram retirados em grande parte para evitar ser objeto de sanções por parte de Washington. O IPSM também ganha montantes milionários no negócio de medicamentos e a atenção médica através de transferências fixas do sistema de segurança social, na comercialização de mercadorias no supermercado do Exército ou no aluguer de escritórios nos seus imobiliários. Entretanto a maior parte do capital do IPSM parece estar concentrada nas propriedades rurais e urbanas que abarcam um terreno total de 41,3 quilómetros quadrados num valor mínimo de 885 milhões de dólares. Desde a sua fundação até à atualidade, os negócios do IPSM cresceram de tais dimensões que permitiram formar uma

nova casta social militar privilegiada, que constituiu um novo grupo forte do capital nicaraguense (Cuadra Lira, 2021, p. 81; Samcam, 2023, pp. 119–129).

Para além de oferecer vantagens económicas à cúpula militar, o Orteguismo também recorreu à prática de nomear oficiais na reforma, ou mesmo ativos, e familiares deles para cargos civis na administração pública. Deste modo, houve, em 2013, mais de 20 oficiais aposentados de elevada patente que ocuparam posições de titulares em várias instituições públicas e mais 10 que ocuparam cargos na gerência de companhias privadas vinculadas ao consórcio venezuelano-nicaraguense Albanisa (Cuadra Lira, 2021, p. 81).

Ainda assim, o alinhamento da instituição castrense não ocorreu sem conflitos. Ortega quis ter uma direção militar da sua absoluta confiança. Mas a nomeação do seu favorito, o general Julio César Avilés, na posição do comandante-chefe não foi possível em conformidade com as regras vigentes de sucessão. Nesta situação, o incumbente chefe militar Omar Halleslevens ajudou o Presidente em 2009 e nomeou Avilés – em violação da institucionalidade das Forças Armadas – seu sucessor como comandante-chefe, em detrimento do general Balladares, que realmente estava previsto para este cargo, mas não gozava da confiança de Ortega. Em troca deste favor, Ortega recompensou Halleslevens com a vice-presidência a partir de 2011. O general Balladares passou à reforma com somente 52 anos de idade e foi nomeado assessor presidencial ao nível de ministro, o que apenas foi uma posição decorativa, mas que o deixou com uma boa reforma como militar e com um muito bom ordenado como ministro. É notável que todos os anteriores comandantes-chefes do Exército boicotaram a cerimónia da inauguração do novo chefe militar Avilés. Nos anos seguintes continuou-se o processo de reestruturação da Comandância Geral de forma que foram nomeados cada vez mais generais provenientes da *Dirección de Inteligencia y Contrainteligencia Militar (DICIM)*, o departamento do qual também provinham Halleslevens e Avilés, em detrimento dos oficiais, previstos de acordo com as regras vigentes da instituição, provenientes das tropas (Equipo Envío, 2014; Ruhl, 2019, p. 179; Samcam, 2023, pp. 106–110). O facto de que Avilés permaneceu, a partir de 2010, durante três períodos consecutivos na chefia das Forças Armadas é um forte indicador da solidez que tinha alcançado a aliança entre Ortega e a cúpula militar (Cuadra Lira, 2021, pp. 81–82; Samcam, 2023, pp. 106–107).

A reforma constitucional e o novo Código Militar, ratificados em 2014, eram duas caras da mesma moeda. Já em 2013 – cinco anos antes da sublevação popular de 2018 – o advogado

e ex-deputado nicaraguense Eliseo Núñez Morales (2013) resumiu a essência desta reforma constitucional com a seguinte observação quase profética:

“Ortega está militarizando el Estado para solucionar dos problemas que él mira que están delante y que él no controla. Le teme a las redes sociales porque teme una revolución que venga desde abajo y que él no pueda ni predecir ni controlar [...] para tener una especie de seguro [para ese caso].” Além disso *“teme que [su muerte] dé paso a una situación muy fluida que perjudique a su familia, a sus hijos. [...] El fuerte componente militar que tienen las reformas constitucionales [sirve para] prepararse para lo que va a suceder y él no lo va a controlar. Que lo controlen los militares.”* (ibid. 2013)

O processo da cooptação da Polícia decorreu de maneira similar, mas com a grande diferença de que esta instituição não dispunha dos mesmos recursos económicos que o Exército. Para compensar isto, o governo aplicou outras maneiras de ganhar a lealdade da liderança das forças de segurança, como, por exemplo, promoções adiantadas especialmente nos patentes médias e superiores do escalão de comando. Entre 2006 e 2015, o número dos comissários gerais cresceu de 4 a 20 e o número dos comissários maiores de 32 a 144, o que significou uma quintuplicação destas altas patentes e um aumento completamente desproporcionado em relação ao crescimento de toda a força policial de somente quase 60 por cento no mesmo espaço de tempo. Muitos destes comissários foram nomeados diretamente por Ortega, através de decretos presidenciais, contornando as previsões da Lei de Polícia, e na maioria dos casos, os oficiais ainda não tinham cumprido os requisitos necessários para tais promoções. Isto levou à criação e ao fortalecimento profundo das relações clientelistas entre Ortega e a cúpula policial (Cajina, 2017; Cuadra Lira, 2021, pp. 82–83).

A nova Lei de Polícia, aprovada em 2014, também criou a possibilidade para esta instituição de fazer negócios pela sua própria conta através do *Instituto de Seguridad Social y Desarrollo Humano (ISSDHU)* (Asamblea Nacional, 2014a). Desta maneira, os altos oficiais da Polícia obtiveram oportunidades parecidas às dos militares, para desenvolverem as suas próprias atividades económicas. A Polícia foi a primeira das instituições do setor de segurança na qual Ortega pôs em prática a continuidade nas posições de chefia. A Primeira Comissária Aminta Granera ficou na sua posição desde 2006 até ao ano 2018, quando, em plena crise sociopolítica, foi substituída por Francisco Díaz, cunhado de Ortega quem, na realidade, já tinha dirigido a Polícia desde antes (Cuadra Lira, 2021, pp. 83–84). A Polícia desnaturalizou-se, transformando-se de uma instituição de proteção das pessoas num satélite do sistema clientelista e corrupto Ortega-Murillo (Cajina, 2017).

“Todos estos mecanismos de cooptación construyeron una red de relaciones clientelares y lealtades personales entre Daniel Ortega y las jefaturas de la Policía y el Ejército. Pero además, con las reformas al Código Militar y la aprobación de una nueva Ley de Policía en el 2014, Ortega eliminó todos los mecanismos de supervisión y control civil sobre las instituciones, especialmente los que deberían desempeñar el Ministerio de Defensa y el Ministerio de Gobernación.” (Cuadra Lira, 2021, p. 84)

O análise das instituições armadas no período orteguista não seria completo sem investigar o papel dos dois fenômenos dos *grupos de choque* e dos *paramilitares* que funcionaram fora da lei, mas que eram uma parte importante da realidade sociopolítica naqueles momentos e que deveriam desempenhar um papel importante durante os conflitos que começaram em 2018. Estes grupos eram pilares essenciais do sistema de coerção e de repressão, criado por Ortega, e operaram com toda a liberdade e impunidade durante todo o percurso da sua existência. Foram criados com o propósito explícito de atacar e reprimir protestos antigovernamentais e foram organizados, encorajados e abastecidos com armas e outros equipamentos diretamente pela presidência do país (Cuadra Lira, 2021, p. 97).

Os grupos de choque já nasceram em 2007, no ano do regresso de Daniel Ortega à presidência. Eram formados por ex-oficiais do departamento da segurança do Estado da época da Revolução Sandinista e jovens em condições de risco social, recrutados por militantes da FSLN em bairros pobres. A sua função principal foi agredir cidadãos que participavam em protestos públicos. Muitos receberam motas para poder chegar rapidamente a qualquer lugar, às vezes foram abastecidos com tacos de beisebol e também com camisolas com signos da Juventude Sandinista. Também ocorreu que usavam *morteros*, “armas” fabricadas artesanalmente, normalmente usadas em festas populares ou procissões religiosas, mas que não dispararam projéteis e produziam sobretudo um forte estrondo. Estes grupos apareceram publicamente visíveis pela primeira vez, especialmente em Manágua e León, durante a campanha eleitoral das eleições municipais de 2008. A partir de tal momento chegaram a muitas manifestações opositoras para ameaçar e agredir os participantes, enquanto a Polícia muitas vezes – mas não sempre – se manteve em completa passividade (ibid. 2021, pp. 98–99).

Os paramilitares também nasceram no ano 2007, mas tinham uma tarefa diferente, nomeadamente proteger a segurança de Ortega nas suas atividades públicas. Foram um grupo pequeno de mais ou menos 150 homens civis “de alta lealdade e confiança, com experiência militar e policial, que se movia no círculo de segurança mais perto de Ortega, que utilizou armas de fogo e estava disposto a atuar com violência” (ibid. 2021, p. 99). Foi um grupo armado que

atuou fora da lei, mas que durante muitos anos não participou em atividades de repressão contra manifestações antigovernamentais. Mas, em resposta aos levantamentos massivos de 2018, o governo decidiu reorganizar os paramilitares, ampliá-los, abastecê-los com armas de guerra e utilizá-los como força principal para sufocar os protestos populares. Estima-se que o número dos integrantes destes grupos naquele período pode ter alcançado a 2.000 de pessoas armadas (ibid. 2021, p. 100). O perito nicaraguense em questões militares Roberto Cajina (2018) identifica várias componendas diferentes que participaram nas atuações dos paramilitares para derrubar o movimento popular: ex-polícias e ex-militares; polícias ativos que saíram à noite vestidos à civil; empregados das câmaras municipais; prisioneiros comuns libertados por ordem de Ortega; membros de gangues e pequenos narcotraficantes. Foram dirigidos por membros da Associação de Militares Reformados, membros ativos da Direção de Operações Especiais da Polícia e oficiais da Polícia com experiência militar. Os paramilitares eram e são uma entidade que opera fora da lei e fora da Constituição, mas na realidade é – ao lado do Exército e da Polícia – um terceiro corpo armado que funciona com lealdade absoluta ao seu líder Daniel Ortega.¹²

7.4 Canal interoceânico

Em 2013, o projeto de construção de um novo canal interoceânico é um ponto central do debate público na Nicarágua. Há mais de 150 anos que se falava de um projeto deste género e, devido ao seu significado geoestratégico, sempre teve grande importância para as relações internacionais do país. A construção deste canal iria alterar profundamente o futuro político, económico e social da Nicarágua.

Este projeto foi aprovado no parlamento à pressa, com pouca transparência e sem um amplo debate público sobre as consequências sociais, económicas, políticas e ecológicas do mesmo. Em junho de 2013 foram resolvidos num espaço de poucos dias todos os trâmites para introduzir e aprovar a lei especial sobre o canal no. 840 (Asamblea Nacional, 2013b) e o acordo-quadro sobre a implementação deste projeto (Asamblea Nacional, 2013a) que concediam a concessão da construção do canal interoceânico ao empresário chinês Wang Jing, uma

¹² A reforma constitucional aprovada em 2025, determina uma institucionalização dos paramilitares como polícias voluntárias – um elemento novo na construção dos corpos armados do Estado que não pode ser analisado em detalhe aqui porque é um acontecimento que somente ocorreu nos últimos dias de terminar este trabalho.

personagem completamente desconhecida e sem qualquer experiência na execução de projetos deste género (Close, 2016, p. 153; Wallace Simpson, 2014, p. 83).

Até agosto do mesmo ano, 183 cidadãs e cidadãos apresentaram 31 recursos por inconstitucionalidade perante a Corte Suprema de Nicarágua. Em dezembro, a CSJ rejeitou todos esses recursos e a presidente da CSJ Alba Luz Ramos declarou que a lei do canal interoceânico ficara tal e qual como fora aprovada na Assembleia (López Baltodano, 2014). Para acabar definitivamente com o questionamento da constitucionalidade desta lei, foi acrescentado um parágrafo à reforma constitucional de 2014, que permite expressamente ao governo contratar empresas estrangeiras para a construção do canal interoceânico (Asamblea Nacional, 2014a, Art. 102).

O custo da construção do canal foi estimado em 40 mil milhões de dólares e incluía projetos associados, como a construção de portos, linhas ferroviárias, oleodutos, aeroportos, zonas francas e muito mais. Este valor era quatro vezes superior à produção económica anual total do país na altura. A Nicarágua não tinha capacidade técnica nem administrativa para gerir ou controlar um projeto de proporções tão gigantescas. A concessão para a totalidade do projeto do canal deveria, por conseguinte, ser entregue à *Hong Kong Nicaragua Development Investment Co. Ltd. (HKC)* com sede em Hong Kong, em cooperação com a *Empresa Desarrolladora de Grandes Infraestructuras S.A.* com sede na Manágua, ambas dirigidas por Wang Jing. No entanto, a realização prática, desde o planeamento e o financiamento até à execução de todas as medidas de construção associadas, deveria ser levada a cabo pela *HKND Group Holdings Ltd. (HKND)*, igualmente gerida por Wang Jing, mas com sede nas Ilhas Caimão, conhecidas como um paraíso fiscal (Asamblea Nacional, 2013b, 2013a). As relações jurídicas e financeiras entre essas três companhias nunca foram esclarecidas.

A concessão foi atribuída à HKC sem que tivesse sido realizado uma licitação pública. Além disso, esta concessão atribuiu a esta empresa privilégios de grande alcance, como a exoneração completa de impostos, o direito exclusivo de construir e utilizar comercialmente o canal durante 100 anos, o não acesso legal da Nicarágua a todas as empresas associadas a este projeto, a possibilidade de expropriação de terras e muito mais. Por outro lado, o Estado nicaraguense teve que assumir uma série de obrigações, por exemplo, teve que garantir para este projeto com a totalidade de todas as reservas do Banco Nacional. Mas a HKND, a entidade prevista para a execução de todos os processos e trabalhos deste megaprojeto, nunca assinou

nenhum documento oficial que nomeasse as suas obrigações perante o Estado de Nicarágua (Close, 2016, pp. 153–154; López Baltodano, 2014).

Além disso, ao contrário dos 51 % inicialmente previstos como participação, a Nicarágua receberia apenas um por cento, de acordo com o acordo final, uma participação que aumentaria em mais um por cento por ano, até que o canal se tornasse propriedade total do país depois de 100 anos. Ademais, a Nicarágua receberia 10 milhões de dólares por ano, o que corresponde a apenas 0,025 % dos custos estimados para a construção de 40 mil milhões de dólares (ibid. 2016; ibid. 2014).

A construção do canal foi apoiada, nomeadamente, pelas classes mais pobres, que esperavam a criação de emprego e a melhoria das suas condições de vida, e por uma parte da classe empresarial, que esperava negócios lucrativos (Wallace Simpson, 2014, pp. 126–128).

No entanto, o projeto foi também fortemente criticado por vários setores sociais e políticos da sociedade. Formou-se um amplo movimento contra o projeto do canal entre a população rural das regiões afetadas, que deu a conhecer a sua oposição através de grandes manifestações. Também foram levantadas fortes objeções por movimentos ecológicos e por cientistas, que apontaram para os graves danos e riscos ambientais que seriam causados pela construção do canal. Com o seu trajeto através do lago Cocibolca, o canal poria em perigo e poderia mesmo destruir completamente o mais importante reservatório de água potável da Nicarágua e de toda a América Central (ibid. 2014, pp. 83–111).

Outros estudos duvidaram que este modelo de modo algum pudesse funcionar em termos económicos. Além disso, este projeto tornar-se-ia automaticamente um enorme polo de atração para o branqueamento de capitais e a corrupção, uma vez que todo o seu financiamento seria executado exclusivamente através de entidades privadas, longe de qualquer controlo público.

Mónica López Baltodano (2014; López Baltodano & López Baltodano, 2023, pp. 129–134), advogada, ambientalista, ativista no movimento contra o canal, e uma das pessoas que apelaram ante a CSJ por inconstitucionalidade do projeto do canal, apresentou, entre outras, as seguintes críticas: a reforma constitucional, acordada no Acordo Marco, não serve ao bem comum, mas somente aos interesses corporativos do grande capital; a falta de consulta de organismos da sociedade civil com a única exceção dos dois grêmios empresariais mais importantes do país, a *Cámara de Comercio Americana Nicaragüense (AMCHAM)* e o Consejo

Superior de la Empresa Privada (COSEP); as fontes para o financiamento dos 40 mil milhões dólares necessários para este projeto são completamente desconhecidas; não existiam nem estudos preliminares da viabilidade do projeto quando foi aprovada a lei do canal; violações dos regimes de reservas naturais; atribuir estatuto constitucional à lei 840 que não tinha nenhuma justificação; e outras mais. Todos os recursos foram rejeitados pela CSJ em dezembro de 2013 (Close, 2016, p. 154)

Uma das preocupações também foi que este canal pusesse em causa a soberania do país, uma vez que a Nicarágua se tornaria vastamente dependente dos consórcios controlados por Wang Jing, devido aos direitos financeiros, sociais e políticos especiais concedidos à HKC e à HKND, e à enorme importância económica deste projeto. Neste contexto é importante lembrar de que Sandino rejeitou veementemente a construção de um canal interoceânico controlado por capital estrangeiro. Declarou que isto era um projeto de tal magnitude que não deveria ser levado a cabo pelos EUA ou qualquer outra potência, mas unicamente através dum empenho conjunto de todos os países latino-americanos (Sandino, 1984, pp. 341, 349; Wallace Simpson, 2014, p. 133).

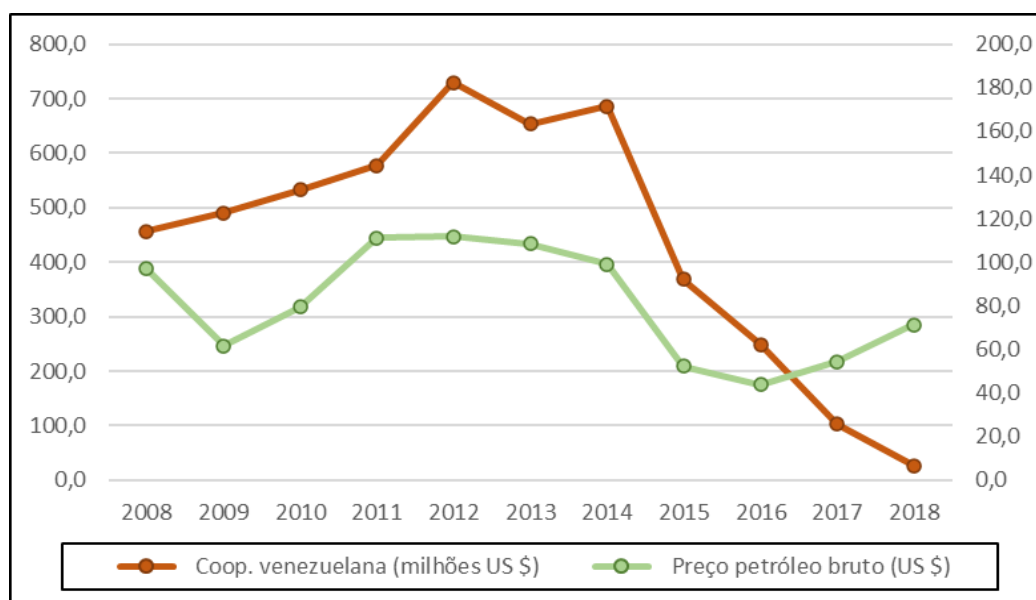
A partir de 2014 houve muitas e grandes manifestações contra o canal levadas a cabo por camponeses que temiam perder a sua terra por confiscações que estavam expressamente permitidas pela lei sobre o canal. Em algumas ocasiões, a polícia tentou de impedir tais mobilizações ou prendeu mesmo dirigentes deste movimento, embora geralmente fosse possível realizar essas manifestações sem ações repressivas policiais a grande escala. No entanto não houve quase nenhuma atividades administrativas ou físicas para avançar com o projeto do canal. Na campanha eleitoral de 2016, Ortega prometeu outra vez criar milhares de postos de trabalho através das obras de construção. Mesmo assim, Wang Jing nunca conseguiu atrair investidores para este projeto que pouco a pouco desapareceu da agenda política do país. A 8 de maio de 2024, a Assembleia Nacional (2024b) derrogou por completo a lei 840 e o respetivo acordo sobre a construção do canal e terminou, desta maneira, definitivamente este capítulo do governo orteguista. O empresário Wang Jing já tinha sido expulso da bolsa de valores de Shanghai em 2021 e desapareceu em seguida sem paradeiro conhecido, de acordo com rumores, nos EUA. O escritor e ex-vice-presidente de Nicarágua nos tempos da revolução, Sergio Ramírez (2024), resume esta experiência com as palavras: *El canal interoceánico se disuelve ahora en la bruma de la mentira más colosal inventada nunca en Nicaragua.*

7.5 Cooperação venezuelana

A quantidade e as condições da ajuda económica venezuelana foram elementos essenciais para o modelo económico implantado pelo governo de Ortega a partir de 2007. Estabeleceu-se uma economia subsidiada pelos petrodólares provenientes de Venezuela, que podia contribuir com tal ajuda generosa porque o preço de petróleo bruto (UK Brent), que antes de 2005 nunca tinha superado a marca de 50 dólares por barril, subiu consideravelmente e estava, entre 2011 e 2014 acima de 100 dólares (ver gráfico 4).

Gráfico 4:

Cooperação venezuelana (milhões US \$) e preços de petróleo por barril (US \$)



Fontes:

Enrique Sáenz (2021, p. 366);

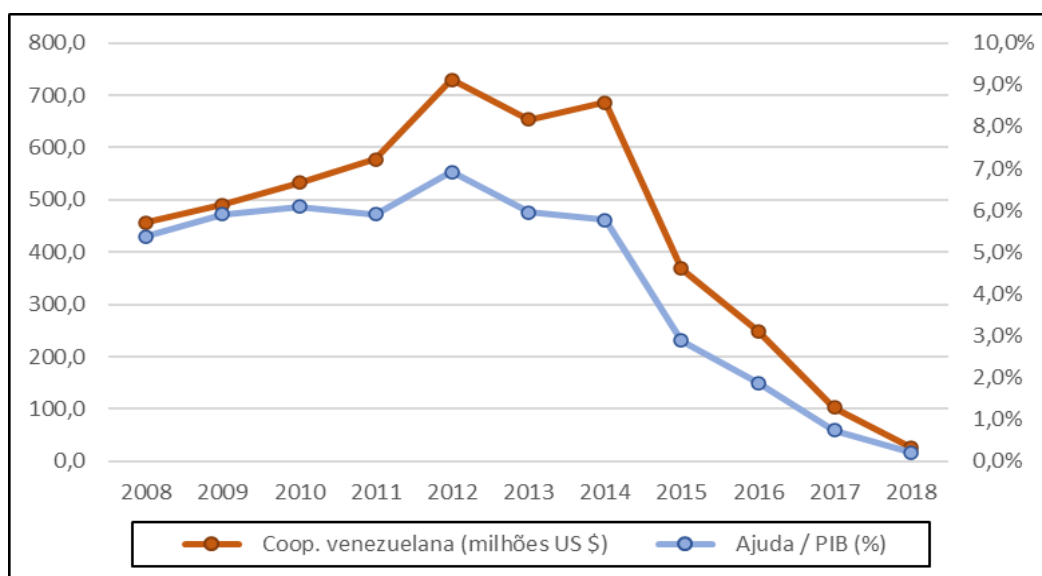
<https://de.statista.com/statistik/daten/studie/1123/umfrage/rohoelpreisentwicklung-uk-brent-seit-1976/>

Mas com a queda deste alto nível dos preços, também se reduziu drasticamente o fluxo financeiro de Venezuela e, em seguida, o modelo económico orteguista também entrou numa crise profunda. Nos anos 2010 até 2014 a cooperação venezuelana – os investimentos diretos incluídos – estava acima de 400 milhões dólares anuais e totalizou quase 5 mil milhões de dólares entre 2008 e 2018. A importância destes recursos para a economia da Nicarágua fica

óbvio quando se nota que entre 2008 e 2014 estavam acima de 5 % do PIB do país (ver gráfico 5).

Gráfico 5:

Cooperação venezuelana (milhões US \$) em % do PIB de Nicarágua



Fontes:

Enrique Sáenz (2021, p. 366);

<https://www.bcn.gob.ni/series-históricas-de-estadísticas-macroeconómicas-1960-2020>

Esta cooperação venezuelana de grande escala permitiu ao governo de Ortega conseguir êxitos políticos e económicos: manter os equilíbrios macroeconómicos e fiscais; alcançar um crescimento económico médio acima de 4 % por ano; estabelecer uma aliança com os grupos económicos mais poderosos do país com base em interesses comuns; realizar programas assistencialistas para ampliar a sua clientela política; e, em particular, formar um poderoso grupo económico encabeçado pela família Ortega (Sáenz, 2021, pp. 362–367).

Os projetos sociais eram uma série de programas que não mudaram as condições socioeconómicas básicas da população, mas que eram dirigidas às camadas mais pobres e que aliviaram temporariamente as suas condições da vida quotidiana. *Hambre Cero* foi o programa mais conhecido e consistia na entrega de algumas galinhas ou um porco aos pobres do campo, para começarem a produzir ovos ou carne, mas, dada a fome e a falta de instruções técnicas,

levou a que, na maioria dos casos, os animais foram consumidos antes de se começar uma produção sustentável. Outros programas foram o *Plan Techo*, a repartição de placas de zinco como proteção contra as chuvas tropicais, mas estas estragaram-se rapidamente nas condições húmidas e quentes na época do inverno. Houve também os programas *Usura Cero* (microcréditos a taxas de juros baixos), *Merienda Escolar* (alimentação dos miúdos nas escolas), *Bono Productivo* (empréstimos concedidos principalmente a mulheres solteiras, mas com crianças, no campo) ou *Bono Solidario* (suplemento ao salário de empregados públicos) (Toussaint, 2018, p. 4).

Toda a cooperação económica com a Venezuela era gerida pela empresa privada nicaraguense *ALBA de Nicaragua S.A. (ALBANISA)*, cujas ações eram possuídas em 51 % pela empresa petrolífera estatal venezuelana PDVSA e de 49 % pela *Empresa Nicaragüense de Petróleo (PETRONIC)*, que importava o petróleo. O diretório desta empresa era composto por pessoas de absoluta confiança do casal presidencial que decidia a utilização dos fundos de acordo com as suas instruções. O presidente da PETRONIC, Francisco López, era também o tesoureiro da FSLN. A ALBANISA não estava sujeita a qualquer forma de controlo público; todas as decisões eram tomadas à porta fechada. Contrariamente aos seus próprios estatutos, esta empresa não se dedicava apenas ao fornecimento de energia e a projetos sociais ou de infraestrutura, mas também a uma vasta gama de outras atividades económicas: produção agrícola de laticínios, hotéis, canais de televisão, agências funerárias, farmácias, moradias à beira-mar, grandes propriedades, matadouros, entre outras. Todas estas operações eram negócios privados cujos lucros serviam para enriquecer pessoas particulares da proximidade estreita de Ortega (Sáenz, 2021, pp. 368–369). Não existe nenhum relatório público ou prestação de contas ao povo de Nicarágua, à PDVSA, à PETRONIC, ao Banco Central de Nicarágua ou ao FMI sobre a utilização dos quase 4 mil milhões de dólares canalizados através de ALBANISA (Confidencial, 2017).

Sob o teto de ALBANISA foi construída uma rede de companhias e consórcios da mais diversa natureza, que tinham relações de propriedades e que faziam inextricáveis negócios entre eles. Atuaram de uma forma completamente opaca, mas foram as fontes principais do desenvolvimento de um novo grupo de capital “sandinista” na Nicarágua (Samcam, 2023, pp. 175–194). Ultrapassaria amplamente o âmbito deste trabalho analisar mais detalhadamente este conglomerado labiríntico que, ainda por cima, mudou muitas vezes a titularidade dos seus diversos elementos.

Mas, a cooperação venezuelana também tinha uma componente política que não é mencionada por quase todas as análises do Orteguismo. Em 2009, a FSLN – na realidade: Daniel Ortega – aprovou um texto chamado *Proyecto Socialismo del Siglo XXI “Hermandad Revolucionaria”* e que começa com as palavras:

“El Presidente [...] Hugo Chávez Frías le ha propuesto al Compañero Presidente Daniel Ortega Saavedra, el Proyecto del Socialismo del Siglo XXI, [...] el cual [...] le hemos denominado la ‘Segunda Revolución Sandinista’ [...]. Orgullosamente lo hemos aprobado y dado a conocer en una reunión privada sostenida con el Comandante Hugo Chávez, [...] actividad realizada en la secretaria del FSLN, el mes de Enero del año 2009.” (Samcam, 2023, pp. 27–28)

Este documento pode ser interpretado como guia de orientação para todo o percurso do projeto político orteguista dos anos seguintes. O texto nomeia projetos e atuações que em seguida foram realizados pelo governo orteguista, como, por exemplo, a transformação das instituições do Estado em fortalezas incontestáveis do Sandinismo; o doutrinação das forças armadas nos novos conceitos revolucionários; a debilitação e a divisão da oposição política; a monopolização da CSJ, do CSE e da Assembleia Nacional; a formação de uma aliança tática com a classe empresarial; e a recuperação “a todo o custo” dos espaços mediáticos, até “dominar totalmente este campo estratégico”. Entre as tarefas mais importantes estão mencionadas: estimular e premiar aos militantes sandinistas com empregos na administração pública; manter ativos os Comandos Eleitorais para utilizá-los ante quaisquer situações eventuais; fortalecer a posição de força contra a Igreja Católica oficial; e impedir a unidade das “forças democráticas” (ibid. 2023, pp. 30–33). Este documento termina com a recomendação:

“Mantener la compartimentación, el secreto de nuestros planes y la disciplina partidaria y gubernamental. Fortaleciendo los grupos de choque del sandinismo para que defiendan el proyecto ‘Hermandad Revolucionaria’.” (ibid. 2023, p. 33)

Autores como Carlos Midence (2018) respondem às críticas que reclamam a falta de democracia no sistema orteguista destacando os avanços económicos e sociais da Nicarágua durante a governação de Ortega. É verdade que a Nicarágua, apoiada pela muito considerável cooperação económica venezuelana, conseguiu alcançar progressos importantes no que diz respeito à infraestrutura (p. ex. a construção de estradas ou o acesso à eletricidade ou à água potável), ou ao sistema social (p. ex. a redução da pobreza, o acesso ao sistema de saúde ou ao ensino público).

Mas há três aspetos associados a essas medidas que o autor não menciona. Primeiro, não são expressão de uma orientação de esquerda, e muito menos anticapitalista, são apenas tarefas básicas do *state building* de quaisquer sociedades. Segundo, muitos dos programas sociais tinham características assistencialistas ao benefício dos seguidores de Ortega. E, terceiro, esses investimentos geralmente foram executados através de contratos e subcontratos concluídos em condições nepotistas e corruptas, que permitiram aos contratantes receber altas taxas de comissões e enriquecer-se pelo desvio de fundos públicos. Desta maneira, estes avanços económicos e sociais também fizeram parte de um sistema clientelista e corrupto da sociedade.

7.6 Daniel Ortega, a sua família e a FSLN

Não é possível desenvolver uma imagem completa do sistema orteguista sem atender à pessoa de Daniel Ortega e à sua família. Estes atores têm uma importância tão central para o desenvolvimento político e social do país no percurso dos últimos 50 anos, que é imprescindível acrescentar algumas notas essenciais sobre isto. Apesar da centralidade de Ortega durante todo o percurso da história aqui investigado, esta pessoa, neste trabalho, não é vista como o cérebro e motor de todos os desenvolvimentos políticos na Nicarágua, mas é percebida como um elemento importante da sociedade, entre muitos outros, e do desenvolvimento dos diferentes regimes políticos. Daí não se dar muita ênfase à sua personalidade, mas concentrar-se nas suas principais atuações políticas.

José Daniel Ortega Saavedra nasceu em 1945 e cresceu em condições humildes no bairro San Antonio da capital Manágua. Aos 14 anos já começara a participar em atividades contra a ditadura de Somoza num grupo de jovens do seu bairro juntamente com o seu irmão mais novo Humberto e outros que posteriormente deveriam desempenhar papéis importantes na luta de libertação e na Revolução Sandinista (Medina Sánchez, 2018, pp. 32–33, 148). Oficialmente integrou-se na FSLN em 1963, mas na luta guerrilheira apenas participou periféricamente e não está documentado quase nada sobre o seu papel na direção nacional da Frente durante os anos da luta armada. Na obra *La Epopeya de la Insurrección* de Humberto Ortega (2004), um livro de mais que 500 páginas sobre a luta de libertação da Frente Sandinista, Daniel somente está mencionado três vezes, e a sua atuação mais importante foi uma conversa com o Fidel Castro, na qual o convenceu de apoiar politicamente – e também com armas – a tendência Tercerista da FSLN. A sua contribuição principal para a luta armada foi um assalto a um banco para obter dinheiro para os combatentes na montanha e a sua

participação no assassinato de Gonzalo Lacayo, o verdugo da ditadura somocista mais conhecido e mais odiado pela população. Foi capturado em 1967, foi condenado pelo assalto ao banco e ficou sete anos na prisão sob condições de maltrato e tortura. Foi libertado em 1974, juntamente com outros 13 prisioneiros sandinistas, através de um sequestro de altos funcionários do regime somocista por parte dum comando da FSLN (Medina Sánchez, 2018, pp. 39–40, 49–52).

Quando, em 1979, se formou a Junta de Governo da Reconstrução Nacional (JGRN), ainda no exílio na Costa Rica, estava previsto que ninguém dos nove comandantes da *Dirección Nacional* participasse neste governo provisório. Mas, em certo momento, Humberto Ortega – sabendo que naquela dinâmica altamente revolucionária ninguém o iria contradizer – propôs o seu irmão Daniel como coordenador da JGRN. Os outros membros da *Dirección Nacional* aceitaram-no porque era uma pessoa introvertida e de baixo perfil público que não parecia pôr em perigo os seus próprios interesses na luta interna por influência e poder na FSLN, e no nascente Estado revolucionário (Medina Sánchez, 2018, pp. 110–113; Ramírez, 1999, p. 64).

Daniel Ortega sempre foi uma pessoa que ouviu e falou tranquilamente com todas e todos, sobre todas as temáticas, mesmo as mais controversas (Hassan Morales, 2016). Quase não há nenhum político, empresário, bispo, membro da FSLN, sindicalista, dirigente local ou outra pessoa de certa relevância na Nicarágua que não tenha tido um ou mais encontros de cara a cara com ele. Mesmo assim, muitas vezes terminou essas conversas sem dizer a sua posição final. Mas a partir de 2018, absteve-se, em grande medida, de impor os seus objetivos através do diálogo e de acordos secretos ou mesmo públicos, confiando em seguida apenas na repressão e na violência para suprimir as opiniões opositoras.

Durante muitos anos, Daniel foi protegido e promovido pelo seu irmão Humberto. Sem a intervenção direta de Humberto, Daniel não teria alcançado as suas posições na direção da Frente Sandinista, na liderança da tendência Terceirista, na JGRN, nem na presidência a partir de 1984. Humberto Ortega foi a figura dominante na FSLN – em muitas ocasiões nos bastidores – pelo menos até 1995, quando foi destituído como comandante-chefe do Exército. Pode-se dizer que a personalidade política de Daniel de certa forma é o produto de Humberto. Mas, em contraste com o papel de Humberto como autor de diversos livros, textos políticos e documentos estratégicos, não se encontram textos escritos por Daniel Ortega nem na literatura, nem nas publicações jornalísticas. As palavras de Daniel meramente estão documentadas através das entrevistas que deu ou dos seus discursos públicos. Nos anos da Revolução

Sandinista entregou a maior parte do trabalho administrativo da governação a Sergio Ramírez, bem como passou estas responsabilidades à sua mulher Rosario Murillo depois de assumir de novo a presidência a partir de 2007. Não obstante nunca prescindiu da sua autoridade de determinar a última decisão em todos os assuntos importantes da direção do Estado (Confidencial, 2017; Miranda Aburto & López, 2020, pp. 88–89).

Ortega sofreu três grandes derrotas: primeiro, a derrota eleitoral da Frente em 1990; segundo, a denúncia de Zoilamérica Narváez de ser vítima de violência sexual do seu padrasto Daniel Ortega desde os 11 anos e durante muitos anos seguintes; terceiro, a rebelião de 2018. Não obstante, sempre conseguiu sair destas situações críticas com mais poder concentrado nas suas mãos. Nos anos de oposição, ergueu-se como o líder indiscutível da FSLN e mais tarde acordou um pacto com Arnoldo Alemán, cujo conteúdo central eram alterações constitucionais que mais tarde lhe abririam o caminho para o poder. Após a denúncia de Zoilamérica, conseguiu que a sua mulher Rosario Murillo acusasse a filha de mentir, a declarasse louca e manifestasse publicamente a sua confiança em Ortega e o seu apoio político explícito. Em troca por esta traição da sua própria filha exigia cada vez mais poder político e ganhou um enorme poder sobre ele. O seu apoio a Ortega foi importante para a sua sobrevivência política e para o seu retorno à presidência mais tarde. Também foi o começo da ascensão política de Murillo até chegar à vice-presidência do país (Medina Sánchez, 2018, pp. 179–191; Narváez, 1998; Randall, 1999, pp. 38–41; Salinas Maldonado, 2018). Depois do levantamento de 2018, Ortega conseguiu destruir todas as restantes instituições de um Estado de direito, concentrar todo o poder político nas mãos do casal presidencial e estabelecer a ditadura declarada orteguista.

A partir da derrota eleitoral da Frente em 1990, existia meramente uma única continuidade política em todas as atuações de Daniel Ortega: voltar ao poder e jamais o devolver a alguém. Luis Carrión afirma que apesar da sua aparente timidez e contenção era o comandante “mais messiânico”, considerando-se “a representação pessoal da revolução”, e procurando cada vez menos o consenso na *Dirección Nacional* (Miranda Aburto, 2019). Uma investigação científica sobre o fenómeno político do Orteguismo não seria completa sem mencionar a disposição de Ortega de aceitar ou mesmo ordenar violência mortal contra opositores políticos, mesmo que fossem antigos camaradas sandinistas. Os três exemplos mais emblemáticos são o assassinato de Carlos José Guadamuz em 2004, um dos seus anteriores amigos pessoais e políticos mais íntimos desde a sua juventude (Medina Sánchez, 2018, pp. 193–208); a morte de Hugo Torres em 2022 na prisão, um comandante guerrilheiro que tinha participado num assalto

militar para libertar Ortega e ainda outros sandinistas da prisão somocista em 1974; e a morte do seu próprio irmão Humberto em 2024 em condições de prisioneiro político, de isolamento total e de privação do tratamento médico do qual dependia a sua vida.

Desde o seu regresso à presidência em 2007, Daniel Ortega proclamou compartilhar o poder com a sua esposa Rosario Murillo. Desta maneira, as decisões importantes foram tomadas cada vez mais exclusivamente pelo casal presidencial. Em consequência, já não foi o partido, nem o gabinete governamental, mas foi a família que funcionou como o último reduto de confiança para definir a política do governo. As responsabilidades estavam repartidas de forma a que Ortega se concentrasse nas grandes linhas políticas no que diz respeito aos poderes fácticos, como o Exército, o grande capital nacional e internacional, as relações internacionais, os poderes do Estado e decisões estratégicas na política doméstica. Murillo também atende estes assuntos, mas além disto é a administradora exclusiva da maquinaria do governo, é responsável pelas relações com as Igrejas e também organiza o aparelho da FSLN e as suas correias de transmissão, como a Juventude Sandinista, os gabinetes de família, os presidentes das câmaras e os meios de comunicação (Confidencial, 2017; Miranda Aburto & López, 2020, pp. 88–89).

Durante o período da governação sandinista nos anos 1980 as decisões sobre as principais orientações da política governamental e partidária foram debatidas e adotadas através dum processo de discussão e coordenação entre a *Dirección Nacional*, a Assembleia Sandinista e o gabinete do governo, no qual os ministros, diretores e secretários tinham a capacidade de tomar decisões dentro das linhas gerais acordadas. Sob o novo governo, a partir de 2007, todas estas instituições passaram a ser meras extensões do casal presidencial. O Presidente tem mais que 20 consultores sem responsabilidades claras e que, em muitos casos, têm estas posições somente como posto de consolo – dotado com um ordenado de um ministro – porque tinham sido destituídos de outras posições altas na administração estatal ou das forças armadas. O grupo dos quadros chaves do regime consiste em aproximadamente 200 funcionários, entre eles a cúpula dos deputados na Assembleia, os presidentes das câmaras dos principais municípios, os comandos superiores do Exército e da Polícia, bem como os magistrados dos poderes do Estado. Alguns de estes podem expressar as suas opiniões, mas não há um processo de deliberação, têm que executar ordens. Quase todos os quadros históricos da Frente foram afastados das posições importantes governamentais (Confidencial, 2017).

O governo Ortega-Murillo funciona numa forma concêntrica de vários anéis de poder. No centro estão Daniel Ortega e Rosario Murillo. Eles têm secretários *de facto* que não

aparecem em nenhuma organigrama, mas gozam da mais alta confiança dos dois. São figuras como Nestor Moncada Lau, Gustavo Porras ou Fidel Moreno. Moncada Lau é um ex-agente da *Dirección General de Seguridad del Estado (DGSE)* que estava envolvido no assassinato de um empresário opositor nos anos 1980 e em atos terroristas contra igrejas católicas nos anos 1990. É o operador e a voz principal de Rosario Murillo, responsável para os seus assuntos privados, a Polícia, o Ministério de Governação e a FSLN. Gustavo Porras apoiava o ditador Somoza até ao triunfo da revolução, a 19 de julho de 1979, quando se tornou um *sandinista do 20 de julho* e, mais tarde, tornando-se num dos mais destacados defensores de todas as medidas repressivas do regime orteguista. Fidel Moreno, é o produto da transformação da Juventude Sandinista num instrumento violento de defesa do poder, controlado por Rosario Murillo. Oficialmente é o secretário geral do município de Manágua, mas na realidade representa o poder real da capital e dos outros municípios importantes. Estas três personagens, completadas pelo presidente do Conselho Supremo Eleitoral Humberto Campbell e chefiadas pela vice-presidente Murillo, são o “comité central” da ditadura (Miranda Aburto & López, 2020, pp. 90–100).

Os filhos e as filhas de Murillo e Ortega desempenham um papel muito especial na construção do poder do regime. Em muitos casos não se sabe exatamente quando e como receberam os fundos milionários e as empresas que possuem. Mesmo assim, a autopromoção destes em várias plataformas na internet permitem constatar que levam uma vida de luxo e que toda a sua riqueza é o resultado da aquisição de fundos públicos. Além disso ocupam frequentemente funções representativas e executivas do governo com categoria de ministro. Rafael é a mão direita do ditador na gestão dos seus negócios privados, especialmente na compra de fazendas, hotéis e gado. Também está a administrar a distribuição de petróleo no país, um negócio milionário. Daniel Edmundo está a cargo do Canal 2 de televisão; Maurice Facundo dirige a administração do Canal 13; Luciana Catarina participa na direção dos Canais 4 e 13. Juan Carlos é o dono de uma empresa de publicidade que recebe muitas encomendas do governo. Laureano Facundo dirige a agência estatal de investimentos e nesta função firmou acordos com China e Rússia, ultrapassando o ministro dos negócios estrangeiros. Em várias ocasiões, Rafael, Camila e Luciana também participaram em eventos políticos ou culturais internacionais com categoria de ministro ou de consultores do Presidente. Finalmente, é de referir que Laureano Facundo está escolhido pelos seus pais para ser – depois de Murillo – o sucessor de Daniel Ortega, um propósito categoricamente posto em causa por Humberto Ortega (Confidencial, 2017; Deutsche Welle, 2024; Medina Sánchez, 2024).

8 Ditadura declarada

8.1 “*Vamos con todo!*”

O dia 18 de abril de 2018 constituiu um ponto de viragem na história da Nicarágua. Esta data marcou o início da transformação da sociedade nicaraguense, no espaço de poucos dias, de um regime de poder dominante para uma ditadura declarada (Levitsky & Way, 2020, p. 55; Martí i Puig & Jarquín, 2021; Mosinger et al., 2022, p. 254; Thaler, 2022, pp. 6–10). Enquanto o regime de poder dominante (Close, 2016, pp. 14, 135–161) está caracterizado pela falta de liberdades democráticas e a ampla supressão do funcionamento democrático e constitucional das instituições estatais, a ditadura declarada está, além disto, caracterizada por um alto nível de repressão violenta e armada estatal e através de grupos armados paraestatais que suprimiram qualquer manifestação de desconformidade ou de oposição do povo nicaraguense.

A 17 de abril, mediante um Decreto Presidencial, reformou-se a Lei de Segurança Social. O sistema de segurança social teve de ser reformado, porque tinha caído num défice cada vez maior devido à má gestão dos seus depósitos. Tal reforma significou uma redução das reformas dos pensionistas, que já eram pequenas e para muitos não chegavam para sobreviver. É importante mencionar que esta reforma não só foi o resultado da incapacidade política ou de arbitrariedades ditatoriais de Ortega, mas que também foi feita de acordo com as recomendações explícitas do FMI, que somente dois meses antes tinha felicitado o governo pela sua boa política económica e insistido em seguir este caminho com medidas ainda mais consequentes:

“El desempeño de la economía en 2017 rebasó las expectativas y las perspectivas para 2018 son favorables. [...] Nicaragua necesita seguir fortaleciendo su marco de políticas, para lo cual deberá: [...] reducir el gasto tributario, racionalizar los subsidios y poner en práctica una reforma integral de la seguridad social, [...] y crear reservas financieras internamente y aumentar aún más las reservas internacionales.” (FMI, 2018)

A 18 de abril saíram maioritariamente pensionistas em León para protestar contra esta medida e foram agredidos e golpeados brutalmente por seguidores do governo Ortega-Murillo. Imagens destas atuações violentas contra anciãos espalharam-se rapidamente através das redes sociais e causaram uma indignação por todo o país, o que resultou em manifestações espontâneas de solidariedade com as vítimas em muitas cidades, primeiro por parte dos estudantes e depois por cada vez mais setores da população. Os eventos descritos em seguida

estão documentados em pormenor nos relatórios de vários organismos de defesa dos direitos humanos como Amnesty International (2018a, 2018b), o Centro Nicaragüense de Derechos Humanos (CENIDH, 2020) o Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes (GIEI, 2018), a Comisión Interamericana der Derechos Humanos da Organización de los Estados Americanos (OEA, CIDH, 2018a) e a Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ONU, OACNUDH, 2018, 2023).

Estes protestos, inicialmente limitados a algumas centenas de participantes, foram brutalmente atacados e reprimidos por grupos leais ao Governo. Mas nesta dinâmica, houve dois fatores novos. Desta vez houve manifestações antigovernamentais não só em Manágua, a que o governo já se tinha habituado, mas também em cidades como León, Matagalpa ou Estelí, que até então eram vistas como locais sob o controlo político absoluto do Ortegismo. Em segundo lugar, a repressão das manifestações da oposição por parte dos grupos de choque pró-governamentais já não tinha o efeito intimidatório desejado, tendo, pelo contrário, conduzido a manifestações muito maiores.

Quando o casal presidencial temia perder o controlo do país, realizou-se uma memorável reunião de emergência a 19 de abril, convocada pelo Comité Departamental da FSLN. Estavam presentes todos os secretários políticos da FSLN, os coordenadores da Juventude Sandinista e os secretários sindicais de todas as instituições do Estado. O secretário do partido em Manágua, Fidel Moreno, um confidente próximo do casal presidencial que recebe instruções diretamente de Rosario Murillo, preside à reunião. Proíbe explicitamente qualquer gravação de telemóveis. A mensagem de Murillo é clara: *Vamos con todo!* A secretária política da FSLN no Banco Central da Nicarágua (BCN), Ligia Gómez (2018, pp. 2–3), cita Moreno com as palavras: “Temos de defender a revolução, vamos com toda a força, não permitiremos que nos roubem a revolução”. Gómez explica que isso significou que todas as formas de repressão seriam implementadas, medidas letais incluídas. Depois de Ligia Gómez se ter recusado a mobilizar os membros da FSLN da sua instituição para saírem à rua para manifestar-se a favor do governo, perdeu o seu emprego e teve que se refugiar no estrangeiro devido às ameaças de morte contra ela e os seus familiares.

Estas manifestações desenvolveram-se, em poucos dias, num movimento em massa de protesto contra o governo de Ortega. Mas foram enfrentadas por uma onda maciça de repressão estatal que causou, apenas nos quatro dias entre 19 e 22 de abril, pelo menos 46 mortes (CENIDH, 2020, p. 15). Tendo em conta o aumento contínuo do número de mortes, o protesto

contra os cortes das pensões transformou-se em poucos dias num protesto pacífico contra o regime Ortega-Murillo, protesto no qual participaram centenas de milhares de pessoas.

O Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP) convocou para o dia 23 de abril uma manifestação pela paz e para um diálogo entre o governo e o povo insurreto, na qual participaram dezenas de milhares de pessoas de todos os setores da sociedade. As maiores ruas de Manágua foram inundadas por um mar de bandeiras azuis e brancas, pondo assim as cores nacionais da Nicarágua como emblema da resistência cívica (ibid. 2020, p. 17). Nos dias 28 de abril e 9 de maio saíram outra vez milhares de pessoas para a rua, destas vezes não só em Manágua como também nas capitais departamentais. As palavras de ordem gritadas nas manifestações dirigiram-se de maneira cada vez mais acentuada contra a repressão, contra a corrupção, contra a polícia, e contra o regime orteguista em geral. A 30 de maio, data em que se celebra tradicionalmente o dia da mãe, organizou-se uma gigante manifestação, denominada *Homenaje a las Madres de Abril* em solidariedade com as mães e os familiares dos assassinados nas manifestações anteriores. O CENIDH relata sobre esta situação:

“[Los manifestantes] fueron atacados primeramente por fuerzas combinadas de policías antimotines, paramilitares y fuerzas de choque con armas de uso militar y luego por francotiradores y agentes de la policía posicionados en las instalaciones del Estadio Nacional “Denis Martínez” quienes dispararon a matar dejando un saldo de 10 personas asesinadas con disparos en la cabeza y tórax.” (CENIDH, 2020, p. 18)

Nas cidades de Estelí, Chinandega e Masaya, as forças repressivas atuaram da mesma maneira, o que provocou mais 9 vitimas mortais e aumentou o número de jovens assassinados para 19 pessoas em apenas um dia (ibid. 2020, p. 18).

O regime respondeu, atuando com extrema dureza, utilizando armas de guerra contra as manifestações e realizando purgas contra reais ou alegados membros da oposição, durante um período de vários meses. Sob as ordens de Ortega e Murillo, funcionários estatais, a Polícia, membros da FSLN, antigos membros do Exército, franco-atiradores e grupos paramilitares – por vezes mascarados, por vezes com o rosto aberto – entraram em muitos bairros populares e causaram um banho de sangue sem precedentes na história recente da Nicarágua.

Com poucas exceções, estes casos de violência estatal ilegal e arbitrária contra a população nunca foram investigados judicialmente, não houve nenhum processo justo para os detidos, não foram lançadas investigações contra os esquadrões da morte e os seus comandantes

e ninguém foi condenado judicialmente por estes abusos. Os perpetradores destas medidas repressivas e aqueles que as ordenaram vivem em completa impunidade até agora.

A 30 de maio, o governo da Nicarágua e a Organização dos Estados Americanos acordaram estabelecer uma comissão independente para esclarecer e documentar os eventos em abril e maio de 2018. Formou-se o *Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes (GIEI)*, composto por juristas e especialistas altamente reconhecidos no nível latino-americano em questões de direitos humanos. Este organismo elaborou o relatório mais detalhado destes acontecimentos, que documenta e analisa em 468 páginas o desenvolvimento destes eventos. No entanto, a 19 de dezembro de 2018, um dia antes de apresentar o resultado das suas investigações em Manágua, o governo nicaraguense decidiu suspender a presença do GIEI na Nicarágua e obrigou-o a sair de forma imediata do país. O GIEI, na sua avaliação dos acontecimentos em abril e maio de 2018, chegou à conclusão de que as medidas de repressão planificadas, organizadas e cometidas pelas autoridades mais altas da Nicarágua constituíram crimes de lesa humanidade (GIEI, 2018, pp. 224–236).

De acordo com o relatório do GIEI e das demais fontes mencionadas no início deste parágrafo, as medidas repressivas de 2018 incluíram, entre outras, os seguintes delitos específicos que significaram um salto qualitativo no exercício de violência e na utilização de armas contra a população: funcionários públicos e aderentes da FSLN participaram na repressão. A Polícia mostrou uma passividade total ante estas agressões. A Polícia usou balas de borracha dura, fazendo que alguns manifestantes perdessem a visão de um olho. Nos atos de repressão contra pessoas nas zonas residenciais participaram grupos paramilitares, ou seja, forças civis e mascaradas. Frequentemente se viu uma colaboração entre os paramilitares e a Polícia que utilizaram várias armas automáticas militares. A violência armada empregada contra a população civil teve um carácter completamente desproporcionado o que ficou evidente pelo facto de que as mortes foram esmagadoramente atribuídas ao uso de armas de guerra por parte das forças repressivas estatais e paraestatais e que a grande maioria das vítimas morreu com tiros na cabeça ou no tronco.

Em junho e julho, a ordem de Ortega-Murillo foi dismantelar as barricadas, erguidas pelos manifestantes nos bairros e também nas estradas. Estas barricadas tinham o fim de impedir a mobilidade das forças repressivas, defender-se delas e para pressionar o governo. Nesta campanha, chamada pela população *operación limpieza*, o regime aplicou medidas de violência extrema, impôs uma situação de terror estatal e paramilitar generalizado. A operação

teve início nos bairros orientais de Manágua estendeu-se em seguida a outros municípios do país, executando detenções ilegais, desaparecimentos forçados e assassinios perpetrados por parapoliciais em veículos da Polícia Nacional e carrinhas Toyota Hilux sem matrícula. Há provas evidentes de execuções extrajudiciais, bem como do uso de violência contra a integridade física e psicológica dos raptados e das suas famílias (CENIDH, 2020, p. 20).

Novos elementos da repressão foram as formas e a extensão da perseguição dos manifestantes opositores: as autoridades estatais proibiram o tratamento médico de emergência de manifestantes feridos; médicos e outros trabalhadores da saúde que trataram feridos foram despedidos; estudantes e professores que tivessem participado em manifestações de protesto foram expulsos das suas universidades; pessoas que tinham opiniões críticas em relação ao governo receberam ameaças de morte.

As garantias democráticas e as normas legais também foram desrespeitadas e violadas numa dimensão não conhecida até tal momento. Pessoas que exibiram publicamente as cores nacionais da Nicarágua azul e branco – fosse através de balões azuis e brancos, flores azuis e brancas no Domingo Memorial ou mesmo hasteando apenas a bandeira nacional na berma da estrada – foram detidas pela Polícia. Centenas de pessoas foram detidas arbitrariamente e sem mandado de captura. As pessoas presas sofreram tratamentos degradantes e de tortura. Houve muitos casos nas quais os direitos dos arguidos foram negados aos detidos. Os manifestantes da oposição foram condenados a penas de longa duração, em alguns casos superiores a 100 anos. Mas geralmente não houve nenhuma investigação ou julgamento dos casos das mais de 300 pessoas mortas, porque os perpetradores dos homicídios de protestantes gozavam da garantia de impunidade. As únicas mortes investigadas foram as mortes de pessoas ligadas ao governo ou à FSLN e terminaram em severas condenações dos supostos assassinos.

Instituições da sociedade civil que até tal momento ainda tinham certo espaço para atividades públicas foram suprimidas. Meios de imprensa independente foram ocupados e destruídos por ataques policiais. Organizações de direitos humanos foram despojadas da sua personalidade jurídica e os seus escritórios foram ocupados e destruídos por forças policiais. Outras organizações da sociedade civil também foram proibidas.

Até meados de dezembro de 2018, os números subiram a 325 vítimas mortais e a mais de 2.000 pessoas feridas. Mais de 550 pessoas foram presas (OEA, CIDH, 2018b), e milhares

de pessoas fugiram para o estrangeiro para escapar à repressão, mas as estimações sobre o seu número variam substancialmente entre as diferentes fontes.

Na sua investigação o GIEI (2018, pp. 225–236) chega às seguintes conclusões principais: Os protestos da população foram, na sua grande maioria, pacíficos, e onde houve violência isolada por parte dos manifestantes, não houve provas de que tenha sido levada a cabo como resultado de um plano geral. Mesmo assim, as forças repressivas do Estado atuaram contra os manifestantes com violência desproporcionada. O contexto da estrutura estritamente hierárquica do Estado sob Ortega e das ações bem coordenadas e idênticas em toda a Nicarágua, não deixa dúvidas de que as medidas repressivas foram uma política ordenada e aprovada pela mais alta autoridade do país. Esta violência foi ainda levada a cabo em coordenação e cooperação abertamente visível entre forças policiais, funcionários públicos, apoiantes civis do governo e também tropas de choque, com um maior grau de organização e armamento letal. Armas de guerra, tais como as espingardas de assalto AK-47 e AK-74, a arma de precisão Dragunov e outras mais foram utilizadas nas medidas repressivas do Estado. A utilização destas armas não é permitida no interior do país de acordo com as diretrizes emanadas pela ONU e é também estritamente proibida ao abrigo das disposições legais de Nicarágua.

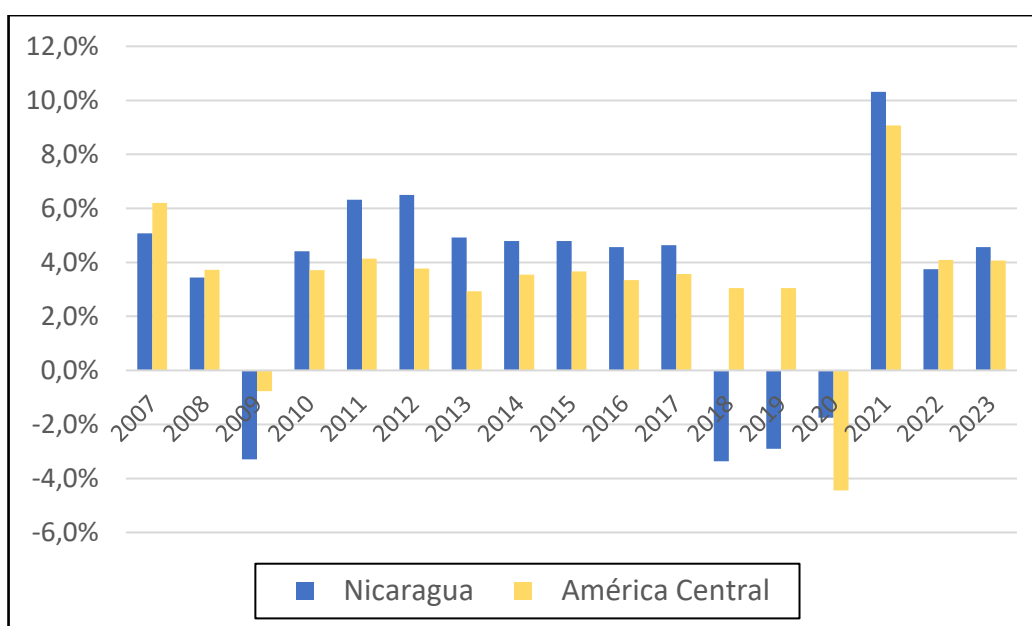
O facto de o GIEI chegar à conclusão de que as medidas repressivas cometidas pelo governo da Nicarágua contra o seu próprio povo, devem ser caracterizadas, de acordo com as normas do Direito Internacional, como crimes contra a humanidade, significa que o GIEI teve um juízo muito especial dos crimes cometidos. Não eram meramente medidas repressivas particularmente duras por parte da Polícia, mas eram antes ataques sistemáticos e em larga escala contra a população, mandados e organizados intencionalmente pelos governantes, ataques que incluíam assassinatos seletivos, detenções arbitrárias e outras privações graves de liberdade, perseguições graves por motivos políticos, violações, torturas físicas e psicológicas cruéis, e o desaparecimento forçado de pessoas (ibid. 2018).

A figura de crimes contra a humanidade foi introduzida e aplicada pela primeira vez no Tribunal de Nuremberga (1945-1946) contra os principais dirigentes da ditadura nazi na Alemanha e determina essencialmente que nenhum governo tem o direito de reprimir violentamente o próprio povo. A partir de tal momento, a proibição de crimes contra a humanidade constitui uma parte integral do Direito Internacional Consuetudinário e possui quatro características específicas em relação a outros delitos do Direito Internacional: estes crimes não prescrevem; a sua perseguição não pode ser removida por amnistias; estão sujeitos

à jurisdição universal, o que significa que, se não forem processados no país em que foram cometidos, tribunais de outros países podem declarar-se competentes para lidar com eles; e é possível levá-los perante o Tribunal Penal Internacional de Haia. Para o caso de Nicarágua a caracterização da repressão estatal em 2018 e nos anos seguintes como crimes de lesa humanidade tem uma importância especial: parece ser o único caminho possível para os vítimas da repressão poderem receber justiça, porque *de facto* não têm qualquer hipótese de acesso ao sistema judicial da Nicarágua. No entanto, este regime jurídico oferece direitos e garantias específicas às vítimas, como o direito à verdade, o direito à justiça, o que inclui a investigação e punição dos perpetradores da violência, o direito à reparação e a garantia da não repetição (GIEI, 2018, pp. 225–236; López López, 2012, 2015, pp. 137–140).

Gráfico 6:

Crescimento do PIB (%) na Nicarágua e em América Central



Fonte: (BCN, 2024a)

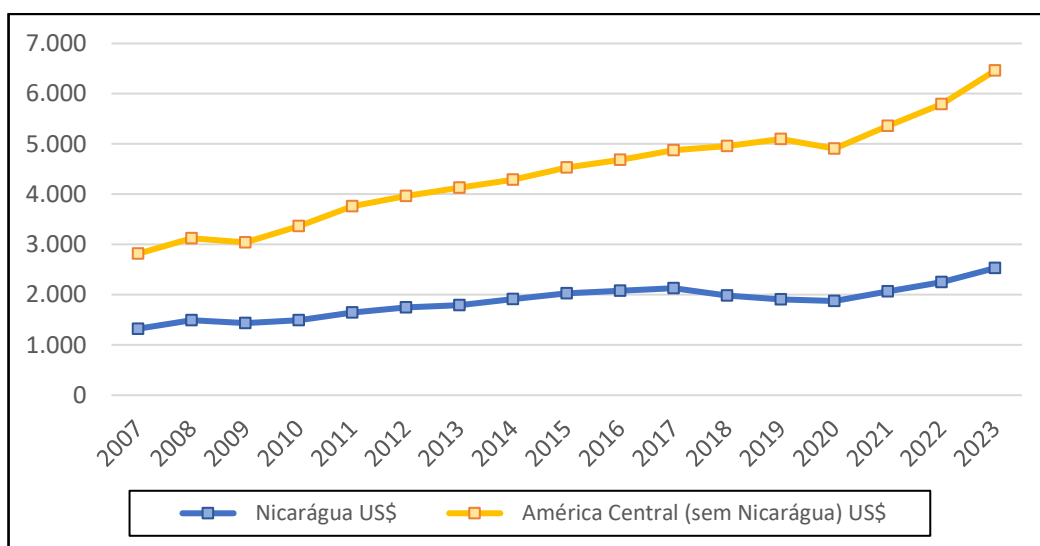
A resposta violenta do regime contra os protestos pacíficos da população em 2018 e 2019 teve consequências devastadoras para toda a sociedade de Nicarágua e particularmente para a economia do país. O gráfico 6 mostra que o PIB durante os oito anos antes destes acontecimentos tinha um crescimento acima de 5 %, marcadamente acima da média dos outros países da América Central. Mas o PIB caiu por 3,4 % em 2018, e por 2,9 % e 1,8 % nos dois

anos seguintes, enquanto somente conseguiu alcançar um crescimento de 4,6 % em 2023 (BCN, 2024a, p. 7). Enquanto a queda do PIB em 2020 foi um fenômeno global, devido à pandemia de Covid-19, as quedas do PIB de 2018 e 2019 somente na Nicarágua estão obviamente relacionadas com o conflito que estalou em abril de 2018.

O indicador do PIB per capita é muito mais significativo em termos do nível de vida das pessoas do que meramente o valor absoluto do PIB. O gráfico 7 mostra o desenvolvimento do PIB per capita da Nicarágua, em comparação com os outros países de América Central entre 2007 e 2023. O gráfico permite fazer três observações. Primeiro, Nicarágua mostra um crescimento do PIB per capita modesto, mas estável até ao ano 2017. Em 2018, o ano do levantamento popular, este indicador diminuiu consideravelmente e nos anos 2019 e 2020 também. Somente em 2022 conseguiu ultrapassar novamente o valor de 2017. Segundo, o nível do PIB per capita da Nicarágua está muito abaixo do nível médio de América Central. Terceiro, a diferença do PIB per capita entre a Nicarágua e a América Central cresce continuamente, o que significa que as condições de vida na Nicarágua tornam-se cada vez piores em comparação com as situações nos seus países vizinhos (Banco Mundial, 2024).

Gráfico 7:

Desenvolvimento do PIB per capita na Nicarágua e na América Central



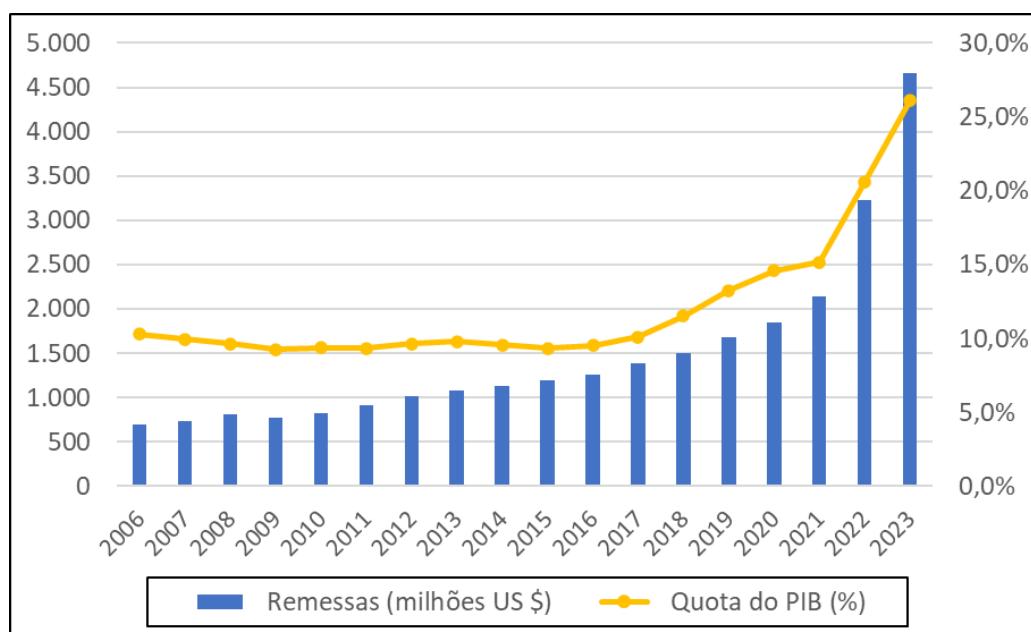
Fonte: (Banco Mundial, 2024), calculo do autor

Enquanto o número dos empregados integrados no sistema de segurança social INSS tinha chegado a 914.196 membros em 2017, caiu até 714.465 em 2020, o que significa que 200.000 pessoas, quase 22 % de todos os empregados com contratos formais, tinham perdido o seu trabalho. A maioria destes postos de trabalho nunca foram recuperados e forçaram os despedidos a procurar trabalhos precários o emigrar do país (BCN, 2024a, p. 65).

O agravamento da crise económica depois da repressão estatal de 2018/2019 levou também a que cada vez mais pessoas abandonassem o país e que a sobrevivência na Nicarágua dependesse cada vez mais das remessas que os emigrantes enviam para as suas famílias na Nicarágua. O gráfico 8 mostra que as remessas cresceram entre 2006 e 2020 em valores entre 5 % e 10 % por ano. No entanto, as remessas cresceram 50 % em 2022 e 45 % no ano seguinte, o que significa que se duplicaram em apenas dois anos e que chegaram a 4.660 milhões dólares em 2023. Enquanto as remessas representaram entre 2006 e 2017 uma quota estável de mais ou menos 10 % do PIB, cresceram significativamente a partir da crise de 2018 até um valor de 26,1 % do PIB. Estima-se que 20 % da população nicaraguense, calculada em 6,85 milhões, vive no estrangeiro e que pelo menos meio milhão de pessoas fugiram da Nicarágua depois de abril de 2018 (BCN, 2024a, pp. 7–8, 2024b; Confidencial, 2024g; Vargas, 2024a, p. 25).

Gráfico 8:

Remessas familiares e quota das remessas do PIB (%) entre 2006 e 2023



Fonte: (BCN, 2024a, 2024b)

A repressão policial e paramilitar a partir de abril de 2018 não só destruiu qualquer perspectiva de um desenvolvimento económico sustentável a favor do país, mas significou a entrada num novo período na história da Nicarágua, denominado aqui como regime de uma ditadura declarada. Esta ditadura tem as características principais de dum sistema sultânico (Linz & Stepan, 1996, pp. 33–65; Weber, n.d., pp. 4–8, 1999, pp. 151–158), combinado com uma alta disposição dos ditadores Ortega e Murillo, para usar violência policial e paramilitar contra qualquer manifestação crítica ao seu regime. A partir deste momento, os ditadores ignoraram vastamente os regulamentos legais e constitucionais do país, violaram quase todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, perseguiram, destituíram e encarceraram todas as pessoas do aparelho do Estado em quem já não confiavam e continuaram a apropriar-se de riquezas milionárias dos cofres públicos.

8.2 Refinamento da repressão

A oposição ao regime de Ortega-Murillo tinha muitas facetas sociais, políticas, confessionais e culturais e existiam opiniões diferentes e debates sobre quase todos assuntos da vida política da Nicarágua. Ao mesmo tempo existia uma convicção compartilhada por todas as forças opositoras nicaraguenses: a necessidade de conseguir o fim do Orteguismo e uma mudança do regime opressor na via pacífica. Não havia nenhuma força que advogava uma insurreição violenta nem uma intervenção estrangeira, porque toda a população sabia que isto não significaria outra coisa que dar um novo impulso à espiral da violência. No entanto, também existia um desejo forte de justiça e de punição de todas as violações dos direitos políticos, sociais e humanos cometidas por Ortega-Murillo e os demais responsáveis do regime. Daí as incansáveis iniciativas dos grupos opositores a negociar com o regime para encontrar um caminho pacífico e democrático para poder sair do impasse ditatorial no qual se encontrava Nicarágua. Mas o regime nunca mostrou um verdadeiro interesse num diálogo e numa diminuição da tensão extrema da sociedade.

Mesmo assim, as multitudinárias mobilizações em todo o país exerceram tanta pressão política sobre Ortega, que a Conferência Episcopal de Nicarágua conseguiu convocar uma assembleia que devia ser o começo de um diálogo entre a oposição e o governo. A 16 de maio de 2018 reuniram-se Daniel Ortega, Rosario Murillo, mais representantes do governo, representantes dos estudantes, das empresas privadas, de diversos organismos da sociedade civil e da Igreja Católica, para iniciar o diálogo. Neste encontro o representante estudantil

Lesther Alemán (2018) fez um emblemático apelo para que Ortega ordenasse imediatamente o fim da repressão e, em resposta ao pedido de Ortega de apresentar a lista dos mortos, a estudante Madeleine Caracas (2018) leu, num emotivo momento, os nomes de 56 pessoas assassinadas até tal dia pelas forças estatais e paraestatais. Apesar de tudo, em seguida o governo vacilou entre ficar mudo, aceitar certos contactos e conversações mediadas pela Igreja Católica, prometer passos concretos do restabelecimento de condições democráticas e negar-se a continuar a participar em qualquer forma de diálogo, táticas que sempre foram acompanhadas de novas ondas violentas de repressão e de prisões encarceramentos (CENIDH, 2020, p. 46).

Depois de o governo Ortega se ter recusado durante nove meses a um diálogo com a oposição, houve novamente uma reunião entre as duas partes em fevereiro de 2019, juntando representantes do governo e da oposição, para discutir uma solução para a crise social profunda no país. A oposição foi representada pela *Alianza Cívica para la Justicia y Democracia (ACJD)*, um conjunto de pessoas dos diversos setores opositores da sociedade, que foi formada pela Igreja Católica e cuja componente mais importante e abrangente era a *Unidad Nacional Azul y Blanco (UNAB)*, um organismo que era constituído por muitos grupos e movimentos opositores da sociedade civil. As quatro reivindicações centrais da ACJD foram: liberdade para todos os prisioneiros políticos; restauração das liberdades constitucionais; uma reforma eleitoral que permita eleições livres, transparentes e observadas internacionalmente; e justiça, o que significou a identificação e punição dos responsáveis pela repressão e reparação para as vítimas da repressão estatal (CENIDH, 2020, p. 47).

As condições de trabalho para a oposição eram extremamente complicadas. Os seus representantes estavam constantemente perseguidos e só podiam trabalhar clandestinamente. Muitos tinham que fugir para o exterior. Pelo contrário, Ortega tinha à sua disposição: o governo, o parlamento, os tribunais, os meios de comunicação de massa, a polícia e os militares. Mesmo assim, o regime não deu nenhuns passos concretos para relaxar a situação. Como consequência, a Alianza Cívica deixou as negociações e explicou que só retornaria à mesa de negociação depois da libertação de uma parte “significativa” dos prisioneiros políticos. Os mais de 600 prisioneiros foram condenados como alegados terroristas e participantes num golpe de Estado – alguns a mais de 100 anos de prisão – em julgamentos que não cumpriram as normas mínimas dum Estado de direito (Schindler, 2019b).

Perante a enorme pressão política interna e internacional, o governo anunciou, a 20 de março, a libertação de todos os prisioneiros políticos num prazo máximo de 90 dias. Além disso,

o grupo de negociação conseguiu acordar com o governo uma agenda adicional para negociar sobre os seguintes pontos: uma reforma eleitoral para realizar eleições livres e justas; o fortalecimento dos direitos democráticos e garantias dos cidadãos; e um processo de verdade, justiça e compensação das vítimas da repressão. Por conseguinte, houve dois assuntos fulcrais que ainda deveriam ser negociados com o governo: por um lado, uma reforma eleitoral, que permitiria eleições livres e democráticas com observadores nacionais e internacionais e, por outro lado, o estabelecimento de um sistema de justiça de transição que deveria cumprir com as seguintes tarefas: investigar e castigar os perpetradores e seus comandantes dos crimes violentos do ano 2018; compensar materialmente as vítimas e as suas famílias; definir mecanismos que assegurem que tais crimes não possam ser repetidos (ibid. 2019b).

A 27 de março, a ACJD e o governo assinaram um acordo sobre a forma da libertação dos prisioneiros políticos. A Cruz Vermelha Internacional concordou em organizar este processo e a OEA confirmou a sua disposição de retomar a participação na elaboração duma reforma eleitoral. A 29 de março, a ACJD e o governo assinaram a declaração *Acuerdos para fortalecer los Derechos y Garantías Ciudadanas en Nicaragua* (Viva Nicaragua, 2019) que entrou em vigor de imediato e que deveria servir como garantia para as forças opositoras de poder reintegrar-se na vida legal.

Este acordo reiterou explicitamente os direitos mais importantes que de facto foram revogados pela repressão do Estado desde abril de 2018. O documento estabeleceu expressamente as seguintes determinações: o cumprimento do devido processo e proteção judicial efetiva; desarmar os grupos armados fora da constituição e da lei; proibição do uso de armas de guerra para tarefas policiais; o direito de todos os nicaraguenses que tinham fugido para o exterior de retornar ao país com plena garantia da sua segurança pessoal e das suas famílias; os direitos à assembleia pública e manifestação pacíficas sem requerimento de aprovação prévia; o direito ilimitado de todos os nicaraguenses de usar a bandeira nacional da Nicarágua de maneira respeitosa; permissão a formação de organizações independentes; liberdade de expressão, bem como o direito à informação, seja através das redes sociais, da imprensa escrita, da rádio ou da televisão; e obrigação do Estado de rever todos os procedimentos de confiscações de bens e devolvê-los aos seus donos originais. Isto significa que o governo prometeu, através da sua assinatura deste documento, que em seguida iria atuar de acordo com as determinações constitucionais e legais – uma promessa que nunca cumpriu no percurso dos meses e anos seguintes. A 3 de abril concluíram-se as conversações sem que

todos os prisioneiros políticos tivessem sido libertados e sem que as liberdades políticas tivessem sido restabelecidas. Também não houve acordos sobre os temas das eleições e investigações da violência estatal. Mas continuaram os protestos e a repressão incrementou severamente (CENIDH, 2020, p. 47).

No dia 8 de junho de 2019, a Assembleia (2019) aprovou uma *Ley de Amnistía* que supostamente devia servir como base legal para a libertação dos prisioneiros políticos. Mas, na realidade é uma lei que protege os assassinos e os seus superiores de ser processados pelos crimes que cometeram durante o ano 2018. A lei refere-se a “todas as pessoas que participaram nos eventos que ocorreram desde 18 de abril de 2018” e trata, desta maneira, os milhares de manifestantes pacíficos como iguais às forças repressivas estatais e paraestatais, que mataram mais de 300 pessoas, feriram milhares, prenderam ilegalmente centenas de cidadãos inocentes e forçaram dezenas de milhares ao exílio (Nagovitch, 2019; Thaler, 2022, p. 11).

Para a libertação dos prisioneiros políticos não teria sido necessário adotar esta lei. Os julgamentos contra eles poderiam ter sido concluídos por absolvições judiciais ou pelo encerramento dos processos. Aqueles já condenados poderiam ter sido absolvidos através de sentenças de instâncias de apelação ou pela Corte Suprema. Todo isto poderia ser feito através das leis e tribunais do sistema judicial já existentes. No entanto, os autores da repressão de 2018 não poderiam ser incluídos nos processos de absolvição aqui referidos porque nunca foram acusados e, portanto, estes meios legais não eram aplicáveis. Dai, a essência desta lei consiste em amnistiar os perpetradores das medidas repressivas militares e paramilitares do ano 2018 e protegê-los de possíveis processos no futuro, mesmo que ainda não tenham sido investigados pelas suas atuações violentas e mortais. Esta autoamnistia é uma clara indicação de que o regime estava a preparar-se para a situação pós-Ortega, ao tentar proteger aqueles indivíduos que estavam envolvidos na repressão violenta, como perpetradores ou comandantes superiores (ibid. 2019; ibid. 2022) .

No contexto dos protestos massivos e as esperanças de grandes setores da população numa mudança nas próximas eleições, o regime Ortega-Murillo abriu, em outubro de 2020, uma nova frente da repressão. Aprovou várias leis para poder reprimir a população em base de uma serie de novos delitos inventados sob a justificação de proteger o país contra tentativas de intervenções externas, mas na realidade desenhadas para ilegalizar todas formas de expressar críticas ao governo.

A 15 de outubro, a Assembleia Nacional aprovou a *Ley de Regulación de Agentes Extranjeros* que exige de todas as pessoas, organizações ou empresas nicaraguenses que entrem de qualquer forma em contacto com fundos estrangeiros se registem como “agentes estrangeiros” numa lista fornecida pelo governo (Asamblea Nacional, 2020b). Aqueles que não o fizerem correm o risco de ser penalizados severamente. Além disso, estas pessoas não estão autorizadas a ocupar qualquer cargo público ou a trabalhar no setor público. As muitas organizações não governamentais que receberam financiamento de fora tinham que cessar todas as suas atividades até que todos os seus empregados se tenham registrado como “agentes estrangeiros”. Além disso, todos os projetos apoiados pelo estrangeiro devem submeter informes sobre todas as suas atividades e finanças, de quatro em quatro semanas, às autoridades nicaraguenses para a sua aprovação. Este regulamento é completamente impraticável tendo em conta a administração estatal altamente burocratizada da Nicarágua e, em última análise, é apenas um instrumento para impedir e proibir arbitrariamente quaisquer atividades independentes que não agradam ao governo (Martí i Puig et al., 2022; Thaler, 2022, pp. 9, 11). A *Federación Internacional por los Derechos Humanos (FIDH)* (2021) – do qual o CENIDH é membro – denuncia que, atualmente, em todo o mundo, associações, meios de comunicação social independentes e ONG são confrontados com novas leis parecidas destinadas a limitar as suas atividades, privando-os dos seus meios de comunicação, e a desacreditá-los e finalmente impedir o seu funcionamento por completo.

A 27 de outubro de 2020, foi aprovado a *Ley Especial de Ciberdelitos* (Asamblea Nacional, 2020c). Esta lei enumera em 31 artigos os mais diversos crimes que vão desde o “acesso indevido a sistemas informáticos” ou a “fraude informática” até à “transferência de informações públicas confidenciais” ou à “propagação de notícias falsas” suscetíveis de causar “alarme, medo, ansiedade entre a população”. Cada artigo estipula a pena prevista em caso de infração: entre um e dez anos de prisão. As formulações são tão gerais e imprecisas que a sua interpretação permite um elevado grau de discricionariedade por parte do sistema jurídico. Esta lei – chamada pelo povo de “lei da mordaza” – também obriga todas as empresas de comunicação eletrónica a guardar todas as informações e dados pessoais dos seus clientes para que o Estado possa processar as pessoas que alegadamente cometeram “cibercrimes”. Com esta lei, qualquer opinião, comentário, crítica, caricatura ou informação que critique o governo num e-mail, via Facebook, Twitter, Instagram, em sites ou qualquer outro meio digital pode ser usada pelo regime para processar e prender “legalmente” o autor (Martí i Puig et al., 2022).

A 21 de dezembro foi aprovada a *Ley de los Derechos del Pueblo a la Independencia, Soberanía y Autodeterminación para la Paz* (Asamblea Nacional, 2020a) que criminaliza golpes de Estado, terrorismo e apoio à intervenção externa. Tais delitos entendem-se na linguagem do regime como manifestações contra a repressão estatal, declarações críticas contra o governo ou contra o Presidente, ou apelos à pressão política externa sobre a ditadura orteguista, para restaurar as condições democráticas. As pessoas consideradas culpáveis ao abrigo desta lei serão declaradas *Traidores de la Patria* e perdem automaticamente o seu direito de concorrer a cargos públicos nas eleições (ibid. 2022).

A última componente deste pacote legislativo foi a emenda constitucional do 18 de janeiro de 2021 que puniria *Crímenes de Odio* com prisão perpétua, enquanto a pena máxima até tal momento estava limitada a 30 anos de prisão (Asamblea Nacional, 2021). Na véspera das eleições, previstas para novembro de 2021, o regime estava interessado em apresentar a Nicarágua ao público internacional como um Estado de direito. Mas, num discurso público a 15 de outubro de 2020, Ortega já tinha expressado explicitamente o verdadeiro objetivo desta lei: perseguir e reprimir os seus opositores políticos, a quem chamou “criminosos”, “cobardes”, “terroristas” e “filhos do diabo”, que merecem ser punidos com penas mais longas pelos seus “crimes de ódio” (Martí i Puig et al., 2022).

Estas três leis mais a emenda constitucional destinaram-se a intimidar as forças da oposição, a forçá-las à autocensura e a obrigá-las a acusarem-se a si próprias, registando-se como “agentes estrangeiros”. As penas anunciadas para o caso de incumprimento são ameaças extremas que vão desde multas financeiras, confiscação de bens privados, detenção até à prisão perpétua. Muitos dos prisioneiros políticos dos anos seguintes foram acusados e condenados ao abrigo destas leis (Benjamin, 2022; Martí i Puig et al., 2022; Schindler & Sanchez, 2020). Além disso, foi agravado o Código Processual Penal ampliando até 90 dias, das 48 horas pré-existent, o prazo que uma pessoa podia estar detida sem ser acusada de maneira formal. Após a aprovação destas novas condições legais, a Nicarágua viveu um ano caracterizado pela organização de defesa dos direitos humanos CENIDH nas seguintes palavras:

“Fue un año de persecución sistemática y encarcelamiento de dirigentes políticos sociales, empresariales, campesinos, universitarios, defensores de derechos humanos, periodistas, incluidos siete opositores y precandidatos presidenciales. Un año de farsa electoral. Un año en que la destrucción de la institucionalidad a través de la instrumentalización de todos los poderes del Estado fue más evidente.” (CENIDH, 2021, p. 4)

8.3 Eleições de 2021

Os preparativos para as eleições desenvolveram-se nestas condições de repressão e de plena incerteza sobre a forma como se realizariam. Apenas algumas semanas antes das eleições, não se sabia como é que as pessoas se iriam comportar nesse dia. Uma sondagem do instituto CID-Gallup do setembro previu um apoio de 19 % para o candidato presidencial da FSLN Daniel Ortega e uma intenção de voto entre 52 % e 63 % para os diferentes pré-candidatos opositores, entre eles Christiana Chamorro, a filha da ex-presidente Violeta Barrios de Chamorro. 77 % dos entrevistados responderam que não apoiavam nenhum partido político, enquanto 8 % expressaram o seu apoio à FSLN e todos os demais partidos conseguiram níveis de apoio de 5 % ou menos (Confidencial, 2021a).

A oposição apresentou um quadro fraco, dividido e vastamente descoordenado. No entanto, o CSE retirou a personalidade jurídica como partido político a um após outro partido da oposição. As várias personagens que pretendiam concorrer à presidência foram detidas ou colocadas em prisão domiciliária, impossibilitando as suas candidaturas. Por conseguinte, espalhou-se na população uma vontade de votar em qualquer partido e independentemente do candidato que pudesse exprimir de alguma forma a oposição política ao regime Ortega-Murillo. No entanto, a 7 de agosto o partido *Ciudadanos por la Libertad (CxL)*, o último partido da oposição que ainda mantinha o seu status legal, foi despojado da sua personalidade jurídica e os seus candidatos foram colocados em prisão domiciliária. Nestas condições de repressão total e de exclusão de todos os partidos da oposição, a palavra de ordem *Quedáte en casa!* estava a ganhar cada vez mais popularidade entre a população. E isto é precisamente o que aconteceu. No próprio dia das eleições, as ruas nas cidades e no campo estavam vastamente vazias, as portas e as janelas das casas fechadas (Confidencial, 2021b, 2021c; Schindler, 2021a, 2021b; Thaler & Mosinger, 2022, p. 142).

Os restantes partidos legalmente existentes ou estavam diretamente numa aliança com a FSLN, ou estavam ligados ao partido orteguista através de outros canais. Todos estes partidos eram largamente desconhecidos, não desempenhavam qualquer papel na política nacional, não tinham qualquer programa e os seus principais candidatos perseguiram principalmente interesses particulares. A sua única razão de ser era a tentativa de dar a impressão de que se tratava de eleições pluralistas, pelo que foram recompensados com posições altamente remuneradas ou outros benefícios materiais. Um voto para qualquer destes partidos foi um voto a favor do

regime orteguista (Martí i Puig et al., 2022; Thaler & Mosinger, 2022, p. 133). Foram eleições sem escolha (Hermet, 1978, pp. 1–18).

Antes das eleições, todos os comícios públicos foram proibidos. A propaganda eleitoral foi limitada a atividades na internet, tais como mensagens no WhatsApp ou no Facebook. Não havia cartazes eleitorais nas ruas, nem faixas, nem anúncios nos grandes espaços publicitários ao longo das ruas, nem bandeiras, nem fotografias dos candidatos, nem caravanas ... nada que pudesse indicar que havia uma campanha eleitoral a decorrer na Nicarágua (Confidencial, 2021b, 2021c; Schindler, 2021a, 2021b). Naquele momento, o autor estava presente no país e pôde observar tudo isto pessoalmente.

As eleições de 2021 foram realizadas de uma maneira que não cumpriu com as mínimas condições para um processo livre e democrático (AI, 2021a; CENIDH, 2021; OEA, CIDH, 2021; Kliche, 2021). Foram tão obviamente manipuladas que muitos Estados não as reconheceram como legítimas. Mesmo na esquerda latino-americana, as vozes críticas à forma antidemocrática de governação e às manipulações eleitorais de Ortega não podiam ser ignoradas, entre elas Gustavo Petro de Colômbia e Gabriel Boric de Chile que em seguida viriam a ser eleitos presidentes dos seus países (González Camaño & Cohen, 2021).

A organização independente *Urnas Abiertas* (2021) tinha realizado uma observação eleitoral silenciosa – não registada – em toda a Nicarágua. O relatório desta iniciativa revelou que mais de 80 por cento da população com direito de voto não participou nesta votação. Isto é consistente com as observações de outras testemunhas oculares que se encontravam no terreno. No dia das eleições muitas casas tinham, em contraste com a situação normal, as portas e as janelas fechadas, as ruas estavam vazias e em frente dos centros de votação encontravam-se muito poucas pessoas. Todos aqueles que votaram tinham o polegar direito pintado com uma tinta não lavável. Mas, depois do dia das eleições apenas poucas pessoas tinham o polegar colorido, segundo observação pessoal do autor.

Tabela 8:

Eleições parlamentares de 2021

	Votos*	(%)	Assentos	(%)
FSLN	2.093.834	75,05	75	83,33
PLC	395.406	14,17	9	10,00
ALN	89.853	3,22	2	2,22
PLI	85.711	3,07	1	1,11
APRE	48.429	1,74	1	1,11
CC	46.510	1,67	1	1,11
YATAMA	30.000	1,08	1	1,11
total	2.789.743	100,00	90	100,00

* Os votos são estimações, não foram publicados números oficiais

Fontes: <https://www.electionguide.org/elections/id/3643/>

<https://www.electionguide.org/elections/id/3644/>

<https://data.ipu.org/parliament/NI/NI-LC01/>

Os resultados oficiais destas “eleições” mostraram uma taxa de participação de 65 % e deram à FSLN uma quota de 76 % dos votos. Contudo, de acordo com todas as fontes independentes disponíveis, estes números não são plausíveis (AI, 2021a; Confidencial, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b). Os números mostrados na tabela 8 não são expressão do voto popular na Nicarágua, mas das decisões políticas das cabeças da ditadura sobre o resultado que queriam apresentar ao público. A tomada de posse de Daniel Ortega como presidente e Rosario Murillo como vice-presidente, a 10 de janeiro de 2022, teve pouca assistência de delegações governamentais de outros países, com exceção de Cuba, Venezuela e China. Daniel Ortega estava politicamente isolado como nunca antes, dentro da Nicarágua, mas também a nível internacional.

8.4 Acontecimentos subsequentes

Esta investigação abrange o espaço do tempo até às eleições de 2021 e o começo do quarto mandato da presidência de Ortega em 2022. Não obstante, parece importante mencionar em poucas palavras-chave algumas das medidas exemplares tomadas pelo governo Ortega-Murillo no novo período de governação, porque mostram de maneira ainda mais acentuada o carácter arbitrário e altamente repressivo do seu regime.

Até ao ano de 2023 foram documentados 396 atos de agressão contra as Igrejas na Nicarágua – principalmente a Igreja Católica – atos perpetrados por entidades estatais a partir de 2018. Vários padres estavam na prisão, outros foram expulsos do país ou ainda outros não lhes foi permitido entrar no país. Estações de rádio foram fechadas e não foram permitidas festas ou celebrações religiosas. Em março de 2022, o núncio apostólico Stanislaw Sommertag foi expulso do país. As igrejas eram os últimos lugares onde era possível expressar o descontentamento com as situações político-sociais na Nicarágua. O regime orteguista fechou quase por completo este último espaço com certa liberdade de expressão (Reder, 2023).

A 9 de fevereiro de 2023, 222 prisioneiros políticos foram inesperadamente libertados de várias prisões nicaraguenses e transportados de avião para os EUA. Os prisioneiros libertados tiveram de declarar por escrito que concordaram em ser deportados. O bispo Rolando Álvarez foi o único que se recusou a dar o seu consentimento à sua deportação e, em consequência disto, foi posto imediatamente de novo na prisão. Apenas um dia depois, num julgamento sem quaisquer garantias jurídicas, foi condenado a 26 anos e 4 meses de prisão e multado no equivalente a 1.600 dólares (Báez, 2023). Todas e todos os deportados foram declarados “traidores da pátria” e, portanto, também despojados da sua cidadania nicaraguense, retirados do registo central de cidadãos do país, ficaram proibidos de exercer ou concorrer a cargos públicos para toda a vida, foram-lhes roubadas as suas pensões e expropriadas as suas propriedades. As pessoas libertadas não aceitaram de forma alguma a sua deportação e a privação ilegal da sua nacionalidade porque a Constituição da Nicarágua declara categoricamente no seu artigo 20: “Nenhum nicaraguense pode ser privado da sua cidadania” (Aldana, 2024).

Entre as personalidades libertadas mais proeminentes encontravam-se Christiana Chamorro, a filha do editor do jornal antissomocista La Prensa Pedro Joaquín Chamorro e da ex-presidente de Nicarágua Violeta Barrios de Chamorro. Também estava entre eles Dora María Téllez, uma dissidente da FSLN, conhecida pelo seu papel de liderança na ocupação do Palácio Nacional em 1978 e na libertação da cidade de León, ações guerrilheiras essenciais para o derrube da ditadura somocista em 1979. Quando lhe perguntaram porque Ortega-Murillo tinham libertado este grupo, respondeu, “porque éramos mais fortes do que eles. [...] Resistimos, nenhum de nós se submeteu a Daniel Ortega e Rosario Murillo [...] nem um só” (Amerise, 2023; BBC, 2023).

A 15 de agosto de 2023, a reconhecida *Universidad Centroamericana (UCA)* de Manágua da congregação dos jesuítas foi destituída da sua personalidade jurídica e teve que cancelar todas as suas atividades acadêmicas e administrativas. O Estado confiscou todos os seus bens imóveis, móveis, dinheiro e contas bancárias sob o pretexto de ser um “centro de terrorismo”. Entre 2021 e 2023 o regime cancelou e fechou 26 universidades privadas, das quais 12 foram confiscadas. Mais de mil docentes e funcionários perderam o seu trabalho e milhares de estudantes não puderam continuar e terminar os seus estudos (Confidencial, 2023a, 2023b).

A 24 de outubro de 2023 foi violentamente removido do seu escritório a presidente da Corte Suprema de Justiça Alba Luz Ramos por Horacio Rocha, um general da Polícia já reformado que tinha reaparecido em 2022 como ministro assessor da Presidência para assuntos de segurança. O poder executivo destituiu a representante mais alta do poder jurídico. Ramos já tinha pedido a reforma várias vezes, mas Ortega nunca o aceitou porque era um pilar importante e absolutamente seguro na sua construção do poder. A sua destituição foi interpretada por funcionários do sistema jurídico como vitória de Murillo contra Ortega na sua luta pelo poder dentro da presidência do país. No entanto, a destituição de Ramos só é a ponta do *icebergue*, e estima-se que tenha havido uma limpeza de todo o aparelho de justiça e que tenham sido despedidos mais que mil funcionários da instituição, operação de purga supostamente levada a cabo pela vice-presidente Murillo (La Prensa, 2023; Nicaragua Investiga, 2023b).

A 18 de novembro de 2023 foi eleita Miss Universo a nicaraguense Sheynnis Palacios. Isto provocou uma alegria entusiástica entre a população, que se manifestou na forma de milhares de pessoas saírem às ruas gritando “Viva Nicarágua” e agitando a bandeira nacional azul e branca da Nicarágua. Mas agitar a bandeira azul e branca foi símbolo das manifestações antiditatoriais de 2018, suprimidas pelas forças policiais e paramilitares. O regime reagiu, proibindo essas manifestações; proibiu durante três semanas a volta da agente de Sheynnis, Karen Celebretti, à Nicarágua; prendeu o marido e o filho dela; acusou-a de ser traidora da pátria; e expulsou, dois meses mais tarde, toda esta família do país. Até dez meses depois da coroação da Miss Universo 2023 a ditadura não a deixou entrar no seu país de origem por medo de manifestações espontâneas não controláveis por parte do regime (Chávez, 2024).

Em abril de 2024 o *Observatorio pro Transparencia y Anticorrupción (OPTA)* (Miranda Aburto & Quintero, 2024) publicou uma investigação sobre as confiscações perpetradas pelo governo Ortega-Murillo a partir do ano de 2018. Quando fizeram este estudo, 317

nicaraguenses tinham sido declarados “traidores da pátria” e desnacionalizados, perdendo por isto propriedades num valor de pelo menos 17 milhões de dólares. ONGs sofreram, naquele momento, perdas de pelo menos 8 milhões de dólares. Empresários e Câmaras de Empresários perderam 163 milhões de dólares e universidades privadas mais que 30 milhões de dólares. Também foram atingidas a Igreja Católica, outras comunidades religiosas, meios de comunicação ou embaixadas. O OPTA chega á conclusão de que foram confiscadas propriedades num valor total de mais de 245 milhões de dólares.

A 26 de julho de 2024 foi detido, e depois acusado de “fraude” e de “malversação de recursos públicos”, Carlos Fonseca Terán, o filho do fundador e dirigente principal da Frente Sandinista Carlos Fonseca Amador. Fonseca Terán tem um carácter um pouco impulsivo e é uma personagem intelectual, duas características que não são muito apreciadas pela vice-presidente Rosario Murillo. Tinha fundado e coordenado um grupo de WhatsApp, chamado *La Comuna*, que compartilhou com outros membros da FSLN, principalmente professores universitários ou juizes. Mas supostamente também trocaram posições críticas a certas medidas ou pessoas do governo Ortega-Murillo e, por isto, também foram encarcerados. Durante todo o tempo da governação de Ortega, Fonseca Terán sempre apoiou Ortega, mas somente ocupou postos decorativos da Frente e nunca teve uma posição oficial na administração do Estado. É de mencionar que geralmente todos os quadros da FSLN que tinham um trabalho na administração pública conseguiram essas posições através das suas conexões familiares ou políticas e não por razão da sua qualidade profissional. Neste sentido é muito provável que os detidos realmente se tenham enriquecido ilicitamente, o que foi muito normal na administração estatal, mas a sua perseguição muito provavelmente na realidade não tem que ver com isto, mas com o medo generalizado da cúpula orteguista de críticas políticas, particularmente por parte de intelectuais do seu próprio partido (Confidencial, 2024f; Flores, 2024; Olivares, 2024).

A 3 do setembro de 2024 aprovou-se uma reforma do Código Penal (Asamblea Nacional, 2024a) que ameaça com castigos severos (como p. ex. a confiscação dos bens imóveis ou financeiras ou a prisão perpétua) a pessoas que critiquem a política do governo de Nicarágua ou que se expressem a favor de sanções contra funcionários públicos (como p. ex. o presidente Ortega ou a vice-presidente Murillo). Esta lei pode ser aplicada a cidadãos nicaraguenses bem como a estrangeiros, independentemente de se encontrarem dentro ou fora do país. Daí se tratar de uma transnacionalização da repressão política.

Das 7.227 organizações não governamentais que legalmente existiam em 2018, foram ilegalizadas 5.158 até setembro de 2024. Estas ONGs tinham tarefas e características muito diferentes. Entre elas estavam a Cruz Vermelha, comunidades religiosas, organizações para projetos do desenvolvimento rural, para organizar serviços sociais, para organizar cursos de formação técnica ou política, escuteiros ... e muitas atividades mais. Em muitos casos, as propriedades e contas bancárias destas ONGs foram embargadas ou mesmo confiscadas. O objetivo do governo foi impedir qualquer forma de auto-organização da população. Atividades organizadas devem ser permitidas exclusivamente a associações que colaboram diretamente com as respectivas entidades estatais. (Prado, 2024). Para este efeito já tinha sido aprovado, a 20 de agosto de 2024, a *Ley de Reformas y Adiciones a la Ley No. 1115, Ley General de Regulación y Control de Organismos sin Fines de Lucro; Ley No. 1040, Ley de Regulación de Agentes Extranjeros; y de Reformas y Derogaciones a la Ley No. 822, Ley de Concertación Tributaria*, (Asamblea Nacional, 2024d) que determina que todas essas atividades têm de ser controladas e dirigidas pelas instituições correspondentes do Estado – o que significa o fim definitivo de qualquer forma de existência de ONGs.

A 5 de setembro de 2024 foram desterrados e transportados via aérea para a Guatemala 135 prisioneiros políticos como consequência duma negociação direta entre os EUA, Guatemala e o governo orteguista. Mas ainda continuou a haver prisioneiros políticos na Nicarágua, entre eles o deputado e dirigente histórico do grupo étnico dos miskitos Brooklyn Rivera. Os exilados puderam ficar 90 dias na Guatemala para decidir se queriam continuar as suas vidas nos EUA ou noutro lugar à sua escolha. O governo de Nicarágua não recebeu nada em contrapartida para a libertação dos prisioneiros políticos e foi solicitado pelos EUA a não lhes retirar a cidadania como tinha feito depois do desterro dos 222 prisioneiros políticos em dezembro de 2023. Mas, apesar disso, a 10 de setembro, a CSJ informou que tinha retirado a nacionalidade nicaraguense aos 135 libertados e confiscado todos os seus bens (Confidencial, 2024c; CSJ, 2024; González, 2024).

A 30 de setembro de 2024 morreu Humberto Ortega, o irmão do presidente Daniel Ortega, no Hospital Militar de Manágua. Estava em condições de prisão domiciliária *de facto*, completamente isolado e incomunicável, mesmo dos seus familiares mais próximos. Num áudio enviado à redação da revista eletrónica Confidencial a 9 de junho tinha-se declarado prisioneiro político do regime orteguista. Esta mensagem, mandada através de um celular que ainda possuía às escondidas na sua casa para situações de emergências, foi a última declaração conhecida da

sua vida. A 19 de maio de 2024, a casa de Humberto Ortega, foi invadida e ocupada por dezenas de policiais fortemente armados. Humberto foi despojado de todos os meios eletrônicos de comunicação – celulares, computadores, televisões e rádios – e impedido de qualquer contacto com outras pessoas, o que significou estar numa situação de prisioneiro domiciliário. Também foi privado dos cuidados médicos de que precisava porque já era um homem de 77 anos e padecia de vários problemas sérios de saúde, entre eles diabetes e insuficiência cardíaca. O casal presidencial Ortega-Murillo comandou este ato de repressão, apenas poucas horas depois da publicação de uma entrevista dada por Humberto e publicada na plataforma eletrónica argentina *infobae*. Naquela entrevista criticou a política repressiva do governo, pôs em causa as qualidades de liderança de Murillo e manifestou-se a favor de uma negociação com a oposição com o propósito de organizar eleições livres e com observação internacional. A 11 de junho Humberto foi transportado para o Hospital Militar e a partir de tal momento não teve mais nenhum contato com a sua família e morreu a 30 de setembro em total isolamento (Chamorro, 2024b; Confidencial, 2024b, 2024e; Medina Sánchez, 2024). O casal presidencial percebeu a mensagem de Humberto não como iniciativa para alcançar uma reconciliação pacífica para toda Nicarágua, mas como um inapropriado ataque político contra eles e, em especial, como um insulto inaceitável à vice-presidente Murillo (Chamorro, 2024a; Confidencial, 2024d).

Humberto foi um dos nove *Comandantes de la Revolución* que dirigiram a Revolução Sandinista. Era um dos poucos dirigentes históricos ainda vivos da Frente Sandinista e um dos seus principais estrategas político e militar. Dirigiu a ofensiva final contra o ditador Somoza em 1979, foi o comandante-chefe do exército de Nicarágua entre 1979 e 1995, e também o promotor principal para a ascensão de Daniel Ortega, primeiro na FSLN, depois na Revolução Sandinista. Negociou a entrega do poder depois da derrota eleitoral da Frente em 1990, assegurando a sua continuação como chefe do Exército sob a nova presidente Violeta Barrios de Chamorro. No entanto aproveitou-se da redução do Exército depois do fim da guerra civil para se tornar milionário através da venda das armas que Nicarágua já não precisava. Nos bastidores, Humberto foi sempre o homem forte da FSLN. Daniel somente conseguiu sair da sombra do seu irmão depois da destituição de Humberto como comandante-chefe do Exército em 1995. Durante a Revolução Sandinista existia o princípio da *Dirección Nacional* da Frente de manter a solidariedade com os outros membros da direção, e este princípio foi cumprido em grande medida naquela altura. Pelo contrário, na última fase do Orteguismo ninguém ficou a salvo da perseguição da ditadura.

Como resposta às críticas públicas de Humberto, o governo proibiu qualquer atividade pública de luto ou de comemoração, nem um velório, que é uma tradição profundamente enraizada na cultura nicaraguense. Foi enterrado no dia 1 de outubro no círculo familiar mais próximo. Daniel Ortega participou no enterro, Rosario Murillo não. Apesar de ter sido um dos dirigentes históricos mais importantes da FSLN, general e comandante-chefe do Exército, ministro de defesa e um dos políticos mais proeminentes da Nicarágua nos últimos 50 anos, foi enterrado sem quaisquer honras militares, estatais ou sandinistas.

Na sua última proclamação, enviada a 9 de junho de 2024 através de um celular escondido, Humberto Ortega expressou o seu desejo de buscar

“el acercamiento, la reconciliación, los acuerdos que sean necesarios para el bienestar y provecho de cada uno de nosotros los nicaragüenses [... para] resolver [los] problemas de guerra, luto y dolor.” (Chamorro, 2024b)

A esta esperança responderam-lhe com medidas repressivas altamente cruéis e desumanas. Humberto Ortega faleceu como prisioneiro político em condições de isolamento e negligência médica, impostas pelo seu irmão Daniel Ortega e pela sua cunhada Rosario Murillo. Morreu na sua última luta, a luta pela reconciliação e pela paz na Nicarágua.

A poucos dias de terminar este estudo, em janeiro de 2025, aconteceu outra mudança de regime através da introdução surpreendente de uma nova Constituição Política de Nicarágua (Asamblea Nacional, 2024c). Esta ocorrência não pôde ser incluída detalhadamente na investigação deste trabalho e também não está mostrada no gráfico 10. Mesmo assim e sem entrar em consideração mais pormenorizada do conteúdo desta nova constituição, pode-se constatar que representa uma continuação e um agravamento de todas as tendências autoritárias analisadas nos anteriores capítulos deste trabalho. Trata-se de uma constituição que modifica as bases mais essenciais da construção do Estado de Nicarágua. Em particular cria a figura de uma presidência dupla, consistindo em dois copresidentes – um homem e uma mulher – com direitos e obrigações iguais, subordina os poderes de Estado legislativo, jurídico e eleitoral ao poder executivo, representado pelos dois copresidentes dotados de direitos administrativos quase ilimitados e abole o pluralismo partidário. Trata-se de uma constituição fundamentalmente nova que só poderia ter sido introduzida legalmente através de uma Assembleia Constituinte e não através de uma reforma parcial. A nova Constituição foi instaurada de forma inconstitucional e, portanto, não tem nenhuma validade jurídica. Mas codifica de maneira supostamente legal todas as medidas que o governo já tinha praticado de

facto nos tempos anteriores. Também significa que Rosario Murillo finalmente alcançou a meta principal de todas as suas atuações durante os últimos 20 anos, nomeadamente a posição mais alta do poder do Estado nicaraguense, mesmo que tenha que compartilhar esta posição com Ortega (Confidencial, 2024a; Exiliados de Nicaragua, 2024).

8.5 Capitalismo de amigalhaços

No debate político sobre o estado da democracia na Nicarágua há autores que não só declaram que se trata de uma sociedade “progressista” e “democrática”, mas que também afirmam que o país está “em pleno crescimento e desenvolvimento” económico e social e cujo governo tem uma “orientação preferencial pelos pobres” (Midence, 2018, pp. 39–40). Também há autores que caracterizam a política do governo Ortega como “mudança significativa” orientada para o protagonismo dos “setores produtivos, pequenos e médios, cooperativos e associativos” (Ayerdis, 2018, pp. 56–57). O ex-vice-presidente boliviano García Linera (2019) declara simplesmente, que a democracia deve ser entendida como a “igualação e distribuição de riquezas”. Na sua propaganda, Ortega e Murillo falam mesmo da segunda fase da revolução e chamam ao seu regime “solidário”, “cristão” e “socialista”. Estas afirmações esvaziam a democracia do seu conteúdo político e a reduzem-na a uma mera questão de bens materiais e sociais. Além disso afirmam que a situação económica de Nicarágua avançou mais do que nos outros países centro-americanos e que os pobres são os mais beneficiados da política económico-social do governo.

Mas os dados do desenvolvimento económico e social de Nicarágua sob a presidência de Daniel Ortega não podem sustentar estas afirmações. O governo não só não mudou o modelo básico do capitalismo dependente e extrativista, mas reforçou este modelo significativamente. O governo Ortega nunca tinha feito uma reforma estrutural da sociedade capitalista na Nicarágua, nem sequer depois de obter – através de uma fraude eleitoral – uma maioria absoluta na Assembleia em 2011. Apesar da concentração da propriedade de terra ser um fenómeno importante da desigualdade social, nunca reiniciou uma nova etapa da reforma agrária. Não nacionalizou bancos, não organizou uma grande reforma urbana, nem uma reforma dos impostos a favor das camadas pobres. Quando Ortega assumiu novamente a presidência em 2007, Nicarágua era o segundo país mais pobre de América Latina e quinze anos mais tarde ainda continuava assim. Durante todo o período da sua governação continuou a ser um país de salários mais baixos na região. A precariedade do trabalho aumentou consideravelmente.

Enquanto a economia informal representava 60 % dos empregos em 2009, esta quota subiu até 80 % em 2017. Não havia nenhum progresso na diminuição das desigualdades sociais, mas o número dos multimilionários tinha aumentado. Como parte integral deste processo, os grupos mais ligados a Daniel Ortega e particularmente os membros da sua própria família têm vindo a enriquecer-se enormemente (Toussaint, 2018, p. 3).

Para caraterizar o modelo económico do orteguismo parece muito acertado recorrer no conceito do *crony capitalism* desenvolvido por Naresh Khatri (2016). O autor define este modelo como sistema a “usar deliberada e sistematicamente a política pública para manipular o mercado para o benefício dos atores envolvidos” (ibid. 2016, p. 3). Substituindo os interesses públicos por interesses particulares, aumenta a desigualdade dos rendimentos e provoca uma diminuição do crescimento económico. O *crony capitalism* está vinculado a várias formas de corrupção, mas além disso trata-se de um sistema para obter poder e favores através de contatos pessoais, favoritismo e lutas por vantagens particulares. Este regime transfere as riquezas de todos para alguns poucos favorecidos, funciona sem controlo nem aprovação pública, e não é compatível com altos níveis da qualidade de democrática.

O sociólogo Óscar René Vargas (2024a) concretiza este conceito em relação à situação da Nicarágua, caraterizando o modelo da sociedade orteguista como capitalismo de amigalhaços (*capitalismo de amiguetes*). É um sistema que criou um novo epicentro do poder económico, que está encabeçado pela nova oligarquia orteguista, chamada *Chayoburguesia*.¹³ No capitalismo de amigalhaços não existe um mercado livre, mas trata-se de uma aliança entre a Chayoburguesia com o capital financeiro, bancário e empresarial tradicional que está apoiado pela cúpula do Exército e da Polícia e que tem como propósito central expandir espaços de poder para continuar a enriquecer-se, muitas vezes eludindo as regras constitucionais.

“Los grandes capitales empresariales no compiten en precios ni en calidad [...] sino que compiten para obtener/conservar los beneficios estatales y mantener bajos sus costos productivos y los salarios. [...] Los intereses de los asalariados no tienen influencia en la determinación de la política económica del régimen.” (ibid. 2024a, p. 10)

De acordo com os dados do Instituto de Segurança Social INSS, em junho de 2024, havia 154.491 empregados formais, o que corresponde a somente 19,33 % do total dos seus

¹³ “Chayo” é a forma diminutiva de Rosario e refere-se à vice-presidente Rosario Murillo.

799.057 afiliados, que receberam um ordenado acima do cabaz básico.¹⁴ Isto significa que 644.566 empregados com contratos de trabalho formais vivem em condições de pobreza laboral porque o seu ordenado não alcança para pagar o cabaz básico (ibid. 2024a, pp. 14, 28).

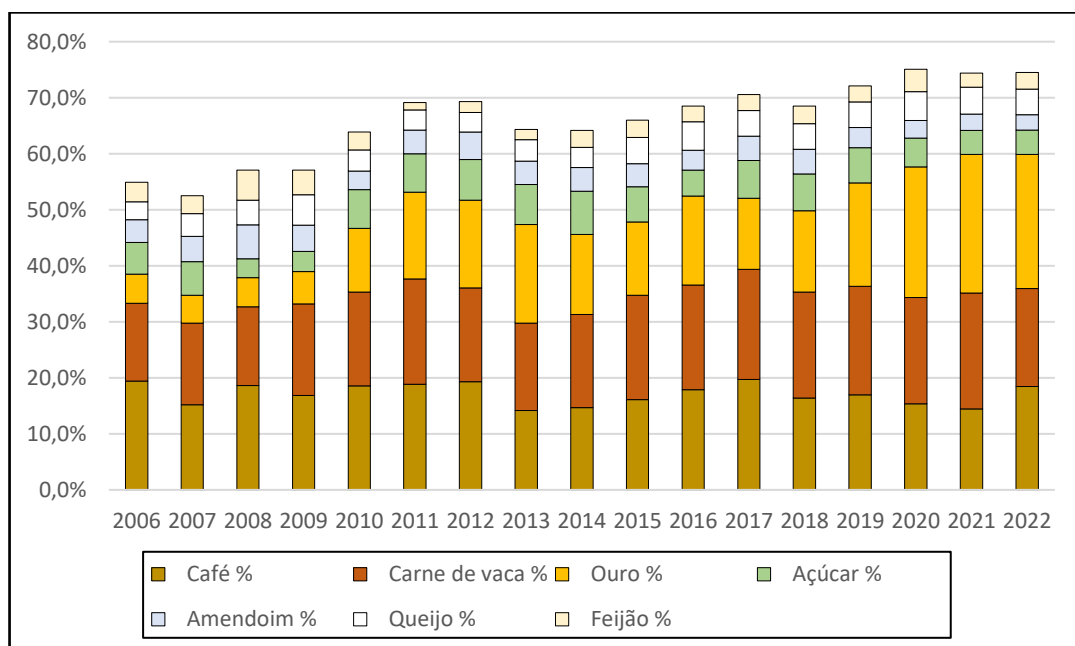
Os oito bancos que operam na Nicarágua incrementaram os seus lucros desde 90,02 milhões de dólares em 2019 para 172,83 milhões de dólares em 2023, o que corresponde a um crescimento acumulado de 92 % em apenas quatro anos. Estes recorde de lucros conseguiu-se apesar da crise social a partir de 2018 e da pandemia a partir de 2020, e as suas consequências negativas para a economia, mas não gerou nenhum incremento do emprego formal, nem melhorou a qualidade dos empregos precários, nem a baixa produtividade da economia. Estes rendimentos estão muito acima do setor do capital produtivo e significam uma maior concentração das riquezas do país nas mãos do capital financeiro. O setor bancário aproveitou mais do que qualquer outro grupo económico da política económica do governo, o que explica o seu silêncio perante as arbitrariedades e as medidas repressivas do regime Ortega-Murillo (Vargas, 2024a, pp. 63–69).

Em 2022 a economia da Nicarágua ficou muito mais marcada pelo sistema neoliberal, extrativista e dependente da exportação do que estava no momento quando Ortega assumiu a presidência quinze anos antes. Este modelo está constituído pela exploração dos pequenos produtores, sejam eles trabalhadores, artesãos ou camponeses, o abandono da soberania sobre as riquezas naturais e uma parte do território do país (Toussaint, 2018). O gráfico 9 mostra que, em 2007, os três principais produtos de exportação – o café, a carne e o ouro – representaram 34,7 % de toda a exportação, enquanto que a sua quota subiu até 59,8 % em 2022. O facto de o ouro se ter tornado o principal produto de exportação da Nicarágua mostra que a política económica do governo não estava orientada para o reforço da independência económica do país, nem para a criação de empregos qualificados, mas que apostou em trabalho precário, aceitando a destruição ecológica associada à extração do ouro.

¹⁴ Na Nicarágua, o cabaz básico está definido como os custos mínimos de todos os bens e serviços necessários para uma vida digna de uma família numa casa comum (INIDE, n.d.).

Gráfico 9:

Quotas (%) dos principais produtos da exportação total



Fonte: (BCN, 2023)

No capitalismo de amigalhões há muitas empresas grandes que não poderiam sobreviver no mercado livre porque dependem do apoio permanente financeiro do governo através de licitações manipuladas, exonerações ou outros benefícios. Uma boa parte do poder de Ortega-Murillo baseia-se na necessidade dos empresários do apoio político-económico do governo e, portanto, na sua submissão ao poder. Este sistema também tem enfraquecido a base social do regime, tem empobrecido a classe média, e tem reduzido os rendimentos dos pequenos e médios empreendedores. Um dos objetivos essenciais do capitalismo de amigalhões é concentrar o poder económico na *Chayoburguesia*, na qual a família Ortega-Murillo seria o principal grupo económico, para deslocar a velha oligarquia e a burguesia tradicional e estabelecer um novo regime de uma dinastia familiar (Vargas, 2024a, pp. 70–74).

Longe de ser um sistema funcional que gera progresso económico e justiça social, o capitalismo de amigalhões é um sistema societal que

“se desarrolla en el marco de un estado ineficiente, corrupto y dictatorial, apoyado por un conglomerado de personas rentistas, mafiosas y oportunistas cuyo propósito central es capturar, mantener y expandir espacios de poder que le permitan continuar su enriquecimiento inexplicable.” (ibid. 2024a, p. 10)

8.6 Resumo: Da democracia defeituosa à ditadura declarada

Os capítulos 7 e 8 abrangeram o período da segunda presidência de Daniel Ortega a partir de 2007 até 2022, denominado neste trabalho *Orteguismo*. Neste espaço de tempo, a tendência política geral consistia na restrição da democracia e no fortalecimento de estruturas autoritárias. Em 2007, Ortega tomou o poder em condições largamente democráticas, mas já restringidas pelos efeitos do seu pacto com Arnoldo Alemán. Durante um processo contínuo e cada vez mais acentuado de incentivos e sanções, de projetos assistencialistas e medidas autoritárias, de concessões ao empresariado e benefícios particulares para a família Ortega-Murillo, de violações do direito e de emendas constitucionais, de cooptação e opressão, da retórica de libertação e da subordinação da Polícia e as Forças Armadas sob o comando de Ortega, de um discurso mentiroso de reconciliação e de operações violentas das forças paramilitares, e de um sermão pseudocristão de paz e da repressão mortal, Nicarágua chegou a desmantelar todas as instituições democráticas e erguer uma ditadura feroz.

Na sua campanha para conquistar novamente o poder e para poder defender a sua presidência, Ortega conseguiu estabelecer uma aliança abrangente, que incluiu particularmente pessoas e setores da população que tinham posições opostas à Revolução Sandinista durante o primeiro período de governação de Ortega e da FSLN. A promessa de não tocar na propriedade privada e de colaborar com o COSEP, a representação principal do empresariado, é a única promessa que Ortega cumpriu – pelo menos por certo tempo: em 2024 também despojou o COSEP da sua personalidade jurídica, confiscou todas as suas propriedades e desnacionalizou e expropriou os seus principais dirigentes. As únicas forças notáveis que nunca se submeteram ao *orteguismo* eram o diário conservador *La Prensa*, o jornal progressista-liberal *Confidencial*, o organismo de defesa dos direitos humanos CENIDH e o movimento autónomo de mulheres que não só defendeu os direitos das mulheres, mas também foi um ator emblemático na defesa da democracia na Nicarágua.

Quando Ortega assumiu o poder, em 2007, não iniciou uma nova vaga da reforma agrária, não encorajou a auto-organização do povo, não apoiou o fortalecimento dos sindicatos e não fez nada para diminuir a corrupção, mas prosseguiu à letra a política macroeconómica e financeira neoliberal dos governos anteriores. A única diferença fundamental entre o governo

de Ortega e os seus antecessores foi o facto de não se ter limitado a repartir a riqueza da sociedade ao grande capital e à sua própria clientela, mas também – pelo menos durante os seus primeiros dez anos no poder – ter implementado determinados programas sociais para conquistar e manter o apoio das camadas mais pobres da população. Estes projetos puderam ser financiados pela considerável ajuda económica de Venezuela à Nicarágua entre 2008 e 2017. Eram programas que conseguiram reduzir a extrema pobreza e mitigar as condições difíceis da vida para a maioria das pessoas no país. No entanto, não ofereceram nenhum caminho para sair da dependência económica dos países mais desenvolvidos e da economia neoliberal extrativista de Nicarágua. Quando a ajuda venezuelana terminou, também terminaram estes programas sociais. E quando terminaram estes programas, as tensões sociais intensificaram-se de tal forma, que a insatisfação das pessoas acabou por se traduzir na explosão social e repressão brutal de 2018 e 2019.

Porém, a grande parte dos recursos provenientes de Venezuela tinha sido investido em novos negócios do emergente setor de capital vinculado ao grupo de poder orteguista ou em projetos de colaboração com o grande capital tradicional de Nicarágua. Estes grupos económicos poderosos – antigos e novos – continuaram a enriquecer-se protegidos por um Estado que mostrou cada vez mais visíveis características de nepotismo e de corrupção, um Estado corporativo, em última instância dominado por Ortega-Murillo. O poder dos governantes não tem limites o que significa que não só decidem sobre as questões da política e da ordem social, mas que também determinam quais as condições da vida em todos os demais aspetos da sociedade. Particularmente incluídas estão todas as condições da produção capitalista que, neste modelo, também estão fortemente influenciadas pelos interesses do poder político e do enriquecimento particular do grupo de Ortega. Esta forma de capitalismo de amigalhaços pode ser vantajosa para um pequeno setor dos superricos, mas não é capaz de gerar um progresso económico e social para todo o país.

Daí a grande importância das medidas políticas antidemocráticas e repressivas policiais e paramilitares para controlar e reprimir o povo e para defender a posição de poder de Ortega-Murillo, em especial a partir de 2018. A dimensão antidemocrática do Orteguismo tem muitas facetas: começa com a opressão e destruição de qualquer atividade organizada independente da sociedade civil, continua com eleições fraudulentas e a derrogação da proibição da reeleição presidencial, a liquidação arbitrária de todos os partidos da oposição, a eliminação de todos os sindicatos como organismos de defesa dos interesses da classe trabalhadora, o encerramento de

toda a imprensa independente e crítica, e chega até à subordinação de todos os poderes do Estado às decisões do casal presidencial. As atuações repressivas incluem encarceramentos por razões políticas, tortura nas prisões, supressão de manifestações e outras atividades públicas pela Polícia, paramilitares e outras forças ligadas ao governo, assassinatos intencionais de supostos ou reais opositores do regime, expatriações de prisioneiros políticos, expropriações de críticos do regime, impedimento de missas ou processões religiosas, entre outras. É uma das características mais importantes desta repressão que todas essas atuações não são investigadas de nenhuma maneira juridicamente e que todos os perpetradores destes atos gozam da garantia absoluta de impunidade. O Estado de direito ficou desmantelado por completo.

Levitsky e Way (2010, p. 21) caracterizam o regime político de Nicarágua entre 1990 e 2008 como democrático, mas diagnosticam uma viragem ao autoritarismo já a partir de 2006 (2020, p. 55) e caracterizam o país como autoritário competitivo até 2018 (ibid. 2020, p. 51). Outros autores caracterizam o Orteguismo como atualização do velho caudilhismo latino-americano (Martí i Puig, 2016, p. 255) ou como regime híbrido (Martí i Puig et al., 2022, p. 12). Estas categorias possivelmente não são muito claras, devido ao processo contínuo de deterioramento democrático neste espaço de tempo. Mas, na ciência política não há dúvida nenhuma de que o regime político nicaraguense tenha sido um sistema autoritário-ditatorial pelo menos a partir de 2018 (Chamorro Barrios, 2020, pp. 23–42; Gómez Rivera, 2023, p. 270; Jarquín Calderón, 2021b; Martí i Puig et al., 2022, p. 13; Martí i Puig & Serra, 2020, p. 126; Mosinger et al., 2022, p. 254; Thaler, 2022, p. 6).

Para usar caracterizações dos regimes políticos mais diferenciadas e mais adequadas para o caso de Nicarágua, aplica-se, neste trabalho, a sistematização explicativa de Close (2016) segundo a qual a governação de Ortega começou em 2007 como regime do duopólio de poder compartilhado, porque as condições constitucionais ainda estavam marcadas pelos acordos do pacto entre Ortega e Alemán de 1999 e porque Alemán, nos bastidores, ainda era uma figura forte na política de Nicarágua. Mas a partir das graves manipulações das eleições de 2011, o regime transformou-se um sistema de poder dominante de Ortega que terminou numa ditadura declarada depois dos levantamentos populares pacíficos, e da repressão policial e paramilitar de abril de 2018 e nos meses e anos seguintes.

Os benefícios sociais consideravelmente reduzidos, os partidos opositores eliminados, os movimentos sociais independentes oprimidos, as eleições esvaziadas do seu sentido, as instituições do Estado sequestradas pela cúpula orteguista, a perda dramática de postos de

trabalho, a necessidade de cada vez mais pessoas de procurar um rendimento no estrangeiro, embora o clã Ortega-Murillo continuasse a enriquecer-se ostensivamente, criaram as condições para que se levantasse o protesto popular. A reforma do sistema de segurança social em abril de 2018 foi a gota de água que fez transbordar o copo. Primeiro os reformados, depois os estudantes e, em seguida, muitos setores sociais e políticos saíram para as ruas para expressar o seu descontentamento. O protesto dirigiu-se inicialmente contra um novo passo de deterioramento social, mas sob a impressão da repressão violenta e paramilitar do governo, espalhou-se num espaço de poucos dias num movimento para derrubar o regime orteguista. As características mais essenciais destes protestos foram a participação massiva e de todos os setores da população, a forma predominantemente pacífica das manifestações e o facto de que não tinham nenhuma liderança partidária ou formal, mas que eram a expressão dum movimento espontâneo e autoconvocado.

No entanto, a resposta do regime a este movimento consistiu numa mobilização geral das estruturas da FSLN, para suprimir esta expressão da inconformidade do povo com o governo dirigido pelo binómio Ortega-Murillo. Esta contraofensiva do regime foi perpetrada por aderentes civis do partido governante, principalmente jovens da Juventude Sandinista e também funcionários públicos; pelas forças policiais; por grupos paramilitares, em grande medida ex-combatentes sandinistas; e por franco-atiradores que tinham uma formação militar para utilizar as suas armas especiais. Demorou vários meses a dismantelar a resistência pacífica e custou a vida de mais de 300 pessoas, causou mais de 2.000 pessoas feridas, provocou um êxodo de dezenas de milhares de pessoas que procuraram proteção no exílio e levou a que mais que 1.000 pessoas fossem detidas. O regime mostrou uma alta disposição de empregar – através dos grupos paramilitares – violência ilegal e letal em grande escala contra o povo, uma forma de repressão que antes somente tinha praticado de forma seletiva, por exemplo, contra anteriores membros da *contra* ou supostos ou mesmo reais insurgentes. A organização conscientemente planificada desta repressão diretamente por parte da presidência e o alto nível de violência exercido pelos agentes governamentais constituíram crimes de lesa humanidade que podem ser investigados e condenados através da justiça universal que permite perseguir estes crimes por instituições internacionais.

A oposição era constituída principalmente por dois agrupamentos, que, por sua vez, incluíam muitas instituições e organizações diferentes. A Aliança Cívica para a Justiça e a Democracia foi criada como organismo para negociar com o governo uma saída pacífica da

crise política. A União Nacional Azul e Branco foi um agrupamento dum espectro amplo de diferentes organizações da sociedade civil. Os dois grupos orientaram-se para a celebração de eleições livres e democráticas e uma destituição constitucional do regime Ortega. Mas, vacilando entre conceder certas concessões e aumentando a opressão, o governo aumentou cada vez mais a repressão política em várias esferas da vida societal. Todas as tentativas de chegar a um entendimento com as forças de oposição foram desprezadas e destruídas pelo governo.

O regime não só reprimiu e finalmente impediu qualquer expressão de inconformidade da população, não só fechou todos meios de informação independente, mas também criou várias leis para incriminar qualquer crítica à política do governo. Quase todos os representantes da oposição foram capturados, todos os possíveis candidatos presidenciais foram detidos e todos os partidos opostos ao regime foram despojados da sua personalidade jurídica. As eleições de 2021, alegadamente ganhas pela FSLN, foram uma farsa, boicotada por 80 por cento da população, sem qualquer credibilidade nacional ou internacional.

No entanto, Guy Hermet (1978, p. 3) postula no seu livro *Elections Without Choice* que eleições podem ser designadas democráticas quando existe a liberdade de votar, quando há competição livre entre os candidatos, e se o voto popular tem consequências para a política do governo. Na Nicarágua orteguista foram restringidos gravemente cada um destes critérios até chegar a uma situação na qual estes requisitos foram abolidos por completo a partir das eleições de 2011. As eleições não foram mais nada que tentativas de dar ao regime uma imagem de legitimidade, mas a democracia eleitoral deixou de existir.

Depois das eleições de 2021, o regime continuou e agravou a sua política repressiva, dirigida em particular contra a Igreja Católica e contra qualquer atividade independente da sociedade civil. O auge arbitrário e anticonstitucional foi a expulsão e desnacionalização de 222 prisioneiros políticos que, para além disso, foram expropriados, retirados do registro civil e excluídos do pagamento das suas pensões.

O desenvolvimento do Orteguismo mostra que o seu regime recorreu aos meios do engano, da manipulação da coação e da violência, bem como à cooperação, a cooptação e à corrupção para definir o rumo da sociedade, em vez de recorrer ao poder da persuasão e a processos democráticos. Desta maneira terminou destruindo todas as instituições democráticas conquistadas e construídas pela Revolução Sandinista. Depois de 15 anos de governação não ficou nada da democracia eleitoral e os avanços temporais da democracia igualitária também

têm desaparecido em grande parte. A democracia está destruída na Nicarágua – mas como se pode explicar que o Orteguismo tenha conseguido sobreviver tanto tempo apesar de tantas dificuldades e de tantos problemas? A falta de unidade e de coerência política da oposição são seguramente aspetos explicativos importantes para perceber este fenómeno. Mesmo assim é importante perceber o funcionamento do aparelho de poder e as dinâmicas de dominação na Nicarágua orteguista.

Oscar-René Vargas (2024b, pp. 4–5), sociólogo e membro da geração dos fundadores da Frente Sandinista, identifica quatro pilares essenciais do poder do Orteguismo: a alta burocracia estatal, militar e policial; a sua base social de funcionários públicos, beneficiados por vantagens económicas, bem como fieis seguidores políticos; a nova classe orteguista mafiosa e latifundiário; e o grande capital nacional e transnacional. Neste trabalho foram analisados todos estes elementos que ainda sustentam o regime orteguista.

Cristopher Brown (2023, pp. 196–200) e Edmundo Jarquín (2021a, pp. 196–203) propõem uma sistematização do regime orteguista de acordo com a conceção do “sultanismo”, categoria desenhada por Max Weber (n.d., 1999) como tipo idealizado de legitimação do poder na sua forma mais pura e mais despótica dum poder tradicional. No sultanismo, a estrutura da administração é “puramente patriarcal”.

As dinâmicas sociais que se desenvolveram na Nicarágua desde a nova presidência de Ortega a partir de 2007 até à sublevação de 2018 correspondem em grande medida ao modelo de legitimação como “regime tradicional”. Nesta perspetiva, o regime pretende obter a sua legitimação da Revolução Sandinista, mas já não tem nenhum conteúdo revolucionário. O “senhor” é o que ainda resta da FSLN, mas reduz-se cada vez mais, primeiro, a Daniel Ortega e, em seguida, ao binómio Ortega-Murillo. A última fase deste regime, a ditadura declarada, corresponde vastamente ao conceito do sultanismo weberiano.

Esta perspetiva sociológica descreve de maneira contundente o funcionamento autoritário e arbitrário do sistema orteguista, mas não vai tão longe para explicar muitas das suas dimensões políticas. Durante o percurso da presidência de Ortega foram limitados e finalmente eliminados os direitos democráticos da população, a separação dos poderes do Estado, bem como os princípios do Estado de direito, e foi instaurado o regime da ditadura familiar. Mas o elemento qualitativo novo na dinâmica política na sociedade de Nicarágua foi o nível extremamente alto de exercício de violência armada e mortal da ditadura contra o

próprio povo, a partir do abril de 2018. Este fenómeno foi acompanhado pelo aparecimento de grupos paramilitares – abastecidos com armas militares e obedientes somente à pessoa de Ortega – que executaram tais medidas repressivas. Essas mudanças qualitativas nos mecanismos de opressão e de dominação do povo são a razão para caracterizar o regime orteguista a partir de tal momento como ditadura declarada.

Voltando ao conceito de mais-ou-menos democracia de Kenneth Roberts (1998) pode-se constatar que as instituições e processos democráticos na sociedade de Nicarágua desapareceram extensamente durante o domínio do Orteguismo e que não restou nada do conceito de empoderamento das pessoas como princípio orientador da democratização.

De uma perspectiva meramente formal e superficial, o desenvolvimento da Nicarágua de uma sociedade democrática, mesmo com limitações e imperfeições, para uma ditadura declarada ocorreu, até à reforma constitucional de 2025, dentro das normas de um Estado de direito democrático. Até este momento, sempre houve eleições, leis eleitorais, existia um pluralismo partidário, uma constituição e emendas da mesma, separação dos poderes do Estado, uma assembleia como poder legislativo e um presidente eleito como poder executivo, um sistema de justiça independente e todas as demais instituições clássicas de um Estado de direito democrático. Ao mesmo tempo, o poder absoluto estava *de facto* nas mãos, primeiro, de Daniel Ortega e sucessivamente cada vez mais nas mãos do casal presidencial Ortega-Murillo (Close, 2016, p. 155; Martí i Puig & Serra, 2020, p. 126). Mesmo assim, possuindo este poder altamente centralizado, Ortega sempre teria podido escolher o caminho de aproveitar desta posição de poder para atuar para o bem do povo e do país de Nicarágua. Mas nos capítulos anteriores foi mostrado que em muitos momentos decisivos abusou do seu poder *de facto* para manipular, alterar ou mesmo eliminar as determinações da lei e da Constituição. Na realidade, praticava estes métodos já desde muito antes da sua nova presidência a partir de 2007.

Esta dinâmica – a contradição permanente entre a lei e a prática política – mudou completamente com a implementação da nova Constituição em janeiro de 2025. Tal contradição foi resolvida através da adaptação da nova Constituição às práticas existentes. O que ainda sobrou do Estado de direito desapareceu, a separação dos poderes de Estado foi abolida, os princípios democráticos mais básicos foram eliminados, o poder absoluto do casal presidencial Ortega-Murillo foi institucionalizado e os instrumentos legais para o estabelecimento de uma sucessão dinástica foram aprovados. A nova Constituição significou a destruição legal definitiva da herança política e social da Revolução Sandinista.

O processo da de-democratização da Nicarágua já começou muito antes de 2007. A democracia ainda não estava consolidada, não era *the only game in town*, como diziam Linz e Stepan (1996, pp. 5–6). Estes autores identificam uma democracia como consolidada quando as pessoas atuam geralmente de acordo com as normas democráticas, a legitimidade da democracia não está posta em causa e a igualdade ante a lei está aplicada a todas pessoas, independentemente da sua posição social. Estas condições obviamente nunca existiram na Nicarágua.

Ortega atuou em grande medida da maneira muito bem apresentada por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) no seu livro *How Democracies Die*, no qual dizem:

“The tragic paradox of the electoral route to authoritarianism is that democracy’s assassins use the very institutions of democracy – gradually, subtly, and even legally – to kill it.” (ibid. 2018, p. 8)

Mencionam quatro critérios para identificar tendências autoritárias em sistemas democráticos: empenho fraco com as regras democráticas, denegação da legitimidade de adversários políticos, tolerância ou mesmo promoção de violência e a disposição para restringir as liberdades democráticas de opositores e dos meios de comunicação (ibid. 2018, pp. 23–24). Cada um destes indicadores foram identificados em várias partes desta investigação. Mesmo assim, é de salientar que desde os primeiros momentos da governação do Orteguismo também existia o elemento de aplicar métodos de violência para defender e consolidar o poder alcançado através das eleições de 2006.

No seu livro *Failed Democracies in Latin America and the Caribbean* Christopher Brown (2023, pp. 194–200) explica o colapso da democracia na Nicarágua com a presença de estruturas corporativas, que dominaram as instituições democráticas, nomeadamente a organização revolucionária, a FSLN, que novamente conseguiu ganhar o apoio popular respondendo às exigências sociais populares. No entanto, a posição da Frente também foi reforçada decisivamente pelo pacto político entre Ortega e Alemán, que deixou para trás as regras democráticas baseadas nos documentos fundamentais da Revolução Sandinista e na Constituição do país. Foi estabelecida uma colaboração estreita com a empresa privada, Ortega foi louvado por seguir as orientações neoliberais do Fundo Monetário Internacional e os Estados Unidos tornaram-se o principal parceiro comercial de Nicarágua. Ao mesmo tempo, a democracia sofreu o seu colapso definitivo. Brown destaca que o desenvolvimento político-

social poderia ter havido um resultado diferente. Mas “políticos democraticamente eleitos orquestraram o fim do seu próprio regime” (ibid. 2023, p. 200).

O Orteguismo é a expressão dos interesses económicos e políticos de um novo estrato social, que tinha conquistado o seu poder económico com base no poder político adquirido pela FSLN e por Daniel Ortega, através da Revolução Sandinista, e no poder económico adquirido, através da bilionária cooperação venezuelana. O Orteguismo produziu um novo grupo capitalista na Nicarágua, uma “burguesia sandinista” que era dominada pelo clã da família Ortega (Martí i Puig & Serra, 2020, p. 126). Através de um sistema sultânico, com Daniel Ortega na cabeça, conseguiu dominar toda a sociedade, todas as instituições estatais e grandes partes da sociedade civil, a economia, os partidos políticos, a vida cultural e espiritual, os meios de comunicação e a educação. A falta de um conceito claro político-social para a Nicarágua fez com que Ortega, apesar de muitas voltas pragmáticas e até contraditórias, tenha recorrido cada vez mais a medidas antidemocráticas e repressivas para responder ao crescente descontentamento popular. O Orteguismo pretendeu estabelecer um regime ao serviço das necessidades dos mais pobres, mas, na realidade, a política governamental estava cada vez mais orientada pelo modelo económico neoliberal e a exploração extrativista dos recursos naturais da Nicarágua. O governo Ortega-Murillo não só violou gravemente os direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também derogou *de facto* – e finalmente, em janeiro de 2025, também *de jure* – a Constituição da Nicarágua e atraiçou todas as metas políticas e sociais da Revolução Sandinista.

9 Discussão e Conclusões

9.1 Comparação Sandinismo vs. Orteguismo

Este trabalho refere-se principalmente ao espaço do tempo entre o triunfo da Revolução Sandinista em 1979 e as eleições de 2021. Na análise das condições políticas durante este período pode-se demarcar as diferentes fases importantes do desenvolvimento político correspondente aos presidentes no poder, aos partidos governantes, aos partidos parlamentares, aos regimes políticos ou aos períodos eleitorais. Em comparação com outros Estados latino-americanos, Nicarágua destaca-se pela singularidade de que experimentou muitas mudanças de regimes num espaço relativamente curto de tempo, mas estas mudanças dos regimes muitas vezes não coincidiram com as mudanças dos presidentes e dos seus governos. O gráfico 10 mostra todo o período aqui em consideração com os correspondentes presidentes, partidos no poder, regimes políticos e períodos eleitorais para ilustrar a interrelação temporal destas diferentes dimensões políticas importantes.

Gráfico 10:

Eleições e mudanças dos regimes na Nicarágua (1979 – 2025)

Presidentes									
Somoza	Ortega		Chamorro	Alemán	Bolaños	Ortega			
Partidos governantes									
PLN	FSLN		UNO	Liberal	Conservador	FSLN			
Regimes									
Ditadura	Revolução	Democracia Eleitoral		Duopólio de Poder		Poder Dominante		Ditadura	
Legislaturas									
1934 - 1979	1979 - 1984	1984 - 1990	1990 - 1996	1996 - 2001	2001 - 2006	2006 - 2011	2011 - 2016	2016 - 2021	2021 - 2025

A comparação dos dois períodos de governação de Ortega e da FSLN numa perspetiva democrática é a parte central desta investigação. Esta comparação vai ser resumida aqui em

dois passos. Primeiro vai ser apresentada uma compilação de tabelas que se referem às cinco perspetivas propostas por V-Dem (Coppedge et al., 2011) mais relevantes para este trabalho. Estes quadros abarcam uma vasta gama de dimensões referidas por V-Dem para avaliar a qualidade democrática de uma sociedade e que dão, através de breves palavras chave, uma visão geral do caso de Nicarágua. Num segundo passo vão ser resumidas as conclusões essenciais deste estudo em relação à democracia eleitoral e à democracia igualitária, as duas dimensões principais investigadas aqui.

9.1.1 Conceitos da democracia

Para dar uma visão geral do estado da democracia nos dois períodos de governação da FSLN e de Daniel Ortega como presidente, aplicam-se aqui cinco das seis abordagens diferentes da democracia propostas pela plataforma V-Dem para a conceitualização, mediação e comparação da situação de democracia em diferentes países (Coppedge et al., 2011, p. 254). O modelo da democracia maioritária não está contemplado aqui porque dificilmente poderia ser aplicado às condições constitucionais de Nicarágua.

As dimensões usadas nos quadros seguintes são de V-Dem (ibid. 2011) e estão acrescentadas por alguns critérios aplicados neste trabalho. Os períodos políticos são separados – por razões de simplificação – principalmente correspondendo aos partidos de governação e diferenciando entre governos liderados pela FSLN e governos liderados por outros partidos.

9.1.1.1 Democracia Eleitoral

A democracia eleitoral – também conhecida como competitiva ou schumpeteriana – parte da ideia de que a democracia será alcançada através da competição livre entre grupos da elite que lutam pela aprovação do povo em eleições periódicas e competitivas. Partidos e eleições são os elementos cruciais nesta concepção vastamente instrumental do processo democrático (Coppedge et al., 2011, p. 253).

	Sandinismo (1979 - 1990)	Interregnum conservador- liberal (1990 - 2007)	Orteguismo autoritário (2007 - 2018)	Orteguismo ditatorial (2018 - 2022)
Partidos	liberdade pluralista, participação possível para todos os partidos	manipulações e tratamento desigual dos partidos	tratamento arbitrário e repressivo da oposição	em grande medida suprimidos
Eleições	em intervalos regulares*	em intervalos regulares	em intervalos regulares	em intervalos regulares
Eleições presidenciais	diretas, maioritárias (<i>plurality</i>)	diretas, vários sistemas com segunda volta (<i>qualified plurality and runoff</i>)		diretas, maioritárias (<i>plurality</i>)
Eleições parlamentares	diretas, proporcionais	diretas, proporcionais	diretas, proporcionais	diretas, proporcionais
Ato da eleição	votação secreta, livre e justa	votação secreta, livre e justa	votação cada vez mais manipulada	não livre e sob pressão política
Contagem dos votos	transparente e correta	parcialmente manipulada	manipulação e repressão	altamente fraudulenta
Participação	1984: 75,4% 1990: 86,2%	1996: 76,0% 2001: ??? 2006: 66,7%	2011: 68,6% 2016: ??? dados manipulados	2021: 65,3% dados não confiáveis
Proporcionalidade**	1984: 2,57 1990: 1,78	1996: 1,91 2001: 4,48 2006: 3,29	2011: 6,41 2016: 9,73	2021: 6,76 dados não confiáveis
Transferência do poder	pacífica	pacífica	não ocorreu	não ocorreu

* Em 1979 o governo chegou ao poder através de uma revolução

** Índice Gallagher

Fontes: Elaboração própria; ver também os respectivos capítulos da tese e anexo 10.1

9.1.1.2 Democracia liberal

A democracia liberal – também chamada consensual ou pluralista – salienta a importância da transparência, da liberdade civil, do Estado de direito, da contabilidade horizontal e dos direitos das minorias. Este conceito defende as liberdades individuais e pretende limitar os poderes dos governantes (ibid. 2011, p. 253).

	Sandinismo (1979 - 1990)	Interregnum conservador liberal (1990 - 2007)	Orteguismo autoritário (2007 - 2018)	Orteguismo ditatorial (2018 - 2022)
Estado de direito	desenvolvimento da revolução à institucionalização	constituição e leis aceites, muitas irregularidades na aplicação	constituição e leis cada vez menos respeitadas	Estado de direito completamente destituído
Limitações do poder do governo	presidencialismo altamente centralizado em condições de guerra	presidencialismo altamente centralizado sem confrontos armados fortes	presidencialismo em processo de autocratização	controlo absoluto de todos poderes de Estado por Ortega/Murillo
Liberdade da imprensa	realizada com algumas restrições	completamente realizada	desenvolvendo-se de intervenções parciais à ampla supressão	completamente suprimida
Liberdades individuais	altamente existentes	altamente existentes	cada vez mais restritas	gravemente reduzidas
Direitos cívicos	altamente realizados	altamente realizados	em processo de cada vez mais limitações	largamente suprimidos
Direitos humanos	geralmente respeitados, parcialmente restritos	geralmente respeitados	consideravelmente reduzidos	em grande medida eliminados
Separação dos poderes	desenvolvendo-se do regime revolucionário à institucionalização	realizada em alta medida, assediada cada vez mais por pactos políticos	formalmente respeitada, mas <i>de facto</i> cada vez mais eliminada	controlo absoluto sobre todos poderes do Estado por Ortega/Murillo

Fontes: Elaboração própria; ver também os respetivos capítulos da tese

9.1.1.3 Democracia participativa

A dimensão central da democracia participativa – muitas vezes percebida como legado da democracia de Atenas – é a participação direta dos cidadãos nos assuntos públicos. Este conceito baseia-se em grande medida na desconfiança em estruturas representativas (ibid. 2011, p. 253).

	Sandinismo (1979 - 1990)	Interregnum conservador liberal (1990 - 2007)	Orteguismo autoritário (2007 - 2018)	Orteguismo ditatorial (2018 - 2022)
Governança pelo povo	alto apoio do governo pelo povo em condições de guerra	governos apoiados pelo povo com múltiplos conflitos políticos	governança maioritariamente aprovada pelo povo	governo está maioritariamente rejeitado pelo povo
Participação do povo na política	alta participação da população a todos os níveis da sociedade	participação de grande parte da população nos assuntos políticos	existem formas de participação cada vez mais organizadas e dirigidas pelo governo	o governo reprime e impede cada vez mais qualquer forma de participação popular
Lei eleitoral	proporcional; partidos minoritários favorecidos	proporcional; partidos maioritários favorecidos	proporcional; partidos maioritários favorecidos	Proporcional; excludente; aplicação arbitrária
Sociedade civil	alta atividade de todos os setores da sociedade em muitas organizações civis	alto nível de atividades de ONG e de organizações sindicais e comunais	tentativas do governo de controlar iniciativas de auto-organização popular	inibição e ilegalização de qualquer forma de atividade política independente
Autonomia municipal	em construção	amplamente praticada	praticada, mas cada vez mais restrita	inexistente
Democracia direta	legalmente existente, mas não praticada	legalmente existente, mas não praticada	legalmente existente, mas não praticada	legalmente existente, mas não praticada

Fontes: Elaboração própria; ver também os respetivos capítulos da tese e anexo 10.1

9.1.1.4 Democracia deliberativa

O foco da democracia deliberativa consiste no processo para chegar a decisões políticas. O raciocínio público orientado para o bem comum numa forma respeitosa entre pessoas competentes e bem informadas é um elemento central nesta abordagem da democracia (ibid. 2011, p. 253).

	Sandinismo (1979 - 1990)	Interregnum conservador liberal (1990 - 2007)	Orteguismo autoritário (2007 - 2018)	Orteguismo ditatorial (2018 - 2022)
Governo pela razão	o governo tem que explicar e justificar publicamente as suas decisões num discurso com a sociedade civil	o governo tem que explicar e justificar publicamente as suas decisões num discurso com a sociedade civil	o governo tem que justificar publicamente a sua política, mas impõe cada vez mais decisões de maneira autoritária	o governo ignora em grande medida as críticas e sugestões da sociedade civil
Decisões como produto da deliberação pública	muitas decisões governamentais são mudadas como resultado dum debate público	muitas decisões governamentais são influenciadas pelo debate público; pactos secretos entre governos e opositores	o debate público influi cada vez menos nas decisões do governo; negociações nos bastidores; imposições autoritárias	numa tendência cada vez mais autoritária, o governo vacila entre momentos de debate público e atuações repressivas
Meios de comunicação	há três diários (com diferentes orientações políticas) com divulgação nacional, televisão estatal e diversas estações de rádio privadas	existem vários diários, televisão e muitas estações de rádio públicas e privadas	existem cada vez mais meios independentes de comunicação via internet; WiFi gratuito em muitas praças públicas	meios eletrónicos do governo e da FSLN; a internet é a última e única forma de divulgação de opiniões divergentes
Audições e outras instituições de deliberação	os governantes fazem muitas audições e assembleias públicas; as pessoas podem expressar-se livremente	muitas manifestações e debates públicos sobre todos os assuntos da política nacional	não há	não há

Fontes: Elaboração própria; ver também os respetivos capítulos da tese

9.1.1.5 Democracia igualitária

O conceito da democracia igualitária tem como eixo central a igualdade política. Esta igualdade está realizada quando a igual participação, igual representação, igual proteção e acesso igual a recursos, como rendimentos, educação e saúde são alcançados. Os recursos são pressupostos essenciais para o empoderamento político e a igualdade política precisa, portanto, da igualdade social (ibid. 2011, p. 254).

	Sandinismo (1979 - 1990)	Interregnum conservador liberal (1990 - 2007)	Orteguismo autoritário (2007 - 2018)	Orteguismo ditatorial (2018 - 2022)
Igualdade política	oportunidade da participação e votação livre de todas as forças políticas	participação parcialmente restrita; voto parcialmente manipulado	participação burocraticamente restrita; manipulações no escrutínio	participação política <i>de facto</i> impedida a grande parte da população
Empoderamento dos cidadãos	preparação das eleições através duma grande campanha de informação	parcialmente influenciado por interesses particulares de candidatos ou partidos	vantagens para aderentes da FSLN, desvantagens para apoiantes de partidos da oposição	silêncio total sobre todos os procedimentos eleitorais
Participação igual dos cidadãos	grande esforço do governo para a participação mais ampla da população	participação em grande medida livre, manipulações no escrutínio	participação em grande medida livre, manipulações no escrutínio	exclusão de todas e todos apoiantes da oposição
Representação	representação proporcional de acordo com os resultados eleitorais	representação proporcional de acordo com os resultados eleitorais	representação proporcional de acordo com os resultados eleitorais	representação proporcional de acordo com os resultados eleitorais
Proteção	muitas medidas para permitir a participação livre nas eleições	participação parcialmente restrita	participação parcialmente restrita	ameaças e repressão contra todas as forças opositoras
Igualdade social	muitas medidas para melhorar a situação social no campo e na cidade, educação, saúde, diminuição da desigualdade social	redução de serviços públicos, privatizações, desigualdade social a crescer	programas sociais para os mais pobres; enriquecimento dos poderosos e dos ricos; crescimento da desigualdade social	cessação de muitos programas sociais; aumento de trabalho precário; os ricos mais ricos que nunca

Fontes: Elaboração própria; ver também os respetivos capítulos da tese

9.1.2 Democracia eleitoral

Dentro das várias dimensões da democracia mencionadas no parágrafo anterior, este trabalho dá uma ênfase especial à democracia eleitoral e à democracia igualitária. A democracia eleitoral foi escolhida como primeiro objeto de investigação porque eleições não são somente um elemento essencial para todos os processos democráticos, mas também porque mostram de forma muito acentuada o avanço, a estagnação, a crise e o eventual declínio da democracia na Nicarágua depois da queda do ditador Somoza. Além disso, as eleições são um elemento importante, muitas vezes mesmo o mais importante, de toda a literatura política e académica sobre a Nicarágua. Afinal foi uma meta deste trabalho ilustrar – de forma mais abrangente e ao mesmo tempo mais pormenorizada do que foi feito até agora – a importância e também a qualidade dos processos eleitorais nas distintas fases do desenvolvimento político do país.

A democracia igualitária foi escolhida como segundo foco desta investigação, porque além da libertação da ditadura somocista a construção de uma sociedade com justiça social era o objetivo central da Revolução Sandinista. Enquanto existe muita literatura sobre os assuntos políticos, somente há poucos textos sobre os desenvolvimentos económico-sociais da Nicarágua. Isto certamente também se deve ao secretismo praticado pelos governos, em especial a partir da presidência de Alemán, o que causou uma situação de falta de dados suficientes e confiáveis sobre as condições sociais da população. Mesmo assim, é importante tomar em conta estes desenvolvimentos para poder encontrar explicações para os desenvolvimentos políticos – muitas vezes bem surpreendentes – na Nicarágua.

A Revolução Sandinista de 1979 ocorreu em condições da Guerra Fria que se tornou quente na Nicarágua na forma da intervenção política, económica e militar da administração Reagan dos EUA. Esta guerra causou gigantescas destruições materiais e custou a vida de milhares de jovens nicaraguenses que morreram como combatentes da *contra* ou como defensores da revolução. A guerra durou dez anos e destruiu em grande parte os progressos revolucionários intentados ou já iniciados pelo governo sandinista. Mesmo assim, o governo sandinista organizou eleições democráticas em 1984 e em 1990. Um dos indicadores mais contundentes do carácter democrático destas eleições é o facto de que os Sandinistas terem organizado e conduzido as eleições de 1990 de maneira tão limpa e publicamente controlada, que admitiram a sua derrota eleitoral e entregaram a presidência à candidata vencedora da oposição Violeta Barrios de Chamorro – uma atuação sem precedentes históricos.

No entanto, quando Daniel Ortega novamente foi eleito presidente em 2006, a Guerra Fria já era uma história passada, o conflito armado na Nicarágua estava superado, o novo governo continuou a política de cooperação económica com os EUA no âmbito do tratado de livre comércio CAFTA e Nicarágua recebeu – com o beneplácito do FMI – créditos das grandes instituições financeiras internacionais. Para além disso chegaram à Nicarágua consideráveis quantidades de recursos provenientes de Venezuela. O novo governo iniciou vários programas sociais que beneficiaram as camadas pobres do país. Mas, mesmo nestas condições relativamente relaxadas e prometedoras, Ortega mostrou a sua faceta autoritária e repressiva já nas primeiras eleições depois de ter assumido novamente a presidência, as eleições municipais de 2008. Estas eleições foram manipuladas, especialmente na capital Manágua e em León, a segunda cidade mais importante do país. A partir de tal momento, todas as eleições seguintes significaram um passo mais na direção do emprego de violência e de manipulação eleitoral até chegar, em 2021, à situação da proibição completa de todos os partidos políticos não diretamente aliados ao orteguismo, da repressão geral contra todo o povo e dum fraude eleitoral total.

Quando o Sandinismo estava no poder, foram efetuadas eleições pluralistas e democráticas nas condições sumamente difíceis da guerra de intervenção dos EUA combinada com uma guerra de resistência interna armada. Estas eleições, conduzidas sob plena observação nacional e internacional, cumpriram em alta medida as exigências da democracia liberal eleitoral e possivelmente foram as eleições mais democráticas em toda história da Nicarágua. No entanto, o Orteguismo destruiu progressivamente a partir de 2007 todas as instituições da democracia eleitoral numa situação de paz externa e interna.

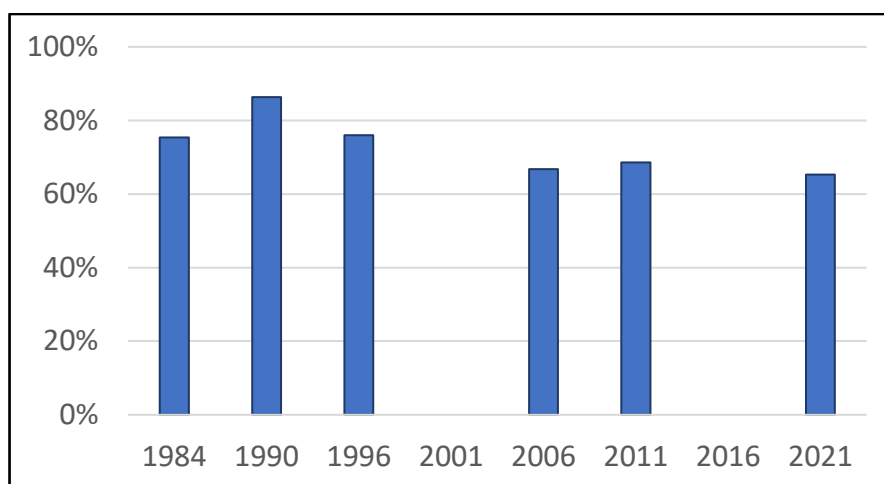
A comparação das características da *participação* popular, do *número efetivo dos partidos* e da *proporcionalidade* da representação parlamentar nas eleições entre 1984 e 2021 mostram tendências significativas tanto para as mudanças políticas internas de Nicarágua como também para relacioná-las com as situações em outros países.

O gráfico 11 mostra os dados da participação popular nas eleições parlamentares entre 1984 e 2021. A afluência às urnas mostra em que medida a população participa realmente no processo democrático, nos assuntos públicos, na *res publica*. É de salientar que no período sandinista, em 1984 e em 1990, houve uma participação muito alta de 75 % e 86 %, que talvez teria sido ainda mais alta em 1984 se uma parte da oposição não tivesse decidido boicotar as eleições em tal ano. A participação de 76 % em 1996 é muito confiável, enquanto a falta de um

número concreto oficial para 2001 é expressão de um processo de escrutínio desordenado e caótico e de que o resultado final tinha que ver mais com uma negociação política que com uma contagem de votos. A participação de 67 % em 2006 é difícil de interpretar porque o escrutínio foi abortado quando somente 91,5 % dos votos estavam contados. As eleições de 2011 já estavam gravemente manipuladas, para as eleições de 2016 nem há dados oficiais, e no que se refere às eleições de 2021 há relatórios confiáveis que confirmam que na realidade houve uma abstenção por volta de 80 % da população.

Gráfico 11:

Participação nas eleições na Nicarágua (1984 – 2021)



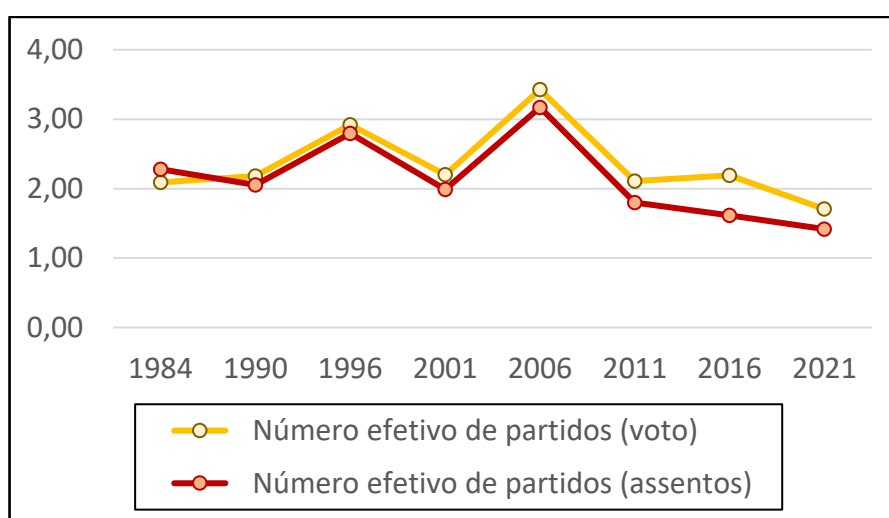
Fontes: Ver anexo 10.1 Resultados eleitorais 1984 - 2021

O número efetivo de partidos é outro critério para avaliar o caráter mais ou menos democrático de eleições. Esta dimensão foi desenvolvida por Laakso e Taagepera (1979) e não só mede o número dos partidos que participam numa eleição e que estão representados no parlamento, mas também a sua importância, de acordo com os seus resultados percentuais. Na ciência política há posições que preferem sistemas eleitorais maioritários que em muitos casos coincidem com sistemas bipartidários. Mas aqui parte-se do princípio de que para Nicarágua seria desejável que participassem muitos partidos nas eleições, porque um dos pilares fundamentais da revolução era o pluralismo político, um princípio que em seguida foi defendido por todas as correntes políticas. O gráfico 12 mostra que entre 1984 e 2006 houve dois ou mais

partidos que participaram de maneira “efetiva” nos assuntos políticos do país. A partir de 2011, os números caíram apesar das manipulações eleitorais que, por um lado, deveriam mostrar que se tratava de eleições democráticas, mas que, pelo outro lado, deveriam mostrar a prevalência da FSLN. No parlamento, os partidos pequenos estavam sempre subrepresentados (linha vermelha) em comparação com o resultado do voto popular (linha amarela).

Gráfico 12:

Números efetivos de partidos (1984 – 2021)



Fontes: Ver anexo 10.1 Resultados eleitorais 1984 - 2021

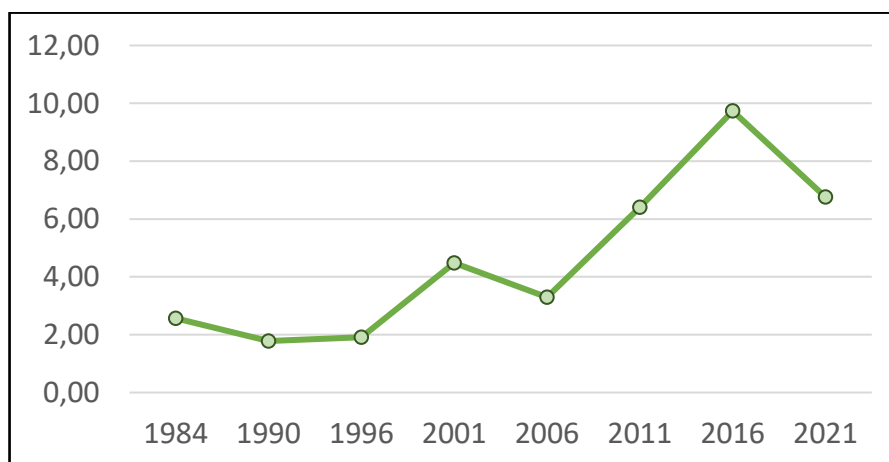
Mas em 1984 não foi assim, o que é expressão de que nestas eleições os partidos minoritários estavam representados com mais assentos no parlamento do que representaram os votos obtidos nas eleições. Na Nicarágua sandinista, os partidos pequenos estavam legalmente privilegiados em comparação com os partidos grandes, em particular em relação ao partido hegemônico, a FSLN! Deveria ser difícil encontrar outro país democrático que também tenha regulamentos eleitorais que privilegiam os pequenos partidos na sua representação parlamentar.

A proporcionalidade da representação parlamentar dos partidos políticos indica o grau em que a composição do parlamento corresponde à distribuição percentual dos votos das eleições. Esta dimensão foi desenvolvida por Michael Gallagher (1991) e expressa-se através do Índice Gallagher que relaciona a quota dos votos recebidos pelos partidos nas eleições com a quota dos assentos dos partidos no parlamento. O índice é um número igual ou maior de 1, no

qual 1 significa que existe uma correlação perfeita entre o voto popular e a composição do parlamento, enquanto o valor do índice fica cada vez maior com a crescente desproporção entre o voto popular e a representação parlamentar dos partidos políticos.

Gráfico 13:

Proporcionalidade da representação parlamentar (1984 – 2021)



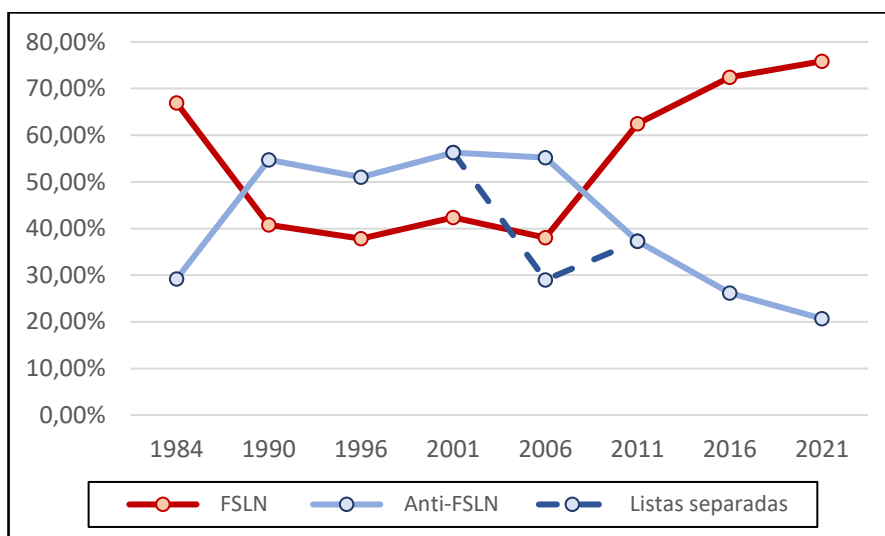
Fontes: Ver anexo 10.1 Resultados eleitorais 1984 - 2021

O gráfico 13 mostra que nas eleições de 1984 e 1990, organizadas pelo Sandinismo, e nas eleições de 1996, ainda marcadas pelas regras legais sandinistas, existia uma alta coerência entre o voto popular e a representação parlamentar. Todas as eleições que se seguiram mostram que as regras eleitorais introduzidas depois resultaram em maiores valores de desproporção. O facto de que esta desproporção diminuir em 2021 não tem grande importância, porque o resultado oficial destas eleições foi o produto duma espantosa falsificação que não tem credibilidade nenhuma.

Para terminar a análise eleitoral pode-se comparar o voto pro-FSLN com o voto conservador-liberal anti-FSLN. O gráfico 14 mostra que a FSLN somente tinha uma maioria eleitoral na alta fase da Revolução Sandinista, em 1984, e a partir de 2011. Mas estas eleições já estavam maciçamente manipuladas e efetuadas em condições cada vez mais ditatoriais.

Gráfico 14:

Voto pro-FSLN vs. voto Conservador + Liberal (anti-FSLN)



Fontes: Ver anexo 10.1 Resultados eleitorais 1984 - 2021

A FSLN e o seu candidato presidencial Ortega somente conseguiram conquistar novamente o poder político e presidencial em 2006, porque as duas correntes principais da direita política se apresentaram em listas separadas e de tal maneira permitiram a Ortega e à FSLN voltar ao poder com uma maioria relativa de 38 % dos votos.

9.1.3 Democracia igualitária

A Frente Sandinista não só lutou pela libertação da ditadura somocista, mas também por um “sistema social que liquide a exploração e a miséria” de que tinha padecido o povo de Nicarágua (FSLN, 1984, p. 13). Na perspectiva da democracia igualitária, que pretende criar condições de vida iguais como precondição para poder exercer direitos políticos iguais, destacam-se várias medidas e campanhas do governo sandinista (1979 – 1990) que melhoraram consideravelmente as hipóteses da população, para participar na vida política do país. Dezenas de milhares de famílias camponesas receberam terras através da reforma agrária, o que lhes permitiu viver da sua própria produção cooperativa ou individual. Os novos donos da terra, como também os trabalhadores do campo formaram as suas próprias organizações para poder defender os seus interesses particulares. Nos centros urbanos também ocorreu uma verdadeira explosão de organizações populares, de sindicatos, de organizações dos estudantes, associações de mulheres, de grupos étnicos minoritários, de pessoas com deficiências físicas ou mentais,

organizações culturais e outras mais. Cresceram associações de vizinhos para a auto-organização e ajuda mútua, bem como comités de defesa da revolução. A cruzada de alfabetização de 1980 foi uma das mais emblemáticas campanhas do empoderamento da população. A participação das pessoas no sistema educativo básico e universitário expandiu-se consideravelmente e nasceu um movimento de educação voluntário para pessoas adultas.

As nacionalizações das propriedades de Somoza e a tentativa de desenvolver um forte setor público de produção agrícola industrial também tinha o objetivo de diminuir a desigualdade social porque os lucros destas grandes empresas deveriam servir para o desenvolvimento de todo o país, para o melhoramento social de todos, mas em especial para benefício da maioria pobre da população. Estas medidas tinham uma orientação para mudanças estruturais, limitando os lucros do setor capitalista privado e dirigir uma maior parte do progresso económico para o bem de toda a sociedade. Mas, devido a erros políticos do governo, às condições difíceis da economia mundial na *década perdida* e, particularmente, aos danos catastróficos da guerra de intervenção, os avanços económicos e sociais destas medidas estavam bem limitados. Mesmo assim, os Sandinistas fizeram um grande esforço para convencer o maior número possível de pessoas e de partidos políticos a participar nas eleições e para garantir as condições para a sua participação livre e democrática.

A afluência às urnas é um indicador de alta importância para determinar em que medida as diferentes dimensões da democracia igualitária realmente permitiram a participação igual da população nas eleições. As participações de 75 % em 1984 e de 86 % em 1990 são valores muito altos em comparação com eleições em outros países do mundo, particularmente quando se toma em consideração as condições interna e internacionalmente extraordinariamente difíceis nas quais foram executadas estas eleições. Estes números elevados de participação eleitoral refletem também várias outras medidas tomadas pelo governo sandinista durante a preparação e a organização das eleições, como por exemplo uma ampla campanha para explicar os procedimentos eleitorais, a participação de muitos partidos na preparação e observação das eleições e a promessa de uma representação proporcional dos partidos participantes no parlamento.

Quando Ortega assumiu novamente a presidência em 2007, Nicarágua já estava integrada no modelo neoliberal predominante naquela altura e o novo presidente continuou esta orientação financeira e macroeconómica do seu antecessor liberal-conservador. Neste contexto, o Orteguismo organizou várias campanhas assistencialistas, financiadas vastamente pela

cooperação venezuelana, que diminuíram a extrema pobreza e aliviaram temporariamente as condições da vida dos pobres do país. Os recursos provenientes de Venezuela também foram investidos em projetos de infraestrutura, que ao mesmo tempo serviram para o enriquecimento dum novo grupo do capital ligado estreitamente à família Ortega-Murillo. Mas este regime não ofereceu nenhum progresso na direção dum desenvolvimento económico nacional e duma diminuição da dependência económica do mercado mundial. Sob o Orteguismo acentuaram-se as formas neoliberais da produção, agravou-se o modelo económico extrativista e a desigualdade social aprofundou-se. Em 2007 Nicarágua era o segundo país mais pobre de toda América Latina, e depois de quinze anos do governo orteguista o país ainda estava na penúltima posição do subcontinente. A grande diferença em comparação com o período sandinista foi que os projetos sociais do Orteguismo não tinham o propósito de reforçar a participação das pessoas nos assuntos políticos, mas – ao contrário – de aumentar a apatia e a passividade política das pessoas, para que Ortega e o grupo dos seus aliados mais próximos pudessem manter e fortalecer a sua posição no poder e as suas oportunidades para enriquecer-se cada vez mais.

No que diz respeito à afluência às urnas, as eleições de 2006 e ainda de 2011, com participações de 67 % e 69 % respetivamente, devem ser expressões da vontade da população de participar na moldagem das condições políticas do país através de eleições. Em 2016, as eleições já estavam manipuladas gravemente, com respeito à participação como também ao resultado, e os sindicatos e outras organizações sociais estavam marginalizados pelo governo, mas dado que as condições da vida se tinham melhorado ligeiramente podia-se observar uma certa passividade e apatia política das massas. Tudo mudou com o levantamento popular de abril de 2018, o que foi a consequência, por um lado, do fim da ajuda económica venezuelana para a maioria dos projetos sociais governamentais e, por outro, da política económica do governo orientada para uma economia extrativista e um capitalismo de amigalhões altamente repressivo.

A partir de tal momento era óbvio que o projeto económico do Orteguismo tinha fracassado, que a maioria pobre da população dependia cada vez mais de trabalho informal e precário e das remessas recebidas pelos seus familiares emigrados para poderem manter os seus parentes na Nicarágua. Da democracia igualitária, iniciada pela Revolução Sandinista, o Orteguismo destruiu tanto os avanços democráticos como também os progressos na direção da igualdade social.

9.1.4 Resumo da comparação

Além das categorias mais básicas referentes ao país da Nicarágua – o nome, a colocação geográfica, as condições geológicas, as línguas principais, a cultura e as crenças religiosas, a existência formal de leis e de instituições estatais – os dois períodos da governação de Daniel Ortega e da FSLN – de 1979 até 1990 e a partir de 2007 até ao momento de terminar este trabalho – mostram diferenças profundas em quase todos os aspetos da vida política e da sociedade.

Estas duas fases da governação representam dois modelos sociais diametralmente opostos. Entre eles não existe nenhuma continuidade política, nem uma continuidade livre, emancipadora, progressista, democrática (alegada pelo orteguismo), nem uma continuidade antidemocrática, autoritária, repressiva (alegada pela direita política).

Sob as duas perspetivas democráticas que estão no centro desta investigação – a democracia eleitoral e a democracia igualitária – foram identificadas várias dimensões essenciais que mostraram a existência de profundas diferenças entre estes dois modelos políticos. Mas também no que diz respeito à institucionalidade do Estado, à separação dos poderes e ao Estado de direito foram encontradas condições vastamente opostas. O papel do Exército e da Polícia na sociedade dificilmente pode ser mais diferente e mais contraditório do que foi analisado aqui. A brecha que existe entre o apoio internacional à Nicarágua sandinista – a nível estatal bem como a nível de movimentos civis de solidariedade – e a rejeição da ditadura orteguista é óbvia. O apoio popular para a Frente Sandinista no período sandinista e a oposição popular aberta e escondida no período orteguista foram descritos aqui a muitos níveis de atuação das pessoas. A mobilização entusiasta e massiva da população a favor do governo sandinista e a passividade e o medo da população sob o governo Ortega-Murillo não podem ser mais afastados que nestas duas situações diferentes. Durante a Revolução Sandinista os funcionários públicos eram em grande parte pessoas que estavam tecnicamente qualificadas para executar as suas atividades administrativas, independentemente das suas orientações políticas, enquanto o orteguismo deu emprego público aos seus seguidores como prémio pelas suas atividades políticas pró-governamentais. As mulheres eram uma base essencial da revolução, mas sob o Orteguismo os seus direitos mais básicos foram espezinhados através da proibição absoluta do aborto. Apesar de certas tensões entre a Igreja Católica e o governo sandinista houve amplos setores cristãos que apoiavam a revolução, enquanto grandes partes da população católica estavam em oposição ao governo orteguista e foram impedidas de praticar

o seu culto. Durante a governação sandinista a Corte Suprema colaborou com as instituições internacionais para investigar violações dos direitos humanos, mas tais organismos internacionais foram expulsos da Nicarágua sob o regime orteguista. Os programas sociais do Sandinismo eram incentivos para a auto-organização da população, enquanto os programas sociais do orteguismo eram instrumentos para manter as pessoas em passividade e dependência do governo. Enquanto os sandinistas lutaram nos anos oitenta pelo poder para melhorar as condições da vida da maioria da população, Ortega e o seu círculo mais próximo de poder distribuíram alguns benefícios sociais pelo povo para defender a sua posição no poder e para continuar a enriquecer-se sem limites. Enquanto o regime sandinista tentou construir uma sociedade socialista, mesmo aceitando um setor forte de produção privada, o regime orteguista privilegiou o grande capital e, em especial, o capital financeiro.

No seu artigo *¿Qué pasa en Nicaragua? La rebelión autoconvocada en contra del modelo corporativo* Javier Gómez Rivera (2023) resume a trajetória do governo Ortega-Murillo e da FSLN com a caracterização:

“El FSLN [...] habiendo sido un partido revolucionario se convirtió en un proyecto político reaccionario, tradicional, [...] opera un modelo de concertación con el gran capital, promoviendo el desarrollo de un proyecto neoliberal, extractivista, desigual, patriarcal y autoritario.” (ibid. 2023, p. 271)

As expressões mais destacadas desta orientação geral político-económica do Orteguismo foram o megaprojeto – falhado – do canal interoceânico (López Baltodano & López Baltodano, 2023, pp. 129–135; Wallace Simpson, 2014, pp. 113–134), a maneira corrupta e fraudulenta na qual foi privatizada a ajuda económica de Venezuela à Nicarágua (Sáenz, 2021, pp. 362–394; Samcam, 2023, pp. 174–218), a repressão policial e paramilitar contra os pacíficos protestos massivos da população em 2018 (AI, 2018a, 2018b; CENIDH, 2020; GIEI, 2018) e o desmantelamento de qualquer forma de institucionalidade estatal combinada com a criação de uma ditadura sultânica dominada pelo binómio Ortega-Murillo (Murillo Zamora, 2023; Vargas, 2024b).

9.2 Como foi possível?

Com todos os dados encontrados nesta investigação pode-se voltar à grande incógnita da pergunta de partida deste trabalho: como é possível que tudo isto pôde acontecer? Como se pode explicar que uma revolução, que tinha tão boas intenções, conceitos novos, apoio nacional

e mundial, elementos cristãos, orientações democráticas e metas humanas, tenha terminado numa ditadura declarada, arbitrária, feroz, mortal?

Depois de um primeiro estudo da literatura foram apresentados, no capítulo 1.2.4, algumas explicações para esta mudança política. Deram importantes indicações para revelar causas mais profundas para os desenvolvimentos políticos na Nicarágua. Mahoney (2001) oferece com a sua teoria da *path dependence* contextos históricos convincentes que expõem a interrelação que existe entre o aborto da revolução liberal e a formação de uma ditadura forte e persistente, uma análise confirmada nesta investigação. A tese da reencarnação da tradição patrimonial-caudilhesca do clã de Somoza (Carrión Cruz, 2019; Martí i Puig & Serra, 2020; Torres, 2010) denomina fenómenos importantes, em especial no que diz respeito à forma arbitrária de governação e à repressão do movimento popular, mas não leva suficientemente em conta algumas características do orteguismo, como por exemplo a sua política assistencialista e a sua base social entre setores da população pobre ou as suas ligações internacionais, bem como a forma e a escala da repressão, aspetos que fazem uma diferença marcante em relação ao Somocismo. A interpretação da Revolução Sandinista como processo principalmente marcado pela influencia política do Estalinismo e do Castrismo, defendido por Dan La Botz (2016), não parece muito convincente perante os aspetos singulares do pluralismo partidário ou da participação dos cristãos na revolução, mostrados aqui. No entanto, a afirmação de Hagopian e Mainwaring (2005) de que o quadro político internacional e as orientações dos principais atores políticos determinam de maneira decisiva os avanços ou retrocessos democráticos, é um aspeto óbvio, confirmado em muitos capítulos deste trabalho. A sistematização de O'Donnell e Schmitter (1986) sobre as perspetivas incertas de processos de democratização também tem uma alta relevância para o caso de Nicarágua, particularmente relativamente à tensão que existe entre mudanças revolucionárias e transformações pacíficas e concertadas. Afinal, os mecanismos da abolição democrática da democracia analisados por Levitsky e Ziblatt (2018) são plenamente aplicáveis ao processo da de-democratização do regime político da Nicarágua que já começou com o governo de Alemán, mas que se expandiu cada vez mais a partir da segunda presidência de Daniel Ortega.

Tudo isto são elementos importantes explicativos para o desenvolvimento político da Frente Sandinista, de Daniel Ortega e dos vários regimes políticos da Nicarágua. Mas ainda não proporcionam uma explicação que realmente conecta o período sandinista com a fase orteguista da sociedade nicaraguense. De acordo com os dados compilados e analisados neste trabalho,

existiu um fator essencial que permitiu a subsequente degradação política na Nicarágua: os défices democráticos durante a Revolução Sandinista e, particularmente, os défices democráticos no interior da FSLN.

No capítulo 1.3.2 apresentaram-se quatro hipóteses para iniciar e estruturar esta investigação: primeiro, que os regimes sandinista (nos anos 1980) e orteguista (a partir de 2007) têm características profundamente diferentes; segundo, que a marca mais significativa do governo sandinista foi o seu carácter democrático; terceiro, que no segundo período de governação da FSLN começou um processo de de-democratização cada vez mais acentuado; e quarto, que a causa principal que permitiu a degradação política da FSLN são as fraquezas democráticas que existiam na sociedade sandinista.

Nos capítulos 3, 4 e 5 foram analisadas as estruturas e dinâmicas mais importantes da sociedade nicaraguense durante a Revolução Sandinista (1979 – 1990) e caracterizadas em grande medida como democráticas, uma conclusão que *confirma a segunda hipótese* deste trabalho. Os capítulos 7 e 8 dedicaram-se ao período orteguista (2007 – 2022) analisando os processos cada vez mais repressivos e ditatoriais dos governos Ortega-Murillo, *confirmando* assim *a terceira hipótese* também. Esta contradição abismal entre os dois períodos de governação da FSLN e de Ortega, resumida no capítulo 9.1, *confirma* também *a primeira hipótese* que constata que se trata de dois regimes fundamentalmente diferentes.

Para lidar com a *quarta hipótese* tornou-se necessário diferenciar entre dois aspetos analíticos que, embora intimamente relacionados, não são de modo algum idênticos, nomeadamente a situação democrática na sociedade, na vida pública e a nível do Estado em geral e a situação democrática no interior da Frente Sandinista.

Neste trabalho identificámos muitos fatores que permitiram ou mesmo promoveram tendências e comportamentos autoritários no seio do Sandinismo. As farsas eleitorais e a repressão brutal da Guarda Nacional sob Somoza, a luta sacrificadora contra a ditadura somocista, o carácter político-militar da FSLN ainda depois do triunfo, a agressão económica e militar dos EUA contra a soberania de Nicarágua, as necessidades da guerra que provocaram uma militarização da sociedade sandinista e a destruição de muitos programas sociais da revolução eram fortes condições objetivas opostas a um desenvolvimento democrático do país. A experiência da derrota eleitoral em 1990 foi interpretada pelos sandinistas de maneira que, em última instância, os métodos da violência têm mais êxito que a democracia. Também houve

fatores importantes subjetivos que estimularam estruturas e processos autoritários da Frente Sandinista: o nível bem limitado de conhecimento teórico sobre a luta de libertação, a escassa experiência com um debate democrático político, o alto nível pragmático no processo de definir as táticas e estratégias políticas, o exemplo do carismático Augusto César Sandino que muitos dos combatentes guerrilheiros queriam seguir, como também a convicção de muitos deles que as metas libertadoras justificam os meios para as conseguir. A nível programático, a FSLN autodefiniu-se como vanguarda da revolução, mas prescindiu de uma orientação firme e clara para a construção de estruturas democráticas na sociedade e dentro do partido, o que dificultou consolidar um pensamento democrático. Por último existiam instituições informais bem fortes que promoveram comportamentos autoritários, como a veneração dos combatentes caídos da Frente, particularmente dos comandantes, ou uma percepção de disciplina partidária que viu que discordar com uma posição dum comandante era falta de respeito. Adicionalmente deve-se assinalar que os partidos opostos ao Sandinismo não estavam de nenhuma forma mais democraticamente organizados que a FSLN.

Todo isto contribuiu de uma ou de outra maneira para reforçar estruturas autoritárias de comunicação e de organização dentro da FSLN e na sociedade em geral. Mas durante a revolução a grande maioria do povo sentia-se livre, as pessoas participaram em massa voluntariamente na sua auto-organização e em campanhas sociais e políticas, houve um Estatuto Fundamental e uma Constituição com garantias democráticas. Tudo isto foi um contrapeso, experimentado por centenas de milhares de pessoas, perante as dinâmicas autoritárias que existiam naquele momento. Mesmo assim, o Sandinismo desnaturalizou-se e afastou-se das suas metas originais num processo cada vez mais acentuado, particularmente a partir da presidência renovada de Ortega em 2007, processo que terminou na ditadura sultânica Ortega-Murillo.

Para poder identificar as causas mais básicas e mais essenciais para a degradação da Revolução Sandinista até à ditadura orteguista, estão descritas neste trabalho muitas situações nas quais os processos internos da cúpula sandinista e as decisões do círculo mais restrito de poder prevaleceram em relação às instituições estatais, partidárias ou também da sociedade civil. Todos os quadros sandinistas aprenderam em incontáveis momentos, que numa situação crítica a palavra dum comandante vale mais do que qualquer lei, constituição, compromisso acordado, promessa dada ou programa adotado. Todas as instituições democráticas e processos públicos – os poderes do Estado, as eleições, as organizações da sociedade civil, as liberdades

individuais e coletivas, a imprensa, a crença religiosa – estavam sujeitos à aprovação da *Dirección Nacional* ou ao chefe do partido Daniel Ortega. Houve milhares de comitês, de reuniões e de debates no seio da FSLN, mas a última palavra teve sempre a cúpula mais alta. Na vida pública foi possível eleger outros partidos, votar por um presidente diferente, interpor recurso contra um julgamento, remover um dirigente sindical, fundar um comitê de bairro ou uma organização não governamental ou o que fosse. Mas no centro do poder do partido sandinista nunca foi possível nada de isto. Durante todo o percurso da revolução não existiu nenhuma oportunidade formal de corrigir uma decisão tomada pela direção ou de destituir um dos dirigentes e eleger outro. A mensagem implícita e explícita foi sempre: quem puser em causa uma decisão tomada pela liderança ou quem questione o comportamento de algum comandante, atua contra os interesses do partido e tem que ser disciplinado.

Esta falta de democracia no que diz respeito ao núcleo interno mais reduzido e mais poderoso da Frente Sandinista, a *Dirección Nacional*, não foi bem visível e não estava no foco da atenção pública durante a revolução. Mas os desenvolvimentos analisados neste trabalho mostram que foram especificamente estas estruturas autoritárias que se reforçaram e espalharam no partido e na sociedade, agravadas pelas situações objetivas do conflito político-militar e as problemáticas subjetivas mencionadas aqui. A Frente Sandinista teria tido a opção de democratizar o seu partido. Porém, a sua liderança não apenas considerou reiteradamente outras questões mais importantes, mas também temeu tal democratização, porque viu nela uma debilitação da dinâmica revolucionária e sobretudo da força da defesa militar. Muito pelo contrário, muitas das experiências políticas mencionadas neste trabalho sugerem que uma democratização da FSLN teria reforçado tanto os seus potenciais políticos como militares.

Na realidade aconteceu um processo – não inevitável, mas não interrompido – que começou com a defesa da Revolução Sandinista e continuou com a defesa do poder da FSLN, seguida pela defesa do partido sandinista, a luta pelo poder da direção da Frente, a luta pelo poder dentro da cúpula sandinista, a luta pelos meios económicos para sustentar os dirigentes mais importantes, a aquisição ilegal de recursos materiais para as suas famílias, a dominação absoluta sobre as instituições estatais, o poder sobre as instituições armadas, o desmantelamento de qualquer forma de institucionalidade até ao estabelecimento da ditadura declarada orteguista.

Esta conclusão *confirma geralmente a quarta hipótese, especificando a falta de democracia no interior da Frente Sandinista nos tempos da revolução como a causa mais*

profunda e mais importante que permitiu, nos anos seguintes, a decomposição política e ética da FSLN e que abriu o caminho em direção à ditadura orteguista.

A pergunta de partida deste trabalho era: como foi possível que a FSLN, um partido que antes tinha lutado contra a ditadura de Somoza e pela liberdade do povo, tenha chegado a converter-se num novo instrumento de opressão e o seu líder Daniel Ortega num novo ditador na Nicarágua? A conclusão principal desta investigação é que a direção da Frente Sandinista não tinha uma compreensão suficiente da importância essencial de estruturas democráticas na sua própria organização. Por conseguinte, a falta de estruturas democráticas internas como produto da luta de libertação chegou à subordinação da democracia interna sob outros problemas supostamente mais importantes, à luta da cúpula orteguista contra a democratização da FSLN, à corrupção ... e terminou na ditadura declarada do casal Ortega-Murillo.

A falta de estruturas democráticas internas da Frente nos anos da Revolução Sandinista não é o único fator para explicar o declínio da FSLN e a degradação das condições políticas na Nicarágua. Mas é um fator essencial que abriu a porta para o desenvolvimento político analisado aqui. Todos os erros, as fraquezas políticas, as incompetências individuais e outras problemáticas podem-se corrigir, quando existem instituições democráticas internas para fazer isto. Se estes canais simplesmente não existem, é muito difícil – para não dizer impossível – levar a cabo uma revolução ao serviço do povo.

A falta de democracia interna facilitou a desnaturalização da FSLN até ao ponto de assassinar manifestantes pacíficos com armas de precisão. Se tal deformação deve ser impedida em processos políticos futuros, é imprescindível criar estruturas altamente democráticas em todos os partidos políticos e todas as organizações da sociedade civil. Neste contexto, torna-se evidente a importância da afirmação de Kenneth Roberts (1998, p. 29) de que a democracia não é apenas um regime político, mas deve ser entendida como um conjunto abrangente de relações sociais que se estende a todas as áreas da sociedade, às estruturas políticas, à economia, às organizações da sociedade civil e também aos partidos políticos.

Moisés Hassan (2016, pp. 403–405) diz que é uma responsabilidade altamente importante do Estado democrático assegurar que dentro dos partidos políticos existam estruturas democráticas. E no seu artigo *¿Es una utopía pensar que la democracia es posible en Nicaragua?* Zoilamérica Ortega Murillo (2024, pp. 10–12) afirma que é necessário garantir

estruturas democráticas em todos os âmbitos da sociedade para que as aberrações ditatoriais observadas na Nicarágua não se repitam.

É de esperar que esta conclusão entre na consciência fundamental de todas as forças políticas na Nicarágua e muito para além de ali.

10 Anexos

10.1 Resultados eleitorais 1984 – 2021

1984

Eleições parlamentares (04. 11. 1984)

	Votos	%	Assentos	%
FSLN	729.159	66,78	61	63,54
PCDN	152.883	14,00	14	14,58
PLI	105.497	9,66	9	9,38
PPSC	61.525	5,63	6	6,25
PC de N	16.165	1,48	2	2,08
PSN	15.306	1,40	2	2,08
MAP-ML	11.343	1,04	2	2,08
total	1.091.878	100	96	100

Votantes inscritos	1.551.597	
Votos inválidos	78.224	
Votos válidos	1.091.878	93,31%
Participação	1.170.102	75,41%

Gallagher Index	2,57

Effective number of parties (Laakso e Taagepera)

Votos	2,09
Assentos	2,28

Eleições presidenciais 1984

	Partido	Votos	%
Daniel Ortega	FSLN	735.967	66,97%
Clemente Guido	PCDN	154.327	14,04%
Virgilio Godoy	PLI	105.560	9,61%
Mauricio Díaz Davila	PPSC	61.199	5,57%
Alán Zambrana	PC de N	16.034	1,46%
Domingo A. Sánchez S.	PSN	14.494	1,32%
Isidro Téllez Toruño	MAP-ML	11.352	1,03%
Votos válidos		1.098.933	100,00%

1990

Eleições parlamentares (25. 02. 1990)

	Votos	%	Assentos*	%
UNO	764.748	53,90	51	55,43
FSLN	579.673	40,85	39	42,39
PSC/PPSC	22.218	1,57	1	1,09
MUR	13.995	0,99	1	1,09
PRT	10.586	0,75	0	0,00
MAP-ML	7.643	0,54	0	0,00
PSOC	6.308	0,44	0	0,00
PUCA	5.565	0,39	0	0,00
PCDN	4683	0,33	0	0,00
PLI	3515	0,25	0	0,00
total	1.418.934	100,00	92	100,00

* Incluído 2 candidatos presidenciais derrotados (PSC/PPSC e MUR)

Votantes inscritos		1.752.088	
Votos inválidos		92.723	
Votos válidos		1.419.384	93,87%
Participação		1.512.107	86,30%

Gallagher Index	1,78

Effective number of parties (Laakso e Taagepera)

Votos	2,18
Assentos	2,05

Eleições presidenciais 1990

	Partido	Votos	%
Violeta Barrios de Chamorro	UNO	777.552	54,74%
Daniel Ortega	FSLN	579.886	40,82%
Moisés Hassan	MUR	16.751	1,18%
Eric Ramírez	PSC/PPSC	11.136	0,78%
Bonifacio Miranda	PRT	8.590	0,60%
Isidora Téllez	MAP-ML	8.115	0,57%
Outros	diversos	18.514	1,30%
Votos válidos		1.420.544	100,00%

1996

Eleições parlamentares (20. 10. 1996)

	Votos*	%	Assentos**	%
AL	781.068	45,25	42	45,16
FSLN	629.939	36,49	36	38,71
CCN	63.986	3,71	4	4,30
PRONAL	36.417	2,11	3	3,23
PCN	39.153	2,27	2	2,15
PRN	27.970	1,62	1	1,08
MRS	23.554	1,36	1	1,08
AU	13.848	0,80	1	1,08
PLI	13.697	0,79	1	1,08
ANC	13.011	0,75	1	1,08
UNO-96	12.720	0,74	1	1,08
outros	70.780	4,10	0	0,00
total	1.726.143	100,00	93	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 3 candidatos presidenciais derrotados (FSLN, CCN e PCN)

Votantes inscritos	2.421.067	
Votos inválidos	113.169	
Votos válidos	1.726.143	93,85%
Participação	1.839.312	75,97%

Gallagher Index	1,91

Effective number of parties (Laakso e Taagepera)

Votos	2,92
Assentos	2,79

Eleições presidenciais 1996

	Partido	Votos	%
Arnoldo Alemán	AL	896.207	50,99%
Daniel Ortega	FSLN	664.909	37,83%
Guillermo Osorno M.	CCN	71.908	4,09%
Noel J. Vidaurre Argüello	PCN	39.983	2,27%
Benjamín Lanzas S.	PRONAL	9.265	0,53%
Outros	diversos	75.503	4,30%
Votos válidos		1.757.775	100,00%

2001

Eleições parlamentares (04. 11. 2001)

	Votos*	%	Assentos**	%
PLC	1.132.876	52,60	53	57,61
FSLN	901.254	41,84	38	41,30
PCN	105.130	4,88	1	1,09
YATAMA	11.139	0,52	0	0,00
PAMUC	3.520	0,16	0	0,00
total	2.153.919	100,00	92	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 1 ex-presidente (PLC) e 1 candidato presid. derrotado (FSLN)

Votantes inscritos		
Votos inválidos		
Votos válidos	2.153.919	
Participação		

Gallagher Index	4,48

Effective number of parties (Laakso e Taagepera)

Votos	2,20
Assentos	1,99

Eleições presidenciais 2001

	Partido	Votos	%
Enrique Bolaños Geyer	PLC	1.216.863	56,28%
Daniel Ortega	FSLN	915.417	42,34%
Alberto Saborio	PC	29.933	1,38%
Votos válidos		2.162.213	100,00%

2006

Eleições parlamentares (05. 11. 2006)

	Votos*	%	Assentos**	%
FSLN	847.565	37,90	38	41,30
ALN-PC	596.281	26,66	24	26,09
PLC	591.805	26,46	25	27,17
MRS	188.335	8,42	5	5,43
AC	12.354	0,55	0	0,00
total	2.236.340	100,00	92	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 1 ex-presidente (PLC) e 1 candidato presid. derrotado (ALN-PC)

Votantes inscritos	3.665.141	
Votos inválidos	208.000	
Votos válidos	2.237.695	91,50%
Participação	2.445.692	66,73%

Gallagher Index	3,29

Effective number of parties (Laakso e Taagepera)

Votos	3,43
Assentos	3,17

Eleições presidenciais 2006

	Partido	Votos	%
Daniel Ortega	FSLN	854.316	38,07%
Eduardo Montealegre	ALN-PC	650.879	29,00%
José Rizo	PLC	588.304	26,21%
Edmundo Jarquín	MRS	144.596	6,44%
Edén Pastora	AC	6.120	0,27%
		2.244.215	100,00%

2011

Eleições parlamentares (06. 11. 2011)

	Votos*	%	Assentos**	%
FSLN	1.583.199	60,85	63	68,48
PLI	822.023	31,59	27	29,35
PLC	167.639	6,44	2	2,17
ALN	19.658	0,76	0	0,00
APRE	9.317	0,36	0	0,00
total	2.601.836	100,00	92	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 1 ex-presidente (FSLN) e 1 candidato presidencial derrotado (PLI)

Votantes inscritos	3.665.141	
Votos inválidos	0	
Votos válidos	2.512.584	100,00%
Participação	2.512.584	68,55%

Gallagher Index	6,41

Effective number of parties (Laakso e Taagepera)

Votos	2,11
Assentos	1,80

Eleições presidenciais 2011

	Partido	Votos	%
Daniel Ortega	FSLN	1.569.287	62,46%
Fabio Gadea	PLI	778.889	31,00%
Arnoldo Alemán	PLC	148.507	5,91%
Enrique Quiñonez	ALN	10.003	0,40%
Miguel Angel Garcia	APRE	5.898	0,23%
		2.512.584	100,00%

2016

Eleições parlamentares (06. 11. 2016)

	Votos*	%	Assentos**	%
FSLN	1.593.316	65,07	71	77,17
PLC	369.342	15,08	14	15,22
PLI	162.027	6,62	2	2,17
ALN	137.541	5,62	2	2,17
PCN	106.027	4,33	1	1,09
APRE	49.329	2,01	1	1,09
YATAMA	30.901	1,26	1	1,09
total	2.448.483	100,00	92	100,00

* Departamentais e regionais

** Incluído 1 ex-presidente (FSLN) e 1 candidato pres. derrotado (PLC)

Votantes inscritos		
Votos inválidos	104.401	
Votos válidos	2.441.955	95,90%
Participação	2.546.356	

Gallagher Index	9,73

Effective number of parties (Laakso e Taagepera)

Votos	2,19
Assentos	1,61

Eleições presidenciais 2016

	Partido	Votos	%
Daniel Ortega	FSLN	1.806.651	72,44%
Maximo Rodriguez	PLC	374.898	15,03%
José del Carmen Alvarado	PLI	112.562	4,51%
Saturino Cerrato	ALN	107.392	4,31%
Erick Antonio Cabezas	PCN	57.437	2,30%
Carlos Canales	APRE	35.002	1,40%
		2.493.942	100,00%

2021

Eleições parlamentares (07. 11. 2021)

	Votos*	%	Assentos	%
FSLN	2.093.834	75,05	75	83,33
PLC	395.406	14,17	9	10,00
ALN	89.853	3,22	2	2,22
PLI	85.711	3,07	1	1,11
APRE	48.429	1,74	1	1,11
CC	46.510	1,67	1	1,11
YATAMA	30.000	1,08	1	1,11
total	2.789.743	100,00	90	100,00

* Todos votos estimados porque não foram publicados números oficiais

Votantes inscritos	4.476.601	
Votos inválidos	161.687	
Votos válidos	2.759.743	94,47%
Participação	2.921.430	65,26%

Gallagher Index	6,76

Effective number of parties (Laakso e Taagepera)

Votos	1,71
Assentos	1,42

Eleições presidenciais 2021

	Partido	Votos	%
Daniel Ortega	FSLN	2.093.834	75,87%
Walter Espinoza	PLC	395.406	14,33%
Guillermo Osorno	ALN	89.853	3,26%
Marcelo Montiel	PLI	85.711	3,11%
Gerson Gutiérrez	APRE	48.429	1,75%
Mauricio Orué	CC	46.510	1,69%
		2.759.743	100,00%

Dada a situação de que não existe nenhum documento ou nenhuma plataforma que apresente todos os dados eleitorais referidos neste trabalho, foi necessário procurar fontes da mais diversa natureza para encontrar pelo menos uma grande parte dos resultados das eleições presidenciais e parlamentares entre 1984 e 2021. Muitos dados nunca foram publicados pelo Conselho Supremo Eleitoral, outros foram publicados no momento, mas apagados depois, alguns podiam ser reconstruídos, outros estimados através de dados comparáveis. Os resultados das eleições de 1984 e de 1990 são os únicos realmente confiáveis. Em 2006, o escrutínio da votação nunca foi concluído. Todas as eleições seguintes foram manipuladas em diferentes dimensões. Os resultados das eleições a partir de 2011 são cada vez menos confiáveis. Os cálculos e a interpretação dos dados encontrados são completamente feitos pelo autor deste trabalho. Os dados aqui apresentados e calculados foram encontrados nas seguintes fontes:

Carter Center (1990, 1997, 2007; 2002)

Close, David (2016)

Gallagher, Michael (1991)

Laakso, Markku e Taagepera, Rein (1979)

LASA (1984)

LASA (1990)

Martí i Puig, Salvador e Close, David (2009)

Nohlen, Dieter (2005)

<https://www.electionguide.org/elections/id/2027/>

<https://www.electionguide.org/elections/id/1610/>

<https://web.archive.org/web/20111118233105/http://www.cse.gob.ni/md5/res1dipparl.php>

<https://www.electionguide.org/elections/id/2212/>

<https://www.electionguide.org/elections/id/2666/>

https://es.wikipedia.org/wiki/Elecciones_generales_de_Nicaragua_de_2016

https://data.ipu.org/node/123/elections?chamber_id=13475&election_id=27918

<https://web.archive.org/web/20161114025014/http://www.cse.gob.ni/fri3/respres1.php>

<https://www.electionguide.org/elections/id/2665/>

<https://www.electionguide.org/elections/id/3644/>

https://data.ipu.org/node/123/elections/election-results?chamber_id=13475&election_id=77014

<https://www.electionguide.org/elections/id/3643/>

(Todos os downloads feitos a 09.04.2024)

10.2 Fotos importantes

O triunfo - 20 de julho de 1979 em Manágua



Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional

Prestação de juramento a 20 de julho de 1979

(e a sua situação em setembro de 2024)



Sergio Ramírez (expatriado); Daniel Ortega (presidente); Violeta Barrios de Chamorro (no exílio); Alfonso Robelo (no exílio); Moisés Hassan (expatriado).

Os 9 Comandantes de la Revolución da FSLN (e a sua situação em setembro de 2024)



Em pé: René Núñez (†); Luis Carrión (expatriado); Bayardo Arce (prisão domiciliária *de facto*); Jaime Wheelock (não aparece publicamente); Henry Ruiz (prisão domiciliária *de facto*); Humberto Ortega (†, morto na prisão domiciliária); sentados: Tomás Borge (†); Daniel Ortega (presidente de Nicarágua); Victor Tirado (doente).

O pacto Ortega – Alemán (1999)



Sentados: Arnoldo Alemán e Daniel Ortega; em pé: outros dirigentes da PLC e da FSLN, foto publicada nos diários *El Nuevo Diario* e *La Prensa* em 1999, depois de 30 encontros secretos entre as cúpulas dos dois partidos.

Manifestação do 30 de maio de 2018 em Manágua



10.3 Dados biográficos

Nome: Karl Matthias Schindler

Nascimento: 11 de julho de 1952

Nacionalidade: Alemã

Morada: Hamburgo, Alemanha (1952 – 2017)
Lisboa (2017 – ...)

Status: Reformado

Formação: Trabalhador Mecânico
Técnico de Construção de Máquinas
Licenciado em Ciências Políticas (BA), Universidade de Hamburgo

Línguas: Alemão, Inglês, Espanhol, Português

Empenhamento: Ativista da solidariedade com a Nicarágua (a partir de 1979)
Dirigente do sindicato IG Metall em Hamburgo (1984 – 2013)

Hobbies: Dançar salsa cubana
Tocar piano
Cozinhar
Jardinagem
Desporto

Bibliografía

- Aguilar Antunes, A., De Gori, E., & Villacorta, C. E. (Eds.). (2018). *Nicaragua en Crisis: Entre la Revolución y la Sublevación*. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. <https://www.clacso.org/nicaragua-en-crisis-entre-la-revolucion-y-la-sublevacion/>
- Aguirre, E. (2002). *Con sangre de hermanos* (1500th ed.). anamá.
- AI. (2018a, May 29). *Disparar a matar: Estrategias de represión de la protesta en Nicaragua* (Amnesty International, Ed.). <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR4384702018SPANISH.PDF>
- AI. (2018b, October 18). *Sembrando el terror: De la letalidad a la persecución en Nicaragua* (Amnesty International, Ed.). <https://www.amnesty.org/es/documents/amr43/9213/2018/es/>
- AI. (2021a, 11). *Nicaragua: Cinco razones por que las elecciones no garantizan los derechos humanos* (Amnesty International, Ed.). <https://www.amnesty.org/es/documents/amr43/4945/2021/es/>
- AI. (2021b). *Silencio a cualquier costo: Tácticas del Estado para profundizar la represión en Nicaragua* (Amnesty International, Ed.). <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR4333982021SPANISH.PDF>
- Albert, M. T. (1983). Die Alphabetisierungskampagne als Prozeß der Bewußtwerdung. In J. Zimmer (Ed.), *Pädagogik der Befreiung: Lernen in Nicaragua* (1. Aufl, p. 238). Kösel-Verlag.
- Aldana, A. (2024). Nicaragua, del vuelo a la libertad al aterrizaje del destierro. *publico.es*. <https://www.publico.es/internacional/nicaragua-vuelo-libertad-aterrizaje-destierro.html/amp>

- Alemán, L. (2018). El impactante discurso de Lester Alemán, el estudiante que encaró a Daniel Ortega. *El Universo en YouTube*. <https://www.youtube.com/watch?v=9NXcz-ItgWI>
- Álvarez, G., & Vintró, J. (2009). Evolución Constitucional y Cambios Constitucionales en Nicaragua (1987-2007). In D. Close & S. Martí i Puig (Eds.), *Nicaragua y el FSLN, 1979-2009: ¿Qué queda de la revolución?* Edicions Bellaterra.
- Amerise, A. (2023, February 10). “No he defraudado a la joven guerrillera que fui”: Entrevista con la mítica guerrillera nicaragüense Dora María Téllez liberada tras 20 meses en prisión. *BBC News Mundo*. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64605935>
- Anderson, L. (2010). *Social capital in developing democracies: Nicaragua and Argentina compared*. Cambridge University Press.
- Anderson, L., & Dodd, L. (2005). *Learning democracy: Citizen engagement and electoral choice in Nicaragua, 1990-2001*. University of Chicago Press.
- Anderson, L., Dodd, L., & Park, W. (2017). Electoral competition and democratic decline in Nicaragua: Uncovering an electorally viable platform for the right. *Democratization*, 24(6), 970–986. <https://doi.org/10.1080/13510347.2016.1256284>
- Anderson, L. E., Dodd, L. C., & Park, W. (2021). Aquiescencia y resistencia: El régimen de Ortega en Nicaragua. *América Latina Hoy*, 87, 1–20. <https://doi.org/10.14201/alh.20295>
- Anderson, L. E., & Park, W.-H. (2016). International Contributions to Nicaraguan Democracy: The Role of Foreign Municipal Donations for Social Development. *Foreign Policy Analysis*, 276–297. <https://doi.org/10.1093/fpa/orw047>
- Anderson, P. (2015). *American foreign policy and its thinkers*. Verso.
- Arnone, R. F. (1994). *Education as contested terrain: Nicaragua, 1979-1993*. Westview Press.

- Arrien, J. (1983). Erste Schritte zur Transformation des Bildungswesens. In J. Zimmer (Ed.), *Pädagogik der Befreiung: Lernen in Nicaragua* (1. Aufl, p. 238). Kösel-Verlag.
- Asamblea Nacional. (1987a). Constitución Política 1987. *La Gaceta*, XCI(5), 33–64.
- Asamblea Nacional. (1987b). Estatuto de Autonomia de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua, Ley 28. *La Gaceta*, XCI(238), 33–64.
- Asamblea Nacional. (1994). Código de la Organización, Jurisdicción y Previsión Social Militar", Ley 181. *La Gaceta*, XCVII(165), 2977–2992.
- Asamblea Nacional. (1995a). Ley de Reforma Parcial a la Constitución Política de la República de Nicaragua, Ley 192. *La Gaceta*, XCVIII(124), 2405–2423.
- Asamblea Nacional. (1995b). Ley Electoral, Ley 211. *La Gaceta*, XCIX(6), 1109–1113.
- Asamblea Nacional. (2000a). Ley de Reforma Parcial de la Constitución de la Constitución Política de la República de Nicaragua, Ley 330. *La Gaceta*, CIV(13), 289–294.
- Asamblea Nacional. (2000b). Ley Electoral, Ley 331. *La Gaceta*, CIV(16), 361–388.
- Asamblea Nacional. (2005). Ley de Reforma Parcial de la Constitución Política de la República de Nicaragua, Ley 520. *La Gaceta*, CIX(35), 1242–1244.
- Asamblea Nacional. (2007a). Decreto Creación de los Consejos y Gabinetes del Poder Ciudadano, Decreto Ejecutivo 112-2007. *La Gaceta*, CXI(230), 7800–7802.
- Asamblea Nacional. (2007b). Decreto Creador del Consejo Nacional del Poder Ciudadano para la Protección y Conservación de el Güegüense, Decreto Ejecutivo 103-2007. *La Gaceta*, CXI(230), 7800.
- Asamblea Nacional. (2007c). Reformas y Adiciones al Decreto No. 71-98, Reglamento de la Ley No. 290, Ley de Organización, Competencia y Procedimientos del Poder Ejecutivo y su Reforma Decreto No. 25-2006, Decreto Ejecutivo No. 3-2007. *La Gaceta*, CXI(7), 246–248.

Asamblea Nacional. (2013a). Acuerdo Marco de Concesión e Implementación con Relación a el Canal de Nicaragua y Proyectos de Desarrollo. *La Gaceta*, CXVII(111), 4985–5023.

Asamblea Nacional. (2013b). Ley Especial para el Desarrollo de Infraestructura y transporte Nicaragüense, Atingente a El Canal, Zonas de Libre Comercio e Infraestructuras Asociadas , Ley 840. *La Gaceta*, CXVII(110), 4972–4983.

Asamblea Nacional. (2014a). Ley de Organización, Funciones, Carrera y Régimen Especial de Seguridad Social de la Policía Nacional, Ley 872. *La Gaceta*, CXVIII(125), 5531–5554.

Asamblea Nacional. (2014b). Ley de Reforma Parcial a la Constitución Política de la República de Nicaragua, Ley 854. *La Gaceta*, CXVIII(26), 1034–1047.

Asamblea Nacional. (2014c). Ley de Reformas y Adiciones a la Ley No.181, “Codigo de la Organización, Jurisdicción y Previsión Social Militar”, Ley 855. *La Gaceta*, CXVIII(27), 1062–1076.

Asamblea Nacional. (2019). Ley de Amnistía, Ley 996. *La Gaceta*, CXXIII(108), 5069.

Asamblea Nacional. (2020a). Ley de Defensa de los Derechos del Pueblo a la Independencia, la Soberanía y la Autodeterminación para la Paz, Ley 1055. *La Gaceta*, CXXIV(237), 11859.

Asamblea Nacional. (2020b). Ley de Regulación de Agentes Extranjeros, Ley 1040. *La Gaceta*, CXXIV(192), 8822–8826.

Asamblea Nacional. (2020c). Ley Especial de Ciberdelitos, Ley 1042. *La Gaceta*, CXXIV(201), 9319–9326.

Asamblea Nacional. (2021). Ley de Reforma al Artículo 37 de la Constitución Política de la República de Nicaragua, Ley No. 1057. *La Gaceta*, CXXV(12), 414.

Asamblea Nacional. (2024a). Ley de Reforma a la Ley No. 641, Código Penal, Ley 1216. *La Gaceta*, CXXVIII(166), 8732–8743.

- Asamblea Nacional. (2024b). Ley de Reforma a la Ley No. 800, Ley del Régimen Jurídico de El Gran Canal Interoceánico de Nicaragua y de Creación de la Autoridad de El Gran Canal Interoceánico de Nicaragua, Ley 1203. *La Gaceta*, CXXVIII(82), 4215.
- Asamblea Nacional. (2024c). Ley de Reforma Parcial de la Constitución Política de la República de Nicaragua (Primera Discusión). *La Gaceta*, CXXVIII(218), 12218–12284.
- Asamblea Nacional. (2024d). Ley de Reformas y Adiciones a la Ley N°. 1115, Ley General de Regulación y Control de Organismos sin Fines de Lucro; Lei N°. 1040, Ley de Regulación de Agentes Extranjeros; y de Reformas y Derogaciones a la Ley N°. 822, Ley de Concertación Tributaria, Ley 1212. *La Gaceta*, CXXVIII(155), 8176–8177.
- Ayerdis, M. (2018). Tópicos, manipulaciones e impunidad en el discurso justificador del fallido golpe de estado del 18 de abril en Nicaragua. In A. Aguilar Antunes, E. De Gori, & C. E. Villacorta (Eds.), *Nicaragua en Crisis, Entre la Revolución y la Sublevación*. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. <https://www.clacso.org/nicaragua-en-crisis-entre-la-revolucion-y-la-sublevacion/>
- Báez, S. J. (2023). Irracional y desenfrenado el odio ... Contra monseñor Rolando Álvarez. *CENIDH*. <https://www.cenidh.org/noticias/1264/>
- Baltodano, M. (n.d.). *Memorias de la lucha sandinista*. Memorias de la lucha sandinista. Retrieved December 14, 2022, from <https://memoriasdelaluchasandinista.org/>
- Baltodano, M. (2006). ¿Por qué nos sumamos al Movimiento por el Rescate del Sandinismo? *Envío*, 289. <https://www.revistaenvio.org/articulo/3231>
- Baltodano, M. (2010a). *Memorias de la lucha sandinista, Tomo I: De la forja de la vanguardia a la montaña* (1. ed, Vol. 1). Instituto de Historia de Nicaragua y Centroamérica de la Universidad Centroamericana, IHNCA-UCA.

- Baltodano, M. (2010b). *Memorias de la lucha sandinista, Tomo II: El crisol de las insurrecciones: Las Segovias, Managua y León* (1a ed, Vol. 2). Instituto de Historia de Nicaragua y Centroamérica de la Universidad Centroamericana, IHNCA-UCA.
- Baltodano, M. (2010c). *Memorias de la lucha sandinista, Tomo III: El camino a la unidad y al triunfo: Chinandega, Frente Sur, Masaya y la toma del Búnker* (1a ed, Vol. 3). Instituto de Historia de Nicaragua y Centroamérica de la Universidad Centroamericana, IHNCA-UCA.
- Baltodano, M. (2023). “Somos miles de sandinistas que estamos en contra de la dictadura Orteguista.” *ContrahegemoniaWeb*.
<https://contrahegemoniaweb.com.ar/2023/05/07/somos-miles-de-sandinistas-que-estamos-en-contra-de-la-dictadura-orteguista/>
- Banco Mundial. (2024). *GDP per capita (current US\$)—Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicaragua, El Salvador*.
<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CR-GT-HN-NI-SV>
- Barbosa Miranda, F. (2007). *Historia Militar—Síntesis de la historia militar de Nicaragua* (Centro de Historia Militar - Ejército de Nicaragua, Ed.). Ejército de Nicaragua.
https://www.ejercito.mil.ni/contenido/ejercito/historia/docs/historia_militar.pdf
- Bastien, O. (2018). *Raíces de la crisis: Nicaragua 2018*.
- Baumeister, E. (1991). Agrarian Reform. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua* (pp. 229–245). Westview Press.
- BBC. (2023, February 10). 4 claves para entender la “sorpresa” liberación y envío a EE.UU. de 222 opositores nicaragüenses. *BBC News Mundo*.
<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-64591782>

- BCN. (2009). *50 Años de Estadísticas Macroeconómicas (1960—2009)*.
https://www.bcn.gob.ni/sites/default/files/documentos/informe_50_anios.pdf
- BCN. (2023). *Exportaciones FOB: principales productos* (Banco Central de Nicaragua, Ed.).
<https://www.bcn.gob.ni/estadisticas/exportaciones>
- BCN. (2024a). Anuario de Estadísticas Macroeconómicas 2023—Macroeconomic Statistics Yearbook 2023. <https://www.bcn.gob.ni/publicaciones/>.
<https://www.bcn.gob.ni/publicaciones/anuario-de-estadisticas-macroeconomicas-2023-macroeconomic-statistics-yearbook-2023>
- BCN. (2024b). Remesas. <https://www.bcn.gob.ni/>. <https://www.bcn.gob.ni/remesas>
- Belli, G. (2002). *El país bajo mi piel: Memorias de amor y guerra* (4. ed). Plaza & Janés.
- Bendaña, A. (1991). *Una tragedia campesina*. Editora de Arte.
- Bendaña, A. (2007). *Sandino: Mística, libertad y socialismo*. Centro de Estudios Internacionales.
- Bendaña, A. (2016). *Sandino: Patria y libertad* (Primera edición). Anamá Ediciones.
- Benjamin, W. (2022). Repressive New Laws in Nicaragua Reveal Ortega’s Growing Insecurity. *World Politics Review*. <https://www.worldpoliticsreview.com/repressive-new-laws-in-nicaragua-reveal-ortega-s-growing-insecurity/>
- Bernhard, M., Fernandes, T., & Branco, R. (2017). Introduction: Civil society and democracy in an era of inequality. *Comparative Politics*, 49(3), 297–309.
- Berryman, P. (1984). *The religious roots of rebellion: Christians in Central American revolutions*. Orbis Books.
- Blandón, J. M. (2013). *Carlos Fonseca, sacrificado: ¿quiénes le enviaron a la muerte?* Segovia Ediciones Latinoamericanas.
- Bolaños Geyer, E. (Ed.). (n.d.). *Lista histórica de los Magistrados de la Corte Suprema de Justicia de Nicaragua (1913-2008)*. Retrieved October 21, 2023, from

https://www.enriquebolanos.org/media/publicacion/Lista_historica_Magistrados_CSJ.pdf

- Booth, J. A. (1985a). *The end and the beginning: The Nicaraguan revolution* (2nd ed., rev.updated). Westview Press.
- Booth, J. A. (1985b). The National Government System. In T. W. Walker (Ed.), *Nicaragua: The First Five Years*. Praeger.
- Booth, J. A. (1986). War and the Nicaraguan Revolution. *Current History*, 85(515), 405–434.
- Booth, J. A., Wade, C. J., & Walker, T. W. (2006). *Understanding Central America: Global forces, rebellion, and change* (4th ed). Westview Press.
- Borge, T. (1985). El Nuestro es un Proyecto enredado. *Pensamiento Propio*, III(24), 7–15.
- Bothmann, A. (2015). *Transitional Justice in Nicaragua 1990–2012: Drawing a Line Under the Past*. Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH.
- Bouchey, F., Fontaine, R., Jordan, D. C., & Summer, G. (1980). *A New Inter-American Policy for the Eighties—By the Committee of Santa Fe* (Committee of Santa Fe & L. Tambs, Eds.). Council for Inter-American Security.
- Branco, R. (2020). Estado-providência e democracia igualitária: Portugal e a Europa do sul. In R. Branco & T. Fernandes (Eds.), *45 anos de democracia em Portugal*. Assembleia da República.
- Brown, C. M. (2023). *Failed Democracies in Latin America and the Caribbean: Democratic Purgatory and the Viability of Consolidated Democratic Regimes*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-38481-3>
- Buben, R., & Kouba, K. (2020). Nicaragua in 2019: The Surprising Resilience of Authoritarianism in the Aftermath of Regime Crisis. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, 40(2), 431–455. <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2020005000114>

- Burbach, R. (1986). El imperialismo norteamericano y las nuevas sociedades revolucionarias. In J. L. Coraggio, C. D. Deere, PACCA (Organization), & CRIES (Organización) (Eds.), *La Transición difícil: La autodeterminación de los pequeños países periféricos*. Editorial Vanguardia.
- Cabezas, O. (1988). Organícense como quieran y para lo que quieran, entrevista de Mariuca Lomba. *Pensamiento Próprio*, 52, 45–48.
- Cajina, R. (2017). La Policía se ha desnaturalizado: Es un satélite del régimen. *Envío*, 421. <https://www.revistaenvio.org/articulo/5323>
- Cajina, R. (2018). Ejército de Nicaragua: ¿espectador o cómplice? *Envío*, 440. <https://www.revistaenvio.org/articulo/5552>
- Calero, C., & Albin, D. (2023). La izquierda española, de la solidaridad con la Nicaragua sandinista al desencanto. *Público*. <https://www.publico.es/internacional/izquierda-espanola-solidaridad-nicaragua-sandinista-desencanto.html>
- Calero Portocarrero, A. (2010). *Crónicas de un contra*. Esquipulas Zona Editorial.
- Campos Hernández, F. (2023). *Nicaragua 1979: Revolución y negociación*. Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe. <https://doi.org/10.22201/cialc.9786073082860p.2023>
- Caracas, M. (2018). La estudiante Madeleine Caracas lee la lista de los muertos de la represión (diálogo nacional, 16 de mayo de 2018). *Confidencial en YouTube*. <https://www.youtube.com/watch?v=2SezqHJibao>
- Cardenal, E. (2004). *La revolución perdida*. Anamá Ediciones Centroamericanos.
- Cardenal, F. (2009). *Junto a mi pueblo, con su revolución: Memorias*. Trotta.
- Carrión Cruz, L. (2011). Testimonio de Luis Carrión sobre el asalto de la Seguridad del Estado en La Penca. *nicarahuano en YouTube*. <https://www.youtube.com/watch?v=SdcAYfg59Ks>

- Carrión Cruz, L. (2019). 40 Años de la Revolución Nicaragüense. ¿Pudo haber sido de otra manera? *Envío*, No. 448. <https://www.revistaenvio.org/articulo/5650>
- Carter Center. (1990). *Observing Nicaragua's Elections, 1989-1990*. Carter Center. <https://www.cartercenter.org/documents/1153.pdf>
- Carter Center. (1997). *The Observation of the 1996 Nicaragua Elections—A Report of the Council of Freely Elected Heads of Government*. Carter Center. <https://www.cartercenter.org/documents/electionreports/democracy/FinalReportNicaragua1996.pdf>
- Carter Center. (2002). *Waging Peace—Fighting Disease—Building Hope: Observando las elecciones nicaraguenses de 2001*. Carter Center. <https://www.cartercenter.org/documents/1028.pdf>
- Carter Center. (2007). *Observing the 2006 Nicaragua Elections*. Carter Center. <https://www.cartercenter.org/documents/1028.pdf>
- Castro, P. (2007). El caudillismo en América Latina, ayer y hoy. *Política y cultura*, 27, 9–29.
- CENIDH. (2020, June). *623 Días de Represión y Resistencia: Situación de los Derechos Humanos en Nicaragua 18 abril 2018—31 diciembre 2019*. CENIDH. https://www.cenidh.org/media/documents/docfile/Informe_2018-2019_v.final.pdf
- CENIDH. (2021, Diciembre). *Seguimos Luchando por los Derechos Humanos—CENIDH 2021*. CENIDH. https://www.cenidh.org/media/documents/docfile/INFORME_ANUAL_2021.pdf
- César, A. (2015). *Democracia pendiente: Nicaragua 1979-2014* (Primera edición). Alfredo César.
- Chamorro Barrios, C. F. (2020). Nicaragua: Antes y después de la Rebelión de Abril. In A. Cortés Ramos, U. López Baltodano, & L. Moncada Bellorin (Eds.), *Anhelos de un nuevo horizonte: Aportes para una Nicaragua democrática*. FLACSO Costa Rica.

- Chamorro, C. F. (2014). La Revolución, 35 años después. *Confidencial*.
<https://archivo.confidencial.com.ni/articulo/16632/la-revolucion-35-anos-despues>
- Chamorro, C. F. (2024a). El impacto de la muerte de Humberto Ortega en el Ejército: “No hay cohesión.” *Confidencial*. <https://confidencial.digital/politica/el-impacto-de-la-muerte-de-humberto-ortega-en-el-ejercito-no-hay-cohesion/>
- Chamorro, C. F. (2024b). La última proclama de Humberto Ortega: “Soy un prisionero político.” *Confidencial*. <https://confidencial.digital/politica/humberto-ortega-en-su-ultimo-audio-soy-prisionero-politico/>
- Chávez, S. (2024). La bella y la dictadura. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/opinion/la-bella-y-la-dictadura/>
- Chuchryk, P. (1991). Women in the Revolution. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- CIDH. (1984). *Informe sobre la situación de los derechos humanos de un sector de la población nicaragüense de origen miskito* (Comisión Interamericana de Derechos Humanos & Secretaría General de la OEA, Eds.).
<https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/273.asp>
- CIERA. (1984). *La Democracia Participativa en Nicaragua*. Centro de Investigaciones y Estudios de la Reforma Agraria (CIERA).
- CINCO. (2011). *Nicaragua: Elecciones 2011* (Observatorio Nacional de Gobernabilidad - Centro de Investigaciones de la Comunicación, Ed.).
<https://cinconicaragua.org/archive/386.pdf>
- Close, D. (1999). *Nicaragua: The Chamorro Years*. Lynne Rienner Publishers.
- Close, D. (2009). La otra cara de la política nicaragüense: Los anti-sandinistas. In D. Close & S. Martí i Puig (Eds.), *Nicaragua y el FSLN, 1979-2009: ¿Qué queda de la revolución?* Edicions Bellaterra.

- Close, D. (2016). *Nicaragua: Navigating the Politics of Democracy*. Lynne Rienner Publishers.
- Close, D., & Deonandan, K. (Eds.). (2004). *Undoing democracy: The politics of electoral caudillismo*. Lexington Books.
- Close, D., & Martí i Puig, S. (Eds.). (2009). *Nicaragua y el FSLN, 1979-2009: ¿Qué queda de la revolución?* Edicions Bellaterra.
- Close, D., Martí i Puig, S., & McConnell, S. (Eds.). (2011). *The Sandinistas and Nicaragua since 1979*. Lynne Rienner Publishers Boulder, CO.
- Coleman, K. M., & Herring, G. C. (Eds.). (1985). *The Central American crisis: Sources of conflict and the failure of U.S. policy*. Scholarly Resources.
- Confidencial. (2017). Los anillos del poder y los operadores de Ortega y Murillo. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/principal/los-anillos-del-poder-y-los-operadores-de-ortega-y-murillo/>
- Confidencial. (2021a). CID-Gallup: Candidato opositor barrería a Ortega el 7 de noviembre: 65% vs. 19%. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/principal/cid-gallup-candidato-opositor-barrera-a-ortega-el-7-de-noviembre-65-vs-19/>
- Confidencial. (2021b). Con 1400 observadores Urnas Abiertas confirma proyección de abstencionismo: 81.5%. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/politica/con-1400-observadores-urnas-abiertas-confirma-proyeccion-de-abstencionismo-81-5/>
- Confidencial. (2021c). Urnas Abiertas estima 81.5% de abstención en votaciones. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/politica/urnas-abiertas-estima-81-5-de-abstencion-en-votaciones/>
- Confidencial. (2022a). Lo que revela la base de datos empotrada del CSE sobre las elecciones de 2021 en Nicaragua. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/politica/lo-que-revela-la-base-de-datos-empotrada-del-cse-sobre-las-elecciones-de-2021-en-nicaragua/>

Confidencial. (2022b). Voté cinco veces por el FSLN en las elecciones de 2021. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/principal/vote-cinco-veces-por-el-fsln-en-las-elecciones-de-2021/>

Confidencial. (2023a). Cierre de UCA, UDO y UENIC dejó sin empleo a más de 1200 docentes y administrativos. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/nacion/cierre-de-tres-universidades-dejo-sin-empleo-a-mas-de-1200-docentes-y-administrativos/>

Confidencial. (2023b). La UCA confirma su confiscación y suspende todas sus actividades académicas y administrativas. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/nacion/daniel-ortega-ordena-confiscacion-de-la-universidad-centroamericana/>

Confidencial. (2024a). Daniel Ortega “inventa” una “copresidencia” para su esposa Rosario Murillo. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/politica/daniel-ortega-inventa-una-copresidencia-para-su-esposa-rosario-murillo/>

Confidencial. (2024b). El exjefe del Ejército que murió como preso político de su hermano dictador. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/politica/perfil-humberto-ortega-murio-como-reo-politico-de-su-hermano-dictador/>

Confidencial. (2024c). Excarcelan a 135 presos políticos y los destierran a Guatemala. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/nacion/dictadura-excarcela-a-135-presos-politicos-y-los-destierra-a-guatemala/>

Confidencial. (2024d). General Humberto Ortega bajo el régimen de “casa por cárcel de facto.” *Confidencial*. <https://confidencial.digital/politica/policias-cercan-la-casa-de-humberto-ortega-y-lo-despojan-de-computadoras-y-celulares/>

Confidencial. (2024e). Humberto Ortega fue enterrado en ceremonia privada por sus hijos. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/nacion/fallece-humberto-ortega-exjefe-del-ejercito-de-nicaragua/>

- Confidencial. (2024f). Ocho militantes FSLN acusados de robo por la Fiscalía orteguista. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/nacion/ocho-militantes-fsln-acusados-de-robo-por-la-fiscalia-orteguista/>
- Confidencial. (2024g). Remesas familiares a Nicaragua crecen un 11.9% en el primer semestre de 2024. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/economia/remesas-familiares-a-nicaragua-crecen-un-11-9-en-el-primer-semester-de-2024/>
- Coppedge, M., Gerring, J., Altman, D., Bernhard, M., Fish, S., Hicken, A., Kroenig, M., Lindberg, S. I., McMan, K., Paxton, P., Semetko, H. A., Skaaning, S.-E., Staton, J., & Teorell, J. (2011). Conceptualizing and Measuring Democracy: A New Approach. *Perspectives on Politics*, 9(2), 247–267. <https://doi.org/10.1017/S1537592711000880>
- Coraggio, J. L. (n.d.). *ECONOMÍA Y POLÍTICA EN LA TRANSICIÓN. REFLEXIONES SOBRE LA REVOLUCIÓN SANDINISTA*. Retrieved August 8, 2023, from https://coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/ECONOMIA_Y_POLITICA_EN_LA_TRANSICION.pdf
- Coraggio, J. L., Deere, C. D., PACCA (Organization), & CRIES (Organización) (Eds.). (1986). *La Transición difícil: La autodeterminación de los pequeños países periféricos*. Editorial Vanguardia.
- Coraggio, J. L., & Irvin, G. (1985). Revolution and Democracy in Nicaragua. *Latin American Perspectives*, 12(2), 23–38. <https://doi.org/10.1177/0094582X8501200202>
- Coronel Kautz, R. (2005). Política y ética en Nicaragua. *El Nuevo Diario*. <http://www.elnuevodiario.com.ni/2005/09/23/opinion/1743>
- Cortés Ramos, A., López Baltodano, U., & Moncada Bellorin, L. (Eds.). (2020). *Anhelos de un nuevo horizonte: Aportes para una Nicaragua democrática*. FLACSO Costa Rica.
- Cruz, A. J. (2010). *Crónica de un disidente*. Lea Grupo Editorial.

- CSE. (2006, November 11). *Resultados de las Elecciones de 2006* (Consejo Supremo Electoral, Ed.).
https://web.archive.org/web/20080321100634/http://www.elecciones2006.net.ni/escrutinio/general_dd.html
- CSE. (2011, November 11). *Resultados de las Elecciones de 2011* (Consejo Supremo Electoral, Ed.).
<https://web.archive.org/web/20111118233105/http://www.cse.gob.ni/md5/res1dipparl.php>
- CSJ. (2009). *Sentencia* No. 504.
https://www.poderjudicial.gob.ni/pjupload/rp/pdf/sentencia_5_cjs_en.pdf
- CSJ. (2024). Nota de Prensa. *Poder Judicial*.
https://www.poderjudicial.gob.ni/prensa/notas_prensa_detalle.asp?id_noticia=12812
- CST. (1980). *El papel de los sindicatos en la revolución*.
- Cuadra Lira, E. (2021). La represión institucionalizada: Un sistema de despositivos letales. In E. Jarquín Calderón (Ed.), *Nicaragua, el cambio azul y blanco: Dejando atrás el régimen de Ortega*. Fundación para la Paz y la Democracia.
- Dahl, R. (1971). *Polyarchy: Participation and Opposition* (M. Schmidt, Ed.). (2010). *Demokratietheorien: Eine Einführung*. VS Verlag.
- Della Porta, D. (2008). Comparative analysis: Case-oriented versus variable-oriented research. In M. Keating & D. Della Porta (Eds.), *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective* (pp. 198–347). Cambridge University Press.
- Deutsche Welle. (2024). Nicaragua: La dinastía de los Ortega. *dw.com*.
<https://www.dw.com/es/nicaragua-la-dinast%C3%ADa-de-los-ortega/a-69167197>
- Dickey, C. (1985). *With the Contras: A reporter in the wilds of Nicaragua*. Simon and Schuster.

- Duarte Curbelo, F. (2013). *Guerreros del alma: Lo que no sabes de los cachorros de Sandino* (1a ed).
- Dye, D., & McConnell, S. (2002). *Observando las elecciones nicaraguenses de 2001* (Carter Center, Ed.). Carter Center. <https://www.cartercenter.org/documents/1028.pdf>
- Dye, D., Spence, J., & Vickers, G. (2000). *Patchwork Democracy: Nicaraguan Politics Ten Years After The Fall*. Hemisphere Initiatives.
- Edelman, M. (1988). Soviet-Nicaraguan Relations and the Contra War. *International Journal on World Peace*, 45–67.
- Enríquez, L. J. (1997). *Agrarian reform and class consciousness in Nicaragua*. Univ. Press of Florida.
- Equipo Envío. (1984). Estrategia de simetría: Negociaciones y diálogo en El Salvador y Nicaragua. *Envío*, 36. <https://www.envio.org.ni/articulo/425>
- Equipo Envío. (1986). Un paso más: Los cabildos abiertos. *Envío*, 62. <https://www.envio.org.ni/articulo/495>
- Equipo Envío. (1987a). El expediente de Nicaragua en Derechos Humanos. *Envío*, 76. <https://www.envio.org.ni/articulo/535>
- Equipo Envío. (1987b). La Contra por dentro: Habla un jefe desalzado. *Envío*, 76. <https://www.envio.org.ni/articulo/536>
- Equipo Envío. (1987c). Los contras: Una derrota anunciada. *Envío*, 68. <https://www.envio.org.ni/articulo/511>
- Equipo Envío. (1988). Nicaragua: La Reforma Monetaria: ¿inicio de una insurrección económica? *Envío*, 82. <https://www.envio.org.ni/articulo/558>
- Equipo Envío. (1990). Qué hacer? Hacia el congreso del FSLN. *Envío*, 105. <https://www.revistaenvio.org/articulo/636>

- Equipo Envío. (1996a). How Nicaraguans Voted. *Envío*, 185.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/1990>
- Equipo Envío. (1996b). Nicaragua: Las elecciones en sus laberintos. *Envío*, 168.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/195>
- Equipo Envío. (2005). Las manos que mecen las cosas. *Envío*, 284.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/3079>
- Equipo Envío. (2006a). Así está el escenario al iniciarse la campaña electoral. *Envío*, 293.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/3331>
- Equipo Envío. (2006b). Daniel Ortega Presidente: Del poder “desde abajo” al gobierno. *Envío*, 296. <https://www.revistaenvio.org/articulo/3418>
- Equipo Envío. (2006c). La clave: Una derecha dividida política y socialmente. *Envío*, 296.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/3419>
- Equipo Envío. (2008a). El CAFTA-DR, el ALBA y la Trinidad del Desarrollo Sostenible. *Envío*, 321. <https://www.revistaenvio.org/articulo/3903>
- Equipo Envío. (2008b). Elecciones municipales: Una crisis anunciada—Perdió Nicaragua. *Envío*, 320. <https://www.revistaenvio.org/articulo/3890>
- Equipo Envío. (2011). Elecciones 2011: Perdió Nicaragua. *Envío*, 356.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/4442>
- Equipo Envío. (2013). Crónica de una reforma anunciada. *Envío*, 381.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/4774>
- Equipo Envío. (2014). Ejército: El último paso. *Envío*, 382.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/4790>
- Erisman, M. (1985). *Cuba's international relations: The anatomy of a nationalistic foreign policy*. Westview Press.

- Exiliados de Nicaragua. (2024). Declaración: Al pueblo de Nicaragua y a la comunidad internacional—Autogolpe de Estado y extinción del Estado Democrático y Social de Derecho en Nicaragua. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/reporte-ciudadano/exiliados-denuncian-un-autogolpe-de-estado-de-ortega-y-murillo/>
- Farrell, D. M., & Scully, R. (2003). Electoral reform and the British MEP. *The Journal of Legislative Studies*, 9(1), 14–36.
- Fernandes, T. (2015). Rethinking pathways to democracy: Civil society in Portugal and Spain, 1960s–2000s. *Democratization*, 22(6), 1074–1104.
- Fernandes, T., & Branco, R. (2017). Long-term effects: Social revolution and civil society in Portugal, 1974–2010. *Comparative Politics*, 49(3), 411–431.
- Ferrero Blanco, M. D. (2010). *La Nicaragua de los Somoza: 1936-1979*. Universidad de Huelva.
- Ferrero Blanco, M. D. (2015). El diseño de las instituciones en el Estado Sandinista (1979-1982): La revolución como fuente de derecho. *Revista de Indias*, 75(265), 805–850. <https://doi.org/10.3989/revindias.2015.025>
- Ferrero Blanco, M. D. (2018). *De un lado y del otro: Mujeres contras y sandinistas en la Revolución Nicaragüense (1979-1990)*. Editorial Comares.
- FIDH. (2021, 11). *Laws against “foreign agents”: The multi-functional tool of authoritarian regimes* (International Federation for Human Rights, Ed.). <https://www.fidh.org/en/issues/business-human-rights-environment/laws-against-foreign-agents-the-multi-functional-tool-of>
- Fishman, R. M. (2011). Democratic Practice after the Revolution: The Case of Portugal and Beyond. *Politics & Society*, 39(2), 233–267. <https://doi.org/10.1177/0032329211405439>

- Fishman, R. M. (2019). *Democratic practice: Origins of the Iberian divide in political inclusion*. Oxford University Press.
- Flores, C. (2024). Carlos Fonseca Terán bajo “casa por cárcel” e incomunicado por orden de la dictadura—La Mesa Redonda. *La Mesa Redonda*.
<https://www.lamesaredonda.net/nacionales/81791-carlos-fonseca-teran-presos/>
- FMI. (2018). *Nicaragua: Declaración final de la visita del personal técnico del FMI*.
<https://www.imf.org/es/News/Articles/2018/02/06/ms020618-nicaragua-staff-concluding-statement-of-an-imf-staff-visit>
- Fonseca Amador, C. (2006). *Obra fundamental*. Aldilá editor.
- Fonseca Terán, C. (2005). *El poder, la propiedad, nosotros: La Revolución Sandinista y el problema del poder en la transformación revolucionaria de la sociedad nicaragüense*. Editorial Hispamer.
- Fonseca Terán, C. (2021). Nicaragua Sandinista, más digna y victoriosa que nunca. *NODAL*.
<https://www.nodal.am/2021/06/nicaragua-sandinista-mas-digna-y-victoriosa-que-nunca-por-carlos-fonseca-teran/>
- Fonseca Terán, C. (2023). Sandino y el Sandinismo. *Sandinistak*.
<https://www.sandinistak.org/2023/02/22/sandino-y-el-sandinismo/>
- FSLN. (1977). *Plataforma general político-militar del FSLN para el triunfo de la revolución popular sandinista*. IHNCA.
- FSLN. (1979a). *Análisis de la coyuntura y tareas de la revolución popular sandinista, asamblea de cuadros rigoberto lópez perez, 21, 22 y 23 de septiembre de 1979 (Documento de las 72 Horas)*. <https://www.mediafire.com/file/gm3tymcnuuu/72horas-peque.pdf/file>
- FSLN. (1979b, January 1). *Bases programáticas del FSLN para la democracia y la reconstrucción de Nicaragua*. <http://www.cedema.org/ver.php?id=3817>

- FSLN. (1979c, March 1). *Nicaragua: La lucha popular contra la dictadura*.
<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.20/CP20.9.Nicaragua.pdf>
- FSLN. (1984, 1969). *Programa Histórico del FSLN*. Departamento de Propaganda y Educación Política del FSLN.
- FSLN. (2020). *El Gallo Ennanvajado* (Video Lyric).
<https://www.youtube.com/watch?v=ezaEyHciUSw>
- Fukuyama, F. (1989). The End of History? *The National Interest*, 16, 3–18.
- Fürst, E., Hess, E., Jäger, W., & Strubelt, S. (1985). *Nicaragua: Aufbruch in Abhängigkeiten, Fünf Jahre sandinistische Wirtschaftspolitik* (Informationsbüro Nicaragua, Ed.; Erw. Neuauflage). Edition Nahua.
- Gallagher, M. (1991). Proportionality, disproportionality and electoral systems. *Electoral Studies*, 10(1), 33–51.
- Gallagher, M. (2023). Election Indices dataset. *Tcd.Ie/Political_Science*.
https://www.tcd.ie/Political_Science/about/people/michael_gallagher/ElSystems/Docts/ElectionIndices.pdf
- García Linera, Á. (2019). El odio al indio. *Tópicos, manipulaciones e impunidad en el discurso justificador del fallido golpe de estado del 18 de abril en Nicaragua*.
<https://www.celag.org/el-odio-al-indio/>
- Gärtner, P. (2020). *Zwischen zwei Kontinenten: Geschichte und Gegenwart Zentralamerikas*. Aschendorff Verlag.
- Garvin, G. (1992). *Everybody had his own gringo: The CIA & the Contras*. Brassey's (US) ; Brassey's Book Orders [distributor].
- Georgetown University (Ed.). (2007, November 21). *República de Nicaragua: Resultados Electorales—Elecciones para la Asamblea Nacional 2006—Diputados electos por*

partido.

https://web.archive.org/web/20080321100634/http://www.elecciones2006.net.ni/escrutinio/general_dd.html

Gerring, J. (2004). What is a case study, and what is it good for? *American Political Science Review*, 98(2), 341–354.

GEW Berlin, & FDCL. (1982). *Der Kampf hat viele Gesichter: Gewerkschaften in Nicaragua, El Salvador und Guatemala* (Gewerkschaft Erziehung und Wissenschaft, Berlin (GEW) & Forschungs- und Dokumentationszentrum Lateinamerika (FDCL), Eds.). Edition Nahua.

GIEI. (2018, Diciembre). *Informe sobre los hechos de violencia ocurridos entre el 18 de abril y el 30 de mayo de 2018* (Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes, Ed.). https://gieinicaragua.org/giei-content/uploads/2019/02/GIEI_INFORME_DIGITAL_07_02_2019_VF.pdf

Gilbert, D. L. (1988). *Sandinistas: The party and the revolution*. B. Blackwell.

Girardi, G. (1987). *Sandinismo, marxismo, cristianismo: La confluencia*. Ediciones Nuevomar.

Gómez, L. (2018, 09). <https://100noticias.com.ni/media/uploads/2018/11/20/testimonio-ligia-gomez-espanol-1.pdf> (Comisión de Derechos Humanos Tom Lantos del Congreso de los Estados Unidos, Ed.). <https://100noticias.com.ni/media/uploads/2018/11/20/testimonio-ligia-gomez-espanol-1.pdf>

Gómez Rivera, J. J. (2023). ¿Qué pasa en Nicaragua? La rebelión autoconvocada en contra del modelo corporativo. In F. Parra & M. Cristeche (Eds.), *Desigualdades, resistencias y derechos en Latinoamérica y el Caribe* (1st ed., pp. 270–296). Religación Press. <https://doi.org/10.46652/religacionpress.22.c41>

- González Camaño, E., & Cohen, G. (2021). Nicaragua: How Latin America Reacted. *Americas Quarterly*. <https://www.americasquarterly.org/article/nicaragua-how-latin-america-reacted/>
- González, M. (2024). Taupla Brooklyn Rivera continúa en desaparición forzada. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/opinion/brooklyn-rivera-continua-en-condicion-de-desaparicion-forzada/>
- González, M., & Figueroa, D. (2009). Nicaragua multicultural: Autonomía regional en la Costa Caribe. In D. Close & S. Martí i Puig (Eds.), *Nicaragua y el FSLN, 1979-2009: ¿Qué queda de la revolución?* Edicions Bellaterra.
- Goodfellow, W., & Morrell, J. (1991). From Contadora to Esquipulas to Sapoá and Beyond. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- Goodwin, J., & Skocpol, T. (1994). Explaining revolutions in the contemporary Third World. In T. Skocpol (Ed.), *Social revolutions in the modern world*. Cambridge University Press.
- Gorman, S., & Walker, T. (1985). The Armed Forces. In T. W. Walker (Ed.), *Nicaragua: The First Five Years*. Praeger.
- Government of Nicaragua. (1988, March 29). *Memorial of Nicaragua (Compensation)* (International Court of Justice (ICJ), Ed.). <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/70/9621.pdf>
- Greinacher, N. (Ed.). (1985). *Konflikt um die Theologie der Befreiung: Diskussion und Dokumentation*. Benziger.
- Guevara, E. C. (1960). *La guerra de guerrillas*. 136.
- Guevara López, O. (2008a). *Cien años de movimiento social en Nicaragua: Relato cronológico*. IHNCA.

- Guevara López, O. (2008b). Singularidades de una campaña. *El Nuevo Diario*.
<http://impreso.elnuevodiario.com.ni/imprimir/2008-10-28/88250>
- Guevara López, O. (2014). *Nicaragua, mi lectura de su historia contemporánea*. Onofre Guevara López.
- Guevara López, O. (2024). La batalla cultural mediatizada por la dictadura. *Confidencial*.
<https://confidencial.digital/opinion/la-batalla-cultural-mediatizada-por-la-dictadura/>
- Habermas, J. (2005). *Die Einbeziehung des Anderen: Studien zur politischen Theorie*. Suhrkamp.
- Hager jr., R., & Snyder, R. (2015). The United States and Nicaragua: Understanding the breakdown in relations. *Journal of Cold War Studies*, 17(2, Spring 2015), 3–35.
https://doi.org/10.1162/JCWS_a_00546
- Hagopian, F., & Mainwaring, S. (Eds.). (2005). *The third wave of democratization in Latin America: Advances and setbacks*. Cambridge University Press.
- Hancké, B. (2009). *Intelligent research design: A guide for beginning researchers in the social sciences*. Oxford University Press.
- Hanemann, U. (2001). *Educación Popular im sandinistischen Nicaragua: Erfahrungen mit der Bildungsreform im Grundbildungsbereich von 1979 bis 1990. Teil 1 und 2*. Kovač.
- Hassan Morales, M. (2016). *La maldición del Güegüense* (2nd ed.).
- Hayes, R. (2016, October 4). *Rutherford B. Hayes: Foreign Affairs | Miller Center*. Millercenter. <https://millercenter.org/president/hayes/foreign-affairs>
- Helmke, G., & Levitsky, S. (Eds.). (2006). *Informal institutions and democracy: Lessons from Latin America*. Johns Hopkins University Press.
- Hermet, G. (1978). State-Controlled Elections: A Framework. In G. Hermet, R. Rose, & A. Rouquié (Eds.), *Elections Without Choice*. Palgrave Macmillan UK.
<https://doi.org/10.1007/978-1-349-03342-3>

- Hernández Ruigómez, M. (2011). *La Nicaragua sandinista y las elecciones de febrero de 1990: Transición a la democracia o alternancia democrática* [PhD Theses]. Universidad Complutense de Madrid.
- Hobsbawm, E. (1986). Revolution. In M. Teich & R. Porter (Eds.), *Revolution in history*. Cambridge Univ Press.
- Hodges, D. C. (1986). *Intellectual foundations of the Nicaraguan revolution* (1st ed). University of Texas Press.
- Hodges, D. C. (2014). *Sandino's communism: Spiritual politics for the twenty-first century*. University of Texas Press.
- Hoyt, K. (1997). *The many faces of Sandinista democracy*. Ohio University Center for International Studies.
- Hurt, S. R. (n.d.). Washington Consensus. *Britannica Money*. Retrieved January 17, 2024, from <https://www.britannica.com/money/Washington-consensus>
- IACHR. (1981). *Report on the situation of human rights in the Republic of Nicaragua* (OEA/Ser.L/V/II.53). <http://www.cidh.org/countryrep/Nica81eng/TOC.htm>
- Icaza Gallard, J. (2021). Comunidad internacional y crisis: Aportes y limitaciones a la transición democrática. In E. Jarquín Calderón (Ed.), *Nicaragua, el cambio azul y blanco: Dejando atrás el régimen de Ortega*. Fundación para la Paz y la Democracia.
- ICJ. (1986, 06). *Case concerning military and paramilitary activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America): Judgment of 27 june 1986* (International Court of Justice, Ed.). <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/70/070-19860627-JUD-01-00-EN.pdf>
- Infobüro Nicaragua. (1985). *Sandinismus und Arbeiterinteressen: Gewerkschaften und Kleinbauernverband in Nicaragua* (Informationsbüro Nicaragua e.V., Ed.). Edition Nahua.

- INIDE. (n.d.). *Canasta Básica 2017* (Instituto Nacional de Información de Desarrollo, Ed.).
INIDE. Retrieved November 15, 2024, from
<https://www.inide.gob.ni/docs/biblio/AnalisisCB2016-2017.pdf>
- International Republican Institute (Ed.). (2002, April 30). *Nicaragua—Election Observation Report*, November 4, 2001.
<file:///D:/Downloads/Nicaragua%202001%20Presidential%20and%20Legislative%20Elections-2.pdf>
- Jarquín Calderón, E. (2021a). Inevitabilidad de la crisis. In E. Jarquín Calderón (Ed.), *Nicaragua, el cambio azul y blanco: Dejando atrás el régimen de Ortega*. Fundación para la Paz y la Democracia.
- Jarquín Calderón, E. (Ed.). (2021b). *Nicaragua, el cambio azul y blanco: Dejando atrás el régimen de Ortega*. Fundación para la Paz y la Democracia.
- Jarquín, E., Cuadra L., E., Enríquez, O., Flores, W., Icaza, J., Prado, S., & Sáenz, E. (2021). *Nicaragua, el cambio azul y blanco: Dejando atrás el régimen de Ortega*. Fundación para la Paz y la Democracia.
- JGRN. (1979a). *Programa de la Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional de Nicaragua*.
<https://sajurin.enriquebolanos.org/docs/Programa%20de%20Gobierno.pdf>
- JGRN. (1979b). Reservación Exclusiva al F.S.L.N. de la Denominación “Sandinista”, Decreto 67. *La Gaceta*, LXXXIII(14), 107.
- JGRN. (1979c, July 20). *Estatuto Fundamental de la República*.
<https://sajurin.enriquebolanos.org/docs/Estatuto%20fundamental%20de%20la%20Rep%C3%ABblica.pdf>
- JGRN. (1979d, August 21). *Estatuto sobre Derechos y Garantías de los Nicaragüenses*.
https://sajurin.enriquebolanos.org/docs/JGRN_0052.pdf

- JGRN. (1979e, August 30). *Destino de Mansiones y Residencias de Lujo Expropiadas*.
https://sajurin.enriquebolanos.org/docs/JGRN_0059.pdf
- JGRN. (1980, May 17). *Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares*.
<http://legislacion.asamblea.gob.ni/Normaweb.nsf/xpNorma.xsp?documentId=8EAA5EDD605C3219062570A10057C00D&action=openDocument>
- JGRN. (1983, December 4). *Garantías para Nacionales que Abandonaron el País Después del 19 de Julio de 1979*.
<http://legislacion.asamblea.gob.ni/Normaweb.nsf/xpNorma.xsp?documentId=827C2F5455E4C390062571070059D0E7&action=openDocument>
- JGRN. (1984, February 15). *Reformas al Estatuto Fundamental de la República de Nicaragua*.
<http://legislacion.asamblea.gob.ni/Normaweb.nsf/xpNorma.xsp?documentId=28DA264D352AE642062570A10057C281&action=openDocument>
- Jiménez, F. (2016). *Pobres por los pobres: Las comunidades eclesiales de base de la Parroquia San Pablo Apóstol (1966-2016)*. EDITARTE.
- Jonas, S., & Stein, N. (1990). The construction of democracy in Nicaragua. *Latin American Perspectives*, 17(3), 10–37. <https://www.jstor.org/stable/2633810>
- Jung, H. (1980). *Nicaragua, Bereicherungsdictatur und Volksaufstand*. Vervuert.
- Kagan, R. (1996). *A twilight struggle: American power and Nicaragua, 1977-1990*. Free Press.
- Karl, T. L. (1990). Dilemmas of democratization in Latin America. *Comparative Politics*, 23(1), 1–21.
- Khatri, N. (2016). Definitions of Cronyism, Corruption, and Crony Capitalism. In N. Khatri (Ed.), *Crony capitalism in India: Establishing robust counteractive institutional frameworks*. Palgrave Macmillan.
- King, G., Keohane, R. O., & Verba, S. (1994). *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research*. Princeton University Press.

- Kinloch Tijerino, F. (2012). *Historia de Nicaragua* (4 ed., ampliada y actualizada). Instituto de Historia de Nicaragua y Centroamérica, Universidad Centroamericana.
- Kinzer, S. (2007). *Blood of brothers: Life and war in Nicaragua* (1st David Rockefeller Center for Latin American Studies ed). David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University.
- Kirk, J. M. (1992). *Politics and the Catholic church in Nicaragua*. University Press of Florida.
- Kissinger, H. (Ed.). (1984). *Report of the National Bipartisan Commission on Central America*. Golden Gate University School of Law.
https://digitalcommons.law.ggu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1001&context=federal_documents
- Kliche, L. (2021). *Ortegas Inszenierung: Nicaragua hatte keine Wahl*.
<https://www.boell.de/de/2021/11/17/ortegas-inszenierung-nicaragua-hatte-keine-wahl>
- Kornbluh, P. (1991). The U.S. Role in the Counterrevolution. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- Kornbluh, P., & National Security Archive (Eds.). (1993). *The Iran-contra scandal: The declassified history* (1. ed). New Press.
- La Botz, D. (2016). *What went wrong? The Nicaraguan revolution: a Marxist analysis*. Haymarket Books.
- La Prensa. (2021). La noche oscura: Cómo se fraguó la sentencia de reelección de Daniel Ortega que desembocó en dictadura. *La Prensa*.
<https://www.laprensani.com/2021/10/03/suplemento/la-prensa-domingo/2888961-la-noche-oscura-como-se-fraguo-la-sentencia-de-reeleccion-de-daniel-ortega-que-desemboco-en-dictadura>
- La Prensa. (2023). Alba Luz Ramos, el ascenso y caída de una incondicional de Daniel Ortega. *La Prensa*. <https://www.laprensani.com/2023/11/05/suplemento/la-prensa->

domingo/3232962-alba-luz-ramos-el-ascenso-y-caida-de-una-incondicional-de-daniel-ortega

- Laakso, M., & Taagepera, R. (1979). "Effective" Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12(1), 3–27.
<https://doi.org/10.1177/001041407901200101>
- Lacayo Oyanguren, A. (2005). *La difícil transición nicaragüense en el gobierno con Doña Violeta*. Colección Cultural de Centro América.
- Lafeber, W. (1984). The Reagan administration and revolutions in Central America. *Political Science Quarterly*, 99(1), 1–25.
- Lancaster, R. N. (1988). *Thanks to God and the revolution: Popular religion and class consciousness in the new Nicaragua*. Columbia university press.
- LASA. (1984). *The electoral process in Nicaragua: Domestic and international influences: The report of the Latin American Studies Association delegation of observe the Nicaraguan general election of November 4, 1984* (Latin American Studies Association (LASA), Ed.). Latin American Studies Association.
- LASA. (1990). *Electoral democracy under international pressure: The report of the Latin American Studies Association commission to observe the 1990 Nicaraguan election* (Latin American Studies Association (LASA), Ed.). Latin American Studies Association.
- LCHR. (1985). *Nicaragua: Revolutionaly Justice, A Report on Human Rights and the Judicial System* (Lawyers Committee for International Humas Rights, Ed.). Lawyers Committee for International Humas Rights.
- Lehoucq, F. E. (2012). *The politics of modern Central America: Civil war, democratization, and underdevelopment*. Cambridge University Press.

- LeoGrande, W. M. (1996). Making the economy scream: Us economic sanctions against Sandinista Nicaragua. *Third World Quarterly*, 17(2), 329–348.
<https://doi.org/10.1080/01436599650035716>
- LeoGrande, W. M. (1998). *Our own backyard: The United States in Central America, 1977 - 1992*. Univ. of North Carolina Press.
- Levitsky, S., & Roberts, K. M. (Eds.). (2011). *The resurgence of the Latin American left*. Johns Hopkins University Press.
- Levitsky, S., & Way, L. (2010). *Competitive authoritarianism: Hybrid regimes after the Cold War*. Cambridge University Press.
- Levitsky, S., & Way, L. (2020). The New Competitive Authoritarianism. *Journal of Democracy*, 31(1), 51–65. <https://doi.org/10.1353/jod.2020.0004>
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *How democracies die* (First edition). Crown.
- Linfield, M. (1991). Human Rights. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- Linz, J. J., & Stepan, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America and post-communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lipset, S. M. (1959). Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *American Political Science Review*, 53(1), 69–105.
<https://doi.org/10.2307/1951731>
- Lobel, J. (1991). The Meaning of Democracy: Representative and Participative Democracy in the new Nicaraguan Constitution. In K. J. Mijeski (Ed.), *The Nicaraguan Constitution of 1987: English Translation and Commentary*. Ohio University Center for International Studies.

- López Baltodano, M. (2014). Canal Interoceánico: 25 verdades, 40 violaciones a la Constitución. *Envío*, 289382. <https://www.revistaenvio.org/articulo/4793>
- López Baltodano, M., & López Baltodano, U. (2023). *Ruta mafiosa: ¿Quiénes controlan la concesión canalera en Nicaragua?* Popol Na. https://popolna.org/wp-content/uploads/2023/03/Ruta-mafiosa_PopolNa_2023.pdf
- López Campos, J. (2007). Tomás Borge, la Dirección Nacional y una réplica de Julio López Campos. *La Gente, Radio La Primeisima*. <http://radiolaprimerisima.com/noticias/general/18559>
- López Campos, J. (2024). La disputa del poder entre Ortega y Murillo. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/opinion/la-disputa-del-poder-entre-ortega-y-murillo/>
- López López, P. (2012). Los crímenes del franquismo y el derecho internacional. *Derecho y Realidad*, 10(20). https://revistas.uptc.edu.co/index.php/derecho_realidad/article/download/4866/3958
- López López, P. (2015). Crímenes del franquismo, derecho y justicia transicional. *Derecho y Realidad*, 13(25), 131–144.
- López Salinas, G. E. (2011). *La guerra que no existió*.
- López Vigil, M., & López Vigil, N. (2013). *Un güegüe me contó* (3. ed). Fondo Editorial Libros Para Niños.
- Lowenthal, A. F. (Ed.). (1991). *Exporting democracy: The United States and Latin America: case studies*. Johns Hopkins University Press.
- Lucas, B., Schmid, R., & Buballa, R. (Eds.). (1989). *Dokumentation des Kongresses “10 Jahre Revolution in Nicaragua—10 Jahre Solidaritätsbewegung.”* epd-Entwicklungspolitik.
- Mahoney, J. (2001). *The legacies of liberalism: Path dependence and political regimes in Central America*. Johns Hopkins University Press.

- Mainwaring, S., & Pérez-Liñán, A. (2013a). Lessons from Latin America: Democratic breakdown and survival. *Journal of Democracy*, 24(2), 123–137.
- Mainwaring, S., & Pérez-Liñán, A. S. (2013b). *Democracies and dictatorships in Latin America: Emergence, survival, and fall*. Cambridge Univ. Press.
- Marenco, D. (2008). “Conozco bien la historia del Frente Sandinista, pero tal como están las cosas no logro imaginar su futuro.” *Envío*, 318. <https://www.envio.org.ni/articulo/3864>
- Martí i Puig, S. (1995). *¿La última Rebelión campesina? Revolución y contrarrevolución en Nicaragua, 1979-1987* [Tesis Maestría]. Universidad Internacional de Andalucía.
- Martí i Puig, S. (1997). *La revolución enredada: Nicaragua, 1977-1996*. Libros de la Catarata ; Cooperacció.
- Martí i Puig, S. (2008). El regreso del FSLN al poder: ¿Es posible hablar de realineamiento electoral en Nicaragua? *Política y gobierno*, 15(1), 75–112.
- Martí i Puig, S. (2009). El Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), 1980—2006. Análisis de una mutación. In D. Close & S. Martí i Puig (Eds.), *Nicaragua y el FSLN, 1979-2009: ¿Qué queda de la revolución?* Edicions Bellaterra.
- Martí i Puig, S. (2010). The Adaptation of the FSLN: Daniel Ortega’s Leadership and Democracy in Nicaragua. *Latin American Politics and Society*, 52(4), 79–106. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2010.00099.x>
- Martí i Puig, S. (2013). Nicaragua: La consolidación de un régimen híbrido. *Revista de ciencia política (Santiago)*, 33(1), 269–286. <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2013000100013>
- Martí i Puig, S. (2016). Nicaragua: Desdemocratización y caudillismo. *Revista de ciencia política (Santiago)*, 36(1), 239–258.
- Martí i Puig, S., & Figueroa Ibarra, C. (Eds.). (2006). *La izquierda revolucionaria en Centroamérica: De la lucha armada a la participación electoral*. Libros de la Catarata.

- Martí i Puig, S., & Jarquín, M. (2021). El precio de la perpetuación de Daniel Ortega. *CTXT, Contexto y Acción*. <http://ctxt.es/es/20210601/Politica/36356/Daniel-Ortega-Nicaragua-protestas-elecciones-represion-oposicion-detenciones.htm>
- Martí i Puig, S., Rodríguez-Suárez, D., & Serra, M. (2022). Nicaragua 2020-2022: El cierre autoritario. *Revista de ciencia política (Santiago)*, 42(2), 383–406.
- Martí i Puig, S., & Serra, M. (2020). Nicaragua: De-democratization and Regime Crisis. *Latin American Politics and Society*, 62(2), 117–136. <https://doi.org/10.1017/lap.2019.64>
- Martínez Cuenca, A. (1990). *Nicaragua: Una década de retos*. Editorial Nueva Nicaragua.
- Marx, K. (1973). Der Bürgerkrieg in Frankreich. In *Marx Engels Werke (MEW)* (Vol. 17, pp. 313–362). Dietz Verlag Berlin.
- Marx, K. (1974). Manifest der Kommunistischen Partei. In *Marx Engels Werke (MEW)* (Vol. 4, pp. 459–493). Dietz Verlag Berlin.
- Matamoros Hüeck, B. (2006). *La contra: Movimiento nicaragüense, 1979-1990* (1. ed). Editorial Hispamer.
- McClintock, C. (2018). *Electoral rules and democracy in Latin America*. Oxford University Press.
- McConnell, S. (2009). La evolución incierta del sistema electoral nicaragüense. In D. Close & S. Martí i Puig (Eds.), *Nicaragua y el FSLN, 1979-2009: ¿Qué queda de la revolución?* Edicions Bellaterra.
- MED. (1981). *Consulta Nacional para obtener criterios que ayuden a definir los Fines y Objetivos de la Educación Nicaragüense, Informe Preliminar* (Ministerio de Educación, Ed.).
- Medina Sánchez, F. (2018). *El preso 198: Un perfil de Daniel Ortega*. La Prensa.
- Medina Sánchez, F. (2024). Humberto, hermano de Daniel Ortega: “Su poder dictatorial no tiene sucesores, tras su muerte deberá haber elecciones.” *infobae*.

<https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/05/19/humberto-hermano-de-daniel-ortega-su-poder-dictatorial-no-tiene-sucesores-tras-su-muerte-debera-haber-elecciones/>

Meneses, V. (2016). *Balada para Adelina: Memorias* (Primera edición). Anama Ediciones Centroamericanas.

Middlebrook, K. J., & Rico, C. (Eds.). (1986). *The United States and Latin America in the 1980s: Contending perspectives on a decade of crisis*. University of Pittsburgh Press.

Midence, C. (2018). El Sandinismo frente al fallido golpe de estado y sus correlatos. In A. Aguilar Antunes, E. De Gori, & C. E. Villacorta (Eds.), *Nicaragua en Crisis, Entre la Revolución y la Sublevación*. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. <https://www.clacso.org/nicaragua-en-crisis-entre-la-revolucion-y-la-sublevacion/>

Miranda Aburto, W. (2019). La fractura del FSLN bajo la dictadura Ortega-Murillo. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/principal/la-fractura-del-fsln-bajo-la-dictadura-ortega-murillo/>

Miranda Aburto, W., & López, I. (2020). Cambios en el “Círculo de Hierro” en El Carmen. In Confidencial (Ed.), *La maquinaria del FSLN y los operadores del poder*. <https://club.confidencial.digital/2020/12/01/la-maquinaria-del-fsln-y-los-operadores-del-poder/>

Miranda Aburto, W., & Quintero, L. (2024, Abril). *La punta del iceberg de la nueva piñata de Ortega-Murillo: Más de 250 millones de dólares en confiscaciones ilegales* (Observatorio Pro Transparencia y Anticorrupción (OPTA), Ed.). Observatorio Pro Transparencia y Anticorrupción (OPTA). https://observatoriopta.com/wp-content/uploads/2024/05/PINATA_1405.pdf

- Miranda, R., & Ratliff, W. E. (1994). *The civil war in Nicaragua: Inside the Sandinistas* (2. print). Transaction Publ.
- Molero, M. (1988). *Nicaragua sandinista: Del sueño a la realidad, 1979-1988*. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales ; Instituto de Estudios Políticos para América Latina y Africa ; Fundación Bofil.
- Monroe, J. (1823). *Monroe Doctrine* (1823). <https://www.archives.gov/milestone-documents/monroe-doctrine>
- Moore, Jr, B. (1966). *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Beacon Press.
- Mora Castillo, L. (1991). *De los Comités de Defensa Sandinista (CDS) al Movimiento Comunal Nicaragüense (1979—1991)* (Instituto Nicaragüense de Investigaciones Económicas y Sociales, Ed.). Instituto Nicaragüense de Investigaciones Económicas y Sociales.
- Moreno, D. (1995). Respectable interventions: The United States and Central American elections. In M. A. Seligson & J. A. Booth (Eds.), *Elections and Democracy in Central America*. University of North Carolina Press.
- Mosinger, E., Thaler, K. M., García, D. P., & Fowler, C. (2022). Civil Resistance in the Shadow of the Revolution: Historical Framing in Nicaragua’s Sudden Uprising. *Comparative Politics*, 54(2), 253–296.
- Muhr, T. (2012). (Re)constructing Popular Power in Our America: Venezuela and the regionalisation of “revolutionary democracy” in the ALBA–TCP space. *Third World Quarterly*, 33(2), 225–241.
- Murillo Zamora, C. (2023). Los pilares que sostienen al régimen de Daniel Ortega. *Expediente Público*. <https://www.expedientepublico.org/estos-son-los-pilares-que-sostienen-al-regimen-de-daniel-ortega/>

- Muro Rodriguez, M., Dausá Cespedes, R., León Cruz, J., & De Armas García, M. (1986). *Nicaragua y la revolución sandinista*. Editorial de ciencias sociales.
- Nagovitch, P. (2019). Nicaragua's Compromised Amnesty Law. *Americas Society / Council of the Americas (AS/COA)*. <https://www.as-coa.org/articles/nicaraguas-compromised-amnesty-law>
- Narváez, Z. (1998, May 31). *Testimonio de Zoilamérica Narváez contra su padrastro Daniel Ortega*. <http://www.latinamericanstudies.org/nicaragua/zoilamerica-testimonio.htm>
- Nicaragua Investiga. (2023a). 5 formas de cómo Humberto Ortega se hizo millonario. *Nicaragua Investiga*. <https://nicaraguainvestiga.com/nacion/118365-humberto-ortega-guerrillero-millonario/>
- Nicaragua Investiga. (2023b). Diez datos sobre Alba Luz Ramos. *Nicaragua Investiga*. <https://nicaraguainvestiga.com/reportajes/134784-10-datos-sobre-presidenta-csj-alba-luz-ramos/>
- Nicaragua Investiga. (2023c). El turbio origen de la fortuna de Humberto Ortega. *Nicaragua Investiga*. <https://nicaraguainvestiga.com/especiales/117531-origen-fortuna-humberto-ortega/>
- Nohlen, D. (Ed.). (2005). *Elections in the Americas: A data handbook*. Oxford University Press.
- Nohlen, D. (2007). *Os sistemas eleitorais: O contexto faz a diferença*. Livros Horizonte.
- Nohlen, D. (2014). *Wahlrecht und Parteiensystem: Zur Theorie und Empirie der Wahlsysteme* (7., überarbeitete und aktualisierte Auflage). Budrich.
- Nolan, D. (1985). *The Ideology of the Sandinistas and the Nicaraguan Revolution* (2nd ed.). Editora Corripio.
- Norris, P. (1997). Choosing electoral systems: Proportional, majoritarian and mixed systems. *International Political Science Review*, 18(3), 297–312.

- Núñez de Escorcía, V. (2014a). *Entrevista de Matthias Schindler a Vilma Núñez de Escorcía: La Corte Suprema de Justicia (CSJ) y la Revolución Sandinista (21.02.2014)*.
- Núñez de Escorcía, V. (2014b). ¿Por qué no ha habido en Nicaragua justicia transicional? ¿Sería posible aquí una Comisión de la Verdad? *Envío*, 387. <https://www.envio.org.ni/articulo/4857>
- Núñez de Escorcía, V. (2023). *Correspondência direta com Vilma Núñez de Escorcía por e-mail, a 21.10.2023*.
- Núñez, L. (2005). Arnoldo Alemán sigue controlando el PLC y le dará la victoria a Daniel Ortega. *Envío*, 284. <https://www.revistaenvio.org/articulo/3080>
- Núñez Morales, E. (2013). La militarización del Estado es el eje de las reformas ¿A qué le teme Ortega? *Envío*, 381. <https://www.revistaenvio.org/articulo/4776>
- Núñez Soto, O. (Ed.). (1989). *Democracia y Revolución: Simposio Internacional, Managua - Nicaragua 1989*. Centro de Documentación y Ediciones Latinoamericanas (CEDEL).
- Núñez Soto, O. (2015). *Sandinismo y socialismo* (1a ed). Fondo Cultural Caruna, R.L., Diario y Sandino.
- Núñez Soto, O., & Burbach, R. (1987). *Democracia y revolución en las Américas: Agenda para un debate* (Vol. 1). Editorial Vanguardia.
- O'Donnell, G. A. (2004). Why the Rule of Law Matters. *Journal of Democracy*, 15(4), 32–46. <https://doi.org/10.1353/jod.2004.0076>
- O'Donnell, G. A., & Schmitter, P. C. (with Woodrow Wilson International Center for Scholars). (1986). *Transitions from authoritarian rule: Tentative conclusions about uncertain democracies*. Johns Hopkins University Press.
- OEA, CIDH. (1981, June 30). *Informe sobre la situación de los derechos humanos en la república de Nicaragua 1981* (Organización de los Estados Americanos, Comisión

- Interamericana de los Derechos Humanos, Ed.).
<http://www.cidh.org/countryrep/nicaragua81sp/indice.htm>
- OEA, CIDH. (2018a, June 20). *Graves violaciones a los derechos humanos en el marco de las protestas sociales en Nicaragua* (Organización de los Estados Americanos, Comisión Interamericana de Derechos Humanos, Ed.).
<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Nicaragua2018-es.pdf>
- OEA, CIDH. (2018b, December 19). *CIDH denuncia agravamiento de la represión y el cierre de espacios democráticos en Nicaragua* (Organización de los Estados Americanos, Comisión Interamericana de Derechos Humanos, Ed.).
<https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/273.asp>
- OEA, CIDH. (2021, November 10). *La CIDH condena las violaciones a los derechos humanos denunciadas durante las elecciones en Nicaragua* (Organización de los Estados Americanos, Comisión Interamericana de Derechos Humanos, Ed.).
<https://www.oas.org/es/cidh/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/300.asp>
- Olivares, I. (2024). Carlos Fonseca Terán y diez miembros de “La Comuna” cumplen un mes presos y aislados. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/nacion/carlos-fonseca-teran-y-diez-miembros-de-la-comuna-cumplen-un-mes-presos-y-aislados/>
- ONU, OACNUDH. (2018, August 29). *Violaciones de derechos humanos y abusos en el contexto de las protestas en Nicaragua 18 de abril—18 de agosto de 2018* (Organización de las Naciones Unidas (ONU), Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (OACNUDH), Ed.).
http://www.oacnudh.org/wp-content/uploads/2018/08/Nicaragua-Report-FINAL_SP.pdf
- ONU, OACNUDH. (2023, March 2). *Informe del Grupo de Expertos en Derechos Humanos sobre Nicaragua* (Organización de las Naciones Unidas (ONU), Oficina del Alto

- Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (OACNUDH), Ed.).
<file:///D:/Downloads/ES-1.pdf>
- Oquist, P. (1992). Finalmente, ¿quién tuvo la culpa de la derrota electoral? *Envío*, 128.
<http://www.envio.org.ni/articulo/734>
- Orozco, M. (2024). ¿Cómo quieren que termine esto? *Confidencial*.
<https://confidencial.digital/opinion/como-quieren-que-termine-esto/>
- Ortega Murillo, Z. (2024). ¿Es una utopía pensar que la democracia es posible en Nicaragua?
In A. Monte Casablanca, E. Libertad, A. Henríquez, & M. de las Calles (Eds.),
¿Nostalgia de la democracia?: Utopías y deudas históricas en Nicaragua. HoraCero.
<https://horacero.org/wp-content/uploads/2024/04/Nostalgia-de-la-Democracia.pdf>
- Ortega Saavedra, D. (1989). *Democracia y Religión: Diálogos con Daniel Ortega Saavedra*.
Editorial Nuestro Tiempo.
- Ortega Saavedra, H. (1981). Tarea de todo el pueblo: Aplastar la contrarrevolución. In
Ministerio de Educación de Nicaragua & H. Assmann (Eds.), *Nicaragua triunfa en la
alfabetización: Documentos y Testimonios de la Cruzada Nacional de Alfabetización*
(pp. 179–184). Ministerio de Educación, Departamento Ecuménico de Investigaciones.
- Ortega Saavedra, H. (2004). *La epopeya de la insurrección: Nicaragua siglo XX: pensamiento
y acción, análisis histórico, narración inédita* (1. ed). Lea Grupo Editorial.
- Ortega Saavedra, H. (2010). A 22 años de Sapoá: Integración o miseria. *El Nuevo Diario*.
<http://impreso.elnuevodiario.com.ni/imprimir/2010-03-23/121312>
- Ortega Saavedra, H. (2017). Humberto Ortega: “El SMP fue vital para la defensa.” *La Prensa*.
[https://www.laprensani.com/2017/03/26/suplemento/la-prensa-domingo/2204496-
humberto-ortega-smp-fue-vital-la-defensa](https://www.laprensani.com/2017/03/26/suplemento/la-prensa-domingo/2204496-humberto-ortega-smp-fue-vital-la-defensa)
- Palmer, S. (1988). Carlos Fonseca and the construction of Sandinismo in Nicaragua. *Latin
American Research Review*, 23(1), 91–109.

- Pardo, V. S. P. (2001). *Nicaragua (1979-1990): Actor singular de las relaciones internacionales en el final de la Guerra Fría. Valor e insuficiencias del pragmatismo y protagonismo de la revolución sandinista en la escena internacional* [PhD Thesis]. Universidad del País Vasco-Euskal Herriko Unibertsitatea.
- Pastor jr., M. (1989). Latin America, the Debt Crisis, and the International Monetary Fund. *Latin American Perspectives*, 16(1), 79–110.
<https://doi.org/10.1177/0094582X8901600105>
- Paul, R. (1984). *Zwischen den Jahren: Mit den Arbeitsbrigaden in Nicaragua*. Verlag Die Werkstatt.
- Pearce, J. (1982). *Nic. Under the eagle: U.S. intervention in Central America and the Caribbean* (Updated ed.). Latin America Bureau.
- Peraza, J. A. (2016). Esta vez hicieron el fraude perfecto. *Envío*, 413.
<https://www.revistaenvio.org/articulo/5272>
- Peraza, J. A. (2021). Fraudes y reforma electoral. In E. Jarquín Calderón (Ed.), *Nicaragua, el cambio azul y blanco: Dejando atrás el régimen de Ortega*. Fundación para la Paz y la Democracia.
- Pérez Baltodano, A. (2009). La cultura política nicaragüense y el FSLN: de la utopía al pragmatismo. In D. Close & S. Martí i Puig (Eds.), *Nicaragua y el FSLN, 1979-2009: ¿Qué queda de la revolución?* Edicions Bellaterra.
- Perla, H. (2009a). Heirs of Sandino: The Nicaraguan Revolution and the U.S.-Nicaragua Solidarity Movement. *Latin American Perspectives*, 36(6), 80–100.
<https://doi.org/10.1177/0094582X09350765>
- Perla, H. (2009b). La revolución nicaragüense y la solidaridad internacional. In D. Close & S. Martí i Puig (Eds.), *Nicaragua y el FSLN, 1979-2009: ¿Qué queda de la revolución?* Edicions Bellaterra.

- Pezzullo, L., & Pezzullo, R. (1993). *At the fall of Somoza*. University of Pittsburgh Press.
- Poder Judicial. (2011). *Imposible revertir a sentencia sobre reelección*.
https://www.poderjudicial.gob.ni/prensa/notas_prensa_detalle.asp?id_noticia=1344
- Pozas, V. S. (1988). *La revolución sandinista (1979-88)*. Editorial Revolución.
- Prado, S. (2024). Después de arrasar con las oenegés, viene la receta del corporativismo. *Confidencial*. <https://confidencial.digital/opinion/despues-de-arrasar-con-las-oeneges-viene-la-receta-del-corporativismo/>
- Prevost, G. (1990). Cuba and Nicaragua: A special relationship? *Latin American Perspectives*, 17(3), 120–137.
- Prevost, G. (1991). *The FSLN as Ruling Party in: Revolution & counterrevolution in Nicaragua* (T. W. Walker, Ed.). Westview Press.
- Przeworski, A., Alvarez, M. E., Cheibub, J. A., & Limongi, F. (2000). *Democracy and development: Political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Cambridge University Press.
- RAE. (s.d.). *Piñata, Diccionario de la lengua española*. «Diccionario de la lengua española» - Edición del Tricentenario. <https://dle.rae.es/piñata>
- Ramírez, S. (1999). *Adiós muchachos: Una memoria de la revolución sandinista*. Aguilar.
- Ramírez, S. (2024). La más colosal de las mentiras. *La Prensa*.
<https://www.laprensani.com/2024/05/24/opinion/3323442-la-mas-colosal-de-las-mentiras>
- Randall, M. (1983). *Christians in the Nicaraguan revolution*. New Star Books.
- Randall, M. (1999). *Las hijas de Sandino: Una historia abierta*. Anamá Ediciones.
- Rawls, J. (2000). *A theory of justice*. Oxford Univ. Press.
- Reder, D. (2023). *Closing Spaces: The Last Bulwark of Nicaraguan Civil Society under Attack* (Vol. 1). German Institute for Global and Area Studies (GIGA) - Leibniz-Institut für

- Reding, A. (1991a). Nicaragua's new Constitution: A Close Reading. In K. J. Mijeski (Ed.), *The Nicaraguan Constitution of 1987: English translation and commentary*. Ohio University Center for International Studies.
- Reding, A. (1991b). The Evolution of Governmental Institutions. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- Reichler, P. S. (2001). Holding America to Its Own Best Standards: Abe Chayes and Nicaragua in the World Court. *Harvard International Law Journal*, 42, 15–46.
- Remmert-Fontes, I., Goldstein, H., Schoenborn, P. G., & Informationsbüro Nicaragua (Eds.). (1982). *Befreiung findet hier und jetzt statt: Zur Praxis der Theologie in Nicaragua* (Originalausg). Edition Nahua.
- Reyes, R., & Wilson, J. K. (1992). *Ráfaga: The life story of a Nicaraguan Miskito Comandante* (T. S. Sloan, Ed.). University of Oklahoma Press.
- Ricciardi, J. (1991). Economic Policy. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua* (pp. 247–273). Westview Press.
- Roberts, K. M. (1998). *Deepening democracy? The modern left and social movements in Chile and Peru*. Stanford University Press.
- Rocha, J. L. (2013). Aniversario 34 de la Revolución: 34 años de olvido culpable, 23 de interesada memoria. *Envío*, 376. <http://www.envio.org.ni/articulo/4712>
- Rueschemeyer, D., Stephens, E. H., Stephens, J. D., & Stephens, E. H. (1992). *Capitalist development and democracy* (Vol. 22). Citeseer.
- Ruhl, J. M. (2019). Repoliticizing the Nicaraguan Army: Civil-Military Relations Under Daniel Ortega (2007-2017). *Journal of Political & Military Sociology*, 46(1), 164–189. <https://doi.org/10.5744/jpms.2019.1006>

- Sáenz, E. (2021). La economía nicaragüense: Crisis y propuestas para cambiar el rumbo. In E. Jarquín Calderón (Ed.), *Nicaragua, el cambio azul y blanco: Dejando atrás el régimen de Ortega*. Fundación para la Paz y la Democracia.
- Sáenz, E. (2023). 48 horas que torcieron el curso de la historia de Nicaragua. *Vamos al punto*.
<https://enriquesaenz.com/historias-de-ayer-y-de-hoy/una-historia-que-todos-los-democratas-nicaraguenses-debemos-conocer-tambien-los-no-democratas/>
- Salinas Maldonado, C. (2018). La mujer del Comandante. *Confidencial*.
<https://confidencial.digital/nacion/la-mujer-del-comandante/>
- Samcam, R. (2023). *¿Qué pasó en Nicaragua? Como se llevó a cabo el proceso de cooptación, captura y reconfiguración del estado nicaragüense y sus consecuencias*.
- Sandino, A. C. (1984). *Augusto C. Sandino—El pensamiento vivo, tomo 1, Introducción, selección y notas de Sergio Ramírez* (Vol. 1). Editorial Nueva Nicaragua.
- Sandoval, M., Cruz, J., & Rodríguez, C. (1995). *Programa de Cara al Pueblo: Una nueva concepción de comunicación en Nicaragua durante la década del 80* [Tesis de Licenciatura en Periodismo]. Universidad Centroamericana (UCA).
- Santiago, M. (2018). *Nicaragua and the Battle over Memory and History*.
https://www.academia.edu/38017868/Nicaragua_and_the_Battle_over_Memory_and_History
- Santos, B. de S. (2018). *As Veias Abertas da Nicarágua*. Carta Maior.
<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/As-Veias-Abertas-da-Nicaragua/6/40837>
- Santos, B. de S. (2019). *Evo Morales: El indio fuera de lugar*. Espejos extraños.
<https://blogs.publico.es/espejos-extranos/2019/12/03/evo-morales-el-indio-fuera-de-lugar/>

- Schindler, M. (2006). Totales Verbot der Abtreibung in Nicaragua—Wahlkampf mit der Kirche und gegen die Frauen. *Nicaragua Zeitung*, 12/06, 7–8.
- Schindler, M. (2019a). *Del triunfo sandinista a la insurrección democrática: Nicaragua 1979—2019*. Pinolillo.
- Schindler, M. (2019b). Nicarágua: Diálogo entre a oposição e o governo. *Esquerda.net*, 24. 03. 2019. <https://www.esquerda.net/artigo/nicaragua-dialogo-entre-oposicao-e-o-governo/60429>
- Schindler, M. (2021a). Der 7. November 2021 in Nicaragua: Die Straßen waren wie leergefegt. *Nicaragua Verein Hamburg e.V.* <https://www.nicaragua-verein.de/der-7-november-2021-in-nicaragua-die-strassen-waren-wie-leergefegt/>
- Schindler, M. (2021b). Nicarágua: Ortega persegue possíveis candidatos da oposição à presidência. *Esquerda.net*. <https://www.esquerda.net/artigo/nicaragua-ortega-persegue-possiveis-candidatos-da-oposicao-presidencia/74870>
- Schindler, M., & Sanchez, M. (2020, December 25). *La legalización de la represión arbitraria*. <https://vientosur.info/la-legalizacion-de-la-represion-arbitraria/>
- Schumpeter, J. A. (2011). *Capitalism, socialism, and democracy*. Martino.
- Scott, J. M. (1997). Interbranch Rivalry and the Reagan Doctrine in Nicaragua. *Political Science Quarterly*, 112(2), 237–260.
- Selbin, E. (1993). *Modern Latin American revolutions*. Westview Press.
- Selbin, E. (1999). *Modern Latin American revolutions* (2nd ed). Westview Press.
- Seligson, M. A., & Booth, J. A. (Eds.). (1995). *Elections and democracy in Central America, revisited* (New&enl. ed). University of North Carolina Press.
- Selser, G. (2004). *Sandino, general de hombres libres*. Aldila Editor.
- Selser, G. (2017). *Banderas y harapos: Relatos de la revolución en Nicaragua* (Segunda edición). Gabriela Selser.

- Serra, L. (1991). The Grass-Roots Organizations. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- Serra, L. (1993). Democracy in Times of War and Socialist Crisis: Reflections Stemming from the Sandinista Revolution. *Latin American Perspectives*, 20(2), 21–44.
- Simpson, S. (2011). *Reflexiones críticas desde el sandinismo*. Centro de Comunicación y Estudios Sociales.
- Sklar, H. (1988). *Washington's war on Nicaragua*. South End Press.
- Skocpol, T. (2008). *States and social revolutions: A comparative analysis of France, Russia, and China* (36. print). Cambridge University Press.
- Slater, D., & Simmons, E. (2010). Informative regress: Critical antecedents in comparative politics. *Comparative Political Studies*, 43(7), 886–917.
<https://doi.org/10.1177/0010414010361343>
- Smith, T. (1994). *America's mission: The United States and the worldwide struggle for democracy in the twentieth century*. Princeton University Press.
- Somoza, A., & Cox, J. (1980). *Nicaragua betrayed*. Western Islands.
- Soto Joya, F. (2011). *Ventanas en la memoria: Recuerdos de la Revolución en la frontera agrícola* (Primera edición). UCA Publicaciones.
- Spalding, R. (Ed.). (1987). *The Political economy of revolutionary Nicaragua*. Allen & Unwin.
- Spalding, R. (1994). *Capitalists and revolution in Nicaragua: Opposition and accommodation, 1979-1993*. University of North Carolina Press.
- Tarrow, S. (2010). The strategy of paired comparison: Toward a theory of practice. *Comparative Political Studies*, 43(2), 230–259.
- Thaler, K. M. (2022). Political Repression, State-Sponsored Violence, and Risks to Government Opponents in Nicaragua Under the Ortega-Murillo Regime. *CeMeCA's*

- Regional Expert Paper Series*, 2. https://kaithaler.com/wp-content/uploads/2022/05/cemeca_paper-2_thaler.pdf
- Thaler, K. M., & Mosinger, E. (2022). Nicaragua: Doubling down on dictatorship. *Journal of Democracy*, 33(2), 133–146.
- Tirado López, V. (2009). “La Revolución terminó en 1990”, Comandante Víctor Tirado López. *El Nuevo Diario*. <http://impreso.elnuevodiario.com.ni/imprimir/2009-07-12/105354>
- Tocqueville, A. de. (1971). *Democracy in America*. Oxford University Press.
- Torres, H. (2010). Las similitudes de este gobierno con la dictadura somocista dan escalofríos. *Envío*, 334. <https://www.envio.org.ni/articulo/4119>
- Torres-Rivas, E. (2011). *Revoluciones sin cambios revolucionarios: Ensayos sobre la crisis en Centroamérica* (1. ed). F&G Editores.
- Toussaint, E. (2018). Nicaragua: De 2007 a 2018, Daniel Ortega ha gozado del apoyo del FMI prosiguiendo una política a favor del gran capital nacional e internacional (5). *CADTM*. <https://www.cadtm.org/Nicaragua-de-2007-a-2018-Daniel-Ortega-ha-gozado-del-apoyo-del-FMI-prosiguiendo>
- Tünnermann, C. (1983). Die Bildungspolitik der sandinistischen Volksrevolution. In J. Zimmer (Ed.), *Pädagogik der Befreiung: Lernen in Nicaragua* (1. Aufl, p. 238). Kösel-Verlag.
- Tyroler, D. (1990). Interview With Former C.I.A. Central America Analyst On U.S. Strategy In Nicaraguan Election. *UNM Digital Repository*. <https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4690&context=noticen>
- UE. (2011). *Nicaragua: Informe Final—Elecciones Generales y al Parlacen 2011* (Misión de Observación Electoral UE, Nicaragua 2011, Ed.). https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/informe_final_nicaragua_2011.pdf
- Urcuyo Maliaño, F. (1979). *Solos: Las últimas 43 horas en el Bunker de Somoza*. Editora Académica Centro Americana.

- Urnas Abiertas. (2021, November 22). *Radiografía de la farca electoral*.
<https://urnasabiertas.com/wp-content/uploads/2021/11/Informe-9-Urnas-Abiertas-7N.pdf>
- US Department of State. (1986). *Inside the Sandinista Regime: A Special Investigator's Perspective*.
- Vanden, H. E. (1991). Foreign Policy. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- Vanden, H. E., & Prevost, G. (1993). *Democracy and socialism in Sandinista Nicaragua*. Lynne Rienner Publishers.
- Vargas, O.-R. (1991). *Adónde va Nicaragua: Perspectivas de una revolución latinoamericana*. Ediciones Nicarao.
- Vargas, O.-R. (2024a). El Capitalismo de Amiguete. *Expediente Abierto*.
<https://www.expedienteabierto.org/wp-content/uploads/2024/10/El-capitalismo-de-amiguete-Oscar-Rene-Vargas.pdf>
- Vargas, O.-R. (2024b). Los pilares de la dictadura y el proceso de Implosión. *Blog Oscar-René Vargas*.
<https://oscarenervargas.com/2024/07/10/los-pilares-de-la-dictadura-y-el-proceso-de-implosion/>
- Vilas, C. M. (1990). Nicaragua: El camino de la derrota electoral y el porvenir de la revolución sandinista. *Realidad: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 14, 135–164.
- Vilas, C. M. (1991). El debate interno sandinista. *Nueva Sociedad*, 113(Mayo-Junio 1991), 28–36.
- Vilas, C. M. (2004). Revolutionary attempts in late cold war settings: Nicaragua in the 1980s. *Journal of Third World Studies*, 21(2), 45–61.

- Vilas, C. M. (2005). *La Revolución Sandinista: El legado de una década*. GE Lea. Managua.
<http://cmvilas.com.ar/index.php/articulos/16-revoluciones/12-la-revolucion-sandinista-el-legado-de-una-decada>
- Viva Nicaragua. (2019, March 29). *Acuerdos para fortalecer los Derechos y Garantías Ciudadanas en Nicaragua* (Viva Nicaragua - Canal 13, Ed.).
<https://www.vivanicaragua.com.ni/2019/03/29/sociales/acuerdos-para-fortalecer-los-derechos-y-garantias-ciudadanas-en-nicaragua/>
- Walker, T. W. (Ed.). (1985). *Nicaragua: The First Five Years*. Praeger.
- Walker, T. W. (Ed.). (1991a). *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- Walker, T. W. (1991b). The Armed Forces. In T. W. Walker (Ed.), *Revolution & Counterrevolution in Nicaragua*. Westview Press.
- Walker, T. W. (2003). *Nicaragua: Living in the Shadow of the Eagle* (4th ed). Westview Press.
- Wallace Simpson, M. (2013, August 8). *Detención de Melvin Wallace, Entrevista de Matthias Schindler del 08. 08. 2013 en Managua*.
- Wallace Simpson, M. (2014). *Ruta de transito y canal por Nicaragua, o, parte de la historia de un país en venta*. Amerrisque.
- Weber, M. (n.d.). Três tipos puros de Poder Legítimo, Tradução de Artur Morão (A. Morão, Trans.). www.marxists.org. Retrieved October 21, 2023, from <https://www.marxists.org/portugues/weber/1922/mes/poder.pdf>
- Weber, M. (1999). Os Tipos de Dominação. In *Economia e Sociedade*. Editora da Universidade de Brasilia.
- Weeks, J. (1985). Las elecciones nicaragüenses de 1984. *Foro Internacional*, 26(1 (101)), 85–106.
- Wheelock, J. (1983). *El Gran Desafío*. Editorial Nueva Nicaragua.
- Wheelock, J. (1985). *Imperialismo y dictadura* (10.000). Editorial Nueva Nicaragua.

- Williams, P. J. (1990). Elections and democratization in Nicaragua: The 1990 elections in perspective. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 32(4), 13–34.
- Williams, P. J. (1994). Dual Transitions from Authoritarian Rule: Popular and Electoral Democracy in Nicaragua. *Comparative Politics*, 169–185.
- Wright, B. E. (1990). Pluralism and Vanguardism in the Nicaraguan Revolution. *Latin American Perspectives*, 17(3), 38–54.
- Wünderich, V. (1995). *Sandino: Eine politische Biographie*. Peter Hammer.
- Wünderich, V. (2009). *Sandino, una biografía política*. IHNCA-UCA.
- Yordanov, R. (2020). Outfoxing the Eagle: Soviet, East European and Cuban Involvement in Nicaragua in the 1980s. *Journal of Contemporary History*, 55(4), 871–892.
- Zamora, A. (1987). Contadora y Esquipulás 10 años después. *Envío*, 187.
<https://www.envio.org.ni/articulo/328>
- Zibeichi, R. (2018). La izquierda después de Nicaragua. *Rel UITA*. <http://www.rel-uita.org/america-latina/la-izquierda-despues-nicaragua/>
- Zibeichi, R. (2019). *Bolivia: Un levantamiento popular aprovechado por la ultraderecha*. Desinformémonos. <https://desinformemonos.org/bolivia-un-levantamiento-popular-aprovechado-por-la-ultraderecha/>